

## **Observação**

O material que segue corresponde às crônicas da série *Balas de estalo* publicadas ao longo de 1883. Como informei ao longo da tese, trata-se de material ainda não publicado em livro, com exceção da participação de Machado de Assis (Lélio). Para que eu pudesse melhor as estudar, consegui, há alguns meses, contratar alguns(mas) digitadores(as) para realizar a tarefa de digitação. Como a necessidade era a de ler com mais facilidade, a digitação foi feita apenas das crônicas dos demais pseudônimos que fossem o machadiano, pois as dele eu já tinha acesso em livro. Contudo, nas respectivas datas em que as crônicas de Lélio foram publicadas aparecem nesse arquivo, algumas vezes sem a respectiva crônica, outras com ela (em alguns casos as localizei em domínio público e fui completando o documento). Por fim, é importante que se compreenda que esse material está em estado cru, com lacunas, erros de digitação e uma série de problemas. Ele será a base para a próxima etapa do trabalho, que será a edição do primeiro ano da série, para o que, aí sim, passará por preparação de original, cotejo com as fontes e discussão sobre as possíveis incongruências.

## **Balas de estalo – abril de 1883**

### **03.04.1883 - Mercurio**

Em outro tempo, a religião representava no Rio de Janeiro um papel muito importante. As festas de igreja eram feitas com grande luxo. As procissões tomavam proporções extraordinárias. Ladainhas e terços eram cantados publicamente, diariamente quase, pelas ruas. Os sermões eram ouvidos por um auditório atento e respeitoso, que depois discretamente aplaudia-os e discutia-os. Um bom pregador era seguido com os olhos, apontado com o dedo, e só um tribuno afamado ou um cômico de partido podem agora dar uma ideia da posição que ocupava naquela época.

Depois os tempos mudaram. Veio o movimento político, que deslocou a atenção. Veio a imprensa jornalística e sua polêmica acerba, a mofina, o folhetim, o a pedido, o romance. Veio o teatro, a mágica, o acréscimo de população. Veio o vapor, o trato frequente e rápido com a Europa, colocar os dois continentes na situação de vasos de líquidos comunicantes que por fim se nivelam. Veio o bonde, a imensa, a maior força de transformação que já incidiu sobre esta cidade.

Pouco a pouco foi esboroando-se a velha organização. Sentimentos, ideias, ações, pontos de vista e intuitos, foi tudo mudando com maior ou menor lentidão, mas mudando de tal modo que um bom observador do princípio do século, um Luccock ou um Debret não reconheceriam mais hoje a cidade que lhes era familiar e que estereotipavam em seus belos livros.

A religião não podia ficar de pé, quando as suas companheiras tombavam.

As procissões perderam o seu aparato, e, além dos que tem obrigação, acompanham-nas só os que, à frente ou a cauda dos batalhões, deleitam-se na música militar. Não se fundam novas igrejas, e as que não contam com o auxílio do governo ficam de obras interrompidas. A filiação às irmandades, confrarias, é geralmente determinada por considerações humanas, e limita-se a certas classes. As ordens terceiras, apesar das vantagens que oferecem, vêm diminuir a clientela com a concorrência feita pelas sociedades de beneficência. Não há celebridades eclesiásticas, ou são apenas conhecidas dentro das fileiras. Para ter uma ideia do Rio de Janeiro antigo é preciso ir a Lorena ou a Limeira.

Até certo ponto, se pode dizer que o Rio de Janeiro não tem religião, ou, se quiserem, tem mais de uma.

Com efeito, há alguns anos que se está operando um movimento religioso nesta cidade.

De vez em quando os jornais nos dão notícias de casas de dar fortuna, de manipansos, de quibombos. Em lugares escusos, retirados, encontram-se com frequência estes santuários, que têm seus ídolos, seus cultos, seus sacerdotes, seus crentes. É que o fato não é destituído de importância, basta para demonstrá-lo a frequência com que se reproduz.

A polícia tem perseguido os pobres fetichistas com um acirro digno de melhor causa. Quem sabe se não seria melhor que tivesse procurado conhecer os mistérios e dogmas da religião e saber aproximadamente o número dos crentes?

O número dos crentes é desconhecido, mas provavelmente não é pequeno. Manipunso arrebanha sob suas bandeiras muitos dos habitantes de zungús, de cortiços, dos que comem nos freges e tomam café nos quiosques.

É uma religião etnológica, provavelmente, baseada em germens africanos nos quais foram enxertados germens ocidentais. Daí a sua importância e ao mesmo tempo a sua limitação.

Aos adorantes do Pai Quibombo seguem-se os adoradores de Allan Kardec.

Estes compreendem geralmente pessoas de maior esfera mental. Há entre eles homens formados, inteligentes, que, como poetas e em outras posições, já têm dado prova de talento e ilustração.

Ouvimos um espírita calcular em oito mil os correligionários daqui. Talvez haja exagero no computo, mas não deve ser muito grande.

Os espíritas têm seus grêmios, suas sessões, seus missionários e, de vez em quando, um jornal que promete tornar-se diário.

Na abstração em que andam não esquecem que o reclame é uma boa arma, e empregam-na de vez em quando. Um dos meios de que mais se aproveitam é a medicina.

Nas barbas da Junta de Higiene curam moléstias que os facultativos diplomados não puderam curar. Dizem-nos que na Cidade Nova há um que tem obtido excelentes resultados... pecuniários, tanto que a clínica sacrificou um rendoso emprego na alfândega.

Aos espíritas segue-se uma seita mística, de que já demos notícia o ano passado. É seu criador um patricio nosso distinto, doutor em matemática, o qual não faz hoje parte da Escola Politécnica por motivos de consciência.

Ali conversa-se francamente com Deus, tem-se visões, faz-se milagres e muitas outras cousas, entre as quais divórcios e casamentos.

Há um dia consagrado aos testemunhos, isto é, às comunicações diretas com Deus. Se Este dizia A que case com B e B estiver para casar com C pobre C! pode perder as esperanças e tratar de procurar novo casamento, a menos que não encontre novo e mais forte testemunho.

Destes sacrários que em falta de melhor nome podemos chamar vieirista, não sabemos sequer aproximadamente o número; porém não deve ser grande e parece que não é fácil recrutar-lhes adeptos.

Vêm depois os positivistas, com papas, vice-papas, quartos de papa e décimos de papa, um verdadeiro estado maior sem exército. Dividem-se em duas turmas: os que pagam e os que são pagos. A primeira é quase tão numerosa como a segunda.

Odeiam a loteria, isto é, os bilhetes que saem brancos. Só se casam depois de três meses casados: o papa, porém, não é infalível... Fazem conferências e centenários. Orçam por uns vinte.

Têm um grande remorso: terem feito o centenário de Camões, de Camões que escreveu o verso:

Ai, que não sei de nojo como Comte...

Seguem-se-lhes outras religiões geralmente conhecidas, e que não vale apenas indicar.

O que indicamos, porém, basta para provar o que dissemos, afirma do que há uma elaboração religiosa em nossa sociedade, e que esta elaboração pode, em tempo mais ou menos próximo, dar resultados perceptíveis.

#### **04/04/1883 – Décio**

Para exemplo...

Eis aí uma frase que levará a história a administração deste país. Desde o poder é poder, até o nasco de cima, a corrupção dos povos, nenhuma outra mais direito fez a sua inclusão nos anais administrativos do país do que esta.

É expressiva e feliz. Como symplemo é perfeita e como revelação é completa.

Uma insurreição manquée, originada da natural aversão a um imposto que é do (...) e, além disso, de mais 1/2%, foi o que deu à grandiosa plurase. Revolução manquée, mas o que tem isso?

Não é a primeira vez que um fato insignificantíssimo dá origem a um acontecimento notável, e ninguém atenta para as circunstâncias quando o resultado é estupendo. Que de pequena causa se admire um assombroso efeito, é coisa tão natural, como a mais natural das coisas do mundo.

Agora, ao contrário disso, os monsparturiens, eis aqui o que ninguém pode aceitar sem repugnância.

---

A força marcial não era mais necessária no Paraná. Sem perdas de vidas e apenas com o gasto de algumas folhas de papel e não pequena dose de retórica, voltará o comércio da província ao seu labor cotidiano, ao mesmo tempo que abrindo as portas e suas barras, e simultaneamente, fechando os seus comícios e os gatilhos de seus revólveres.

Tudo reentrará nos seus eixos, aliás sem a quebra da dignidade do governo, sem que a lei e a autoridade fossem desrespeitadas – a maior preocupação da presidência conflagrada.

A paz voltará sim, mas o exemplo?

Sim, onde ficou o exemplo, essa necessidade governamental, essa base sólida do sistema benéfico que felizmente nos rege, quando simbolizado na espada do coronel Enéas, a espada que em exemplos tão bem e tão completamente tem provado?

Era justificada a necessidade da presença da força pública – para exemplo. O transporte da militância, fácilimo, desde que os portos de escala contava o porto da rua do Sacramento nº 17 – o vasto porto onde impera o Sr. Paranaguá.

---

A espada do coronel que anseava dentro da bainha, arfando de entusiasmo e de sede de vitória, essa espada é que deve ter sofrido a maior das decepções. Imperfeita, como a primeira e única dama tyrica do Sr. Ferri, como a mesma dama aquela espada é o pau para toda obra da grande companhia lírico-dramática dos governos affensinos. Na sua lâmina vêm-se brilhos de intensa claridade, e ela mesma tem só por coisa muito séria, no gênero espada.

Ora, avalie-se do horror com que teve a memorável lâmina de passear às ruas de Curitiba, não à procura de (...) qual o abdômen do cidadão paranaense mais apropriado a bela e comodamente internar-se, mas só e simplesmente para ir gritando em pregão aos quatro ventos:

- Vêm isto? Cuidam que estão a ver mesmo uma espada de aço? Então a tremer de medo, pensando que isto é a valer e que vamos ter (...) bulho? Patifes e ingênuos, isto não é mais a espada (...): está (...), é um peixe-espada; é para inglês, para inglês e mais tudo que é estrangeiro ver! Isto não é para matar, é apenas – para exemplo!

Também (...) qual a cara dos bravos soldados a fazerem seu passeio triunfal pelas ruas da cidade, (...) seus uniformes de botões dourados e suas trouxas de viagem militarmente penduradas às costas?!

Aquilo deve ter sido uma parada muito divertida! Depois das (...) de comoção, o que mais ardentemente poderiam desejar os povos curitibanos do que um espetáculo público – e gratuito?

Como não terá sido interessante e belo! Os soldados, com seu bravo comandante à frente, atacando valentemente o inimigo (...) – o espaço e fazendo prisioneiro e revoltosa (...) infinito!

E se essa tropa teve de passear seus uniformes brilhantes, entoando uma conhecida canção guerreira, não a que começa (...) etc... Mas a outra não menos conhecida e (...) termina dizendo:

*Nous Arrivons*

*Toujours trop tard...!*

Magnífico, soberbo, impagável o único – para exemplo.

Os povos de Curitiba estão satisfeitos a esta hora. Calmos e tranquilos, ditosos e felizes. Os de Paranaguá não tinham pão há dias: pois se quiserem desforra é só

mandarem pedir aos vizinhos, que lhe emprestem o coronel e os seus, e terão logo o que os bons governos, de melhor poder podem oferecer aos seus amados súditos: pão e... espetáculos.

E tudo isto, na opinião deles, e na nossa também, grátis. É o cúmulo.

Somente poderia ter sido mais grátis – se me permitem a expressão.

Era apenas o Sr. Paranaguá não interpretar tão extensamente o pedido do seu delegado, formulado em telegrama e em tão terminante frase.

Sr. Ex., em vez de enviar para o Paraná a tropa, que era forçada a fazer escala pelo Tesouro Nacional e aí sangrar mais uma vez o país, isto é, o povo; isto é, nós; Sr. Ex. faria melhor desde que se tratava de mandar alguma coisa de militância à exemplo, para exemplo dos paranaenses, comprando na casa dos vizinhos Farrouch e (...) (sem anúncio) e remetendo ao presidente reclamante – alguns figurinos de militares.

Não era um exemplo, era mais alguma coisa, um exemplar.

Como efeito nada perderia: e como medida financeira ganharíamos nós.

Já que não se tratava de dar tiros, nem de atirar golpes de espada, nem de calar baionetas e atacar, os figurinos de papel preencheriam inteiramente o desejado fim e passeando espetados em um pau pelas ruas de Curitiba, mostrariam que no tocante à (...) lhes serviam perfeitamente – para exemplo.

Perder-se-ia até fazer uma pequena concessão para dar cor de verdade à passeata, entregar-se-ia o comando do batalhão formado pelos Srs. (...) e (...) se mesmo bravo, que é a figura obrigada dessas ocasiões, o coronel Enéas.

Mas assim não o quis o SR. Paranaguá, que neste incidente da província pouco prudente foi mais que ela mesma – tal qual como já lhe sucede ao nome. Não o quis e está no seu direito.

Pois serem de uma caixa de soldadinhos de chumbos lembre-se Sr. Ex. desses soldados de que para exemplo se servem até os professores da escola militar.

---

Diz-se que o Sr. Branner, o sábio entomologista americano, vem estudar a moléstia do algodoeiro no Brasil, no qual algodoeiro os (...) de modo feroz e terrível.

Ora, se quiserem aproveitar os conhecimentos dos Sr. Branner aplicando-os ao estudo do inseto que tanto prejuízo dá ao algodoeiro na rua do Sacramento, já o Sr. Branner tem uma base para as suas indagações relativas ao bichinho.

S. S. fica sabendo que incita o tal inseto a operar tão malevolamente é uma dessas razões de estado a que ninguém pode fugir nem furtar-se:

E para exemplo.

#### **05.04.1883 – Décio**

Referem os jornais, que o guarda urbano Francisco José da Silva, tomando o seu sabre, enfiou-o convictamente na virilha esquerda do preto Luiz, do que resultou o referido preto Luiz ter que mudar-se de casa, transportando-se sem demora da rua da Gamboa para o necrotério.

Ora, este fato, à primeira vista, tão simples é daqueles que despertam considerações filosóficas de maior importância, que o decompõem e o formam, de fato simples em fato complexo.

Trata-se de um guarda urbano, de um sabre e de um preto Luiz.

Há quem tenha a má fé de julgar o guarda urbano criminoso, pelo fato de despachar o preto Luiz para o Cajú, com escala pelo necrotério; e ninguém, entretanto, se lembra de uma circunstância, que o ponto capital do incidente, e circunstância tal, que chega de passar de circunstância à autoria, de atributo à sujeito, de coisa a pessoa. Essa circunstância, que ficou muito bem escondidinha dentro da bainha onde se abriga a esta hora. Esta circunstância denunciámos corajosamente: - é o sabre.

Quem matou o preto Luiz? O urbano Silva, talvez/ Em tal caso não foi o sabre, não foi o traidor, o insidioso, o maléfico, o tirano, o bárbaro, o sanguinário, o assassino sabre!

Todas as culpas sobre o pobre urbano: toda a proteção - para o desumano sabre!

E esta é a injustiça, o sentimento da equidade, o prêmio da virtude e o castigo do crime!

Relacionemos.

Francisco José da Silva - ou o Silva só, que é mais característico – não é (...) urbano, é o urbano. Ele é um tipo, é uma classe, uma instituição. Tem, como membro da sociedade, uma (...) definida, e como função ele representa um aparelho importante do complicado organismo social.

Silva, isto é o urbano, nasceu com o sabre na cintura. Tem a noção do apito e a repugnância à leitura. Quando leva a mão à testa, não executa o gesto próprio de quem procura apreender uma ideia rebelde, que escapa e foge – ele procura simplesmente – endireitar a pastinha.

Tem uma preocupação – a integridade da dobra exterior de sua larga calça branca, engomada, integridade que ele supõe ser aquela que jurou manter ilesa, e a golpes de rifle, no dia em que se engajou urbano.

O seu ofício é de uma dificuldade exorbitante, ele tem de aplicar convincentes pontapés e dedutivas pranchadas ao lombo dos cidadãos que embriagados pensam em resistir estirados pelo álcool no meio da rua. Nos lazeres desta honrosa ocupação ele

tem ainda de empregar-se em guardar a esquina, namorando as Frynéas, com garbo que lhes imprime a fisionomia o boné faceiramente cabido sobre a orelha direita.

Em religião ele conhece os princípios... do mês, quando tem de receber o salário insignificante. Afirma o caráter todas as vezes que é forçado a correr diante de um marinheiro inglês, e de sua educação familiar dá provas bastantes quando responde à senhora que lhe pergunta se aquela rua é a do Carmo. – Se não sabe ler o letreiro da esquina, vá para a escola (...).

Assim organizados, os Silvas não têm a consciência do dever, nem o sentimento de honra, nem a coragem do cidadão, nem a ideia do bem, nem a noção de justiça. Eles não vivem por si – mas pelo sabre que orgulhosamente se dependura na cinta deles (...) espalhada. Não são eles que governam o sabre, é o sabre que os impele e dirige. O sabre reúne em si as faculdades pensantes, nas concepções do espírito, o raciocínio e o juízo, a ideia e a resolução. Ele atrofiou o cérebro que é seu possuidor, amalgamou-o e deu-lhe nova forma, achatou-o, fez comprido, e depois ensinou-se e instalou-se dentro dele como dentro de sua casa – a bainha.

Por isso, quando ouve-se um apito ao longe e imediatamente passa a correr um urbano, vê-se o tirar de caminho, maquinalmente, espontaneamente, o rifle coruscante e feroz. É o rifle-ideia, é o rifle-pessoa, o rifle-classe. Desde esse momento, o rifle passa a exercer as funções do homem, e este limita-se a ser o instrumento do rifle.

Trata-se de uma questiúncula, de um carregador que disputou com um outro; de um devoto de Baccho, que se passou com armas e bagagens para os domínios de Morpheu. Mas o rifle não vê questiúncula, vê a questão: o homem resistiu, isso a priori quer haja resistido, quer não haja resistido.

Dormiu vocífero o sabre, deixando-se cair sobre as costas do ébrio, pois não dormisse. Lutou (...) terrível e ameaçador (...) em cheio à face do carregador – pois não lutasse.

E as tontas, abre no rosto, na cabeça, nos braços, nas costas, nas pernas do homem que resistiu grandes lanhos sangrentos, vermelhos, extensos, alguns mais ou menos profundos, outros mais ou menos perigosos.

A tudo isto saíste impassível o instrumento do rifle – o urbano. Ele tem a passividade do objeto, da coisa possuída, ao passo que o rifle tem a opção, é a pessoa que possui. Se o rifle procedeu com prudência, abrindo pequenas brechas na cabeça do paciente, insignificantes arranhaduras nos braços, pequenas soluções de continuidade nas suas pernas, algumas gotas d'água pura e fresca, alguns centímetros de esparadrapo - e está tudo restaurado: o corpinho do cidadão e a consciência, se a tivesse, do urbano.

Imagine-se porém, que o sabre vai além do que é permitido às suas funções, tornando o cidadão incompatível com a vida. O resultado é conhecido: mais um cidadão vai para o necrotério e dali segue para o Cajú, sem que lhe possa servir de nada a boa vontade do instrumento possuído pelo sabre - o guarda.

No caso vertente foi o que se viu.

O urbano Silva, como de costume, acordou o rifle no momento psicológico, se é que o rifle já não o esperava impaciente, e entrou a fazer o que é o seu dever e o que lhe incumbia exclusivamente como cidadão encarregado de guardar... o sabre policial.

O bom do rifle, em vez de atirar-se ao couro cabeludo do preto Luiz, a pele dos seus braços, nos músculos das suas pernas, não senhor. Atraiçoando infamemente o urbano foi manter-se onde não devia - na virilha esquerda do outro. Também não foi além, o sabre é forçoso confessar. Arranjou as coisas de maneira a despachar o outro e despachar-se a si, com a maior rapidez possível.

De quem a culpa? Do urbano? Mas a sua educação militar, os seus princípios como cidadão, e seu preparo como policial, onde estão eles?

Adstrito e escravizado ao rifle a que consignaram, o urbano entre nós alienou de si toda a faculdade de pensar e todo o direito de agir: não tem pois a responsabilidade a que o querem submeter.

No incidente do preto Luiz há um fato concludente.

Silva, o urbano atraído pelo sabre, é um pai de família carinhoso, e é um homem de bem, segundo afirmam os que conhecem. Quando chega à casa, despe a farda e atira longe a arma que o possui, transfigura-se, e longe do domínio do sabre ele é um esposo dedicado e um pai afetuoso. Ele ama os seus filhos, magoa-se e sofre vendo-os, aos três, enfermos no mesmo leito. Chama o médico e ao sair para o serviço reza em voz baixa uma oração fervorosa, pedindo a Deus que ao voltar venha encontrar livres de perigo os pequenos, as flores de sua alma, a vida do seu coração, a fortuna única que possui...

Na rua, porém, ele torna a ser o urbano, não é mais um bom pai. Dá dois passos, chamam-no, vai (...) numa questão, pensa em tomar a defesa da parte fraca, uma mulher, mas – fatal tendência e funesta solução! – pela (...) lhe ao seu rifle, e este resolve os (...) – penetrando o hipogástrio do preto Luiz, e convertendo o misérrimo urbano e adorável pai num assassino cruel.

O preto Luiz, é certo, foi instalar-se definitivamente no retiro poético da praia do Cajú, mas por sua parte, o urbano Silva foi conduzido para a merencória chácara de Catumby, onde ele curte as dores da (...), sentindo de longe o sofrimento dos três filhinhos que deixou enfermos, que esperava ver em breve e que não verá tão cedo



talvez... Nem sequer o remorso o possui, porque a consciência obcecada pelo poder do rifle cedeu lugar ao coração purificado pelos sentimentos afetivos de pai.

Foi o Silva o assassino?

Talvez o afirmem ainda e o afirmarão sempre, enquanto não cuidarem da educação dos Silvas; enquanto não os iniciarem nos princípios sãos; e principalmente enquanto não os libertarem do terrível jogo do rifle a que estão ligados pelo mais indissolúvel de todos os laços – o hábito.

#### **06.04.1883 – Lulu Sênior**

Quem nos ajuda hoje a puxar as balas, é o nosso digno colega do *Apóstolo*. A rigor, devíamos começar o artigo por uma benzedela, para que Deus lhe ponha a virtude – ao artigo, entende-se.

É o caso que o Sr. bispo diocesano mandou cantar, no dia 3, uma missa no seminário do Rio Comprido, em honra do glorioso S. Benedito.

Dois motivos estimularam o Sr. bispo a cantar: 1º os insultos irrogados ao grande santo nas festas carnavalescas deste ano; 2º pedir-lhe a sua intercessão perante o Supremo, para cessar a epidemia de febre amarela.

Quanto ao primeiro, parece-nos perfeitamente razoável: o santo foi ofendido pelo carnaval, é justo que se lhe dê uma satisfação pela Páscoa.

Quanto ao segundo motivo, sem pôr em dúvida a competência do santo para interceder seja pelo que for, parece-nos que, uma vez que há advogados especiais para cada seção das mazelas que afligem a humanidade, como sejam S. Braz para a garganta, Santa Luzia para os olhos, e outros especialistas, não é muito feliz a escolha de S. Benedito para pedir a cessação de uma moléstia, que justamente poupa os membros da sua irmandade.

Se as moléstias vêm à terra para castigar erros humanos, ou estabelecer equilíbrio entre as populações deste e do outro mundo, o santo, que é homem sensato, não pode contribuir, rezando, para que sejam frustrados esses desígnios do dedo da Providência. Na primeira hipótese, suprimir a febre amarela, sem a substituir, é deixar impunes os erros: substituindo-a por outra moléstia que não tenha o preconceito de cor, tão comum ainda na nossa sociedade, é fazer incorrer na pena os que parecem estar isentos de culpa, pois que até aqui não os tem alcançado a epidemia.

No caso de ter sido criada a febre amarela não pelo ministério da justiça, lá de cima, como castigo, mas pelo da fazenda, como medida econômica, ou pelo da agricultura, como meio de colonização, S. Benedito não há de ser tão ingênuo, que peça a substituição de uma moléstia, que tem com ele umas certas atenções, por outra de princípios mais igualitários.

O santo, de certo, não ignora a máxima: Matheus, primeiro os teus.

Dir-nos-á o *Apóstolo*, que o outro mundo é o lugar das delícias, e que ao santo não pode repugnar a ideia de mandar para lá a sua mesa administrativa: tudo isso é muito bonito, mas o certo é que, apesar de todos os encantos do outro mundo, o *Apóstolo* e o Sr. bispo fazem como qualquer de nós, e agarram-se a todos os santos de sua devoção para que os deixem ficar por cá.

É de crer, portanto, que, depois da missa cantada, S. Benedito mande ao Sr. bispo a preta dos pastéis, para agradecer-lhe a lembrança do desagravo pelas afrontas do carnaval; mas que, quanto ao requerimento para cessação da febre amarela, despache, parodiando o Sr. ministro Avila: — Deus o favoreça, irmão.

—

E já que está com a mão na massa das missas, mande o *Apóstolo* rezar uma, para que Deus lhe perdoe as aleivosias que assacou a esta folha, a propósito da cremação.

Diz o colega que a *Gazeta* recomenda como única medida higiênica contra a febre amarela a cremação dos cadáveres. Não é verdade, colega, bata no peito e diga: *mea culpa*.

O que se disse, é que a cremação, a serem comprovadas as experiências do Dr. Freire, é uma medida útil.

Se o *Apóstolo* argumentasse de boa fé, reconheceria que nós não consideramos a cremação como medida única, porque no final do seu artigo diz que lembramos ao Dr. Freire a conveniência de estudar os efeitos das escavações nas ruas.

Depois o colega finge não ver que nós dissemos que o sistema da cremação, ferindo crenças arraigadas, não pode nem deve ser aplicado, a princípio, senão àqueles que em vida tiverem declarados que querem que seus restos mortais sejam levados ao forno crematório.

Má fé, colega; ande, diga: *mea culpa*.

Não somos nós que, na frase do colega, queremos tornar *esse costume, imoral e repugnante à tradição, obrigatório a todas as crenças e aos católicos*; não somos nós que queremos obrigar os *católicos a praticarem atos contra a sua consciência*; nós respeitamos mais a consciência dos leitores do *Apóstolo*, e a dos católicos que o não leem, e que são um bocadinho mais numerosos, do que o *Apóstolo* respeita a consciência de todos que não comungam as suas ideias.

Vejam agora os leitores este período, que vale mais do que pesa:

“Como a igreja católica em suas leis e sabedoria priva alguns da sepultura no sagrado, a impiedade lembra a cremação com o fim de confundir no ato solene do enterro a religião católica com as outras, e ocultar a execranda memória dos suicidas, e não por bem à humanidade ou interesse público”.

Calúnia, colega. Bata no peito e diga: *mea culpa*.

Nós o que queremos, é justamente poupar às leis e à sabedoria da igreja o incômodo de privar os ímpios da sepultura em sagrado.

Que fique essa para os católicos, e que os que não o são, possam ser enterrados ou cremados em qualquer parte, sem licença de uma autoridade com a qual eles nunca tiveram nem quiseram ter relações.

Nós não queremos confundir no ato solene do enterro a religião católica com as outras: nós somos os primeiros a reconhecer que a lei estúpida que nos rege, impõe-nos a profanação dos cemitérios católicos, obrigando-nos a ir para lá, porque não temos outros.

O que nós reclamamos, é justamente o direito, que até aqui é privilégio dos católicos, de morrer como vivemos.

Nós somos um pouco mais piedosos que o *Apóstolo*, e não pretendemos ocultar a *execranda* memória dos suicidas. O suicida é um doente, que sucumbe à moléstia que o afetou; o suicida é um fraco, e a moléstia e a pobreza não são motivos de execração.

Isso é impiedade, colega. Bata no peito e diga: *mea máxima culpa*.

Há até imprudência da parte do *Apóstolo* em tocar em certas questões.

Pode-se-lhe lembrar que a Igreja católica no Rio de Janeiro tem condescendências não só com os suicidas, como com outros ímpios, quando estes deixam atrás de si amigos ou parentes poderosos que os amparem; não que a igreja proceda assim por caridade, mas porque sabe fechar os olhos a propósito.

Quanto a dizer que a cremação repugna à amizade e à piedade filial, isso é querer tapar o sol com uma peneira.

Qual a diferença real que há entre a cremação e o enterramento?

É que este leva cinco anos ou mais a reduzir imperfeitamente a cinzas um cadáver, serviço que a cremação faz com a máxima perfeição em alguns minutos.

A amizade e a piedade filial exumam no fim de cinco anos parte das cinzas de um morto, para depositá-las em um jazigo perpétuo: com a cremação pode-se obter imediatamente todas as cinzas do morto, e colocá-las desde logo em lugar em que se lhes tribute o maior respeito, sem prejuízo de ninguém.

Em vez de cemitérios, onde a putrefação dos cadáveres pode dar lugar à produção de germes de moléstias, teremos cemitérios onde só haja cinzas, perfeitamente inócuas, mas a que se pode prestar o mesmo respeito que nós devemos aos mortos.

A cremação pode até permitir, em vez dos jazigos de família nos cemitérios públicos, a conservação no lar desses restos preciosos, que contribuiriam para mais consagrar pelo respeito aos mortos o santuário da família.

Mas o *Apóstolo*, que é mais esperto do que nós, finge que não vê isto, e diz que a cremação repugna à amizade e à piedade filial.

É que o *Apóstolo*, pela lei severa e bárbara da sua religião, submeteu-se à atrofia do amor da família, e não compreende, e não pode compreender, que júbilo deve causar ao espírito e ao coração de um homem a ideia de ter guardadas em casa, em lugar de honra, metidas em um frasco de vidro, as cinzas de sua sogra.

#### **07/04/1883 – Zig Zag**

As mesmas horas, exatamente as mesmas em que sou forçado a fazer estalar esta bala com os bicos rombos de uma pena refratária o rebelde à crônica alegre dos acontecimentos diários, encaminha-se para o Teatro Polytheama a torrente, caudalosa dos amantes da boa música. Atraídos pelo nome de Maria de Rohan, afixado nas colunas nos anúncios de todos os jornais e nas portas das confeitarias mais ou menos líricas.

Era já tradicional o amor dos fluminenses pela música e principalmente pela ópera.

O êxito da atual companhia Ferri é mais um alongamento dessa paixão lírica que assoberba a nossa população, que a agita e chega a esfalfar de concomitância com a elevação da temperatura que felizmente gozamos.

---

O público gosta da companhia Ferri, a crítica também gosta e, como gostos não se discutem, nada há a dizer a tal respeito.

Simplesmente arriscaremos uma tímida interrogação.

Se a companhia Ferri agrada e é barata, por que razão não se faz uma grande assinatura para o Polytheama, e não se telegrafa ao Sr. Ferrari dispensando-o o incômodo de nos visitar este ano.

É uma ideia que oferecemos grátis ao empresário Ferri e aos amadores do Polytheama.

Aproveitem-na, pois, antes que o Ferrari venha a fazer um fiasco com uma troupe inferior e preços menos modestos.

—

Em frente à vitrine de uma casa na rua do Ouvidor, estava ontem uma multidão. Sentimos o pico da curiosidade, e impelidos por este fomos ver o que era que tanto atraía a pública atenção. Vimos.

Dentro da vitrine estavam o desenho e a planta de um edifício. No cume do desenho lia-se:

### *Câmara Municipal*

E por baixo

### *Projeto de um estábulo!*

Retirávamo-nos sem perceber o motivo por que se reunia tanta gente em frente do desenho, quando ao lado ouvimos esta observação:

- Ou o estábulo tem de ser muito grande, ou então faltam ainda os desenhos dos outros vinte.

Ficamos na mesma.

—

Ardeu na Barra Mansa o edifício em que magonizava várias noites na semana a brava população daquela Barra.

A polícia abriu inquérito, e tão perspicazmente andou, que descobria imediatamente que o autor do incêndio no edifício da maçonaria foi a nossa colega do *Apóstolo*.

Ódio velho não cansa.

### **08.04.1883 – Lulu Sênior**

O público fluminense está habituado há mais de *três quinze dias* a considerar a Ilma. Câmara Municipal a coisa mais coisa que Deus deitou<sup>\*\*\*</sup> 1este mundo.

De vez em quando contava-se uma história edificante a respeito dessa corporação respeitável, que acompanha procissões de estandarte em punho. Ora, eram as contas que andavam atrasadas; ora empreitadas dadas a agentes eleitorais; daí a pouco sabia-se que o dinheiro do serviço público era empregado no serviço particular; um dia

---

<sup>11</sup> Deitou a este mundo.

propalava-se uma história de vintém por paralelepípedo; outro referia-se o caso de uma caixa de charutos, de que um edil passou recibo, declarando que os achava bons, mas fracos.

De vez em quando, o governo deitava a mão a uma prerrogativa municipal, e os edis calavam-se e roíam a coisa, assim como quem tirou um bilhete branco. Não raro aconteceu ser eleito vereador um cidadão, que no cabo de algumas sessões, de um ligeiro golpe de vista à escrituração, e de alguns dares e tomares com a respeitável maioria, mandava a Câmara ver o Imperador passar, e saía para a rua escovando a gola da casaca.

O público falava no caso dois ou três dias, e depois não se pensava mais nisso. Quando chegava a época da eleição, o público votava de ordinário nos mesmos vereadores, ou em outros *ejusdem farinae*, e ninguém mais se espantava com o que acontecia no Campo de Sant'Anna.

Agora, porém, apesar de habituados a tantos e tão estranhos casos, é força confessar que estamos assistindo a coisas nunca vistas.

Se aquilo fosse uma companhia de cavalinhos, seria o maior sucesso da América do Sul.

Os Srs. vereadores metem num chinelo as antigas lavadeiras do Campo: por dá cá aquela palha arreiam a celha, arregaçam as mangas, cospem nas mãos e desatam descomposturas capazes de fazer corar um frade de pedra.

Na última sessão *manquêe*, houve vereador que chamou a outros, patoteiros, ladrões, e não sabemos também se alguns destes nomes que fazem com que as mães não permitam às filhas a leitura dos dicionários.

Mas ainda isto é pouco. Depois desta brincadeira, lavrou-se um termo de que não tinha havido sessão por falta de número: esse termo foi publicado na folha oficial da casa e nele figuram as assinaturas dos membros presentes; pois bem, um desses Srs. vereadores declarou ontem, pelo *Cruzeiro*, que não tinha assinado tal termo, e que a sua firma tinha sido falsificada por um de seus colegas!

Isto é um cúmulo! Isto passa a perna às raias do escândalo! A polícia precisa mandar força para a Câmara, não para conter espectadores turbulentos, mas para tomar conta dos Srs. vereadores.

Até aqui, parecia aquilo troça, de rapazes vadios e mal criados. Um metia os dedos no nariz, outro pedia licença para ir lá fora e aproveitava o pretexto para fumar, um terceiro gazeava e ia para o Arco de Telles: mas agora a causa vai saindo fora dos eixos, e o governo, como pai severo, só tem um remédio a dar aos Srs. vereadores: é metê-los a bordo de um navio de guerra e mandá-los com uma farda às costas para o Rio Grande.

Era isto o que faziam há tempos os pais aos filhos peraltas.

O governo precisa olhar para aquela casa: desde que um vereador diz que outro rouba, esses dois homens são incompatíveis, porque há ali com certeza, ou um ladrão ou um caluniador.

Um ou outro deve ir para a rua, em nome da decência.

## **09/04/1883 – Décio**

Isto hoje não são balas de estalo; e, pois que se entendem com a marinha, dever-se-iam antes chamar balas de artilharia e de artilharia naval.

De estalo ou de artilharia, ei-las!

O ministério da marinha acaba de mandar segundo referem os jornais, louvar o 1º tenente Francisco Maria Vanderley *pela habilidade e perícia com eu o porto do Rio de Janeiro conduziu ao Rio Grande do Sul o vapor Marcílio Dias*. Acrescentam ainda os fidedignos noticiários, que o mesmo Sr. Ministro mandou que aquele louvor se estendesse até o guarda marinho Oliveira Sampaio, ao maquinista Gontran da França, o mestre, aos foguistas, aos imperiais marinheiros, a todo enfim quanto tripulava o sobredito vapor *Marcílio Dias*, na sua viagem.

Eis aqui uma resolução que honra a marinha e ainda mais ao governo que paternalmente nos rege. Não fora o caráter probo, justiceiro e digno do Sr. Meira e Vasconcelos, e ficaria no ba\*athro do silêncio, no abismo do esquecimento, um dos atos de maior intrepidez e coragem da marinha brasileira caso de levar um vapor do Rio de Janeiro ao Rio Grande, sem que a este vapor suceda qualquer eventualidade – a de ir parar ao Rio Amazonas, por exemplo.

Tão relevante serviço prestado à pátria e à armada nacional não caiu em terra marinha, felizmente; e o Sr. Meira, louvando em nome do governo imperial os bravos que tomaram parte em tão memorável cometimento, foi apenas justo, porque, se for exagerado, poderia ter mandado aqueles oficiais e aqueles praças, além do louvor – a preta dos pastéis.

Com tanto maior prazer, estalamos uma bala em honra desse faustoso acontecimento quando vimos até há pouco os nossos vasos de guerra e transporte, profundamente apaixonados pela nossa formosa Bahia, manifestarem uma positiva tendência de não abandonarem-na sob nenhum pretexto, nem debaixo do pretexto de ser preciso isso, para a boa higiene deles e dela.

É sabido que, por exemplo, um dia o governo teve necessidade de mandar um navio a toda pressa – com 24 horas de prazo – subir em comissão importante. Foi-se a correr pedir aos Srs. navios que se apresentassem, afim de ver qual seria o escolhido.

Não apareceu nenhum. Este tinha a quilha magoada, aquele tinha a cobertura estragada, a um doía o pé, a outro a cabeça – tudo figurado.

Ao final deste grupo de inválidos, destaca-se uma coragem e um caráter, representados na pessoa de *Guanabara*.

Perfeitamente. Pois que venha a *Guanabara*, a gentil, a formosa e prestativa *Guanabara*.

Assim se fez: mas a hora da partida reconheceu-se que contra a boa vontade da *Guanabara* levantava-se um poder superior, que tudo avassala:

- O navio em questão não podia sair porque não tinha panos, nem apetrechos, nem... nada.

De outra feita foi o *Solimões* fazer viagem de experiência fora da barra. Estávamos todos a espera de vê-lo entrar todo lampeiro, alegre e feliz no seu regresso, quando soube-se que o *Solimões*, pilhando-se fora das vistas do Sr. Ministro da marinha de então – cremos que por este tempo servia nesse mistério o mesmo bule que agora serve o chá da j\*\*\*a – deitou as mangas de fora e mandou-se passear.

Correm os dias, pergunta-se por toda parte pelo *Solimões*, onde está este *Solimões*, o que é feito do *Solimões*.

O telégrafo trabalhou poderosamente, e mais de um telegrama chegou exato e certo ao seu destino – tal a importância do caso.

As respostas eram negativas. Aos navios que entravam ao norte, aos que entravam do sul, perguntava o governo ansiosamente inquieto:

– Então não viu por aí o meu *Solimões*?

E os recém chegados, tristes e consternados, abanavam solenemente a cabeça respondendo:

– Não.

Quantas suposições! Quantas hipóteses! Quantas ideias arrojadas!

Cuidava-se:

– que o navio, tendo-se pilhado em pleno mar, raspava-se de vento fresco e pé ligeiro para aa Conchinchina, deixando-nos... a não ver navios;

que fora vítima de um ataque dos ingleses, e, que deles presa, fora forçado a ir fazer parte da esquadra que mais tarde deveria bombardear Alexandria;

que num rasgo de consciência, vendera-se a uma potência africana, afim de, no respectivo país, servir como escravo;

que tivera uma congestão cerebral, morrera, e seu corpo fora no fundo do mar;

que, finalmente, um grande peixe engolira-o e deixava-se ficar muito calado.

Toma-se um outro navio e manda-se que vá procurar o *Solimões*, e se encontrar que o traga pela orelha.

Este navio, como o *Solimões*, desaparece. O governo manda ver se não estarão ambos escondidos por detrás do Pão de Açúcar, a divertirem-se com o Sr. Ministro da marinha: – nada.

Afinal freta-se um vaporzinho de propriedade particular, e este com grande faro e tino – não leiam com Faro & Lino – vai encontrar o *Solimões* ali por perto de Angra dos Reis, a fingir que se tinha perdido no caminho e com cara de quem merece uma boa dúzia de bolos.

Rebocado pelo pequeno vapor, entrou alguns dias após o *Solimões*, e foi só depois do governo por anúncio nos jornais, que por sua vez apareceu o outro navio de

guerra que tinha ido à sua procura, e como ele se fizera de vela para o Reino dos Esquecidos.

Ora, este fato e muitos outros fizeram naturalmente com que o governo se sentisse assaltado de receio, todas as vezes que pensava em mandar sair um vaso de guerra, ou outro qualquer navio seu. De vasos de guerra, parece que iam eles converter-se em vasos de... paz. Tudo quanto fosse preciso e possível – menos obrigá-lo a andar sobre a água.

Um dia, porém, resolve o governo experimentar um vapor. Enche-se de coragem, atreve-se e manda sair o *Marcílio Dias*, com ordem de fazer uma enorme, terrível, arriscada e perigosíssima viagem: sair do Rio de Janeiro e chegar ao Rio Grande do Sul.

Escolhido o navio para a árdua empresa, tratou-se de designar os oficiais e praças que o deviam tripular. Apronta-se o vapor, larga o ferro, move a máquina e ei-lo a sair, a sair e a tomar muito calado o seu rumo, e lá ia ele ter ao ponto fixado no itinerário.

Viram? O que merece isso do governo? Um louvor! Nem uma comenda Santo Deus, nem uma pensão vitalícia.

O *Marcílio Dias* abusando da sua qualidade de navio da armada brasileira, nem poderia ter tido um capricho e, em vez de ir a Rio Grande – chegar ali aos Estados Unidos.

Poderia ter ido a Ilha Grande como o seu colega *Solimões*, poderia ter lhe dado na veneta para ficar parrado logo ao subir a barra; poderia ter feito que não via o Rio Grande do Sul, passar por ele e ir dar com o costado na Patagônia. Nada disso: foi muito sensata e muito discretamente direitinho ao Rio Grande do Sul.

E o oficial que o conduziu? O que dizer da perícia e habilidade com que se portou nesta emergência, perícia e habilidade, que o Sr. Ministro pensa ter retribuído plenamente com um simples louvor em nome do governo?

O Sr. Wanderley, tendo de ir daqui ao Rio Grande do Sul, portou-se como um oficial distinto entre os que mais os forem na sua classe. Tendo de conduzir o *Marcílio Dias* ao Rio Grande do Sul, não levou sequer ao Rio Grande do Norte – tão insignificante, a diferença –; não aprobeu para o Cabo da Boa Esperança, não o trouxe pela rua do Ouvidor em marcha triunfal, nem sequer foi esparecê-lo um pouco no alto da Tijuca. Não, senhor. Tudo isso fora chifrim, rococó, comum, medíocre, muito medíocre.

O que ele fez tendo de levar o *Marcílio Dias* para o Rio Grande do Sul, foi o que excede a toda expectativa, a toda ideia de arrojo nunca vista, de coragem nunca igualada: ele fez isto – levou efetivamente o *Marcílio Dias* para o Rio Grande do Sul!



E os outros oficiais e seus subalternos nem sequer procuraram tirar-lhe da cabeça tão extravagante ideia, não o fizeram mudar de resolução tão desesperada e afetiva, tão impensada e imprudente: deixaram-no seguir, e até partilharam com ele dos perigos da arrojada expedição.

Tudo isto ultrapassa os limites do comum, do razoável, do natural; e só sentimos que o Sr. Ministro apenas retribuísse com um louvor o 1º tenente, o guarda-marinha, o maquinista e os imperiais marinheiros, ainda mais sentimos a falta grave que o Sr. Ex. cometeu, não mandando louvar também os dois grandes auxiliares que o *Marcílio Dias* encontrou para a execução de sua difícil empresa.

Sim, ele tinha, segundo ordem recebida, de sair do Rio de Janeiro e chegar ao Rio Grande do Sul. Imagine-se, porém, que uma destas cidades não se prestava a combinação, ou que não existia no momento: tudo seria perdido.

Assim pois:

Requeiro que o Sr. Ministro mande na lista dos louvados por este brilhante feito da armada brasileira – os portos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, um por se deixar abandonar, outro por se deixar penetrar pelo vapor *Marcílio Dias* no memorável ano da graça de 1883.

#### **10/04/1883 – Mercurio**

Acabo de receber uma carta de meu velho e excelente amigo conselheiro Moura, que reza assim:

– Meu amigo, vejo-me atualmente em uma posição difícil. Vagou o lugar de escrivão da 1ª vara cível, e os pedidos e empenhos caem cerrados sobre mim.

Não há filho de deputado, ou neto de senador que não se julgue com direito a ele.

As cartas multiplicam-se de modo assombroso: o Sr. Betim disse-me até que, se não fosse o receio do Lopes Anjo e do Ávila que está por traz dele, já teria designado um carteiro especialmente encarregado de trazer a minha correspondência.

Como se a situação não fosse bastante difícil, vagou quase ao mesmo tempo o lugar do 1º tabelião. Não imagina a dobadoura que me acho.

Estava eu, anteontem, tomando meu banho morno, muito pacatamente, considerando que não se pode fazer chá sem água quente, quando abre-se a porta do banheiro e...

- Sr. Conselheiro, V. Ex. não me conhece porém a carta...

- Vá-se embora, seu homem, todo aceso em rubores e embrulhando-me na água.

- ... do Sr. Conselheiro José Belxixis dirá quem eu sou.

- Vá-se embora, seu homem, deixe-me ao menos por a tampa...

- Sr. Conselheiro, eu nunca chamei-o de bule! Vim aqui, continuou impertérrito, por causa da vaga...

Fiquei furioso e sem tampa e sem nada, saltei da bacia, tangi-o para fora do quarto, tranquei-me por dentro, e quando saí, despedi criados e ordenanças.

Isto ainda não foi tudo.

la entrar em um destes lugares para que outrora eram escolhidos os cantos mais escuros das casas e que agora, graças à câmara municipal, ao Leão Peloso e ao Gary, repimpam-se ou vão se repimpar nas praças mais públicas, quando salta-me aos joelhos... Não posso contar o resto.

O melhor, porém, ainda não é isto.

Sabe que o conselheiro D... suspira pelo meu lugar, de modo até ligeiramente indiscreto. Parece-lhe que é este o único meio de arranjar a ninhada e sabe que para os pintos daquela ordem (pintos de Souza) não é qualquer (...) de milho que basta.

Pois bem, imagina o meu assombro sabendo ontem que o conselheiro D... que ultimamente se tem convertido no mais mordaz de meus cabriões, estava na sala de visitas a minha espera.

- Oh Sr. Conselheiro, disse-lhe eu, ao entrar, fingindo a maior alegria.

- Não me chames de conselheiro, amigo João Ferreira, chama-me D... como antes, a menos que não queiras que te pague na mesma moeda...

- Oh! Conselheiro...

- Ainda! Que diabo de homem teimoso. Olha, meu velho, venho propor-te um negócio. Tu como ministro ganha o 1º contos de réis...

- Com os descontos nem chega a tanto conselheiro.

- Conselheiro é ele... Como deputado ganhas 6 contos. Total 18 contos... Mas bem sabes que podes facilmente deixar de ser ministro; podes, um pouco mais dificilmente é verdade, mas podes também deixar de ser deputado.

- É verdade.

- Pois bem! Há agora uma vaga de primeiro tabelião, lugar que rende 20 contos. A princípio pensei em arranjá-lo para o meu Joãozinho, mas depois refleti e vi que havia uma saída muito melhor para ambos.

- Vamos a ela conselheiro.

- Com os diabos, o teu conselheiro está me fazendo mal aos nervos... Mas vamos ao negócio. Pedes demissão ao lugar de ministro; eu sou chamado a substituir-te e nomeio-te 1º tabelião; isto é, dou-te um rendimento de 20 contos.

Por estas e outras, meu caro amigo, está vendo o aperto e as dificuldades em que me debato. Portanto peço-lhe o grande obséquio de me dizer qual o meio de sair do Scilla sem meter-me em Caryhdes.

Se o lugar fosse apenas um, eu nomeá-lo-ia com muito gosto: mas dois é o diabo. Porque em última análise, não tenho confiança em D... Ele é capaz, apenas vir-se ministro de dar o lugar ao seu Joãozinho: ou a qualquer pinto ainda mais Souza que este.

Você que se dá tanto com monsenhor Lipparoni indague dele se quer aceitar. É um meio de focar no D... o insolente e prolífero D... e ao mesmo tempo de cortar alguns pelo do Leão, cuja juba parece disposta a encrespar-se.

Seu amigo velho e sincero.

Moura.

Está conforme o original.

#### **11.04.1883 – Lulu Sênior**

O governo imperial mandou dar cinco contos e quatrocentos mil réis para consertar a igreja de S. Sebastião dos barbadinhos.

Há anos agita-se a questão da influência que sobre a salubridade pública possa exercer o arrasamento do morro do Castelo: o governo resolve-a, dando dinheiro aos padres para consertos da igreja.

Como medida profilática da febre amarela, é esta uma das melhores descobertas que têm feito nestes últimos tempos as instituições que felizmente nos regem; descoberta que pelo menos tem um lado prático: já que se não dá cabo da moléstia que nos manda o bento corpinho desta para melhor, ao menos tratemos de pôr-nos bem com os padres para que eles peçam a Deus que nos ponha a alma à sua mão direita. *Amen.*

—

O ministério da marinha mandou declarar ao Sr. comandante da corveta *Trajano*, que foi recebida com satisfação a comunicação de não ter havido aplicação de chibateação à tripulação durante a viagem e regresso a esta corte.

O ministério da marinha anda a divertir-se com a gente. Um dia manda fazer um regulamento em que se marca – assim à modo de dieta de hospital, mas com maior fartura – quantas chibatadas deve levar o marinheiro que fuma, quantas competem de direito aos que tomam rapé, e quantas devem ganhar os que mascam. A comissão incumbida desse servicinho amável, ao contrário do que ordinariamente fazem as comissões, dá conta do seu trabalho distribuindo chibatadas sem conta.

O Sr. ministro aprova o trabalho da comissão, e agradece-lhe: agora, manda dizer ao digno comandante da *Trajano* que está muito satisfeito por saber que essa corveta não faz concorrência ao eito.

Sejamos razoáveis, Sr. ministro. Ou a chibata presta, ou não presta: se não presta, acabe com ela; se presta, não diga que fica satisfeito ao saber que se não faz uso dessa salutar diversão.

—

Quer o leitor saber como nós somos conhecidos na Europa? Veja o que diz o *Voltaire*, excelente jornal de Paris:

“O ideal da reportagem!

Um dos redatores de um jornal brasileiro entendeu dever insinuar que o vinho vendido por um tal Monteiro tinha de tudo, menos uva. Monteiro esperou o jornalista à porta do escritório, e chamou-o de mentiroso. Troca de testemunhas, e no dia seguinte duelo à pistola.

Pif! Paf! Os dois adversários ficaram feridos; o médico declarou que Monteiro reestabelecer-se-ia ao fim de um mês, mas que o repórter só tinha cinco minutos de vida.

Em vez de pedir um padre (vê-se que o *Voltaire* não se refere a um redator do *Apóstolo*), o jornalista pede uma pena e manda ao seu jornal o seguinte telegrama:

‘Houve um duelo entre os Srs. Arner e Monteiro, a propósito de uma discussão fútil.

O Sr. Arner recebeu uma bala no peito e morreu daí a cinco minutos. Façam uma pensão à viúva’

E deixando a pena, expirou”.

Veja o leitor como se escreve em Paris a história... do Brasil.

Aqui, até segunda ordem, a regra, nestes casos, em vez do duelo à pistola, é o belo tabefe, prisão em flagrante, fiança e publicação *a pedido*.

Se não fosse manifestamente uma fantasia, o artigo do *Voltaire* seria caso para se mandar pedir ao público parisiense que suspendesse o seu juízo.

—

Temos um presente para o Sr. diretor geral dos correios.

É o envelope de uma carta que foi expedida aqui do Rio de Janeiro – onde florescem a febre amarela e a Ilma. câmara municipal – no dia 27 de fevereiro de 1882, com destino a S. Sebastião dos Aflitos, na província de Minas.

A carta chegou ao seu destino no dia 2 de abril do ano corrente, isto é, cerca de quatorze meses depois da expedição.

Muito tem caminhado o mundo: mas é justiça reconhecer que o Brasil vai na frente, como baliza. O vapor, o balão, o telefone são histórias da carochinha: grande, o enorme invento da humanidade é o correio brasileiro, que chega quase a ser tão bom como o telégrafo do Sr. Capanunes.

E quando nós vemos casos como este, de uma carta que leva quatorze meses para ir daqui a Minas, ainda temos esperanças de que nos venham parar às mãos dois telegramas que nos foram expedidos de Montevideú, em dezembro do ano passado, e que a esta hora talvez já estejam no Rio Grande do Sul.

### **13/04/1883 – Mercurio**

O Congresso Pedagógico, em suas sessões preparatórias, tem dado água pela barba ao nobre príncipe consorte.

Para qualquer lado que as volte, enxerga o cano de um bacamarte.

- Senhor, a biblioteca do exército, de que V. A...

Volta-se para o outro lado.

- Senhor (um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez). Senhor (nova pausa menos demorada), Sereníssimo Senhor, as conferências que há tantos e com tanta (nova pausa mais demorada que a primeira) com tanta dedicação...

Volte-se ainda para o outro lado.

- O decreto de 10 de abril, vocifera o terceiro.

- Felizmente não os ouço, porque a natureza previdente trocou-me as orelhas de mercador, diz este; mas o diabo daquele mover constante de lábios superexcitame e sobressalta-me. E eu sem poder falar de minhas vitórias militares! É fantástico!

Tão superexercitado e sobressaltado anda o bom presidente, que na última sessão entrou de chapéu na cabeça.

Tablean.

- Péu! Murmurou um.

- Péu! Ecoou o segundo, dois tons acima.

- Péu! Catertorizou o terceiro, animado com o exemplo.

- Chapean! Disse o nobre presidente. Pardons! (tira o chapéu). Meus senhores, aproveito a ocasião para falar da grande e perigosa batalha de Perribabuy.

- E soltou o verbo! E ainda está faltando.

---

Confidências do Sr. Ávila a um amigo:

- Estou muito desgostoso com a minha posição.

- Não faço nada do que quero – o que já é muito – e tenho de fazer o que não quero, o que denuncio como uma vergonha e como um escândalo – o que é demais.

Encarrego de estudos hidráulicos a um oculista. Sou a favor da companhia de Botafogo e dou preferência à Copacabana. Comprometo-me a conceder o prolongamento da E. F. de Grão Pará, e depois tenho que negá-lo porque o Sr. Paranaguá entende que devem prevalecer os direitos da União e Indústria.

- Não, não posso mais ser o ministro: eu não vim aqui para simples carregador de pasta: o Rio Grande olha-me; Jaguarão contempla-me; Silveira Martins ameaça-me; hei de mostrar-lhes quem sou.

(Soam Palmas)

- Entre.

Entra novo amigo do Sr. Ávila. A pessoa com quem este estava conversando toma o chapéu e retira-se discretamente.

- Então, conselheiro, consta-me que vai deixar o ministério?

- Eu? Por que?

- Diz-se que anda desgostoso.

- Desgostoso eu?! Ora, faça-me o favor.

Quando vim de Jaguarão, houve certos choques; mas acabaram depressa.

A primeira investida do Paranaguá eu lhe disse francamente: V. Ex. é do Piauí, eu sou do Rio Grande, - terras ambas credoras; vamos ver quem pode mais: o boi do Norte ou o boi do Sul. O boi do Norte não preciso dizer-lhe, metem-se no (...).

Para abreviar, tenho um prestígio enorme. O imperador anda até com ideias de chamar-me para presidente do conselho.

- Aceita?

- Qual! Penso como o Euzébio; no Brasil, um homem de vergonha não pode ser ministro duas vezes.

- Só se me derem a Presidência da República.

---

Defronte da Gazeta de Notícias.

- Então, Zé Bento está nomeado como conselheiro do Estado?

- Que Zé Bento?

- O Zé Bento, ex-ministro do Império.

- O Zé Providência?

- Sim.

- O Zé Carnaval?

- Sim.

- O que dirá a Musa do Povo?

- Maria Joana ou a mulher do povo:

Eu dou um golpe nos costumes. E cuidam que é nas pessoas.

#### **14/04/1883 – Publicola**

Só um número de (...) fornece-as a valer. E o número de domingo último é que vamos consultar, desde a primeira até a última página.

---

Logo em princípio, vemos, após o clama, clama, uma portaria do Sr. D. Lacerda, na qual S. Ex. diz mais ou menos o seguinte:

- que havendo-se inesperadamente tornado impossível fazer a distribuição dos Santos Óleos no dia apazado, e que tanto bem fora começada no ano passado, S. Ex., apenas chegando a Petrópolis, recorreu a Anunciatura Apostólica, a qual em seu rescrito, dignou-se conceder, a vista dos presentes, circunstâncias, que em toda a diocese se (...) licitamente usar dos Santos Óleos sagrados a Quinta-Feira Santa do ano passado de 1882, e que esta concessão valesse até maio do futuro ano.

Conclui S. Ex. Rvma., dizendo que espera que no correr de abril terão completamente desaparecido os graves motivos dessa resolução.

---

Na supra resumida portaria há alguma coisa obscura e impenetrável que a própria gramática, de que fez uso o Sr. Bispo do Rio de Janeiro.

Temos, em primeiro lugar, que houvesse inesperadamente tornado impossível distribuir os Santos Óleos, que tanto bem começaram a ser distribuídos no passado.

Inesperadamente, como?

Se os óleos (santos) gastaram-se, nada mais simples: - reformassem-os. Os Granjas e Henriques Reis da capital estão prontos a mesmo inesperadamente abarrotar as sacristias de óleos, nos quais o Sr. Bispo sagraria em um minuto.

Esqueceram o dia? Esqueceram o serviço? O que foi que inesperadamente sucedeu, e que veio impedir de fazer uma coisa que tanto bem tinha começado o ano passado?

*Dicant Panduani.*

Em seguida S. Ex. declara que obteve licença no Rescrito do Sr. Nuncio, para, em vista das presentes circunstâncias, usar licitamente em toda a diocese dos santos óleos do ano passado.

Este trecho é grave, porque entende ao mesmo tempo com a junta de higiene e de moral.

A licença para usar licitamente pressupõe o caso de serem usados ilicitamente os tais santos óleos – e isso é feito quanto é possível ser.

Também a licença concede que se aproveitem os óleos do ano passado – e em tal caso a junta de higiene ou a respectiva comissão paroquial, devem interpor parecer, lembrando que, embora santos, os óleos do ano passado submeteram-se às leis da química orgânica e deterioraram-se.

Ainda por fim, S. Ex. diz que até maio do ano 1884 esses óleos serão usados; entretanto, conclui afirmando que no correr do presente abril espera ver desaparecerem os graves motivos dessa resolução.

Esse dizer, mais tenebroso que a sintaxe do S. Ex., e mais extravagante que de sua redação de sua portaria, coloca-nos, a nós os fiéis em tal situação, que nem ousamos definir. Sim, que estes óleos não são para o cabelo, e ainda menos para remédio do corpo.

---

Nesse mesmo número, o *Apóstolo* noticia que em estudos sobre Moysés achase no Cairo o Príncipe Frederico Carlos, da Alemanha. A propósito, acrescenta o seguinte:

- Do Cairo vá a Palestina, onde se propõe estudar, sob o ponto de vista estratégico, o caminho que seguiu Moisés na saída do Egito.

O célebre egiptólogo M. Brusgh, que o acompanha, estuda-lo-á, sob o ponto de vista arqueológico. Da Palestina voltarão à Grécia.

---

Vêem? Mr. Brusgh, que acompanha o príncipe, estuda-lo-á (ao príncipe) sob o ponto de vista arqueológico... E todos nós, que supúnhamos moço o príncipe, e não um monumento de arqueologia!

O *Apóstolo* conclui perguntando:

- Quando se lembraria Moisés de que um dia seria estudado sob o ponto de vista militar! Disto nada tem a recear a Bíblia.

E nós perguntamos:

- Quando se lembraria Príncipe Frederico Carlos que seria estudado sob o ponto de vista arqueológico! Disto nada tem a recear o bom senso.

---

Faltando melhores trechos, voltamos a folha e, na última página encontramos o artigo transcrito, em cujo sumário lê-se: - Discurso recente do Monsenhor Fava sobre a Maçonaria.

Lemos o artigo, vemos quanta razão e quão profundos conhecimentos tem Monsenhor Fava, e não podemos deixar de reconhecer que daqui por diante, quando os interessados nos vierem pedir notícias e informações da maçonaria, nada mais teremos a fazer senão mandá-los... a Fava.

E basta.

### **15/04/1883 – Zig-Zag**

Dentre as diversas utilidades que realçam a sublime instituição democrática mais vulgarmente conhecida pelo nome de Câmara Municipal, destaca-se pelo seu brilhantismo, a de servir de assunto para tudo – desde o artigo doutrinário em que se exalta a autonomia da câmara até as balas de estalo, senão em quadras festivas de batizados e casamentos, ao menos em (...) correntes e despreziosas, como a dos artigos do Dr. Campos, candidato manqué à cadeira de loucos e doutor em medicina pela Faculdade da Bahia, cujos créditos ele acaba de zelar de maneira brilhantíssima.

---



Já toda a gente sabe de cór e salteado que se tem passado entre a ilustríssima e o Exm. Ministro do Império.

Este estadista, a última hora, converteu-se à ciência do Dr. Maximiliano de Carvalho, é (...). A câmara ou uma parte dela, foi lá a casa e queixou-se que estava sofrendo de uma moléstia endêmica – capangas.

Imediatamente o Sr. Ministro receitou – tome capangas.

Similia Similibus.

E depois foi para o Diário Oficial explicar o receituário.

S. Ex. recorreu ao seu formulário e lá encontrou – para combater capangas, só capangas.

E ficou muito satisfeito consigo e com sua ciência.

Chegou mesmo a confessar a si mesmo que não há posição mais cômoda para um ministro do que deixar de o ser.

Segundo o seu escrito, publicado em duas edições, uma no apedidos e outra no Diário Oficial o governo tem conhecimento de que há capangas nas sessões da câmara municipal.

Como isso de ter capangas é apenas uma questão de gosto, como ter gatos franceses de pelo comprido ou papagaios que digam bregeirices, o Sr. Ministro como parcela do poder público limita-se a aconselhar ao presidente da câmara que tenha uma coisa, que ele confessa não ter – forças. O Sr. está anêmico, está débil, depauperado: pois faça ginástica, levante pesos, pendure-se num trapézio, dê dez voltas e caminhe cinco léguas.

- Mas senhor, eu não posso nem com um gato pela cauda.

- É o mesmo, faça o que lhe digo se se quer curar.

Fisicamente seria esta situação de presidente da câmara, perante o governo, se se tratasse de força física.

Como, porém, se trata de força moral o caso ainda é mais metafísico. Em vista do que, o governo reconheceu que nas deliberações da câmara, que por parte de outro, dominar o elemento capanga, confessa que nada tem a fazer.

O capanga é, pois uma instituição tão legítima, tão reconhecida salutar, como todas que figuram na constituição.

É um direito de pacto fundamental, onde ele se exercita nada tem que ver o poder executivo, só uma constituinte o poderá revogar.

---

O Ministério da Guerra recebeu o seguinte telegrama:

Curitiba, 14 de abril.

Tropas impacientes.

Dedo indexado no gatilho. O inimigo aproxima-se. Parte do exército está em coluna cerrada, e outra parte forma quadrado contra a cavalaria do mate.

Mantendo posições, exceto quando o exército tem necessidades naturais. Aguardo ordens e o (...) das praças. Mande mestre da música que está fazendo muita falta para a requinta da *Mascotte*.

Assinado. – Enéas.

---

Há muitos anos que a imprensa pública religiosa e periodicamente a longa lista das pessoas que semanalmente vão ter a honra de cumprimentar sua majestade o imperador. Nada há que dizer, nem com relação às pessoas que cumprimentam, nem com relação à publicidade dessas homenagens.

Há opções a um reparo (...) a favor da nossa população.

Todos os países têm chefes de Estado, e em nenhum deles os sabe quem os cumprimenta.

Muito atrasada anda a imprensa estrangeira, que não dá (...) desses cumprimentos, os muito mal citados os outros povos, que deixam sucederem-se as semanas, sem perguntarem ao chefe de Estado – como vai (...) da sua tosse!

### **17/04/1883 – Decio**

A primeira que estalamos hoje é uma balinha elétrica, em honra do Sr. Barão de Capanunes, o qual (...) dizer da nossa colega do Jornal, está em vias de prestar mais um serviço à ciência brasileira.

Bravvvvvo!

A elétrica e tormicidica repartição da telegrafia, que assim fez jus a tão levado conceito e a esta exclamação tão entusiástica depois de se haver tornado por mil maneiras e modos, credora das bênçãos do público, das do comércio em geral e das nossas em particular: o que se pensa que fez essa repartição?

Dou-lhes uma... dou-lhes duas... dou-lhes três... dou-lhes todas e não acertarão com a obra aceiada da repartição Capanunes, e obra que leva o respectivo diretor a lavrar mais um (...), eles serviços prestados à ciência brasileira.

O que fez o Sr. Capanunes, não é bem o que ele fez, por enquanto; mas é uma coisa que ele há de fazer, porque já está tratando dela. E isto, nem mais nem menos: o

Sr. Barão trata neste momento, segundo a conspícua notícia de adquirir os aparelhos meteorológicos automáticos dos que já se acham em serviço em Upsala.

E como a meteorologia embora seja uma ciência na infância mas já tenha frutos, como também acontece na infância aos porquinhos da Índia; por isso, e à vista dos autos, o Sr. Barão tratando de adquirir os instrumentos aludidos, contribuirá para um grande serviço à ciência brasileira.

Somente nós tomaríamos a liberdade de lembrar ao chefe da repartição (...), que o ensejo é o mais favorável, e que ainda muito mais contribuirá para a ciência telegráfica, se quiser encomendar a Upsala uns outros aparelhos mais completos e da mais urgente necessidade para a sua repartição.

Esses aparelhos são uns três pouco complicados, e cujo único destino é o seguinte: concorrerem para que os telegramas transmitidos de um ponto e recebidos noutra lugar integralmente, sejam depois levados deste último ponto às mãos do seu destinatário, e integralmente como vieram do aparelho transmissor para o aparelho receptor.

Se S. Ex. obtiver tais aparelhos, que serão adaptados às mãos dos empregados que às tiverem furadas, com certeza o público reconhecido levantar-lhe-á uma estátua sobre a base de uma grande lata formicida, e nós, nós... receberemos de então por diante todos os telegramas que nos enviar o nosso correspondente de Montevideo.

Estes e mais outros que estivessem destinados a evaporar-se nas mãos dos senhores da repartição Capanunes.

Se obtivermos do Sr. Barão esta encomenda, teremos a exata entrega dos telegramas, ciência que também está na infância, e o Sr. Barão terá prestado um verdadeiro serviço a nós e até a si mesmo.

—

O Sr. ministro da agricultura autorizou a nossa legislação em Paris a contratar o profissional Rebourgeon para vir estabelecer uma escola de veterinária e agrícola na província do Rio Grande do Sul, percebendo o vencimento \$8.000 anuais.

Não podemos compreender qual o motivo que haja concorrido para tão extravagante determinação do Sr. ministro da agricultura. Então S. Ex. que já encontrou no país um excelente diretor de escola agrícola, vai agora encomendar por \$8.000 um entendido de veterinária no estrangeiro.

Pensará acaso S. Ex. que já não há jornalistas no país? Ou cuida S. Ex. que todos os filhos do Sr. conselheiro Dantas já estão empregados?

Em todo o caso, vemos que o S. Ex. foi pelo menos inconsiderado, porque sendo possível uma próxima dissolução de (...), sendo possível uma não (...), e em

consequência sendo possível e mais um para o grupo do Sr. Pedro Luiz, Homem de Melo e Fleury, lá se vai um bom emprego para um ministro derrotado.

Se fosse o tempo, aconselharíamos S. Ex. a suspender o seu Rebourgeon e a escola veterinária de sua província até ver em que param as modas.

Noticiou-se que o Sr. ministro do império comprou vários instrumentos ao Sr. ministro da agricultura por \$42.800 e mandou-os para o Imperial Observatório.

Quem lê esta notícia entra a parafusar sobre o caso e a perguntar a si mesmo se realmente o Sr. Velloso deu-se a tamanho luxo de prodigalidade.

Sim. O mealheiro, a caixa, a burra dos ministérios, do império e da agricultura acham-se no mesmo lugar, à rua do Sacramento, 17.

Ora, lembrar-se a gente de comprar e do Império alguma coisa ao da Agricultura, equivale a no tesouro nacional abrir-se a gaveta da direita, tirar daí um dinheiro e passar para a gaveta da esquerda, é lembrar-se no mesmo tempo que nem por isso teve grande valor a operação financeira e que os tais instrumentos que já se achavam há muito tempo no observatório, não tiveram sequer o lucro de um passeio para inglês ver.

Decididamente, pois, foi o Sr. Ledo Velloso que comprou ao Sr. Ávila \$42.800 os instrumentos aludidos. E em tal caso, toque Sr. Leão Velloso.

Agora se não foi; então a tal notícia da operação louvada merece uma exclamação que já teve a sua consagração no parlamento.

- Ora bolas!

### **18/04/1883 – Zig-Zag**

Nós não estamos habituados a ver todos os dias e rejeitar as prebendas do Estado, ou sob a forma platônica de um título, ou sob o aspecto mais positivo de uma renda anual ou vitalícia. Há mesmo Catões que, não só o rejeitam, como se empenham, se muitas vezes não se vendem, pela obtenção de uma patente da guarda nacional, uma das nossas instituições que ocupam lugar distinto entre a Perichole e Les Brigands, de Offenbach.

Não estamos acostumados às rejeições das graças do poder.

Eis porque, a esta hora, está todo o império boquiaberto ante a negativa que o Sr. Barão de Cotegipe oferece à carta de conselheiro de estado extraordinário.

Um grande político, o Sr. Barão de Cotegipe.

Na história contemporânea, ninguém lhe põe o pé adiante.

O papel que este homem tem representado nos últimos seis anos, há de ficar assinalado, por um vinco profundo na página que lhe corresponde na história moderna.

Quando ministro, fazem-lhe acusações feias. Agita-se a opinião o acusador é levado a triunfo, e o ministério cai com a situação.

Vem a outra, e então começa o Barão de Cotegipe a desenvolver as suas qualidades.

Surge a grande questão do orçamento de 1879.

Veio a talho de foice, como se costuma dizer.

O ilustre senador, com seus grandes conhecimentos especiais, o seu prestígio, pega-se na situação com dois dedos, e mete-a no bolso muito convictamente, até que o Sr. Afonso Celso, não menos hábil, consegue libertá-la, mas já com algumas modificações.

Depois é eleito presidente do senado. No exercício das suas funções, põe em jogo a sua cadeira, e todo o senado vota, e muito bem, para que S. Ex. continue.

Na questão da reforma eleitoral, põe de lado a célebre espingarda velha; alto interesse que havia para a reforma não passar, põe-se do lado da reforma, e, mais e muito melhor do que os seus autores, leva o senado a aprova-la, com manifesto desagrado de alguém.

Agora, de par com o Sr. Zé Bento, nomeiam-no conselheiro de Estado.

Para que? Como honra? Não precisava dela, ele que é presidente do senado. Como emprego? Ainda menos.

O ministro enganou-se, pois, redondamente. O senado continuará a ver o Sr. Barão de Cotegipe, e o Sr. Barão de Cotegipe, talvez que ajustadas as suas contas, não continue a ser aliado da situação.

Em todo caso, um grande político é o que ele é.

—

Um caso municipal.

Fez-se uma reclamação contra a existência de um capinzal, levou a mão ao nariz e fugiu a sete pés.

Os moradores, ansiosos, pediram explicação da fuga.

- Tenho medo das cobras, amanhã eu trago o fiscal!

E o cheiro lá ficou, até que os cães deram com um bode apodrecido, que era a única cobra que aterrorizava o bravo guarda fiscal.

—

Há por aí algum leitor bastante ingênuo para supor que há febre amarela no Rio de Janeiro?

Se há, esse imbecil que se apresente, porque queremos confundir-lo.

E para isso, e só para isso, que guardamos este pedacinho de Ver, ouvir e contar.

O Dr. Fort, com essa publicação, com a publicação de outros artigos, que já têm sido citados aqui, destruindo a lenda da febre amarela, está prestando ao Brasil um serviço assinalado.

E dizer-se que há quem julgue que, apesar dos artigos do Dr. Fort, destruindo a febre amarela, ela continua a dar que fazer à empresa funerária.

Ou quem acredita em tal é muito irreverente para com a retórica do Dr. Fort.

### **19/04/1883 – Zig-Zag**

Uma grande comoção no público desta capital.

Regressaram ontem do Paraná as tropas aguerridas do marechal Enéas.

Traziam nas frentes (...) pelo Sol das batalhas o sorriso triunfante do Radamés – da ópera de Verdi, e nas mochilas dependuradas dos ombros algum mate para as famílias.

No arsenal eram esperados os bravos pelo Sr. ministro da guerra. S. Ex. expandiu-se em um abraço demorado e estreito ao comandante do exército.

- Transmita-o aos seus soldados, disse o Sr. ministro.

E o abraço percorreu todas as fileiras até chegar à última.

Ainda não havia passado a impressão do abraço, quando S. Ex. exclama:

- Soldados! Eis-vos de volta à pátria quero dizer ao campo da Aclamação! Levados por um destes sentimentos de honra que enobrecem a classe militar, e por um pacote da companhia do Sul, que custou ao Estado alguns contos de réis, vós fostes às paragens do Paraná bater a hidra da reação, que ousou erguer a cabeça contra o imposto, a única coisa santa, augusta e imperturbável que constitui a felicidade dos países bem administrados.

Soldados vindos como fosteis, sem fazer sangue no corpo do comércio, mas ferido o tesouro.

O cartuchame vem intacto, como intacta vem a vossa consciência. Fosteis para manter a ordem; a ordem estava mantida. A vossa força é tanta, que não faz mister empregá-la: basta metê-la num pacote. Os motins passam; mas o exemplo fica. Vós sois o exemplo, por isso ficais. O motim passou.

Onde força há, direito se perde. Vós sois a força e o direito fugiu, antes da vossa chegada. Por isso, em nome da Ordem, em nome do Progresso!

Vivam as forças vencedoras do Paraná! Viva o Marechal Enéas! Viva o atual governo na nação brasileira!

E as forças corresponderam entusiasticamente todos os vivas, depois do que se puseram a caminho pela rua do Ouvidor.

---

A banda de música tocava o Boccacio, uma ópera cômica.

Na frente o marechal Enéas, às costas de um cavalo, distribuía pelas multidões admiradas um olhar de reconhecimento.

Ao passar em frente à casa de um dentista, o marechal deu a voz de continência.

O povo exclamou

- Que dentista!

E para logo reparou que à janela daquela casa estava o Sr. Visconde de Paranaguá.

S. Ex. não resistira.

Quis ver com os próprios olhos o regresso das tropas.

Viu e comoveu-se. Chorou! Uma lágrima acelerada despegou-se-lhe do olho esquerdo, e caía em cheio no peito de Enéas. Este reconhecido, e lembrando-se do 1º de janeiro, por sua vez resmungou:

- Que dentista!

#### **20/04/1883 – Biondelo**

Há precisamente um ano, senão mais, que está vago o lugar de diretor do Observatório.

A princípio houve quem pensasse que nomeado seria o Dr. Pereira Reis. Outros asseguravam que seria o Dr. Cruls. Pois enganaram-se: o lugar é para o Sr. Zé Bento, no caso de querer deixar a instrução pública para o Sr. Dória.

O estadista de carnaval e da providência foi apalpado para declarar se aceitava a nomeação.

- Não sei, disse no meio das maiores hesitações; no mundo da lua já ando eu há que anos! Mas são capazes de dizer que vou dirigir a astronomia do Brasil, porque dos pobres de espírito é o reino de céu.

- Oh! Conselheiro, não há ninguém capaz de dizer uma coisa destas.

- Haver, há... Estas gazetas... Estas gazetas... Se ainda for ministro hei de criar um conservatório tipográfico para ensiná-los... Mas voltemos ao negócio... Francamente, eu sempre entendo mais de astronomia que de instrução pública... Demais, de vez em quando temos uma passagenzinha de Vênus... Olhe, eu não terias dúvida de aceitar o lugar, mas o meu ordenado de inspetor é maior que o de diretor do Observatório.

- Não, não é, é igual.

- Iguais? Ainda pior. Se fosse inferior, diriam todos que foi por dedicação à ciência; se fosse superior, diriam que não sou tão tolo quanto pareço; mas igual – nesta não cai o filho do meu pai. Só se me derem algum contrapeso, por exemplo, se me nomearem conselheiro de Estado.

- Aceita?

- Com certeza: é uma das minhas maiores ambições.

---

O negociador saiu dali para a casa dos que o tinham mandado. A proposta do Sr. Zé Bento, não precisamos dizê-lo, causou sensação; provocou protestos, deu lugar no conselho de ministros a uma cena, que não distava muito das que hebdomadariamente se dão na câmara municipal.

Felizmente o Sr. Paranaguá pôs água na fervura.

- Que Sra. Majestade já contava cinquenta e oito anos, que não era criança que pudesse ser deitada a perder; que não era obrigado a seguir os conselhos que lhe deram: que etc.

Triunfou, portanto, a candidatura do Bento Zé.

Alguém, por sua parte, com certa coqueteria irônica, não teve dúvida em assinar o decreto, logo que soube do elevado intuito que o inspirava.

---

Na mesma noite em que se assinou o decreto da nomeação do Sr. Zé Bento para conselheiro do Estado, foi o negociador à sua casa.

- Conselheiro, não disse eu aceitava o lugar de conselheiro de Estado?

- Disse e sustento.

- Pois está aqui o decreto.

- Deixa ver.

Tomou o papel com avidez, mirou-o, e mirou-o, cheirou-o, deliciou-se nos arabescos do P. I.

- Os direitos já estão pagos, prosseguiu o negociador.

- Muito obrigado.

- Agora V. Ex. há de se lembrar do que prometeu. Portanto, peça demissão de inspetor da instrução pública, para ser nomeado diretor do Observatório Astronômico.

- E o Dória ser nomeado inspetor da instrução pública? Está se ninando! Nomeiem-no para o Observatório, se quiserem; para o meu lugar, isto é que não.

---



É fácil de imaginar a cara do negociador. Rogou, chorou, invectivou-se, pintou:  
A nada disto o Bento se movia.  
A cara do negociador...  
Mas a cara dele nada foi ao lado da dos sete ministros.  
Mesmo alguém ficou!  
*Honteux ccomme um renard qu'une poule aurdit prise*  
Na verdade, ser logrado por um Zé Bento não deixa de ser o cúmulo.

## 21/04/1883 – Décio

Antes de tudo, uma bala à Academia Imperial de Medicina. E uma bala que estale bem, e forte.

E que a Academia (Imperial) resolveu-se em boa hora a intervir em favor desta população epidemiada e neutra.

A tal população estava resignada à má sorte que a perseguia de há muito; via-se entregue de mão e vísceras atadas aos micróbios e outros manipuladores e prováveis origens da febre amarela.

Tranquilamente resignada, a população dirigia-se para o Cajú, com a mesma convicção e placidez com que para os inóspitos e revoltados campos do Paraná seguiram os bravos do 1º batalhão de infantaria.

A população tinha a junta de higiene, a faculdade de medicina, as instalações do Dr. Marques de Carvalho e o espiritismo. Não lhe bastasse isso, entretanto.

Para tranquilizar-se a vencer a epidemia, que se desenvolve aos enxames, sob a pouco simpática forma de *cryptococcus*, tudo tinha a população desta leal e heroica cidade; mas tendo tudo, faltava-lhe o principal, o urgente, o indispensável e o imprescindível: a Academia (Imperial) de Medicina.

Nada, porém, é impossível nesta vida, e os maiores atos de supremo esforço e heroica valentia vêm supreender-nos quase sempre, quando menos esperávamos.

Assim, a (Imperial) Academia de Medicina.

Ela não reúne-se muito frequentemente. Ela não ouve bem, porque a otite causada pelo acúmulo de cerúmen, próprio das idades avançadas, tem lhe interceptado e respectivo canal acústico.

Também não vê bem, porque é presbito, depois de ter sido míope: e está inteiramente perdida do olfato, em vista do abuso que tem feito há longos anos de (...) Paulo Cordeiro o do amourinha da Bahia.

Alquebrada, trôpega, envelhecida, a Academia (Imperial) não sabia da febre amarela, nem do número elevado de casos que o obituário refere todos os dias, sob os diversos e variados títulos de febre tifoide; febre biliosa grave; tifo (...) e febre remitente biliosa tifoide. Dos que, por modéstia, não vêm no obituário, os tais da Jurujuba, desses não admiro que não tivesse conhecimento a Academia (Imperial) porque deles também nada sabemos e nem deles quer saber o próprio Sr. ministro do império, que começou logo por onde outros costumam acabar – mandando-os queimar todos com os ff e rr do nome e renome do Sr. engenheiro Paulo Freitas.

Ora, não tendo a notícia da febre nem dos doentes, a Academia sempre Imperial de Medicina, andava muito pacífica, cuidando que os tempos mais prósperos corriam para esta população que nela tudo confia: que gozávamos a primavera eterna da gruta de Calypso, e que a temperatura ambiente rivalizava com o bigode do Sr. Ávila em lustre e frescura.

Afinal, dois meses depois da epidemia ter devastado um pouco mais a população do que os próprios impostos governamentais, eis que um membro da sábia e (...) instituição ouve falar – ou gritar – alguém a respeito da moléstia reinante.

Foi isto o que lhe despertou atenção:

- Então vão queimar todos os Jurujuba?

- É verdade! No forno crematório dos Srs. Leão Velloso e Paula de Freitas!

O membro, intervindo:

- Que forno?

- O da Jurujuba, conselheiro.

- Para quê?

- Para os mortos.

- Para os tortos?

- Não, para os mortos da febre amarela...

- Ela... Então ela anda por aqui?

- Anda, senhor, e os vinte casos diários reclamam que o único e enérgico medicamento para o caso: a sábia instituição por quem a população geme, suspira e chora sem cessar.

Foi assim que a Academia (Imperial) de Medicina soube de toda a história; de sorte que indiretamente foi o Sr. Leão Velloso quem veio salvar a situação e a população, acordando a instituição que vai debelar a epidemia.

Pois que, apenas inteirada do caso, e embora dois meses depois de manifestar-se a moléstia, a Academia Imperial de Medicina resolveu dar-lhe um golpe decisivo, aplicar-lhe o específico feroz, cortar as sete cabeças do bicho, matar a golpes profundos

os micróbios, acabar, enfim, e por uma vez, nesta quadra, com a febre amarela.

Resolveu:

- Reunir-se em sessão!!!

Parabéns, muitos parabéns ao público, ao governo e aos povos do vasto império de Santa Cruz.

#### **22.04.1883 – Lulu Sênior**

O teatro nacional quer voltar às antigas glórias. Já não é sem tempo. Hoje no velho teatro S. Pedro de Alcântara, o <sup>\*\*\*</sup>, o único dos nossos teatros que merece o título de Fênix, porque já três vezes renasceu das suas cinzas, será representado o sempre aplaudido drama *O Homem da Máscara Negra*, do Sr. Mendes Leal.

O Sr. Mendes Leal é um escritor dramático de alto quilate; além do *Máscara Negra*, escreveu os *Dois Renegados*, e muitas outras peças, não sabemos se todas pelo sistema da *Pobreza Envergonhada*, que apresentou como original, apesar de ser tradução dos *Pauvres de Paris*. Isso, porém, não o impede de tomar parte ativa na propaganda que nos congressos literários europeus se faz contra a falta de probidade literária no Brasil.

*O Homem da Máscara Negra* é um desses dramas que não deixam ao domingo, um só lugar vazio no teatro S. Pedro. Hoje, se alguma lacuna lhe notarem os espectadores, é que não se lhes apagou da memória o nome do grande ator, do imenso Sr. Germano, que a estas horas, no Rio Grande do Sul, exerce a medicina homeopática com um brilho em nada menor que o que adquiriu na cena. Somente agora os seus espectadores, em vez de o aplaudirem, vão cochilar na terra santa com as raízes de mandioca.

Em compensação, porém, lá estão o Galvão, que é do bom tempo, e o Sr. Pereira, que é tão discípulo do Sr. Germano, que até cura também pela homeopatia, quando os doentes são pequeninos.

Escusado é dizer que um sucesso espera também o Sr. Braga: não é de hoje que esse ator é, em S. Pedro, o *saquinho das palavras*. Quando ele aparece em cena, até os bancos da plateia e as grades dos camarotes de quarta ordem desatam a rir. Mas é preciso que seja naquele bom repertório. Se o homem tem de apresentar-se como anda em casa, é ele o primeiro a não achar graça nenhuma em si; para estar à vontade, precisa deitar calção e meia.

Esta recrudescência do *Máscara Negra*, que, à primeira vista, parece um fato sem significação, traz dente de coelho. O Sr. Galvão não remontou a peça, não se encarregou do arrebatador papel de conde D. Alvaro, *que há mais de doze anos não executava*, só pelo prazer de ouvir o Sr. Pereira, transformado em Antonio Haracho, dizer-lhe aquela frase terrível: “Conde D. Alvaro! quanto darias tu quem te trouxesse Branca?”

Nada! por mais que essas palavras mágicas, ditas pelo Sr. Pereira, que sempre tem colhido frenéticos aplausos na exibição desse papel, revolvam o Sr. Galvão lá por dentro, lembrando-lhe os bons tempos em que o governo subvencionava o teatro nacional; o Sr. Galvão, só por esse prazer, não executaria mais uma vez o conde D. Alvaro; o que o decidiu foi o anúncio, ultimamente distribuído, de uma sociedade particular, que vai representar o *Antonio José ou o Poeta e a Inquisição*.

Essa sociedade, com o louvável intuito de regenerar o teatro nacional, que há anos definha às punhaladas do repertório de Offenbach, encarregou do difícil papel de protagonista da tragédia de Magalhães, o Sr. major Berardo, que mais de uma vez fez

empalidecer João Captano, e de quem a referida sociedade diz que é o único depositário das glórias do mestre.

O Sr. Galvão aceitou o r\*\*\*, e vamos assistir ao desfilar das nossas antigas glórias.

O interessante é se o Sr. Germano se influi, deixa o Rio Grande e os glóbulos e vem por aí fazer a *Gargalhada*.

### **23/04/1883 – Decio**

Atualmente não temos só uma epidemia, pois que são duas as que dizimam a população da corte.

Fala-se muito da primeira das epidemias – a da febre amarela entretanto, conserva-se no escuro do silêncio a outra epidemia – a dos casamentos.

Assim como o registro da Jurujuba oculta no profundo mistério do seu mutismo o número de casos da bicha, do mesmo modo o *Apóstolo* guarda no recesso íntimo das suas colunas invioláveis o relatório exato de casos dos bichos.

Fazemos entretanto, sobressaltar neste momento toda a verdade a respeito. Ela como que uma medida salvadora e útil para enfrentar a febre amarela, que aflige e diminui a população da cidade. Não poderemos afirmar que, seja isto um resultado de combinações prévias, nem a execução de um intento antecipadamente tomado.

Apenas notamos que, para contrabalançar o efeito da febre, - que diminui a população, temos tido o grande corretivo do casamento – que é o veículo do *crescite et multiplicamini*.

O obituário registra diariamente de 10 a 20 casos: mas que vale isso diante do que publica o *Apostolo* todas as semanas?

Nada. Pois que da penúltima vez o órgão da religião e da sociedade anunciou 144 casamentos, e da última vez, que foi anteontem, anunciou nada menos de 103.

Tudo junto dá um resultado de 247 casamentos, o que já é alguma causa muito para ser vista...

Será o bom senso o juízo intuitivo da população? Não o poderíamos afirmar entretanto, podemos garantir desde já que, por maiores que sejam as estatísticas do terrível morbo originado dos criptococcus, elas estarão abaixo da crítica daqui a um ano, porque ante elas levantar-se-á um mais elevado e autoritário poder: - o resultado dos 247 casamentos.

E este o verdadeiro propilático e o único específico da terrível moléstia. Que nos dizime o micróbio; de nada valerá isto, desde que ante ele se apresente o vigário da freguesia de estola em punho.

Continue a população a subir o morro onde habita o Sr. Dr. Pedro de Lacerda, e desse passeio higiênico haverá maiores proveitos do que se usar inalações do Dr.

Carvalho e os *salicylatos* e subsequentes hipodermias dos outros todos. Todos – entenda-se, e que não haja erro tipográfico.

A febre opunha-se o casamento, que também produz febre. O que dará um certo ar de homeopatia muito adorável para o caso.

Há uma circunstância repugnante, já sabemos, no casamento. Contávamos com ela e preparamos a réplica:

- Há a sogra no casamento, é bem verdade. Mas também na febre amarela há o vômito negro.

E um compensa a outra.

---

Uma bala de estalo bem merecida é aquela que faz jus a agência telegráfica que nos inunda todos os dias de telegramas mais ou menos importantes, quando não são menos ou mais verídicos.

E um sistema aperfeiçoado de fazer o serviço, e que proporíamos nos nossos colegas noticiaristas, se não fora o receio que nos assalta, de que eles seriam capazes de agradecer-nos a lembrança... recusando-a.

É simples o processo:

Como a agência em questão, o periódico noticiaria em grossos caracteres:

“Morreu ontem, às 11 horas da noite, Sra. Alteza e Sr. Conde de (...). Foi assistido pelo Sr. Dr. Secioso.”

E no dia seguinte, diria com todo o desprazo:

“Quem morreu ontem não foi o Sr. Conde...; foi um pequeno animal de estimação do nosso amigo P...”

Ou então:

“Está a expirar o Conde de Chambord e uma conspiração por descoberta em Petrópolis, atentadoria da vida do nosso amado soberano.”

E no dia seguinte:

“Qual?! Nem Conde de Chambord nem soberano, nem conspiração. O que queríamos dizer é que está a expirar o prazo das nossas assinaturas, e que em Petrópolis está aberta uma subscrição para as vítimas das (...) das agências telegráficas.”

Por este modo haveríamos – como se diz aos dias antes – um noticiário abundante, interessante, variado e saltitante.

---

Ontem houve sarilho à porta do teatro das Novidades.

Os esteristas vieram cheios de furor e entusiasmo encontrar em pleno campo inimigo os seus adversários papistas. Ali os defloraram, e ali foi aceito o terrível septo.

Alguns secos, poucos pontapés e muita palavrada.

Os estéricos gritavam a valer, e os pepinos não cediam o passo aos contrários.

A arte dramática exultava por ver-se motivo de guerra civil entre a nobre classe; e os empresários respectivos tinham nas velas o calor dos que se sentem o objetivo de uma nobre luta travada em favor do mais elevado dos princípios.

Porque houve mais de um paletó rasgado e mais de uma calça estragada, esperamos que, já arrefecido o entusiasmo, ouçamos hoje, em mais de uma rua, perguntarem não – quem tem garrafas vazias para vender? – mas; - quem tem roupa feita para (...)!

## **24/04/1883 – Zig-Zag**

A nova época parlamentar promete ser mais fecunda em assunto para as crônicas alegres e para os comentários humorísticos dos maldizentes ou dos despeitados.

Reformado o sistema da eleição, a câmara, na pessoa de sua mesa, entendeu que também se devia reformar.

Diziam às vezes – não poucas – e diziam-o com o certo tom desagradável de censura que os Srs. Deputados falavam muito, muitas horas e muitas sessões; exibindo relativamente poucas ideias, mas, em compensação, uma grande quantidade de imagens, como o sal da oportunidade, os cadáveres esmaltando as portas dos edifícios, e tantas outras, de que necessariamente terá feito coleção algum amator de raridades.

Esta era a acusação.

Pois bem. A mesa da câmara, como não tinha sessão a presidir, aproveitou este intervalo em fabricar uma rolha tremenda para os Srs. Deputados.

Essa rolha é nem mais nem menos do que a inovação de dois púlpitos, de cima dos quais os pais da pátria têm de soltar o verbo eloquente a favor de seus interesses mais queridos.

Falar de seu lugar, no meio do burburinho do princípio da sessão, ou no isolamento sonolento das duas horas da tarde, era coisa fácil. Até o Sr. Penido às vezes fazia disso. Mas pediria palavra, ver restabelecer-se o silêncio, e um augusto ter de atravessar o salão, subir os degraus do púlpito, pedir copo d'água em voz alta, estender os documentos comprovativos das suas opiniões no parapeito da tribuna, tossir, tirar da garganta o catarro sufocante do verbo inflamado, para colocar cuidadosamente dentro

da tribuna, a um canto apropriado, compor o paletó e a atitude, é tarefa por demais pesada para os nossos oradores, tão pouco habituados a *mise-em-scène* moderna.

Só o fará, imperturbável, serenamente, mesmo com uma certa altivez o Sr. Ferreira Viana, e por uma razão muito simples – S. Ex. já está habituado ao púlpito.

A criação, pois, dos dois púlpitos é um meio malicioso e um pouco pérfido, que a mesa da câmara dos Srs. Deputados encontrou para opor um dique à retórica do parlamento.

E, depois, ninguém mais poderá dizer com propriedade a tribuna parlamentar.

Quem tiver necessidade de empregar essa frase, se quiser ser entendido, há de forçosamente acrescentar-se – da esquerda ou da direita.

Porque agora são duas.

—

Está reaparecendo outra vez, com um certo vigor, a luta entre os partidários de duas atrizes – uma de canto – e outra modestamente não diz de que é.

Já anteontem se deu o primeiro encontro das forças inimigas. Não se sabe se houve feridos. A história ainda não disse nada a tal respeito – nem a história, nem a parte de polícia.

A luta, porém, vai continuar ardentemente.

Nos ineditorises das folhas formigam os protestos e as ameaças, e ninguém sabe se a luta só acabará quando o último pepista tomar champagne no crânio do último esterista.

Parecem-nos o caso de uma intervenção benéfica, além da dos respectivos cacetes e rifles policiais.

Por que não fazem as pazes as duas artistas? Não seria as guia acaso o mesmo final da glória?

Não sentem ambas a revolver-lhe o seio os ímpetos do mesmo amor, do santo amor da arte?

Não são ambas igualmente gentis, igualmente magras e, portanto, artisticamente falando, com o mesmo peso!

Vamos, pois; um bom movimento: – abracem-se – é então a única vitória desta luta, já tão cheia de cicatrizes e de mofinas, o único triunfo desta peleja, tão ardentemente combatida, será todo inteiro para a Arte, para a verdadeira Arte, que lhes ficará tão reconhecida, como quanto lhes fica-o. [Zi-Zag?]

(Carta a R. J. Kinsman Benjamin)

Sou um dos maiores admiradores do Clube a que ligou seu nome, caro maestro. Dos vinte e cinco concertos que tem dado, tenho estado presente a vinte e quatro. Se não posso, como um meu amigo, gabar-me de ter vindo expressamente de São Paulo, para não interromper a série, ao menos não vou, como ele, trocar as nossas reuniões quinzenais, tão íntimas e tão singelas, pelos concertos, provavelmente mais *fashionable*, mas com certeza menos acabados, do celebre Padeloup.

Julgo-me, portanto, autorizado como admirador seu, como entusiasta do Clube Beethoven, a dizer as inquietações que nos últimos tempos me tem atribulado.

A mudança do Clube, da rua do Catete para a rua da Glória, à primeira vista acha-se ao abrigo de qualquer reproche. Mas, pense bem, e verá que *latct anguis*.

Na rua do Catete havia como que um santuário, uma cripta venerável, a que iam em peregrinação os romeiros da arte.

Na rua da Glória temos um templo magnífico: a sala de leitura é tão *coquette*, tão *cheerful*, que atrai; a sala de concertos é mais grave, porém a gravidade só é percebida por um ato refletido.

A consequência será que os concorrentes não hão de ir mais aos concertos por simples amor à arte: mas por vaidade, por desejo de mostrar-se, como se vai a uma missa de meio-dia.

Talvez o mal não pareça grande; mas com certeza não é para desprezar. Em breve o Clube estará na moda; entrarão nele primeiro os *gommeux*, depois os medalhões.

Ora, um medalhão quer dizer um presidente.

Assim, dentro de um espaço mais ou menos longo, teremos para presidente o Sr. visconde de S., ou o Sr. barão da C., ou o Sr. comendador Z.

O Sr. visconde, ou o barão ou comendador, não é, porém, homem que sinta grande entusiasmo pela música. Não que ela o desgoste: ao contrário, tem assistido a cinquenta representações da Mascotte, é um dos maiores apreciadores do Bocaccio, até sabe de cór porção de trechos dos Sinos de Corneville e de Maria Angu. Mas para ele, a música é apenas um condimento: um condimento com que no teatro são servidas pernas, decotes e frases apimentadas; um condimento com que os salões servem-se quadrilhas, valsas, recitativos e namoros.

O primeiro ato do medalhão-presidente será portanto fazer inserir no programa as peças de música que lhe sabem ao paladar: valsas, polcas, vaneiras etc.



Depois começará uma propaganda ferrenha: trocar políticas e não dançar é um suplício de Tântalo; um salão sem mulheres é um jardim sem flores, um céu sem estrelas, um oceano sem águas; e mais outras chapas. Venham portanto as flores do jardim de nossa existência; as estrelas do céu de nossas fantasias; as ondas azuis do Oceano de nossos devaneios – mais outras chapas.

Julga que isso não há de se dar?

Há de.

No concerto de sábado, estive junto a um medalhão; olhei indiscretamente para a sua algibeira, e vi quatro conferências a saírem e uma presidência a bracejar.

A causa é, portanto, seria, meu caro maestro, e é urgente dar-lhe remédio enquanto é sanável.

O remédio é fácil e eu aqui lhe ofereço com todo desinteresse,

1º Os medalhões serão sujeitos a provas especiais e muito rigorosas;

2º Pagarão o decúpio da joia e vintipio da mensalidade.

3º Todos os anos a assembleia geral decidirá se poderão continuar.

4º O único emprego que poderão ocupar é o de caixeiro ou cobrador (prestando (...) dobrada).

5º A atual diretoria é inamovível.

6º Desde o dia em que decidir a entrada das senhoras, o nome de Clube Beethoven será mudado ao de Clube Polca.

Espero, caro maestro, que atenda às minhas considerações, faça-as passar e assegure assim o futuro de uma instituição que, nascida ontem, já arquiva um tão belo passado.

#### **26.04.1883 – Lulu Sênior**

O nosso colega do *Cruzeiro* publicou há dias um artigo assinado *Lei do Consensus*, que foi ontem transcrito nesta folha, naturalmente por algum amigo da humanidade.

A gente já está habituada a ouvir cada dia uma opinião sobre a causa, a natureza e o tratamento da febre amarela; duas regras estavam aventadas até aqui: a primeira é que apesar da prática adquirida pelos nossos Esculápios, e das sábias investigações e descobertas, a febre amarela mata, como quem não vem cá para outra coisa; a outra regra era que o meio de se lhe escapar é fugir da cidade em que a bicha passeia.

A *Lei do Consensus* descobriu agora coisa melhor: diz ela que há uma moléstia, uma espécie de ferimento adquirido em campanha, não nas campanhas de Marte, mas nas da deusa que o preferia a Vulcano, uma moléstia, dizia eu, que tem a virtude de preservar a gente de ter febre amarela. Uma nova vacina, com a vantagem de ser a vacinação menos dolorosa.

E dizer-se que ainda há pouco criou-se na Faculdade de Medicina uma cadeira especial para que a mocidade aprenda a curar essa moléstia-remédio.

Erro grave! Revogue-se o decreto, e encarregue-se o Dr. Freire de cultivar o precioso vírus; quanto à propagação dele, não falta quem se encarregue desse serviço.

E não será esta a única reforma a fazer por causa de tal descoberta. Até aqui, a polícia de mãos dadas com o governo deportava uns tantos estrangeiros, que exerciam um comércio considerado pouco lícito; agora, porém, esses indivíduos, longe de serem deportados, receberão o hábito da Rosa; o governo fará contato com eles como fez com contato com a China para que introduzam no país mais *fazenda*: talvez mesmo se mande uma missão especial à Hungria.

A junta de higiene, por sua parte, querendo contribuir para propagar o útil invento, proibirá a venda dos preparados mercuriais e da salsa e caroba do Sr. Hollanda. O iodureto de potássio passará a ser considerado um veneno.

Entre as manifestações, de que serão alvo os portadores e propagadores do vírus profilático, distinguir-se-ão as honrarias oficiais; assim, as tropas serão obrigadas a fazer continência às cortinas vermelhas, com o que o Sr. Pyndahiba estigmatizou em tempo aqueles em que se incubava a salvação deste país.

Os micróbios, hoje tão cheios de si, morrerão à fome; e à sua agonia assistirão radiantes de orgulho as papulas, as pústulas, as gomas, as exostoses e as vegetações em forma de couve-flor.

Os especialistas serão consultados não para curar, mas para transmitir a moléstia. Nos consultórios ouvir-se-á diálogos como este:

MÉDICO. – Então como está?

DOENTE (*suspirando tristemente*). – Ai! Sr. Doutor, estou são como um pero.

MÉDICO. – Então, não tem nada, mesmo nada, nem um gangliosinho engorgitado?

DOENTE (*desanimado*). – Não, senhor, nada, nada.

MÉDICO. – O senhor toma banho todos os dias?

DOENTE (*assustado*). – Sim, senhor, tomo.

MÉDICO. – Que imprudência! Não faça isso; deixe correr o marfim.

DOENTE. – Mas, Sr. doutor, se me fizesse uma vacinação? O sistema antigo não tem me aproveitado.

MÉDICO. – É que a fazenda tem tido muita procura, há falta no mercado.

DOENTE. – Este nosso governo! Sr. doutor, Este nosso governo! Esta colonização veio espontaneamente para o Brasil; o governo não auxiliou em coisa alguma, e ainda em cima deportou os empresários.

MÉDICO. – Este país caminha para um abismo.

Finalmente, introduzido e propagado o sistema, estaremos livres da febre amarela; com o bem estar geral, aumentará a fortuna pública e particular: ninguém mais andará a pé, pois serão todos tão ricos, que não haverá quem não tenha pelo menos um cavalo, graças a *Lei do Consensus*.

## **27/04/1883 – Mercúcio**

O mundo está para acabar, não de água, felizmente. Chovam cântaros, chovam chafarises, chovam pedregulhos. O padre eterno está preso. Disse ele que, enquanto o arco-íris estendesse pela abóboda celeste as suas cores variadas, o mundo não acabaria com água. Ora, ainda ontem ou anteontem, não sei bem quando, vi o arco-íris.

E palavra de Deus não torna adiante.

Disse que o mundo está a acabar.

Eis porque: o *Apóstolo* em seu último número recomenda a um literato de cera e resina (Brandão Pinheiro) que lesse acerca de José de Alencar os livros de Araripe Júnior, de Franklin Távora e Silvio Romero.

Araripe Júnior, um homem que explica o autor de Iracema pela hereditariedade, pelo clima, pelo meio, pelo temperamento, isto é, um materialista de marca maior!

Franklin Távora, o maçõn terrível, que foi um dos fatores da luta contra o bispo mártir D. Frei Vital.

Silvio Romero, professor de filosofia, que quer abolir a Deus e a ideologia de seu curso, com grande horror e pantafaçados protestos do mais que heterodoxo poeta Rosendo!

Não, isto não pode ser!

O mundo está para acabar!

—

Outra prova:

A Maria Joana (ou mulher do povo) declarou-se a favor da cremação.

Por que?

Porque é o melhor meio de uma pessoa não ser enterrada viva.

Não: isto fica para um colega.

Por que?...

Porque...

Porque...

Façam as perguntas que quiserem.

Maria Joana é a favor da cremação, porque é o único meio de acabar com a antropofagia;

de acabar com as flautas feitas de ossos de defuntos;

de elogiar a advocacia administrativa;

de morar a beira mar, e ir quantas vezes quiser a praia.

—

Ainda outra prova:

El Rei, que a um frade, que foi visitá-lo, perguntou polidamente para que serviam frades;

Que ao arcebispo da Bahia (D. Romualdo) perguntou se já tinha lido os Straus;

\*Que meteu dois bispos na cadeia e por seu gosto meteria mais;

El Rei ficará este ano em Petrópolis até junho, para assistir ao mês do \*Miria.

—

Última prova:

D. Lacerda, o sábio teólogo, trocou seu lugar com o Sr. Avila.

A uma pessoa que endereçou-lhe um requerimento, pedindo-lhe garantias de juro para uma estrada de ferro ao Pão de Açúcar, respondeu nos seguintes termos: - Segundo o Concilio Tridentino, ouro é o que ouro vale: portanto, desde que o ferro é comparado a ouro, tem o mesmo valor deste metal.

Mas, segundo o mesmo Concilio, o ouro não pode produzir, pois a produção é privilégio dos corpos organizados: *non notast aurum edere*.

A vista disto, indefiro o requerimento do suplicante, a menos que não seja a sua estrada puxada a vaca ou a cavalo, únicos entes tratores em quem a produção é possível.

Comunique-se o despacho ao suplicante, que poderá apelar para o conselho de estado ou para as onças do Rio Grande.

**28.04.1883 – Décio**

Cabia-me o dia, e o encargo de enrolar as balas. Procurei papel e encontrei, mais do que papel: as balas já feitas e enroladas.

Por isso que não costumo recusar os presentes que me oferece o acaso, aí vai o que a enxurrada me trouxe ontem, também por acaso, creio.

Foi isto, simplesmente:

—

Depois de descrever os gabinetes  
Do belo conselheiro;  
Passo à descrição, também feliz,  
Do resto dessa casa, onde o nariz

Mete a musa, ligeiro.

É o quarto *reservado* à sã leitura  
Só dos versos meus;  
Aonde, de manhã, antes do banho,  
O grande conselheiro (oh! Não me acanho,  
Oh! não, meu Deus!)

Leva a do Povo, Musa desejada  
E lê-a com vagar  
E ali, sozinho, e pondo-se à vontade,  
O grande liberal – valha a verdade –  
Põe-se a... pensar.

A pensar nas cousas vãs e fúteis  
Deste mundo falaz;  
Nos governos e povos que murmuram  
Em vaticínios que quaisquer auguram  
Por diante ou por trás.

Oh! soberbo quartinho *reservado*,  
A toda a expansão.  
Onde o gênio despe o manto da ciência  
Onde o homem põe-se à luz da evidência  
Por sim ou por não!

Que limpeza, que asseio, que frescura!  
Oh! que bem estar!  
Nem mau cheiro, nem nada deste mundo  
Que a tal ato possa por imundo  
Assim fazer passar

A água corre a jorros muito grossos,  
Em fios de cristal.  
É só puxar a bomba, e sem demora  
Fica tudo como era ainda agora...  
Oh! cousa sem igual!

Do *reservado* quarto agora vamos  
A outro melhor:  
Ao gabinete aonde uns três negócios

Revolvem-se a pedido de bons sócios  
E sempre a maior.

Aí, nem obras de direito ou letras,  
Nem um livro sequer.  
Só de cartas um bom papel \*velino,  
De envelopes um maço superfino,  
E tinta a valer.

Os envelopes já são subscriptados,  
Mas a um nome só.  
Todos dizem em letra bem segura:  
“À Excelência da nossa agricultura...  
Do seu amigo Dó...”

Nos outros quartos vive o literato,  
O grão parlamentar.  
Aqui habita o sábio advogado,  
Aquele que ao ponto desejado  
Sabe tudo levar.

Dou hoje por findo este trabalho,  
Esta nobre missão.  
Da *administrativa* a grande glória  
E o quarto reservado à \*catimplorla:  
É feita a descrição.

E muito bom. E aprèz cá... nada mais.

#### 29.04.1883 – Zig-Zag

Um caso grave e ministerial tem preocupado o espírito público, disponível nestes últimos dias.

O Sr. presidente do conselho, no último despacho, teve um *chilique* e retirou-se, abandonando aos seus colegas a exposição dos negócios que ali levavam todo o gabinete.

O caso, considerado isoladamente, não tem significação alguma – uma fraqueza física do Sr. Paranaguá, e nada mais.

Mas o caso não é isolado. Muitos ministros, em despacho, têm sucumbido momentaneamente.

Por quê?

Seria uma interrogação perfeitamente inútil, se não estivéssemos habilitados a responder-lhe.

Sua Majestade o Imperador, clássico pela educação e pela tradição, tem para com os seus ministros a seguinte exigência – *mens sana in corpore sano*, salvo o latim.

Para Sua Majestade, o homem, que não resiste às exigências físicas, não é homem.

A confiança política de Sua Majestade está subordinada à confiança, que lhe possam merecer os estômagos e as pernas dos seus ministros.

Que eles não tenham ideias é perfeitamente dispensável, assim como lhe é muito mais agradável que eles não tenham opinião, para mais facilmente assimilarem o que Ele lhes impingir.

Aquilo, portanto, é uma perfeita maçonaria. Há as provas morais e as provas físicas.

Como prova moral, para que o ministro caia em graça, basta ter sido republicano. Esses é que, ao retirarem-se, recebem o histórico cumprimento – O senhor é um homem de bem!

De bem, porque engoliu o que havia dito e se submeteu humildemente.

Essa prova é facilíma entre nós. Quase não há quem a não tenha dado satisfatoriamente.

A prova mais difícil é, porém, a *física*.

Para a conseguir, Sua Majestade, com as noções jesuíticas da sua educação, põe em prática os meios mais astutos.

Imagina viagens, durante as quais o ministro não pode comer nem dormir. Demora-se nos lugares perigosos, a sorrir dos receios do secretário de Estado que o tem acompanhado.

Isto quando há viagens. Quando as não há, a prova é guardada para os despachos.

Estes são prolongados. Começam às 8 horas e terminam às 2 horas da madrugada.

Como têm de falar, os ministros jantam pouco. De maneira que às 11 horas da noite uma fome horrível penetra irreverentemente nos estômagos do executivo.

Para combater essa fome há apenas em cima de uma mesa da sala do despacho:

Uma garrafa de laranjinha

Uma garrafa de conhaque.

Tudo isto é pouco sólido para matar a fome. E, depois, pode dar na fraqueza. E daí um ou outro chilique.

#### **30.04.1883 – Publicola**

O nosso colega do *Apóstolo* favoreceu ontem os seus numerosos leitores com uma profecia aterradora, embora verdadeira.

Para que se não suponha que inventamos, passamos a reproduzir na íntegra, o que no seu noticiário disse o profeta Elias de nosso jornalismo.

Antes, porém, convém que os milhares de leitores do órgão da religião do Estado, e da sociedade do Sr. bispo D. Lacerda, ponha-se ao fato da situação.

Trata-se da França republicana. Há quem pense que este país, depois da guerra, tenha caminhado de um modo assombroso pela senda do progresso – por aquela senda da chapa, que todos conhecem. Muitos espíritos fúteis e deploravelmente crédulos chegaram a pensar mesmo que foi a França republicana que pôde salvar a França monárquica.

Engano. O que há, ou que vai haver dentro em pouco, é só isto, como sentenciosamente afirma o *Apóstolo* de ontem:

“QUEDA INEVITÁVEL. – A República Francesa aproxima-se do termo fatal. É impossível evitar a sua queda. A revolução demagógica ruge furiosa nas ruas de Paris, e dentro em breve o telégrafo transmitir-nos-á notícias aterradoras. Quem há de sustentar aquele governo sem Deus, sem justiça, sem moralidade?”

A guerra a Deus, iniciada pelos homens da República, há de trazer como consequência fatal a guerra à propriedade, à autoridade, a guerra a todas as instituições sociais. E outro não é o grito dos petroleiros de Paris.”

E à vista desta afirmação tão peremptória, só nos resta neste momento solene alçar a nossa débil voz, a fim de levantar um brinde... não, não é isso: a fim de enviar à França (republicana) os nossos pêsames, os mais sinceros, pela sua queda inevitável.

E como hoje é Grévy quem mais exata e mais completamente representa esse cancro que corrói a grande nação – a república – permita-nos o colega que, antes da destruição total da França, lhe dirijamos um pedido, formulado o mais sinceramente possível:

— Perdoa, *Apóstolo*, perdoa à França, que tão *grevymente* enferma está!

—  
Anteontem S. M. o Imperador, que passa por o homem de maior pontualidade, da pontualidade inglesa entre nós, indo à Escola de Medicina às 2 horas e 50 minutos, hora marcada para as provas orais de candidatos a lugares de adjuntos, ali encontrou por junto (não é trocadilho) o diretor interino e mais dois senhores lentes.

Como não queria perder a viagem e o latim, Sua Majestade, como um bom burguês, assentou-se em uma cadeira da sala onde nesse momento deveria ter lugar a prova anunciada, e ali demorou-se a fazer horas conversando com o Sr. conselheiro Vale, sobre química naturalmente. Também a bondade do soberano não foi muito explorada: às 3 ½ horas já havia número suficiente de lentes, e as provas começaram pouco depois.

Em todo o caso, S. M. o Imperador não pôde reter nem disfarçar um gesto de enfado que lhe escapou no primeiro momento. Crê-se que nesse gesto lia-se uma resolução.

“NÃO FAREI MAIS BARÃO O SR. SABOIA NEM CONSELHEIROS OS OUTROS SENHORES.”

E mandou marcar ponto aos cábulas.

—  
Passado o primeiro susto, vamos ter brevemente mais sessões interessantes da Ilma. Câmara Municipal.

O presidente voltará, voltarão os outros vereadores arredios, voltarão às suas casas os suplentes chamados e também voltarão ao recinto das sessões os cacetes, que são delas o primeiro elemento.

Foi isso o que, depois de uma reunião do conselho de Estado, ficou resolvido anteontem. Tratou-se exclusivamente da Ilma. Câmara, perguntando o governo aos senhores do conselho o que deveria fazer a fim de pôr cobro aos desmandos da grande desordeira do campo de Santa Ana.

O conselho de Estado, depois de ouvir muito atentamente a exposição a respeito, depois de refletir com madureza e de discutir com maior calma, depois de tomar uma pitada e uma resolução, abriu a boca e deitou o verbo.

Decidiu que, à vista dos autos e todas as considerações concomitantes, bem se poderia concluir que a respeito da Ilma. Câmara Municipal... não há nada, como tudo mais são histórias.

E mais que, sendo necessário e urgente uma medida qualquer, era de parecer que, salvo melhor juízo, desse-se de uma vez um golpe decisivo neste assunto... não fazendo nada.

Diz-se que apenas o Sr. Dantas saiu de S. Cristóvão cantarolando:

*Quartel-general d'Abrantes*

*Tudo se acha agora*

*Como d'antes*

(Ou Dantas).

É que o Sr. Martim Francisco mandou pedir ao Sr. João Cardoso que traduzisse às pressas a fábula.

*Mons parturiens... ridiculus mus.*

E mais nada.

## Balas de estalo – Maio de 1883

### 01.05.1883 – Zig-Zag

Eram sete horas e meia quando os coupés ministeriais, postos em movimento pelo chouto constitucional, se dirigiram, com pequenos intervalos de demora entre uns e outros para o edifício da secretaria dos negócios estrangeiros.

A pouco e pouco foram todos chegando os ministros e entrando para a sala das conferências.

As oito horas, estando todos presentes, o Sr. presidente do conselho abriu a sessão e deu a palavra ao Sr. Leão Velloso.

O Sr. Velloso começou assim:

- Meus colegas. Segurando os usos e estilos do nosso sistema, aquele que felizmente nos rege, cabe ao ministro e secretário de Estado dos negócios do Império redigir o projeto de fala do trono. E esta, aqui para nós, uma ficção como outra qualquer. O Zé Pagante pensa que é o Imperador quem deita discurso; mas como os colegas sabem, Sua Majestade não faz mais do que for aquilo que nó lhe impugnamos.

- Perdão, colega, interrompe o Sr. Paranaguá. Isso é que é ficção. Nós bem sabemos que o discurso que nós preparamos e quase sempre posto de lado para dar lugar aquele que Sua Majestade tem elaborado de acordo com o Instituto Histórico.

O Sr. L. Velloso. – Em todo o caso somos ministros do sistema representativo, e o nosso dever é preparar a Fala...

O Sr. Ávila. – Está visto. O colega Lustosa está sempre a recear que se cortem as atribuições da Coroa.

O Sr. Velloso. – Não façamos questões de forma. Aqui está o meu projeto de Fala. Lendo.

Augustos e Digníssimos representantes da nação! (falando). Aprovam este parágrafo?

O Sr. Lourenço de Albuquerque. – Por unanimidade.

O Sr. Velloso. – Bem (continuando a ler). É sempre para mim motivo de júbilo...

O Sr. Paranaguá. – O “mim” está com “M” grande?

O Sr. Velloso. – Com o maior que encontrei lá em casa... (continuando a ler)... ver-lhe rodeado da representação nacional.

O Sr. Meira. – Eu aí punha-lhe sempre um ponto de admiração.

O Sr. Moura. – “Ou messa”. A ter ali alguma coisa, devia ser um parênteses...

O Sr. Velloso. – Um parênteses no fim da oração?!

O Sr. Moura. – E então? Quem lhe manda fazer fim de oração? Porque não abre parênteses e não diz – (deputados e senadores)?

O Sr. Velloso. – Ora colega, olhe que isto de redigir é sempre mais difícil do que fazer majores da guarda nacional.

O Sr. Moura. – Talvez; mas não é mais honroso.

O Sr. Paranaguá. – Vamos, continuemos.

O Sr. Leão Velloso (lendo). – A família imperial tem passado bem, graças a Deus.

O Sr. Meira (a parte). – Está chato este parágrafo.

Sr. L. Velloso. – Aprovam?

O Sr. Paranaguá. – Está claro. O colega escusa perguntar.

O Sr. L. Velloso (continuando). – O meu governo, por circunstâncias que deveis conhecer, viu-se um pouco embaraçado por falta de dinheiro. Colocado na posição de o pedir (...) ao Zé Pagante, por meio de uma pequena e suave cogitação ou de contrair um empréstimo a juro modico, (...) prazo e braços para a (...), optou por esse meio, o (...) felicidade que realizada a operação, as (...) do câmbio fizeram com que o Estado em vez de (...) dever o dinheiro que pediu emprestado, ainda ficou credor da poderosa Albion, na importância de alguns milhões, que o meu governo conta recebê-los muito brevemente.



O Sr. Paranaguá. – Tal e qual. Este empréstimo ainda não parece impossível! Foi de felicidade inaudita.

Pedi não deram dez e ainda me estão a dever 20. Tudo esperteza do câmbio.

O Sr. Meira. – O câmbio é sempre assim. Uma vez eu quis mandar um dinheiro...

O Sr. L. Velloso. – Perdão, deixe-me continuar (lendo). A paz interna e externa não foi alterada. Apenas ali no Paraná houve uma pequena rusga de balcão. O meu governo hesitou se havia de lá mandar o senador Correia, ou o general Enéas. Mandou o general, e apenas a pata do cavalo dele despontou na barra de Antonina, a Hidra abaixou o colo audaz e fugiu com o rebelde Sergio para os Campos Gerais.

O Sr. C. Affonso. – Muito bem. Essa parte do meu ministério está muito bem pintada.

O Sr. Meira. – O Velloso pinta bem.

O Sr. L. Velloso. – A instrução pública tem tido um grande desenvolvimento. Conferências na Glória e Congresso Pedagógico e Zé Bento no Conselho de Estado, foram as medidas de que o meu governo lançou mão para chegar a tão feliz resultado.

A saúde pública tem estado assim, assim. Algumas febres e vômitos de várias cores. O pior tem sido o negro.

O Sr. L. Velloso. – Meto-lhe aqui o negro; para ver se o Homem de São Cristóvão que introduzir alguma coisa a respeito da abolição. (continua a ler). Várias reformas se fazem precisas. O meu governo encarregou delas várias comissões e, como destas não há notícia, muito grato me seria que o parlamento tratasse de as descobrir e de lhes arrancar as soluções dos problemas sociais.

O Sr. Paranaguá. – Isso parece um epigrama.

O Sr. L. Velloso. – Não é. Ma se V. Ex. quer redija este parágrafo de outra maneira.

O Sr. Meira (com calor). – E era melhor. Assim como está não pode ir.

O Sr. Paranaguá. – Uma ideia.

O Sr. Lourenço. – Oh!

O Sr. Paranaguá. – Se eu encarregasse Doria, que sabe disto de letras redigir o projeto da Fala do Trono?

O Sr. Ávila. – Isso é que era magnífico.

Todos. – Pois vá lá mais essa. Já agora, o Doria que diga o que tem feito o ministério.

E foram para o chá.

## **02.05.1883 – Lulu Sênior**

A conferência de ontem teve o aspecto animado e \*\*\* de verve de um enterro pobre em dia de chuva.

O Sr. Moura, que estava meio morno, trepou para cima da mesa, meteu-se numa bandeja, descansou a mão esquerda no quadril correspondente, estendeu o braço direito em semi-flexão, e, amuado, fez bico, como criança que quer chorar.

Vendo-o assim, o Sr. Henrique Francisco, que é uma boa alma, pergunta-lhe:

— O que tens, João Ferreira?

— Estou fraco! estou fraco! Diz o Sr. Moura, parodiando as galinhas d'Angola.

— Isso deve ser falta de erva.

E o Sr. Henrique Francisco acha graça, dá uma gargalhada que faz estremecer a agricultura, o comércio e as obras públicas; e olha em redor, a ver se os circunstantes compreenderam o espírito. Está tudo sério, à exceção de uma única figura risonha: mas essa não conta porque é sempre assim.

O Sr. Henrique Francisco, que sabe com quem lida, compreende que os outros móveis do gabinete não compreenderam e repete a pilhéria:

— Ó, Lourenço, o João diz que está fraco e eu respondi-lhe logo que há de ser falta de erva.

E torna a rir-se, e fita ansiosamente o colega, a ver se se lhe contraem no rosto os músculos da gargalheira.

O Sr. LOURENÇO (*finalmente, diplomático*). – Tem muita graça. (*Ri amarelo.*)

O Sr. HENRIQUE FRANCISCO. – Ó Lustosa, o João diz que está fraco, e eu...

O Sr. LUSTOSA. – Eu já tinha entendido. (*Sinais de admiração em todas as fisionomias.*)

O Sr. MOURA. – Estou fraco! estou fraco!

O Sr. LUSTOSA. – E nós? Imagina que nós estamos muito fortes?

O Sr. LEÃO. – Se metêssemos na fala do trono algumas palavrinhas sobre a abolição?...

O Sr. JOÃO FLORENTINO. – Eu o que queria era fazer alguma coisa antes de sair do poder, para quebrar a castanha na boca do Souza.

O Sr. LUSTOSA. – Que Souza?

O Sr. JOÃO FLORENTINO. – Ora, que Souza! O da lista tríplice. O Souza...

O Sr. HENRIQUE FRANCISCO – É a tal coisa! (*ri-se a arrebrantar o cós das calças*).

O Sr. CARLOS (*desperta e rapa do chanfalho*). O inimigo! Onde está o inimigo?

O Sr. MOURA. – Estou fraco! estou fraco!

O Sr. LUSTOSA. – A deputação baiana na oposição...

O Sr. HENRIQUE FRANCISCO. – Quem é que faz caso de baiano!... É gatinha que que nem sabe montar a cavalo.

O Sr. LEÃO. – Olá, seu gaúcho, quando falar em gaúcho, limpe os beiços...

O Sr. MOURA (*muito agitado*). Estou fraco! estou fraco!

O Sr. LUSTOSA. – O Ruy é o cabeça. E que cabeça!... O Manuel Pinto tor\*\*\*\* inimigo.

O Sr. CARLOS (*brandindo o chanfalho*). – O inimigo? onde está o inimigo?

(*Entorna o Sr. Moura. A confusão é geral. Trazem erva e água a ferver, e tornam a por o Sr. Moura na sua bandeja, bem abafado*).

O Sr. HENRIQUE FRANCISCO. – A guerra ia dando cabo da justiça. (*Os outros que não estão para pilhérias, ficam sérios como potes*) Baianos!.....

O Sr. MOURA. – Estou fraco! estou fraco!

O Sr. HENRIQUE FRANCISCO. – Não há por aí um pedaço de baeta?

O Sr. FLORENTINO. – Cá está o Carlos, que é mineiro. (*À parte*) Agora tive mais graça que o Henrique Francisco.

(*Pegam no Sr. Carlos e deitam-no em cima do Sr. Moura, para o não deixar esfriar.*)

O Sr. FLORENTINO. – Eu que queria era fazer alguma coisa antes de sair do ministério...

O Sr. LUSTOSA. – Se eu fosse ministro mais dois anos, meu genro...

O Sr. LEÃO. – Ó, seu Lustosa, não se esqueça de meter na fala do trono que eu reformei a escola de medicina, fazendo todos os lentes comendadores...

O Sr. MOURA (*começando a ferver*). – Estou fraco! estou fraco!

O Sr. HENRIQUE FRANCISCO. – Ó homem! encham o Moura de erva, a ver se ele cala o bico! (*já não tem esperança de fazer rir os baianos, que não lhe acham sal nem pimenta...*)

O Sr. CARLOS. – O inimigo! onde está o inimigo? (*destampa Sr. Moura, que começa a deitar fumaça e tententes-coronéis.*)

O Sr. LUSTOSA. – Senhores, a fala...

O Sr. LEÃO. – A fala é comigo.

O Sr. CARLOS. – O inimigo? onde está o inimigo? (*esgrime com os tententes-coronéis do Sr. Moura.*)

O Sr. FLORENTINO. – Eu o que queria era fazer alguma coisa...

O Sr. LUSTOSA. – Vou pedir a fala ao meu querido e caro (*suspirando*) e caro professor de retórica...

O Sr. HENRIQUE FRANCISCO – Peça-a à Musa do Povo.  
 O Sr. FLORENTINO. – Apoiado. Eu sou apreciador. Todas as manhãs é o meu café.  
 O Sr. LEÃO. – Eu corto todos os números e mando para a Bahia.  
 O Sr. FLORENTINO. – Tenho uma ideia! (*Os outros desmaiam, o Sr. Florentino fã-los voltar a si, despejando lhes o Sr. Moura em cima.*) Vou mandar adotar a Musa do Povo em todos os estabelecimentos de instrução de marinha. E tenho assim uma ocasião para fazer alguma coisa. E agora (*dirigindo-se ao fantasma do Sr. Souza, que está no frontispício da casa*) e agora  
 Sombra implacável, pavoroso espectro,  
 Não me persigas mais, Constança...  
 O Sr. MOURA. – Estou fraco!  
 O Sr. LUSTOSA. – E afala?  
 O Sr. LEÃO. – Seu Lustosa está com a fala no bucho... Se fosse comigo...  
 O Sr. CARLOS. – O inimigo? onde está o inimigo? (*torna a bater no Sr. Moura. Este faz um esforço sobre si, e pinga um tentente-coronel para o Saco do Alferes.*)  
 O Sr. MOURA. – (*no último arranco*) Estou fraco!  
 O Sr. LUSTOSA (*vendo-o dar à casca*) *Hodie mihi, cras tibi*<sup>2</sup>.  
 O Sr. HENRIQUE FRANCISCO. – Eu é que não caio sem haver mais um despacho. Quero dizer ao homem das barbas que hoje, quando o Moura disse que estava fraco, eu disse logo que era falta de erva.  
 O Sr. LEÃO – Vai para lá! Ele responde-te como de costume...  
 O SR. HENRIQUE FRANCISCO. – Se ele resopnder *já sei, já sei...* eu demito-o, e vou para o Rio Grande proclamar a república. Não, que eu não gosto que ninguém tome chá de garfo comigo.  
 O Sr. CARLOS (*arquejando*). – O inimigo? Onde está o inimigo?  
 O Sr. LUSTOSA. – Eu acho que não devemos fazer fala. A verdadeira fala do trono é cada um em sua casa com a mulher e seus filhos.

#### O taquígrafo das conferências

#### 03.05.1883 – Décio

Depois de duas longas conferências ministeriais, em que vasou-se do Sr. Moura toda a eloquência, do Sr. C. Affonso toda a impertinência e do Sr. Paranaguá toda a prudência, foi afinal resolvido que se aceitasse o projeto da Fala do trono apresentado por este último e fornecido pelo seu genro, o ilustre Sr. conselheiro Doria.

Fomos honrados com uma cópia, que agradecemos beijando as mãos de quem nos forneceu. Não seremos indiscretos pronunciando seu nome; apenas lembraremos aos leitores, que eles vão possuir, com algumas horas de antecedência, a bela retórica de um ilustre parlamentar, destinada a ser produzida em público por entre os papos de tucanos e subseqüentes calções de meia.

É esta a Fala:

—

Augustos e digníssimos da nação representantes.

Devo dizer-vos, em antes desta coisa começar, que são para mim felicíssimos, muito gratos, os instantes em que vos venho falar.

—

<sup>2</sup> Hoje para mim, amanhã para ti (verificar tradução).

A nossa camaradagem com os vizinhos do Prata continua a boa aragem, viva e doce a bafejar. Esta amizade sensata que em boas bases repousa, atacar alguém não ousa, nem de leve perturbar.

Apenas em Passo Hondo houve um pequeno sarceiro: aí mais de um brasileiro foi gravemente ferido. Mas houve mil desculpas desses amáveis vizinhos; e apesar dos pauzinhos, o réu Santos foi punido: primeiro sofreu processo, e depois sofreu... acesso, sendo logo promovido.

Do mesmo modo as potências europeias, africanas, vivem nas mesmas cadencias, conosco em serena paz.

Quanto às norte-americanas, as Pérsias e as da China, do Japão, da Conchinchina – idem: são gente capaz.

---

E com prazer verdadeiro, e neste momento solene, que vos digo prasenteiro quanto me julgo feliz: a minha família, (...) aos vários ataques da sorte, continua boa e forte, do mais velho até o petiz.

A febre tifoide grave, *id est*, a febre amarela, contra mim e contra ela nada fez – nada de mais: a minha prole direta é cada vez mais beata: o meu genro – um bom magnata - , surdo, como jamais.

---

A tranquilidade pública continua inalterada; foi-se de vez a república – não há mais o que temer. Apenas uma estralada nos campos do Paraná, por gente de *cacaracá* – estrangeiros, quero crer.

A coisa não foi tamanha, nem tomem muito incremento. Do Carlos Affonso a sanha, quem ousa hoje encarar?

Mandou logo num momento pra terra do dito cujo (Manuel Alves de Araujo) o pio Enéas marchar à frente dos seus soldados, patriotas bem armados, prontos a se bater, decididos a matar.

Também apenas chegada a notícia a Curitiba, Santo Deus, que *leva arriba!* Pôs-se o estrangeiro a tremer: “Nos perdoe, seu Carvalho; seu Carvalho nos perdoe! Olhe que não nos magoe desse Enéas o chanfalho! Ah! Não nos deite a perder!”

Ainda assim, já vencia a quase revolução, não se adiou a partida do 1º batalhão. Era forçoso um exemplo para os barulhos futuros, em que forâmos seguros se não se desse a lição. Quando chegaram as praças às terras do Paraná já não havia ameaças, só papéis de lá para cá; não tendo assim inimigos, revoltosos a matar, só encontraram amigos, um baile e... mate a faltar.

Por este modo o barulho teve um gaiato remate: Enéas deu xeque à hidra – a hidra a Enéas deu mate.

---

Ficamos no intervalo da sessão parlamentar, com imenso resultado, um negocinho sem par: foi o finório Lustosa, sempre matreiro e mitrado, quem preparou os ajustes; e usando de mil embustes, pode o dinheiro arranjar.

Lustosa, o meu bom Lustosa, vós não sabeis o que é: tem manhas e tem astúcia, tem finura e tem argucia – é homem de muita fé. O dinheiro andava esquivo, e morto o crédito andava; a lavoura definhava, por baixo estava o café; com o café descia o câmbio, com o câmbio tudo descia; água abaixo tudo ia... Como tomar-se o pé?

Foi neste ponto que veio o meu Lustosa, de força: ligeiro como uma corsa, correu a telegrafar: “Londres; mandem esterlinas, verdadeiras superfinas; o crédito não acabou-se: há bom papel pra pagar.”

A coisa logo arranjou-se; e operação tão feliz aqui nunca efetuou-se neste possante país e em tais conformidades: Torres Homem, Zacarias, R. Torres, Montezuma, Cotegipe, uma a uma, as nossas capacidades financeiras, e as melhores, jamais fizeram iguais – quanto mais superiores!

Veio dinheiro, e dinheiro de chegar pra o povo todo: foi ouro de mais e a rodo – e ouro do verdadeiro.

(Neste ponto, parlamento, lembrando o duplo elemento que concorreu pra o sucesso: - telégrafo e Paranaguá - ; peço que mesmo em excesso louvem-se aqueles dois homens, dois homens como não há; és bom, e neste momento, em que ora te reúnes, não deixes no esquecimento – o Lustosa e o Capanunes!)

---

Quanto à saúde, pouco tenho a registrar: isto de epidemia e das demais endemias não são fatos de espantar.

Primeiro veio a varíola, após a febre amarela; esta atacou às deveras talqualmente fez aquela.

Felizmente as providências em tempo foram tomadas; das pessoas que morreram todas foram vitimadas. As que puderam livrar-se do ataque da epidemia, tiveram propícia sorte: doente ninguém se via, ninguém pode ainda vivo – julgar-se presa da morte.

A tal respeito oportuno é dizer-vos o seguinte: o meu Leão, o Velloso, fingindo-se taciturno, ele, a figura risonha (é homem de muita ronha!) fez coisas de dar no vinte. Mandou saber se a ciência, porque de febre amarela, não de velhice a existência ente nós era cortada: em resposta disse ela, a tal ciência, “que a causa repousava só na essência, na essência era encravada; que bem simples era o fato, bem fácil todos saberem a causa de não morrerem aqui, todos uns macrobios: é que, pior que os credores, nos atacam uns senhores denominados micróbios.”

Com esta pronta resposta, exultou o meu Leão: “se o micróbio é o inimigo, a coisa agora é comigo, a moléstia de à costa: pra micróbio – cremação.”

---

Também temos uma nova muito grata a registrar: é de instrução o congresso que vai breve se instalar. Da instrução os negócios, com fogo, com bem vontade, creio que com facilidade, havemos de decidir: os livros todos abaixo com bem cortêsã hão de vir... Aquilo vai ser o diacho! Hão de ver e hão de ouvir!

(Isto é, meu genro, o guerreiro do boné inseparável, talvez... Quem sabe... É provável, não ouça... Mas vai presidir).

---

A grande necessidade, em tempo a mim sugerida e por mim reconhecida de ter conselho de Estado completo sem uma falta, fez-me buscar ao senado alguns cidadãos bem idôneos (idosos, não somos errôneos) cuja ciência ressalta.

Mas olhem que neste mundo um homem, por mais profundo, não sabe com que se mete! De toda aquela cambada só não me fez caçoada o meu fiel Lafayette! Cotegeipe, Bonifácio, o tal Sr. Sinimbu, Ottoni do crânio nu – esses pintaram-me o sete!

Eu espero, deixa estar! Hão de um dia me pagar!

---

Augustos representantes. Eu quisera continuar; se o meu calção apertado, que o corpo traz-me arroxado, me permitisse falar! Mas eu não posso sequer à vontade caminhar e se um esforço eu fizer, ele, o calção desalmado, é capaz de arrebentar.

Assim, pois, em bem da pátria, e exigências do calção, eu declaro aos circunstantes, que está aberta a sessão.”

---

Está conforme o original, de que extraí cópia exata.

#### 04.05.1883 – Zig-Zag

Congratulamo-nos com o país, pela solene abertura do parlamento. O gostinho de se congratular num país constitucional não podia pertencer unicamente ao Chefe de Estado.

Sua Majestade congratulou-se em letra maiúscula; mas nem por isso a nossa congratulação é de qualidade inferior.

As suas causas é que podem ser diversas.

Sua Majestade congratula-se ao certo as luzes e do patriotismo para o desenvolvimento das instituições e o progresso da prosperidade nacional.

As luzes que nós temos encontrado são simplesmente as da companhia do Sr. Holman ou as da empresa do Sr. Claudio.

Às vezes essas luzes chegam mesmo a desaparecer.

Quanto ao desenvolvimento das nossas instituições, não (...) a significação dessa frase.

Não compreendemos como uma instituição se possa desenvolver mais do que têm sido todas as nossas.

Se a fala do trono quis, por exemplo, referir-se à sublime instituição da guarda nacional, antes de lançar no papel imperial aquela frase, ou imediatamente depois, o seu dever era indicar o meio de a desenvolver.

Das nossas causas, as que em linguagem constitucional se chamam instituições, a única suscetível de desenvolvimento era a da guarda nacional.

Essa, porém, graças à prodigalidade do Sr. Moura, tem-se desenvolvido tanto como o micróbio do Dr. Freire ou o cogumelo do Dr. Lacerda.

Há ainda uma outra instituição que pode ter um certo incremento. É a da advocacia administrativa.

Mas, naturalmente a falta do trono não se quis referir a ela.

Seria um cúmulo e a fala não faz disso.

---

A saúde pública deve estar pulando de alegria.

Nunca mais será perturbada, nem alterada.

Quem quiser acabar os seus dias numa terra em que se não morre senão de velhice, não tem mais do que procurar o Brasil. Até agora a saúde pública tinha acharques; às vezes chegava mesmo a ser má.

Daqui em diante a saúde pública será apenas uma saúde de ferro. A Fala diz que uma administração da saúde pública será eficaz contra as epidemias.

---

Quando, pois, vierem as epidemias, ninguém tem de chamar médico nem tomar precauções higiênicas – é atirar-lhe à cara com uma administração eficaz.

---

A Fala sentiu-se em ter de anunciar que o preço do café baixou; mas para logo, com aquele (...) de comércio que tanto a tem recompensado, a Fala, manifestou a esperança de que o café suba de preço com a cessação das causas passageiras.

Com um simples decreto, como este:

Ficam anuladas as causas passageiras.

As rendas públicas tornarão a crescer e a inundar o tesouro de belas notas e (...) metal luzidio.

Não há nada mais simples. Até aqui, o parlamento e toda a gente poderia hesitar acerca da qualidade das causas que prejudicavam o preço do café.

Ontem, porém, faltou quem podia e quem sabia: ninguém tem já o direito de desconhecer o gênero de causas de que se trata. A Coroa afirmou que são (...). E está dita senão a última palavra, pelo menos a mais imperial de todas.

---

Também a questão da inconstitucionalidade dos impostos de importação decretados pelas assembleias provincianas, havia sido até hoje assunto de grande controvérsia.

O próprio governo não emitira opinião acerca dessa inconstitucionalidade, chegando a expedir o Sr. Enéas, para manter um imposto dessa ordem. Agora a Fala faltou. Não há mais dúvida, os impostos de importação decretados pelas assembleias são inconstitucionais.

Se o povo se recusar a pagá-los, está no seu direito, porque só desobedece a uma lei inconstitucional.

Se a Fala mandar o pai Enéas espingardar o povo, não deixa também de cumprir seu dever – que é simplesmente restaurar a ordem, como na capital de Paraná.

Que essa restauração seja o reestabelecimento de uma inconstitucionalidade. Depois vem a Fala e tudo explica como ontem.

#### **05.05.1883 – Décio**

Um médico que durante dias seguidos tem discutido pela imprensa a febre amarela, ontem, além de um artigo em prosa, no qual estuda o emprego do salicilato de quinina, publicou um outro em verso, para confirmar as opiniões a respeito.

Isto é, o verso não é bem para confirmar as suas opiniões a respeito da febre amarela, mas para justificar o que pensa a respeito da Santa Cruz aonde Jesus Morreu.

—

Assim como a febre amarela, reveste uma fórmula típica, segundo afirma o doutor (médico) no artigo em prosa oferecido à consideração dos homens da ciência: do mesmo modo o seu arrazoado em verso reveste a forma de um Hino oferecido à Sereníssima princesa imperial. Não se pode ser ao mesmo tempo nem mais médico nem mais Santo Agostinho!

Ninguém tão profundamente conhece as virtudes dos anti-térmicos – e o do Creio em Deus Pai!

Mistério – a miasma!

—

Não discutimos as opiniões do católico acerca da origem da hipoemia dos caipiras que é causada pela intoxicação carbônica emanada da riqueza das vegetações. Tanto mais quanto fica desde logo provado que é só em Santa Izabel onde há vegetações. Tanto mais quanto fica desde logo provado que é só em Santa Isabel onde há vegetações e hipoemicos.

Apenas tentaremos contestar uma ou outra opinião do médico acerca da Cruz, e do que convém aqueles que concorreram para a elevação desse lenho a que a mais arrojada das retóricas denomina... arbusto memorando, aonde Jesus morreu.

—

Antes de tudo um protesto contra a acusação infundada, de que foi por nossa culpa e pecado, que se deram os fatos de que se ocupa o ilustre médico e doutor. Tomamos por testemunha o Apóstolo, que sabe quanto somos estranhos à etiologia do impaludismo, e aos sucessos relativos a Jesus, de quem falando o médico, diz que viu

... depois de exterminado

Surgir o rei da equidade

Dos túmulos da escuridade!

Em seguida a esse protesto, passamos a observar a contradição em que cai o autor do hino, o qual (autor) tendo dito que somos todos culpados do fato, entretanto rompe no seguinte pedido singular e exclusivo:

Permiti que um povo chore  
E que nossa alma anciosa,  
Etc.

Sendo todos culpados, não sabemos por que um só povo há de chorar?! E depois que o povo: o povo médico? O de Santa Isabel? O povo do hipoemico?

Queremos crer que o povo é médico, para o qual especialmente escreve o distinto doutor. E tanto ele apenas pode para si e para os seus

... a graça  
De ser, qual fostes, infelizes

Coisa que é raro senão impossível de ver alguém pedir – mesmo por boca, quanto mais por hino!

—

O outro ponto que merece também um reparo é a estrofe em que o autor do hino pede

Que esse arbusto memorando  
Aonde Jesus morreu  
Nos cubra com a sombra sua  
Nos dê o reino do céu.

Creemos que o grão devotamente em que se consagras à Santa Cruz, só igual ao grão de conhecimento que tem da hipoemia de Santa Isabel, o ilustre médico pede nada a quem tudo pode dar-lhe. Pois uma dedicação tão fervorosa à religião, um sentimento tão profundo e tão verdadeiro, pede aquilo a que tem direito mais que incontestável? Não, e muito embora a doutrina do Cristo pregue a humildade, não deve o preclaro médico levá-la até a alienar o seu direito. Como o mais sincero dos católicos que parece ser, não deve pedir aquilo que já é seu incontestavelmente: - o reino do céu.

—

Antes a aspiração revelada timidamente na última estrofe do hino:

Para termos no firmamento'  
As graças do Eterno assento.

O ilustre médico, consagrado ao estudo da patogenia da febre amarela e à contemplação do dogma da infalibilidade, podia no seu duplo caráter de homem ciência e autor de hinos religiosos pretender:

- a graça de beijar a mão do eterno;
- a satisfação de receber o Rei da equidade o segredo do tratamento específico do tipo americano;
- a honra de ver o Eterno uma outra vez;
- a glória de possuir por intermédio dele o meio de por uma vez extinguir o micróbio;
- a inefável ventura de ter do Eterno, uma bênção ou um fio de cabelo; ter no firmamento a graça de ver-lhe o rosto iluminado pelas claridades imaginárias; os olhos brilhando de uma luz vivíssima...

Mas não. Quis só e simplesmente – nem rosto, nem olhos:



As graças do eterno assento.

---

A comoção impede-me de continuar.

### 06.05.1883 – Lulu Sênior

O Sr. de la Palisse deu ontem um pinote nos seis palmos de terra benta, em que já há um bom par de anos. Foi causa dessa estremeção paternalum de seus descendentes, que se exibiu ontem no *Diário Oficial*, antigo expediente do ministério da agricultura.

É o caso que os Srs. Angelo Eloy da Camara & O. tinham recebido do governo o uso e gozo, durante 95 anos, dos bens imóveis e de raiz – casas e mandioca –, móveis e semoventes, – bancos de pinho e burros, salvo seja! – existentes na extinta colônia do Porto Real com a condição de os entregarem depois a seu dono, o Estado, no dito em que os tinham recebido.

Isso foi em 1879. Parece, porém, que o negócio não saiu lá essas coisas, e agora, ao cabo de quatro anos, os concessionários querem voltar a espiga às mãos de quem lha(?) entregou: somente alegaram que durante esse tempo a mandioca foi reduzida à farinha, e os burros pagaram o seu tributo à terra... *in pulverem reverteris*. Pediam, portanto, ao governo, que lhes descontasse os burros.

Com outro governo, mais condescendente e menos zeloso pelos burros públicos, talvez o grude pegasse: em vez de burros, os concessionários apresentaram atestados de óbito, e lá passava mais um boi pelo fundo da agulha: mas, nós temos a dita de possuir o Sr. Avila que, como o pai Paulino, tem olho.

É, pois, o Sr. Avila respondeu que o contrato não impunha ao Sr. Angelo a obrigação de restituir ao fim de 35 anos os mesmos burros que recebera: isso seria difícil, porque embalsamar os burros sairia muito caro, e, embalsamados, poucos serviços podiam prestar os quadrúpedes: mas o que o Estado queria era receber o mesmo número de burros, porque o Estado não anda tão farto para assim perder tanto burro. E para que os suplicantes não venham cá com histórias, porque tal, sim senhor, o Sr. Avila corta-lhes logo todas as vasas, dizendo que eles podiam vender, abater e até dar burros aos seus amigos, contanto que no fim do contrato pusessem para ali, em falta dos burros que receberam, outros que sejam tão burros como eles.

Acrescenta o Sr. ministro que os concessionários não pagavam arrendamento pelos quadrúpedes, e desfrutavam-nos sem ônus; isto é, montavam neles, metiam-nos nos varais de suas carroças e de seus carros de passeio, e tudo isto a olho. Se entre os burros não havia reprodutores, isto é, se não pegavam de galho, nem para enxerto, os suplicantes que os comprassem, ou pelo menos as respectivas sementes; ou mesmo que se dessem a uma ocupação por diversos especialistas: plantassem pés de burros.

E de seguida uma lição de economia, de envolta com um conselho do amigo: *para que o número não diminua* (o Sr. ministro parece recear que se extinga a raça) *vendam os gordos, e comprem os pequenos e magros, com a vantagem que lhes \*\*\*\*\* a superioridade do preço da venda sobre o da compra, pois que os animais grandes e gordos valem muito mais* (aguenta-lo, La Palisse!) *da que os magros e pequenos, podendo-se comprar com o preço dos gordos dois ou três magros, e mais, sendo pequenos.*

O despacho acaba com um conselho de esperto que o Sr. ministro dá aos suplicantes: se isso lhes não convém, restituam ao Estado os animais que receberam, e proceda-se a venda deles em hasta pública.

A gente está percebendo a fina astúcia do perito, que tem grande confiança neste negócio de venda de burros gordos. Se os Srs. Angelo & O. arranjam uma antecipação da trombeta de Jericó e conseguem fazer reunir a carne aos ossos dos burros que

morreram, e restituem toda a tropa ao Estado, o Sr. Avila arranja uma operação financeira mais hábil e mais rendosa que o último empréstimo que há de levar à posteridade o nome e a glória do Sr. Paranaguá.

E daí quem sabe? Talvez isso venha a ser a base de uma regeneração das nossas finanças. Se a operação der bons resultados, porque não há de o governo repeti-la? Porque não há de o governo comprar burros pequenos e magros, engordá-los, e vendê-los depois de gordos? Um negócio!

Bastante razão tinha o nobre e jovem deputado, que disse há dias que apoiar este governo não é só um dever partidário, é também um dever patriótico.

Aqui deixamos o mais estrondoso apoiado, porque, se o Estado se resolve a desfazer-se dos seus burros, o menos que podemos ganhar é alguma economia no orçamento da despesa.

E aproveite o ministério o ensejo, se não quiser dar com os burros n'água.

#### **07.05.1883 – Décio**

Noticiou ontem a imprensa, que deu-se anteontem um pequeno incêndio, no depósito da repartição dos telégrafos, na Gambôa. E mais, que compadecendo o corpo de bombeiros, este arranjou as coisas de maneira que o prejuízo causado pelo incêndio à repartição dos telégrafos foi muito menos que o prejuízo causado pela repartição dos telégrafos a esta folha quando fez-nos uma ligeireza com um célebre telegrama de Montevideo.

Não se pense que venho dizer à repartição do Sr. Capanunes: - bem feito. Não é isso. Refiro-me ao fato, simplesmente para esclarecê-lo num ponto do maior interesse e que nas notícias publicadas ficou, como aquele celebre telegrama de Montevideo – no tinteiro.

—

O que houve foi isto. A repartição dos telégrafos, como a casa do ferreiro, usa de espeto de pau. Por isso quando anteontem manifestou-se o incêndio no seu depósito da Gamboa, a dita repartição, que tem fios telegráficos dali para a estação central, foi obrigada aa servir-se de um urbano que *calcante pede* veio dar a notícia ao posto de bombeiros.

E qual a causa do fato? É que os tais fios, como as relações entre a seriedade e a repartição Capanunes – andam interrompidos a muito tempo!

É um cúmulo!

O diretor dos bombeiros por vezes tem oficiado ao seu colega dos telegráficos, pedindo-lhe providências para a sua própria casa, e ainda agora, mais uma voz lembrou-lhe, que muito melhor andar, se na sua qualidade de ferreiro não usar de espeto de pau.

É de crer, entretanto, que os officios passados a mais este produzam o mesmo efeito que produzem as reclamações de particulares quando não recebem a tempo seus telegramas e as nossas quando não recebem a tempo seus telegramas e as nossas quando não recebemos nossos telegramas nem mesmo fora de tempo.

É que a confiança da repartição Capanunes em si mesma va até este ponto: - até preferir o passo de um urbano, quando tenha de mandar pedir auxílio da Gamboa à estação dos bombeiros, ao (...), a uma comunicação enviada por intermédio dos seus fios telegráficos. Ela sabe e muito bem, que o urbano pode vir em meia hora e uma sua telegráfico pode vir em três dias e fazer ainda: não vir nunca.

E vivam os capanunes!

—

O Sr. ministro da agricultura e dos despachos pândegos acaba de encontrar homem.

Os seus despachos não sendo únicos já não tem aquele caráter de singularidade que os tornavam tão desopilantes e tão agradáveis ao paladar dos que se dedicam com prazer à leitura da Enciclopédia do Riso e da Galhofa.

Como o Pafúncio Semloupio Pechincha acaba S. Ex. de cair da moda, perder a popularidade – e a graça. Há quem o imite, e quem sabe? Até o exceda. Questão de meio, apenas; e certo que se S. Ex. cedesse o seu lugar ao digno emulo, os despachos da agricultura nada perderam daqui por diante em interesse e em pilheria.

Foi na ata da sessão da Ilma. Câmara municipal, publicada ontem no *Jornal do Comércio*, que encontramos a preciosidade a que aludimos.

Foi este o despacho em que se revelou o rival Sr. Ávila, e que copiamos textualmente:

“Do Dr. João P. de Miranda Rangel dos Santos, propondo-se a fornecer capas de pano para cobrir figuras, lustres, etc.: - Uma câmara que não se paga os seus credores e que chega a (...) o pouco que lhe fica de suas despesas não está em estado de ocupar-se com paninho.”

É o Sr. Dr. Costa Ferraz.

---

Este despacho aviliano é mais que um despacho: é uma revelação.

Em primeiro lugar o nome do proponente: Dr. João P. de Miranda Rangel dos Santos.

Até o meio, este nome parece ser o do presidente da ilustríssima; daí por diante ele começa a ser coisa que se pareça com um nome de proponente. O que haverá nestes nomes assim encadeados, tão incompreensíveis quão mistérios?

E o que não se sabe.

Depois da confissão: que a câmara não paga seus credores; aliada à irônica declaração: de que ela não está em estado de ocupar-se com paninhos – deve ter trazido ao espírito do proponente à convicção de que se à municipalidade minguem os dinheiros, inegavelmente sobram-lhe a franqueza e a sinceridade.

O Sr. Dr. João P. de Miranda Rangel dos Santos ia muito ingenuamente oferecer os seus panos para cobrir as figuras da câmara; esta poderia aceitá-los e depois, denominando-os desdenhosamente – paninhos, chegaria a dizer ao Sr. Miranda dos Santos que se esperasse pelo rateio por um favor.

Foi isto o que disse o Sr. Costa Ferraz, e isto é o que se pode haver do mais honroso, de mais honesto e de mais louvável da parte de uma câmara que, segundo a sua própria confissão, não costuma pagar suas despesas...

---

Por este despacho, o presidente do conselho, por vir, já sabe a quem recorrer, quando, nos seus apuros de organizador, tiver de procurar homem para a pasta dos despachos pândegos.

Quer seja o Sr. Otaviano, ou o Sr. Saraiva, que seja o Sr. João Alfredo ou o Sr. Bom Retiro, pedimo-lhes que atendam para a chapa que em estilo de a pedidos aqui apresentamos:

Ministério Salvador da Situação

Para ministro das obras públicas – o vereador Dr. Fernando da Costa Ferraz.

#### **08.05.1883 - José do Egito**

Há quase “três quinze dias” que todas as manhãs, nesta parte da *Gazeta*, escritores modestos e joviais têm-se dado à honra de estalar balas com os homens e com as instituições que (in) felizmente nos regem.

O fim destes exercícios de balística inofensiva e doce tem sido – simplesmente – piparotear o nariz dos ridículos – para regalo dos leitores e maior ridículo dos narizes.

Não pretendem os referidos escritores levar – à bala – este mundo *cabeçudo* e positivo, que se não deixa levar – por cantigas.

Nem à viola, nem a tiro.

Mas lá nos diz a lógica do Barbe que – *in medio consistit virtus*, e também ninguém ignora que – *est modus in rebus*.

Ora, depois de bem ponderado todo esse latim, e algum outro que foi possível achar na ocasião, houve cá em casa um cérebro atilado e fino, ao qual acudiu esta ideia, verdadeiramente genial:

– Unam-se a força e a graça, a artilharia e os confeitores – Castelões e Krupp. Descubramos um projétil que participe, a um tempo, do amargo da guerra e da guerra aos amargos. Que fira, mas docemente. Que estale, que bata, que fira, mas que passando o *estrago*, se dissolva em doçuras no paladar da vítima.

E o nosso amigo, com uma resolução tão enérgica como as que toma o conselho de estado, tomou da pena e mandou à botica, digo, à tipografia, este

—

R. – Uso interno:

Mel-Rozendo, digo mel rosado 0,50

Extrato de sessões do Instituto Histórico 20g

Despachos de Ávila espigado 500

Ruy barbo (za) 0,8

Para fazer uma bala e mais 29 iguais.

Dê uma a três por dia.

—

Por esta forma e por esta fórmula não procuram levar o mundo – nem à bala, nem por cantigas – mas por uma sábia combinação de ambas as substâncias.

*Zig-Zag*, *Décio*, *Lulu Sênior*, *Publicola*, *Mercutio*, alternam-se todas as manhãs na administração das balas; amassam-nas, arredondam-nas, douram-nas, enrolam-nas e... *paff* – lá foi uma bater no nariz de um desfrutável, ferir a pança de um tiranete, derrubar o penacho de um vaidoso...

E tudo isso rapidamente, no tempo em que o Sr. Ávila *despacha* um pândego e o *Cryptococcus* um pobre diabo... Ouve-se um estalo, fuzila súbito, e um minuto depois tudo acabou.

A vítima engoliu a bala... e pede mais.

—

Todavia, se me é permitido emitir a minha humilde opinião sobre um objeto tão cheio de açúcar e de consequências, nesse caso, farei como o conselho de Estado, no estado de conselho: – não emitirei opinião nenhuma.

Mas não me furtarei ao desejo de lembrar aos amáveis artilheiros, que às suas balas falece o elemento mais poderoso e mais estimado: – a quadrinha impressa em papelitos de cor.

É ela que faz o encantamento das damas e dos cavalheiros nas festanças de batizado, de casamento e de aniversários natalícios. Estalada a bala, despregam-se as amêndoas da cor do céu e da cor dos lábios da noiva ou do bebê...

– O verso! Leia o verso!

Então, o doutor Pestana agita *as próprias*, achegando-se à luz, e lê, pausado gravemente:

“Praza aos céus que a gentil noiva

“Leve a vida sempre a amar,

“Servindo a todos de exemplo

“Tão ditoso e belo par.”

– Bravos! Muito bem: exclama a companhia alegremente, enquanto as moças guardam os versos cuidadosamente e as meninas comem as amêndoas.

Bem sei que aos meus distintos colegas escasseia a musa dos confeitos. Além disso, os mais ilustres representantes delas, ou dormem hoje sobre os louros, entregue às aranhas o bandolim, ou jazem absorvidos no prosaísmo do magistério ou nos *pedido* das grandes folhas.

Uns lecionam retórica e filosofia; outros ressonam, de pança ao ar e lira ao peito, congestionados de rimas e de trouxas de ovos.

O mais ilustre e venerado deles, esquecido, o ingrato da sua origem literária, e, embora gemam à míngua o *Paschoal* e a "*Gentil Pastora*", trocou pela do Povo a musa das *bandejas*, e dá golpes nos costumes, o mau, em vez de os dar nos cabelos.

Mísera, mísera sorte a das balas de estalo!

Apiedado do vosso embaraço, meus caros colegas, venho pôr à vossa disposição os meus talentos poéticos para fornecer as quadrinhas com que se devem enrolar as amêndoas. Se algum de vós destinar alguma bala ao Sr. barão de Macahúbas aqui vos deixo o respectivo versinho:

"Deitas filhos pedagogos,

"Outrora deitaste idílio...

"É o caso de se dizer;

"*Quantum mutatus*, ao illio fa

Já agora, deito longe a modéstia e para aqui várias outras quadras, que aplicareis em tempo:

"Sobre a pressão dos micróbios

"A cidade chora e geme...

"*Doem-lhe* todas as juntas,

"Inclusive a de Higiene.

"Mal a aurora vai rosando,

"Já vem cantando o Rozendo,

"Aos bem-te-vis e rolinhas

"Filosofia ensinando.

"Christiano de Conselho

"Não quis ser... Não quis? Hom'essa!

"É cabeça sem conselho?

"Ou conselho sem cabeça?

"O conselheiro Zé Bento

"Vai propor com sapiência

"Que se dê a gran-cruz de Christo

"À... Divina Providência.

"Salve, ó dia 3 de maio!

"Dia de festas e riso"

"Da abertura das câmaras

"Do fechamento... do Siso!"

Delicadeza nos conceitos, elevação no dizer, tolice no fundo, nobreza nas rimas, erros de metrificacão, quantas qualidades recomendam o gênero literário conhecido vulgarmente pela designação – *versos de bandeja*, encontram-se de sobejo nas quadrinhas que ao leitor ofereço.

Se gostarem – leitor e confeiteiros, – encomendas ao  
José do Egito

### 09.05.1883 – Zig-Zag

O outro dia foram os gordos e os magros, ou antes a proporção entre uns e outros o objeto das dissertações do Calino Agrícola. Hoje é o leite, o magnífico leite de Minas que, como um motivo, faz o nosso homem por cá para fora o que há de mais profundamente cômico em matéria leitosa e administrativa.

São tão surpreendentes, tão extraordinariamente fantásticas as locubrações do nosso Calino das obras públicas que, no interesse da ciência experimental, no interesse da educação das gentes, nós pedimos que tão luminosa inteligência não se separe do invólucro mortal que a contém, sem deixar bem expressa a determinação de um exame escrupulosamente rigoroso, para que a ciência conte mais um fato, tal como o de saber-se o que há lá dentro daquela casa, para deitar cá para fora tanta coisa que nos diverte.

Depois de provar que um gordo vale três magros, o nosso homem, ontem no *Diário Oficial*, veio fazer a revelação inesperada de que, quanto mais se diminui o transporte de um gênero, menos ganha o Estado e mais o produtor!

Isto veio a propósito do leite de minas, que o homenzinho entende que tem dado grande prejuízo ao Estado!

E aqui é que está o ponto culminante das locubrações econômicas de Calino. O estado, no entender dele, deve ser um leiteiro. Não deve somente sustentar a vaca do orçamento, é preciso também que negocie com o leite. E como este lhe tem dado prejuízo, o homem, indeferindo um requerimento, é de opinião que a respeito do leite cada qual se governe como entender. Não se pode ser mais descentralizador nem menos leiteiro.

---

Os deuses descem, e não tardará o dia em que os vejamos ao nosso lado na labutação diária aí por essas ruas, ou pondo nos a pedido de uma mofina contra o fiscal da sua freguesia.

Acusam os deuses, ao que parece, de ingratidão na hora da morte, de alguns imortais.

Eles poderiam muito bem pedir um raio de contra-regra de qualquer teatro, e desfechando contra os acusadores. Não o fizeram. Preferiram pagar um tanto por linha e deitar defesa sob o título modesto e disfarçado de uma Cauda do Povo nas colunas destinadas aos desabafos particulares e mais ou menos em verão.

E vão lá dizer que a ideia democrática não se desenvolve ao sol dos trópicos!

Já Inspiradora do Povo defende a monarquia, e quer que o caso se saia em toda a capital.

Magnífico!

---

Uma indiscrição.

Foi anteontem, oculto por um reposteiro, que um amigo dedicado ouviu Alguém recitar ao piano, com a valsa dos Dois Mundos, a seguinte poesia:

Saraiva, Dantas, Sinimbu, Paulino, Joaquim Delfino, Afonso Celso, Antão Martinho Campos, Marmoré, Junqueira, Correa, Meira, Niteroi, Carrão.

Godoi, Pelotas, Maroim, Barbalho, Souza Carvalho, Montandon, Taunay, Juvento, Zama, Ruy Barbosa, Prisco, Martin Francisco, Valadão, Sodré.

Moura, Portella, Jaguary, Figueira, A. de Siqueira, Vianna Vaz Guai, Lima Duarte, Abaeté, Machado Alcolorado, Pimentel, Fleury.

Otaviano, Araçagy, Poretti, Cruz, Lafayette, Canindé, Meton, Gomes de Castro, Maciel, Soares, Joaquim Tavares, Zé Pompeu, Basson.

#### **10.05.1883 – Lulu Sênior**

O Sr. conselheiro Saboia, diretor da Faculdade de Medicina desta corte, tem um filho que estava no quinto ano de seus estudos médicos.

Há dois anos o Sr. conselheiro Saboia é todo reforma do ensino médico. S. Ex. reformou a casa, reformou alguns lentes, reformou os estatutos e os regulamentos, reformou as informações reservadas no sentido de transformar a escola em sociedade

de beneficência, reformou a linguagem, reformou a ortografia dos que falavam mal, e a prosódia dos que não escreviam bem.

Para obter tudo isso só ele trabalhou, só ele viu, só ele entendeu, só ele soube o que fazia. Ele pediu ao governo decretos, ele pediu aos representantes da nação discursos, ele pediu aos particulares dinheiro, ele pediu ao céu inspirações, ele pediu como cego, como a Musa do Povo pede sapatos e bandejas de doces para as crianças. Ele fez tanto, tanto obteve, que até sobrou reforma e dinheiro, que o governo mandou para a Bahia.

Quando obteve tudo, quando encheu a escola de laboratórios, quando \*\*\* cadeiras novas, quando mandou empalhar e lustrar as casas velhas, quando fundou as clínicas especiais, e deu a cada professor um adjunto, a cada adjunto um preparador, a cada preparador um ajudante, a cada ajudante um interno, a cada interno um enfermeiro, a cada enfermeiro um servente: quando S. Ex. acabou de elevar a escola à altura das primeiras do velho mundo, segundo a frase inspirada de um de seus convidados ao almoço oficial, o que imaginam que fez o Sr. conselheiro Saboia?

Mandou seu filho estudar medicina na Europa.

—  
No salão do hospital da Venerável Ordem Terceira da Penitência deve realizar-se domingo uma festa, destinada a encher de júbilo os corações dos milhares e milhares de cristãos espalhados por toda a superfície do globo, ainda mais daqueles que já se foram desta para melhor vida.

Trata-se de inaugurar nesse dia a estátua e o retrato de dois beneméritos da religião: a estátua do seráfico S. Francisco de Assis e o retrato do não menos seráfico Sr. Dr. Ferreira Vianna.

O fundador da ordem dos franciscanos é representado no momento de misticismo em que recebe os estigmas do salvador (?); o outro santo, nosso glorioso contemporâneo, é representado na \*\*\* no momento não menos solene de humildade cristã, em que recebe na câmara dos deputados o Sr. Meira Vasconcelos, nomeado ministro da marinha e lhe diz: É a primeira vez que o (?) vejo.

Há entre os dois seráficos, dos quais só um é de Assis, e nenhum é de Araújo, mais de um ponto de contato.

Francisco de Assis, antes de ser santo, foi um grande pândego, segunda enérgica frase do Sr. Avila; o Sr. Ferreira Vianna escreveu a confe\*\*\* dos divinos, que é uma verdadeira prodigalidade de espírito irônico, a\*\*\* por um tutor.

Francisco de Assis foi considerado santo ainda em vida, e canonizado \*\*\* anos depois de sua morte; o Sr. Ferreira Vianna, que está cada vez mais vivo, e ainda promete, felizmente, durar muito, já tem um cheirinho bem anunciado de santidade, que não pode deixar de argumentar agora com o retrato (?) na sacristia.

Com esses predicados, é certo que o Sr. Ferreira Vianna será organizador do primeiro ministério que houver nesse país, quando for imperador honorário o Sr. conde d'Eu.

Um pedido temos a fazer a S. Ex. reverendíssima para quando inaugurar seu governo: mande benzer este \*\*\*.

Mal não lhe pode fazer.

#### **11.05.1883 – Publicola**

Já não se pode prestar inteiro crédito às publicações oficiais. Aquilo não é mais a última palavra sobre os calos, quero dizer, já não exprime o que há de mais sério, de menos discutível, de mais verdadeiro e mais infalível.

Dizia-se das publicações oficiais que elas não pertencem ao número das coisas mundanas e terrestres, das que vivem sujeitas no princípio um tanto desconsolador para o Sr. Ávila dos Despachos:

- *errare humanum est.*

Pois hoje, as publicações oficiais já não valem um caracol e sofrem erratas como uma edição de qualquer tipografia manhosa. É uma vergonha!

---

Aqui há tempos o governo mandou publicar editais, em que pedia ao Sr. diretor dos correios ou à presidência da província de São Paulo que lhe desse conta de um aviso do ministério da agricultura, que se desviará por aí além.

Puseram-se anúncios em várias esquinas: prometia-se uma boa gratificação a quem encontrasse o fugitivo aviso e protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o tivesse ocultado. Mexeram-se os empregados, os papéis, as malas do correio, os escaninhos das secretárias, as gavetas, os bolsos, tudo.

O aviso não apareceu e isso nela muito simples razão de que ele não havia sido remetido, conforme se verificou depois.

Começou a baixa das publicações oficiais e de caráter de infalibilidade.

Agora acaba de publicar o Sr. Camilo de Brito, secretário da presidência da província de Minas Geras, uma declaração relativa ao aviso de 28 do mês passado, em que o ministério do império refere-se ao crédito de \$70.000 solicitado pela presidência da província de Minas Gerais para ocorrer as obras do palácio da mesma presidência.

Ora, o que o Sr. secretário daquela província afirma sob sua responsabilidade é somente isto:

1º, que tal crédito nunca foi solicitado;

2º, que nem o palácio carece de tais obras;

3º, que, finalmente, o governo deve fazer uma retificação nesse sentido.

---

Realmente, se já não soubéssemos que é possível um engano desta ordem nas publicações oficiais, o caso seria para causar estranheza, mesmo aos mais atilados – ao Sr. Penido, da câmara, por exemplo.

Mas como tudo é possível e nada é impossível atualmente, a retificação pedida pelo secretário da província virá mais tarde ou mais cedo, e de nenhum efeito fica o crédito, que nenhum merecia.

E poderá vir mesmo apensa à essa retificação um volume de erratas dos despachos do Sr. Ávila, que S. Ex. poderá dizer que não são seus, e que por engano foram publicados.

E em tal caso pedimos ao Sr. ministro do império que segure uma das pontas da bala, que nós segurávamos a outra e eis o que a respeito diz o verso depois do estalo.

“Risque o aviso e o crédito

Olhe que houve engano;

Foi erro, mas não descrédito,

... Não é único este ano.”

Bem nos parecia que a negra inveja ainda viria perturbar a paz e a tranquilidade dos que vivem sossegadamente na retorta do trabalho honrado.

Os meus colegas, acusados de alimentarem aquele baixo sentimento, entraram a dar golpes, não nos costumes, mas na primeira instituição deste país – a Musa do Povo, que os acusara.

Esta, a Musa, veio ontem pelo Jornal furiosa e irritada, e sem metro nem medida disse o que jamais se supusesse que ela diria sem ser no verso que é do uso seu.

E em vez de dar sapatos, como de costume, deu o cavaco (...) atrozmente um meu colega a ela o resultado deste indolente, que forçadamente as acabara bem, tendo aliás só originais de uma simples questão de palavras.

Zig-Zag acaba de enviar-nos o seguinte:

As balas de estalo e o Sr. Otaviano Hudson.



Julgando-me profundamente insultado pelo a pedido publicado ontem pelo Sr. Otaviano Hudson, encarreguei os meus companheiros e amigos Décio, Lulu Senior de se entenderem com S. S. afim de que me seja dada a reparada que o caso exige.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1883.

Zig-Zag

---

A vista disto seja-me lícito (...) a pena e esperar pelos acontecimentos.

### **12.05.1883 – Décio**

Caro Zig-Zag,

Nós lá fomos, o Decio e eu, à casa do teu façanhudo rival. O Decio não queria ir, ou então dizia que cometeria as maiores baixezas para evitar duelo à pistola, com medo de um dos combatentes matasse os padrinhos. Chegou a falar em dar satisfações ao teu ofensor, e houve um momento em que disse mal de ti. Estes heróis de Shakespeare transportados para o século XIX saíram-me uns pulhas!

Eu, que não sou também muito sanguinário, ia cheio de coragem, baseado em uma convicção aa respeito do duelo: o homem não há de querer lavar-se no teu sangue.

Fomos de manhã cedo. Ele devia estar ainda nos braços de Morpheu, porque passara quase a noite inteira a dormir mal em uma cadeira em casa de não sei que ministro.

A casa dele é a casa de um artista. Não há luxo, que não adquirem os que vivem deste labor ingrato da imprensa; mas há muito gosto.

Na primeira sala, que ele chamaria de visitas, se tivesse tempo para as receber, a parede fronteira à entrada deslumbra a vista do espectador com um troféu engenhosamente disposto, de que vou dar a pálida ideia, sentindo não poder fazê-lo em verso. Ao centro um par de sapatos de cordovão, sem fitas, acalcanhados e com enormes bocas abertas na frente, por onde passariam os dedos da criança que ainda os quisesse calçar. Foi à vista deste traste nos pés de um pobre pequeno, que lhe inspirou a ideia de fazer a todas as crianças do Rio de Janeiro o que a Ilma. Câmara se tem esquecido de fazer às ruas da cidade: - calçá-las. Como recordação desse dia memorável, guardou os sapatos velhos.

Ao redor dos sapatos, formando grinalda, uns papéis recortados, única coisa que o homem leva para casa, das bandejas de doces que arranja para as festas escolares.

A grinalda é encimada por uma coluna de açúcar cristalizado, sustentando um pombo de gesso a balançar-se graciosamente sobre uma espiral de arame. Infelizmente, essa doce recordação das festas promovidas pelo benemérito não será duradoura, porque o calor tem derretido a açúcar, e o Octaviano, a pretexto de venerar a relíquia, de vez em quando chega-se a ela e lambe-a.

Dou outro lado da sala, sobre uma mesa resguardada da poeira por um exemplar do Jornal, pousa uma espécie de relicário fechado, de porta de vidro, através da qual podemos distinguir que o precioso traste é destinado a guardar um pente fino, de tartaruga, novo, lustroso, intacto presente de uma senhora, por quem a Musa se interessou, obtendo a favor dela um bonde das Laranjeiras, de madrugada, à hora dos banhos de mar.

Os móveis, em estudada desordem, completaram a harmonia da saia. Sobre uma cadeira, que parece velha, mas que é simplesmente antiga, uma quartinha de barro de Itaparica, presente de um deputado da Bahia, coberta de folha de uma lata de goiabada, que lhe foi oferecida por um barão, quando a Musa foi a Campos.

Sobre a outra cadeira, defronte dessa, os sapatos de uso, tendo dentro de cada um a respectiva meia.

Um perfume suavíssimo impregnava o ambiente. Passamos para o quarto. A cama estava desocupada, mas via-se que alguém tinha dormido nela.

Ao lado da cama, sobre outra cadeira, outra quartinha d'água e nas costas um saco de coar café. A um canto, um fogareiro e um abano, a que se ligam recordações de uma lua de mel.

Nesse quarto há uma porta que dá para o interior. Espiamos e vimos um pequeno quarto não mobiliado. Apenas no chão uma espécie de grande retorta de barro vidrado e sobre esta, à beira, um pedaço de tampa de caixa de velas. Ao lado, sobre uma prateleira na parede, outra quartinha de barro para água.

Voltamos, e, por uma terceira porta, distinguimos em outro aposento..... a estatura, o rosto carregado, a barba esquelética, os olhos encovados, e a postura medonha e má, e a cor terrena e pálida, cheios de terra e crespos os cabelos, a boca negra, os dentes amarelos.

Era o Adamastor, em ceroulas, a trabalhar. Tinha escrito uma folha de papel, tudo seguido; e, com um cordel que denotava longo uso, tomava medida nas linhas escritas, marcava a lápis encarnado as partes a que chegava a ponta do cordel, e copiava em outro papel os pedaços, que assim faziam outros tantos versos.

Eu tossi discretamente, para anunciar-lhe a nossa presença, com grande desapontamento de Decio, que queria aprender a poeitar. Vendo-nos ele com tom de voz nos fala (...) e grosso, que pareceu sair do mar profundo; Arrepiam-se as carnes e o cabelo a mim e a Decio, só de ouvi-lo e vê-lo.

E disse: O gente ousada mais que quantas, no mundo cometeram grandes coisas; Tais (\*) que fazes guerra ao Souza Dantas, e a tantas gerações de ilustres Souzas; Pois os vedados términos quebrantas, e navegar meus próprios lares ousas, que eu tenho tempo há já que preservava até da estranha ou própria piaçava!

Decio pôs-se a tremer como varas verdes, e queria ir-se embora para casa, alegando ter mulher e uma porção de filhos. Eu fiz-lhe ver que esse sujeito que fala em verso, é uma prosa incapaz de matar uma mosca.

- Sr. Octaviano, disse eu, Zig-Zag, ofendido pelo artigo de ontem, encarregou-nos de vir pedir-lhe uma satisfação pelas armas, para que o público possa por outra vez no seu lugar o juízo, que está suspenso há vinte e quatro horas.

O homem desatou a rir e disse em prosa:

- Vocês são uns grandes pândegos! Pois eu ia bater-me com o Zig-Zag, meu colega, meu amigo! Deixem-se disso.

- Mas o seu artigo, disse-lhe eu, era muito ofensivo.

- Não há (...), e, se o consideram ofensivo, eu retiro-o.

- Então também eu retiro o que disse Zig-Zag, eu antes explico. Quando ele disse que o homem das barbas grandes pagava a sua defesa a tanto por linha, sem estabelecer preço, usou de uma diplomacia finamente canalha. Um escritor que se vende por um preço que não se pode calcular, não é um escritor venal, é um benemérito.

- Apoiado!

Daí por diante, tanto eu como ele desfizemo-nos em explicações.

Nessa ocasião, Decio, vendo que já não havia risco do duelo, encheu-se de coragem, e arrasou o homem. Disse-lhe as últimas, e chegou a desafiá-lo por conta própria. Nunca o vi tão influído. Até me pareceu que crescia, e ficava quase do tamanho do Sr. Duque Estrada Teixeira.

O teu adversário, não lhe podendo deitar água na fervura, porque já tinha bebido a das quartininas, seduziu-o dando-lhe um consta, de que Montaury não tinha ainda conhecimento, porque apenas fora publicado na véspera do Diário Oficial.

E aí está como foi. Creio que nos portamos com a baixeza que o caso requeria, e que correspondemos no ardente e nobre desejo que te anima, de guardar intacto o corpinho do filho do teu pai.

Lulu Senior.

---

Décio, com restrições que passa a fundamentar:

Não está inteiramente de acordo com a verdade o exposto acima; e nem sei que, salvo combinação de que não tive notícia, haja interesse em desvirtuar a verdade dos fatos, tais como se deram.

A verdade, a sã e pura verdade é essa:

Quando penetrávamos o antre, o homem de ceroulas e barbas apenas nos avistou, atirou-se contra nós, servindo-se para isso de uma espécie de lança ou coisa que o valha, já muito enferrujada, e cujo aspecto parecia ser o das armas usadas pela guarda que acompanha a pé o carro do S. M. o Imperador nos dias da abertura e encerramento das câmaras.

Depois deste primeiro ataque, que Lulu Senior aparou com a rotundidade profundamente apostólica de seu ventre, e eu com o meu guarda-chuva convertido em arma de defesa, é que chegamos a fala.

Também é pouco consoante a verdade a afirmação de que eu tremia de medo como varas verde. Graças a Deus, eu não tenho medo – às vezes.

E se no momento somente algum receio assaltou-me o espírito, esse dissipou-se logo, desde que vi na sala um pente fino, embora limpo, intacto, lustroso – mas um pente fino! Sempre era uma bandeira branca, e em caso de necessidade – uma arma possível e provável se viesse a surgir o exército de micróbios que eu esperava.

Também foi omitido um ponto importantíssimo, e ponto em que, entretanto, consubstancia-se todo o interesse da explicação que obtivemos do homem de cabeleira povoada.

Formando, em despedida, ele comprometeu-se a mandar-nos suas explicações em forma de Musa do Povo, jurando ao mesmo tempo que nunca jamais cairia noutra. (Noutra descompostura; que na Musa ele declarou peremptoriamente que reincidiria sempre que lhe aprovasse.)

E tanto isto é verdade, que aqui público as explicações aludidas, e que por mal entendido sentimento de delicadeza e por inexplicável proteção de Lulu Senior ele deixou de intercalar na sua ata.

Eu dou golpes nos costumes  
E pensam eu é nas pessoas.  
“Declaro-vos, colegas, sem receio,  
e sem constrangimento de permeio,  
A inteira verdade:  
Eu não tenho o menor ressentimento,  
Nenhum ódio sequer eu alimento  
Contra a mocidade;  
Contra a mocidade gazeta.  
Que não sai mal de coisa em que se meta.  
Que é boa e feliz,  
Eu fui um pouco rude e desasado,  
E confesso bem alto meu pecado:  
Não soube o que fiz.  
Agora que do meu procedimento  
Ambos têm o maior conhecimento,  
Vão-se em paz;  
A gente que precisa sofre disto,  
E forçada a coisas de imprevisto,  
De que é incapaz.  
Vão-se embora; eu lhes peço por favor,  
Que na paz, sim, me deixem do Senhor,  
Pois tenho que fazer;  
Vou pedir sapatos pras crianças,  
E após dos ministros e ordenanças  
As casas descrever.”

A vista do exposto e mais que oculto, creio estar plenamente justificada a minha assinatura com restrições.

(\*) Ele viu que éramos dois.

### 13.05.1883 – José do Egito

Os leitores sabem certamente o que vem a ser – um vereador.

Se eu tivesse de fazer algum dicionário cômico-pitresco, no gênero daquele do Gomes de Amorim, definiria assim a palavra:

“Vereador. Cargo honroso e gratuito; tão *gratuito*, que todos os desejam e que a todos engorda; e tão *honroso*, que o menor dos títulos que lhe confere a opinião pública é o de capa de *ligeiras*.”

Me parece que esta definição reveste todos os predicados que deve revestir uma definição boa.

Não há, como efeito, quem ignore que o cargo de vereador, no tocante àquilo com que se compram votos e melões, é na geringonça forense – um respeitável osso.

Muita honraria e muito trabalho; quanto a proventos: – nada.

Entretanto, desde alguns meses antes da eleição, as candidaturas enxameiam; o número dos pretendentes pode ser expresso por aquela frase com que o Senhor profetizou o dos descendentes de Abraão: – tantos, quantas as areias do céu e as estrelas do mar. (Pílulas. Enganei-me: é o contrário).

Não há sujeitinho de poucas carnes e de poucos haveres que não aspire a tomar aos frágeis ombros a pesada cruz da vereança, oferecendo-se magnanimamente a perecer esmagado sob o *venerando arbusto* do dever, na frase marmórica e peripatética de um ilustre doutor (médico) que cultivava com igual afeto – Santo Agostinho e a febre amarela.

Nem a gratuidade nem os ônus do cargo atemorizam os pretendentes. Aos pés dessa metáfora sublime: – o “Progresso do Município” eles depõem gostosamente os seus interesses, o seu tempo, a sua vida, a sua retórica, o seu futuro, a sua dedicação.

Os médicos – e quase todos os vereadores o são – mandam a clínica passear, fecham os consultórios e entregam-se perdidamente ao sacrossanto e convidativo divertimento de *curar* dos interesses municipais – de graça!

Os advogados voltam costas aos códigos e aos praxistas, trancam os escritórios, mandam o Direito à fava, e engolfam-se piedosamente no estudo das necessidades e aspirações dos munícipes – de *meia cara*.

Tanto desinteresse, tanta abnegação, tanto patriotismo, nestes tempos egoísticos e gananciosos, reclamam e merecem a gratidão eterna, as eternas luminárias... de quem os não conhecer.

Todavia, Zé Povo não se recusaria a perdoar-lhes, aos vereadores, tão alevantados e preciosos sentimentos só os ilustríssimos se contentassem modestamente com serem patrióticos, devotados, magnânimos, heroicos...

Mas os ilustríssimos atiram muito mais longe a barra da sua santidade: – são pândegos também.

Não satisfeitos com fornecer melhoramentos ao município, fornecem-lhe também *touradas* e *cavalinhos*.

Não se limitam a dar-lhe a carne verde, irrigações, varreduras; dão-lhe vômitos também. Como não ganham nada com essa coisa de representarem o município – *representam o Beberrão o Domingos fora do sério, Quase que se pegam*, e várias outras peças mais ou menos cômicas e lastimáveis.

Que os Srs. edis se sacrifiquem denodadamente pelo *seu* bem estar (seu, do município), que se resignam a abandonar a clínica, os constituintes, o consultório, a *banca*, para se darem inteirinhos ao cumprimento do seu dever, sagrado e gratuito, esses *erros* o público lhes perdoa, aos senhores edis. Mas o que o público não pode por maneira alguma lhes perdoar é que eles borrem as suas respectivas caras de

alvaiade<sup>3</sup> e vermelhão, e joguem a cambalhota e o sopapo; como se não estivessem no paço da câmara, mas simplesmente no largo do Paço.

E para fundamentar tão estrambótica e esquipática opinião, \*\*\* o Sr. Zé do Povo deste argumento: – Quando eu quero desopilar as minhas mágoas e a minha dispepsia, eu chamo um desses italianos de realejo e macaco e *pago-lhe* para me fartar de *Travista* moída e de micagens aretinescas; ou então vou ao *Polytechia* e *pago-me* duas ou três horas de acrobacia e de palhaçada; mas eu aos senhores vereadores não pago nada; os senhores vereadores ofereceram-se gratuitamente, não para o fim de me divertir e me nausear – mas sim para me servir e respeitar. E se os senhores desengonçam-se e desmoralizam-se, cantam de galo e saltam como sapo – pela razão de eu lhes não pagar nada, então, meus amigos, queiram ter a bondade de se pôr sobre os dois pés que Deus lhes deu e de recolher a língua à boca: – aqui tem cada um o seu níquel e agora... fiquem sérios e quietinhos.”

—

É este o vereador que os leitores conhecem: – Desinteressado, médico, magnânimo e desfrutável. Mas este é o vereador da corte, e nem todos os vereadores são da corte.

O vereador da roça não é nada disso.

O vereador da roça é um bom amigo, bom pai, bom tenente-coronel, que não cultiva a retórica, nem o tifo icteróide; mas simplesmente – mandioca e milho, café e canas.

O vereador da roça não faz magnanimidades, nem metáforas, nem patifarias, e leva a originalidade ao ponto de até não fazer... sessão.

Sabe-se apenas que existe no município tal uma câmara, composta de 9 ou mais indivíduos.

Uns o sabem por ouvir dizer, outros porque os elegeram; às vezes acontece vê-los na estrada, ou na roça, mas no paço da câmara? Isso nunca!

Todavia, ocasiões há em que os vereadores provincianos, por um acaso estupendo reúnem-se em sessão, e, oh! Deus de misericórdia! e... deliberam!

Como esse ato é o mais extraordinário e custoso de sua vida, o bom do vereador não se poupa esforços e amores para bem desempenhá-lo, e, como a sua ocupação mais habitual é o cultivo da batata, o vereador reúne num só ato e a um só tempo – a deliberação e a *batata*.

Para exemplo, aqui transcrevo textualmente com o maior respeito para com a ortografia, a sintaxe e o estilo do seu autor, um requerimento que à câmara municipal de C. apresentou o respeitável vereador Cardoso:

“Riqueiro que esta Camara Mande o Fis cal de Correntezas i zaminari o Siminterio de Joviãos e D. Luiza e a Camara abilitar o Fis cal para numa piçoa i donio se in Convir dos interramentos Izi gir o piculio do defunto e defuntos e fazer entrar no Cofre desta Camara i a Camara pagar o dito a diministradori. Sala das seções, 22 de março 1881. – *Cardozo*.”

Sinto não me ser possível reproduzir também a caligrafia deste precioso documento molieresco, que eu conservo e venero religiosamente, com extremos de piedosa devoção. O Cardoso que o fez não é para aí qualquer *cardoso*, vereador ou não: – é um cardoso único, impagável, delicioso.

Como cardoso e como vereador, ele faz jus à nossa veneração.

Ele estende o zelo, o amor do seu mandato, até aos defuntos. Sim. Cardoso requer que uma *piçoa i donio i siga o picu lio do defunto o defuntos*, antes de enterrá-lo ou de enterrá-los.

– Ah! meu bom senhor defunto, Vossa Senhoria pensava que era só morrer e meter-se logo muito satisfeitinho na sua cova?!... Pois não foste!

---

<sup>3</sup> Pigmento branco usado em pinturas de exteriores.

Cardoso aqui está à espreita, Cardoso, o terrível, que vos brada, inflamado de zelo pelo Cofre (com C) da Câmara:

— Olá, seu defunto, o *defuntos*, escarre pr'a aqui, já, o *pi culio*! Ande! Não se me faça de fino!

E o maroto do defunto, que não esperava por esta, coitadinho! não tem remédio senão estender a mão gelada e entregar o *pi culio* a Cardoso! Arre! É muito bem feito!

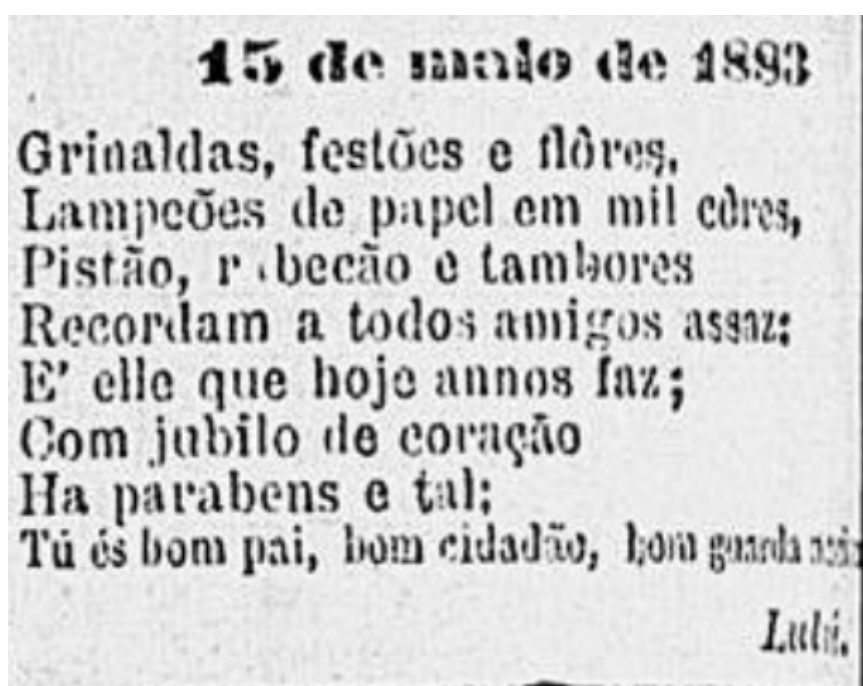
—

Uma ideia: — Porque não há de a Ilma. vereança da corte adotar e executar a ideia do *ferraz*, digo — do cardoso da vereança de C...?

Seria um meio magnífico de matar o obituário: — os defuntos, com receio de pagar o *pi culio*... deixariam todos... de morrer.

**14.05.1883** – Não foi publicada nenhuma Bala.

**15.05.1883** – Não foi publicada nenhuma Bala, mas saiu um texto assinado por “Lulú”:



**16.05.1883** – **Mercutio**

Quem está mais alegre com a queda do gabinete, não é nem o Sr. Dantas, nem o Sr. Otaviano, nem o Sr. Paulino, nem o Sr. Cotegipe. É o Sr. Saboya.

Queria fazer umas certas nomeações relativas aos últimos concursos de adjuntos, e encontrava leão pela proa.

- Agora, confidenciou ele ontem com um seu íntimo, estamos como quero: o novo mistério, ou nomeiam os meus candidatos, ou nós anulamos os concursos.

—

Na mesma ou em semelhante disposição está alguém.

- Ah! Disse ao receber o telegrama paranaguaio, não querem o meu homem? Não compreenderam o fim com que fui assistir a esse casamento de que tanto se tem falado? Não lhes basta a meia palavra, querem a palavra e meia?

“Paranaguá, telegrafou imediatamente, ainda tens muito que fazer; ainda... ainda... Vou abrir a gaiola e dar liberdade aos papagaios.”

—

O Sr. Paranaguá é homem sério, severo, discreto até o mutismo, um verdadeiro poço de discrição.

Desta vez, porém, não pode conter-se, e mostrou o telegrama ao SR. Souza Carvalho, que fora visitá-lo.

- Aquilo é que é homem, rematou sentenciosamente o estadista do Piauí.

- Aquilo que é homem, apoiou o deputado Paraíba.

E despediu-se.

E foi para o Jornal fazer a declaração que se sabe.

---

Grande homem o Sr. Souza Carvalho.

Conhece o Rio de Janeiro como ninguém, por dentro e por fora, por diante, por trás.

Se ele dissesse tudo o que sabe, quantas coisas ficaríamos sabendo.

- Porque caiu o ministério? Perguntei-lhe ontem.

- Eu lhe digo: Saraiva estava para chegar, disposto a não aceitar o poder e a convencer os amigos de que deviam apoiar o ministério.

- E conseguiria?

- Com certeza. Mas há gente mais fina do que ele.

- Quem?

- D... eixe-se de perguntas, gaguejou ele com uma pertinência que me incomodou. Este finório reuniu os seus, e disse: é preciso que o ministério caia antes de chegar o Saraiva, se não ele entorna o caldo.

Dito e feito.

Mas o Saraiva ainda é mais fino do que eles todos, porque ainda não veio nem virá este ano.

- E subirão os conservadores?

- Homem, você sabe que alguém é caprichoso como um menino malcriado. Tudo é possível, mas quer que lhe fale com franqueza? Se eu estivesse presente ontem na câmara, votava pelo Paranaguá.

### **17.05.1883 – Zig-Zag**

A grande rosa política está encravada. Quem lhe pôs o cravo, foi a dissidência do partido liberal, acompanhada pelo partido conservador. É o caso dos sete alfaiates para matarem uma aranha, que afinal lhes escapou e os deixou embaraçados nas suas teias urdidadas com habilidade e astúcia.

Enquanto a roda não anda, o país embasbacado e boquiaberto agita-se em conjecturas. Tem os olhos fitos no Oriente. O Oriente passa para esta contingência é tanto a Pojuca, quanto o Macuco, como a imperial cidade de Petrópolis.

---

E enquanto esta coisa, que se chama muito propriamente a soberania popular, se estorce nas convulsões de uma ansiedade, que só encontra lenitivo nas empadinhas das confeitarias da rua do Ouvidor, o presidente do conselho do ministério decaído, ou pelo menos suspenso na perche da política partidária, aproveita o ensejo, senão para dar a perna nas valsas, pelo menos para fazer no *minuette* da corte, uma das principais figuras.

Efetivamente, o sistema parlamentar ainda não descobriu até hoje corretivo, nem mais lógico, nem mais eficaz, nem mais coreográfico.

A câmara diz meter o ministério numa dança: o ministério afiambrou a gambia, atirou-se ao delírio comunicativo da Zizinha e do antigo Cri-cri, tanto é certo que tristezas não só não pagam dívidas, como não são igualmente um derivado do pesar dos ministros que saem.

— Dizem que a fortuna é calva, e só tem um cabelo para o hábil que lhe puder deitar as unhas.

Desta vez o SR. Paranaguá encontrou dois cabelos na cabeça da Fortuna e, como dispunha ainda de duas mãos, agarra-os ambos com a força de uma convicção austera.

S. Ex. tinha de ir a Petrópolis fazer alguns passos de dança, por motivos que não queremos apreciar.

Uma vez que tinha esse cabelo para ir agarrar, S. Ex. pensou na comodidade de uma só viagem para dois fins. Daí, a cena da câmara, e cena da câmara a viagem a Petrópolis.

Lá, fez-se anunciar.

Mandaram-lhe dizer que estavam pondo a gravata branca para o baile e que esperasse.

Esperou.

Apareceram-lhe depois e disseram-lhe:

- Já sei, já sei. Antes de tudo o dever constitucional. Vamos para o baile.

E foram.

A orquestra bramia uma contradança, ouviu-se uma voz imperativa:

- *Em quani tous – Grand chaine.*

E no meio da confusão anárquica esta marca, os dons vis-a-vis encontraram-se e estancaram, um com o olhar suplicante e ansioso, o outro com a fleugma característica d um par convicto do valor da dança nas crises melindrosas das instituições vigentes.

O outro, porém, olhava com tal expressão, que o par moveu-se.

E lá foram os dons para um canto da sala, e, ao som da *Mascotte*, travou-se o seguinte diálogo:

- Nunca pensei que viesse tanta gente ao baile.

- Também eu. Mas o que eu desejava dizer a vossa...

- Já tomou sorvete?

- Já Senhor Augusto, ou, perdão augusto Senhor... Não sei se vossa...

- Já sei, já sei. Não fica mal a vis-condessa naquele vestido!

- Muito bem. Mas eu vim da corte para pedir a vossa...

- Peça, peça o que quiser. Quer um refresco? Uma sandwlell, um grog? Tome um grog, é higiênico.

- Perdão, não vim para comidas, nem bebidas, vim...

- Já sei, já sei. Veio para dançar!

- Já dancei, é verdade mas o meu (...)

- Já sei, já sei. É entrar no *catillo*.

- Meu senhor, é justamente por causa das danças que eu aqui me acho. Antes, porém, do *catillon* desejava saber se nesta contradança constitucional eu continuo a ser *par marcante*.

Nesta ocasião ouviu-se a conhecida marca: - Caminho da roça.

- A propósito: o Saraiva está na capital?

- Não meu Senhor, está na roça.

- Pois mande-o chamar.

E seguiu a envolver-se de novo no movimento da quadrilha, deixando perceber as seguintes palavras:

- Está cumprido o dever constitucional.

### **18.05.1883 – Lulu Sênior**

Como se não bastassem as preocupações em que andava o falecido ministério (Deus o tenha!), ainda lhe vem agora à última hora esta espiga do consulado do Brasil em França.



A coisa é de tentar, e a companhia do Grão-Pará já hoje sentiu diferença no movimento de passageiros; o telégrafo do Sr. Capanunes viu-se atrapalhado a transmitir pedidos.

O Sr. Lourenço de Albuquerque não teve, durante todo o dia, um minuto de sossego para se coçar; de instante a instante, bate-lhe à porta um republicano. E o homem a desculpar-se: – Eu já não sou ministro, e dou parabéns à minha fortuna.

— Mas, Exm., aos ministros é permitido fazerem testamento, e lembrarem-se dos amigos...

— Eu lhe digo, isto de amigos... Eu agora tive ocasião de ver para o que eles valem... A pena que eu tenho, é de não ter podido distribuir a mais alguns aquelas doses de \*\*\* com que cortei a febre do Cantão...

— Foi uma boa pilhéria, Sr. conselheiro; é uma das melhores pilhérias que ficam nos *Anais*...

— Perdão! o senhor está perdendo o seu tempo, eu já não sou ministro; é inútil achar-me espirituoso...

— Mas, Sr. conselheiro, V. Ex. repare que eu tenho cinco filhos...

— Para ser cônsul, não é uma virtude indispensável.

— Sempre fui liberal...

— E eu também; e apesar disso mandam-me passear...

— Olhe, O Sr. Velloso está fazendo testamento...

— Sim?

— Sim, senhor. Eu lhe digo. Houve o concurso para adjuntos na faculdade de medicina. Para alguns dos lugares houve apenas um candidato por lugar; nesses concursos, portanto, não há dúvida, e o Sr. Velloso não tem pressa de fazer as nomeações: o seu sucessor há de forçosamente nomear esses médicos...

— E daí?

— Mas para as cadeiras da clínica cirúrgica, quatro lugares eram disputados por seis candidatos. A comissão da faculdade, baseada no regulamento, indicou os quatro que julgou melhores, mas o Sr. Velloso nomeou o sexto.

— Não havia sétimo candidato, nem sétimo lugar?

— Não, senhor; os candidatos eram seis, e os lugares quatro.

— Então, não seja má língua, bem vê que foi por isso. Os últimos serão os primeiros....

— Está na Escritura.

— Está: e *escripta manet*...

— Bravo! muito bem! Sr. conselheiro, essa é tão boa...

— Como a do quinino, já sei.

— Então, V. Ex. decidiu-se?..

— O lugar é bom?

— Magnífico! Trinta mil francos por ano, e ainda pode dar mais.

— Uma ideia!

— Diga, excelentíssimo.

— Se eu ficasse com o lugar para mim?

O candidato correu para Petrópolis.

—

Em casa do Sr. Dantas, tem havido romaria, quase tão concorrida como a festa do Bonfim.

É que o Sr. Dantas, se não for a *espadilha*, do próximo governo, pelo menos há de meter um *bastinhos*(?), nas pessoas do Sr. Rodolpho ou do Sr. Ruy.

O Sr. Rus\*\*\*bona, o Sr. Souza Carvalho, o Sr. Moreira de Barros, estão em expectativa simpática; o primeiro, porque quer ser o que nunca foi; o último para ser outra vez o que já foi; e o do meio – e é no meio que está a virtude – para continuar a ser o que sempre foi.

Se S. Ex. se deliberasse a ter preferências, escolheria ministros moços, e, entre estes, ainda preferiria, por exemplo, o Sr. Rodolpho Dantas ao Sr. Ruy Barbosa, e o Sr. Affonsinho ao Sr. Pompeu.

O Sr. Moura é que está muito contente. Pessoa que nos merece todo o conceito, afiança-nos que S. Ex. não achava graça nenhuma a esta história de viver a nomear tenentes-coronéis. Fazia-o por dever de ofício, por necessidade, como quem engole uma xícara de chá sem açúcar, para fazer bem ao estômago. Mas que é uma maçada, lá isso é. Calcula S. Ex. que nomeou cerca de quinze mil tenentes-coronéis, enquanto esteve no ministério; ora, esses lugares tinham, uns pelos outros, quatro pretendentes: cada pretendente tinha pelo menos quatro padrinhos, o que dá, conta redonda, duzentos e quarenta mil padrinhos de sessenta mil pretendentes que não deixavam S. Ex. assentar e tomar cor.

— Antes a marinha, dizia S. Ex.: ao menos há um quadro.

E durante este tempo o Messias está em Pojuca, a prolongar a agonia dos condenados, que estão só à espera dele para exalar o último suspiro.

Bem fez o Sr. Avila, que já há dias deu parte do morto.

### **19.05.1883 – Publicola**

Bravo, o Sr. barão de Cotegipe!

Uma rolha e muito bem posta, no SR. CONSELHEIRO Paranaguá! Naquele mesmo que é visconde e compadre, presidente do conselho resignatário, e isso mesmo até que o bolo do Espírito Santo vomite para a terra o Messias salvador da situação do país... Liberal.

Não se pode ser nem mais energias nem mais corajoso nem mais valente!

Ora toque!

Já se sabe que falamos duma pseudo-sessão, que houve anteontem no senado.

O senado não quer discutir enquanto não houver ministério em discussão. E isso prova quanto é real e verdadeira a máxima constitucional que afirma: o senado não faz política.

No melhor da quadrilha política, e quando num animado *grand chaine* os diversos pares confundiam-se e entrelaçavam-se, ouve-se de súbito a voz fanhosa do mestre-sala gritar:

- Pára, até segunda ordem!

E pararam todos, até que a segunda ordem apareça.

Vendo isto, o senado, a exemplo da câmara, não quis mais fazer sessão sem saber qual o par marcante da quadrilha. Anteontem, porém, um Sr. senador, ouvindo o presidente dizer que não havia sessão por falta de número, levantou-se para fazer um requerimento.

Há quem aposte cem contra um, em como este senador foi e Sr. Correia... Perderam todos desta vez; quem invadiu as atribuições do Sr. Correia e não pode conter o requerimento engatilhado, foi o Sr. Junqueira, o qual pedia que se desse para ordem do dia a discussão de uma dúzia de créditos que pendem de decisão do senado, e créditos que felizmente não são os do ministério que se está demitindo.

O Sr. Cotegipe, tendo dado a palavra ao Sr. Junqueira, toma por sua vez a dita palavra, e declara que, não estando em sessão, não pode aceitar o requerimento.

Intervém o Sr. Paranaguá, e, na sua qualidade de presidente do conselho, que é e não é, por sua vez também pede ao Sr. Cotegipe que faça o favor de dar-lhe a dita palavra.

O Sr. Cotegipe, voltando-se com ar nobremente resoluto, declara peremptoriamente ao solicitante:

- Não lhe dou nada.

E por este modo arrolhou quem, há cinco dias, anda com a palavra embuchada, à espera que venha do norte o espírito santo de orelha que o há de valer em tão crítica situação.

Cruel, o Sr. de Cotegipe!

---

Diz-se que o Sr. Souza Carvalho, um dos árbitros da situação a que acima se refere esta bala, é de opinião que o Sr. Paranaguá tem largos motivos para ir queixar-se a Petrópolis, da violência de que foi vítima.

E mais de opinião aquele deputado o qual se estivesse votaria pelo ministério 3 de julho, que o Sr. Paranaguá não perderia o seu tempo fazendo esta viagem a Petrópolis, onde encabeçaria a sua queixa do seguinte modo:

- Augusto compadre, saberá que...

Decididamente, nestas questões políticas é o Sr. Souza Carvalho quem dá sota e faz – ainda que um pouco menos a sota!

## 20.05.1883 – Lulu Sênior

CENA XI

OS MESMOS MENOS AVILA

*João Ferreira*

Disse e repito: não quero saber mais desta futrica. Vou para a Bahia.

*Pedro Leão*

Você não é mais baiano do que eu.

*João Ferreira*

Iche!

*Pedro Leão*

Já disse que não é. Você não é capaz de gostar mais de pimenta do que eu!

*Lourenço*

Do que ele gosta mais é de açúcar.

*Carlos*

Este Lourenço, depois da pilhéria do quinino, está que ninguém pode com ele.

*Lourenço*

O que estou, é pelos cabelos. Não quero mais maçadas.

*Lustosa*

Mas, olha, nós dissolvemos a câmara...

*Lourenço*

E o ministério?

*Pedro Leão*

Reorganiza-se o ministério...

*Lourenço*

E contam comigo para isso?

*Lustosa*

Se quiser...

*Lourenço*

Pois você não sabe que se eu não fosse ministro, há muito tempo estaria na oposição?

*Lustosa*

Mas por quê?

*Lourenço*

Porque não posso aturar este governo, que dá cabo das províncias....

*Pedro Leão*

Ó Sr. José Marianno!... enganei-me... Ó Sr. Lourenço...

*Lourenço*

O que eu invejo é a posição do José Marianno. Este ministério tem sido escandaloso!... A demissão do Calaça, na minha província, um homem que eu conheço, foi um cúmulo.

*Lustosa*

Mas o Avila sabe....

*Moura*

Perdão, o Avila não sabe, é sabido; quem sabe sou eu.

*Lustosa*

E você, *seu* Florentino, o que diz a isto?

*Florentino*

Eu estou por tudo.

*Lustosa*

Vai ou fica?

*Florentino*

Eu acho que, enquanto há vento, molha-se a vela.

*João Ferreira*

Seu Carlos, se estas bichas de recomposição pegarem, você faça como eu, para o não obrigarem a fazer como o Avila...

*Carlos*

E tanto, que na sessão da câmara aproveitei o incidente do Adriano, para assanhar a oposição contra o gabinete todo!

*Pedro Leão*

Então você fez aquilo de propósito?

*Carlos*

A-q-u-i, qui, Monéres!

*Pedro Leão*

Mas isso é faltar ao princípio sagrado da solidariedade...

*Carlos*

Pelo que vejo, a solidariedade consistiria em deixar que me aleijassem.

*Lustosa*

Se é para bem da nação...

*Carlos*

Nada: cá na torre o que se costuma fazer para o bem da nação, é ficar. Portanto, eu fico.

*Pedro Leão*

Você já consultou seu irmão?

*Carlos*

A sabedoria do pajé fala pela minha boca.

*João Ferreira*

Decididamente eu vou para a Bahia.

*Carlos*

E declaro mais que, se me aleijarem e reorganizarem o ministério sem mim...

*Lourenço*

Mas venha cá, *seu* Carlinhos: você compreende que não é possível meter no novo programa que se prorrogará todos os meses a licença do Sr. Conde d'Eu....

*Carlos*

Você é suspeito. Você é homem que tem vontade de deixar de ser ministro, uma coisa que nunca se viu!

*João Ferreira*

E eu então? Eu também não quero deixar de ser ministro?

*Carlos*

Você já acabou de nomear tenentes-coronéis: por mais que procure, não acha mais quem queira disso.

*João Ferreira*

Então, você também quer tomar o seu chá de garfo comigo? Olhe que para cá vem de carrinho...

*Lustosa*

Os contínuos estão à porta. Salvemos as aparências, pelo menos!

*João Ferreira*

Eu quero ir para a Bahia.

*Lustosa*

Vou por a votos. Primeiro, dissolve-se a câmara? O que diz, seu Pedro Leão?

*Pedro Leão*

Dissolve-se.

*Lustosa*

Bem. Um voto pela dissolução. Seu Carlos?

*Carlos*

Sim.

*Lustosa*

Dois. Seu Florentino?

*Florentino*

Eu estou por tudo.

*Lustosa*

Então, sim. Três. Seu Lourenço?

*Lourenço*

Não!

*Lustosa*

Um não. Seu Ferreira?

*João Ferreira*

Eu quero ir para a Bahia.

*Lourenço*

Como ministro plenipotenciário?

*João Ferreira*

Eu quero ir para a Bahia, seja como for.

*Lustosa*

Dois... nões. Como é que se diz: dois nões ou dois não?

*Florentino*

Eu acho que se deve dizer dois nõeses.

*Lustosa*

Eu voto sim. O Avila se estivesse cá, votava sim. Temos um bandão de sinzes, contra dois nõeses. Portanto, está decidido, dissolve-se a câmara.

*João Ferreira*

E eu vou para a Bahia. Que bellote(?)!

*Lustosa*

Outra votação. Os Srs. Lourenço e João Ferreira querem retirar-se do ministério. Os Srs. que aprovam queiram levantar-se. (*Levantam-se todos*)

*João Ferreira*

Vou para a Bahia.

*Lustosa*

Agora, ainda temos outra votação. O Sr. Carlos não quer sair do ministério. Os Srs. que aprovam queiram levantar-se. (*Levanta-se o Sr. Carlos; os outros todos fingem que não entenderam, e deixam-se ficar sentados*).

*Carlos*

Ah! ele é isso? Então os Srs. todos querem que eu deixe a pasta?

*João Ferreira*

Eu não me importo: contanto que eu vá para a Bahia.

*Florentino*

Eu não entendi bem.

*Carlos*

Esta votação está nula. Peço a retificação.

*Lustosa*

Vá lá. Os Srs. que entendem que o Sr. Carlos deve sair do ministério queiram levantar-se. (*Levantam-se todos, menos o Sr. Carlos*).

*Carlos*

Nesse caso voto contra a dissolução. E podem contar comigo, com meu irmão, com meu sobrinho, e com toda a minha parentela.

*Lustosa*

Nós já sabíamos disso, e estávamos resignados.

*Lourenço*

E contem também comigo. Vou fazer oposição, mas não por despeito, como o Carlos, mas por convicção, convicção sincera, profunda, inabalável...

*Lustosa*

*Tu quoque, Brute?*

*Pedro Leão*

Deixa-os falar; nós dissolvemos, e eles que vão fazer oposição lá para o mato. Olha, pela nova eleição respondo eu.

*João Ferreira*

Mas então para que é esta história de esperar pelo Saraiva?

*Lustosa*

É para não assanhar o Dantas.  
(Cai o pano.)

### **21.05.1883 - Zig-Zag**

É extraordinariamente feliz este bom e heroico público fluminense.

Despreocupado de tudo quanto não seja fazer o seu negócio ou não fazer nada – a melhor e a mais agradável de todas as ocupações – este bom público deita-se numa noite a abrir a boca de aborrecimento, até que lhe chega o sono, e desperta no dia seguinte em frente de uma série de casos, que se lhe apoderam de todas as faculdades.

Nesse dia é uma crise, no outro é a estreia de estrelas teatrais, de maiores ou menores dimensões.

É como transição de um caso extraordinário para outro, há os acontecimentos indignos, que, por muito frequentes, já quase passam despercebidos.

---

No escaninho destinado a estes acontecimentos estão as conferências populares da Glória.

Que leitor talvez não tenha o perfeito conhecimento do que são essas conferências. Vamos dar-lhe uma ligeira ideia.

---

Durante a estação mais fria, cada domingo, um orador sobre à tribuna daquelas conferências e fala sobre o assunto da sua escolha, com a restrição do que a maneira de o encarar não irrite a suscetibilidade das instituições juradas e da moral por elas estabelecidas como a única verdadeira e sã.

A princípio estas conferências atraíam não só a concorrência dos oradores, como dos ouvintes.

Aqueles com o tempo foram-se revezando e estes foram desaparecendo.

De sorte que o auditório das conferências, hoje, está quase limitado aos membros de uma associação, a quem, depois de resolverem sobre assuntos que interessam à sua sociedade, são oferecidas como uma extra.

Entretanto as conferências continuam a chamar-se populares, dando-se todavia o caso frequente de não ser o povo que assiste a elas.

Dir-se-á que o povo não assiste, porque não quer. E perfeitamente exato; mas o fato é que além de reunido, o auditório das conferências, não representa fato a que se chama povo. Geralmente vêm-se lá os membros da tal sociedade, a família do orador do dia, alguns funcionários públicos ávidos de que sois serviços a instrução sejam reconhecidos por uma fila condecorativa e Sua Majestade o Imperador, que raras vezes falta, e mais raras vezes deixa de dormir na sua poltrona, até que a ponte final do discurso do orador lhe indica o momento da sua adesão por um gesto de cabeça, que tanto pode significar um aplauso, como a satisfação de poder ir dormir tranquilamente em um aposento mais cômodo e até menos devassado por vistas burguesas e indiscretas.

---

As Cartas do Caipira e as Conferências da Glória são a obra mais colossal do Brasil moderno.

Todas as grandes obras, quer de ciência, quer de literatura, quer de arte, que neste século se têm publicado em todo o mundo, são simples folhetos comparados aos volumosos tomos, que formariam aquelas obras, se porventura houvesse um editor, bastante confiante, para as dar a publicidade – por junto.

---

Não há questão que não tenha sido tratada naquelas conferências. Meninos mais ou menos desenvolvidos aí têm feito sua estreia.

Como se destinam à carreira da retórica, vão ali fazer as suas primeiras armas.

Tudo que ali se diz não chega uma única ideia ao povo, e entretanto as conferências chamam-se sempre – populares.

Tudo que ali é tratado, com exceção de poucas questões que aliás não foram muito bem olhadas, é encarado sob um ponto de vista ou contrário à índole de instituições daquele gênero ou demasiadamente convencional, para que possa produzir o menor resultado útil e eficaz.

Os homens, que poderiam pela sua ilustração, pela sua educação científica e pelo seu prestígio atrair uma massa de ouvintes, são precisamente os que mais se afastam daquelas tribunas.

Daí a sua pouca ou nenhuma eficácia, sobre a instrução popular. O povo nada aprende com aquilo; em primeiro lugar, porque não vai lá e, depois, porque ainda que lá fosse, não lhe fariam compreender nenhuma das suas necessidades, quer materiais, quer intelectuais.

É o regime da retórica para que ela tem triunfado e continuará a triunfar.

Entretanto, têm as suas vantagens as conferências da Glória:

1º Não custam um vintém ao tesouro nacional;

2º Ninguém é obrigado a assistir a elas.

Só esta última quanto não vale?

## **22.05.1883 – Publicola**

O Rei chegou... não, não é isso: o Sr. Saraiva chegou.

Os que aguardavam anelosamente a sua vinda, não puderam conter a impaciência que os sufocava, e desde a madrugada foram postar-se, uns no cais Pharoux, outros na fortaleza de Villegaignon, e não poucos no alto do Pão de Açúcar.

Alguns deputados que já têm tido a fortuna de ver os seus nomes em combinações ministeriais... dos apedidos, cedo meteram-se nos escaleres, de véspera fretados, e aí, de olho fixo nos sinais do morro do Castelo, esperavam com sofreguidão o aparecimento daquele que lhes devia anunciar a chegada do Exm. Sr. José Antônio Messias Redemptor.

Entre amigo e no recesso da intimidade afirmava que só os levava ali a afeição e o respeito pelo honesto cidadão da glória do país e primeira joia do partido liberal.

Nenhum interesse – a não ser pela saúde dele; nenhuma preocupação estranha ao futuro da pátria.

Afinal avistaram o ardentemente desejado sinal, e correndo velozes, graças aos braços vigorosos dos adestrados marinheiros, foram ao encontro do vapor cuja fortuna e honra de trazer em seu seio o Salvador do mundo eram invejadas por todos eles, e apenas com uma insignificante diferença no fato: - que, em vez de serem eles que o trouxessem no seio, que fosse Ele que os levasse... no bolso.

Abraços, ternuras, lágrimas de alegria e pretextos de amizade, todas as expansões próprias dos grandes momentos e das grandes ocasiões – tudo foi testemunhado pelos repórteres ávidos de uma palavra do grande Salvador.

Conduzido em caarola pelo ex-ministério, e depois de ouvido o Sr. Paranaguá, seguiu Ele para São Cristóvão, onde teve o seguinte diálogo:

- Às ordens Vossa Majestade

- Como vai a saúde?

- Mal, para servir Vossa Majestade.

- Já sabe que houve por aqui muita coisa, que o José Mariano...

- Já se, já sei!

- Não! Eu é que já sei! O que eu quero é que o senhor me arranje pra aí um ministério com probabilidades de viver pelo menos até o fim da sessão, pois que daí por diante eu me encarregarei de a fazer viver até o ano próximo.

- Impossível, augusto senhor. Eu estou disposto a não aceitar mais o governo: estou doente e descrente – porém descrente ainda mais do que doente. Não confio em minha saúde, e menos em meu partido. Estou velho e cansado, fiz a eleição direta (aqui curvou a cabeça) e nada mais quero fazer.

- Mas então quem o Sr. indica para organizar o grupo dos sete que devem agora andar dentro daqueles coupés que... sabe?

- Saberá Vossa Majestade que não sei nada a respeito. Pode ser um qualquer: ou o Sr. Dantas, ou o Sr. Sinimbu, ou o Sr. Nunes Gonçalves, ou o Sr. Afonso Celso, ou o Sr. Otaviano, ou o Sr. Gaspar, ou o Sr. José Bonifácio, ou o Sr. ...

- Mas o que é isto? E vai nesse andar acaba por apresentar uma carta de nomes ou a folha do Almanaque do corrente ano, onde vem a lista dos senadores. Olhe, eu quero uma organização feliz e duradoura, tal como a exige o atual estado do país. Se os ministérios continuam assim a nascer hoje para amanhã morrerem, tenho receio que ao cabo dos cinco anos este país torne-se o país...

- Do café... Já sei.

- Não sabe nada: o país dos conselheiros, a contar por este em cada organização mensal.

- Tem razão Vossa Majestade, e eu me retiro levando a convicção de que Vossas Sábias Luzes apontarão para o encargo de organizador, um senhor... qualquer.

---

Políticos que, metidos em cada, de olho fixo no relógio e de ouvido alerta, esperavam o momento em que os viessem chamar ao passo – para uma conferência, souberam logo a tristíssima e aterrorizadora notícia... Quanto desconsolo e quanto despeito!

- Político atrasado!

- Estadista infeliz!

- Medíocre inteligência!

- Teimoso e (...)!

- Nem sei porque fui espera-lo!

- Nem eu!

- Nem eu!

E em coro:

- Perdidos os dois mil réis do escaler!

---



E assim o Sr. Messias perdeu num momento todo o valor e a auréola que lhe circundava momentos antes a frente inteligente e brilhante. – Ninguém lhe podia perdoar por ter vindo da Pojuca no Rio de Janeiro expressamente para dizer não quando de lá mesmo ele poderia ter dito em resposta ao telegrama:

- Vem cá, Bilú, vem cá... A frase se que resolveria num momento a situação:

- Não vou lá, não vou lá...

E era uma vez o Redentor.

### **23.05.1883 – Não temos a crônica**

### **24.05.1883 – Lulu Sênior**

O Sr. Lafayette passou a perna ao Homem. Este tinha feito a sua lista e contava esgotá-la. Se o Sr. Lafayette recusasse a *honrosa incumbência* (chapa oficial), seria chamado o Sr. Gaspar; depois deste o Sr. Chicharro(?); depois o Sr. Sinimbú; depois o Sr. Carrão; depois outra vez o Sr. Paranaguá; em seguida o Sr. Sousa Carvalho; afinal chamaria o Sr. Affonso Celso, que seria capaz de organizar, se tivesse sido chamado em tempo, e por fim o Sr. Lima Duarte, pela razão muito simples de que seria natural chamá-lo no princípio.

O Sr. Lafayette, porém, entornou a canja – perdão, o caldo imperial, e, quando aparecerem estas linhas, não haverá liberal neste país que não esteja admirado de que o Imperador se não tivesse lembrado há mais tempo do Sr. Lafayette.

Diz-se que o organizador do gabinete aceitou o sacrifício com pena dos deputados liberais e dos chefes ostensivos do partido..

Andavam estes pela rua do Ouvidor, e benza-os Deus! não sabiam nem patavina do que se estava passando. Mas o que se pode chamar não saber coisa alguma, mesmo nada, coitados!

Regime parlamentar, assim!

O ministério caiu por um voto da câmara dos deputados. Chamou-se o Sr. Saraiva, da Pojuca. É verdade que foi o Sr. Saraiva que fez esta câmara mas vê-se que não se gaba disso e mostra até tentações de limpar as mãos à parede.

O Sr. Saraiva, não podendo responder: quem as armou que as desarme, respondeu: que não está para maçadas.

Em seguida, supunha-se que seria chamado o Sr. Dantas, que era o cabeça do motim da câmara, ou o Sr. Lima Duarte, presidente dela, estimado e respeitado por amigos e adversários.

Pois não viste! Clamaram o Sr. José Bonifácio.

E a deputação a passear pela rua do Ouvidor, muito murcha, com cara de quem diz: o homem não faz caso nenhum de nós.

E a correrem para os jornais, elites, de cujo seio deve sair essa comissão, a que se chama o ministério.

O Sr. José Bonifácio, que é um poeta, teve mais senso prático do que quem o chamou, e disse que precisava de tratar da sua saúde.

— Isto é um pretexto para chamar os conservadores, dizia um deputado que queria fazer crer, por vergonha, que sabia alguma coisa.

Conta com isso! Foi chamado o Sr. Dantas, que achou a canja – perdão! – o caldo requentado.

Mas, enquanto S. Ex. não recusou, os tais Srs. deputados bem informados diziam que S. Ex. tinha elementos para organizar e que estava decidida a questão. Quando se espalhou a notícia da recusa, ficaram de cara à banda. Força é confessar que desta vez eles tiveram muitos companheiros. O fato causou geral estranheza. Um homem com uma família, que parece uma província, e uma província, que parece uma família!

— O Lafayette! Aposto que ele não aceita!

Era um chefe liberal que apostavam. E lá está o Sr. Lafayette.

Coincidência digna de ficar notada nestas páginas que hão de passar à história: quando se afixou o boletim, noticiando que S. Ex. aceitara a *honrosa incumbência*, uma banda de música alemã, que estava na rua Nova do Ouvidor, tocou a Marselhesa.

—

Uma questão de alta gravidade política tem de ser decidida desde já.

Sabe-se que é hoje o dia da procissão de *Corpus Christi*. A impiedade do século já deu cabo de parte do prestígio dessa festa, suprimindo S. Jorge e os seus atributos especiais: só restava, para embasbacar as populações, o pálio carregado por Sua Majestade e seus ministros.

Há sérios receios de que os antigos ministros não queiram figurar hoje na festança. O Sr. Avila prestar-se-ia, quando muito, a servir de S. Jorge – com restrições – por ter de ir a cavalo; mas pegar na vara do pálio, lá isso não pega, e faz bem.

O Sr. Moura, da justiça, entende que não é justo roer os ossos e deixar a carne para os outros.

Felizmente há o Sr. Paranaguá, que, principalmente em questão de procissões, não pode recusar coisa alguma a quem pede com tão bons modos.

À *última hora*. – Informam-nos que o Sr. Meira declarou – chorando – que vai, para aproveitar a farda e para enfezar ainda uma vez o Sr. Souza Carvalho, que não perde esta procissão, porque sempre foi muito devoto de S. Jorge – sem restrições.

### **25.051883 – Zig-Zag**

O Sr. Ferreira Viana (sinais de atenção): - Sr. presidente:

Ainda uma vez deve aos meus amigos a honrosa incumbência de receber o ministério ultimamente organizado.

Nem o abatimento da minha saúde, nem a minha incompetência para debates desta ordem... (Não apoiados.)

O Sr. Tarquínio: - V. Ex. era o mais competente. (Apoiados.)

O Sr. Ferreira Viana: - ... nem a minha incompetência, como dizia, me valeram de escusa à imerecida confiança de meus correligionários.

V. Ex. Sr. presidente, já me conhece há muito, e sabe qual a dolorosa impressão que em mim causa este avitamento das nossas instituições, estes ataques constantes e permanentes ao nosso pacto fundamental, tão violentamente desacatado por aqueles que a nação colocou ao seu lado, para que não a deixassem violar como o túmulo do Cristo! (Muito bem, muito bem.)

O Sr. Ferreira Viana: - (Para um contínuo.) Traga-me um copo d'água com açúcar.

Sr. presidente V. Ex. me permitirá uma pergunta – que eu já sei que vai ficar sem resposta. (Riso).

O que se passou de tão extraordinário para que a esta câmara o país corresse hoje pressuroso e cheio de anuidade? Acaso Catalina bate as portas de Roma?

Acaso está este pobre país na situação de enfermo agonizante, que chamou para a cabeceira de seu leito os amigos caros para lhes dizer o derradeiro adeus, antes de que sua alma batesse as asas para as regiões tranquilas e azuladas da suprema paz e da bemaventurança eterna? (Muito bem!)

O Sr. Cantão: - Muito apoiado.

O Sr. Ferreira Viana: - Sr. presidente, V. Ex. e a câmara já sabem há muito que eu sou filósofo (Riso). Há quem seja astrônomo; eu, Sr. presidente, não gosto dessa ciência moderna dos tempos de Faraó (Riso). O que pertença ao céu, o que lá está encravado como a revelação suprema do Criador, não pertence aos homens, é grande demais para que possa ser atingido pelas especulações da material! (Muito bem).

É por isso, Sr. presidente, que eu não sou astrônomo. E quer V. Ex. que eu lhe fale com franqueza? Sim, porque eu também sou franco, sou franco e filósofo! (Riso).

Eu não deixo de reconhecer, como Santo Amaro, que a astronomia tem as suas atrações e as suas vantagens. Uma destas, Sr. presidente, é que, enquanto se olha para cima não se vê e que vai cá por baixo.

E eu alianço que isto tem acontecido a muito bons astrônomos. (Riso). E eles têm razão afinal: enquanto olham para cima, não vêm estas pequenas misérias da triste humanidade que se arrasta a seus pés dirigindo-lhes olhares tão investigadores, como aqueles com que eles pretendem surpreender a melhor obra do rei da criação! (Muito bem, muito bem).

V. Ex. agora me permitirá uma confissão e me desculpará o acanhamento com que a faço. Ia-me esquecendo do novo ministério. (Riso) Novo? O que é novo sob o sol?

*Quid sub'ssole novum?*

Será o novo e honrado presidente do conselho? Não, Sr. presidente: S. Ex. poderá ser novo para todos, para mim é um velho amigo. (Riso) Eu Sr. presidente, não só o conheço como estimo o honrado Sr. Lafayette.

O Sr. A. Celso Junior: - E o Sr. Lafayette também estima V. Ex.

O Sr. Ferreira Viana (sem ouvir): - Como? O que diz?

O Sr. A. Celso Junior: - Que o Sr. Lafayette retribui a estima que V. Ex. lhe consagra.

O Sr. Ferreira Viana: - Ah! Já sabia disso? (Riso).

Mas, Sr. presidente, dizia eu que o ministério não é novo. E quer V. Ex. que lhe diga por quê?

Talvez se pense que não é novo, por isso mesmo que é velho. Não, engano, ilusão perfeita. Eu digo que o ministério não é novo, porque, apesar da minha fraqueza de memória, lembro-me de já o ter visto com outra cara e em outros corpos!

Eu, Sr. presidente, acredito nas teorias das metamorfoses, e acredito na teoria porque conheço a prática. (Riso).

Eu deparo, por exemplo, com a fisionomia insinuante do Sr. presidente do conselho.

Sei que é Sr. Lafayette, reconheço-o; mas ali, naquela cadeira que vai honrar por certo; mas que, surpreendida por se sentir assim ocupada – até se alargou, S. Ex. não é para mim o Sr. Conselheiro Lafayette, o estadista talentoso, o jurisperito abalisado (apoiados) o latinista profundo, de que dá testemunho o meu amigo Diogo Velho e o amigo de S. Ex., o Sr. Felício dos Santos. NÃO. Ali naquela cadeira, o Sr. Lafayette não é repu... o democrata (riso) que nós conhecemos, não é a expressão da soberania nacional; mas o representante e legítimo testamenteiro desta situação que se chamou liberal.

(Apoiados e não apoiados. Trocam-se muitos apartes. O Sr. presidente toca o carrilhão).

Mas, senhores, por que a minha frase excitou tanto os nobres deputados? Pois SS. EExs. Não sabem o que se passou?

O Sr. A. Figueira: - Os deputados da maioria não foram ouvidos nem cheirados. (Apoiados).

O Sr. Zama: - Está enganado. Fomos ouvidos e principalmente cheirados.

O Sr. A. Figueira: - Cheirados não, farejador pelo decreto de dissolução.

Vozes: - Oh! Oh!

O Sr. Zama: - A dissolução podia vir quando quisesse.

O Sr. Taunay: - Agora é que V. Ex. diz isso. Ainda há três dias tremia de medo.

O Sr. Zama: - Medo só têm aqueles que se retiram da Laguna (Risos).

O Sr. Taunay: - Essa graça nem sequer tem o sal as oportunidade.

O Sr. Souza Carvalho: - Mas tem... Tem sal de aze... Azedas (Riso)

O Sr. Presidente: - Atenção. Quem está na tribuna é o Sr. Ferreira Viana.

O Sr. Ferreira Viana: - Perdão; onde eu não estou é exatamente na tribuna, estou no meu lugar.

O Sr. Presidente: - V. Ex. sabe que isto é um modo de falhar. Agora peço-lhe que continue.

O Sr. Ferreira Viana: - Obedeço a V. Ex. Vou continuar para concluir, mesmo porque a hora está muito adiantada.

A câmara Sr. presidente, está recordada de um caso que eu aqui narrei.

Eu depois da refeição, costumo dar o meu passeio. Dizem que é higiênico – e eu sou, além de filósofo, também higiênico.

Uma tarde, abordado à minha bengala, caminhava serenamente pelo Catete, quando a minha atenção foi despertada pelo ruído seco de pauladas seguidas. Esse ruído seco de pauladas seguidas. Esse ruído saía da porta de uma casa, onde havia muita gente em desordem a agredir-se com violência e com cacetes.

Era uma casa de pasto.

Parei naturalmente levantei os olhos. Sabe V. Ex. o que eu vi?

Numa lanterna vermelha a seguinte inscrição:

- Paz entre amigos.

Pois bem Sr. conselheiro Lafayette é a lanterna vermelha do partido liberal.

(Riso. Muito bem, muito bem. O orador é felicitado e vai depois jantar ao Globo).

(Extraído do Diário Oficial de 27 de maio de 1883)

Está conforme.

## **26.05.1883 – Publicola**

Antes de levantar o pano.

Numa sala, tendo ao centro uma mesa de dimensões regulares, vê-se um grupo de sete cavalheiros, cuja pose indica serem eles os investidos dos cargos de salvadores da situação.

A cabeceira da mesa, a respeitável cabeça do primeiro dos sete abaixa-se sobre um papel, que relê pela última vez. Enquanto isso, falam baixinho os outros e um, menino ainda, ri de vez. Enquanto isso, falam baixinho os outros, e um, menino ainda, ri de vez em quando, escondendo em seguida a cabeça embaixo da mesa.

Afinal, o primeiro pedindo atenção:

- Meus senhores, devemos tratar do programa.

- Mas qual programa? Pergunta o Sr. Antunes, que estava a rir.

- Ora, o nosso... Aquele com que devemos nos apresentar amanhã.

- Ah! Mas isso se podia bem dispensar por agora. Dizem que isto de programas estão muito por baixo.

O primeiro, com ar sereníssimo:

- Indispensável, senhor.

O Sr. Junior que está à direita:

- Mas disseram-me que V. Ex. já o tem preparado há muitos anos, e que as ideias nele contidas são excelentes.

O primeiro, com ar carrancudo:

- Creio que V. Ex. não tem em mente nenhuma ironia...

O Sr. Almeida (que está à esquerda, espantado); Eu?!

- O senhor mesmo!

O Sr. Almeida – Mas eu não disse nada a V. Ex.!

O primeiro apontando à direita, mas olhando à esquerda) – Aqui o Sr. Junior, cujo nome, sempre serve para desculpar alguma frase por ventura menos discreta que profira. Continuemos, no entanto. Cá está o programa...

O Sr. Souza – Mas por que chamar programa? Pro não quer dizer em favor, e grama, não será grama mesmo? Penso que em tal caso a gente deveria antes chamar promancia, isto é, um favor da existência.

O Sr. Junior – Deixe-se disso colega!

O Sr. Antunes (baixo ao vizinho). – Mas emprestada é que decididamente eu não arranjo farda, hein?

- De certo: você sabia tão pequenininho... Uma vergonha para a terra dos guascas!

O primeiro (continuando) – O que pude confeccionar as pressas foi este, que peço licença para ler...

O Sr. Carvalho (à parte). – Que massada! Cá por mim qualquer me serve, contanto que não me amolem.

O primeiro – Querem VV. EEx. Ouví-lo?

Todos em coro. – Com vivo prazer!

O primeiro (com delicadeza). – Tem V. Ex. a bondade de chegar-me a luz?

Os dois lados agarrando ao mesmo tempo o castiçal – Pois não!

O castiçal fica imóvel.

Ambos ao mesmo tempo. – Foi a mim que S. Ex. referiu-se.

O primeiro. – Foi a V. Ex., sim.

Ambos (ainda ao mesmo tempo). – Então eu não lhe dizia?

Afinal S. Ex. dispõe-se a arrancar-lhes o castiçal e aproximá-lo de si:

- Devo observar que neste papel estão apenas traçada em esboço as ideias principais com que amanhã devemos nos dirigir à câmara...

O Sr. Antunes (interrompendo com vivacidade. – No coupé, não?

O Sr. Carvalho (aparte, cantando pelos dedos). – O que me vale é que não tenho de sofrer nova eleição, senão o subsídio...

O primeiro... – e ideias que constituirão o nosso programa.

O Sr. Oliveira. – Qual, o nosso, de nós dois, aquele... O antigo?

O Sr. Afonso (arrastando uma cadeira aa propósito e escarrando mais a propósito ainda). – Temos compreendido.

O Sr. Souza. – Mas eu que não compreendo nada: nunca me vi nestes assados.

O primeiro. – Procurei do melhor modo abordar com delicadeza as questões difíceis, sem deixar contudo bem evidente o pensar do governo, nem criar para este embaraços futuros, nem compromissos de qualquer ordem.

O Sr. Junior. – Ah! Quanto menos embaraços melhor. Já agora dispus-me a ir para a guerra, e quero contar longos tempos de campanha!

O Sr. Carvalho (ao ouvido do vizinho) – Mas acumulam-se os vencimentos?

O primeiro - ... mesmo porque VV. EExs. Compreendem, que nas atuais circunstâncias, representantes como somos de cinco chefes, de uma declaração menos pensada poderia ressaltar alguma complicação séria...

O Sr. Antunes. – Oh! Nunca! Fizeram-me deputado a custo; agora ministro, a custo também. E cuido que não deixo por minha parte concorrer para que se deite a perder tanto trabalho!

O Sr. Junior. – Eu cá não lembro ideia nenhuma; portanto não será de mim que virá embaraço.

O Sr. Oliveira. – Quanto às minhas ideias, são conhecidas há 18 anos; portanto não as preciso mais por à mostra.

O Sr. Souza. – Eu nem as tenho!

O Sr. Carvalho (a parte). – Que massada!

O PRIMEIRO. – Assim, pois, eis o programa. (Toma uma folhaa de papel em branco e finge que lê. Enquanto isso o Sr. Souza adormece: o Sr. Antunes entra a fazer bonecos de papel; o Sr. Oliveira consulta umas notas; o Sr. Junior faz uma circular, pedindo que o não derrotem na eleição e o Sr. Carvalho escreve numa tira de papel as parcelas. – carro, etc.; farda, etc.; ordenanças etc.; soma etc.; saldo etc.)

Aprovam?

Todos: - Aprovado!

O primeiro, (satisfeito) – Eu já sabia... Em programas ninguém me vence...

E mandam levantar o pano.

## 27.05.1883 – Lulu Sênior

A sessão tinha estado suspensa durante cerca de duas horas. O Sr. presidente reabriu-a, tangeu a campainha, tossiu e disse ao respeitável público – que enchia toda a casa – que contava que as pessoas presentes tivessem modos, que fossem bastante bem criadas para não dizer nomes ao Sr. Lafayette e não atirar coisas ao Sr. Prisco.

Depois, com a dificuldade com que sai uma criança do jogo a que chamam *Gata* não sei o que, apareceu o Sr. presidente do conselho. Parou, ao chegar ao recinto, e, como se tivesse ouvido a recomendação do Sr. presidente, cumprimentou as pessoas presentes, calado, mas bem se lhe percebia no rosto que ele queria dizer: – Tem passado bem?

Logo atrás vieram os seus colegas; mas parece que esses não ouviram o que disse o Sr. Lima Duarte. Entraram com a sem-cerimônia (sic) com que se despedem os franceses, segundo se diz aqui; ou como se despedem os ingleses, segundo se diz em França.

Como a coisa não estava ensaiada, houve um momento de hesitação se deviam caminhar para a direita ou para a esquerda; afinal, foram atrás do Sr. Lafayette, como a Maria, que vai com as outras. Os que não couberam, passaram para o outro lado.

Dois coisas impressionaram logo à primeira vista: – a gravata do Sr. Maciel, de pontas caídas, a desmentir a solenidade da casaca, e o andarzinho do Sr. Affonso Penna, todo tremido, como se o digno ministro fosse feito de gelatina.

Quando se sentaram os sete casacas, as senhoras passaram-nos em revista. Uma vimos nós que começou pelo Sr. Lafayette. O exame foi rápido. Passou ao Sr. Maciel, e teve de apertar muito os olhos, a ver se via, até que desanimou e passou ao Sr. Prisco.

— Assim, assim! disse a senhora com os olhos, e passou ao Sr. Soares Brandão.

— É o melhorzinho deste lado.

Nas cadeiras do lado oposto, viu primeiro o Sr. Penna, que tinha o cabelo cortado à mineira; o Sr. Rodrigues Junior, que estava muito vermelho; e o Sr. Almeida Oliveira, que tem assim uma cor de peixe de conserva.

Julgando ter-se enganado, quis precipitar outra vez: mas, dando com os olhos no Sr. Lafayette, desanimou. Lia-se-lhe claramente no rosto:

— Estou roubada!

Depois de falar o Sr. Lourenço de Albuquerque, levantou-se o Sr. presidente do conselho e disse ao que vinha. Entre outras coisas bonitas, chamou ilustres varões aos seus colegas, o que lisonjeou visivelmente os Srs. Maciel e Penna.

O Sr. Meira Vasconcellos, que estava entre o público bem criado, ouvindo falar em varões, suspirou, lembrando-se do pálido da procissão de S. Jorge.

O Sr. Lafayette explicou que a economia consiste em não gastar a gente tudo o que tem, e em guardar os restos do assado do jantar para ser comido frio.....

— Apoiado, disse o Sr. Souza Carvalho.

— .... no almoço do dia seguinte, continuou o Sr. presidente dos varões ilustres.

A palavra do digno estadista chegava aos ouvidos dos espectadores como se lhes fosse transmitida pelo telefone em dia de chuva.

Falou em seguida o Sr. Gomes de Castro, falou o Sr. Ruy Barbosa, falou o Sr. Andrade Figueira, falou o Sr. Prado Pimentel, falou o Sr. Pereira da Silva; só não falou outra vez o Sr. Lafayette, porque não tinha mais falar para falar.

Compreende-se que os dignos conservadores disseram cobras e lagartos dos dignos liberais e vice-versa; mas todos eles, aproveitando a lição de economia que lhes dera o Sr. presidente do conselho, gastaram o menos possível e só disseram o estritamente necessário para se não comprometerem para o futuro.

O mais pródigo foi o Sr. Pereira da Silva, que, em um pequeno discurso, achou ensejo de encartar uma bela imagem sobre o Etna, que às vezes parece estar quieto e tem o diabo dentro de si. Hão de ver que a imagem vem a fazer-lhe falta, mais dia, menos dia.

## 28.05.1883 – Lulu Sênior

Sua Majestade o Imperador acaba de praticar mais uma destas grandes ações para as quais está sempre pronto o seu magnânimo coração.

Diz o *Jornal do Comércio* que Sua Majestade foi ao Museu e que examinou com especial atenção as coleções egípcias e em particular alguns papiros com caracteres, entre os quais Sua Majestade reconheceu algumas letras árabes.

Causa pena o pensar no longo martírio que sofreram estas pobres letras árabes, abandonadas há séculos em papiros egípcios. Felizmente para elas, está percorrida a longa via dolorosa, e o Imperador, como pai das letras, reconheceu-as.

Que o Imperador era um homem generoso, já a gente sabia; que era o pai das letras e das artes, também não há quem o ignore: mas para ter artes de reconhecer letras árabes, é preciso ser das Arábias.

Triste sorte a do Sr. Prado Pimentel. Durante o domínio liberal, foi um dos trabalhadores incansáveis da *Reforma*. Toda a gente dizia que S. Ex. seria ministro logo no começo da situação liberal: e no entanto já lá vão cinco anos e cinco ministérios, o S. Ex., é sempre vencido como Enceládo (era um grego de Sergipe) debaixo de uma montanha de caiporismo.

E de cada vez que se apresenta à câmara um novo ministério, S. Ex. tem de ir à tribuna para declarar que está muito contente, e que apoia o ministério, e que viva o partido liberal.

Daí a algum tempo, o ministério põe-se a fazer das suas, o Sr. Prado Pimentel arreda-se, vota contra, e toda a gente a dizer que na nova organização ele entra por força. E em todos os ministérios dos *a pedidos* o nome de S. Ex. figura como um dos que se impõem pelos seus talentos. Passam-se uns dias e entram para o ministério uns homens de quem ninguém tinha ouvido falar. E o Sr. Prado Pimentel, obrigado a achar como no lundu que assim mesmo está bem bom.

E a propósito, que se vá mirando neste espelho o Sr. Ruy Barbosa. S. Ex. tem estado à bica mais de uma vez para sobraçar a pasta; não entrou no ministério Martinho Campos por ter entrado o Sr. Rodolpho, que é filho mais velho; não fez parte do ministério Paranaguá, porque este era de outra família; agora é preterido pelo primo Francisco Prisco, como em tempo já o fora pelo dito Dito Sodrê. Se S. Ex. se descuida outra vez, e consente que o Sr. Zama lhe passe a perna, é um homem morto.

Reina grande descontentamento na Ilma. câmara municipal por causa da procissão de *Corpus Christi*.

O Sr. Henrique de Carvalho, que antes da procissão estava a lambar-se todo com a ideia do figurão que ia fazer, queixa-se amargamente de não ter recebido convite.

Eu também não recebi, o que me não impediu de ficar em casa: é verdade que eu não sou vereador, em boa hora o diga, e o diabo seja surdo.

O Sr. Costa Ferraz recebeu convite e foi, mas não torna lá, porque a câmara foi tratada com pouca consideração, principalmente o Sr. presidente. Chegou o pouco caso a ponto de não o mandarem pegar em uma vara do pálio; no entanto é essa uma das prerrogativas do presidente de edilidade, e todos a tem usufruído. Cita o exemplo do Sr. Nobre, que pegou na vara muitas vezes, e do Sr. Bezerra de Menezes, que também pegou no seu tempo.

O Sr. Silva Pinto recebeu convite, mas não foi porque estava doente e não tinha à mão nem bryonin, nem sulfúrio; pede, porém, que se consigne na ata que ele teria muita dinamização em ir cumprimentar o Imperador, que é a tintura-mãe das instituições que felizmente nos regem(?). O digno vereador termina, desculpando os que fizeram pouco caso do Sr. presidente; é que o Sr. Dr. Miranda tinha-se apresentado sem distintivo, porque, a rigor, o simples fato de um homem ser barrigudo não prova que seja vereador. Aconselha ao digno presidente que para a outra vez leve um letreiro na testa, para que os organizadores da festança não se façam de tolos.

Esquecia-me de dizer que o Sr. Henrique de Carvalho declarou, na linguagem elevada, própria da edilidade, que se foi o Sr. presidente que de propósito deixou de o convidar para a festa, essa ofensa não o atinge, porque, como dizem os votantes do Sr. Henrique, o Sr. presidente para isso é *baixo*.

Ao que o Sr. presidente respondeu, elevando-se à altura das circunstâncias.  
— Acho bom, mas moro longe.

### 29.05.1883 – Zig-Zag

O Congresso Pedagógico está por um fio a cair com todo o peso da sua retórica sobre a cabeça da população heroica desta cidade Sebastiana.

A situação liberal pode morrer hoje, pode morrer amanhã, podia mesmo ter morrido ontem; mas o que é certo, é que ela não irá toda a sepultura; deixará, como testemunho, aos pósteros da sua vida gloriosa, dois monumentos morais, mais gigantescos do que as pirâmides do Egito, mais duradouros do que as múmias de Pompéia...

Esses dois monumentos são simplesmente:

O Congresso Agrícola.

O Congresso Pedagógico.

Do primeiro já toda a gente, inclusive a agrícola, conhece os resultados.

Num coro de música campestre, como convinha ao assunto, e sob a batuta do Sr. Sinimbú. – o Offenbach de ocasião – os agrícolas pediram, em resumo, não *Panem et Oircensos, mas braços capitães*.

Isto foi o que ele pediu ao Congresso, mas o que lhe foi dado até agora, não foi precisamente capitães, nem braços, e sim – tenentes-coronéis da guarda nacional.

—

Esta deferência do governo parecem a nobre classe dos Cincinatos das Pojucas de todas as províncias não é inteiramente destituída de fundamento; mas muito melhor aceita seria, se ele, nos decretos que prodigalizou, pelo bico amplo das nomeações, tivesse acrescentado que os ilustres militares ficariam obrigados a trabalhar, pelo menos uma vez por semana, não na vinha da escritura; mas nos próprios cafezais.

—

Agora vem o congresso da instrução.

Pode haver quem tenha opiniões várias acerca dos seus resultados morais. Quanto aos seus resultados práticos, já não pode haver dúvidas, pelo menos na parte que mais interessa: a população.

O governo do Sr. Paranaguá era um governo de primeira classe, no gênero de saber fazer as coisas com decência e muito corretamente.

Isto de congresso não é coisa que se veja por aí todos os dias. Portanto, aquele governo resolveu fazer a coisa com um certo cuidado, como gente pobre que enfeita a casa quando espera visitas de categoria superior.

Em primeiro lugar, mandou lavar as salas da Tipografia Nacional.

Depois, entrou em despesas, porque afinal o presidente do Congresso é um príncipe. Só o preparo das salas custou \$3.655.000. A mobília para a mesa \$500.000.

Uma verdadeira miséria!

Há verdadeira miséria!

Há de ser curioso ver como a mesa (... linha suprimida) uma mesa que tem como tabuleiro um conde príncipe.

Há, porém, uma despesa mais avultada, e por isso mesmo mais curiosa.

É a de 22 contos com a impressão dos pareceres. Triste impressão!

O governo andou por aí a pedir pareceres – como um cego pede esmolas - a toda a gente de quem desconfiou que sabia ler e escrever.

Agora, porém, a última hora, descobre-se que toda a discussão será inútil, porque a mesa é surda.



---

Ora, como o menos que acontece a uma mesa surda, é não ouvir, o governo determinou ministrar a surdez da mesa uma edição dos pareceres, para que lhe possam chegar aos ouvidos as reclamações da instrução.

Está, pois, mais que justificada a despesa dos vinte e dois contos, sem ser preciso lembrar que o presidente do Congresso é o ilustre e guerreiro pedagogo conde D'Eu, e que o governo era o Sr. Visconde de Paranaguá, um homem bem educado, de costumes palacianos, que não poderia, nem saberia negar coisa alguma necessária ao lustro da mesa.

### **30.05.1883 – Publicola**

O negócio do Congresso de Instrução parece que não vai bem. O Sr. ministro do império agora acha-se em completo desacordo com o Sr. ministro do império que foi.

É como a divergência de opiniões não se observa sobre ponto de somenos importância – a necessidade ou a utilidade do Congresso, por exemplo – nota-se sobre um ponto de grande interesse, principalmente para os que pagam – sobre a despesa do mesmo Congresso.

Temos de um lado o ministro Silveira Martins... Perdão, o Sr. Antunes Maciel, que pede ao parlamento autorização para gastar com a tal festa de instrução de 59 contos e uns *póses*, dos contos (ou quase 48) já estão gastos ou mais que gastos.

De outro lado – do senado - o Sr. Leão Velloso sobe à tribuna e declara que não há tal; que o crédito pedido não é o exigido pelas despesas a fazer; que jamais autorizou despesa com o Congresso que não estivesse no orçamento que os donativos de particulares bastavam para o (...) do congresso etc., etc., etc., e mais todas aquelas coisas que um ministro que sai costuma dizer nessas circunstâncias.

---

Perfeitamente. Na proposta apresentada pelo Sr. ministro Maciel, vê-se que já está decidido o adiamento do congresso em que a retórica pedagógica deve mostrar até que grau de cultivo vem atingido em nosso país.

E esse adiamento é originado exatamente da falta de dinheiro, ou, antes, da autorização para gastar dinheiro, pois a quantia a gastar para que se pede autorização (59 contos), já está gasta quase toda (48 contos, quase).

A proposta Maciel discrimina perfeitamente a despesa.

Aí estão:

Os \$10.000 para transporte de objetos;

Os \$10.000 para transporte de pessoas;

Os \$3.500 para móveis;

Os \$22.000 (22 contos!) para as (...);

E mais \$1.750 para cadeiras (não são réis);

Além de \$500 para uma mobília (que também não faz parte dos móveis).

De duas... Três: ou falta a verdade do Sr. Leão Velloso ao senado ou o Sr. (...) à câmara.

Este não se refere a nenhum donativo superior à \$770.577; o mais, isto é (...) não está compreendido nos donativos, mesmo porque 47 contos de réis ainda na aritmética ministerial, não podem caber em \$700.000.

Por sua parte, o Sr. ex-ministro (...) que contava com o auxílio dos donativos para a realização do congresso, admira-se extraordinariamente que se (...) apoiar para créditos, afim de usá-lo.

(...) é um embrulho, uma moxinifada que ninguém compreende à primeira vista... Ou mesmo à segunda. Há donativos que suportem a despesa, diz o ex-ministro; não há donativos e torna-se preciso um crédito, afirma o ministro de hoje.

E enquanto m diz e outro desdiz, ficamos nós sem saber qual o que diz a melhor – a verdade.

Há também um ponto importante de que não cogitou a proposta, no (...) da despesa, quando aventa a possibilidade ou mesmo a certeza do adiamento do congresso.

É que alguns membros do congresso, dos vindos das províncias e contemplados na verba transportes de ida e volta, e adiados por tempo indeterminado, não podem ficar nesta corte durante esse tempo alimentando-se somente de bons discursos do Sr. Leão Velloso e das belas propostas do Sr. Antunes.

Hão eles naturalmente querer sustentar-se de alguma coisa mais sólida; e mais naturalmente exigir uma verba especial para si, e assim concebida na proposta:

Casa, comida e roupa lavada para o Congresso.....\$0000

Se não chegam a um acordo o Sr. Leão Velloso e o Sr. Silveira Martins, o público, que já não emprestava muito crédito a este Congresso da Piração, passará daqui por diante a não tomar a sério o crédito pedido para o congresso que já não o tinha. E a respeito de contos, tanto os do Sr. Leão Velloso como os do Sr. Silveira Martins, acreditará que eles não são contos – mas verdadeiras histórias.

P. S. – Onde acima lê-se Silveira Martins, poderá ler quem quiser: Antunes Maciel.

### **31.05.1883 – Lulu Sênior**

Parece incrível, mas é certo que há quem tenha saudades do finado ministério. A coisa, porém, tem uma explicação naturalíssima: os saudosos suspiram, não pela recordação dos bens que ao país prestaram os ex-ministros, mas pela lembrança dos que deixaram de prestar a eles, saudosos e suspirantes.

E vamos e venhamos, a coisa não é para menos. Um homem leva uma porção de tempo a puxar pelas ideias e quando tem um cerg

**Incompleta no jornal.**

### **Balas de estalo – junho de 1883**

#### **01.06.1883 – Publicola**

- Há congresso de falação?

- Não há congresso de falação?

*That is the...* Questão!

Por um lado, o Sr. Maciel quer crédito – pedido por ordem de Sua Majestade o Imperador – é crédito sem o qual não fará congresso: desmentindo por tal modo o Sr. Leão Velloso, que não vê a necessidade de crédito num país em que o descrédito elevou-se à altura de um princípio.

Por outro lado, o Sr. Leão Velloso desmente o Sr. Maciel, afirmando que o congresso pode muito bem ser levado à cena sem crédito, porque o dinheirinho dado e o dinheirinho prometido chegam perfeitamente para tudo, e para mais alguma coisa.

Ainda por outro lado – apenas mais do alto – Sua Majestade não quer que se peça crédito para o congresso, porque isso pode fazer supor que o congresso está desacreditado; e declara terminantemente que quer congresso de falação, que está pronto a pagar as despesas para isso, e que sem ele não irá à Europa, nem que o torrem. E de caminho Sua Majestade desmente de uma só vez os dois reciprocamente desmentidos:

Desmente o Sr. Maciel, porque não pode ter sido por sua ordem que foi perdido o crédito, desde que foi o conhecimento desse fato que levou sua Majestade a prometer os 60 contos; e também desmente o Sr. Leão Velloso, porque, se houvesse donativos para cobrir as despesas da festa da retórica, certamente que Sua Majestade não viria agora propor-se a fazê-las à sua custa... Depois de feitas.

Em termos claros, e de trás para diante:

Sua Majestade, oferecendo dinheiro, por saber agora da necessidade do crédito – afirma *inso facto* que não foi quem mandou pedi-lo; e assim lavra um desmentido também contra.

O Sr. Leão Velloso, que afirmava a existência de donativos para esse fim: e o qual Sr. Leão lavra por sua vez um desmentido contra.

O Sr. Maciel, que os desmente a ambos e sob a autoridade da casaca ministerial com que o mimoseou o Sr. Silveira Martins.

Em resumo:

Quem é o filho de boa gente dos três empenhados no caso?

E depois:

Há congresso?

Não há congresso?

---

Enquanto liquida-se esse ponto importante da vida da retórica Nacional, o Sr. Paranaguá, num prolongamento de ministro da fazenda, faz publicar o regulamento de selo, peça administrativa que pode bem ocupar um volume de 500 páginas, sem estampas.

Há muito onde respingar nesse documento, e as balas de estalo, feitas de tal matéria prima, chegariam para fornecer todas as confeitarias da rua do Ouvidor e travessas adjacentes.

Entretanto – como na chapa dos Srs. Deputados a quem falha a retórica – o tempo urge; em tal caso, apenas notaremos quando o Sr. de Paranaguá é patriota e cuida de desenvolver o gosto pela nobreza do país, dificultando o cultivo da nobreza importada.

É o caso: quem tiver dado uns tantos contos de réis para sair barão, ou comendador, ou visconde, ou qualquer coisa assim, do país, está taxado pelo seguinte, na tabela:

Barão (nacional)	\$750.00
0	
Visconde	
(idem).....	\$1.0
25.000	
(estes \$25 são bem quebrados!)	
Comendador da Rosa (nacional)	\$180.000
.....	
Comendador de outra qualquer coisa	
(nacional).....	\$180.000
Agora vejamos:	
Barão (de importação)	\$2.000.000 (!!)
.....	
Visconde (idem)	\$1.000.000
.....	
(!!!)	
Comendador seja do que for (idem)	\$500.000 (!!!!)
.....	

Por estes simples algarismos vê-se quais as opiniões do Sr. Paranaguá em finanças, e a respeito de comercio quanto S. Ex. é profundamente protecionista!

Cento e oitenta mil réis para comendador de terra, e quinhentos mil réis para comendador de fora! Barão daqui \$750, barão de fora \$2.000.000!

Apre! Que é cobrar caro os direitos de importação! – e de nobreza!

## 02.06.1883 – Zig-Zag

A esta hora, ou talvez um pouco antes, ou talvez um pouco depois, está o imperial reservatório D. Pedro II sendo escrupulosamente examinado no microscópio.

É o caso que aquele reservatório, por uma dessas fantasias a que se tem mostrado tão atreito, acaba de cometer a indiscrição de patentear, aos olhos científicos e experimentados da engenharia nacional, pequenas fendas, rachas insignificantes e modestas, que entretanto o impossibilitam de funcionar com o garbo que era para desejar em um monumento tão altamente colocado.

As fendas, desta vez, são pequeniníssimas, e até chegam a ser engraçadas pelas suas dimensões quase imperceptíveis.

Parecem um simples cabelo colado às paredes, cuidadosamente, por mão habituada a trabalhos delicados. São um simples veio, muito fino, muito sutil, como um fio de cabelo de Madona morena.

Pois bem, esse simples veio, esse cabelinho, que ali apareceu, com menos razão do que se tivesse despontado na cabeça de algum cérebro; esse cabelinho, para ser retirado do lugar em que se acha, vai custar ao Estado simplesmente a quantia de réis e inóbil de três contos de réis.

Este cálculo modesto e mesquinho foi feito pela engenharia que descobriu o cabelinho.

Ora, como não está aprovado, pelo menos que se saiba, que a engenharia tinha a respeito de cabelos um conhecimento tão profundo, como tem acerca de outros ramos da sua especialidade, de modo a competir vantajosamente com os artistas capilares; uma vez que se trata de cabelo, porque, em vez de um engenheiro, não mandou o governo examinar o reservatório por um oficial destro, de um cabeleireiro notável?

Para fazer desaparecer um cabelo, ou mesmo mais, o uso tem demonstrado, até com uma certa impertinência, que é mais útil a tesoura do Sr. Chesneau do que o avião da engenharia.

---

Edgard Poe escreveu o Homem das Multidões.

Se o filósofo e contista americano assistisse a uma sessão da câmara dos deputados escreveria naturalmente o Homem Indispensável.

E o tipo para esses contos seria indubitavelmente o Sr. A. Figueira, sem que haja a menor ponta de ironia na indicação do seu nome.

O Sr. A. Figueira é, na câmara, o *Vade Mecum*, de Respail, o *Larousse* com suplemento e tudo.

Para todas as questões, para todos os assuntos, o Sr. deputado, no seu ponto de vista, tem sempre engatilhado um discurso, na maior parte dos casos o mais razoável e o mais consciencioso que é atirado à discussão.

A sua frequência, porém, na tribuna prova simplesmente uma coisa: que S. Ex. é o mais habilitado e o mais zeloso dos 122 augustos a quem o país confiou a guarda da sua prosperidade.

Sendo assim, e visto o estado deplorável das finanças do Império, lembramos ao Sr. Zama a seguinte reforma:

“Art. 1º Fica exclusivamente com o cargo de deputado da oposição e com obrigação de falar todos os dias, pelo menos quatro vezes, o Sr. Andrade Figueira.

Art. 2º Do subsídio dos que ficam dispensados da tarefa de pensar e de discutí-los, parte será adicionada ao subsídio do mesmo representante, e outra parte reverterá para os cofres públicos.

Art 3º Ficam revogadas, etc.”

### 03.06.1883 – Lulu Sênior

Terminou o verão oficial, com a descida de Sua Majestade o Imperador de Petrópolis. Já não é permitido ter calor, o que vai pôr muito à sua vontade o senado.

O sorvete é um anacronismo, e se o termômetro se der ao luxo de subir a 30, perde o seu tempo, porque ninguém lhe dá crédito.

Com o calor oficial, acabou o mês Mariano, o mês em que o Imperador se vingava durante 30 dias de papo de tucano que lhe serve de folha de viaha(?) no dia 3. Em Petrópolis o Imperador diz, como o da modinha

Não sou padre, não sou nada

Sou um homem como os mais,

e canta nos coros, vai aos ensaios, enche de orgulho os barítonos, faz a felicidade dos sopranos, passeia a pé e não ouve discursos.

Agora, tudo acabado! Nem ao menos, para consolação, o Sr. Maciel lhe deixou o Congresso da Instrução, que ia ser outro mês de Maria, ou em que pelo menos ia ficar assentado o princípio de que o mês Mariano seria obrigatório nas escolas públicas.

E a propósito, é bom que Sua Majestade esteja prevenido contra as insídias do Congresso. Se este foi realmente adiado, e tem de efetuar-se mais, dias menos dias, acautele-o o Imperador. Sua Majestade vem de Petrópolis todo pastoril, dizendo por modéstia que

Não é nenhum vaqueiro

Que viva de guardar alheio gado,

e imagina talvez que as ladainhas decretadas por um Congresso de Instrução presidido pelo Sr. conde d'Eu são tão inocentes – inocentes é um modo de dizer – como as de Petrópolis.

O sábio monarca é todo d'ális e camélias, todo manteiga fresca e couve-flor, e pode pensar que se meter um padre em cada escola, e se substituir a Constituição por um livro de horas, todo o seu povo vai ser tão feliz como o era Sua Majestade no seu bueno-retiro da Serra.

Engano, Majestade, puro engano! Aquela religião que se pratica em Petrópolis é uma exterioridade muito bonita e florida, em que os sentidos de um amador de bom gosto apreciam o que há de melhor neste mundo: a música, o perfume e a mulher. Mas essa religião é um manjar de príncipes, é a primeira mesa. Cá pelas classes inferiores, a religião é o jejum, a penitência, a confissão, o óbolo de S. Pedro, o nascimento verificado pela igreja, a legitimação da família dependendo da igreja, o enterro autorizado pela igreja. Cá por baixo a religião é o Sr. Leoncio de Carvalho abolindo o juramento no colégio de Pedro II, e recebendo manifestações por isso, e mais tarde concordando com dois padres em S. Paulo para excluir da faculdade de direito um estudante positivista.

A religião no ensino é a seco, sem música, sem flores, sem coros de senhoras bonitas. Tem o purgatório, o inferno, o limbo, o pecado mortal, a dispensa de carne ao rico que paga para o bispo.

Sua Majestade não sabe que diferença há entre Petrópolis e o mundo em que vegetam os pequenos!

Agora, à falta de congresso, tem Sua Majestade a opereta italiana, a D. Juanita, uma espanhola cheia de *salero* que faz andar a cabeça à roda até aos inválidos; vai ter em breve a companhia lírica, com a risonha perspectiva da bela soneta, ali em público: até que a câmara lhe dê licença – sempre esta câmara serve para alguma coisa – para ir à Europa e depois à China, com o Sr. Saboia, que já está dando sebo nas molas.

Mas, tudo isto não compensa Petrópolis, a terra onde até as crises ministeriais são resolvidas em um baile.

É ter paciência, Imperial Senhor! A vida é mesmo assim, umas vezes em cheio, outras em vão. Em Petrópolis, é aquilo que se sabe; aqui, o Sr. Lafayette, que, por mais que faça e diga, não consegue ver com bons olhos a monarquia.

#### **04.06.1883 – José do Egyto**

A tourada vai-se tornando um divertimento nacional.

O Senhor D. Pedro II não gosta de touradas, é certo.

S. Majestade não compareceu nunca a divertimentos tauromáquicos.

Da mesma opinião era o Sr. Marquês de Pombal, o famoso e assas descomposto ministro de D. José I.

É assas conhecido aquele caso da morte de um ilustre fidalgo da corte lusitana, varado, lado a lado, por uma cornada de touro bravo.

O famigerado Pombal tinha uma vez necessidade urgente de falar ao seu rei. Mas sua Majestade assistia a uma tourada. D. José adorava as touradas. Nessa noite devia um ilustre fidalgo passar a capa e espada em touro essencialmente... Bravo.

Pombal não teve remédio senão ir embora encontrar o seu real monarca na tourada.

Entrou no real camarote e deu as costas à praça.

Conversava com D. José. Nesse momento o jovem e ilustre fidalgo acabava de enfrentar com o touro alucinado pela luz, pelo ruído e pela presença de homens. De repente um brado unísono e angustiado elevou-se do recinto: o ilustre e jovem fidalgo acabava de expirar atravessado pelas pontas do touro. Pombal retirou-se imediatamente; havia acabado a conferência com Sua Majestade, sem que houvesse, porém, assistido ao horrível espetáculo.

Conta-se que o pai do jovem fidalgo morto desceu à arena, e, com uma agilidade e vigor verdadeiramente excepcionais, abateu, atravessado de golpes, o animal que vitimara seu filho.

Fez Pombal muito bem.

A tourada não é dos divertimentos mais humanos; todavia, é dos mais estimados, e tanto basta para recomendá-lo.

Isso quer simplesmente dizer que a humanidade progride. Outrora, nos tempos do Tibério, Calígula e Nero, não havia divertimento mais doce, nem mais macio prazer do que ver míseros homens escravos parecerem esbandalhados nas garras e dentes das feras.

Hoje, extasiamos-nos contentíssimos diante de touros salpicados de farpas embandeiradas e agudas.

Já é um progresso. Batamos as palmas à civilização.

Demais, as touradas do Sr. Pontes não fazem correr o sangue dos bois; fazem simplesmente correr, pela espinha dos espectadores, o arrepio do assombro.

A gente está conhecendo perfeitamente que os pobres animais estão dizendo lá com seus botões – perdão, com os seus chifres – porque o botão não penetrou ainda os arraiais da civilização tourina: - tomara eu que isto acabe para ir dormir: que massada!

Está a tourada dentro dos hábitos da sociedade fluminense? Não sabemos dizê-lo; o que é verdade é que, para mais de duas mil pessoas assistiram ao bárbaro (ó mansidão dos bois!) espetáculo da tourada de ontem.

As virgens tímidas, muito enfeitadas de plumas, perfumadas de *spina-rosa*, entre-mostravam os alvíssimos dentes nas gargalhadas de gosto, ao verem os bandarilheiros impávidos cravarem os implacáveis ferros... de pau, no pobre lombo dos mártires...

Palpitava uma alegria enorme no túrbido ambiente, impregnado das mais finas e das mais grosseiras emoções...

Ah! A tourada vai-se decidiamente nacionalizando!

Não foi de balde que um ilustre senador declarou um dia que estava acostumado a dubjugar os touros dos pampas pelas aspas. E queria ele dizer com isso que o governo não era mais forte que um touro.

Esse argumento, contudo, não impediu que S. Ex. fosse farpeado e posto fora pelo Bandarilheiro-mór.

Ah! Decididamente bem tinha razão aquele patusco que disse um dia: “A verdadeira tourada é a gente ficar em casa com sua mulher e seus filhos!”

#### **05.06.1883 – Publicola**

Paris, bela cidade requintadamente artística, a Atenas da nova civilização, nestes últimos dias decorridos tem levado um cheque que talvez lhe seja de conseqüências pouco agradáveis para a sua reputação, tão esmeradamente zelada pelos seus cronistas tão exagerados e sobre tudo tão parisienses.

Em menos de oito dias, o Rio de Janeiro, sob o ponto de vista da arte, tem excedido a velha cidade de um modo que prejudicará por certo a nossa reputação de povo essencialmente aquela coisa, que já não é lícito escrever, nem mesmo a brincar.

Nestes oito dias, os nossos teatros têm aberto as suas portas para as

D. Juanita

Filha do tambor-mór

Viagem a Pequim

Nada menos de três peças novas e todas com música e todas, com exceção da última que ainda não conhecemos, destinadas a um furor intenso e duradouro.

---

Quem disser, pois, que somos um povo, que não sabe entregar-se aos prazeres da arte, da arte fina, da arte como a definem os críticos austeros e impecáveis como Gautier, ou como Taine ou Zola, comete além de uma inexatidão flagrante uma perfídia imperdoável.

---

Agora a época é toda musical, e é por isso que a companhia italiana tem tido aceitação, de que dão testemunho as bolsas dos chefes de família e dos que só são chefes de si próprios.

Fazem-se confrontos, discutindo—se as formas da Sra. Preziosi, comparadas com as da Sraa, Rosa Meyriss. No lar as conversas têm uma grande animação. As sogras são todas pela Sra. Bernardi ou pela Sra. Ficarra. Nem uma pela Sra. Preziosi.

Em compensação o partido desta estrela é numeroso e ativo.

Nos intervalos, passam-lhe pela porta entreaberta do camarim, da Mimosa casta e pura, da diva, e ficam todos contemplativos até que o tímpano os chama de nosso para junto da prole, e daí, admiram de longe, com uma grande avidez e com amargura mal disfarçada, o que não puderam apreciar de perto.

---

E no meio de toda esta agitação teatral, como um matiz vivo e característico, uma corrida de touros, de verdadeiros touros que marram, contra a expectativa de muita gente e principalmente de um distinto amador que, por mal informado, vestiu-se de verde, bordado a ouro, penteou-se, pondo os cabelos muito luzidios, muito pegados ao cusco forte, puxados para as fontes, um pouco à espanhola, e depois foi a praça cheio de ânimo e de pomada, talvez mais pomada do que ânimo.

Aí, chegada a sua vez, o homenzinho esqueceu-se de tudo.

Chamou o boi, o boi olhou para ele e disse-lhe muito claramente:

- Não te metas comigo que apanhas.

O homem de verde não fez caso, pensou que aquilo era a prosa e tornou a fazer partes diante do touro.

Este, perdendo a cabeça, deu uma investida.

Oh! Pernas para que te quero! Foi o gemido que se ouviu então como perseguido por um fantasma, como Hamlet ao ver a sombra do pai, o homem correu, correu e quem

sabe se ainda estaria a correr, se um incidente tão natural como desagradável, não o tivesse obrigado a pagar.

Que desilusão!

Ser amador, para amar assim, não vale à pena. Vestir-se dum homem dos pés à cabeça, para ter que se despir, sem ao menos ver numa costela a mancha negra da chifrada de um touro, é não já, uma covardia indigna de um homem que se põe em luta com um quadrúpede; confiar na benevolência deste é um excesso de boa fé, que pode captar o reconhecimento eterno de um touro; mas que pode também ter consequências mais fatais do que as de domingo passado, que se limitaram às manifestações tão frequentes nas crianças, quando alguém lhes mete medo.

#### **06.06.1883 – Décio**

Os senhores me farão o obséquio de dizer se viram por aí o inquérito? Ninguém viu, ninguém sabe notícias dele? Por onde anda, e o que faz, o que pretende? Se é vivo ou morto, são ou doente, válido ou inválido?

Então... nada?!

Não há um cidadão capaz de prestar este grande obséquio à pátria, esta me serviço ao Estado?

Então... nada mesmo?

---

Direis, *vos omnes qui transitis*... Pelo jornal os vossos olhares mais ou menos curiosos, que não sabeis de quem se trata, que jamais travastes relações com isso, que pode muito bem ser indivíduo ou objeto, coisa ou pessoa, símbolo ou instituição.

E di-lo-eis talvez com grande soma de razão, porque muito embora seja ele o refugiado inquérito, um dos meios mais felizes e dos mais frequentemente apliados no serviço público, na vida da administração superior e até na existência das sociedades... Particulares, contudo o inquérito pode ter passado despercebido por uma modéstia tão dominável como digna de respeito, tão natural quão extraordinária.

Pois se realmente ainda há quem não o conheça, vamos dizer a esse ingênuo o que é um inquérito e o que é o inquérito a cuja procura nos consagramos agora.

---

Quando alguma repartição pública, ou mesmo em qualquer assembleia menos oficial, aparece um desfalque, ou alguma simples esperteza em que o puro amor ao exercício da prestidigitação andou por muito mais do que o simples desejo de esvaziar alguma gaveta em favr do próprio bolso – nesses casos, digo, dá-se logo um movimento desusado, um barulho estranho e um arruído pouco animador... Para quem fez a prestidigitação.

Os periódicos falam no caso, os povos comentam-o, os interessados negam-o, e afinal o indivíduo a quem cabe verificar se o fato é verdadeiro ou mentiroso, acordado do doce e tranquilo sono em que vivem imergidos aqueles que tem por ofício dormir, perdão – dirigir os públicos negócios ou os negócios particulares de qualquer associação, resolve-se a tomar uma providência de duas:

1º, ou, como ministro, ou presidente ou o que lá é, demitir o indigitado, a bem do serviço público, quer seja ou não ele culpado, mas desde que não tenha proteção ou pai alcaide;

2º, ou, ainda como ministro ou presidente, esmagá-lo ao peso do corretivo único – o inquérito – desde que ele indigitado tenha muitas proteções e mais de um pai... Também alcaide.



Ora, o inquérito é o que se pode chamar: uma cataplasma; uma panaceia: uma palavra vaga; um termo de convenção; uma pura abstração metafísica; e também um sinal de progresso que já surgiu há muitos anos.

Como invenção, é a melhor e a pior; Como medida administrativa, é como a borracha, segundo as necessidades de ocasião – curta ou comprida.

Sendo assim, é ao mesmo tempo uma herança do passado e uma conquista do futuro, e mais tudo quanto a uma chapa é dado criar no extenso capítulo das asneiras... Perdão ainda uma vez! Das chapas com que nós nos regemos neste país essencialmente literário.

Ora, uma vez decretado o inquérito, ela entra a exercer o seu papel único: o inquérito.

E enquanto ocupa-se de ser isso, que ele é exclusivamente, o prevaricador, se houve ou há, continua a ser o que era: (não é prevaricador) – funcionário público, ou proprietário do cargo, eleito pela boa fé e pela confiança de um grupo.

Isto dura todo o tempo, todos os séculos; e um indivíduo ou uma corporação, um cidadão ou uma assembleia – tudo continua a viver debaixo do agridoce peso do inquérito... E dos ordenados ou das propinas, enquanto perdura o castigo – o inquérito.

É preciso um exemplo? NÃO! Desde a artinha do Padre Antônio Pereira os exemplos só servem para adorno das peças mais ou menos retóricas, e o inquérito se tem um inimigo, elee que é positivo e franco – é a Retórica.

Como Matusalém, vive centenas de anos. Não morre nunca – ou antes não se fecha nunca, porque uma vez aberto, assim fica para todo o sempre.

Tanto mais que se o fechassem, ele perderia o seu eu, a sua razão de ser, a sua essência; e aqueles a quem ele interessava poderiam... Já se sabe o que poderiam sofrer.

É um ponto este, em que o inquérito se aproxima do positivismo: este tem por divisa – viver às claras; aquele viver aberto; pois que abre-se expressamente para este fim único e social: para não se fechar. Para não morrer, mas para viver eternamente. Para cobrir e jamais para descobrir os que têm de viver sob a guarda, proteção e auxílio dele.

---

Assim pois, já conhecendo os meus (?) leitores qual a espécie, o gênero e a família de um inquérito (da espécie – do escândalo; do gênero – das burlas; da família – das pilheiras), podem agora responder à pergunta que lhes dirigi em princípio, por isso que já se acham perfeitamente habilitados para a resposta.

E porque não se trata de um, mas do inquérito, sempre lhes diremos, para mais elucidar a questão, que o inquérito de que nos ocupamos é o que se refere... Sim, é aquele que... Ora Deus: é o decretado pelo conselho de Estado pleno – pleníssimo! – e com Sua Majestade à frente.

Ah! Agora já se lembram!

Já sabem que vários distúrbios foram praticados, aqui há dois meses, pela... Quero dizer: na Ilma. Câmara municipal da corte; que o barulho foi tal, que chegou a despertar os velhos conselheiros de Estado, os quais dormiam o som da inocência, com a pitada de rapé ferozmente engatilhada entre os dedos indicador e polegar.

O conselho de Sua Majestade, reunido por convocação especial, tomou conhecimento do caso distúrbio: preambulou, narrou, discutiu e perorou tal qual como a retórica manda em suas leis fatais e imutáveis como as que regem o universo. Tossiu e escarrou o pigarro das circunstâncias, e em seguida propôs e resolveu: que para dar lição de mestre, para ensinar por uma vez a barulhenta câmara, caísse-se sobre ela com todo o rigor no código com todo o peso da ignominia, representados um e outra – pelo terrível, assombroso e feroz inquérito!

Desenlace fatal de uma situação tão extraordinariamente crítica.

Decretou-se o inquérito. Expediu-se ordem simultaneamente, aos ministros do império e da justiça, ao chefe da polícia, aos delegados, aos súditos, aos inspetores de

quarteirão, nos juizes de todas as varas e de todos os distritos, para que, sem demora, abrissem-no – e que não o deixassem fechar-se tão cedo: lá para o dia de São Nunca, quando muito.

Entretanto, apesar de tão terminantes ordens, emanadas de corporação tão respeitável e tão plena, o justo castigo esperado e merecido ainda não se fez aparecer até agora: e parece que, longe de querer abrir-se, ele pretende fechar-se *per omnia secula seculorum* no silêncio da obscuridade, tendo-se raspado logo na noite em que foi expedido, ou ficando oculto por detrás de alguma porta escusa do próprio paço em que foi elaborado e expedido.

E é por isso que perguntamos:

—

Os senhores não saberão dizer-me onde anda o inquérito?

Então... Nada? Nada mesmo?

Ah! Ele é isso? Pois eu já os arranjo:

“FUGIU na sala grande do Passo da Boa Vista, alta noite, em dias do mês passado, um sujeito muito conhecido, magro e alto, baixo e gordo, jovem e um pouco maduro, dá pelo nome de Inquérito. Quem o encontrar e trazer notícias certas no Passo da Ilustríssima, no Campo da Aclamação, será gratificado generosamente; protestando-se com todo o rigor da lei contra quem o tiver encontrado.!

E agora...

#### 07.06.1883 – Lulu Sênior

Sua Majestade o Imperador foi visitar a ilha das Flores, a ver que tal tinha sido o negócio.

Foi à cozinha, ao refeitório, à dispensa, provou, viu, cheirou, apalpou. Viu os tubarões do Sr. Silveira da Motta; andou a pé apesar da chuva; fez a volta na ilha na galeota, e afinal achou caro.

Muito peixe, muito peixe, mas o molho é o diabo.

Sua Majestade, diz o *Jornal* de ontem, dignou-se a falar alemão e italiano com os imigrantes. Se na ilha das Flores Sua Majestade se conservasse mudo como um peixe, o seu procedimento teria toda a cor local; mas o imperador não quis fazer alusões a ninguém, e deitou alemão e italiano.

Quando a ilha receber chins, lá está Sua Majestade a dizer bem de Confúcio na sua língua – dele Confúcio – ainda que tenha de levar consigo o Sr. Saboia, que é um *língua* de força.

Sua Majestade, ao começar a visita, encontrou o Sr. Francisco Cunha, que lhe ia fazendo um discurso sobre os sonhos da mocidade; mas o Imperador interrompeu-o, dizendo, em português:

— Já sei, já sei....

À saída do augusto visitante, os imigrantes foram para o cais, espontaneamente, sem lhes dar corda, e deram vivas ao Imperador, uns em alemão, outros em italiano, respondendo o monarca, para a direita: *Grazie tante*, e para a esquerda *Danken sie*.

O Sr. Francisco Cunha tomou parte na manifestação e entusiasmou-se a ponto de atirar o seu bonnet phrygio por cima das piscinas.

—

Ontem, um subdelegado, meu amigo, rapaz muito ativo, muito inteligente, que faz subdelegacia por gosto e que por gosto atura estúpidos de fazer perder a paciência a um santo, encontrou-me e fez-me uma queixa...

Não adivinham de quem? Aposto que não adivinham!

Imaginam talvez que o subdelegado queixou-se da câmara municipal, ou de injustiças da imprensa, ou da força de linha, ou da junta de higiene?

Pois enganam-se! O subdelegado fez-me uma queixa da polícia! Da polícia!  
No gênero cúmulo, aqui está o que se pode chamar um cúmulo!

— Sumiram-se os púlpitos da câmara dos deputados, e sumiram-se, sem que a eles tivesse subido o Sr. Ferreira Vianna.

Eram tão bonitinhos! Lustrados, tapete no fundo, lugar para o copo d'água, era caso para ir para ali o Sr. Ruy Barbosa e ficar até o dia seguinte.

Mas os dignos representantes embirraram com a inovação e só o Sr. Matta Machado falou às massas empoleirado naquelas alturas, e isso mesmo foi assim a modo de castigo, por ter tido tal ideia.

O Sr. Lafayette, que quer fazer um governo tão econômico que chegue a ser *furreta*, ainda à procura de comprador para os púlpitos.

É pretendente a eles o Sr. Saboia, para uso dos alunos. Pretende o ativo diretor empoleirar os rapazes para argumentarem tabuada médica. Cada três erros, um bolo; o aluno que der mais quináus<sup>4</sup> nos outros, tem direito a sorvete nos dias em que o Imperador for à escola.

Contra esta ideia, porém, protesta o Sr. Motta Maia. S. Ex. — ah! não, ainda não é conselheiro! — S. S. quer um dos púlpitos para si.

É muito mais solene. Impõe, porém, uma condição: não se há de utilizar o outro púlpito. Mas o Sr. Saboia não está por isso. S. S. — perdão, este já é conselheiro, o que ainda não apanhou foi o baronato — S. Ex. só admite uma desigualdade na escola, aquela que estabelece o tamanho dos retratos na sala da congregação.

O único homem único é ele. Ainda no regulamento dos cursos práticos fez uma descoberta que acachapa a da pólvora e mete Cristóvão Colombo num chinelo. Para honrar a liberdade do ensino, determinou S. S. — perdão, S. Ex. — que os alunos que estudarem cá fora devem fazer *na escola* o dobro de preparações das que são exigidas aos matriculados! De modo que se chega a este resultado estupendo: o que mais tem de trabalhar na escola é justamente aquele que não é aluno da escola.

Colaborou neste regulamento o Sr. Motta Maia. S. Ex. — ah! ainda não é conselheiro — S. S. foi vencido em uma questão: queria que todos os alunos desde o primeiro ano até o sexto fizessem exame de histologia, para que o governo não seja outra vez obrigado a mandar lentes para a Europa, durante dois anos, para estudar histologia, habilitando-se assim de um modo especial para ensinar medicina operatória.

É previdente o Sr. conselheiro... ah! ainda não é conselheiro... o Sr. Dr. Motta Maia.

#### **08.06.1883 – Zig-Zag**

O Sr. Conde D'Eu reassumiu o cargo do comando geral da artilharia, dispensando um resto de licença, em cujo gozo se achava.

Esta notícia tem sido repetida pela imprensa diária com uma insistência que lhe dá um aspecto verdadeiramente excepcional.

À primeira vista, nada mais simples do que um funcionário licenciado a voltar ao exercício de seu lugar. O caso é mesmo de uma naturalidade tão penetrante, que nem sequer tem os atrativos de uma notícia de primeira classe.

Tratando-se, porém, do Sr. Conde, a questão toma um outro ar surpreende pelo imprevisto.

Em uma das sessões, o Sr. Carlos Affonso, depois de morto, como ministro, fez na câmara um longo discurso, que servirá de notas explicativas aos seus atos praticados na gerência da pasta da guerra.

Uma parte desse discurso foi propositalmente destinada a demonstrar o mais perfeito acordo que sempre reinou entre o ex-ministro e o príncipe consorte.

---

<sup>4</sup> Correção de erros, de acordo com Houaiss.

Sua Alteza queria requerer a licença, gastar uma folha de papel, e o que é mais – o selo respectivo. O Sr. ministro respondia-lhe – por quem é, meu príncipe, vá com a licença de boca.

Havia, enfim, a confraternidade tradicional de dois generais, assombrados pelo zunir da mesma bala e congoçados pelos mesmos perigos do campo da batalha, ou do campo da Aclamação, onde está a secretária da guerra.

Era esta a afirmação do Sr. ex-ministro da guerra. Pois bem. Apenas S. Ex. larga a pasta, o príncipe consorte larga em disparada com as respectivas ordenanças para a presidência da comissão de melhoramentos do material de guerra.

Quando estavam de acordo, quando não havia entre o príncipe e o ministro nenhum motivo de ressentimento, quando o ministro ia à casa do príncipe simplesmente para perguntar – “Como vai importante saúde” – o príncipe obstinava-se em pedir licença e em gastar selos, o que talvez pareça inacreditável. Agora, que o ministro saiu, entra o conde! Estavam de acordo.

Mas, seja lícito uma pequena pergunta:

Se isto se dá, tendo havido o mais manso e o mais completo acordo, o que teria acontecido, se porventura, para desgraça do povo, tivesse havido desacordo entre os dois generais!

---

Há uma verdadeira novidade literária sob uma rubrica puramente comercial.

Dois escritores tomaram o empenho de escrever a crônica mensal dos acontecimentos no Brasil.

Os dois escritores são Sylvio Romero e Araripe Junior, e a crônica tem por título Lucros e Perdas.

Todos os meses, vamos ter agora à maneira das Farpas, de Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, uma revista comentada dos fatos que possam ter alguma significação, como manifestação do nosso desenvolvimento ou do nosso regresso.

Não será a última palavra da crítica a nova crônica, porque já não há últimas palavras; será simplesmente a impressão de dois escritores de talento, cada um com o seu processo crítico especial, com uma índole diversa, e cujo laço de união é apenas a independência do seu espírito e a despreocupação das conveniências partidárias.

A atitude do pequeno livro de que falamos, perante o público, será esta: dizer-lhe claramente o que os autores pensam ser a verdade, arredá-lo do rancismo, da adoração dos falsos ídolos ou dos ídolos inúteis, chama-lo pela discussão ao conhecimento das suas condições de vida em todas as relações, corrigir-lhe as tolices, moderar-lhe os ímpetos, arrancar-lhe enfim a consciência artificial que uma educação viciada tem constituído, às pequenas camadas de asneiras, e pôr-lhe no mesmo lugar uma nova consciência, preparada para só aceitar o que é útil e o que é justo.

São dois homens que se lançam a essa luta nos Lucros e Perdas.

Se forem vencidos, pior para os vencedores.

### **09.06.1883 – Décio**

Há quem acredite que só na Gazeta de Notícias é que se fazem Balas de Estalo.

Não, mil vezes não! O Sr. Dom Pedro (...)(...) modestamente oculto pelo (...) – o bispo – também concorre com os meus colegas Zig-Zag, Lulu Senior, José do Egypto, Mercutio e Publicola, no afanoso trabalho de fazer balas, com a diferença de que as faz no morro da Conceição em vez de ser a rua do Ouvidor, e não na Gazeta – mas nos requerimentos que lhe são apresentados.

Um exemplo, o que veio ontem na Folha Nova. S. Ex. a uma petição que lhe dirigiram dois filhos de Cristo, que ama-se ao ponto de quererem casa, deu o seguinte despacho-bala:

“Por penitência confessem-se e comunguem os oradores, ouçam duas missas na matriz em dias em que a missa não seja de preceito, com velas na mão, dando depois

as velas para a igreja, rezem três terços do Rosário e façam dois jejuns em dias em que o jejum não seja de preceito.”

Realmente o Sr. Bispo tem tanta graça como nariz!

Chamar os que vão casar, de oradores, já é uma pilheria a menos má; mas exigir destes oradores, não que façam discursos sermões como o Sr. Ferreira Vianna; mas que faça penitência, olhem que já é muito – para quem além de tudo vai talvez aturar uma sogra.

E que penitência?

Em primeiro lugar, que se confessem, uma coisa que muita gente não sabe bem o que é e para que serve, visto que no número das necessidades da vida – comer, beber e vestir-se – ainda não foi incluída mais essa – a da gente confessar-se.

Depois, que ouçam duas missas em dias em que a missa não seja de preceito (?) e com velas na mão; mais ainda: que rezem três terços, ou um inteiro (como os bilhetes do Ypiranga); e por fim que façam dois jejuns em dia em que o jejum não seja preceito (??).

Ora, ninguém, a exceção do Sr. Bispo e mais os que falam o latim de S. Ex., sabe quais são esses dias de preceito, tanto de missa como de jejum; e menos se sabe ainda como se pode fazer dois jejuns no dia em que este não seja igualmente de preceito. Dois jejuns num só dia – é um pouco puxado... a Calino.

Neste despacho-bala só há uma coisa que se compreende: é o pedido das duas velas dos oradores para a igreja. Isso, sim; compreende-se.

A igreja precisa de velas; é justo que as levem e as ofereçam os que precisam da igreja para gozarem da inefável doçura de possuir uma sogra e um despacho do Sr. Bispo.

Somente perguntamos aos que nos governam: porque não foi aproveitando o Sr. D. Pedro de Lacerda para ministro da pasta dos despachos pândegos, em substituição do Sr. Ávila?

Bigode a parte, muito se parecem os dois!

—

Outra bala de estalo menos má foi fabricada pela nossa Ilustríssima Câmara, de barulhenta memória.

Esta nossa ilustríssima anda por aí cheia de credores, que é mesmo um Deus nos acuda; e há gente que quer ter negócio com um judeu mas não com a câmara municipal.

Ainda agora mesmo, acaba ela de pedir um auxíliozinho ao ministério do império, - 40 contos só – para ajuda-la a pagar umas despesas que autorizou, no intuito de reparar os calçamentos da cidade.

O ministério do império numa delicada portaria respondeu-lhe que está pronto a servi-la... em outra coisa. Mas que, quanto dinheiro, nada feito.

Pois bem; na mesma sessão em que foi lida essa portaria, a câmara que pedia 40 contos para pagamentos de dívidas, apresentava a seus comitentes um balancete que acusava nada menos de \$330.000 – de saldo até aquela data!

De onde se conclui que ninguém entende aquela câmara, nem mesmo ela própria se entende consigo mesma. Cheia de dívidas; mas, os seus balancetes são um louvar a Deus de gatinhas: sempre com saldos e saldos crescentes!

—

Quem nos há de desvendar este e outros ministérios da municipalidade são os Srs. H. de Carvalho e C. Ferraz.

Ambos apresentaram-se nos primeiros tempos como dois amigos íntimos e inseparáveis. Castor e Pollux eram dois pálidos arremedos dos dois dignos representantes. Unia-os o laço das ideias – e os diplomas. Comungavam os mesmos princípios e assinavam as mesmas demissões. Unha e carne, os dois, era o Sr. Ferraz o *fidus* (...) do Sr. Carvalho era o *alter ego* do Sr. Ferraz.

Agora, porém, a amizade entre ambos parece um tanto estremecida, a julgar da queixa do Sr. Ferraz em plena sessão – que o outro estava-o desafiando; e a julgar do que disse o Sr. Carvalho – que estava pronto a atirar-se ao Sr. Ferraz se este lhe fizesse *má creado*.

Esta declaração, onde se divisa o juízo do Sr. Carvalho, que pensa ser o seu colega um armazém d pancadas, dá-nos a esperança de ainda virmos a saber alguma coisa ao certo e verdadeira, a respeito da Ilma. Câmara.

É que brigam as comadres...

#### **10.06.1883 – Lulu Sênior**

Em S. Paulo deu-se ultimamente um caso curioso. Dois italianos, homens práticos, vendo que a mendicidade é um ofício rendoso e de trabalho leve, pediram licença para estender a mão à proverbial caridade pública.

Na Pauliceia, porém, não mendiga quem quer, como aqui na corte, onde basta fingir uma chaga, ou por na rua um jornal a dois vinténs: lá a coisa fia mais fino, e é preciso tirar licença da polícia, que exige umas tantas formalidades para a conceder.

Os dois italianos requereram, pois, licença à polícia; examinados pelos médicos, estes disseram que os suplicantes gozavam de uma saúde de ferro, e que bem podiam ir puxar pelo rabo de uma enxada.

Outro qualquer pretendente à honrosa e lucrativa profissão de mendigo teria recuado; os dois italianos, porém, fizeram como o sujeito a quem falha um fósforo: riscaram outro.

Com o seu despacho de indeferimento debaixo do braço, foram a um empregado de polícia, e disseram-lhe pouco mais ou menos o seguinte:

— Ilustre representante da autoridade. Nós sabemos – infelizmente – que há neste país novo e rico, como em outros países velhos e pobres, uma coisa a que se chama lei. Espíritos tacanhos pretendem que a lei foi feita para garantir o direito de cada um; nós temos a dolorosa experiência de que ela tem por fim impedir-nos de exercer as indústrias para as quais nos arrastam as nossas respectivas vocações. A lei é uma força, e, como tal, tem-nos impedido por meios violentos de usarmos da força que nos deu a natureza, não consentindo que esganemos na rua uns sujeitos, que tem menor força do que nós, para lhe tirarmos o que eles têm de mais: dinheiro e relógio. Nós submetemo-nos a essa exigência da lei, e não roubamos com violência; apenas uma ou outra gatunice, de vez em quando, e isso mesmo às escondidas. Agora, porém, a lei torna-se verdadeiramente perseguidora, e revela mesmo capricho em contrariar-nos. É assim que a lei não consente que nós estendamos a mão à caridade pública. Pedir esmola não ofende ninguém. Quem não quer, não dá. Nós ruminamos o caso e temos chegado à seguinte conclusão: — nós andamos no caminho errado. O que é bom, não está assim no meio da rua para quem o quiser apanhar, e a prova é que em casa dos cambistas, o dinheiro está exposto por detrás das vidraças e grades de arame. Ora, nós precisamos da lei, e por conseguinte fazemos o possível para deitar-lhe a unha. Os médicos não nos quiseram dar licença de graça porque infelizmente não somos doentes. Paciência! Tome lá você trinta mil réis por cabeça e um relógio de ouro, e passe para cá a licença para mendigar.

O empregado agarrou nos pobres homens e mandou metê-los no xadrez, onde ficaram durante vinte e quatro horas.

Quando saíram, um deles disse ao outro:

— Nós oferecemos pouco à justiça. A coisa vale muito mais. Vamos lá outra vez.

E foram. Chegados à presença da autoridade, deitaram o seguinte discurso:

— Ilustre senhor meu. Aqui estamos nós, contritos e arrependidos, confessando as nossas culpas. Houve um erro de cálculo. Nós não sabíamos bem quanto rendia a profissão de mendigo e portamo-nos como uns miseráveis. Hoje, melhor informados, voltamos à presença de V. S., e propomo-nos a pagar a desejada licença à razão de

sessenta mil réis por cabeça, e acrescentar ao relógio de ouro o indispensável apêndice da corrente, de que por um lapso de memória deixamos de falar na nossa primeira visita.

A autoridade ouviu o discurso e tornou a prender os homens.

E aqui acaba a história, que refere um jornal paulista; nós porém, tivemos as seguintes informações que nos mandou o nosso *repórter* especial.

Os dois conversaram na cadeia.

— Que diabo! diz um deles, é verdade que quem não arrisca, não perde nem ganha; mas também tudo tem o seu limite. Cento e vinte mil réis, e um relógio de ouro com corrente do mesmo metal, já é bem bom.

— Quem sabe, diz o outro, se o homem quer também a medalha?

— Era o que faltava! E corrente dupla e fosforeira?

— Pois então! Se o negócio é jeitoso!

— De acordo! Mas cento e vinte mil réis por cabeça e toda a ornamentação do colete de polícia, é muito duro! Ainda se por esse preço nos dessem licença para *tirar* esmolas de qualquer modo, vá feito; mas só para pedir, correndo o risco do — Deus o favoreça — acho caro!

— Mas olha que eles têm a faca e o queijo na mão...

— Pois sim! Mas se a justiça quer o lucro todo para si, ela que vá mendigar.

E aí está a ideia que fazem da moralidade da justiça, os dois candidatos à mendicidade em S. Paulo.

—

Um jornal que se publica nesta corte, órgão de um deputado muito conhecido pela sua habilidade financeira e pelas diversas maneiras por que maneja a rolha, tem publicado uma série de artigos com o intuito de demonstrar quanto é prejudicial ao país o resultado dos vícios anteriores.

Apesar de todo o respeito que nos(?) merecem as provadas habilitações do colega, é nos permitido suspeitar de sua isenção de espírito neste caso especial, porque vê-se que o seu propósito não é tanto demonstrar a sua tese, mas principalmente deixar provada a inversa, isto é, que o país tudo tem a esperar do resultado dos vícios que não são aquilo que os artigos censuram.

### **11.06.1883 - Zig-Zag**

Imperial Senhor. — Seria irreverente da nossa parte se, ao tomarmos a liberdade de dirigir estas regras à vossa imperial atenção, nós não tomássemos igual e concomitantemente a posição que a etiqueta nos indica.

Nós estamos de cócoras, Imperial Senhor, e é nessa atitude de respeito e de submissão, que traçamos esta epistola com destino aos vossos imperiais e irresponsáveis olhares.

Senhor:

Não vimos tratar de um Negócio que nos seja pessoal. Vossa Majestade nunca nos viu, ou se nos viu, não deu por nós, - tão confundidos andamos no meio das mediocridades que infestam esta cidade.

Não vimos pedir a Vossa Majestade um hábito de Cristo, nem uma concessão de linhas de bondes para alguma praia aprasível, nem o lugar de tabelião da corte, nem a sua presença para um sono na Glória.

Neste momento, a que chamaríamos solene, se Vossa Majestade não embrisasse com as chapas, a ponto de as inutilizar todas nas Falas do Trono, neste momento — permita à vossa imperial bondade, que repitamos — não é uma petição que vimos arrastar aos pés do trono, não é uma súplica que nos impele a este ato desusado de lhe escrevermos sem ser pelo correio: é uma queixa, queixa cheia de amargor e de sofrimento: mas de que afinal Vossa Majestade não teve ainda conhecimento.

Imperial Senhor:

As atribuições dos altos poderes do Estado estão nitidamente discriminadas, uma por uma, no Pacto fundamental da nação, segundo uns, e na Constituição do Império, segundo outros, porventura mais concisos.

Nessa coisa Augusta, a que uns chamam o Pacto etc., etc. e outros a Constituição, quando uns e outros não usam do mesmo nome, estão por sua vez indicadas as atribuições do Moderador e do Executivo.

O Moderador é Vossa Majestade.

O Executivo são os sete ministros. Neste ponto constitucional até está de acordo o parlamentar Penido.

Pois bem. Percorrendo a lista dessas atribuições, nós não vemos, nem no espírito, nem na letra da Constituição – quanto ao poder moderador, a obrigação de vencer o executivo pela fome; - quanto ao executivo, o dever de se deixar matar a fome pelo moderador.

Expliquemo-nos.

É sabido que, às sete horas da noite de todos os sábados os coupés ministeriais disparam ao trote das instituições para o passo de São Cristóvão.

Aí os sete ministros e as sete pastas são introduzidos na sala das conferências.

Momentos depois aparece Vossa Majestade, toma a cadeira que está no topo da mesa, e começa a sabatina.

- Diga que é que vem, Sr. Ministro do Império.

O Sr. Ministro do Império abre a pasta e expõe os negócios relativos aos papéis que apresenta.

Depois a interrogação vai passando de ministro a ministro, e Vossa Majestade sempre ao recordar-se de Homero, começa a dormir, com pequenas alternativas.

Isto dura horas e horas.

O presidente do conselho, na última conferência, chegou à casa às 5 horas e meia da manhã.

Mas a duração das conferências não é coisa digna de reparo, uma vez que o Moderador só pode dormir acalentado pela leitura dos decretos do executivo.

Depois de duas horas de trabalho, os ministros, pálidos, cansados, aborrecidos, sentem um mau estar invencível.

Olham em volta da sala e vêm apenas - conhaque, laranjinha, água e açúcar!

Resignaram-se. E começam as libações, que a princípio despertam. Mas depois pela frequência dão em resultado um entorpecimento geral. Daí a prolongação da conferência. De maneira que, se os ministros não caem por falta de maioria, podem muito facilmente cair por falta de alimento.

E é disso que eles se queixam, e é por isso que já vai havendo uma certa falta de homens dispostos a acompanharem a temperança austera de que Vossa Majestade dá prova nas conferências.

Ora, Vossa Majestade é generoso, tão generoso que dá tudo. Se assim é, como todo povo reconhece, porque o Moderador, em noites de serviço, não fornece ao Executivo a canja tradicional do pacto fundamental?

É uma simples pergunta, que dirige a Vossa Majestade o seu mais fiel e mais reverente súdito.

## **12.06.1883 – Publicola**

Creemos que post tantos labores está afinal resolvido que se fará a exposição pedagógica e que se não efetuará o Congresso de Instrução.

Esta espécie de compensação à exx-mesa do Congresso é lhe fornecida por sua Majestade e o Sr. Maciel – este que matou e aquele que ordenou a morte do mesmíssimo Congresso, de triste memória.

Sua majestade dá \$2.000 e o Sr. Maciel \$1.000 como que fornecendo o exemplo a imitadores, que naturalmente correrão com seu obulo para efetuar-se a exposição,



sem crédito nem despesa não votada... E para figurarem na lista ao lado de Sua Majestade.

Por este lado o caso está resolvido; e como a ex-mesa pretende explicar-se também, no tocante a donativos, é indubitável que a exposição pedagógica terá lugar brevemente.

Há porém do quase finado Congresso uma pequena circunstância que convém lembrar e vem a ser: que já se acham nesta corte membros do adiado Congresso, os quais não sabem até quando deverão esperar por ele e em que condições. Pois que a espera pode ser até as calendas gregas, mas o resto...

Divertimentos não faltam; e no gênero grátis não podemos deixar de incluir na cabeça do rol as touradas da Cadea Velha e os ajustes de contas do Sr. Gaspar no senado. Mas a questão não está só nos divertimentos, porém, em alguma coisa mais sólida, mais real e de mais imprescindível necessidade; e embora o Sr. Maciel pareça ser muito boa pessoa, e tão boa que já começou por dar \$1.000 para a exposição pedagógica, todavia S. Ex. não levará sua bondade até o ponto de carregar para sua casa todos os congressistas adiados, tanto os que vinham de viagem e breve aqui deverão chegar.

Estamos aqui, estamos a ser Sua Majestade resolver a dificuldade e abrir desta vez, não o seu imperial bolsinho, mas o seu palácio imperial, convertendo-o em viveiro de congressistas mais ou menos empanturrados de retórica, porém pouco fartos de comodidades!

Se assim suceder, que bonita musa que será escrita nesse memorável dia!

---

Novos telegramas da Rússia noticiam a descoberta de mais uma conspiração niilista contra o Imperador.

Não acham que já são muitas as conspirações, tire de lá uma e mande-a toda cheia dos ff e rr necessários para os nossos jornais ou os jornais com que ela tem contrato.

Não diremos isto, tanto mais quanto uma simples suposição nada prova em direito, nem mesmo no que não é direito.

O que nos parece é que o imperador da Rússia, ou os que são por ele, faz atualmente uma contra-marcha singular contra os niilistas, afim de desmoralizá-los. De vez em quando inventa uma conspiração, mata a hidra nela encarnada, esfolá-a e depois empalha-a muito bem, e exporta-a aos bocados para toda a parte até onde chega o fio condutor do progresso.

Ora, se assim for – e bem possível é que seja – não se pode negar que estão invertidos os papéis, e que na Rússia não são agora conspiradores os niilistas - mas é a cabeça das conspirações contra eles o próprio Imperador.

---

Decidiu sua Majestade que não irá a Campos assistir à exposição da luz elétrica, por não lhe ser possível sair da corte este mês.

Oh! Oh! O caso é para refletir!

Sua majestade terá alguma ocupação especial, além da de visitar o colégio de Pedro II, receber ovações de imigrantes na ilha das Flores, provar o rancho das praças nos quartéis, fazer e desfazer ministérios, dormir de dia aos domingos, nas conferências da glória e à noite, nos dias úteis, nos espetáculos de Pedro II?

Qual será o trabalho particular que inibe Sua Majestade de ir animar com sua presença a festa da rainha das cidades da província do Rio?

Sua majestade não terá coragem de deixar esta geringonça, exclusivamente nas mãos do Sr. Lafayette, mesmo durante três dias apenas, ou receia perder o bailado Excelsior que deve ser exibido na mesma época daquela inauguração?

Se não é isto, não é aquilo; o que será então?

Estará Sua Majestade a dar a última de mão aquela sua anunciada obra, aquelas belas Impressões de Viagem, ansiosamente esperadas por todos nós.

Tudo é possível.

### 13.06.1883 – Lulu Sênior

Aqui há tempos, os ventos que sopravam do norte, traziam nas asas ligeiras como que o eco de uns gemidos longínquos, que a gente não sabia a que atribuir. Dir-se-ia que uma população inteira se estorcia em uma agonia longa, cruel, que a dizimava, a fome, que a rareava a guerra, que a seca lhe estancara as fontes, ou a inundação lhe devastara os campos.

Os grandes timoneiros da nau do Estado, homens afeitos a entender essas vozes da natureza, estendiam o pescoço, aplicavam o ouvido, mas nada conseguiam pescar. Ao fim de algum tempo, porém, à força de estudo e perseverança, o mistério foi-se desvendando pouco a pouco.

Primeiro determinou-se o ponto de partida dos queixumes: era a província das Alagoas. Mais tarde, com a aplicação de aparelhos de precisão, destes cuja perfeição é a glória da ciência moderna, chegou-se a conhecer que nem toda a província gemia, mas que o sofrimento estava circunscrito a três pontos. Eram estes a comarca de Anadia, e nesta especialmente a freguesia do Limoeiro, e o município de Quebrangulo, comarca da Palmeira dos Índios.

Quando nas altas regiões se soube que esses três lugares de Alagoas estavam alagados em pranto, disse-se:

— O que quererá Alagoas? Ela tem no senado Sinimbú, e na câmara seu sobrinho Lourenço. Ela tem no paço um barão. Alagoas foi sempre uma província modesta. Não está mais arrebetada que as outras, e continua a produzir açúcar. Tinha um engenheiro fiscal, que não consentia que o governo desse dinheiro de mais aos empresários de sua estrada de ferro, e o paternal governo suprimiu o engenheiro, e continua a dar quanto dinheiro lhe pedem os empresários.

Enquanto tudo isto era discutido nas longas conferências – a seco – de S. Cristóvão, o Sr. Moura, que ainda então era ministro da justiça, sorria como quem sabe em que consiste o mal, e qual o meio de o remediar.

Os outros, percebendo a coisa, perguntavam-lhe. Ele, porém, modestamente, respondia que ainda não tinha certeza, que precisava de mais amplas informações, mas que acreditava que Limoeiro, Anadia e Quebrangulo ficariam contentes.

— Mas, Sr. Themis, objetava Alguém, se nos tirasse desta aflição...

— Não posso, por ora, tenha paciência...

— É que desta vez não posso dizer: *Já sei, já sei...*

— Sinto muito, mas não posso. A justiça é cega.

No fim de algum tempo, quando o Sr. Moura reuniu todas as informações e estudou todas as necessidades daqueles lugares, apresentou-se em despacho, radiante de contentamento.

— Então? está resolvida a questão? Já se sabe o que quer Quebrangulo?

— Hoje, disse o Sr. Moura, sou eu que digo: *Já sei!*...

— Venha de lá isso!

— Tenho que apresentar uns decretos que removerão todas as misérias que afligiam...

— Acabe com este martírio!...

— Aí está.

E apresentou três decretos à assinatura imperial. Dizem que Sua Majestade assinou sem ler.

Depois choveram os aplausos sobre o salvador do Limoeiro. Os colegas quiseram carregá-lo em triunfo. O Sr. Lourenço, mais interessado na questão por ser alagoano, levou o entusiasmo ao ponto de beijar o Sr. Moura; por sinal que escaudou os beijos.

O nobre ministro, porém, não quis fazer de todo o seu triunfo de uma só vez.

Deixou que a câmara ingrata o derrubasse, e só agora, no sossego da vida privada, quando já não tem ordenança atrás de si, é que saboreia a sua glória estampada no *Diário Oficial* de ontem.

O que queriam aqueles lugares, o que os fazia gemer e chorar, está satisfeito, graças à perspicácia do distinto antecessor do Sr. Prisco.

Estão restauradas as finanças, o progresso do Limoeiro tem bases sólidas, e Alagoas olha sobranceira até para a Bahia.

É que o Sr. Moura, com a prática do cirurgião consumado, em vez de paliativos fez a cura radica.

Quem o duvidar, leia o *Diário Oficial* de ontem, e lá verá que, por decretos de 10 de fevereiro, foram oreados; um batalhão de infantaria de serviço ativo (?) da guarda nacional na freguesia do Limoeiro; uma seção de batalhão de reserva no Quebrangulo, que chorava menos; e foi elevada à categoria de batalhão com seis companhias a seção de batalhão de reserva da comarca de Anadia.

Agora, se Anadia não está contente, e se Limoeiro ainda chora pitanga, é caso para se dizer que de ingratos está o inferno cheio. Eu, pela minha parte, não tendo a honra de entreter com o Sr. Moura relações que me autorizem a provar-lhe o meu entusiasmo, dando-lhe um beijo – salvo seja – não posso deixar de exclamar:

Viva a briosa guarda nacional da província das Alagoas!

Viva o Sr. Moura!

Viva a Constituição Política do Império!

#### **14.06.1883 – José do Egyto**

Há cerca de quinze dias, que a oposição da câmara dos Srs. Deputados está fazendo funcionar contra o governo um dos seus mais poderosos meios de atacar que: - a interpelação.

Havia muito que o país não tinha o prazer de assistir a esse interessante exercício da retórica nacional.

O aparecimento da interpelação neste quartel da vida parlamentar é um fenômeno profundamente característico; ele assinala uma nova fase da política conservadora.

Até a pouco a política conservadora fazia a guerra aos adversários, empregando esta terrível arma: - o trapo quente.

Diante da política suicida que iam fazendo os seus adversários, eles viram perfeitamente por meio do olho perscrutador e finório de pai Paulino, que o melhor plano estratégico para exterminar os inimigos era – não bulir com eles, deixa-los devorarem-se mutuamente, como os grilos da fábula.

A divisa guerreira dos opositores parecia ser esta: - Deixá-los fala-los que eles se esbandalharão-se-ão-se.

E a oposição conservadora, com uma prudente sabedoria maquiavélica, refestelava-se complacente, em face dos adversários, que se esbandalhavam em lutas intestinas, enciumadas estéreis e fatais...

A oposição cerrava sonolentemente por trás do monóculo de Duque estrada o olho finório de Pai Paulino, confiando velhacamente o bigode louro do major Dinarte... E esperava com pachorra que a situação liberal acabasse – acabar é o termo - para empolgar – sem trabalho, nem glória, mas com vontade, as adoradas e desdouradas rédeas do governo...

Como se vê, não se pode desejar política mais cômoda, nem mais intransigente...

Para opositores de tal força, a interpelação era uma arma por demais pesada, sobejamente mortífera... Eles faziam a guerra – não fazendo guerra. E viu-se

então este espetáculo estranho, novíssimo na história dos parlamentos: - o partido que andava às ostras (quer dizer: no ostracismo) fazer oposição ao que retinha o governo – dando-lhe o braço, a mão, o apoiado e o pé – visto que em geral o deputado que dá apoiado também dá o pé.

O partido do governo vivia da suprema piedade dos oposicionistas.

E em tal situação e com tal programa de campanhas, poucas, mui poucas vezes se levantava um oposicionista para – interpelar; o mais das vezes faziam-o simplesmente para pedir explicações aos ministros e copos com água doce aos contínuos.

---

Agora a coisa é outra.

O inimigo esbandalhou-se por suas próprias mãos, é certo; mas não caiu.

E isto é que foi o diabo.

Sim; a oposição encastrou.

- Pois que! Então nós, que fizemos a guerra ao governo (deixando-o em paz); que o vencemos (deixando-nos vencer); que o vencemos com ele mesmo; que o desmoralizássemos (apoiando-lhe as imoralidades); que o derrubamos do carro a baixo (segurando-o bem na boleia); nós, os vencedores invictos, que queimamos se fogo e espatifamos a igreja, pondo-nos a dormir dentro dela; nós, que fizemos tudo (não fazendo coisa nenhuma); agora, depois da vitória, derrubado Jricó, a silêncio das nossas trombetas, estamos exatamente como as coisas no quartel general de Abrantes?!

Ah! Ele é isso?

Ora esperem lá!

A postos, seu Figueira, seu Gomes, se Guai, seu Pereira; desenferrujem-me para isso o chanfalho, o velho chanfalho glorioso das interpelações.

Vamos, rapazes. Uma interpeladela, seu Portela! Fogo! Fogo em toda a linha! Ao pelo, ao pelo do inimigo!

---

A interpelação é uma coisa séria, mas muito séria mesmo.

Principalmente quando o ministro interpelado é peludo, porque então sai dela, qual sempre--- Pelado.

Nada mais funebremente agressivo do que um requerimento à mesa, mais ou menos assim concebido.

“Peço que se marque dia e hora para interpelar o Sr. Ministro das obras públicas sobre os seguintes pontos:

1º Quem é o pai dos filhos do Zebedeu?

2º Quais as providências empregadas pelo governo, para a resolução de tão momentoso problema?

3º Tem o governo cogitado dos meios a por em prática para descobrir igualmente quem é a mãe dos filhos do referido pai?

(Assinado) João Fagundes.”

O presidente lê o requerimento e marca, com voz constipada e grave, tal dia e tal hora para a interpelação do Sr. deputado João Fagundes.

O ministro corre para a secretaria e apegando-se aos documentos e a Santo Antônio; interroga os amigos e o Deus piedoso, e, ao jantar, enquanto o não interpelam, pela-se todo, chuchurreando a consome e preparando em mente a discurseira de amanhã.

Ei-lo o dia, ei-la a hora...

O recinto cochicha e cochila de deputados ansiosos e de deputados sonolentos... As galerias atopeiam-se, comprimidas na expectativa, como sardinhas em tigela...

O interpelante levanta-se, tosse com gravidade a sua pulmoeira, esmonca-se, pausado, desfechando o olhar otélico sobre o pobre ministro das obras públicas, e... É horrível... Interpelá-lo.

Shoking! Os gemidos da vítima plangem doloridos, esguicha inflamando o rubro sangue... Da hipérbole; o chão coalha-se de apoiados e de perdigotos a oposição exulta; e as galerias vão jantar, famélicas, em vermutadas de interpelação...

---

Pelo jeito que as coisas tomam, é este espetáculo canibalesco que vai ver diariamente no augusto e digníssimo recinto da Cadeia Velha.

Os ministros, coitados, nem tempo hão de ter para responder aos filhos que lhes peçam a bênção, ou ao criado que lhes perguntem o que desejam para jantar...

SS. EEx. Não farão mais nenhuma outra coisa, absolutamente nenhuma outra, se não responder a interpelações...

Pobre governo, pobres estadistas!

Porque um bonde teve a fantasia assassina de descarrilhar... Interpelação.

Porque o nosso ministro em Pequim passou pelo mandarinato e o madarim não lhe perguntou, como devia: - Comestes bem o vosso arroz?... Interpelação.

Porque o Sr. Lafayette diminuiu os impostos de importação das lunetas e das fazendas vermelhas... Interpelação.

Interpelação por ter cão, interpelação por não ter cão, interpelação por tudo, a todo momento...

Vai ser medonho!

Estes interpelantes são da... Pele!...

### **15.06.1883 – Zig-Zag**

la passando lentamente pela rua da Misericórdia, ao anoitecer, quando ao chegar ao edifício da câmara dos deputados, vi que lá dentro havia grande iluminação.

O caso fez-me uma certa impressão. De dia eu já sabia que de ordinário se reúnem ali os Srs. Deputados com as suas luzes. Mas, ao escurecer, sem me constar que o ministério estivesse para cair, o fato de ver iluminado o velho edifício, tirou-me da minha natural inércia e ferrou comigo na galeria do lado do marr.

Logo ao pisar o primeiro degrau por onde costuma subir a soberania popular, que para o efeito de fiscalizar as sessões, reside principalmente nos cidadãos que têm pouco que fazer, eu ouvi os ecos da grande animação, que naquele momento agitava os nervos dos Srs. Deputados.

Riam lá dentro e riam com gosto, de maneira que o reboar das gargalhadas espelhavam-se na escada como um zumzum de festa ao longe.

Foi subindo até a galeria e para logo me fui identificando com o espetáculo que se desvendava aos olhos um pouco amortecidos e fatigados de uns espectadores, que pelas aparências deviam ali estar há mais de três dias.

Havia já poucos deputados, uns trinta ou trinta e um, ou talvez vinte e nove.

Nas cadeiras dos ministros estavam apenas dois, um de farda bordada e outro de casaca.

Todos os presentes formavam um grupo em volta do orador, que estava num ângulo do lado do mar.

Simulavam uma grande atenção, riam, davam palmadinhas de gosto em cima das carteiras de mogno, recostavam-se nas poltronas, punham as mãos nas cadeiras, numa grande expansibilidade comunicativa, e no meio dos frouxos de riso, como um alívio, exclamavam a meia voz:

- O homem é o diabo!

E continuavam a rir, a rir como uns perdidos.

---

Procurei então o móvel daquela agitação e daqueles movimentos tão pouco constitucionais.

Para logo dei com ele.

No centro do grupo, erguia-se a figura respeitável do Sr. Ferreira Viana.

Era S. Ex. quem estava fazendo rir os poucos colegas que ali se achavam: era o S. Ex. o diabo a que eles se referiam nas suas expansões.

Quando o Sr. Ferreira Vianna fala, a câmara ri. Ri, porque o seu estilo pitoresco e mordaz lhe faz cócegas irresistíveis.

O Sr. Ferreira Vianna andou muitos anos a falar a sério à câmara, a jorrar-lhe eloquência nos ouvidos: a câmara recebia por uns e deixava sair por outros.

Agora, aquele Sr. deputado compreende que não é para tratar-se a sério aquilo que faz rir. E por isso faz rir, e a câmara ri a bom rir., fazendo-o o coro com uma grande convicção.

Ora, como tristezas não pagam dívidas, e o maior mal do país é o déficit, por que não há de a câmara ver se o desfaz com a alegria, comissionando para isso o Sr. Ferreira Viana?

#### **16.06.1883 – Publicola**

O noticiário dos jornais é nesta corte uma das melhores fontes de renda... Para as balas de estali.

Por exemplo:

Disse-se ontem que o Sr. Affonso Penna (que pena, este homem ser Affonso...!) por aviso número tantos de tal data, resolvera dispensar do serviço em se achava em sua secretaria, o contador da repartição postal Joaquim Francisco Lopes Anjo.

Ora isto – este aviso e esta dispensa – parece que à primeira vista pouco vale, ou que não vale nada, mesmo.

Pois que fiquem sabendo: vale muito, vale tanto como o Sr. Sá, o nosso primeiro delegado de polícia:

Cá... Vale!

—

O Sr. Ávila, aquele mesmo que há pouco deixou de ser ministro da agricultura, e pouco depois converteu-se em lavadeira da sua roupa suja e da roupa suja que o tribuno Gaspar deixou na província do Rio Grande Grande; o Sr. Ávila chamara o Sr. Anjo para um serviço especial e particular de sua repartição, e um serviço tão particular e especial que ninguém, nem mesmo o insumo Sr. Ávila, sabia qual era.

O Sr. Betim, chefe da repartição postal, tinha saudades do seu contador. Sonhava com ele: tinha sonhos, obrigados a pesadelos de aparições noturnas, em que a figura de um anjo era a imagem costumada; só por ele vivia, suspirava por ele, e a julgar do interesse que o ligava à pessoa do seu contador, parece que não podia dormir tranquilo, sem saber o que era feito dele, ou qual o emprego particular em que ele se ocupava no gabinete do Sr. Ávila.

Entretanto, e neste ínterim cão do mistério o Sr. Ávila, sobe o Sr. Pennas e - que pena! – é dispensado do tal serviço especial o mesmo Sr. Anjo, com grande prazer dos que censuravam esta proteção angélica, e maior gaudío dos que lobrigam uma pontinha de escândalo nos atos do ministro das obras pandegas, que se immortalizou num despacho sobre burros magros!

À vista disto e bem refletindo sobre o caso, e mesmo notando que o Sr. Penna tem diferente gosto do Sr. Ávila, deve uma bala de estalo dizer com todo o entusiasmo:

O Sr. Ávila é dos anjos!

E o Sr. Penna é dos diabos!

—

Outra de noticiários, mas esta do apóstolo de ontem;

É que “casou há pouco tempo a princesa Isabel com o principal Thomaz; e que Sua Santidade mandou nominal e exclusivamente sua bênção à princesa Izabel.”

Não se pode compreender qual é esta princesa Izabel, nem quem é este principal, que se chama Thomaz. Entretanto, chega-se ao seguinte resultado: se o papa

mandou sua bênção exclusivamente à princesa, por não dever dá-la ao principal, ao Thomaz, é que, de duas uma:

Ou o papa tinha pela princesa o mesmo afeto que pelo contador Lopes Anjo tinha o Sr. Ávila – um afeto todo particular;

Ou o papa julgava que, abençoando a princesa, não abençoava a sua felicidade - a única coisa que ela desejava com o tal Thomaz, era – principal.

Ela queria a bênção do chefe da religião para ser feliz: mas a bênção, não compreendendo o esposo, não compreendia exatamente a sua metade de felicidade. E portanto:

Ou a bênção foi de boa fé, compreendendo os dois, e foi tola;

Ou foi só para a princesa, pondo de parte o marido – e foi de má fé;

É o caso de perguntar: o que dirá o Apóstolo?

—

E já agora transcrevemos do mesmo noticiário, do mesmo religioso, o seguinte:

“Ao Univers foi remetido um atestado de nascimento de uma criança, filha de uma professora leiga, não casada, e que ensina na aula pelos novos compêndios de moral e cívica. Muito bem; Assim o querem, assim o tenham!”

O grifo não casada é do Apóstolo, e nós apenas perguntamos ao tonsurado colega:

Se os compêndios são novos, mas a professora já pode ensinar, qual a culpa dos ditos compêndios?

Se ela teve filho, é porque não tinha os compêndios. E se não os tinha antes, foi por isso que a comunicação escandalosa foi remetida ao Univers.

Ou mais claro:

Uma professora, não casada, teve um filho; Mas nessa ocasião lecionava pelos compêndios novos; É, pois, muito razoável acreditar que ela não passasse por isso – se os novos compêndios fossem para ela velhos.

O que dirá a isto, Apóstolo?

## 17.06.1883 – Lulu Sênior

José do Egito, meu velho, tem paciência. Eu vou entrar pelo que é teu. Poupo-te e aos leitores a velha Jeromiada da falta de assunto, a que se apegam escritores em apuros, e confesso que não sei se há assunto, não me dei ao trabalho de procurá-lo, desde que tenho este aqui à mão.

Não é por honestidade que eu começo por dizer que a ideia é tua, se uma apoplexia te tivesse levado para o país das minhocas, logo depois que me disseste por boca o que devias ter escrito e remetido ao Julio Braga, talvez eu me enfeitasse com as tuas penas, ó gracioso pavão de Macacú! O que eu receio, o que me obriga a passar por um respeitador da propriedade da ideia, é o pensar que tu grites — *Pega ladrão!* tu, ou o Décio, que vai ficar com pena de te roubar eu a ideia, o que o impedirá, a ele, de a roubar.

Eu, sempre que ouço falar nestes escrúpulos em ficar com o alheio contra a vontade de seu dono, lembro-me de Ferreira de Menezes. Um dia, encontramos-nos defronte da vidraça de um cambista, à rua do Ouvidor. O bom do homem tinha a sua fazenda exposta – mas de modo que não estivesse exposta a ser roubada – por dentro de uma vidraça, reforçada pela competente rede de arame. Eram montes de ouro e prata, de todos os países e diversas épocas, e maços de papéis de bancos e de governos que vivem de empréstimos.

— Ali está uma fortuna, dizia-me o grande jornalista; nenhum de nós, nem nós ambos, nem todos os nossos colegas juntos são capazes de escrever em toda a sua vida folhetins vendáveis pelo dinheiro que ali está. No entanto, esses folhetins

representariam um longo trabalho, uma penosa preparação, e o fruto de um capital, que qualquer não pode possuir, do mesmo modo que qualquer pode possuir ouro, com trabalho e economia. Ora, é muito natural que esta convicção nos leve a esta outra: trabalhando muito eu não consigo o que ali está; e, no entanto, partindo este vidro e cortando esta rede, obtém-se sem grande esforço uma fortuna.

— Mas...

— Não há *mas!* Há de haver alguém que diga que, muito mais que o vidro e a rede, separa-o daquele dinheiro a honestidade. Histórias! O que abriga aquele dinheiro, dos gatunos por profissão, é o vidro e a grade; o que o abriga dos outros, dos gatunos não confessos, é a polícia. Vês tu, a polícia é ainda o melhor esteio da honestidade.

Tu compreendes a enormidade pilhérica desta teoria, sustentada pelo Menezes, um diabo de poeta que era honesto no espírito, no coração, da ponta dos pés à raiz dos cabelos; mas a ideia de Menezes era toda objetiva, e o objeto que ele tinha em vista, era este nosso mundo que não pode passar sem código e sem grades de arame.

Não é, pois, por honestidade, repito, que eu confesso que te roubo; tenho para isso duas razões melhores e mais práticas: 1ª, confesso-o por luxo, porque é bonito ter probidade literária, quando mais não seja para fazer figura em Congressos Europeus, como o Sr. Pinheiro Chagas, que eu admiro muito, esta questão à parte; 2ª, confesso-o porque esta confissão levou-me à quarta tira de papel, e isso não é consideração que se despreze.

Dadas estas explicações, aí vai obra.

—

Em uma roda de dignos representantes da nação, conversava-se a respeito de jornais. Cada um tinha as suas simpatias e embirrações.

Um dos dignos palradores tomou a palavra e deitou uma catilinária a todos os canudos do órgão da opinião pública.

— Os que gritam, dizia o orador com a palavra hesitante a servir mal a prontidão da ideia, é porque ainda são muito moços. O que lhes falta é... é... o juízo que tenho. Eu tam... também já fui assim. Eu já gritei muito pela severa economia dos dinheiros públicos, pela moralidade das eleições, e por todas as coisas bonitas de que a gente se serve na oposição. Mas, que diabo! não se pode estar em oposição toda a vida. E justamente, enquanto a gente espera a sua vez, vai crescendo em idade e desejos, e é preciso satisfazê-los. Hoje eu vejo as coisas por ou... outro prisma. É preciso ser-se prático. Também não me zango quando eles gritam. Espero-os cá, e tomara eu vê-los chegar à minha idade; hão de ser tão... tão bons como eu.

— Mas não faz exceção alguma? não há um só jornal que lhe agrade, que lhe pareça livre desses defeitos?

— Não! em política e administração leem todos pela mesma cartilha de ingenuidade. Parecem meninos de colégio!

— E pondo de parte esses assuntos?...

— Eu lhe di... digo. Só há um jornal de que eu gosto, por um motivo especial.

— Que jornal é?

— É a *Folha Nova*...

— E por que?

— Porque dá anos.

**18/06/1883 – Zig-Zag**

Imperial Senhor:

É a segunda vez que nesta quinzena temos a ocasião de elevar a nossa prosa tímida aos pés do vosso trono.

Da primeira vez, há coisa de oito dias, fomos o portador respeitoso de umas queixas do Executivo contra a Imperial Temperança, que tão despoticamente influía nas conferências em que tinham de ser resolvidos os grandes e preponderantes interesses desta pátria, tão perpetuamente confiada à augusta defesa de Vossa Majestade.



Nunca é em vão nem de balde que se apela para a benevolência ou para a dispensa do primeiro delegado do Poder Divino.

Podem os filósofos espernear à vontade no terreno das teorias revolucionárias. Podem os partidários da evolução científica apregoar retumbantes doutrinas contra as influências que julguem opostas ao êxito dos seus princípios, Tudo é em vão, tudo é baldado.

Há só dois grandes poderes sobre a terra: a realeza e a imprensa.

Quando esses poderes se pões de acordo, são invencíveis.

O que um quer, quer o outro.

São os irmãos Siameses da ordem política, são as Ajax das modernas lutas.

Fervilham os exemplos a meterem-se pelos olhos a dentro de todos os incrédulos e de todos os fanáticos.

Imperial Senhor:

Nós não temos para exprimir o nosso reconhecimento, senão uma frase vulgar, mas verdadeira e sincera, como tudo que é vulgar.

Poderíamos ir buscar uma frase, menos trivial; não o faremos: porque, antes de tudo, o que nós queremos, a nossa maior ambição, é que Vossa Majestade nos tome como nós somos – a sinceridade em pessoa.

Como dizíamos, só temos uma frase que nos salta dos lábios aos bicos da pena, espontânea e voluntária, para manifestar o nosso reconhecimento, pela atenção que Vossa Majestade prestou à nossa última epístola.

Como então, nós somos hoje, é o imparcial dos estômagos do Executivo.

Sabe V. M., e redundância será repetí-lo, que o Executivo tinha duas queixas do Moderador.

Primeira: a grande duração das conferências;

Segunda: a grande fome que passava o Executivo.

Essas queixas tomaram vulto.

As dispepsias ministeriais iam tendo um mau efeito na gestão dos públicos negócios.

Chegaram aos nossos ouvidos essas queixas do Executivo.

E nós sempre prontos, como o deve estar qualquer imprensa, por mais cara ou barata que seja, a defender os oprimidos, ainda que esses sejam estômagos, ou por isso mesmo que o são, não hesitamos um momento em levar ao augusto conhecimento do Moderador as lamentações do Executivo.

Em boa hora o fizemos.

As nossas palavras produziram o resultado que era de esperar da magnificência do Moderador.

Em nome dos estômagos oprimidos do Executivo, nós pedimos a Canja das Instituições.

Este grito d'alma, tão dolorosamente acentuado pelo vigor do pulso febril e nervoso dos que pedem justiça sob a forma alimentícia de uma canja, penetrou irreverente, mas sincero, nos perpétuos ouvidos do Moderador.

E o Moderador, compenetrado do valor da argumentação e do rigor da dispepsia, resolveu para logo atender ao caso. E na primeira ocasião que se lhe ofereceu, e que foi anteontem, atendeu logo, não cedendo a canja ao Executivo: mas permitindo por um ato de nunca assás louvada magnificência que, à uma hora da noite, o Executivo fosse comer com suas mulheres e seus filhos a ceia cotidiana.

Bem haja o Moderador, que não se quer arruinar em canjas.

## **19/06/1883 – Decio**

É inegável que o Sr. Ministro do Império está neste momento seriamente embaraçado.

Não é com o Congresso da Falação, nem com o respectivo apêndice da Exposição Petalógica. Esse pequeno embaraço já S. Ex. pôs de parte, entregando o

seu antecessor e mais alguém ao juízo dos competentes, e declarando peremptoriamente que ou lhe dão crédito, ou ele não fará o anunciado Congresso.

Também não são as interpelações da câmara dos deputados, apresentadas diariamente, que o levam a sofrer o embaraço; tanto mais quanto S. Ex. possui igualmente seu bocado de retórica de desembaraço, necessários para responder ao Sr. Severino e a outros: - que não tem nada a responder-lhes.

O embaraço com que a luta atualmente S. Ex., o que lhe perturba as digestões e mais funções gastrointestinais, é nada menos que uma empanturrção de presidentes de províncias.

S. Ex. fou acumulando, acumulando, enchendo-se de nomes, de candidaturas, de pretenções, e chegou a atingir a um grau tal de indigestão, que é para recear um verdadeiro desastre, se a intervenção da ciência, representada por um drástico poderoso, ou um dialítico, ou pelo menos um simples laxante, não se der imediatamente.

O Sr. ministro tem em vão procurado os seus colegas de deputação, os seus companheiros de ministério, os seus amigos da maioria, e até os seus adversários da oposição. Em medicina política, S. Ex., em desespero de causa, tem recorrido a todas as terapêuticas de todos os sistemas: já pediu conselho à homeopatia, representada pelo Sr. Menton; a alopatia, na pessoa do Sr. Felício; à dosimetria, à septipatia, a todas as patias – quer alo, quer homeo – inclusive às escolas cadavéricas e às explicações profundamente sábias dos aforismos 4.500, 4,51 e 4,502 de Hipócrates.

E nada: de nenhum modo pode S. Ex. encontrar o almejado medicamento que o livre de embaraço que lhe causa cólicas tremendas, dores horríveis, vertigens, tonteiras... E um crescimento, extremamente característico, no caso patológico.

Entretanto, que esquecimento, que desvio de ideia e de espírito!

S. Ex. já podia, neste momento, ter se libertado do peso da cruel moléstia, se se houvera dirigido ao único dos seus colegas que o poderia valer em tão crítica situação!

Ah! Não pensem que é o Sr. Souza Carvalho – pois a medicina deste senhor poderia dar resultado inteiramente contrário, empurrando-o ainda mais e por muito mais tempo!

Não. E antes que levem mais longe as suas suposições e suposições ainda mais bizarras, diremos de uma vez que se S. Ex. se quisesse ver livre do embaraço logo, logo: se quisesse eliminar sem detença o produto do seu embaraço os presidentes de províncias; S. Ex. deveria imediatamente lançar mão do seu colega, ou já não diremos tanto – de uma parte do seu colega Ruy Barbosa.

E estaria tudo remediado, e os presidentes de províncias seriam dados à luz todos a uma vez e com a mais extrema facilidade!

Tão natural, tão simples, tão racional!

Os últimos barões têm dado quase tanto trabalho à gente conhece-los, como as antigas ruas, cujos nomes modernos tornam-as desconhecidas, mesmo aos mais puros cariocas.

Ainda ontem um colega ilustrado apresentou a figura do Sr. Barão de Mamoré com um ponto de interrogação acima dos ombros, por não saber que esse barão é o mesmo Sr. Senador Leitão da Cunha, que todos conheciam. E assim outros; e daí o seguinte diálogo que nos foi referido por testemunha auricular – um dos nossos mais felizes e aplaudidos escritores dramáticos.

Conversam dois indivíduos, um deles emitindo a frase e as sílabas com toda a morosidade, em consequência de vício orgânico:

- Em-tão, as-be, que o com-se-lhei-ro Car-do-so as-iu ba-rão?
- Sei sim; mas de que?
- De Pa-ra-na-pi...
- ... Acaba homem!
- Pois se as-bia por-que per-gun-tou?

## CANTO SUPLEMENTAR AO POEMA DE DANTE

### ARGUMENTO

O poeta entra no círculo suplementar – Aparecem-lhe as almas dos fâmulos – Suplício do criado preguiçoso, do atrevido, do ratoneiro – Virgílio chama duas almas que andam bailando no ar. – Episódio de Ignez da Mais; seus amores e morte. – O poeta fica tão aterrado que caio no chão “como corpo morto cai.”

Vi ao longe uma turba horrenda e insana  
Que se agitava no ar. Eu, assustado,  
Quase perco de todo a tramontana.

Mas Virgílio: “Descansa, filho amado;  
Essas almas que vês num redemoinho  
São do povo doméstico chamado.

Vamos vê-las de porto um bocadinho;  
Aprenderás ali como é severo  
E justo o céu.” Fomos os dois caminho

Daquele povo desvairado e fero;  
E do que entre ele vi, mal poderia  
Dar aqui um translado amplo e sincero.

—

Ora direi que ali mais de um havia  
Condenado a escovar perpetuamente  
Botas que outrora não limpava um dia.

Outro, que resmungava antigamente  
E a paciência a muitos esgotara  
Com respostas e ditos de má gente.  
Agora a boca estólida escancara  
E sem poder fechá-la um só minuto  
Como que engole as coisas que soltara.

Oh! Miséria de gênio dissoluto!  
Ali vi um que, em toda a sua vida,  
Fora ladrão, sobre grosseiro e bruto.

Esse, a quem mal bastara a bem provida  
Despensa do ano, e acaso enriquecera  
Só com tirar-lhe parte da comida,

Vi-o (horrorosa coisa!) que estendera  
Tanto a vasta e extremíssima barriga  
Que outro globo terrestre parecera.

Um ali era que viveu de intriga  
E mais... Subitamente, outra diversa  
Coisa me chama. E eu: - “Poeta, diga,  
Quem é aquele par que a sorte adversa  
Unido fez, e vem pelo ar bailando?  
Quero dar-lhe dois dedos de conversa?

Ele a mim: - Pois daloás tu, quando  
Perto forem de nós; fala-lhe em nome  
Daquele amor que os vem ambos matando.”

Eles, como galinhas que tem fome,  
Vinhão descendo aos brados de Virgílio,  
E tristes como é triste um lobisomem.

Disse eu então: - “Que ensanguentado idílio  
Aqui vos trouxe, ó almas lastimosas,  
Para viver neste perpétuo exílio?”

---

E elas: “- O coração de lei| Piedosas  
As tuas vozes são. Se o nosso estado  
Merece tantas expressões honrosas;

Aos céus erguendo um lacrimoso brado,  
Com vivo gosto pediremos ambos  
Que te faça contente e afortunado.

Não te enfadem, senhor, estes molambos,  
Eu bela fui; a tez que ora desmaia,  
Mostrava outrora viva cor dos jambos.

Vesti muita camisa de cambraia;  
Tive muito corsão neste pescoço;  
Chamei-me em vida – a bola Ignez da Maia.

Sou eu mulatinha do caroço.  
Amor perdeu-me, amor que me guardava,  
Para perder este galhardo moço.

Amor, que tem perdido tanta escrava,  
Tanta dama gentil, tanta matrona,  
De virtudes que o céu abençoava.  
Amor, *che anullo amato amar perdona*,  
Aqui me trouxe, aqui a andar me leva  
Com este, que ainda assim, não me abandona.

Era mucama de uma filha de Eva,  
De quem este era o sigisbeo amado  
E que inda o corpo nos prazeres ceva.

Este foi o mais fino e o mais ousado,  
Que, de todos aqueles que lá iam,  
Me prometera casa de sobrado.  
Curva a cabeça e consternado o gesto.

---

E Virgílio: - “Em que pensas?” – “No sombrio  
Instante em que estas duas aves belas  
Deram o longo e derradeiro pio.”

E erguendo os olhos para os olhos delas,

Disse: - “Ó Ignez, doeu-me a curta história  
Desses horríveis males e mazelas.

Mas se a magoa te deixa inda a memória  
De tudo o mais, faze-me a narrativa  
Da terrível catástrofe amatória.”

E ela a mim: - “Não há dor que fique acima  
De recordar a gente o que já teve,  
Quando cai numa grande pindaíba.

Mas se a curiosidade te prescreve  
Que eu exponha as misérias desse lance  
Fazê-lo vou com lágrimas e breve.

Folheávamos os dois certo romance,  
Rocamble, e suas artes do diabo;  
Éramos sós, fora de todo o alcance.

Entre muita risada e muito gabo,  
Duas páginas lêramos, estando  
Quase a terceira página no cabo;

E assim lendo brincávamos, já quando  
A ama, na sala, furiosa entrara,  
E nos estava lívida fitando

Cai-nos o livro; eu trêmula ficara;  
Ele pálido e morto... Aquele dia  
O último foi dessa leitura amara.”

Enquanto ela estas coisas me dizia,  
O outro chorava. Quanta força encerra  
O corpo, toda ir-se-me sentia,  
E dei um grande trambolhão em terra.

## **21/06/1883 – Publicola**

“Atrás de mim virá...” deve ter dito no dia 15 de maio último o Sr. Carlos Affonso, depois da votação política provocada pelo Sr. Lourenço Sobrinho de Albuquerque, e em consequência da qual o ministério Paranaguá deu com os burros n’água, aqueles mesmos magros burros do Sr. Ávila, de imperecível memória.

Provavelmente o Sr. Carlos Affonso repetiu a frase tal qual todos a conhecemos – exceção feita do Sr. Souza Carvalho, que substitui a expressão “quem bom” por “quem bem” me fará. Mas se S. Ex. não a repetiu, deve neste momento reconhecer que deveria tê-la pronunciado para o fim altamente histórico de registrar-se nos anais do parlamento uma verdadeira profecia emitida por um ministro – e consta esta que de todos os tempos competiu sempre à oposição.

Ou tendo dito ou não tendo dito que atrás dele – de S. Ex. – viria quem bom o faria, o que é verdade é que depois do Sr. Affonso... ceio o Sr. Rodrigues Junior.

---

Disse a imprensa que tendo havido uma resolução de colonos espanhóis no Porto Novo do Cunha, o Sr. ministro da guerra para ali enviara uma força de 50 praças

– cinquenta apenas! – afirm de garantirem a ordem no município, na comarca, no distrito, na província, e quem sabe? No próprio império; e ordem que fora perturbada pelos colonos espanhóis, pertencentes à fazenda de Babilônia.

Ora o Sr. ministro de guerra, o Sr. Junior, nesse seu primeiro ato, começou por justificar o Sr. Carlos Affonso, caso o S. Ex. haja pronunciado a frase que lhe atribuímos. E senão vejamos:

Tratava-se de 50 colonos revoltados, e mais 62, entre mulheres e crianças, que estavam, como aqueles, revoltados do mesmo modo e pelas mesmas causas. Essas causas, e o modo por que se deu a revolta, diz-se que são os seguintes:

Os indomáveis colonos não queriam se sujeitar a uma pequena exigência feita ao seu estômago: a não se alimentarem convenientemente. O seu espírito de revolta, aliado às necessidades do seu organismo, recusava-se a sujeitar-se a um pequeno jejum, que lhes queriam impor todos os dias úteis e, para variar, em todos os dias de guarda, também.

Os homens viam a carne por um óculo: as crianças não a viam nem por este processo, e nem precisavam disso, por que criança não tem luxos.

Para que três famílias não fossem morrer de indigestão por aí além, davam-lhe 500 gramas de carne e outra tantas de gordura... por espaço de uma semana. Se não sentissem bastante fortes sob este regime ascético – podiam dedicar-se ao trabalho com mais fervor, porque, dizem as escrituras: é do trabalho que vive o homem.

Um pouco de farinha de pau, um nada de fubá, algumas ameaças de um punhado de feijão, tudo isso passava diante daqueles colonos extraordinariamente propensos à revolta como um sonho, uma ilusão, uma visão do futuro.

Se pilhassem mais meia libra de carne, era o caso de chamar-se um médico: e se a gordura lhes pingasse em mais duas gramas, era para suspeitar-se da intenção em que eles estavam de promover um banquete formidável, de organizarem um festim de Baltazar, sem *mané*, sem *thécel*, sem *pharés* e sem farinha – sem farinha principalmente.

Assim reduzidos a fazer de conta que comiam, e obrigados ao regime do Dr. Tanner do Porto Novo, os colonos apenas tinham por compensação um divertimento muito agradável: coçarem-se à noite.

Havia por ali um viveiro, uma população enorme, miríades, quantidades fabulosas de bichos de pés--- Uma coisa muito deleitável, um pequeno animal que a ciência desdenhosamente chama – o *pulex penetrans* – e que é, entretanto, nas fazendas do interior um dos mais preciosos regalos para os pés de quem os tem.

Ora os colonos, espanhóis e cheios de carambas, conheciam bem o rirão: o comer e o coçar...; mas na prática só viam ali que o coçar é que estava no principiar, pois que de comer eles andavam por um exagerado regime dietético, muito longe do princípio.

E por isso entraram a calcular que com pouco alimento e muito bicho eles não podiam elevar os trabalhos de colonização à altura conveniente, e em consequência deram para fazer o que jamais ocorreu a quem é obrigado a não usar a comida, mas a abusar dos bichos dos pés: revoltaram-se.

Isto posto...

---

Isto posto, o Sr. Rodrigues Junior, solicitado por quem de direito, mandou imediatamente para o Porto Novo... o que imaginam que remeteu para ali o Sr. Rodrigues?

Alguns sacos de mantimentos, talvez? Alguns medicamentos próprios para extinguirem os bichos penetrantes?

Não, meus senhores: Junior não seria ele se tal fizesse. O que ele mandou foi o que lhe pediram: - 50 praças convenientemente armadas, para que elas fizessem ver aos colonos famintos e bichentos que o jejum de 40 dias já foi posto em prática, e sem

inconveniente, por Jesus e pelo célebre médico norte-americano; e que quanto aos bichos de pés... era são tão pequenos que nem vale à pena neles falar.

Somente o Sr. Junior, atendendo ao seu espírito eminentemente compassivo, ao seu coração grandemente caridoso, lembrou-se das pobres criancinhas, filhos dos colonos, míseros entes que igualmente não conseguiam arranjar uma indigestãozinha numa fazenda deste império, que é ubérrimo por excelência e agrícola por chapa. E por isso S. Ex. mandou que as aludidas cinquenta praças levassem cada uma – cinquenta balas!

Oh! O generoso e filantrópico e compassivo Rodrigues!

Agradecemos-te as balas com que te lembraste das crianças!

---

Se pois, o Sr. Rodrigues Junior não teve a intenção de fornecer cada uma praça das 50, para com ela se alimentar cada um dos 50 colonos revoltados... Forçoso é acreditar que neste momento o banho em que se lava o Sr. Carlos Affonso é exclusivamente de rosas, e que o tal Sr. Rodrigues sempre nos saiu muito Junior.

## 22.06.1883 – Lulu Sênior

Molière, oh velho mestre, os conservadores cá da terra estão a pisar-te nos canteiros. Pegaram em ti, os bárbaros, e, sem respeito nem ao teu talento enorme, nem ao tempo que o consagrou, eles, os conservadores, que se dizem amigos do classicismo, andam a resguardar-te à maneira do urso da fábula. Os liberais, esses, estão apenas... vexados.

Há aqui um ministro liberal que parece ter lido a tua obra, e, o que é mais! tê-la entendido.

Esse ministro, que não estava a um canto do bosque, escondido na espessura das árvores, de carabina em punho, à espera que passasse uma pasta vaga; esse ministro, que nunca foi um chefe do partido, nem o pretendia ser, estava tranquilamente em sua casa, a ler os juristas, e a ler-te a ti, quando lhe levaram a notícia de que era preciso ir lá para cima, para os pícaros onde pairam as águias.

O bom do homem, que se \*\*\*há espírito e leitura, entendeu que estavam a zombar dele; mas, enfim, lá foi e lá está.

O espantado não foi só ele, foi toda a gente; aquele soldado de ontem devia sentir-se *gauche* dentro do seu fardão de marechal. Fazem-lhe uma pergunta sobre uma questão que deitou por terra o ministério passado, e o homem responde que não sabe ainda o que há de fazer. Mas, em vez de dizer isso simplesmente por sua conta, o homem deitou um pouco de literatura, e disse que, como Sganarello, respondia: — Pode ser que sim, pode ser que não.

Ah! meu velho! tu não imaginas o efeito que isto produziu à gravidade da câmara. Pois então uma frase de Sganarello, uma frase tua, eterno *blagueur*, entra ali naquele recinto sagrado, onde o Sr. Cantão diz que o Sr. Affonso Junior é um insolente, e o Sr. Affonso Junior responde ao Sr. Cantão que insolente é ele?

Permite o pudor daquelas abóbadas que ali se fale em Sganarello, quando ainda vibram as frases amenas com que se mimosearam o quinino do Pará e o café do Rio?

Para fora o pantomimeiro. O Rei-Sol era um pedaço d'asno, que conseguia que na sua corte se representasse o *Burgeois Gentilhomme*! Os barões de hoje, por serviços prestados ao Estado, com escala pela rua do Sacramento, não te ouvem e não te leem, truão!

Um deputado moço, que levou para a câmara todos os ardores da promotoria pública, e que olha para os ministros como olhava para os réus, e que procura arrancar lágrimas ao Sr. Felício dos Santos, como aos jurados, disse, em um arrebatamento de eloquência e erudição — que Sganarello é um Tarfufo!

Tu ouviste bem, meu velho: — ele disse que Sganarello é um Tartufo, como diria que Sganarello é Pulcinella, ou Scapin, ou Shylock, ou qualquer outra coisa — Otelo, por exemplo.

E sabes mais? Acrescentou: — Sganarello é um Tartufo, é um truão. E sabes o que lhe responderam? “— Apoiado!”

Eu sei que tu sempre foste um bom rapaz, e que não pretendes que o mundo inteiro te leia e te admire. Eu sei que para salvar esta pátria minha, que infelizmente não é a tua, e neste tempo, que ainda mais infelizmente não é o teu, pois que se tu cá estivesses, tu é que o saberias definir, não é indispensável conhecer-te a ti, e aos poucos que enfrentaram contigo na obra persistente dos séculos; mas também sei que, se um deputado brasileiro pode passar sem conhecer-te, ainda passa melhor não te citando sem te conhecer.

Eu bem sei o que te faz sorrir: tu dizes lá contigo, como o teu Géronte a Scapin: — *Que diable allait-il faire dans cette galère?*

Pois aí é que pega o carro. Não ler Molière, fazer dele até mau conceito, é perfeitamente permitido: o que não é justo é que o caluniem. Sganarello não é nem Tartufo, nem truão; se há alguém que o diga, é que se não extinguiu a raça dos Trissotin e dos Vadius, que embasbacavam as preciosas.

O ministro que respondeu com as palavras do filho da tua observação, podia ter-se comparado melhor a um dos teus Sganarellos, dizendo que era presidente do conselho como ele fora médico: — à força. Mas a impressão geral parece que foi que o homem tinha tido a ideia de comparar-se àquele dos teus Sganarellos, que constitui na tua obra a família lamentável de que é chefe Georges Dandin, *qui l'a voulu*; nem ao menos, a digna promotora lhe concedeu a circunstância atenuante de dizer como o do *Médecin volant*, que o seu nome de Sganarello seria trocado pelo de Cornelius.

Nada! é preciso que aquele Sganarello que entrou ali, no templo da retórica nacional, e pela escada dos ministros seja supinamente ridículo.

É preciso que a augusta câmara dos Srs. Deputados também faça a tua apoteose, saltimbanco, pondo-te no teu lugar; e para que não tenha de fazer gastos de inteligência, de que precisa para entregar-se às vastas cogitações que a preocupam, ela servir-se-á das mesmas palavras de que se serviu a Academia Francesa, honrando a sua casa com a tua estátua.

*Rien ne manquait à as gloire: Il manquait a la nôtre.*

### **23.06.1883 – Zig-Zag**

Não sei dissimular o sentimento de inveja que neste momento me tortura o espírito, aliás tão tímido e vacilante como o do Sr. deputado pelo terceiro distrito da rosa de Malherbe.

Não é a ambição do poder, nem das pompas, nem das púrpuras, nem das riquezas, nem do saber, nem da lista civil, o que na presente ocasião me faz morrer de inveja pela posição de Sua Majestade o Imperador, a caminho da cidade de campos.

Ir a campos, ainda mesmo tendo por companheiro o ex-vereador Malvino, não é coisa que só possa ser levada a efeito pelo chefe do Estado.

Há muita gente que lá vai, com ou sem Malvino...

Não é, pois, esse o fato que me está fazendo crescer água na boca.

A coisa é outra.

Um telegrama, simples na aparência, mas traidor no fundo, inofensivo no aspecto, mas trazendo em seu bojo o gérmen dos maiores despeitos, é que me lançou neste estado de desassossego e inquietação, de que dão testemunho estas balas tão cheias de fel e de amargura.

A inveja é um sentimento nato. A educação tem lhe dado outro nome.

O que antigamente era inveja hoje é estímulo; assim como a velha caridade tomou o nome de filantropia.

A essência, porém, é a mesma e inveja é o que sinto neste momento.



Tenho visto Sua Majestade no seu carro, com tropa atrás e adiante; tenho-o visto nas mesas de concurso, prestando a maior atenção às provas, sob o aspecto pacífico de quem está dormitando tenho-o visto no senado, com a roupa fina dos dias de gala; tenho lido as referências que à sua imperial sabedoria fazem os cronistas nacionais e estrangeiros; tenho presenciado todas as manifestações que podem recomendar um príncipe e fazer querido um rei; tenho visto tudo isso e muito mais do que isso, e o meu espírito, aliás o tímido e vacilante, a deixar-se ir pelo pendo natural até a admiração mais sincera e mais respeitosa.

Na contemplação deste quadro de grandezas monarquistas e soberanas, no fundo do qual se destaca a figura imponente e garbosa do Imperador, nunca me senti perturbado pelo menos vislumbre de um sentimento menos digno em um súdito fiel, para com o seu Senhor.

Um simples episódio, porém, da viagem a Campos acaba de me raspar o polimento da minha admiração, tão ingenuamente tributada, para por a descoberto, descarnado, com todas as cruezas da nudez, o mais vil e o mais abjeto dos sentimentos.

Pela primeira vez na minha vida eu sinto não ser o Imperador, não para saborear os almoços que lhe vão ser oferecidos pela goiabada iluminada a luz elétrica, mas por um motivo mais poderoso e de mais justo orgulho.

Senhores!

Os povos do Bonjardim acabam de fazer uma manifestação a Sua Majestade.

O órgão dessa manifestação, à Rosa de Malherbe, o Penido, o Sganaretto daquela assembleia entusiasmada, sabe quem foi?

- O professor público da localidade.

É isto que me faz morrer de inveja:

Sua majestade ouviu o professor do Bom Jardim, e eu apenas sei por um telegrama que o homem falou.

É para desesperar.

#### **24.06.1883 – José do Egyto**

Aqui há dias o Sr. deputado Ferreira Vianna, orando acerca do Congresso de Instrução, atacou, com a sua costumada filosofia e o seu inveterado humorismo, a nossa nobreza e as nossas honras.

Nobreza que ele chamou transitória, para lhe não chamar outra coisa; - honras que ele denominou fazenda.

“Um pobre homem chama-se Guimarães e começaram a meter-lhe na cabeça de vinte contos para que passe a chamar-se Fonseca; ora isto, concluiu S. Ex., é uma nobreza que cai no ridículo.”

Verdadeiramente, S. Ex. não se opões a que se faça o Congresso com o dinheiro com que os papalvos comprem o seu sangue azul; acha mesmo de somenos importância que os títulos e honras sejam dados por dinheiro ou por graça; o que cumpre, pondera S. Ex., é que o vendedor das honras acredite a sua fazenda.

Parece-me, a mim, que não sou filósofo, nem deputado, nem fabricante de barões de palha, mas meramente de balas de estalo, parece-me que há, nesses dizeres do ilustre parlamentar e devoto, flagrante contradição.

S. Reverência, digo, S. Ex. encontra considerável utilidade no mercado de brasões, pois que com ele, sob o pseudônimo de donativos, fez o ex-ministro do império parte dos gastos da famosa Exposição Petalógica, digo, Pedagógica, e faria certamente o não menos famoso mas gorado congresso.

S. Ex. não escrupulisa entre o dinheiro e a graça na administração das fidalguices; mas, e aqui é que pega o carro, S. Ex. pede ao vereador das honras, que não desacredite a fazenda.

Como figura S. Ex. esse descrédito? De duas uma – ou ambas para filósofos: - ou apenas se concedem as honras por graça, remunerando com elas os que bem merecem da pátria, e, neste caso, acredita-se a fazenda; ou se vendem francamente,

honradamente, como qualquer outra mercadoria, pelo processo: dá o cobre, toma lá o título.

Está bem visto que por esta segunda maneira a honra perde bastante do seu valor como honra, para ganhar como fazenda; isto é: ganha em preço no mercado o que perde como distinção nas consciências; desacredita-se por um lado, para acreditar-se por outro.

É indispensável, portanto, que S. Ex., ainda neste assunto, exercite um dos seus mais estimados manejos de filósofo espiritualista e de orador metafísico: é indispensável, que S. Ex. distinga. Quando S. Ex. pediu ao vereador de honra que não desacreditasse a sua fazenda, como entendia S. Ex., tal descrédito? Por vender barato? Por vender muito? Por vender muito e barato? Ou simplesmente – por vender?

A derradeira hipótese não é viável, visto que S. Ex. declarou achar indiferente que se dessem as honras por dinheiro ou por graça (isto é: de graça).

Restam as outras duas, e, sobre elas, formidável e perfilada, a contradição fatal que lhe tivemos a honra de apontar.

Pela minha parte, somente tenho que censurar o governo, com toda a energia e tinha Sardinha de que no momento posso dispor, por se haver mostrado censuravelmente parco e timorato na auspiciosa via financeira tão belamente aberta pelo seu ex-colega – mas sempre leão – Velloso.

E tanto, que se me não dá de lanças mão da pena para dirigir a S. Ex. as seguintes mal traçadas regras:

“Exm. Sr.

A minha, ao fazer desta, é boa.

Estimarei que ela o vá encontrar no gozo da mais gaúcha saúde e todos que lhe são caros. O meu fim é levar às mãos de V. Ex. um pedido altamente patriótico e consideravelmente sábio.

Entro em matéria sem mais nem cerimônias nem prolongos.

Não faça V. Ex. caso do que diz o Sr. Ferreira Vianna, que, nem por chamar a V. Ex. – o cidadão Antuns Maciel, de Pelotas, se torna mais temeroso; faça V. Ex. ouvidos de verdadeiro mercador aos arrasados neuróticos do Sr. Andrade Figueira: - fabrique-me para aí barões, viscondes, comendadores, moços fidalgos, às dúzias, às grossas, aos milheiros.

Dê-nos V. Ex., como dizia o poeta, mais ou menos:

“Comendadores aos centros

Vinscondes aos pontapés.”

A condição única que deve restringir esse fabrico é esta: que os agraciados paguem bem. Não é conveniente tornar os preços excessivamente baratos para evitar aquilo de que tanto se arreceia o Sr. deputado pelo Rio de Janeiro: o descrédito da fazenda: mas o que seria pernicioso é fazer crer aos povos, que para se baronizarem é preciso fazerem alguma outra coisa que não seja puxar os cordões à bolsa.

Opino mesmo que se formule uma tabela de preços para os diversos títulos, e que se estabeleça na secretaria do império uma secção destinada a esse novo serviço, e que se poderia chamar, caso lhe agrade o nome – “Exploração da parvalheira nacional.”

V. Ex. deve lembrar-se dos belíssimos resultados que produziu tal sistema nas mãos de um seu benemérito e sempre chorado colega.

Recorde-se que, se não fosse o tributo que sobre essa espécie de doidos que se chama – os vaidosos lançou aquele grande homem, não possuímos hoje o magnífico, embora tiste, palácio da Praia Vermelha.

Pondere ainda V. Ex. que é preciso, que é indispensável persuadir os nossos grandes médicos, os nossos grandes literatos, os nossos grandes talentos, as nossas verdadeiras glórias, de que não devem, de que não podem mesmo, trocar os seus ilustres nomes, adquiridos com tanto labor e tanta honra, por uns míseros títulos retumbantes e ocos, espalhafatosos e fúteis. Para isso o meio único é envergonhá-los, confundindo-os debaixo da mesma coroa baronial, no mesmo brasão sarapintado, com

o primeiro taverneiro, com o último dos ferradores que deseje igualmente fazer-se fidalgo pelos relevantes serviços que prestou à pátria, vendendo-lhe cebolas e toucinho ou calçando os outros.

Portanto, não trepide V. Ex., azule o sangue dos nossos patrícios, chuchucando-lhes os cobres, e v. Ex. conseguirá com facilidade e muita glória, não só fazer o Congresso, como quanta outra baboseira haja Sua Majestade por bem que se faça.

De v. Ex. muito etc e tal...

## 25.06.1883 – Lulu Sênior

Deu-se há dias, na câmara dos Srs. Deputados, uma cena que comoveu os assistentes a tal ponto, que os que não choraram a deitar lágrimas em bica, pelo menos assoaram-se ruidosamente para disfarçar.

Foi o caso, que um estudante completou os seus preparatórios sem ter a idade exigida por lei para matricular-se em um curso superior, e pediu à câmara a necessária dispensa.

Entre os argumentos apresentados em favor do pretendente, o Sr. Ignacio Martina citou o fato do Sr. Affonso Celso Junior.

Este digno deputado mineiro deitou menino prodígio. Aos quatorze anos, já ele tinha dado cabo de todos os preparatórios; ele sabia latim como Virgílio, francês como Rabelais, inglês como Shakespeare; ele embrulhava o Sr. Felício em filosofia, explanava(?) o Sr. Candido de Oliveira em retórica, e tinha em si mais história e geografia que todo o Instituto Histórico.

Em matemática, o demônio do menino (perdoe-nos a Excelência de hoje) estava tão adiantado, que até já dava quinaus em casa, quando ouvia falar em contagem de votos.

E, no entanto, a lei não queria que o pequeno fosse estudar direito. Felizmente já então havia o Sr. Ignacio Martins, que foi à câmara e fez ver que era bom aproveitar o talento do pequeno.

E assim foi. E lá esteve em S. Paulo o Sr. Affonsinho, e fez versos, fez aquele arranjozinho bem bom do livro do centenário de Camões, fez discursos republicanos, fez o diabo, enfim. E agora lá está na câmara com todas as qualidades mencionadas na ocasião; é um dos nossos (nossos, lá deles) mais ilustres e inteligentes colegas, um dos talentos mais brilhantes desta situação, e um dos mais distintos amigos do Sr. Ignacio Martins. Esquecia-me de dizer que, na opinião deste digno deputado, o Sr. Affonsinho é também um dos mais belos ornamentos da câmara, no que S. Ex. leva manifesta vantagem às tribunas, que na sua qualidade de ornamentos, foram condenadas por unanimidade de votos, menos um, o do Sr. Matta Machado, que as inventou.

Rezam mais as crônicas parlamentares que, quando o Sr. Ignacio Martins proferiu aquelas palavras memoráveis, houve uma verdadeira orgia de apoiados gerais, e que o Sr. Affonso Junior, comovido, proferiu algumas palavras de agradecimento, palavras que o taquígrafo não pôde tomar, porque, na ocasião, estava a chorar como um bezerro desmamado.

Mas até aqui temos só o fato nu, tal qual foi exposto à câmara e ao país pelo Sr. Ignacio Martins. A emoção de que estava possuída S. Ex., nesse momento solene impediu-o de estudar a questão por outro lado, o que eu vou tratar de fazer, porque, no fim de contas, já lá se vão três ou quatro dias que o fato se deu, e eu confesso que estou a respeito como a jovem Amelia, na *Dalila*: já não choro porque não tenho mais lágrimas para chorar.

O lado da questão a que me referi é este. Parece à primeira vista que a câmara, concedendo dispensa de idade ao Sr. Affonso Celso Junior, apenas prestou um pequeno serviço a esse moço, poupando-lhe dois anos de medições das calçadas da rua do Ouvidor; mas, não, senhor; a câmara fez mais do que isso, a câmara prestou um serviço à pátria.

Imagine o leitor que a câmara, em vez de dar licença ao Sr. Affonsinho para ir para S. Paulo, sem buço, o mandava outra vez para o colégio, ou para sua ama seca. Perdidos esses dois anos, o Sr. Affonsinho ainda não estaria formado na época das eleições, que o mandaram à câmara; não estando formado nessa época, teria para divertir-se a vida acadêmica, a república, a literatura, e, portanto, não precisaria de ser deputado; não precisando de ser deputado, S. Ex. seria ainda a essa hora republicano; sendo ainda a esta hora republicano, estaria talvez maquinando contra a pessoa inviolável e sagrada do Imperador, e contra as instituições que felizmente nos regem...

Nem é bom pensar nisso.

Mal soube a câmara, ao conceder uma simples dispensa de idade, que prestava tão assinalado serviço no país. Mas agora, que eu pus para aí em pratos limpos toda essa embrulhada, eu sempre quero ver como se portam os que lucram com o negócio.

A câmara já pagou como pode a sua dívida com a moeda que lhe é peculiar, desfazendo-se em apoiados gerais. Resta o Imperador. Queremos ver se Sua Majestade se considera desobrigado de mandar a preta dos pastéis ao Sr. Affonsinho, que terminou os seus preparatórios a tempo de ser deputado monarquista nesta situação, e ao Sr. Ignacio Martins, que obteve a necessária dispensa da idade.

Se um dos pastéis for uma pasta de ministro, tanto melhor. E é entregar-lha com confiança, porque não há monarquista mais seguro que aquele que já foi republicano. É que, em regra, por mais desajustado que seja um sujeito, é difícil que faça a mesma asneira duas vezes. Gato escaldado d'água fria tem medo.

Mais uma lagrimosinha para acabar, e até outra vez, se Deus nos der vida e saúde.

## 26/06/1883 – Publicola

Em um jornal de Minas encontrávamos o seguinte dicionário da Linguagem Muda, ao ser oferecida uma xícara de café:

Café com pouco açúcar. – Tens-me feito passar dissabores.

Café com muito açúcar. – O amor é tão bom!

Café fraco. – Fale com mamãe.

Café forte. – Fale com papai.

Café com leite. – Passe amanhã por aqui.

A xícara com asa para o lado direito. – Já estou comprometida.

A xícara com asa para o lado esquerdo. – Amo-te.

A colher no pies. – Só a ti pertença.

A colher na xícara. – Desprezo-te.

---

Em primeiro lugar não achamos completo o dicionário que deveria, por exemplo, acautelar mais estas eventualidades, e da seguinte forma:

Café quente. – Deixe-me, sinapismo!

Café frio. – Que coração de gelo!

Café sem açúcar nenhum. – Sempre és muito poaia!

Deixar cair a xícara no momento de oferece-la. – És um estorvamento...

Dar a xícara sem colher. – Não pense que tenho dote (ou fortuna).

Café de puro milho. – Um animal não procederia de outro modo.

Café de cevada. – Depois do asno morto... ou: Tarde piaste!

Café derramado no pies. – Disseram a papai que o senhor é perdulário.

A xícara quase vazia. – Se não fosse tão pobre, estava tudo arranjado.

A xícara muito cheia. – Tenho bom dote.

Dar com a mão direita. – Tudo vai às mil maravilhas.

Dar com a mão esquerda. – O seu procedimento é simplesmente infame!

E etc., etc.

---

Em segundo lugar, sendo o dicionário conhecido de todos - e há de vir a ser, visto a sua enorme utilidade – Trará em consequência vários episódios cômicos e qui-pro-quos ultra-burlescos.

Por exemplo:

Um homem que pela primeira vez é recebido em uma casa de família, oferece à mais bonita das filhas do dono da casa uma xícara de café... que o acaso faz estar com a asa para o lado esquerdo.

A moça fica satisfeitiíssima, contente até a raiz dos cabelos, dá uma ordem ao criado, em voz baixa, e dali a pouco retribui a delicadeza do amável cavalheiro com uma xícara de café... fraco.

Amo-te! Disse ele. Fala à mamãe! Responde ela. Muito bem, perfeitamente, assás engenhoso! Simplesmente o homem, casado pela segunda vez, vinha mesmo falar à mamãe... Para alugar uma ama para seu terceiro pimpolho!

Ou então:

Ela tem deitado muito açúcar para oferecer a xícara a ele. Mas de caminho o pai aconselha-a a oferecer o café ao major X... Um velho tabaquista e furioso para casar.

Tableão! A moça é obrigada a reclamar, dizendo com intenção – que para o major o café tem açúcar demais, e virando a asa da xícara para o lado direito acabará por colocar dentro da xícara a colher – ou: Estou comprometida, desprezo-te!

Também pode suceder isto:

Que ele queira dizer amo-te, procure a asa da xícara para virá-la para o lado esquerdo, e encontre uma xícara... Sem asa nenhuma.

Ou que ela queira dizer a ele: O amor é tão bom! Tente pôr mais açúcar no café, chame o criado, e ao sondar o açucareiro... Encontre-o inteiramente vazio! O que dará em resultado dizer o que não pretendia, de modo nenhum: - Que ele fazia passar dissabores!

—

Em terceiro lugar:

Nem sempre, nas casas e nos momentos em que é urgente a necessidade de dizer dessas coisas, tem à mão os interessados uma xícara de café; e muito menos todas as coisas que sejam requeridas para os casos de arrufos, pares, etc.

Em quarto e último lugar:

Desde que haja uma xícara de café a oferecer, é mais simples e mais fácil dizer logo: Amo-te! Ou: Desprezo-te! Ou: Fale à mamãe! Ou o que pelo processo usual e em voz baixa estão habituados a se dizerem os namorados.

Em todo o caso, aí ficam o dicionário que encontramos na Gazeta de Uberaba – e as balas de hoje.

## **27/06/1883 – José do Egypto**

Uma sexta-feira. Seriam 7 horas da noite. Eu e o Decio conversávamos à porta da Gazeta, já me não lembra o que. Apenas que o Decio estava nessa noite carregado de (...) e encarregado da bala do dia seguinte, duas condições bastantes para insuportabilisaram um homem que não o Decio.

A rua do Ouvidor desdobrada nessa noite o seu aspecto mais macambusto e mais frio.

A rua do Ouvidor é o termômetro da temperatura social do país; quando por ela acima não sobe a onda (...) da curiosidade pública, aquecendo-a, enchendo-a de ruído e de movimento, é que o país atola-se no mar morto da calmaria podre.

Naquela noite via-se bem que sobre os nervos da imperial cidade não impulsionava nem um acontecimento de monta nem a eleição de um ministro, nem um

boato político, quer dizer: nem uma mentira bem mentirosa , pois que boato e política são ambos sinônimos de nada.

Absolutamente nada. Os caixeiros boquiabriram-se enfadados na monotonia mazorra das lojas desertas: em frente de moneres iluminadas raros basbaques catacionados; e ao longo das (...) das uma ou outra família com o ruído secos dos tacos sobre as pedras e o frou-frou travesse das salas engomadas e dos vestidos caros.

Nenhum deputado, nenhum senador, nenhum (...)

la eu pensando, quando senti o Decio bater-me fortemente ao ombro, dizendo com vivacidade:

- Olha, acolá vão dois ministros. Estás vendo? E mostrava-me dois homens, que nesse momento subiam pela calçada oposta.

Olhei, reparei com atenção, com a viva atenção curiosa de conhecer ministros em tal situação.

Sim, porque eu confesso sinceramente a minha estupenda ignorância: eu, do gabinete 24 de maio, não conhecia nem um ministro; perdão, conhecia o Sr. Affonso Penna, das folhas de caricaturas, e tive um dia a honra de esbarrar com o Sr. Lafayette no boulevard Carceler; por sinal que raspei um susto!

Era, portanto, bem natural a minha curiosidade.

Mas por mais que alongasse os olhos através dos vidros da minha luneta de mão, com os diabos! Eu não via os tais ministros.

Sim, porque não eram certamente ministros aqueles dois sujeitos magros, baixinhos, menos altos e menos gordos ainda de que o próprio Decio, que acolá iam burguesmente pede calcante, de calças brancas um; outro de pince-nez, e ambos de cartolinha.

Voltei-me para o meu colega com o ar indignado e corrido de quem quer varrer a pulha que se lhe procura impingir:

- Ora pílulas!... Então aqueles...

- ... são o Affonso e o Antunes: são os ministros da agricultura e do império, bradou-me o Decio, que, puxando-me para a rua, acrescentou:

- Se não queres acreditar, vamos atrás dele e verás.

Os discutidos passantes já iam um pouco longo: corremos ao seu encaço.

Iam andando muito pachorreamente, *les mais ballantes*, a conversar qualquer coisa que não era certamente a salvação do Estado, sequer ao menos a do Congresso Petalógico.

E entre nós, que caminhavam alguns passos atrás deles, travou-se o seguinte diálogo:

- Então? Estás convencido?

-Qual convencido, nem carapuças! Estes são tão ministros como eu.

- Irra, já é ser turrão. Pois não conheces o Affonso?

- Não. Nunca o vi mais gordo.

- Pois olha: é pena.

- Quem? O Affonso?

- Sim. Tão pena é ele como você não conhecê-lo. E o Antunes, também não conhece o Antunes?

- Que Antunes?

- Forte ignorante. O Antunes do Império, de Pelotas e das Arábias...

- Também nunca o vi menos gordo, nem mais ministro...

- Pois aí os tem você, em carne e osso, tão reais e verdadeiros como se estivessem no despacho imperial, com pasta e sem canja.

- Ora, ora! Estás caçoando. Então isto – um ministro?

- Um ministro deve ser assim uma espécie de oração principal, sempre com o verbo no imperativo e o complemento direto do Imperador. Eu admito um ministrinho, como chamava antigamente o Martinho Campos ao João Alfredo, se não me engano; tolero um ministro baixo, mesmo sem barba e sem carro, mas com calças brancas! Impossível!

- Pelo que vejo então, seu José, você nunca viu um ministro?  
- Vi dois e de perto: o Pedro Luiz e o Homem de Mello; mas estes podiam servir perfeitamente de bainhas para guardar estes tais que aí vão, já que tu queres por força fazer de alguém, à estas horas com os dois primeiros bacharéis que encontras... Sim, porque bacharéis isto lá são eles; Conhece-se à meia légua... Mas ministros!

- Saia; Já é demais, exclamou o Decio, furioso.

Nesse momento as hipotéticas Excelências atravessam a rua entrando em uma loja de objetos americanos. Nós acompanhamo-los até à porta.

- Queres a prova real? Pois, vais tê-la. Faze o que eu faço.

E passando em frente da porta desencapelou-se para dentro da loja, exclamando:

- Sr. conselheiro!

- Senhor conselheiro: fiz eu igualmente.

Os meus dois ilustres desconhecidos voltaram-se imediata e vivamente para a rua, atirando-nos um: "boa noite", banal, de quem corresponde a cortesias de incógnitos.

- E agora? São ou não são?

- Devem ser. Eu já vi o Affonso na Revista. Era aquilo mesmo o Antunes: parece-o.

Bem se vê que não entendes nada de política, José. O LIMA Duarte, quando ministro, tomava todas as noites o seu coquetel no Cailtau, sem companheiros e sem luvas; O Velloso só não o encontrava quem não queria; o Gaspar...

- Sim, sim; sei disso. Mas o diabo das calças brancas é que foi aa dúvida. Um ministro de império em calças brancas!

- Ora, meu velho, é uma variante!

- Sim, compreendo: os coitados andam quase sempre em calças... Pardas!

## **28/06/1883 – Decio**

O Sr. Ministro do império, aquele mesmo cavalheiro que o Sr. Ferreira Vianna tornou conhecido de todo o país quando o chamou o cidadão Francisco Antunes... de Pelotas; esse mesmo senhor, apesar de sua muito boa vontade e excelente vocação para ministro do império, cai em cada uma, que parece mesmo de um principiante em pastas. (Escrevemos pastas e não postas).

S. Ex. tem tido boas ideias, tem enunciado bons princípios, e tem emitido boas repostas.

Quando lhe perguntaram, na câmara se ele faria o Congresso Petalógico de Palração. S. Ex. respondeu terminantemente: -- sem crédito não!

Boa ideia.

Quando lhe perguntaram na mesma câmara, se ele estava disposto a fazer o dito congresso e o apêndice de exposição, só com os donativos e uns acréscimos de transportes de verbas, S. Ex. respondeu não menos terminantemente: - não!

- Bons princípios.

Por fim, quando o Sr. Severino Ribeiro fez-lhe um enorme discurso, sob a enormíssima forma de uma interpelação, perguntando-lhe umas coisas a respeito do Sr. Deodoro da Fonseca, S. Ex. do império e de Pelotas respondeu concisamente, que não lhe constava nada a respeito.

Boa resposta.

---

Ora, isto parecia fazer crer cá a gente miúda (sou o seu legítimo representante), que o Sr. Antunes de Pelotas, em outras ocasiões e em determinadas circunstâncias, procedesse do mesmo modo.

Puro engano!

S. Ex. apenas deu com o basta a mãe do Sr. diretor da faculdade da corte, resolvendo contra a sua opinião questões da mesma faculdade – coisa que não é nova,

porque do Sr. Homem de Mello para cá (o inventor do Sr. Saboia) nenhum ministro deu pleno curso às opiniões e à gramática do atual diretor da nossa faculdade médica.

Mas, fora desse Sr. diretor e das suas opiniões postas fora, o Sr. ministro nada fez, a não ser o seguinte, que destoa dos seus bons princípios, das suas excelentes ideias, e das suas admiráveis respostas: S. Ex. tem as limitado a dar... Despachos.

---

Os despachantes são estes, que constam do Diário Oficial.

A junta de higiene é atualmente amofinada com pedidos e solicitações de milhares de indivíduos, que descobriram e inventaram drogas para dar cabo de certas e determinadas moléstias; e entre outras da (...) de algibeira, e até do mal de sete dias nos adultos.

Alguns chegam a ter inventado e descoberto o remédio infalível para curar seções depois de morto o doente; a todos perdem à junta de higiene que lhes aprove a droga.

O ministério do império tem, entretanto, o dever e o direito de aprovar ou recusar o remédio proposto.

Se a junta diz – sim, o ministro diz – não. Se, porém, a junta diz sim, e o ministro do império quer dizer não, dá-lo sem falar na opinião da junta; ou se, contrariamente quer dizer sim, tendo dito não a junta, falo do mesmo modo, sem ela se referir.

Pois bem. O Sr. Antunes fez coisa nova: decidiu sim, pela razão, exposta em despacho, de que a junta disse não!

O que, sendo uma novidade, é contudo uma resolução estranha e estapafúrdia, tal como julgamos a que vem exarada no seguinte despacho:

“Carlos Etchecoin (o nome é equivalente ao despacho.) – Deferido, segundo o parecer da junta de higiene, e a saber.”

“As pílulas chamadas Paulistanas Do Sr. Carlos Pedro Etchecoin, não são compostas (segundo a fórmula) de substâncias vegetais, que podem ser empregadas sem maior inconveniente, porém, com certeza não produzirão, sem outro auxílio ou artifício, as curas maravilhosas apregoadas de moléstias crônicas, em geral incuráveis pelos meios ordinários, entre os quais figuram os de que compõem as pílulas em questão, sendo mais para notar-se que não se deve armar a qualquer pessoa estranha a medicina, do direito de distribuir remédios, cujas indicações não têm competência para julgar. – Junta central de higiene pública, em 6 de junho de 1883. – O presidente interino, Dr. José Benício de Abreu.”

Tudo isto que disse o presidente da junta, deu em resultado o Sr. ministro deferir o pedido do Sr. Etchecoin – de acordo com a mesma junta...

Já é forçar a expressão acordo!

Outro pequeno motivo para uma inocente bala de estalo é a seguinte notícia, que anteontem lemos o Jornal do Comércio, aquele mesmo que o Sr. conde de Villencouve (ou em linguagem: o Sr. Conde de Cidade Nova) declarou não estar disposto a vender por agora.

“Condecoração estrangeira. – Por carta real de 17 de maio último foi agraciado o Sr. Dr. Ladislau Netto com o grau de comendador da real ordem militar portuguesa da Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Graça idêntica havia sido concedida ao Sr. Dr. Ladislau Neto por carta regia de 1 de abril de 1880.”

Segundo diz esta notícia, o Sr. Dr. Netto já tinha sido, por carta regia de 1880, agraciado com o grau de comendador da Villa-Viçosa, e agora, por carta real de 1882, foi agraciado de novo com o idêntico grau da mesma ordem...

Receamos que, se o Dr. Netto continuar em seus trabalhos e pesquisas científicas, daqui a pouco tempo torne-se de novo comendador de Viçosa, e mais tarde a proceder da mesma maneira venha a ser outra vez... Comendador da Viçosa, e por último e sempre... Comendador da Viçosa!

Não acham que é ser muito comendador de uma mesma ordem, por mais viçosa que ela seja?



## 29.06.1883 - Lafayette

Imperial senhor.

Antes de cumprir o dever, a um tempo constitucional e agradabilíssimo, de fazer uma rápida resenha dos acontecimentos ocorridos na cabeça do Império, durante a curta excursão do trono à pitoresca cidade, sempre de Malvino, e por exceção algumas vezes da goiabada, permitir-me-á Vossa Majestade, que eu me expanda em congratulações a Vossa Majestade, a Malvino, a Campos e à Pátria.

Imperial senhor.

Os monarcas, como os *commis-voyageurs* das instituições conservadoras, sentiram há algum tempo a necessidade de viajar, como um *reclame* à sua mercadoria.

Não há muito tempo os imperadores da Áustria e da Alemanha deram o abraço da confraternidade, e ainda ultimamente os reis de Espanha e de Portugal têm se visitado com frequência, que daria lugar a suspeitas indecorosas, se não fosse conhecido o caráter maiúsculo daqueles dois príncipes.

Vossa Majestade, que acompanha o movimento europeu, também quis acompanhar o movimento dos reis.

Não podendo ir à Espanha ou à Grécia dar dois dedos de prosa a algum dos sete sábios que lá devem estar, Vossa Majestade foi a Campos. Quem não caça com cão, caça com gato. O gato para este caso do anexim foi Campos.

Enquanto, porém, Vossa Majestade, pouco confiante no brilho da luz elétrica, concorria com o brilhantismo da sua coroa para o esplendor da festa; enquanto Vossa Majestade saboreava apressadamente os banquetes dos barões que lhe saíam ao caminho, solicitando a honra de o conservar por alguns momentos sob os tetos aristocratizados das suas casas burguesas; enquanto Vossa Majestade aturava com a sua proverbial bonomia as bajulações incorretas da adesão de autoridades chinfrins; deram-se, aqui nesta corte, alguns fatos cuja comunicação não devo demorar.

Não se assuste, porém, Vossa Majestade. A ordem não foi alterada, e tudo correu como se Vossa Majestade presente fora.

Os fatos a que me refiro, foram todos de ordem política, da ordem daqueles de que nós costumamos tratar em família.

Em primeiro lugar, saiba Vossa Majestade que o Maciel tem estado metido nas encolhas com crédito para o Congresso. O pequeno parece estar com medo, apesar de ter as costas quentes pelo S. Martins. O crédito empacou na terceira discussão, e o homem parece não ter força para o fazer arrancar.

Irei dar-lhe uma ajuda, para ver se a cousa se faz.

No parlamente a cousa tem andado quente.

Entre o S. Martins e o amigo Velloso houve uma troca de facas e de gazuas, cujo alcance ninguém percebeu.

O Silveira da Motta quer agora passar por abolicionista e atirou-me à cara com um requerimento sobre a lei de 1831.

Disse-lhe que a lei era lei, e que, como tal, nada tinha o governo quer ver com esse caso de africanos livres e africanos cativos. O Sr. Silveira da Motta, apesar de ser velho, ainda pensa que a *lei é igual para todos*. Só pelo respeito que devo ao senado é

que não lhe respondi com aquela observação feita por Vossa Majestade na última conferência.

Na câmara quiseram entalar-me com uma interpelação. Ouvi; ouvi; ouvi e tornei a ouvir longas tiradas de palavreado. Logo que cansaram, levantei-me, e, lembrando-me do nosso Molière, respondi como Sganarelle: - Pode ser que sim, pode ser que não!

Pois bem; não me entenderam, e começaram a chamar nomes ao Sganarelle, nomes que ele nunca ouviu.

Afora isto, foi preciso pedir mais uns creditosinhos para enfeite de escrituração. As despesas já estão feitas e paguei: entretanto, é bom sempre a gente ter alguma atenção com estes sujeitos. Por isso, o Macielito lá lhes foi pedir mais uns cobres para regular o serviço do tesouro.

Não me ocorre mais nada digno de menção, ou que Sua Majestade não tenha visto pelas folhas.

O que me resta é lembrar a Vossa Majestade que a ópera *Juanita* tem continuado a agradar no Recreio, e que hoje há a primeira representação da *Gillette de Narbonne*. Depois da viagem, para alegrar o povo, Vossa Majestade não acharia conveniente dar um pulo até Sant'Ana, para ver a *primetra* da nova peça?

28-6-83,

LAFAYETTE.

Está conforme. – *Rimuito*.

## **Balas de estalo – Julho de 1883**

### **02/07/1883 – Lélío**

Sabe-se que a Sociedade Portuguesa de Beneficência acaba de abrir uma enfermaria à medicina dosimétrica. Este é o nome, creio eu; e não há por onde trocar os nomes às coisas, que já os trazem de nascença.

Mas não basta abrir enfermarias; é útil explicá-las. Se a dosimetria quer dizer que os remédios dados em doses exatas e puras curam melhor ou mais radicalmente, ou mais depressa, é, na verdade, grande cruza privar os restantes enfermos de tão excelso benefício. Uns ficarão meio curados, ou mal curados, outros sairão dali lesto e pimpões; e isto não parece justo.

Note-se bem que eu não ignoro que os doentes, por estarem doentes, não perdem o direito à liberdade; mas, entendamo-nos: é a liberdade do voto, a liberdade de consciência, a liberdade de testar, a liberdade do ventre (teoria Lulu Sênior); por um sentimento de compaixão, a liberdade de descompor. Mas, no que toca aos medicamentos, não! Concedo que o doente possa escolher entre a alopatia e a homeopatia, porque são dois sistemas, — ou duas escolas, — a escola cadavérica (versão Maximiano) e a escola aquática. Mas não tratando a dosimetria senão da perfeita composição dos remédios, não há, para o doente, a liberdade de medicar-se mal. Ao contrário, este era o caso de aplicar o velho grito muçulmano: — crê ou morre.

Se, ao menos, a própria dosimetria permitisse o uso de ambos os modos, as doses bem medidas, e as doses mal medidas, tinha a enfermaria uma explicação. E não seria absurdo. Conheci um médico, que dava alopatia aos adultos, e homeopatia às crianças, e explicava esta aparente contradição com uma resposta épica de ingenuidade: — para que hei de martirizar uma pobre criança? A própria homeopatia, quando estreou no Brasil, teve seus ecléticos; entre eles, o Dr. R. Torres e o Dr.

Tloesquelec, segundo afirmou em tempo (há quarenta anos) o Dr. João V. Martins, que era dos puros. Os ecléticos tratavam os doentes, "como a eles aprouvesse". É o que imprimia então o chefe dos propagandistas.

Mas a dosimetria é contrária a esses tristes recursos. Parece mesmo que esta nova religião ainda não passou do vers. 18, cap. IV, de São Mateus, que é o lugar em que Jesus chama os primeiros apóstolos, Pedro e André: "Vinde após mim, e farei que sejais pescadores de homens". Não há ainda tempo de ter hereges nem cismáticos: está nas primeiras pescas de doentes.

O único ponto em que a escola dosimétrica se parece com a homeopática é na facilidade que dá ao doente de tratar-se a si mesmo; mas isto não quer dizer que tenha de cair no mesmo abuso do ecletismo. Quer dizer que a ciência, como todas as moedas, tem seus trocos miúdos. Dois amigos meus andam munidos de caixas dosimétricas; ingerem isto ou aquilo, conforme um papelinho impresso, que trazem consigo. Levam a saúde nas algibeiras, chegam mesmo a distribuí-la aos amigos.

Lá que isto seja novo, é o que nego redondamente. O autor destas vulgarizações parece ser um certo Asclepiades, contemporâneo de Pompeu. Esse cavalheiro era mestre de eloqüência, mas sentindo em si outros talentos, estudou a medicina, criou uma arte nova, e anunciou cinco modos de cura aplicáveis a todas as enfermidades. Estão ouvindo? Cinco, nem mais uma pílula para remédio. Essas drogas eram: dieta, abstinência de vinho, fricções, exercício a pé e passeios de liteira. *Cada um sentia que podia medicar-se a si próprio*, escreve Plínio, — *e o entusiasmo foi geral*. Tal qual a homeopatia e a dosimetria. Nem uma nem outra tocou ao sublime daquele Asclepiades, que, segundo o mesmo autor, encontrando o saimento de um desconhecido, fez com que o inculcado morto não fosse deitado à fogueira levou-o consigo e curou-o; mas, em suma, aguardemos o primeiro freguês que a escola cadavérica remeter para a Jurujuba.

Voltando ao ponto, espero que a direção da Beneficência atenda aos meus conselhos. Não negue a cem doentes o que tão liberalmente distribui a sete ou quinze. Que o semelhante cure ao semelhante, ou o contrário ao contrário, são afirmações que se excluem; mas, contrário ou semelhante, é de rigor que as doses sejam as mesmas.

### **03/07/1883 – Décio**

As conferências populares da escola pública da Glória representavam um X, uma incógnita que os mais abalizados dos nossos matemáticos ainda não tinham podido resolver. Como o problema da determinação do meridiano absoluto pelo observatório astronômico, as conferências da Glória eram um ponto de controvérsia na existência da sociedade fluminense, a qual dividia-se em dois grupos muito distintos, e a saber:

1° O grupo insignificante que acreditava piamente que as conferências de Glória existiam porque obtivera informações fidedignas, e talvez mesmo provas inconcussas, como o são todas as provas da conhecida chapa;

2° E o grupo numerosíssimo dos que obstinadamente julgavam que as conferências da Glória eram apenas um mito, uma espécie de convenção entre amigos, uma coisa que ninguém via e em que todos fingíamos prestar crédito, como ao mistério da Santíssima Trindade.

Num ponto, porém, achavam-se de acordo os dois grupos divergentes; e tanto um como o outro perguntavam a toda a hora, a si mesmos e um ao outro: — qual era ou qual seria ao certo o fim das faladas conferências, quer elas não existissem quer elas existissem realmente?

Ninguém poderia responder a esta ultra indiscreta pergunta. Aos domingos via-se Sua Majestade descer à hora do programa à porta do palácio das conferências e acompanhado do seu diretor – das mesmas conferências – subir as escadas e sentar-

se numa cadeira de uma sala onde se presumia que estivessem três pessoas, entrando em linha de conta alguma senhora que tendo perdido a missa do dia desferrava-se assistindo a um bom sono de Sua Majestade.

Raros cavalheiros que de longe em longe animavam-se a ir ver de perto o que era aquilo, vieram de lá dizendo que não era todo mau, mas que com certeza o dia lhes acabaria melhor. Enfim, sem grandes elementos para ajuizar do caso, víamo-nos todos perplexos, duvidosos, irresolutos e cada vez mais intrigados com a história; e ninguém ainda podia dizer para que eram as conferências.

Felizmente raiou a luz, fez-se dia nessa trava intensa em que vivíamos imersos e hoje já se sabe que as conferências da Glória têm um fim altamente patriótico: — divertirem Sua Majestade.

Esta revelação importante me foi feita por pessoa que alia a maior coragem a mais decidida insuspeição, e que teve ensejo de reconhecer, assistindo a uma das conferências, quanto elas servem para espancar o tédio de Sua Majestade; torna-lo de bom humor, distraem-no, provocar-lhe o riso alegre e franco que cá fora, sempre metido num manto cheio de papos de tucano imaginários, não lhe é permitido mostrar ao Zé Povinho.

A julgar por tal conferência, disse-nos nosso informante, elas são como o Almanaque francês – *pour rire*. E forneceu-nos os seguintes espécimens que não lhe agradeceremos suficientemente, em tempo algum.

O orador passeando de um lado para o outro da sala, com o olhar pensativo dirigido para o assoalho, contava tabons, errava a conta, recontava em silêncio e afinal parecia resmungar como o Hamleto: Esta é que é a questão.

Com as mãos postas no baixo ventre, parecia acusar uma dor agudíssima, reclamando a intervenção do Dr. Fort. Vendo-o e guiado pelo seu gesto expressivo, o público não o ouvindo diria convictamente que ele estava a referir a história do tumor que traiçoeiramente se formara no seu hipogástrio...

Depois ele falou. Era o tema a instrução pública, e apenas disse o seguinte, que muito, muito divertiu Sua Majestade:

- que isto de instrução pública é coisa que ninguém entende;
- que os governos andam a tocar há muito tempo nesse assunto, quando melhor fariam indo tocar... pífaros, por exemplo;
- que as causas do atraso da instrução no império eram entre outras:
  - a) As tais franquezas províncias, as franquezas! Províncias! Exclamava; que permitiam às províncias fazerem reformas à instrução todas as vezes que lhes dava isso na cabeça, sendo de notar que isso sucedia sempre a cabeça das mesmas províncias;
  - b) As facilidades dos legisladores que, por exemplo, andavam a pedir a exclusão do ensino religioso, quando o povo, que é mais interessado no negócio, jamais pedia isso, nem mesmo outra coisa;
  - c) a quase extinção dos internatos, extinção que dá em resultado defeitos no ensino secundário; pois que é o internato o lugar onde se ensina bem tudo... e mais alguma coisa;
- que, finalmente, tudo quanto se tem feito é tolo, de um progresso condenável, e que todas as reformas devem ser postas de parte, subsistindo apenas uma lei, que é a melhor de todas a este respeito: a lei de 1851, do Sr. Ferraz.

Sua Majestade ria, ria, e divertia-se. Só teve uma contrariedade: a de não querer o orador evidenciar claramente seu pensamento, dizendo que um menino num internato, com uns padres que lhe ensinassem uns padre-nosso, dispensava as reformas, as leis, tudo – e até o a, b, c.

Foi o que ele não disse, mas é o que deveria ter dito – para sua Majestade rir com mais prazer.

Não são para este efeito as conferências!

#### **04/07/1883 – Lélío**

Ocorreu-me compor umas certas regras para uso dos que freqüentam *bonds*. O desenvolvimento que tem sido entre nós esse meio de locomoção, essencialmente democrático, exige que ele não seja deixado ao puro capricho dos passageiros. Não posso dar aqui mais do que alguns extratos do meu trabalho; basta saber que tem nada menos de setenta artigos. Vão apenas dez.

#### **ART. I — Dos encatarroados**

Os encatarroados podem entrar nos *bonds* com a condição de não tossirem mais de três vezes dentro de uma hora, e no caso de pigarro, quatro.

Quando a tosse for tão teimosa, que não permita esta limitação, os encatarroados têm dois alvitres: — ou irem a pé, que é bom exercício, ou meterem-se na cama. Também podem ir tossir para o diabo que os carregue.

Os encatarroados que estiverem nas extremidades dos bancos, devem escarrar para o lado da rua, em vez de o fazerem no próprio *bond*, salvo caso de aposta, preceito religioso ou maçônico, vocação, etc., etc.

#### **ART .II — Da posição das pernas**

As pernas devem trazer-se de modo que não constranjam os passageiros do mesmo banco. Não se proíbem formalmente as pernas abertas, mas com a condição de pagar os outros lugares, e fazê-los ocupar por meninas pobres ou viúvas desvalidas, mediante uma pequena gratificação.

#### **ART. III — Da leitura dos jornais**

Cada vez que um passageiro abrir a folha que estiver lendo, terá o cuidado de não roçar as ventas dos vizinhos, nem levar-lhes os chapéus. Também não é bonito encostá-los no passageiro da frente.

#### **ART. IV — Dos quebra-queixos**

É permitido o uso dos quebra-queixos em duas circunstâncias: — a primeira quando não for ninguém no *bond*, e a segunda ao descer.

#### **ART. V — Dos amoladores**

Toda a pessoa que sentir necessidade de contar os seus negócios íntimos, sem interesse para ninguém, deve primeiro indagar do passageiro escolhido para uma tal confidência, se ele é assaz cristão e resignado. No caso afirmativo, perguntar-se-lhe-á se prefere a narração ou uma descarga de pontapés. Sendo provável que ele prefira os pontapés, a pessoa deve imediatamente pespegá-los. No caso aliás extraordinário e quase absurdo, de que o passageiro prefira a narração, o proponente deve fazê-lo minuciosamente, carregando muito nas circunstancias mais triviais, repetindo os ditos, pisando e repisando as coisas, de modo que o paciente jure aos seus deuses não cair em outra.

#### **ART. VI — Dos perdigotos**

Reserva-se o banco da frente para a emissão dos perdigotos, salvo nas ocasiões em que a chuva obriga a mudar a posição do banco. Também podem emitir-se na plataforma de trás, indo o passageiro ao pé do condutor, e a cara para a rua.

#### **ART. VII — Das conversas**

Quando duas pessoas, sentadas a distância, quiserem dizer alguma coisa em voz alta, terão cuidado de não gastar mais de quinze ou vinte palavras, e, em todo caso, sem alusões maliciosas, principalmente se houver senhoras.

ART. VIII — Das pessoas com morrinha

As pessoas que tiverem morrinha, podem participar dos *bonds* indiretamente: ficando na calçada, e vendo-os passar de um lado para outro. Será melhor que morem em rua por onde eles passem, porque então podem vê-los mesmo da janela.

ART. IX — Da passagem às senhoras

Quando alguma senhora entrar o passageiro da ponta deve levantar-se e dar passagem, não só porque é incômodo para ele ficar sentado, apertando as pernas, como porque é uma grande má-criação.

ART.X — Do pagamento

Quando o passageiro estiver ao pé de um conhecido, e, ao vir o condutor receber as passagens, notar que o conhecido procura o dinheiro com certa vagareza ou dificuldade, deve imediatamente pagar por ele: é evidente que, se ele quisesse pagar, teria tirado o dinheiro mais depressa.

**05/07/1883 – João Tesourinha**

A andar por esta maneira, as empresas teatrais dentro em pouco apresentar-se-ão ao público em menores ou pouco menos.

O *réclame* tem suas exigências, que aumentam na proporção da concorrência.

É uma regra de que a Economia Política não cogitou; mas perfeitamente certa e profundamente inalterável.

Ainda não há muito tempo as empresas dos teatros faziam os seus anúncios com uma certa modéstia, insinuando apenas, muito disfarçadamente, que tudo quanto apresentavam – tanto as formas das atrizes quanto os narizes dos atores – era pelo menos de primeira qualidade.

Isto tudo era dito em poucas palavras, em frases incisivas e despertadoras de um apetite voraz da parte do público.

Vieram as companhias estrangeiras, com *puffs* à americana, com *réclames* à francesa, a anunciarem as suas funções em amplas colunas de um preço superior.

Começou a luta do espaço dos anúncios, por parte das empresas indígenas.

Quem tem maior anúncio tem também maior probabilidade de uma enchente.

Que uma empresa tenha artistas medíocres e que outra possua atores de mérito, isso pouco vale: o anúncio é tudo, no anúncio é que está a única, a verdadeira crítica do espetáculo.

Mollère, Racine, anunciados em uma coluna, seriam desprezados pelo vasto anúncio de uma peça de A. Bourgeois ou do ator-autor Furtado Coelho.

E não há que estranhar.

Como nas barracas de saltimbancos enfileiradas pitorescamente nas feiras populares, com os palhaços a esbofarem-se no *réclame* da função e nas minúcias das pantominas, convencidos de que aquele que mais grita, mais espectadores atrai, assim as empresas se estendem na amplidão dos anúncios, a que dão o valor do primeiro esteio das suas peças.

Com as dimensões dos anúncios cresceu também a necessidade de aumentar os dizeres, de apimentar o convite com considerações de uma observação profunda, destinadas à meditação do público, que antes da compra do bilhete deve estar perfeitamente habilitado, não só a saber o que vai ver, como aquilo que não é verdadeiramente um acessório da peça.

Toda a preocupação atualmente das empresas teatrais é a *mise-en-scène*, não só das peças mas das empresas.

É por isto que estas estão levando os reclames ao ponto de declararem por sua conta o dinheiro que gastam.

Agora mesmo vemos anunciada uma peça com a qual a respectiva empresa já gastou 12 contos!

A quantia é já bastante redondinha; mas, para que o reclame possa ter todos os efeitos nas populações ansiosas pelas contas das despesas, a empresa deveria comprometer-se igualmente a dar conta da receita.

Era mais um atrativo, pois que agradável seria ao público, ao sair do teatro, receber dos porteiros uma pequena nota com as seguintes informações:

Despeza, tanto.

Receita, tanto.

Lucro ou perda, tanto.

Com esta informação, que aliás se vai tornando indispensável, o público teria uma bitola mais certa para julgar do merecimento das peças e do estado da *Caixa* da empresa.

E ao sair, em vez de se referir a esta ou aquela cena, a este ou aquele ato que mais o impressionou, resumiria o seu pensamento acerca da beleza do drama com esta simples frase:

— Boa peça. Dá talvez uns 25% de lucro.

No anúncio da mesma peça vemos ainda uma outra inovação:

*Mise-en-scene do estimado ator Simões, tendo seguido também as mesmas ideias do falecido ator Ribeiro.*

Esta última asseveração parece-nos um pouco temerária.

Nós temos pelo falecido ator Ribeiro o respeito que nos merecem todos os mortos celebres ou não celebres.

O que achamos extraordinariamente original, é que o ator Ribeiro tivesse deixado no seu espólio ideias acerca da *Filha do Inferno*, e que o ator Simões, a sua qualidade de ensaiador, não passe do executante de uma testamentaria de *marcação* e *mise-en-scene*.

E se o ator Simões, por um lapso de memória, por não ter tomado bem uma nota ou um apontamento, não seguir as ideias do falecido, por achá-las com pouca vida para a cena, o que há de fazer a empresa?

É bom pensar nisso, enquanto é tempo.

### **07/07/1883 – Blick**

No mesmo dia e quase às mesmas horas morreram dois homens, um que enriqueceu no comércio e outro que empobreceu na política.

Aquele assistiu à nossa independência, tomou parte nas festas do primeiro reinado, viu a dissidência que aos poucos se cavou entre o povo e o imperador, e era um dos poucos sobreviventes daquela época, que vista através da distância, nos parece tão heroica.

Este ocupou um assento nos conselhos da coroa, representou mais de uma vez a sua província, fez aquela viagem ao norte em que houve talheres de ouro, banheiras de prata e deslumbramentos dignos das *Mil e uma noites*.

Ambos poderiam contar-nos fatos bem interessantes de nossa vida social e ajudar-nos a compreender melhor o nosso tempo.

Como eles, outros poderiam fazê-lo, mas quase ninguém o tem feito.

Os nossos homens entram e saem sem dar sinal.

Muito poucos são os que se consideram obrigados a dizer o que fizeram, ou antes o que fizeram fazer.

Theophilo Ottoni é um dos poucos, deixando aquela célebre circular de 1860, que, digam o que quiserem, é um dos mais importantes testemunhos políticos de nossos dias.

Christiano Ottoni parece também disposto a fazer trabalho semelhante. Pelo menos é o que se deduz de uma nota, a sua *Synopse histórica das estradas de ferro*.

Dentre os vivos, poderiam seguir o exemplo o visconde de Muritiba, que tanto poderia dizer sobre a revolução francesa; o visconde de Jaguaray, que poderia esclarecer-nos sobre o visconde de Parnahyba; Srs. Chichorro, Octaviano, Saraiva e outros.

O Sr. Visconde de Abaeté, se se resolvesse a dar um passo destes, poderia grupar em torno de sua personalidade a história de mais de cinquenta anos, desde 1826.

Ninguém, porém, o fará.

Fala-se de um marquês do primeiro reinado, que desempenhou importantes comissões diplomáticas e militares. Para justificar-se de certas acusações, ele deixou umas memórias manuscritas, que dizem importantes.

Pois tais memórias não foram ainda publicadas, e provavelmente não o serão, pelo menos enquanto não se arranjar um quebra-mar para as bandas de Santa Catarina.

O que é certo, é que nesta segunda metade do século escreve-se menos que na primeira.

O jornal matou o livro; os panfletos são raros; o anônimo é que predomina e que avassala.

Tristes tempos!

Antes os do primeiro império e da regência.

### **08.07.1883 – Lulu Sênior**

O nosso colega do *Apóstolo* (*Benedicite*, padre-mestre!) noticiou há dias, nadando em santo júbilo, que o Revd. Padre Dr. Lasagna, visitador da congregação dos Salesianos, escreveu de Montevidéu, participando que pretendia embarcar para esta corte, no paquete francês *Orénoque*, com oito companheiros, no dia 9 do corrente, para abrirem o estabelecimento na propriedade em Santa Rosa, de Niterói, generosamente oferecida pelo Exm. Sr. bispo diocesano.

Acrescenta o nosso colega (*Benedicite*, padre-mestre!) que em poucos dias, portanto, podemos esperar ver fundada a obra do apostólico D. Bosco, entre nós, cabendo à capital da província de ser o berço dessa instituição no Brasil. A bula terminava com uns parabéns aos niteroienses.

Esta notícia tem muito que respigar. Eu, quando a li, comecei por embirrar com o tal Sr. Lasagna, que pelo nome não perca, nome que faz lembrar o macarroni, no que não há inconveniente nenhum, mas faz lembrar também o *rabioli*, e isso já é mais grave.

O Revd. Sr. Lasagna, não contente de ser padre, ainda em cima é doutor. Um cúmulo.

Vamos, pois, ter Lasagna com oito companheiros, o que lhe deve dar assim uns ares de Juliana, fundando um estabelecimento em propriedade oferecida pelo Sr. bispo.

Naturalmente, o Sr. conde d'Eu há de ser uma coisa qualquer nesta obra: protetor perpétuo, ou que melhor nome tenha.



Vai ser coisa asseada. O padre Dr. Lasagna à frente, por trás o Revd. Bosco, na terceira linha o Sr. bispo e no fundo, como a Jerusalém da poesia do Sr. Thomaz Ribeiro, o Sr. conde d'Eu, que se baba por estas coisas da igreja.

Quanto aos parabéns que dá o *Apóstolo* (*Benedicite*, padre-mestre!) à capital da província, por ter a glória de ser o berço dessa instituição, eu, estou aqui, estou a passar-me com armas e bagagens para Campos, apesar da queixa pessoal que tenho, da pátria da goiabada, que excedeu os limites razoáveis do pudor, negando-se a ouvir o meu *Primo Basílio*.

Glória por glória, eu prefiro a de Campos, minha figadal inimiga, inaugurando a luz elétrica, à de Niterói, servindo de berço à instituição do padre Bosco.

É que este Revd. padre Bosco, perdoe-me o meu não menos Revd. colega do *Apóstolo* (*Benedicite*, padre-mestre!), mas o tal padre Bosco é um reverendíssimo pantomimeiro.

Em um volumezinho que corre impresso em França, escrito por um admirador dos talentos e virtudes do referido padre Bosco, diz-se que um dia, na Itália, estava a morrer um rapazinho, que não queria ir desta para melhor sem a bênção do padre. Procurou-se Bosco por toda a parte, e nada de Bosco. O pequeno, desanimado, morreu. Pouco depois, chegou Bosco. Mandou sair toda a gente que estava no quarto, fechou-se a sós com o cadáver, e depois de alguma demora, saiu, e contou...

A desfaçatez do conto só tem igual na monumental estupidez dos que o propalaram e lhe deram crédito.

O padre contou que, quando ficou só com o petiz, disse-lhe que se levantasse, como Jesus a Lázaro; o pequeno levantou-se, o padre absolveu-o, e depois perguntou-lhe se queria ir para o outro mundo, ou ficar neste. O pequeno, que já tinha no costado meia hora de vida eterna, e estava ainda a lamber os beiços do maná que lhe tinham dado no céu, disse que já agora tinha feito a despesa da mudança, e ficava no outro mundo. E vá!(?\*\*) então, o bom do padre Bosco, que não queria contrariar o rapazola, deixou-o morrer outra vez.

Há alguns outros fatos semelhantes; mas este é bastante para mostrar aos niteroienses, de que forma é o fundador da Instituição de que a Praia Grande vai ser o berço.

As águas de Lourdes e de La Salette, curando cegos e paralíticos, são insignificâncias, à vista deste reverendo pantomimeiro, que se fecha sozinho em um quarto com um cadáver, para depois vir cá para fora encher de teias de aranha os telheiros arruinados de meia dúzia de imbecis.

Eu não quero comprometer-me com a Praia Grande; mesmo porque já não me dou com Campos, e assim arrisco-me a ficar sem capital na província, nem agora nem para o futuro; mas sempre direi à cidade servida – e mal servida – pelas barcas Ferry, que a escolha da Praia Grande para ninho de padres não lhe lisonjeia os créditos. Se a planta pega, se o padre Bosco não se enganou, entendendo que a Praia Grande dá milagres, com a mesma abundância com que Campos dá goiabas, é caso para voltarmos ao tempo das faluas e mudarmos a capital da província para a primeira cidade da América do Sul iluminada à luz elétrica.

E desde já empenho a minha palavra aos Srs. Malvino Reis e Albino de Alvarenga, que hei de fazer quanto em mim caiba, para que se transfira para Campos o Sr. Galvão Peixoto.

Somente – como não gosto de trabalhar para o bispo, peço desde já uma paga. No dia em que for solenemente inaugurado o palácio da presidência, há de naturalmente haver espetáculo de gala. Requeiro que nesse dia seja representado em Campos o meu *Primo Basílio*, de fim para o princípio, até encontrar a cena fatal que o pano de boca ocultou à pudicícia dos moradores de Campos e goiabeiras adjacentes.

Depois de ter esse gostinho, morrerei contente; somente, se o padre Bosco se fechar sozinho comigo em um quarto (o que não desejo que me aconteça, nem mesmo depois de morto!) e me perguntar se quero ir para o outro mundo, ou ficar neste, eu previno-o que lhe responderei que, enquanto me não mandaram embora, eu prefiro ficar onde estou.

São gostos.

### 09/07/1883 – Publicola

Ora, não me dirão para que meteu-se o Sr. Lafayette a falar no Sganarello, em Molière, *no pode ser que sim e pode ser que não*, e em outras coisas mais que constam dos autos e do *novo método*?

O resultado só não podia ser pior do que um discurso do Sr. deputado Candido de Oliveira, nem menos deplorável do que a nuvem de perdigotos que S. Ex. emite sobre seus colegas de parceria com os seus discursos ministeriais.

Foi este, mais ou menos;

Foi os Srs. deputados atirarem-se todas as literaturas altas, e em vez de cuidarem dos negócios da sua filha pátria – pois que são eles os pais da dita – só se ocuparem de saber quem foi Sganarello, em que tempo floresceu, se chegou a ser eleitor, se deixou herdeiros, se existiu realmente ou se é apenas uma simples criação do espírito imaginoso do Sr. Lafayette, que inventa tipos (só num dia inventou seis!) com a mesma facilidade com que o Sr. Moura inventava coronéis da guarda nacional – da noite para o dia e do pé para a mão.

Os que entendiam do riscado entraram a ter dúvidas, ouvindo pessoas conspícuas no júri e na literatura como são os Srs. Fernandes de Oliveira e Taunay, gritar em altas vozes que o Sr. Lafayette era réu confesso de tartufismo, desde que applicava a si mesmo o dito de Sganarello.

Os que da coisa não pescavam nada absolutamente – e esses eram muitos, benza-os Deus! - começaram a sentir um certo vazio na sua bossa literária e meteram ombros à difícil empresa de ilustrar-se de uma vez para sempre, estudando Molière 25 horas por dia.

O resultado disto é o que se vê: à exceção dos Srs. Faro & Lino (sem reclame) que tiveram a fortuna de vender 122 exemplares de Molière em três dias, quem mais deste país lucrou com a citação do Sr. Lafayette?

Ninguém. Porque os Srs. deputados tendo lido e relido tudo quanto compraram e nada tendo conseguido – não dissemos *compreendido* – da leitura, tomaram-se de tal ojeriza ao caso que já se não satisfazem hoje de chamar Sganarello ao homem, – mas também querem ainda por cima enganá-lo!

O que, sendo contra a etiqueta, é muito pouco literário.

O Sr. senador Corrêa, cujo amor à glória data dos tempos em que escreveu o romance da Praia da Dita Glória e acaba nas conferências que instituiu na escola de Sobredita Glória, teve a ingenuidade de perguntar há dias no governo por um célebre inquérito, que o mesmo governo, por intermédio do Sr. Moura – o Sr. Moura do Bule, sabem – mandou abrir sobre as ocorrências desastrosas da Ilma. câmara municipal da corte.

Realmente o Sr. Correia não tem sono! Pois acaso S. Ex. da Glória e do Paraná alimentará devéras a esperança de ter resposta à pergunta e de saber que rumo tomou o misterioso inquérito sobre os distúrbios da Ilma. e Barulhenta Câmara? Acaso esquece S. Ex. que nestas mesmas balas já perguntamos um dia pelo prófugo inquérito, e que até hoje ainda está guardada a gratificação prometida a quem dele nos trouxesse notícias certas, assim como ainda está em ser ameaça de cairmos com todo o rigor da lei contra quem o tivesse acoutado?

Perdoe-nos o ilustre senador e regente de conferências, mas em nossa humilde opinião este seu requerimento é inútil, como um aparte explicativo do Sr. Penido; por

isso que o aludido inquirido para a decretação do qual valeu a pena incomodar Sua Majestade, o conselho de estado e a opinião pública, só visava um fim: — pregar um susto à Ilma. e Desordeiríssima Câmara; e era feito exclusivamente para isto: — para inglês ver.

Talvez seja mais feliz S. Ex. na outra pergunta que dirigiu ao governo, por intermédio da sua temível arma cortante, contundente e perfurante — o requerimento — desejando saber se a câmara municipal pretende ou não tomar a si o encargo de alimentar o Passeio Público e mais peixes bois adjacentes.

Isso sim. Se o governo não responder-lhe é porque decididamente não quer. O governo mandou saber da câmara se ela está disposta a ficar com o peixe boi; a câmara ainda não respondeu, mas o Sr. Correia está ansioso, aflito, impaciente, e quer saber já já se o peixe boi, o tipo do mutismo, vai ou não para a câmara municipal, o tipo da desordem.

O governo, se quiser responder ao Sr. Correia, pode fazê-lo em duas palavras — afirmando que por sua parte está disposto a não alimentar nenhum outro mudo — além do Sr. senador Diniz.

### 10/07/1883 – Lélío

### 11/07/1883 – José do Egito

De muito tempo trabalha-me o cérebro um problema difícilimo e temeroso.

Se eu fizera parte de alguma sociedade literária: – *Ensaio*, *Silvio Romero*, *José de Alencar*, ou quejanda, eu, sem detença, o proporia à discussão dos ilustrados consócios, antecipadamente seguro de duas coisas; primeira: – que depois de bem elucidado, o dito problema ainda mais obscuro ficaria; segunda: – que o seu estudo viria trazer à ciência o conhecimento de uma nova substância narcótica, superior a quantas se conhecem, inclusive a morfina e as conferências da Glória.

Infelizmente, esse rico assunto, que bem poderia encher vinte sessões e quarenta volumes, nada mais encherá do que uma bala de estalo; todavia, *alea jacta crit*: – será levantada a lebre: ou o gato, se os senhores entenderem que a questão não merece as honras, como qualquer chapéu de lebre.

—

O que é a coragem – no Brasil?

—

*That is...* a questão. (Não é conveniente atrapalhá-la com línguas... *mortas*.)

À primeira vista a pergunta não parecerá problema ou questão; parecerá simplesmente – tolice.

“A coragem é a mesma em toda parte; na China como em Paris, em Mato Grosso como na Hottentotia... pensará com muito siso (nos *respectivos* dentes) o benévolo leitor; a coragem é como o sol ou a lua, que para todo mundo é a lua ou o sol; chamem-nos, contudo, por diversos nomes: – a coragem é a coragem, em Cairo, em Malta, em Macacú, no Egito...”

À princípio parece... Mas não é. Vou prová-lo.

Na Cafraria, quando um sujeito dá a entender a outro, com o qual contende, que ele tem a alma da cor da cara, ao outro a primeira coisa que lhe lembra fazer é – dar o cavaco, a segunda é dar cabo do agressor, e depois vai aos seus negócios com a inalterável tranquilidade de uma consciência perfeita.

Na Índia, quando o mesmo fato ocorre, o ofendido dá um salto de tigre sobre o ofensor, de frente, e, ou o estrangula com as suas mãos de aço, ou lhe mergulha o yatagan na goela, até ao cabo.

Na Inglaterra, o *beef* ofendido cai sobre o *beef* ofensor, aos socos, e é um bater de bifes, de fazer inveja aos cooks dos melhores hotéis.

Na Alemanha e nos Estados Unidos, os contendores vão, sem demora, da ofensa ao campo da honra, e resolvem-se a coisa a golpes de sabre ou a vômitos de revólver.

Na Itália, é o punhal ou o florete quem toma a palavra, para encerrar o debate.

Em França, onde a coragem dá para encontradas e múltiplas interpretações, onde o valor, sendo mais do que um dever, quase um instinto, não passa muitas vezes de uma *blague*, em França repetem-se diariamente os duelos, embora as medidas coercitivas da polícia.

Em Portugal mesmo, as ofensas pessoais varrem-se – a pau ou a taponá, e algumas vezes também em campo aberto e a combate singular.

No Brasil não, senhores.

No Brasil, as ofensas pessoais *lavam-se* – pela imprensa.

Dado um motivo de rusga entre dois indivíduos, motivo político ou doméstico, de negócio ou de família, e produzida, ou suposta, a ofensa, o que se julga ofendido entende indispensável vir dar explicações ao público, explicações que ninguém pediu nem agradece: então acode o outro, e uma discussão imunda se estabelece – a 120 rs. por linha. A vida de um e outro é despejada à rua com todas as suas intimidades e segredos; as injúrias e as calúnias esfuziam coléricas de lado a lado; os mais torpes, vergonhosos e mortíferos epítetos são entornados nos *a pedido*, sobre nas cabeças dos contendores, dia a dia. Eles encontram-se frequentemente nas lojas e na rua, mas não se engalfinham, nem se esbordoam. Aquele que na véspera fora chamado – covarde, estelionatário, devasso, corre ao *campo da honra* (sempre a 120 rs. por linha) e retruca ao outro, chamando-lhe – sacripanta, ladrão, *caften*...

Este procedimento, este sistema de lavar a honra, não é professado unicamente pelos negociantes de secos e molhados, pelos barbeiros, hoteleiros, açougueiros e mais indivíduos de igual posição social, pelos simples *particulares*...

Não. A seção paga das folhas diariamente aparece ornada de tais discussões travadas entre senadores e deputados, comendadores e doutores, generais e conselheiros, viscondes e barões!...

Não singularizarei exemplos. São eles tantos e tão eloquentes, que me dispense desse trabalho. O leitor que percorra a seção pública dos jornais e escolha o que lhe aprouver...

Ainda há pouco mesmo... Mas não, nada de pessoalizar o caso...

—

É indicativo de coragem este sistema nacional de – lavar a honra?

A coragem obra, como a lei fundamental de Newton, na razão direta do perigo e na inversa... das *distâncias*.

Um ato é qualificado corajoso quando arresta um perigo retilineamente.

O homem que paga um insulto com uma bofetada imediatamente, é um corajoso, se o seu ofensor é forte e consciente do mal: é um covarde se ele é um pobre diabo, inferior em força ou sem consciência do mal: no primeiro caso arresta um considerável perigo; no segundo a inabilidade do adversário nulifica o valor da desforra.

Repelir a lama com a lama não é valentia de primeira qualidade, mormente quando os inimigos se emporcalham... em público.

No Brasil não se usa o duelo, e um homem que se presa não desce nunca a meter a bengala no seu ofensor, porque se arriscaria também a apanhar, e um homem, para ser considerado limpo, não deve apanhar... pancada.

A imprensa – eis o lavadouro. Mas há ainda a lei: nos tribunais pagará o patife o mal que *fez*... Assim seria, se quando o patife fosse chamado a contas pelas injúrias e calúnias que assacou... não se apresentasse o *testa de ferro*...

Em geral, portanto, nem à responsabilidade legal se pode chamar o ofensor, e nesse caso, como também não se usa a pancadaria, como sabão, para lavar a honra, a gente resigna-se ao recurso heroico e generoso de – descompô-lo nas folhas.

Força é confessar que de quantos expedientes se empregam nas cinco partes do mundo, para o dito fim, é este de todos o mais cômodo, o menos perigoso e o mais original. É verdade que não é dos mais baratos...

Mas o que é bom, paga-se caro.

### 12/07/1883 – João Tesourinha

Tudo esperávamos neste mundo de desilusões e desenganos.

Habitados às anarquias da existência aos rigores de uma vida eriçada de espinhos, como qualquer ouriço, para nós os dissabores eram, por assim dizer, o pão nosso de cada dia.

Nem, porém, a resignação de um sofrer constante, nem a disposição do nosso espírito para as mais cruéis agruras de um viver tão atribulado, nos haviam preparado suficientemente para o choque por que acabamos de passar e que ainda está umedecendo de lágrimas o brilhantismo do nosso olhar de filósofo de *Balas de Estalo*.

Quando vimos anunciada a visita do Sr. duque de Saxe, nós sentimo-nos invadidos por uma sensação profundamente abaladora de todo o nosso ser: — era o jubilo.

A proporção que o *Sénégal* singrava velozmente as águas das costas brasileiras, trazendo no bojo o augusto príncipe, o nosso jubilo crescia de intensidade.

Ontem, quando o *Sénégal* deitou ferro, nós pulávamos de alegria, e quando o ilustre hóspede deitou o pé direito no cais, nós espojámos-nos no pó nacional, dando assim a mais solene e animal manifestação da alegria de que nos achávamos possuídos.

E esta alegria não é simplesmente um estado passageiro do nosso espírito, filho de uma disposição casual. Não, ela tem os seus fundamentos, tem a sua base e sua razão de ser.

A vinda de um príncipe não é uma vinda qualquer. O Sr. duque de Saxe podia muito bem deixar de vir aqui; não era obrigado a isso. Ora, desde que Sua Alteza abandona a grande vida europeia, os amplos boulevards de Paris e de Viena, para se vir meter na viela da rua do Ouvidor e no albergue de S. Cristóvão, Sua Alteza, além do nosso reconhecimento, tem direito à nossa admiração. Sua Alteza não é simplesmente almirante: — Sua Alteza é igualmente um herói.

Dai a nossa alegria – termos mais um herói cá em casa.

Mas a nossa alegria durou pouco, foi como aquela rosa daquele sujeito que um outro citou na câmara.

Ainda não havíamos enxutas as lágrimas da alegria da vinda, quando a partida nos foi anunciada.

Sua Alteza não se demora, parte no dia 1º de agosto.

Veio unicamente trazer uns *bibelots* para os pequenos, e assistir a uma representação do *Excelsior*.

Isto, quando nós pensávamos que o íamos ter por mais algum tempo, é deveras para desesperar!

Mau! Porque não fica até ao natal?

Uma outra desilusão, e esta talvez mais dura de roer.

Não é que sejamos de uma susceptibilidade por aí além; mas há casos em que a falta de um protesto pode ser tomada como a falta de coragem.

Pacientemente, mesmo resignadamente, temos visto desfilar na fileira dos artilheiros destas Balas nomes completamente desconhecidos, e não poucas vezes, propositalmente disfarçados. Aqui, o que escreve hoje, não sabe quem escreveu antes nem quem vai escrever depois.

Em todo caso, cada um já sabe que tem a recear a concorrência, e contra ela se previne do melhor modo possível.

Um dia é Lulú Senior, outro dia é Lélío, outro Décio, outro Mercútio, outro José do Egypto, outro Zig-zag, enfim uma caterva de maldizentes em geral corretos e comedidos.

Agora, porém, surge-nos um concorrente novo e inesperado.

É o deputado João Penido.

Este agosto João Penido (\*) fez um discurso.

Esse discurso, proferido à razão de 50 mil réis por dia e um tanto por cento de erros de gramática, é um estelionato, é um roubo feito às *Balas de estalo*.

Se o referido agosto João Penido quer ter direito de fazer *Balas de estalo* da respeitável tribuna da câmara temporária, então conceda S. Ex. às *Balas* o direito de fazer um discurso na câmara!

O Sr. João Penido enganou-se – de boa ou má fé -, mas enganou-se. O seu discurso não era para sair no *Diário Oficial*, mas para ser dado à estampa nestas colunas hospitaleiras.

Para outra vez, em vez de falar na câmara, escreva S. Ex. nas *Balas*.

Venha fazer companhia a Lulú Senior e a Lélío, que o esperam de braços abertos, bem como o seu

(\*) Recomenda-se a revisão o maior cuidado com este nome.

### **13/07/1883 – Blick**

Apesar de localizados no mesmo campo, o Museu Nacional e a Repartição dos Telégrafos não vivem na melhor harmonia. Há entre eles uma rivalidade, ora surda, ora patente, mas sempre viva e talvez inextinguível.

Sempre que um dá um passo adiante, o outro procura dar dois e três, e às vezes dá. E lucrámos todos, porque na concorrência é que está o progresso. Assim, a uma viagem feita ao Paraná em companhia dos imperantes, o Museu opôs uma viagem ao Amazonas.

Aos engenheiros de distrito opuseram-se os naturalistas viajantes.

Às experiências com o telefone, o microfone e a luz elétrica foi oposta a exposição Antropológica.

E assim por diante.

Havia, porém, um terreno em que o Museu não podia decididamente arcar com o Telégrafo. Mesmo os maiores admiradores da antropologia concordavam e diziam animados: — neste ponto, estamos por baixo; é preciso das as mãos à palmatória.

Este ponto era o seguinte. O Telégrafo inventara o formicida, e assim dera cabo de saúvas, cupins, formigas de roça, de asas, etc. O Museu, porém, não dera cabo de nada, nem mesmo do catálogo, com cujas dores os prelos gemem há mais de um ano, sem conseguir dá-lo à luz.

Era preciso sair desta situação inferior; era preciso reconquistar a posição perdida, e ao sulfureto de carbono contrapor alguma coisa que cheirasse mais ou menos a enxofre ou chamusco.

Querer é poder.

E o Museu provou-o mais de uma vez: o formicida telegráfico tem pela frente o pomadicida antropológico.

Nada mais simples que o seu emprego.

Aparece um sujeito qualquer, dizendo saber isto e aquilo, que esteve nesta ou naquela parte.

— É um sábio, dizem uns.

— É um pomadista, dizem outros.

Como decidir a questão?

Nada mais fácil com o pomadicida antropológico.

Exemplifiquemos, para tornar a coisa mais clara.

O Sr. Barbosa Rodrigues diz que esteve no Amazonas, que tem um livro sobre as palmeiras, que tem volumes sobre as orquídeas, que tem outro sobre a antropologia.

Terá mesmo?

É provável que, nas circunstâncias normais, só muito tarde, só algum dia teríamos resposta a tais perguntas.

Pois bem: o Museu quer saber já e já. Pediu ao ministério da agricultura que nomeasse um júri para dar opinião sobre os trabalhos científicos do Sr. Barbosa Rodrigues.

Compreendem as vantagens deste pomadicida.

Segundo uns, o Sr. Rozendo Braz Mimoso possui o maior nariz do Rio de Janeiro; segundo outros, esta primazia pertence ao Sr. senador Antão.

Empreguem o pomadicida do Museu, que já ficará fora de dúvida qual dos dois tem maior beque.

Segundo uns, o Sr. conselheiro Dr. barão de Saboia é quem escreve pior no Rio de Janeiro; segundo outros, foi o finado Mal das Vinhas.

Empreguem o pomadicida antropológico, que a dúvida é logo espancada exatamente como os *déficits* do Sr. Fernandes de Oliveira.

Um pedacinho de ouro do discurso do Sr. Penido:

“O poder moderador é a chave de todos os poderes, chave mágica que abre todas as portas, enquanto que a dele ninguém abre. Ninguém sabe o que vai lá dentro, e quando julga que dessa porta vai sair uma águia, com surpresa geral vê-se sair uma coruja; espera-se a saída de um leão e vê-se aparecer um sendeiro.

#### **14.07.1883 – Lulu Sênior**

A empresa dramática que trabalha no teatro S. Luiz está representando um drama de sensação – *A vingança de um niilista*, que tem seu propósito, agora que o Czar acaba de ser coroado em Moscou, depois de hesitar durante algum tempo, com medo da dinamite que lhe levou o *papá* para um mundo melhor.

Esse drama tem sua história cá na terra. Como de costume, foi primeiro ao Conservatório Dramático, que o leu sem corar, como quando leu a *Mascotte*, e sem revoltar-se, como quando leu os *Lazaristas*. Porque é bom que o público não esqueça que quem fez aquele chinfrim dos Lazaristas foi o Conservatório Dramático. Com *A vingança de um niilista*, o Conservatório não fez uma, nem duas, e aprovou a peça.

Depois lá seguiu ela, para a polícia. Chamava-se então simplesmente *O Niilista*. O Sr. Belarmino estava muito tranquilamente na secretaria, a conversar com as pastinhas do Sr. Macedo de Aguiar e fazer falar o Sr. Callado, quando lhe arrebitou aquela bomba: – *O Niilista!*

O Sr. Belarmino mudou logo de cor: ficou amarelo como um urbano quando ouve apitar e apita também, para ver se vem mais gente, que ajude a apanhar pancada.

E mandou logo dizer à empresa:

– Não anunciem mais esse *Niilista*, porque eu não consinto niilistas no Rio de Janeiro. Isto aqui não é Rússia.

E ficou de ler a peça.

E nesse labor ímprobo consumiu S. Ex. nada menos de quatorze dias. É que o Sr. Belarmino não lia o *Niilista* como se lê um volume de versos de Rozendo, tranquilamente, como quem tem a certeza de que dali não vem mal ao mundo.

S. Ex. pegava no manuscrito com um trapo quente, punha-o em cima de uma almofada, com toda a cautela, com medo que lhe saísse de dentro o diabo a arder. De cada vez que tinha de virar a página, molhava o fura-bolos na pontinha da língua,

arredava a cadeira da mesa, estendia o braço, e virava a folha de mansinho, dizendo entre dentes: — *Te esconjuro, demônio.*

S. Ex., ao sair de casa, mandava a ordenança \*\*\*diante de \*\*\* um raminho de arruda metido em um frasco de água beata, aspergindo a escada, o corredor, atrás das portas, o registro do gás, as almofadas do *coupé*, o cocheiro e os burros.

Na polícia olhava de soslaio para os bigodes do Campelo, e chegou a suspeitar que a magreza do Sr. Lyrio fosse indício de abstinências niilistas.

Ao jantar, achava gosto de pólvora à sopa; e uma vez o feijão tinha \*\*\*, o Sr. chefe rejeitou-o, com receio de uma revolução nos intestinos.

Afinal, \*\*\* de quatorze dias de tormentos, chegou S. Ex. à convicção de que O Niilista era inofensivo, mas ao mesmo tempo pensou que era necessário justificar a demora. Releu a peça, a ver se havia alguma coisa que cortar; nada achou que merecesse tesoura. Pensou então, em aumentá-la, meter-lhe coisas de sua cabeça. \*\*\* de casa; \*\*\*, refletiu, estudou \*\*\* achou.

A peça chamava-se *O Niilista*; o Sr. Belarmino crismou-a *A vingança de um niilista*.

Mas o que não ocorreu ao Sr. chefe de polícia foi o seguinte: durante quatorze dias, uma companhia de pobres artistas dramáticos que precisam ganhar a sua vida, esteve de braços cruzados à espera que S. Ex. acabasse de ter medo.

Durante quatorze dias teve essa gente de pagar o aluguel do teatro, ordenados de empregados, sem poder abrir a porta para obter alguma verba para fazer face a essa despesa.

Compreende-se que este sacrifício é um pouco pesado, se tiver como única compensação a honra de ter colaborado para a peça, deitando-lhe um remendo ao título, o Sr. Belarmino Pelegrino.

Portanto, é justo que S. Ex. faça o que fazem os que querem ter glórias: pague-as.

A verba secreta deve ter pago despesas muito menos justificadas.

## **15/07/1883 – Lélío**

### **16/07/1883 – José do Egito**

Está em primeira discussão o projeto de reforma judiciária, apresentado a esta câmara (quem está falando é o presidente da dita) pelo nobre ministro da justiça.

O SR. JOSÉ DO EGITO. — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE. — Tem a palavra o *seu* José.

—  
O SR. JOSÉ DO EGITO. (*tomando a palavra, que lhe dá o Sr. presidente.*) — Muito obrigado.

É com a mais deplorável timidez, Sr. presidente, que ousou encetar este debate, verdadeiramente grave. Perante o estado da nossa magistratura, não posso ocultá-lo, Sr. presidente, — a minha alma é triste...

O SR. AFONSINHO (*cantando*)

... Como o grito agudo

Das arapongas no sertão

O SR. PRESIDENTE. — Advirto o nobre deputado, que o regimento não lhe dá direito à cantata...

O SR. SOUZA CARVALHO (*acordando*). — Não apoiado. (*Sensação*).



O ORADOR. — Sim, senhor presidente, repito-o: minh'alma é triste, quando medita sobre a atual organização judiciária. A magistratura é hoje uma carreira de martírio. Os interesses da Justiça são mal defendidos, pessimamente servidos. Os numerosos vícios da atual organização são as causas desse mísero estado de coisas, que é indispensável cessar.

Deixarei a outros colegas de mais talento e de maior ilustração o estudo minucioso dos numerosos importantes tópicos do projeto, que, em vez de nos trazer o paraíso, é por ele trazido.

O SR. PENIDO (*com os seus botões*). — Não entendi. (*alto*) Apoiado.

O SR. DINARTE (*para mostrar que percebeu*). — Talvez que seja o paraíso prisco.

O ORADOR. — Limitarei o meu estudo, Sr. presidente, a um dos pontos mais melindrosos e mais importantes desta reforma: — o estabelecimento do concurso para o preenchimento das promotorias. Devo desde já declarar, com toda a franqueza, que aprovo esta medida. Entendo no meu fraco bestunto<sup>5</sup>, Sr. presidente, que o simples fato de possuir um sujeito um pergaminho de bacharel em direito não é garantia bastante de entender do riscado.

Se o ensino acadêmico se revestisse das condições precisas para *formar* legistas e juizes; se houvesse nos professores entusiasmo no ensinamento e severidade no julgar; se nas academias saísse em cada bacharel em direito um bacharel em direito; então sim, Sr. presidente, entenderia eu que esse único título bastaria para assegurar e garantir a respeitabilidade do cargo; dispensaria os concursos. Mas não, Sr. presidente, não há quem ignore e já um grande homem o disse: — As portas das academias são largas e por ela saem — como entraram — muitíssimos burros... (*Oh! Ah! Uh! Sussurro.*)

O SR. PRESIDENTE. — Observo ao nobre deputado, que burro não é parlamentar. Peço-lhe, pois que retire os burros que proferiu.

O ORADOR (*para um contínuo*). — Traga-me um copo com água. Sr. Presidente, agora que já os pus cá fora, ou por outra — cá dentro, como hei de eu retirá-los? Todavia, para obedecer a V. Ex., vou fazer com os meus, o que sem os seus fez o transato ministro da agricultura: — vou dar com os burros n'água, e para isso já requeri um copo com ela. De resto, quando eu disse burros, disse burros com B grande, referindo-me aos homens, iguais àquele que foi um dos preceptores de Nero, o sábio Burshus.

O SR. CANTÃO. — Ainda mais esta! Nunca me constou isto!

O ORADOR. — E Brutus, V. Ex. também não conhece Brutus?

O SR. CANTÃO (*de canto chorado*). — Conheço, sim; conheço V. Ex.

O ORADOR (*arremangando-se*). — Insolente! Caluniador!

O SR. CANTÃO (*num cantinho*). — Bruto! Bruto! Bruto!

O SR. PRESIDENTE (*tocando todos os tímpanos, inclusive os dos secretários*). — Por quem é, seu José! Atenção, seu Cantão! Ordem! Ordem!

(*Trocam-se partes, explicações e sopapos.*)

O ORADOR (*para o Sr. Cantão*). — Por única resposta, permita V. Ex. que eu o mande à... História. Eu continuo. Os concursos, Sr. presidente, que se pedem para as promotorias, eu os reclamo e peço igualmente para os juizados municipais.

Muitos bacharéis há, que se investem da judicatura municipal, sem haverem servido em promotoria, e então se para esta se exige o concurso, porque dispensá-lo para aquela?

—

---

<sup>5</sup> Capacidade mental limitada, inteligência curta.

A grande utilidade dos concursos, Sr. presidente, já não é entregar o cargo judicial ao mais habilitado, ao que mais entende do riscado; mas sim não entregá-lo ao mais idiota, ao mais aluado, ao mais lorpa... O fato de ter uma carta de bacharel em direito não prova que se tenha o critério preciso para exercer cargos judiciais.

O SR. F. DE OLIVEIRA. — Apoiado.

O ORADOR. — Juízes há, Sr. presidente, que não têm sequer o bom senso, comum a um simples meirinho. Sei de fatos, Sr. presidente, praticados por promotores e juízes, de fazer arrepiar os cabelos do meu nobre colega, o Sr. Fernandes de Oliveira.

Citarei alguns, cuja veracidade garanto absolutamente a V. Ex. e jurarei se preciso for. Lembrarei um, que não pode ser estranho a muitos dos meus nobres colegas. É o daquele juiz municipal que dava audiências e despachos... à viola. (*Hilariedade*). Passava os dias estendido na rede, a sua comarca era em pleno sertão, fumando, tocava viola, *em menores*. Chegava a parte: — Seu doutor, trago aqui esta petição... O juiz respondia, dando-lhe a viola: — Pois cante-me lá isso. O pobre homem espantava-se; o juiz teimava: — Se não cantar, não despacho. E a parte punha-se desconsoladamente a cantarolar a petição. Depois, o juiz erguia-se tomava a viola e dançando ao tom do instrumento, despachava cantando: — Não tem lugar o que requer o suplicante; não tem lugar o que requer o suplicante. (*Hilariedade prolongada*). Cuidam talvez os meus nobres colegas que este mentecapto foi demitido a bem do serviço público. Não, senhores: — Foi removido para uma comarca ainda melhor que a outra. Conheci um promotor que abriu uma vez o seu discurso acusatório, de luvas e gravata brancas, exclamando: — Vai alta a lua na mansão da morte...

(*O Sr. Afonso e outros fazedores de recitativos*: — Oh, oh!)

A um juiz municipal acontecendo matarem-lhe o cachorrinho que possuía, ordenou corpo de delito no falecido e nomeou peritos, começando assim a portaria: — Havendo falecido ontem o cão deste juízo... (*Risadas*.) Este mesmo juiz costumava receber as partes sobre aquele trono em que morreu Heliogábalos, e aí mesmo despachava, escrevendo sobre o joelho, fazendo o suplicante conservar-se de pé, segurando o tinteiro (*Hilariedade epiléptica. Um dos taquígrafos rola pelo tapete aos guinchos*.) Conheci um juiz de direito, que presidia ao júri, tendo ao lado do Evangelho a chávena de café e o cálice de conhaque. Um outro, que mandou processar S. José. Um terceiro, que declarou em uma sentença, que não são injuriosas as palavras: burro, camelo, besta, dirigidas a um racional.

Enfim, Sr. Presidente, são tantos, tantíssimos os tristes exemplos de magistrados desassisados e mentecaptos, mesmo já não falando dos ineptos e dos indignos, que poucas serão todas as medidas tendentes a fazer os cargos judiciais ocupados por homens sérios decentes e criteriosos, já não digo justos. A justiça é *toute une autre histoire*.

Não continuo, Sr. presidente, porque vou tomar café com o amigo Abelardo, que está me fazendo sinal da porta... (*Muito bem. Muito bem.*)

Está conforme.

### **17/07/1883 - Publicola**

Não há negar que a nossa Ilustríssima tem uma preocupação constante, qual a de reformar e melhorar as ruas do município. Cidadão bem intencionado e habitante deste município leal, heroico e neutro, deste município tão neutro em tudo, que até já se fez um dia representar na câmara dos deputados, pelo trapiche do Cleto em pessoa; cidadão que saiba pesar bem as coisas e os fatos. Assim como os homens e as suas intenções; não pode deixar de reconhecer que neste ponto melindroso — a reforma e o melhoramento das ruas — tem sido incansável a nossa municipalidade.

É verdade que a sua boa vontade nem sempre tem correspondido o resultado dos seus esforços. Que não é raro, ou é mesmo em extremo frequente gritarem por aí que as nossas ruas são o espelho fiel do que vai pela nossa Ilustríssima. Que as reclamações contra o desasseio das vias públicas chegam mesmo a afetar o carácter de uma epidemia; e finalmente que as nossas praças, em questão de limpeza, têm sido equiparadas, e com vantagem, às discussões e à retórica dos nossos ilustres vereadores.

Mas quem neste mundo está ao abrigo dos botes da calúnia, e livre dos ataques da difamação?

A Ilustríssima por sua parte tem trabalhado tanto quanto possível por melhorar as ruas do município, e com certeza não é a ela que se deve atirar a culpa dos seus fiscais sofrerem da vista, e de ainda por cima usarem de uns óculos, que, se não são de pura baeta, é que são de péssimo couro cru.

Ainda na sua última sessão a edilidade quis aproveitar o seu tempo e preencher um pequeno intervalo deixado pelas brigas e distúrbios em que se empenha convictamente, sempre que pode, e atirou-se ao trabalho patriótico que lhe absorve toda a atenção, desde que ela existe: — o de reformar as ruas, melhorando-as.

O modo pelo qual a nossa municipalidade consegue o seu fim, é original; mas cumpre confessar que é efeito maravilhoso. E como não nos consta que a vereança tenha tirado privilégio para a sua descoberta, digamos desde já às outras câmaras municipais do império como ela arranja as coisas, de maneira a tornar-se digna da estima pública, e para que essas outras câmaras possam usar da receita — se lhes convier isso.

Em vez de recomendar aos seus fiscais que realmente fiscalizem alguma coisa; longe de providenciar para que não vejamos as ruas imundas e estragadas, e o seu calçamento fora do lugar e no lugar do calçamento buracos de tais dimensões, que num só deles pode caber a parte do poeta Rozendo que é maior do que ele todo inteiro; em vez de abrir os olhos para as construções de todo gênero e de todos os feitios que por aí são vistas a darem o mais extravagante aspecto à cidade; em vez de fazer tudo o que pudesse ser natural, mas já muito usado, racional, mas datando do tempo dos Afonsinhos (I); a câmara entendeu que de melhor modo reformava as ruas da cidade... mudando-lhes simplesmente os nomes.

Ninguém se entende nesta balbúrdia; mas entende-se a câmara. Está terrível o calçamento da rua da Prainha? É simples o remédio: mude-se-lhe o nome, e já não será a rua da Prainha a esburacada. Assim por diante, e assim estão todas as ruas reformadas, melhoradas e aformoseadas — no nome.

Na última sessão tivemos três nomes novos; mas são os da ex-rua do Hospício e da ex-rua do Príncipe do Cattete que mais nos agradaram e até nos comoveram. Daqui por diante um cidadão econômico, inquerido acerca de certas questões particulares de sua vida, pode responder com *aplomb*:

— Visto-me na rua do desembargador Nunes Machado:  
em vez de dizer humildemente como de antes:

— Esta calça? comprei-a (*em voz baixa*) na rua do Hospício!

Quanto à rua do Príncipe do Cattete, essa passará a ser — rua do conselheiro Silveira Martins. Por que? Porque assim o quis o Sr. vereador Dutra. E por que o quis o Sr. vereador? Porque S.S. tem razões particulares para declarar-se contra os príncipes e particularíssimas para glorificar o Sr. Silveira Martins? Ninguém sabe, nem ninguém o saberá.

Em todo caso, aí estão mais três ruas reformadas.

Para terminar.

Espalham por aí que morreu aquela instituição nacional denominada *Musa do Povo*.

Creemos que é falso.

Mas, falso ou não, o que nos surpreende é que entre os que espalham esse boato tão contristador, não haja quem diga – morreu a *Musa do Povo*, pois que dizem todos: - a *Musa do Povo* *finou-se*.

Vamos dirigir requerimento ao Instituto Histórico pedindo explicações.

### 18.07.1883 – Lulu Sênior

O meu reverendo colega do *Apóstolo* (Benedicite, padre mestre!) respondeu às minhas *Balas* em artigo de fundo (Ai! Jesus, que honra para a família dos Castelões cá de casa!).

Disse o colega que nós somos inimigos dos frades, e que temos medo dos frades, e que queremos a liberdade para todos, menos para os frades, e que somos hereges, anarquistas, livres pensadores, positivistas e *creio* que até nos chamou de homeopatas. No seu estirado artigo, que ocupa quase toda a primeira página do órgão da sociedade e da religião (*Clama, clama ne cesses*), o reverendo *Apóstolo* (Benedicite, padre mestre) fala de tudo o que eu disse e que eu não disse nas *Balas*, menos de uma coisinha que aliás era o melhor bocado do meu pastel: o tal milagre do padre Bosco, que se fechou num quarto sem testemunhas com um cadáver e depois veio cá para fora dizer que tinha ressuscitado o morto durante cinco minutos.

Este proposital silêncio do colega, que é macaco velho, enche-me de satisfação desde o dedo mindinho do pé direito até o cocuruto da cabeça, porque me confirma na ideia que eu tinha, de que os reverendos cá da terra não são como os Boscós, que imaginam que o mundo é povoado por pedaços d'asno.

O *Apóstolo* (Benedicite, padre mestre) em tempo chegou a acreditar nas virtudes da água de Lourdes, mas por causa de crenças industriais, quando com ela fazia concorrência às águas de Seltz, Orezza e outras.

A coisa era tanto mais natural, quanto o *Apóstolo* tem os seus arraiais na rua Nova do Ouvidor, rua que sempre se distinguiu por conter numerosas tipografias e fábricas de águas gasosas de todos os países e até de champanhe para teatros.

Mas lá a história da ressurreição feita por obra e graça do padre Bosco é tão gorda, que nem o *Apóstolo* a engole, pelo que lhe dou o mais apertado dos meus abraços.

E já que o colega não comunga com estas pantomimices, venha de lá uma bula fulminando o eminentíssimo velhaco que, em um jornal do dia 15 do corrente, publicou o seguinte anúncio:

“CURA-SE POR ORAÇÕES dores de cabeça, atalha-se impigens (?\*\*\*), cobreiros, convulsões, erisipelas, o sendo a primeira vez não torna a vir, tumores, bichas, maus olhares nas crianças, saídas dos dentes, perigoso parto; todo o mal desaparece como por encanto etc., etc.; no beco de tal, número tantos....”

Não vai o número da casa para não fazer reclame ao traste.

Não acha o *Apóstolo* (Benedicite, padre mestre) , que isto é uma grandíssima patifaria?

Pois então Deus enrija as gengivas das crianças, e nem o xarope de Delabarro lhes põe os dentes cá pra fora, e a criança sofre e ele deixa-a sofrer, e morre, e ele deixa-a morrer, se a mãe não tiver lido o anúncio, e não tiver ido ao tal beco dar pataca e meia a um malandro, para que ele peça a Deus que faça o que o Faria faria com um golpe de bisturi?

Então Deus executa tão à risca a sentença que lavrou contra todas as representantes da bela metade do gênero humano que não usa chapéu alto, quando a

mãe Eva, ouvindo a serpente, escorregou no exercício de suas funções, e para desembaraçá-la prefere o raminho de arruda de tal tipo ao fórceps do Pedro Paulo?

Pois não acha o *Apóstolo* (Benedicite, padre mestre!), que quando a gente tem impigens e cobreiros, em vez de ir para o beco fazer-se benzer pelo tal pantomimeiro, é melhor ir ali à rua do Hospício e pedir ao Gabiso um pouco de enxofre?

Quanto aos maus olhares, não sei o que podem contra eles as rezas; sei porém que um remédio santo para quem olha com maus olhos o seu semelhante, é um bom cacete na mão direita de um tipo decidido.

E a tal erisipela, que sendo a primeira vez não torna a vir? O patife do rezador, além de fazer concorrência à medicina cá da terra, ultimamente levantada à altura do melhor que há na Europa pelo Sr. conselheiro Saboia ainda em cima faz guerra às fábricas de cerveja, porque não há quem ignore que o remédio mais acreditado para fazer um sujeito não tornar a ter a *primeira* erisipela é um bom copo de cerveja preta.

Ande daí, meu reverendo colega, venha daí um artigo de fundo, bem cheio de latim, contra este sujeito.

Olhe, escusa de excomungá-lo, por que ele é capaz de fazer tanto caso de excomunhões como eu, que, quando tenho dores de cabeça, em vez de ir à reza, deito uns sinapismos nas pernas, e, em boa hora o diga, dou-me muito bem com a receita.

—

Tenho uma boa notícia a dar aos meus leitores. Amanhã, S. M. o Imperador *restera chez lui (?)* para receber as pessoas que o forem cumprimentar por ser o aniversário natalício do Sr. conde d'Aquila.

Isto parece-me modesto demais. Cumprimentar assim em família pelo fausto motivo do aniversário natalício do nosso mais caro príncipe, é preciso confessar que é ridiculamente pouco. Salvo se todo o Rio de Janeiro, ou mesmo todo o Brasil for amanhã a S. Cristóvão regozijar-se. Nós cá de casa vamos todos de súcia. Publicola já mandou deitar uma gola nova na casaca velha; Lélio resolveu deitar abaixo a barba para ficar mais elegante; eu vou deitar colete para disfarçar a proeminência abdominal; Zig-Zag há já três dias que não arranca o bigode; José do Egito toma gemadas, porque quer falar grosso ao rei; Blinck comprou uns óculos, para ver melhor os esplendores da realeza; e Décio mandou fazer uns sapatos de tacão alto, para fazer crer que já foi declarado maior.

E vamos abrir subscrição para luminárias e um *Te-Deum* na Capela Imperial, com sermão do Sr. bispo Lacerda.

Em se tratando do Sr. conde d'Aquila, nada nos parece demasiado.

Por conseguinte Sua Majestade o Imperador há de fazer o favor de contar conosco, e mandar deitar mais água na canja.

### **19/07/1883 – João Tesourinha**

Na época gloriosa para a agricultura, o comércio e as obras públicas do país, no tempo do Sr. Ávila dos gordos e magros, apareceu na folha oficial um aviso, que suscitou os reparos de muitos, poucos habituados aos ímpetos de um ministro tão fértil em escritos humorísticos.

Esse aviso era do Sr. Ex. ao Sr. diretor dos correios, perguntando-lhe por uns papéis que Sr. ministro havia enviado para a província de S. Paulo, e que lá não haviam chegado.

Ficou, portanto, aberto o precedente, e bom foi que o ficasse; pois agora chegou a ocasião do Sr. Penna o repetir, talvez com mais fundamento do que o seu antecessor, dos referidos magros e gordos.

Em maio foram entregues na secretaria da agricultura uns papéis relativos à concessão de uma estrada de ferro.

Os interessados ficaram, na inquieta posição de pretendentes, à espera de uma solução qualquer à sua papelada.

E o *Diário Oficial*, de uma mudez aterradora!

Iam os pretendentes à secretaria, perguntavam, investigavam, e nada de solução.

Afinal, cansados de pretenderem, estafados com as subidas das escadas da secretaria, resolveram reclamar dos seus papéis.

Ora, não há nada mais caro a um pretendente do que os *seus papéis*.

À vista de tão justa reclamação, a secretaria resolveu dar os papéis; mas, chegado o momento da entrega, surge uma pequena dificuldade à execução da sabia deliberação: — desapareceram os papéis.

Este brado repercutiu em todo o edifício, e foi como um grito de alarma.

O primeiro empregado que deu pela falta deles, desmaiou.

Socorreram-o os seus colegas. Puzeram-lhe água fria nos pulsos, nas fontes o chegaram-lhe sais e outras coisas ao nariz burocrático de sua senhoria.

A pouco e pouco o honrado servidor foi recuperando os sentidos e abrindo os olhos, e, quando os tinha bem abertos, tornou a fechá-los, para regougar, como assombrado por um espectro:

— Os papéis!

E todos os empregados foram repetindo — os papéis!

Mas os pretendentes esperavam e era necessário satisfazê-los.

Então começou tudo aquilo numa roda viva.

Os primeiros a porem-se em movimento foram os serventes.

Aos serventes seguiram-se os contínuos.

Aos contínuos os praticantes.

Aos praticantes os amanuenses.

Aos amanuenses os segundos oficiais.

A este os primeiros.

Depois dos primeiros oficiais os chefes da seção.

E depois os diretores gerais.

E depois o Sr. ministro da agricultura!

Durante todo o dia, o aspecto da secretaria da Agricultura era horroroso.

Os papéis, espalhados por cima dos móveis, os móveis por baixo dos papéis e por cima dos papéis todo o pessoal, amontoado, cheiro de suor, de poeira e de cansaço.

Durou isto um tempo enorme.

Perdidas todas as esperanças, baldados todos os esforços de se encontrarem os malditos papéis, o Sr. conselheiro Affonso Penna, batendo om quatro dedos na testa governamental, exclamou:

— Ah! Já sei!

E encaminhou-se para o seu gabinete, seguido pelo Gusmão Lobo.

Chegando aí, S. Ex. ditou:

“Aviso. — Ao ministro e secretário de Estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas. — Não sendo possível encontrar nesta secretaria de estado os papéis contendo orçamentos, estudos e plantas para a estrada de ferro de... que deram entrada nesta secretaria, no dia (tantos) e não sendo esta a primeira vez que se dá tal fato, rogo a V. Ex. que solicito de seu colega da justiça algumas praças da guarda urbana, afim de tomarem conta e vetarem pelos papéis que de agora em diante derem entrada nesta secretaria. — (Assinado) *Affonso A. Moreira Penna*. — Ilmo. e Exmo. Sr. conselheiro Affonso A. Moreira Penna, mui digno ministro e secretário de estado”.

## **20/07/1883 - Blick**

Um simples discurso, o discurso do Sr. Silveira Lobo, vai produzir mais efeito que cinquenta anos de crítica e discussão.

Pela primeira vez Alguém viu que o Senado não pode ser, não deve ser vitalício, o que não deixam de ser um mal a idade adiantada, o miolo e mais coisas moles.

E quando Alguém pensa uma destas coisas, ele as põe em execução, as mais das vezes com os que têm combatido a ideia que vão realizar.

Talvez para esta empresa sejam comanditados os Srs. Paulinho e Andrade Figueira.

A não vitaliciedade do senado não é, porém, tudo: é preciso tornar vitalícia a câmara.

Aí sim, é que se tem juízo.

Um homem é republicano, e embevece-se naqueles sonhos de mocidade em que se deleitava a almeida do Sr. Oliveira. Por um capricho das urnas eleito deputado, a primeira coisa que faz é acordar, espantar os sonhos, entrar na positividade da vida e pôr-se debaixo das pontas do compasso de el-rei Ptolomeu.

É preciso uma recompensa para tanta abnegação; é preciso um prêmio para estes moços que tudo sacrificam menos o subsídio, desde que penetram na cadeia velha.

Já digna desta honra, a câmara vai se tornar ainda mais digna pela reforma eleitoral que planeja.

Adeus, distritos de um deputado.

Com eles, os chefes e os medalhões não podem influir; as chapas não podem ir feitas pelos diretórios; os ministros não podem tão facilmente ter designados; a centralização, esta ideia que é a última palavra do liberalismo, não encontra neste domínio terreno tão favorável: o governo não pode ser forte.

Ora, todo mundo sabe, desde que o mundo é mundo, tornar o governo forte, argumentar-lhe as atribuições, consolidar-lhe os poderes é o programa constante do partido liberal.

Por conseguinte, distritos de três ou, se puder ser, de mais províncias com o menor número possível de distritos.

Com o novo sistema vamos perder os que a câmara atual tinha de mais típico e interessante.

Não teremos o Sr. Vieira de Andrade, que nunca falta, entra às 10 horas e levanta-se com a sessão; que neste intervalo não sai, não fuma, não conversa; que, em uma eleição litigiosa, não querendo votar pelo conservador e não podendo votar pelo liberal, levantou-se e, por ter se levantado, jejuou quatro dias e comungou duas vezes.

Não teremos o Sr. Penido, um bom velho, deixem lá estar, que diz o que pensa, que não se importa de sair das fileiras, e que, se tem o miolo mole, ao menos tem a coragem de declará-lo.

Não teremos o Sr. Montandon, um vaqueiro da bagagem, cuja voz pouco parlamentar ao menos é a fiel expressão da voz dos seus constituintes.

Não teremos muita gente.

Em paga teremos filhos, genros, sobrinhos, enteados, afilhados, compadres, redatores da *Nação*, redatores do *Brazil*, redatores da *Reforma*, sacos e sacos de moeda azinhavrada, sem cunho e sem serrilha.

Quando a câmara estiver assim constituída, então poderá ser declarada vitalícia sem perigo: ninguém terá mais sonhos da mocidade, e muito menos os sonhos mais perigosos e mais pertinazes ainda da velhice.

Sonho da velhice é o que se vai tornando a ideia republicana.

Tem destes sonhos José Maria do Amaral, um dos últimos representantes do primeiro império.

Tem-nos Saldanha Marinho, um Ganganelli mais terrível que o outro, e a quem a idade vai alargando e iluminando os horizontes.

Tem-nos agora Silveira Lobo, uma consciência e um caráter.  
E outros hão de ir tendo.  
A mocidade atual é que não pode sonhar.  
É filha da época industrial, da advocacia administrativa, dos tempos que viram a queda do Souto e a prosperidade seguida do descalabro do Mauá.  
Tem este pecado original, para o qual não há redenção, e que há de levar ao túmulo.

## **22/07/1883 – Lélío**

O Sr. Deputado Penido censurou a Câmara por lhe ter rejeitado duas emendas: — uma que mandava fazer desconto aos deputados que não comparecessem às sessões; outra que reduzia a importância do subsídio.

Respeito as cãs do distinto mineiro, mas permita-me que lhe diga: a censura recai sobre S. Ex.<sup>a</sup> não só uma, como duas censuras.

A primeira emenda é descabida. Ex.<sup>a</sup> naturalmente ouviu dizer que aos deputados franceses são descontados os dias em que não comparecem; e, precipitadamente, pelo vezo de tudo copiarmos do estrangeiro, quis logo introduzir no regimento da nossa Câmara esta cláusula exótica. Não advertiu S. Ex.<sup>a</sup>, que esse desconto é lógico e possível num país, onde os jantares para cinco pessoas contam cinco croquetes, cinco figos e cinco fatias de queijo. A França com todas as suas magnificências, é um país sórdido. A economia ali é mais do que sentimento ou um costume, mais que um vício, é uma espécie de pé torto, que as crianças trazem do útero de suas mães.

A livre, jovem e rica América não deve empregar tais processos, que estariam em desacordo com um certo sentimento estético e político. Cá, quando há alguém para jantar, mata-se um porco; e se há intimidade, as pessoas da vizinhança, que não comparecerem, recebem no dia seguinte um pedaço de lombo, uma costeleta, etc. Ora, isso que se faz no dia seguinte, nas casas particulares, sem censura nem emenda, porque é que merecerá emenda e censura na Câmara onde aliás o lombo e as costeletas são remetidos só no fim do mês? Nem remetidos são: os próprios obsequiados é que hão de ir buscá-los.

Demais, subsídio não é vencimento no sentido ordinário: *pro labore*. É um modo de suprir às necessidades do representante, para que ele, durante o tempo em que trata dos negócios públicos, tenha a subsistência afiançada. O fato de não ir à Câmara não quer dizer que não trata dos negócios públicos; em casa pode fazer longos trabalhos e investigações. Será por andar algumas vezes na Rua do Ouvidor, ou algures? Mas quem ignora que o pensamento, obra secreta do cérebro, pode estar em ação em qualquer que seja o lugar do homem? A mais bela freguesa dos nossos armarinhos não pode impedir que eu, olhando para ela, resolva um problema de matemáticas. Arquimedes fez uma descoberta estando no banho.

Mas, concedamos tudo; concedamos que a mais bela freguesa dos nossos armarinhos me leva os olhos, as pernas e o coração. Ainda assim estou cumprindo os deveres do cargo. Em primeiro lugar, jurei manter as instituições do país, e o armarinho, por ser a mais recente, não é a menos sólida das nossas instituições. Em segundo lugar, defendendo a bolsa do contribuinte, pois, enquanto a acompanho com os olhos, as pernas e o coração, impeço que o contribuinte o faça, é claro que este não o pode fazer, sem emprego de veículo, luvas, gravatas, molhaduras, cheiros, etc.

\* \* \*



Não é menos curiosa a segunda emenda do Sr. Penido: a redução do subsídio.

Ninguém ignora que a Câmara só pode tratar dessa matéria no último ano de legislatura. Daí a rejeição da emenda. O Sr. Penido não nega a inconstitucionalidade desta, mas argumenta de um modo singularíssimo. O aumento de subsídio fez-se inconstitucionalmente; logo, a redução pode ser feita pela mesma forma inconstitucional.

Perdoe-me S. Ex.<sup>a</sup>, este seu raciocínio não é sério; lembra o aforismo popular — mordedura de cão cura-se com o pêlo do mesmo cão.

O ato da Câmara, aumentando o subsídio, foi inconstitucional? Suponhamos que sim. Por isso mesmo que o foi, a Câmara obrigou-se a não repeti-lo, imitando assim de um modo moderno a palavra daquele general romano, que bradava aos soldados ao iniciar uma empresa difícil: — é preciso ir até ali, não é necessário voltar!

### 23/07/1883 - Décio

Isto hoje é um pequeno rosário de balas; desses que se vendem às portas dos teatros, contendo apenas quatro balas, pequenas como o Sr. Maciel, chochas como um aparte do Sr. Feliolo dos Santos, e insignificantes como as odes do poeta, que Roendo o Nariz toda a sua vida, ainda assim ficará como aquele Prometheu da fábula, cujo fígado crescia à proporção que um abutre o roía - a (...) ele fígado.

São as quatro balas.

Primeira:

Uma visita de sua majestade e imperador à Praia da Saudade, para o fim exclusivo de examinar as obras do edifício destinado à Faculdade de Medicina desta corte.

(Digo desta corte, muito de indústria, porque alguém — mas não com A grande — sabendo que temos gasto (temos é com o governo) grandes somas para colocar um bom pé e atual edifício da mesma faculdade, é capaz de supor que me refiro a outra faculdade de medicina... à da Cafraria, por exemplo, cujo diretor talvez saiba faltar melhor português do que um certo diretor que nós todos conhecemos.)

Esta visita foi inserida nos noticiários da semana, os quais ajuntavam que sua majestade também visitou as obras do edifício próximo, destinado aos meninos cegos.

E o que há de *bala* na história é isto:

Se há ali outro edifício em construção, destinado a indivíduos para os quais foi ingrata a sorte, com certeza tais indivíduos não são os cegos — mas os surdos.

Erros de noticiaristas, talvez.

Os que podem e devem habitar próximo à faculdade de medicina do Rio de Janeiro são os surdos, para não ficarem horrorizados ao ouvirem os erros de ortografia do diretor da mesma faculdade e os latidos dos cães, nos quais o tento de operações faz experiências para provar que em caso de moléstias de homens... ele sabe operar perfeitamente em cães.

Os quais cães nem sequer reclamam.

Segunda bala:

O encerramento da Assembleia Provincial depois de seis dias de sessão, com grave escândalo do público amator de curiosidades e diletante de raptos oratórios e de discursos demostênicos.

Ninguém podia acreditar que o Sr. Gavião Peixoto pudesse obter tão facilmente um orçamento que na sessão própria havia sido de modo a ser rejeitado *in limine* e com umas razões de não sanção que pareciam — pelo tamanho — um discurso do Sr. Mac Dowell, salve seja.

Pois foi assim, tal qual como se viu e tal qual como não se esperava: o Sr. Gavião convocou, a assembleia se reuniu, a comissão declarou, o orçamento foi aprovado e a sessão encerrada — tudo dentro do prazo em que Deus fez o mundo: em seis dias!

O que é mais um ponto de contato entre Deus que fez o mundo e a salinha que faz o orçamento.

Há entretanto, uma diferença enorme entre o orçamento rejeitado e este que a assembleia arranhou em seis dias: é que aquele trazia o vício de origem: era muito *ordinário*, por ser engendrado, discutido e aprovado numa sessão... ordinária.

Terceira bala:

A decisão final no negócio... perdão, não é negócio: do tabelionato da corte.

Eram poucos — pouco mais de duas dúzias — os candidatos ao lugar.

Uns eram políticos extremados e portadores de grandes atestados de serviços e dedicação à causa pública... do partido. Outros, uns pobres coitados que deram em sangue nos campos do Paraguai o que lhes ditava a coragem, quando os incitava a irem defender a pátria ultrajada. Outros eram uns cidadãos crédulos, trabalhadores, inteligentes, ingênuos e bem intencionados, que pretendiam que se lhes retribuísse serviços dando-lhes um bom emprego.

Ah! mas o poder é o poder, e o partido reina, governa e administra tal qual como o imperador — na frase do Sr. Itaborahy, citada pelo Sr. Penido.

Havia um candidato que era bom funcionário público, que se dizia ser um excelente inspetor de colonos; um empregado que o governo tinha em conta de insubstituível. Simplesmente esse senhor tinha um grande defeito: ser proprietário de um emprego não vitalício.

E por isso, já que ele era bom inspetor das terras e com inspetor de colonização... que fosse ser tabelião do público, judicial e notas, que é emprego vitalício.

É coerente — e é pandego — o governo.

Quarta e última bala:

Anunciam os jornais um banquete oferecido pelos Srs. Martim e Affonso — *ambo florentes aetatibus, juntores ambo* — ao Sr. Deschamps, nosso cônsul em Montevidéu.

Banquete numa casa de banhos, presidido pelo presidente do senado, assistido pelo presidente da câmara, e tendo por convivas deputados e oficiais da armada, e outras pessoas que ocioso seria referir.

Porque um banquete?

Porque numa casa de banhos?

Dar-se-á caso que o cônsul precise ir de estômago regalado, tais as torturas por que tenha de passar no estrangeiro; e que deva sair daqui puro, limpo e imaculado — como quem acaba de sair do banho?

Mistério ou política?

Criancice ou diversão?

Tudo é profundamente obscuro neste negócio, e apenas podemos crer que os dois moços, os dois jovens deputados, os dois Juniores — Martim e Affonso — somente quiseram rir, beber, brincar...

Ah! é isso;

*Pueri ludunt.*

## 24/07/1881 – Zig-zag

Acabo de encontrar sobre a *mesa de trabalho* as seguintes linhas:

“Meu caro Zig-zag.

Acho-me em um grave apuro, e conto com a tua sincera e provada amizade para livrar-me dele.

Sabes que quem tem muito que fazer, nem sempre pode dispor do seu tempo. Peço-te, pois, que faças hoje as *Balas de Estalo*.

Creio que não me recusarás este favor, porque é a *primeira vez* que te incomodo.”

Assinado – Lulú Senior.

Eu podia aproveitar muito bem este bilhete, que tenho a indiscrição de transcrever, não só para dar a Lulú Senior uma prova da minha sincera amizade, como para explicar ao leitor o processo por que cá em casa são feitas estas coisas conhecidas pelo nome de *Balas de Estalo*.

Não o faço, e por um punhado de razões tão valentes quanto convenientes e irrespondíveis.

O bilhete de Lulú Senior, escrito num tom de extrema cordialidade, sem afetação, com a bonomia que ele costuma prodigalizar nas suas relações íntimas, é um pequeno documento cheio de malícia, e até mesmo com umas certas pretensões a perfídia.

Verdadeiramente não é um bilhete: é um irmão do cavalo de Tróia, se não é o próprio e o único cavalo.

Dentro de seu bojo, o escrito de que trato, traz nem mais nem menos do que o propósito de me expor ao público, como um escritor sem assunto, ou, antes, como um artilheiro sem balas.

É esse o fim pérfido, o intento pouco leal de Lulú Senior, que felizmente encontrou no meu espírito, já que há muito prevenido, as maiores resistências aos seus desejos de colega pouco escrupuloso.

Não é uma alta correção trazer certos fatos ao conhecimento do público. Há, porém, situações, como se diz nos apedidos, em que o público pode ser chamado a meter seu nariz.

A explicação do bilhete que vai transcrito, o leitor vai tê-la com a máxima clareza em duas palavras simples, como convém às vestes da Verdade.

Isto de *Balas de Estalo* é feito por escala.

Cada um tem o seu número de ordem. Só pode faltar chamada apresentando um atestado de médico, ou certidão de óbito.

Afora estes casos, o dever de um bom artilheiro, de um artilheiro que se preza o que se respeita, de um artilheiro que deixar um nome honroso na história destes tiroteios diários, é avançar! Se não tem estalos de que faça-as de ovo, de alteia ou de caju; mas faça-as, que esse é o seu dever.

Ora, Lulú Senior, faltando à chamada, agravou a pena de deserção, com a manifesta intenção de entalar, à última hora e de surpresa, um companheiro humilde, consideravelmente mais pequeno do que ele, e que, não podendo desferrar-se, como convinha, pela força, vinga-se em não achar graça nos seus escritos, e, o que é mais, em declará-lo alto e em bom som.

Há, pois, só duas razões pelas quais um bom artilheiro deixa de fazer *balas*.

Primeira: — por ter morrido.

Segunda: — por não ter assunto.

Foi indubitavelmente por esta segunda que Lulú Senior hoje desertou, pois que não me acho inclinado a acreditar que seja póstumo o bilhete que acabo de receber.

O homem não teve assunto e não fez as *balas*.

É para este traço, tão significativo, tão importante para a história literária e jornalística do último quartel deste século e do penúltimo quarteirão da rua do Ouvidor, que eu chamo toda a atenção da crítica, severa e austera.

É preciso, para que os vindouros não venham a ter uma noção errada desta época, tão brilhantemente assinalada pelas *Balas de Estalo*, é absolutamente indispensável, que a crítica: a alta crítica, filiada na mais correta e profunda orientação científica, registre e aponte como um *documento humano* o fato de um escritor deixar de escrever por não ter assunto, uma coisa que anda por aí a meter-se pelos olhos de

toda a gente, e que só não é vista por aqueles que os fecham, ou por aqueles que nunca os abriram.

Deixar de fazer *balas* por não ter assunto!

Esta só lembraria a Lulú Senior.

A mim nunca me ocorreu.

### 25.07.1883 – Lulu Sênior

Devo uma explicação ao público, e principalmente aos meus amigos, a quem peço que suspendam o seu juízo, a respeito da desagradável ocorrência que o meu colega e ex-amigo Zig-Zag teve a leviandade de trazer para as colunas desta folha (tiragem 24.000 exemplares, assinatura 12\$000 por ano).

Ligado a esse homem pela grilheta do trabalho, via-lhe todos os dias a cara, mas nunca vi o coração. Eu tinha a ingenuidade de receber como provas de afeto uns pequenos obséquios, que ele uma ou outra vez me fazia, como, por exemplo, consentir que eu lhe pagasse a passagem do bonde quando ia jantar comigo à minha custa, fumar os meus cigarros, beber o meu vinho sem água para não estragar, guardar os meus livros, tirar dinheiro da casa em meu nome, etc.

Iludido por essas manifestações, que hoje vejo que eram refalsadamente hipócritas, dirigi-lhe anteontem uma cartinha – não, foi um cartão – que ele publicou, adulterando-o, em que lhe dizia que, estando a sofrer a dor de um calo que ele me pregara, pedia-lhe com a delicadeza que me caracteriza, que fizesse por mim as *Balas de estalo*.

Esse cartão, deixei-o sobre a sua mesa de trabalho, à última hora, e, como moro longe, fui para casa muito tranquilo, com certeza de que ele não podia dizer-me que não, por falta absoluta de tempo. Este meu procedimento pode talvez ser qualificado de desleal, mas é perfeitamente correto.

Ora, eu confesso que tenho dado confiança a Zig-Zag; mas nunca pensei que ele abusasse dela assim em público e raso, a ponto de fazer assunto justamente da falta que eu sentia dele.

Não contente com isso, o Sr. Zig-Zag, virando pelo avesso o nunca assaz citado Epaminondas Thebano, conta umas histórias ao público sobre a manipulação das *Balas*, ocultando uma circunstância que é a justificação do meu ato e que até o nobilita.

É verdade que eu lhe meti a espiga de fazer as *Balas* em dia que lhe não tocava essa estopada; mas também é verdade que, sendo este trabalho pago a *olho*, quem mais trabalha mais se estafa, e tem mais probabilidade de ir direitinho para o céu. Por conseguinte, se lhe dei a honra, dei-lhe também o proveito.

Manda a lealdade – que ele não merece, mas que devo a mim mesmo – que eu deixe de contar que mais de uma vez tenho escrito *Balas*, que Zig-Zag assina e se o público não tem dado por isso, é porque, justamente para o engazopar, faço-as nesses dias muito mais tolas que do costume.

Não devo também dizer ao público que se acautele com a erudição que o referido Sr. Zig-Zag quer ostentar, falando em orientação científica, documento humano e outras joias de igual jaez. Ele leu isso há dias em um dos folhetos da *Questão da Sebenta*, de Camilo Castelo Branco. É que, desde que o Lino chegou da Europa – o Faro era muito mais fino – Zig-Zag metia-se na livraria, levava um livro, a pretexto de ver se lhe servia, lia-o, e depois tinha o cuidado de o não restituir. Da primeira vez ainda o Lino engoliu a coisa, com esperança de que lhe rendesse algum *reclame* para a casa; mas depois foi vendo que a brincadeira saía-lhe cara, começou a ter tremeliques e a fazer beicinho, e deu em emprestar só livros baratos. Daí a ocasião que teve Zig-Zag de ler a *Questão da Sebenta*.

Eu não me importo com estas coisas, e nem falaria em tal, se não fosse o respeito que me merece o público, para quem escrevo *exclusivamente*.

E, demais, o ato de Zig-Zag não foi espontâneo, e tem a sua explicação natural e científica na influência do meio. Basta, para reconhecê-lo, reparar na coincidência da

manifestação, no mesmo dia, de um fenômeno idêntico, em outro indivíduo de idêntica organização cerebral, que tem justamente o mesmo cultivo literário que Zig-Zag, e habituado à mesma ginástica intelectual.

Refiro-me – e faço o bom senso do leitor a \*\*\* de acreditar que já sabe o que vou dizer – refiro-me ao reaparecimento da *Musa do Povo*, coincidindo com as *Balas* de Zig-Zag.

E como a natureza providente põe sempre remédio perto do mal – e a prova é que, alguns milhares de anos depois de inventar as cobras, inventou o Sr. Dr. Lacerda, que descobriu as virtudes do permanganato de potássio – a produção da *Musa do Povo*, que tem por título *A consciência*, começa pela estrofe que transcr\*\*\* é um conselho a Zig-Zag:

“É a \*\*\* em nossas almas  
Louvor ou repreensão;  
É ela que nos diz ‘mal procedeste’  
Ou então ‘parabéns’ – o bem fizeste,  
Na má ou boa ação”

Assoe-se o Sr. Zig-Zag a este guardanapo. Não o chamo à responsabilidade porque não quero contribuir para as rendas de algum Romão. Deixo-o entregue à sua *Musa do Povo*, à sua consciência.

O público, se suspendeu o seu juízo no princípio deste artigo, pode pô-lo outra vez no seu lugar. Quanto ao Sr. Zig-Zag, desculpe se com estas toscas linhas ofendo a sua reconhecida modéstia; mas eu faltaria ao mais sagrado de todos os deveres, se neste momento solene deixasse de erguer a minha débil e não autorizada voz (ninguém diz: – Não apoiado!) para protestar contra a sua verrina.

Quanto aos erros de prosódia que formigavam no seu artigo, eu perdoo-lhes, como perdoo todos os dias os erros de ortografia que S. S. comete quando fala, segundo a bela e erudita teoria do Sr. Saboia, que para isso vai ser barão.  
P.S – Ó Zig-Zag: se nós fizéssemos as pazes?

## 26/07/1883 – Zig-zag

Aos meus amigos em particular e ao público em geral

Surpreendido pelas Balas de Estalo de ontem, em que sou traiçoeiramente ofendido por Lulú Senior, resolvi não continuar a ter companheiros tão desleais e intrigantes.

Nesta data escrevi uma carta, convidando Lulú Senior a retirar-se, que tão brilhantemente (...).

Aguardo sua resposta e dela, se me for agradável, darei conhecimento aos ilustrados leitores.

Faço esta declaração para aqueles que não me conhecem.

Com os outros, os que me conhecem, tenho tido a confiança e não estou para lhes dar satisfação dos meus atos.

## 28.07.1883 – José do Egito

Meu caro Lulu Sênior. – Agora mesmo acabo de ler a vossa bala de 18 do corrente, que bem se pode chamar – além de uma bela bala – uma bala-bula pois que com ela fulminais, de excomunhão maior, as orações e outras terapêuticas celestes aplicadas ao saneamento deste mundo essencialmente agri... (o que é o hábito!) essencialmente enfermo.

E, meu respeitável amigo, devo desde já, declarar-vos que ao traçar estas linhas estou – além de sentado à mesa – profundamente indignado.

Se eu não soubesse que é mais de curar abusos do que erisipelas que viveis, que o vosso empenho social não é extrair as mazelas dos corpos, mas injetar a luz nas consciências, eu afirmaria intemeratamente que o móvel da tua deplorável ação fora fazer reclame à clínica.

Isto, porém, não vos justifica de todo; se não foi para a vossa sardinha que puxaste a brasa, bem podia ter sido para a sardinha do Decio, do Gabizo, do Pedro Paulo e dos outros, que em vez do Padre-Nosso e do raminho de arruda receitam pílulas e ventosas.

Em todo caso permiti que vos diga com aquela franqueza que caracteriza... o meu vizinho: andastes mal.

Neste tempo de maravilhosas descobertas e de incessantes progressos na arte de despachar para o outro mundo os habitantes deste, é mais do que uma injustiça, é uma verdadeira iniquidade expelir do seio das medicinas a Bruxopatia. É tão boa como as outras e como elas, tem igual direito à vida. O que a distingue das outras é ser mais aperfeiçoada, menos materialista.

Sede benévolos, sede justos: entre os alopatas, homeopatas, electropatas, septipatas (estes têm *mais três* que os outros), hidropatas, dosimetropatas, espiritipatas, fazei lugar, senhores, aos bruxopatas! Em fundo, sinceramente, é uma *questão* que sempre termina em *patas*: o *fim* é sempre o mesmo. É do livre concurso que nasce a supremacia do bem. Me parece mesmo que isto é uma ideia positivista: Ensine quem quiser, cure quem quiser. Nada de privilégios, Lugar à Bruxiopatia. Lugar, lugar à oração, à benzedura, ao raminho de vassoura.

-

Além destas razões filosóficas, eu tenho, meu caro Lulú, certos fatos, muitos fatos, para fulminar vossa fulminação.

Quem cura, bem o sabeis, não é a sanguessuga, o aconito, a *duche* gelada ou o bisturi; quem cura é Deus.

Neste ponto, não ousareis, me parece, contestar nosso seráfico colega do *Apóstolo*. (*Ora pro nobis!*) Eu vos julgo um homem valente! Atribuo-vos todas as coragens! Suponho-vos bastante destemido para ouvir um acróstico do Rozendo ou uma conferência na Glória. Sois capaz de ir à procura do espírito de França e do republicanismo do Sr. Afonsinho.

Em suma, conseguireis abraçar o *Apóstolo*. (*Ora pro nobis!*), porém, contraditá-lo naquele ponto doutrinal, para isso é que nunca tereis topete. E vencido este ponto, está vencida a questão: A Bruxopatia é uma verdade; o Dr. Fort e o Caboclo da Praia Grande são igualmente infalíveis.

Além disso, meu grande Lulú, eu já vi, com estes dois que a terra há de comer, a cura do quebranto, do mau olhado, da espinhela caída, do ventre virado, do cobreiro, do flato, da lagarta nas plantas, da bicheira nos animais, do sangue pelas ventas, da erisipra, das freiras, e toda a sorte, em suma, de frioleiras e mazelas. Indicarei rapidamente, para uso dos precisados e vergonha dos sábios, algumas fórmulas bruxopatas:

A erisipra (ou erisipela) põe-se logo ao fresco, cingindo-se a parte ofendida com uma torcida de algodão e traçando sobre ela várias cruces com um sapo amarelo.

A asma, pendurando-se ao pescoço do enfermo um vagalume vivo metido dentro de um breve; mas, para que a força medicamentosa se exerça, é necessário que o doente ignore o conteúdo do breve.

Para evitar o mal de sete dias (que segundo os bruxeopatas é produzido de chuparem as bruxas o umbigo dos recém-natos) coloca-se uma tesoura aberta, por certo tempo, junto á cabeça da criança.

Para matar os bichos nas plantas e nos animais não há melhor enxofre, nem mais evidente mercúrio do que certa lenga-lenga cabalística, sabida tão somente dos

rezadores especialistas; e o mais curioso é que se não torna preciso que o *médico* apalpe ou veja o enfermo, quer sofra ele de bichos ou de quebranto: o *médico* aplica-lhe a *droga* mesmo de longe, a uma ou mais léguas, e, à proporção que vai entrando pela reza, vão caindo os bichos e saindo o quebranto do lombo dos pacientes.

Além destes miraculosos efeitos, a reza produz ainda outros em relação a objetos perdidos, ao descobrimento de ladrões, a apaixonar indiferentes, etc, etc.

Ainda outro dia tive ocasião de me convencer do muito que se enganam os inimigos da Bruxopatia, os quais, como meu caro colega, não trepidam em declarar que, para as dores de cabeça, mais do que nas rezas, acreditam nos sinapismos nas pernas e quejandos motejos que tanto ofendem os bons tementes a Deus e ao *Apóstolo*. (*Ora pro nobis!*)

Foi este o caso: De uma das gavetas de um móvel desapareceram-me cinco ou seis moedas de prata. Do lugar onde tinham sido postas, estávamos todos bem certos, mas quem as havia furtado?

Houve gerais desconfianças de uma pobre mulher, religiosa e doce, que nos fora á casa pedir não sei o que. Vários expedientes foram lembrados para descobrir a verdade. Por fim confiou-se este delicado negócio para a habilidade e perspicácia das senhoras. Puseram-se então, à vista da indiciada, a conversar sobre o objeto *perdido* e incidentemente sobre o caso das moedas. Uma lembrou a eficácia das rezas, que faziam aparecer o objeto *perdido*, embora em outro lugar que não aquele em que fora posto. Outra declarou, com grande horror fisionômico das penas do inferno, que aquele dinheiro, se havia sido furtado, não aproveitaria ao ladrão, *porque era de Nossa Senhora*. À esta revelação a indiciada tremeu. Depois declarou que sabia uma reza infalível para achar o perdido, e, como todos rezássemos que a pusesse em prática, foi para dentro do quarto, e aí, sozinha, rezando, mexendo e remexendo, esteve por largo tempo; depois veio chamar a gente e foi mostrar-nos, com grandes louvores a Santo Antonio, as ditas moedas achadas dentro de um baú, elas que tinham sido *perdidas* dentro de uma gaveta!

Caímos todos de joelhos, constrictos e lacrimantes, e eu, sem demora, escrevi ao bispo, narrando-lhe o inaudito e estupendo milagre.

À vista do que deixo exposto, meu caro Lulú Sênior, estou bem convencido que fareis uma reforma completa em vossas opiniões médicas e que ireis sem demora, vós, o Décio e os mais sequazes das medicinas experimentais e profanas à confissão aos pés do *Apóstolo* (*Ora pro nobis!*) e que por penitência lereis três vezes de trás para diante o *Decorofobia* e escrevereis dez volumes cada um sobre a influência do *Flos Sanetorum* no tratamento da alienação mental.

E adeuzinho. Desculpe o papel e a letra, que é às pressas.

Longe da corte, hoje à tarde.

## 29/07/1883 – Blick

O homem põe e Deus dispõe.

Vinha resolvido a fazer uma bala de estrondo, que ferisse a tudo, desde o nariz do Sr. Rozendo até os bilhetes do Sr. Castro; desde...até...; mas não posso.

Por desgraça minha, sou eleitor da Santa Casa, e disponho do meu voto e de mais alguns. Por isso, logo que o visconde de Jaguary passou desta para melhor vida, tenho sido perseguido de cartas e de empenhos.

Ao chegar à mesa de trabalho honrado, encontrei-a coberta de cartas.

Uma dizia:

“O nosso amigo conselheiro Dantas é candidato ao lugar de provedor. Ninguém há que se possa comparar-lhe como aptidão e dedicamento. Sabe que na Bahia já ocupou este lugar e conseguiu dar juízo a uma doida. Bom como é para a família, disposto como é a dar abraços, ele mostrará, estou certo, para com os pobres doentes, uma benignidade e afeição que em breve tornarão o meu amigo orgulhoso de ter-lhe dado o seu voto, e de ter concorrido para que F.F.F. deem-lhe também o seu.”

Outra carta diz o seguinte:

“O venerando visconde de Paranaguá é incontestavelmente o mais apto para ocupar o lugar, agora vago, na Santa Casa de Misericórdia.

“É presidente da Sociedade de Geografia, já o foi do conselho, já o foi da Bahia, já o foi de Pernambuco, já o foi de Maranhão, teve um genro presidente, tem um filho presidente.

“A sua bondade mostra-se no fato de que protege os seus genros, em vez de proteger os filhos, como faz Dantas, que nisto não mostra nem um merecimento, porque se ele não lembrasse dos seus, que é que lembrava?”

À vista disso...”

Outra diz:

“O nobre barão de Cotegipe é o mais próprio para o lugar (*o mais como nas outras.*)

“O meu amigo sabe que na Santa Casa de Misericórdia entram com frequência vítimas de ferimentos.

“Em vez de esparadrapo, e fios de linho velho, o eminente estadista baiano levará o seu desprendimento a ponto de substituí-los por popeline da mais fina.”

Outra diz... Todas dizem o mesmo, e todas recomendam candidato diferente.

Nestas condições, não sei o que faça.

Todos prometem muita coisa; mesmo um prometeu exatamente o que eu queria que me prometessem:

1º, que a farmácia da Santa Casa fosse dirigida por farmacêuticos;

2º, que as enfermeiras não dessem ordens aos médicos;

3º, que os doentes não pudessem ser castigados e flagiciados pelas enfermeiras.

4º, que... muita coisa.

Portanto, resolvi não dar voto em ninguém, nem fazer bala.

### **30/07/1883 – Décio**

Aparecem há dois dias, no *Jornal do Comércio*, um artigo, evidentemente de origem oficial, em que se procurava provar neste bom povo, que ninguém estava mais bem talhado para almirante da nossa marinha, do que Sua Alteza o Sr. duque de Saxe.

O articulista respondia ao Sr. Tannay, e passava-lhe uma *banda* formidável, a propósito de S. Ex. dizer, na câmara dos deputados, que duvidava muito dos conhecimentos náuticos do Sr. duque de Saxe, a quem considerava um verdadeiro *marinheiro d'água doce*.

O articulista neste trecho encheu-se de muitos pontos de admiração, perguntou aos céus por que motivo não se abriu a terra debaixo dos pés do Sr. Tannay, ao pronunciar tamanha heresia, e atirou-se à sua tarefa, patriótica e justiceira, de demonstrar ao Sr. Tannay, à câmara, ao país, ao mundo inteiro, — e até ao próprio Sr. duque de Saxe, — que Sua Alteza quando veio casar no Brasil, representava ao mesmo tempo um belo corte de marido...e de almirante.

Metendo mãos à obra, o Sr. Três Estrelas disse que Sua Alteza embarcara uma vez na fragata *Donan* (ainda há pouco o João Tesourinha veio de Angra no patacho *Jovem Amelia* e nem por isso saiu... guardião da armada, sequer); que andara nas corvetas *Dalmar* e *Velebir*, fazendo uma viagem aos Estados Unidos; e que de uma feita



até embarcou com os almirantes Wullerstori e Taghetoff, na fragata *Elisabeth*, e foi dar com o costado no mar Negro e em outros mares de cores menos tristes.

E logo, concluía o defensor do Sr. duque “nada havia de censurável nem de extraordinário na nomeação de Sua Alteza para o posto de almirante de nossa marinha.”

Não se pense que vamos combater tão poderosos argumentos e levar à parede o Sr. Três Estrelas. Oh! Nunca! Jamais! Em tempo algum!

A réplica, e com a réplica a refutação; cabe exclusivamente ao Sr. Tannay, que teve o arrojo de chamar ao outro de marinheiro de água doce, valendo-se para isso das suas imunidades de deputado, e do seu gênio altivo e adocicado; como costumam ser os que, como o S. Ex., cultivam simultaneamente a política e a música, fazendo discursos na câmara e chopinianas no Bevilacqua.

O Sr. Tannay que as armou, o Sr. Tannay que as desarme. Se em sua opinião merece censura a elevação do Sr. duque ao posto de almirante, — que demonstre-o Sr. Ex.

Não nós, que estamos de pleno acordo com o Sr. Três Estrelas, ao qual até agradecemos a ideia da defesa e os argumentos com que a produziu, tanto mais que tais argumentos nos servem para justificarmos o requerimento que, em nome de um amigo e companheiro ausente, vamos apresentar aos poderes constituídos, ajuntando ao nosso memorial todos os documentos comprovativos do direito e do merecimento do ausente.

O Sr. duque de Saxe, por ter ido ao mar Báltico, no mar Negro, aos Estados Unidos, navegando pelo Atlântico, pelo Mediterrâneo, desde Gibraltar até o Egito; indo na nau *Kaiser* até as Canarias e na corveta *Geoff* até à Madeira; por isso que Sua Alteza, como a Maria Angú,

Andou por Sorocaba,  
Por Jacarepaguá,  
Por Pindamonhangaba;  
Por Guaratinguetá,

foi que mereceu justamente o elevado posto de almirante da nossa marinha.

Pois bem: Sua Alteza, ao que se diz, está prestes a retirar-se por uma vez desta terra, e a resignar tudo quanto tem entre nós—menos o dote. É natural que retirando-se Sua Alteza, fique vago o almirantado, e é exatamente para essa vaga que apresentamos requerimento, e no requerimento um nome simpático no país inteiro e a nós especialmente.

A pessoa que nos referimos tem títulos ainda mais apreciáveis na especialidade de viagens, do que o próprio illustre resignatário do almirantado brasileiro. Como Sua Alteza, já foi aos Estados Unidos, ao mar Báltico, à Meia Pataca, ao Mediterrâneo; até já passou além da Taprobana, deslizando pelo canal de Suez, e pelo Golfo Pérsico, atravessando o mar da Índia, o golfo de Bengala, o mar da China, o mar do Japão, todos os mares conhecidos e por conhecer.

Esteve em Pequim, em (...), em S. Petersburgo, em Buenos Aires, na (...); já foi um dia dar com os ossos em Paquetá; tem levado a vida embarcado, e para ir daqui ali assim à Praia Grande, jamais trepidou em tomar uma barca Ferry. Atualmente interna-se pelo mar de Azov, e qualquer dia é capaz de surgir aí pelo Mar de Espanha.

À um homem destes o país não pode negar o posto a que ele faz jus — muito mais do que o Sr. Duque de Saxe: — o posto de almirante da armada brasileira.

O país que não tenha receio; se para o futuro algum Sr. Tannay censurar a nomeação, cá estamos nós e o Sr. Três Estrelas para defender o seu ato.

E portanto, esperamos que o governo imperial, atendendo aos muitos anos de embarque que conta o nosso recomendado e nomeie para o lugar de almirante, na vaga de Sua Alteza o Sr. Duque de Saxe — e nosso colega Elísio Mendes.

### 31.07.1883 – Lulu Sênior

Assisti há dias ao enterro de um homem notável, que ocupou as mais elevadas posições no país, e morreu cercado de grande prestígio.

A cerimônia fúnebre deu-me ocasião de observar mais uma vez umas coisas eminentemente ridículas cá da terra. Uma delas é a polícia.

Vão chegando os carros de convidados, chega o carro fúnebre, e cada um fica onde apraz ao cocheiro. Quando já há uma dúzia deles de cada lado e até pelo meio da rua, chega um bonde, que não pode passar; depois uma carroça de lixo, outro bonde, dois tílburis, uma diligência, duas carroças de aterro, três andorinhas, mais cinco ou seis bondes, e tudo aquilo vai parando onde pode ou onde quer. Vêm mais carros com convidados e vão tomando as ruas próximas, para amontoar-se, e ao fim de meia hora o trânsito é impossível.

No enterro a que me refiro, já o caixão estava no carro da empresa funerária, quando se anunciou a chegada dos carros da Casa Imperial; mas a balbúrdia era tal, que não havia espaço nem para dar entrada a estes, nem para deixar sair aquele. Durante três quartos de hora, esteve o carro parado com o caixão, os convidados no meio da rua, sem que aparecesse alguém que removesse o embaraço causado unicamente por injustificável imprevidência da polícia.

Quando digo que ninguém apareceu para dirigir o serviço, quero dizer que ninguém o fez eficazmente, porque a realidade é que toda a gente dava ordens. Um urbano lembrava que seria bom fazer virar um carro para aqui; mas um cocheiro de bonde dizia que era muito melhor ir para ali, e terminava o conselho, dado em alta voz, e em tom de quem entende da coisa, chamando o urbano de – barbeiro.

Intervinha um cidadão do povo, em mangas de camisa e chinelos, e observava sentenciosamente que o urbano e o cocheiro estavam deslocados, que o lugar deles era entre os varais, e que o meio de desembaraçar a rua era mandar virar os carros para acolá.

Em seguida, um homem de opa rezava também a sua sentença, que era logo contraditada pelo carroceiro do lixo, apesar de calorosamente aplaudida pelo cocheiro da andorinha.

Afinal, depois de três quartos de hora de barulho e desordem, foi removido o embaraço, que se não teria dado, se um polícia, tivesse ido postar-se naquele lugar à hora do enterro, e indicasse os lugares em que deviam ficar os carros.

Sem insistir sobre outros inconvenientes, basta lembrar o transtorno que essa irregularidade de serviço causa aos passageiros de bondes, imagine-se a gente que está pelas outras ruas à espera de bondes, que não chegam porque estão presos.

O outro ridículo, e esse é de um ridículo que faz dó, é representado pelos carros do Paço. Sabe-se que é uma alta distinção que a monarquia confere aos que bem serviram à pátria, mandar os carros imperiais à cerimônia fúnebre. Mas que carros, Santo Deus! O que levava o caixão tinha a boleia toda forrada por um pano, que em tempo talvez tenha tido pelo; em um dos cantos, o galão estava descosido, e deixava ver pelo rasgão os fios sujos da fazenda velha. Nódoas espalhadas por toda a parte demonstravam a repugnância das escovas em terem contato com aqueles farrapos.

O cocheiro – um tipo perfeito do gênero a que o povo em sua linguagem pitoresca chama um pobre velho cangueiro – muito mal amanhado, cochilava na boleia desconjuntada o seu aborrecimento de urubu palaciano.

Que a monarquia honre restos mortais dos que lealmente a serviram, compreende-se: mas o que não se compreende é que, a pretexto de dar uma prova de consideração

ao morto, lhe mande ao enterro uma geringonça ridícula, que, não contente de ser velha, o que é tolerável, é rota e suja.

Se os tempos estão bicudos, e não há dinheiro para se mandar fazer uma caranguejola nova, mandem ao menos forrar aquela com um paninho barato, mas limpinho, reformem o cocheiro, e ponham no seu lugar outro em melhor estado, e com uma encadernação mais decente.

Eu cá por mim, desde já declaro que, se algum dia prestar serviços ao Sr. D. Pedro II, a quem Deus guarde, é com a condição de não me mandar aquela tipoia ao enterro. Prefiro a carrocinha da Misericórdia, que ao menos, de quando em quando, é pintadinha de novo...

O que quer Vossa Majestade! Nós estamos acostumados a isto: pobrinhos, mas limpinhos.

P.S. – Creio que o público e os meus amigos devem ter reparado que entreguei ao desprezo o tal Sr. Zig-Zag. Nem palavra!

Ficam no escritório desta folha, à disposição de quem os quiser examinar, os documentos que provam o favor que me deve esse ingrato.

### **Balas de estalo – Agosto de 1883**

**1º/08/1883 – Lélío**

#### **02/08/1883 – Zig-zag**

O público, o bom público tão paciente e resignado, é testemunha da moderação com que me tenho prestado aos mais impertinentes desabafos do Lulú Senior. A moderação, porém, nem sempre é compreendida como a virtude mais própria daqueles que, tendo receio de dizer muito, se limitam a não dizer coisa alguma.

É por isso que vou falar, ou, mais propriamente, escrever tudo quanto impavidamente diria na cara do meu gratuito detrator, se ele não tivesse a prudência de se esconder sistematicamente às horas em que o posso procurar.

Antes de mais nada, devo fazer uma retificação à nota do encontro que se deu, na praia do Dr. Figueiredo de Magalhães e do Sr. Duvivier, entre mim e Lulú Senior.

Não é exato que ambos nós tivéssemos disparado a pistola para o ar. Dado o sinal convencionado para a partida dos tiros — um espirro de Lélío — e quando eu ia puxar o gatilho, deparou-se me a cara de Lulú completamente desfigurada.

Pálida como a lua, umedecida por um suor de medo, a fisionomia profundamente medrosa do meu adversário condeu-me a ponto de eu disparar para o ar, ao mesmo tempo que ele disparava pelo terreno a fora, como perseguido por uma matilha de cães danados.

Esta é a verdade que o público deve conhecer, para que não viva enganado a respeito da coragem de certos escritores, valentes nos adjetivos e fracos nos tiros.

O caráter da publicidade que tomou este incidente obriga-me ainda a responder a alguns trechos das últimas *balas* de Senior.

Apontado, ainda que casualmente, como um artilheiro sem pólvora, revoltou-se cheio de raiva contra mim, e não duvidou lançar-me o epíteto de papa-jantares e outras.

Tenho infelizmente de reconhecer que algumas vezes tive fraqueza, de cedendo ao seu pérfido convite, acompanhá-lo no doce sacrifício da mesa.

Vejo que em má hora o fiz, porque é sempre triste ver a gente lançar-lhe em rosto o que come na casa alheia.

Se eu viesse cá para fora dizer mal do jantar de Lulú Senior, razão teria ele para me fazer lembrar que *cavalo dado, não se lhe olha o dente*.

Eu, porém, jantei e sempre me resignei. Nunca vim para os papéis periódicos narrar a história picaresca de um certo pato com arroz de forno, que, com uma

impertinência atroz, me era posto todos os dias diante dos olhos, como para me provocar o apetite. O pato vinha para a mesa logo depois da sopa, ali só conservava até ao levantar da toalha, e no outro dia lá aparecia ele, abandonado e triste, como que queixando-se da indiferença dos convivas.

Passaram-se anos assim — o pato aparecendo todos os dias — até que um conviva ousado e mesmo inconveniente avançou uma vez com o trinchante para cima da pobre ave.

Deu-lhe a primeira avançada, e o pato ficou como estava. Deu-lhe a segunda — o mesmo resultado. A terceira, foi à unha, e então, oh! Caso inaudito! verificou-se que o pato não era como outro qualquer, tonto ou não tonto, era uma iguaria de contrarregra de teatro, habilmente feita pelo Francisco Fernandes, de papelão envernizado, para figurar nos banquetes em que os *cômicos* se embriagam e as ingênuas desmaiam!

Isto nunca eu disse ao público, nem o direi jamais, embora pudesse acrescentar que esse pato foi ultimamente substituído por um peixinho cozido com molho de alcaparras e três camarões em volta, que a gente é obrigada a recusar para não desenfeitar o prato, comendo somente o peixe, acompanhado de vinho italiano, por tamina, que não precisa que se lhe deite água, porque já vem com ela lá de dentro.

Talvez pareça pouco correto e mesmo pouco honesto este meu procedimento de vir falar assim os pratos em que comi.

É natural que depois disto os meus amigos se permitam a prudente liberdade de nunca mais me convidarem para suas casas. Peço-lhes, porém, que atendam a que fui provocado por Lulú Senior, que me atirou à cara com os seus jantares, oferecidos de tão boa vontade, que hoje são para ele um verdadeiro remorso.

Quisera eu poder restituir-lhe todos os seus jantares; na impossibilidade, porém, de o fazer, porque os não tenho aqui à mão, limito-me a lembrar-lhe a história do pato e dos três camarões.

Depois do ato nada cavalheiroso de me lançar em rosto o que me deu a comer, Lulú Senior na minha erudição, em retirada de dinheiro, e anuncia que os documentos comprobatórios das suas acusações estão à disposição do público no escritório desta folha.

Tudo falso. As transações de dinheiro que tenho tido com Lulú Senior são as seguintes: ele empresta-mo-lo ao juro de 5% ao mês, deixando eu um relógio de ouro como penhor.

Aqui está a generosidade deste Braz & Paiva das *Balas de Estalo*.

Quanto ao anúncio dos documentos, foi mais um embuste.

O público cá veio à procura deles. Mas o que encontrou? Em vez dos documentos contra mim, um memorial assinado por Lulú Senior, pedindo humildemente que lessem as *Gazetas* em que estão estampados os seus artigos — *Prazo longo e juro módico — Momento Fisiológico — Urospatha Augustiloba*, enfim toda a literatura do autor da comédia *Primo Basílio* e *Eça de Queiroz*.

Creio que me defendi cabalmente, e que meus amigos podem continuar a dispensar-me a consideração, que, infelizmente, é o único patrimônio de

### **03/08/1883 – Blick**

Os irlandeses lavraram um tento.

Que aparecesse um traidor entre eles; que fosse levar à polícia quanto sabia e esta premiasse-o com 25 mil libras, mostrasse por sua vida empenho igual ao que mostraria pela rainha: depois o disfarçasse e internasse em uma de suas possessões; não puderam impedir.

Mas o traidor na primeira terra a que chegou foi logo executado, e a sua sorte servirá de exemplo a outros.

A morte de Carrey, confesso-o, satisfez-me de um modo extraordinário, e depois dela não sinto coragem de falar em mais nada.

Nem na luta entre dois diretores do colégio, que está divertindo o público.  
Nem na luta astronomico-curul-real em que tanto se deleita o Sr. Gusmão Lobo.  
Nem na conferência pedagógica do Sr. Leôncio, que o Sr. Conde d'Eu não ouviu.  
Nem mesmo na eleição do Sr. de Cotegipe para a Santa Casa de Misericórdia.

A este respeito, chega-me uma carta escrita em francês e com endereço a uma senhora em Paris, que parecia a superior das irmãs de caridade.

“O novo provedor, diz-se aí, é um verdadeiro problema para nós.

“Se é católico, se é protestante, ignoro-o, por maiores pesquisas que haja feito, ele mesmo também o ignora. Vai para quarenta anos está no que se chama política, o que significa que há quarenta anos não lê, não medita, não estuda, não se interessa, nas grandes questões que separam em duas a humanidade, e que por fim serão resolvidas para maior glória de Deus e salvação das almas.

“Diz-se que de alguns anos para cá, depois que o imperador chamou-o de resto do ministério, ele encheu-se de melindres e está disposto a deixar sinal de si na história.

“Dizem até que apregoa que é incompatível com o atual imperante e que com ele nunca mais ocupará a posição de ministro.

“Até onde levará ele estes melindres é o que não sei e estou inquieta.

“É capaz de dar ouvidos às más línguas e querer minar a nossa influência e aniquilar a obra em que, trabalhadoras obscuras, não cessamos de laborar.

“Deus nos livrará de tais perigos, espero; mas é preciso que façamos por nossa parte para que Ele nos ajude.”

Portanto, lembro a Vossa Majestade que mande de agora em diante irmãs bonitas, e francesas, porque me consta que o atual provedor não tem respeito delas o mesmo sentimento que para o atual protetor das letras.

Preso por ter cão, preso por não ter cão, dizia ontem o Sr. conselheiro Junior ao senador Viriato: com medo da eleição, fiquei doente, e agora que sou reeleito, ainda estou mais doente.

— Vamos ver, rosnou o Sr. Viriato, se agora que ele está reeleito terá coragem de ir alugar a casa.

Duvido.

Eu também.

#### **04/08/1883 – José do Egypto**

— Alguém vai ou não vai?...

A Europa, ansiosa e rejubilante, está toda a varrer-se, a brunir-se, a espanar-se, para receber dignamente o imperial e hipotético visitante...

Mas Alguém ainda não pediu licença aos pais da pátria para o seu aboatado passeio...

Então Alguém não vai...

Mas os jornais parisienses há muito que com significativa insistência e grandes ares de quem sabe o que diz, anunciam, noticiam, comentam a próxima passagem de Alguém pela capital do mundo civilizado, em direção à Exposição de Amsterdã...

Então Ele vai...

Mas se fosse, devia saber-se aqui, neste rico império que tem a honra de possuí-lo por monarca e a Escravidão por instituição intangível e sagrada, Sim; é natural que a gente aqui soubesse disso melhor do que a de Paris...

Então Ele não vai...

Alguém, entretanto, necessita urgentemente de arejar a sua mobília científica, que há bastante tempo não recebe o benfazejo sopro das admirações europeias e as carícias do grande sol da Fama.

Alguém precisa conversar com o Sr. Flammarlon, no observatório de Paris, sobre o cometa e a passagem de Vênus; fazer nova edição do seu *calembourg* da *imperial* com o poeta da *Piedade suprema*; cochilar a sua soneta científica na Sorbonne, ouvindo o Sr. Luys, ou o Sr. Caro ou o Sr. Rénan no instituto; cair às quatro da madrugada no museu do Louvre e à meia noite nos ateliers do *Figaro*.

Em suma, Alguém precisa sacudir na Europa este pó burguês e pesado das conferências da Glória, do Instituto Histórico, das Câmaras (inclusive a municipal) dos negros, da questão Tripoti, das Missões, da Copacabana; esta poeira de carranceira, de estrabismo, de malandrice nacionais... Não; decididamente Ele vai... Mas a Exposição Pedagógica, o Congresso de Instrução Pública?... Alguém não pode deixar de abri-los, de visitar a primeira três vezes ao dia, e de dormir no segundo três horas por noite.

É indispensável isso para Quem quer deitar Froebel nas Estranhas.

Ah! Ele não vai...

Ou vai depois de aberta a Exposição Pedagógica e... fechada a de Amsterdã!

Pode ser...

Talvez...

Quem sabe a vontade dos deuses?

Aguardemos, pois, os acontecimentos.

Pois sim, aguardemos isso, mas não guardemos as observações de bom conselho e de melhor súbdito, que nos sugere a projetada viagem.

Verdadeiramente o que nós queremos, não é dar um conselho a Alguém: é simplesmente fazer-lhe um pedido, um insignificante pedido...

Ah! não é nomear-me tabelião da corte ou membro do Congresso de Instrução... O meu fornecedor de papel e penas prometeu emprestar-me o relatório que escreveu para aquela festa científica (*uhm! uhm!*) pois que também é membro... Não vêm os senhores que eu tenho tido insônias e então...

— O pedido, portanto, não é de uma boa colocação da minha pessoa aos olhos da Posteridade, ou na mesa do orçamento; é apenas de Alguém mesmo perante o Bom Senso Universal. Alguém me perdoará, mas o pedido é este:

— Que Alguém, na sua futura viagem, não torne a passar por... por... credor do Sr. Pastour ou do Sr. Charcot, como lhe sucedeu da outra vez com o Sr. Littré...

Sim; que Alguém nos faça o especial favor de não passar por credor de nenhuma notabilidade europeia...

Antes repasse por devedor contumaz da hospedeira do Porto, do que por credor de quem quer que seja... Meu Deus, eu sinto-me acanhado ao esfolar este melindroso assunto, principalmente neste ponto, que é o mais difícil: — a cauda.

Alguém não ignora que o credor aqui, como na Europa, como na Cochinchina ou no Congo, é o ente mais antipático, mais estrambótico, mais espinhoso, mais *sogra*, que existe...

Em uma palavra, Senhor, credor tem por sinônimo — *cadáver*...

— Aí vem o *cadáver!* berra o moleque de uma república, e os estudantes desaparecem todos fantásticamente, em ceroulas, no ar, e quando o *cadáver* entra, é um silêncio de cemitério e que encontra... e cigarros que ainda fumegam.

O *cadáver* é o que existe de mais mefítico, de mais fúnebre, de mais chocante; o *cadáver* é... o *cadáver!*

E Alguém, quando foi encontrado no corredor da casa do Sr. Littré, de repente, sem ao *fatre annoncer*, foi tomado por... *cadáver* do grande sábio! Do grande sábio que não tinha *cadáveres!* que era um pagador integérrimo e prontíssimo, segundo consta.

Isto é grave, isto é medonho!

Meditemos um pouco...

Alguém é um sábio, é um literato, é o Mecenas moderno.

Fez a quadrinha de Içá; traduziu a *Bandeira Estrellada*; anotou os *Nocturnos* do malogrado e sempre saudoso Crespo; visitou Longfellow, Villugo, Loverrler, Pinheiro Chagas, quanta notabilidade em ciências e letras foi encontrando; cochilou na Sorbonna; ressonou no Instituto; passa telegramas à Academia das Ciências, de que é sócio correspondente, anunciando os cometas que o Sr. Cruls descobre; passou um dia inteiro, de estômago vazio, grudado o telescópio para ver a Vênus... não passar; assiste a todas as sessões do Instituto Histórico e Geográfico e a todas as conferências da Glória: está, há trinta anos, escrevendo um livro, do qual ninguém tem notícia; traz presa ao cruzeiro da imperial coroa a etiqueta em que se lê: — “O sábio”... e é tomado em França por *cadáver* do Sr. Littré!!...

Ah! que Alguém se digne ouvir a minha humilíssima e suspirada súplica!

Alguém tem tido todas as homenagens, todas as honras, todos os preitos.

Tem sido proclamado o protetor das letras, o amigo das ciências, o pai das artes, o adorador e camarada dos gênios...

Não necessita, portanto, da glória esquisita e incomoda — de *cadáver* de sábios.

Se o caso se tivesse dado com Balzac, o devedor crônico, que tinha ainda mais dívidas espalhadas do que livros — pelo mundo — seria admissível. O gigante do *Père Goriot* bem poderia achar Alguém com ares de seu *cadáver*...

Mas Littré! Passar por *cadáver* de Littré! *C'est trop fort!* Bem sei que os contistas não duvidarão jurar pelo Grande Ser (*chapeau bas!*) que Littré não pagava ao alfaiate, ao sapateiro, à especieira... Mas ousarão eles afirmar que Alguém tem o físico de algum desses empregos? Não; seguramente não! E é aqui que se sopesa toda a terrível importância desse fato.

Conseqüentemente, que Alguém passe na Europa por tudo quanto lhe aprouver, até mesmo pelas *Folies bergères*; mas, lhe pedimos encarecidamente, não passe mais por *cadáver* de ninguém! É favor.

## 05/08/1883 – Lélío

### 06/08/1883 – Publicola

Um homem feliz — o compadre.

Deputado, senador, ministro por vezes, presidente de províncias, sogro do seu genro, conselheiro de Estado extraordinário, presidente do conselho, compadre e outra vez sogro de seu genro — tudo no breve espaço de tempo que vivem as rosas de Malherbes; numa manhã.

Como se não bastasse tudo isso, falece agora um conselheiro de Estado ordinário e é nomeado para a vaga exatamente aquele a quem a fortuna escancarou uma vez a boca e não a fechou mais, tomada de um sorriso perene: o compadre.

Um homem feliz, não há duvidar.

Somente entendemos que, tratando-se de pessoa tão distinguida pelo atual reinado, de pessoa, cuja alta valia atinge às nuvens nos nossos horizontes políticos; de pessoa que é o manda-chuva cá da terra e o treme-tudo das nossas situações políticas, a denominação do seu novo cargo não condiz com a sua posição e parece um tanto desrespeitosa aos seus elevados méritos.

Conselheiro ordinário não soa bem aos ouvidos de nós outros, míseros embrulhadores de balas, quanto mais aos aristocráticos ouvidos de quem impera e ordena neste país e neste reinado, de que é o subimperante por favor e subadministrador por concessão única.

Não; que outros sejam isso, mas não ele. Que sejam conselheiros *ordinários* aqueles a quem não coube a fortuna de trazerem para sua casa a monarquia e convidá-la para testemunha de um casamento; que o sejam os que não têm a felicidade de

possuir o condão mágico, que verte sobre toda uma população os empregos e as concessões de conformidade com os seus desejos; que o sejam... todos, mas não o compadre.

Conselheiro ordinário, não! Diga-se: conselheiro especial; proponha-se: conselheiro particular; experimente-se conselheiro dos conselheiros; mas nunca isso que a nossa pena, surpreendida e revoltada já se recusa a escrever.

Conselheiro de Estado ordinário!

O que diria a Retórica?

O que diria a Andiroba?

Na *Província do Rio*, jornal que se publica em Niterói, lemos uma notícia concebida nos seguintes termos:

“Na matriz de S. João Batista desta cidade realizaram-se os seguintes casamentos:

De Fulano do tal com D. Fulana, sendo testemunhas F. e F., celebrando o ato matrimonial o Ver. Vigário com licença do vigário de S. Lourenço.”

Acusamos veementemente aquele vigário perante o diretor espiritual do bispado, e do mesmo modo ao que lhe deu semelhante concessão.

Naturalmente o Sr. bispo ignora até onde levam os Srs. Vigários de Niterói às suas regalias e seus direitos de párcos e se S. Ex. vier a sabê-lo, é muito capaz de demiti-los... para ir substituí-los no cargo.

Quanto às pacíficas ovelhas de tais reverendo, a essas aconselhamos que se não deixem persuadir com cantigas de sacristia e vão lhes provando que por enquanto decididamente não estão dispostas a mandar ao vigário tais quinhões.

#### **07.08.1883 – Lulu Sênior**

Aqui há coisa de três meses, houve nesta corte um casamento, que chamou todas as atenções. Eu confesso que fiquei de queixo caído – de pura admiração – e deixei de ter inveja ao Egito (?\*\*\*), que foi ver a coroação do Czar. O casamento teve lugar no palácio Isabel, com presença de S. M. o Imperador e de toda a Família Imperial, ministério, corpo diplomático, conselheiros de estado, deputados, senadores, generais, o Sr. Dr. Motta Maia, altos funcionários públicos, o Hudson, magistrados: enfim, só faltaram o major Morin e o alferes Galvão. Foi o que se chama – obra.

Eu, que sempre dei o cavaquinho pela fidalguia, fiquei a babar-me todo, e tanto mais que via que ali era tudo fazenda de lei.

Porque eu conheço para aí uma quantidade enorme de barões, que já foram comendadores, e que começaram por ser simplesmente *Seu aquele*. A esses, eu chego a tratar por tu, quando jantamos juntos ou quando pagamos um ao outro a passagem no *bondinho* do tostão; mas barão assim também eu posso ser, apesar de ter nascido num sótão, ali na antiga rua do Cano, perto da rua da Vala. É questão de não ter que fazer do dinheiro, e querer trocar o meu nome glorioso de Lulu Sênior por outro que me dê assim uns ares de parentesco com o futuro barão de Saboia, salvo seja.

Do que eu gosto é dos barões, dos viscondes e condes de sangue: os que já nasceram assim, de casaca e luvas de pelica. Uns homens todos puxados, à sustância, que nunca deram que fazer às mãos, a não ser para apertar os dedos das duquesas, nem à cabeça, para não cansar o miolo. Bem feitos, bem vestidos, sabendo o *código do bom tom* na pontinha da língua, dançando quase sem sair do lugar em que estão, falando sem dizer coisa alguma, tendo um mordomo para lhes gastar o dinheiro, em que eles nem tocam: tão delicados, tão finos, que a gente chega a considerar o *Bromo-paper* indigno de passar por suas excelências.

E depois do casamento, quando eu via na rua o jovem conde de Barral, achava assim estranho que os planos não se pusessem a tocar sozinhos o hino nacional.



Vivia eu embalado nestas ideias, quando um belo dia recebo pelo correio uma carta do ilustre conde. O coração deu-me um pinote, como se tivesse passado em cheio em cima de todo o maquinismo elétrico que o Mayrink trouxe da Europa para curar moléstias nervosas.

Estou aqui, dizia eu com meus botões, estou nos degraus do trono, pertinho do Dr. Motta Maia, emparelhado com o conselheiro Saboia.

Lá me fez uma certa tristeza receber a carta pelo correio: se eu não fosse assim um *coisa*, naturalmente a missiva ser-me-ia entregue por um laçao todo agalado; mas refleti que foi talvez por um sentimento de delicadeza, de fino tato, que o nobre descendente dos condes de Barral não quis expor-me a uma cena humilhante, se se desse o caso possível de ser o laçao meu primo.

E abri a carta, tímido e vacilante, como o Sr. Fernandes de Oliveira.

Que *degringolada*, minha Nossa Senhora! Decididamente, *les dieux s'envont!* A carta era efetivamente do Sr. conde de Barral, somente, em vez de convidar-me para ir comer bicos de rouxinóis em pratos de ouro, nos palácios encantados da ilha de Paquetá, chamava a minha atenção para umas novas marcas de óleos e sabonetes, que o descendente dos Cruzados está encarregado de vender a pataca e meia. E como o Sr. conde sabe que os malfadados princípios de 80 já não deixam a gente ganhar a sua vida honradamente, e receia a concorrência do Zé da Venda, S. Ex. pede privilégio para a fabricação de sua andiroba.

Ora, lá me parece que o Sr. conde quer muito privilégio junto, e que não valia a pena ter-se feito a revolução francesa, para chegarmos a este resultado, isto é, os Srs. Fidalgos têm os monarcas nas suas bodas, o que lhes pertence desde tempos imemoriais, e agora querem também privilégio para fazer azeites, o que até aqui pertencia ao Zé Povinho, e tinha chegado quando muito à alta literatura, representada em Portugal por Alexandre Herculano.

Para apoiar o seu pedido, o Sr. conde digna-se descer a considerações *pour faire l'article* que metem num chinelo o mais esperto de todos os *commis-voyageurs*.

E lá se me foram as ilusões! Uma vez que o Sr. conde escorrega no seu sabão e lambuza-se nos seus azeites, ou perco-lhe aquele terror supersticioso que nos faz tirar o chapéu ao passar pela porta de uma igreja, e não estranharei se S. Ex. vier cá um dia no escritório fazer calemburgo com o Affonso Henriques, que também é fidalgo, até já teve uma tia retreta.

Mas enfim, como eu não posso deixar de responder à fineza de S. Ex. peço-lhe que me mande uma amostra, tanto do sabão como dos óleos, e se a fazenda for boa, preço por preço, pode contar com a minha freguesia, mesmo porque ando desconfiado que o outro, o Zé da venda, tem me logrado no peso.

E no mais sou, de S. Ex., com um entusiasmo muito mais moderado do que até aqui, aquilo que se costuma ser no fim das cartas.

P.S. – Estou decidido a não responder mais a Zig-Zag. Devo, porém, uma explicação ao público. A história do peixe cozido com camarões é um arranjo entre esse senhor e o meu cozinheiro, para dar consumo a uma quantidade de alcaparras, que Zig-Zag me vendeu a vil preço, porque não pretende pagá-las a quem lhas entregou à comissão.

Quanto ao pato de papelão, apelo para o testemunho insuspeito dos seguintes cavalheiros:

“Atestamos, e juraremos se preciso for, que, nos numerosos todos os dias em que Zig-Zag janta em casa de Lulu Sênior, é Zig-Zag quem serve o pato, começando por tirar para si uma asa com uma grande lasca de peito, um quarto com o *sobre*, e todo o arroz tostado; depois, dá um tiquinho a cada uma das pessoas presentes, e pisca o

olho ao copeiro, que tira o pato da mesa e embrulha o resto do pato, que Zig-Zag leva para casa. Por sinal que o copeiro já o não pode ver, porque também gosta do pato.

Esta é a expressão da verdade, e se o não for, que nos falte a luz na hora da morte. – Assinados, *Lélio, Publicola, Blick, Décio, José do Egito, João Tesourinha.*”

Quanto ao dinheiro a cinco por cento ao mês, é verdade que lhe emprestei nessas condições, para lhe fazer favor, porque ele nunca achou quem lhe emprestasse a menos de dez, e com duas firmas.

Aceitei os cinco por cento que ele me propôs, como meio único de entrar no meu capital; se algum dia o conseguir, já era minha intenção empregar o excedente em fazer um montepio em favor do Zig-Zag, porque no andar em que ele vai, se não se lhe põe mão, está ali, está no asilo de mendigos a desfilhar estopa.

Quanto ao relógio de ouro, que Zig-Zag me deixou em penhor, deu-me água pela barba. Tive de ir entregá-lo à polícia, onde o dono o tinha ido reclamar na véspera.

Sobre este assunto não voltarei mais à imprensa.

### **08/08/1883 – Zig-zag**

A estalar mais do que uma bala, mesmo muito mais do que uma dúzia de balas de estalo, deve de estar a esta hora chuvosa e úmida, desagradável e triste, o liberalismo *enrage* do Sr. Cesar Zima, deputado antigo pela heroica província do bravo coronel do Chique-Chique.

A câmara, cruel e descarada, com o cinismo revoltante dos entes identificados com o crime à razão de cinquenta mil réis diários, repisando os *nões*, com uma ferocidade cigana, não julgou objeto de deliberação o projeto-reforma com que o Sr. Zama queria endireitar este país depois de entortar a vitaliciedade do senado.

O liberalismo ardente do simpático baiano levou em cheio o pontapé, que as instituições juradas têm sempre engatilhado contra as inovações que as podem atacar pela base ou pelo estômago.

Um publicista francês, cujo nome não pomos aqui para não errar, escreveu uma vez, que não há nada mais estúpido do que um fato sem explicação. O fato, pois, ocorrido ontem no Augusto recinto da rua da Misericórdia (por cima da casa de penhores), não pertence à categoria dos estúpidos, de que fala Royer Collard. E isto pela simples razão de que pode ser tudo quanto quiserem, menos inexplicável.

O projeto do jovem Zama dava um golpe no estado. Ora, os Srs. Deputados são tutelados imediatos daquela sábia corporação, onde não tem entrada as verduras da mocidade, e somente a reflexão daqueles que constitucionalmente dão provas justificadas de que deixaram todos os seus ardores e ímpetos na câmara temporária ou em outra qualquer.

O senado, além disso, não faz política; mas, como ele é composto dos chamados chefes não se dá um passo em política sem que ele seja ouvido e cheirado.

Quando os chefes liberais espirram no senado, os deputados de seu partido respondem reverentemente cá da câmara, por intermédio do telefone privado do Sr. Matta Machado — *Dominus tecum.*

Quando um chefe que pela tradição não pode fazer política, se acha de mau humor com os homens do governo, puxa o cordelinho preso a qualquer deputado da sua província, e o títere desmancha-se todo em movimentos violentos da oposição, até se desengonçar, como Mlle. Croti, no tapete da discussão.

Desta vez, porém, não foi preciso usar do cordelinho: bastou uma simples piscadela de olho esquerdo, como para inculcar a atitude dos tutelados.

Nem todos os senadores, porém, piscaram o olho, a não ser por detrás dos óculos, e que podia acontecer sem serem observados, porquanto não houve uniformidade na votação.

Se a Bahia piscou, os deputados não perceberam esse movimento significativo, assim como os de Minas e os do Rio Grande.

O mais verossímil portanto é que essas províncias, confiadas no zelo de suas irmãs, se abstivessem de qualquer sinal imperativo, certas do resultado que aguardava o projeto.

Não foi preciso pôr os títeres em ação.

O que se torna, porém, saliente é a posição do Sr. Zama.

Este senhor, como todos sabem, é todo liberalismo desde as unhas até à raiz dos cabelos.

As públicas liberdades, a soberania do povo, o sufrágio universal, o governo da nação pela nação, de precedentes de 1881, o ato adicional e o programa de 1860 são de há muito os pratos prediletos de que se alimenta o Sr. Zama e o seu insaciável liberalismo.

Eleito deputado, forte nos seus princípios, austero nas suas convicções, tem S. Ex. procurado reduzir a uma forma mais tangível as ideias em cujas asas voou serenamente desde o Rio das Éguas até à representação nacional.

Embarafustou impávido pelo programa dentro. Vendo o programa posto de lado pelos governos, S. Ex. foi aproveitando dele o que mais lhe conveio.

Desde reformas do regimento, coisas que dizem respeito à limpeza do interior da câmara, até à reforma da constituição, tudo S. Ex. propôs, com o ardor de um convencido, com o *aplomb* de quem está exercendo um direito augusto e sagrado.

Mas a câmara, na sua impiedade, no seu indiferentismo egoísta e invejoso, sempre que o Sr. Zama quer avançar, obriga-o a recuar, como fez ontem com a reforma constitucional, de maneira que ao voltar para o seio querido e quente de seus eleitores, o Sr. Zama terá apenas de lhes apresentar, como produto da sua química parlamentar, o tão conhecido — Sol da oportunidade.

É pouco e é triste.

## 09/08/2018 – João Tesourinha

Imperial Senhor.

Não espere Vossa Majestade encontrar nesta desprezível missiva traço algum que lhe faça lembrar as cartas da minha colega Mme. de Sevigné.

A pessoa que nesta ocasião se dirige a Vossa Majestade, não tem nem o sexo, nem, infelizmente, o estilo da madame, que, certamente, na sua voracidade literária e filosófica. Vossa Majestade tem tantas vezes, manuseado, com todo o apetite das vocações imperiosamente artísticas.

Nem o estilo nem o assunto de minha carta se prestam à confusão em que Vossa Majestade muito de boa fé poderia cair, confundindo João Tesourinha com Mme. de Sevigné.

Imperial senhor.

Os meus afazeres, esta preocupação vulgar e burguesa de procurar no trabalho o pão de cada dia, não me permite ir aos sábados, em companhia do Sr. major Morin, depor aos pés de Vossa Majestade os meus sentimentos de patriota e as minhas queixas de cidadão.

Na impossibilidade de ir pessoalmente, tenho me lembrado de enviar a Vossa Majestade um cartão postal, dando-lhe bons dias, e pedindo-lhe desculpa da *ausência da minha presença*, como dizia o cômico de uma mágica muito popular.

Estou, pois, em falta para com Vossa Majestade. Há muitos sábados já, que o meu nome humilde não figura na lista daqueles que tiveram a honra de cumprimentar Vossa Majestade.

Este fato, que Vossa Majestade não terá certo considerado como uma prova de menos atenção, tem-me acarretado, entretanto, os maiores inconvenientes, e direi mesmo os maiores atrasos na carreira a que me dediquei.

Vossa Majestade, que para felicidade perpétua deste Brasil que o tem pelo seu primeiro defensor, sabe tudo, há de naturalmente estar na ciência de que a antiga fórmula — o segredo é a alma do negócio — está hoje transformada pela indústria, que tudo tem avassalado, no seguinte e indiscutível aforismo — o anúncio é a alma do negócio.

No seu cavalheirismo fidalgo, na grandeza de seus juízos, Vossa Majestade pode ter acreditado muito bem, como eu acreditaria, que todas as pessoas que aos sábados à tarde, depois de se lavarem, envergarem uma casaca preta ou uma farda verde, se deixam conduzir ao paço de S. Cristóvão, pelo trole desigual e mercenário de duas bestas balas da Companhia de Carruagens Fluminenses, vão (as pessoas) simplesmente animadas de desejo de terem a honra de cumprimentar Vossa Majestade.

Isto não é assim, Imperial Senhor.

É condição dos monarcas, não só vestirem-se à *fantasia* nos dias de grande gala, como nunca saberem a verdade.

Neste ponto, por exemplo, Vossa Majestade está maliciosamente iludido.

As referidas pessoas, que aos sábados, à hora em que o sol está no acaso, disparam para S. Cristóvão com o falso pretexto de saudarem o Astro da realeza, levam todas, o mais ocultamente possível, as intenções mais hipócritas acerca do fim com que despenderam uns tantos réis com o aluguel dos animais que os transportam.

Umias vão levar a Vossa Majestade a sua presença, como lembrança de um memorial que já depositaram nas imperiais mãos; outras vão pedir empregos e colocações; e finalmente a maior parte vai simplesmente com o fim de ver o seu nome, no dia seguinte, publicado nos periódicos do dia.

Esta é que é a verdade, e se Vossa Majestade duvidar, faça uma experiência: mande suprimir a publicação dos nomes dos enfatuados que querem impingir ao público a maior intimidade com Vossa Majestade, e verá como no primeiro sábado poderá saborear, sem maçadores nem cacetes, a sua bela página de sânscrito.

Sem querer desviei-me do motivo principal destas linhas.

Disso peço humildemente desculpa, bem que talvez fosse melhor por um ponto final neste ponto, porque enfim é sempre desagradável falar de coisas tristes.

Vossa Majestade, que sabe tudo, já deve estar no conhecimento de que o senado não quis dar o dinheiro preciso para o congresso pedagógico.

Este ato do senado, além de ser pouco delicado, deve pôr Vossa Majestade de alcateia com aquela corporação.

É sabido que Vossa Majestade gosta de congresso, quase tanto como da canja. Quando não tem congresso Vossa Majestade vai às conferências da Glória e ao Instituto Histórico.

Não pode haver maior prova de amor pelo gênero de aborrecimento, ao qual pertencem os congressos.

Ora, o senado, negando o dinheiro para a tal coisa, teve por força um dos dois fins: ou que o congresso não se faça, e neste caso contrariar descaradamente a vontade imperial; ou que o congresso se faça sem dinheiro do contribuinte, e nesta hipótese meter o senado as mãos no imperial bolso de Vossa Majestade.

Em qualquer dos casos, o senado, além de pouco delicado, é censuravelmente ingrato.

O senado, Imperial Senhor, o senado deve tudo a Vossa Majestade, que o escolheu, como quem escolhe laranjas, na frase do Sr. Ferreira Vianna.

Não era portanto mais do que um ato de reconhecimento — votar aquela corporação um congresso, ainda que pequenino, um congresso em miniatura, um congresso de cartão, para Sua Majestade se entreter nas horas destinadas ao amor pela instrução pública.

E se o senado já escureceu no seu coração os favores que deve a Vossa Majestade, a ponto de lhe recusar um passatempo tão inofensivo, como um congresso, resigne-se Vossa Majestade, fazendo numa sala do seu palácio, contígua à sua alcova, um congresso particular, só para seu uso, a que mais ninguém assista, nem mesmo o Sr. do Bom Retiro, nem mesmo o Sr. senador Correia.

Siga Vossa Majestade este conselho, e verá como o senado se arrepende do seu ato de Harpagão.

Desculpe Vossa Majestade a confiança que tomei de lhe dar conselhos sem serem pagos pelo tesouro, e sempre que lhe aprouver disponha do

### **10/08/1883 – Publicola**

A malícia chegou um dia ali ao nosso vizinho, pediu pousada por uma noite, e depois deixou-se ficar como quem está muito bem e em sua própria casa. Bem tratada, bem nutrida, mora ali a malícia e, como intrusa que é, imiscui-se em todas as dependências do teto hospitaleiro e amigo.

A última vez que apareceu nas colunas do velho colega — velho quer dizer apenas o menos novo — foi anteontem.

Todo o mundo civilizado sabe que nós tivemos aqui há pouco tempo uma câmara geralmente conhecida pelo nome de câmara dos Fagundes.

O mais popular de todos os tipos da rua do Ouvidor perfilhara-a em dia de generoso humor, repoltreando-se por minutos em uma das suas confortáveis cadeiras e concedendo-lhe o seu nome radiante e glorioso, não só na capital do império como nas ubérrimas margens do Caiapó, Xingú, Maranhão, Tocantins, e outros referidos em vários pedidos de concessão, constantes de diferentes sessões do nosso parlamento.

A câmara dos Fagundes chegou a ser tão popular como aquele que lhe dera o título: desde o seu nome emprestado a várias polcas e valsas, coirmãs da Zizinha, até uma esplêndida consagração do lápis feracíssimo de Bordallo Pinheiro.

Mas por muito que se tornasse notável, por muito que se houvesse popularizado, por muito boas gargalhadas que tivesse proporcionado a nós outros admiradores dela, a câmara dos Fagundes passou, cedeu lugar a outra, e foi para o rol das curiosidades, sem deixar sequer um espécimen no Museu, sob a guarda do Sr. Ladislau Netto.

Foi-se. Ninguém mais dela tinha notícias, e as saudades que nos cruciavam os corações magoados e enternecidos, nem sequer eram mitigadas por um ou outro *resto* da extinta câmara, porque esses degenerados e ingratos representantes de uma instituição tão elevada, fazem todo o possível por mais cerrar as cortinas do passado e dobrar o véu do esquecimento sobre aquela que *magna pars fuerunt...* salvo a pureza do latim.

Pois bem. Que se preparem os corações daqueles que sentiam-se morrer sob os guantes da mais negra saudade: há notícias não só da câmara, mas de toda a família dos Fagundes. Notícias verídicas, completas — e frescas.

Alegrem-se os corações tristes! Prantos, não mais correi! Aí vão as notícias dos Fagundes.

Antes de tudo um pequeno reparo.

Quando conhecemos a família Fagundes, compunha-se ela penas de 122 membros. Hoje — não se assustem — está em 875 membros, naturalmente devido às grandes chuvas e à fecundidade própria da roça.

Ainda mais: quando os conhecemos, os distintos Fagundes eram todos legítimos, e, ao que parece, eram todos de uma só cor... política.

Hoje... mas não antecipemos o que diz a notícia das *Notícias várias* do nosso colega, na qual poderão os que se interessam pela raça que julgavam extinta, encontrar as mais interessantes informações sobre a família Fagundes.

É isto:

“Por uma estatística feita sabe-se que compõe-se a família Fagundes, entre membros legítimos e ilegítimos, brancos, pardos e caribocas, de 875 membros. Entre eles, filho natural de um dos três irmãos Fagundes, vindos de S. Paulo e que existiram há cento e tantos anos, existe um membro, o mais antigo da família, bem conhecido, que já conta cento e tantos anos, e morador há anos nesta província e com alguma fortuna.

“Há na família homens de fortuna, honestos e honrados; mas é tal o terror que incute esse nome ao povo de certos lugares, que basta aparecer um Fagundes para que todos fujam do lugar, às vezes sem razão.”

Oh! a malícia!

### **11/08/1883 – Lélío**

#### **12.08.1883 – Lulu Sênior**

Eu gostava de ir – uma vez só – ao Paço ter a honra de cumprimentar Sua Majestade o Imperador, só para ver como aquilo é.

Neste mister de jornalista, a gente é obrigada a andar a meter o nariz por toda a parte – salvo honrosas exceções – e se um dia me perguntassem lá para as bandas do Saco do Alferes o que é isto de ir ao Paço ter a honra de cumprimentar Sua Majestade o Imperador, eu ficaria assim com cara de jornalista mal informado, que não ganha honradamente os dois vinténs que apanha todas as manhãs aos leitores.

Figuro o caso do Saco do Alferes, porque imagino que quem vai a S. Cristóvão, é só a flor da gente da Glória e suas redondezas, personagens todas puxadas à sustância, de pomada no cabelo, e às vezes também na gola da casaca.

Isto de fazer visitas não é tão fácil como à primeira vista parece. A gente tem de conversar, e a conversa é uma das coisas mais difíceis que Deus deitou a este mundo.

Eu, quando leio a lista dos cumprimenteiros do Paço, paro em certos nomes, e pergunto aos meus botões o que diabo dirá aquela gente toda ao Imperador.

Para os que vão em comissão, a coisa é fácil: Senhor, nós vimos aqui – neste ponto o orador engasga-se, na dúvida se deve dizer vimos ou viemos – por parte da sociedade tal, pedir a V. M. Imperial que se digne pô-la sob a sua alta proteção.

Os que vão agradecer o \*\*\* da Rosa, deitam sorriso, mão no peito para conter os batimentos do coração, que impa\*\*\* de reconhecimento, e dizem: Senhor, eu beijo humilde e reverente as augustas mãos de Vossa Majestade, e protesto ser fiel à divisa da ordem. Creia Vossa Majestade que redobrarei os esforços...

– Já sei, já sei.

Mas, os outros? Os que não vão nem pedir, nem agradecer, mas apenas cumprimentar o imperador, porque se dão com ele, como eu me dou com Zig-Zag?

Eu creio que eles não entram lá como pelo que é seu, que se não atiram a um sofá, nem dizem assim a alguém do serviço:

– Ó, José, dá cá vermute e fósforos.

Não devem também chegar-se ao rei, por mais íntimos que sejam, dar-lhe uma palmadinha na barriga, e dizer-lhe:

– Então, seu pândego, como vai essa bizzarria?

Naturalmente as fórmulas são muito mais elegantes e respeitosas.

Por exemplo:

– Vossa Majestade passa sem novidade em sua importante saúde?

Ou então:

— Vê-se que tem passado bem. Cada vez mais gordo e mais bonito. Vossa Majestade é que a leva toda.

Isto, porém, é apenas a entrada. Para não deixar cair a conversa, é preciso dizer mais alguma coisa, e é natural que se dê em S. Cristóvão o caso da conversa dos dois caipiras.

— Pois, sim, senhor, meu compadre.

— Senhor, sim.

— Pois sim, senhor, e com esta vou-me embora.

— Amanhã venha mais cedo, para nós *conversá*.

Um diálogo neste gênero deixaria o imperador sem assunto, quando faz semana o Sr. Saboia.

É de crer que se falo do tempo, o que deve ser agradável ao grande astrônomo, mas falha o grande recurso de dizer mal do governo, que é do que a gente lança mão, quando não tem assunto para conversa.

Com efeito, seria de muito mal gosto, chegar um homem no Paço e dizer ao Imperador:

— Nós estamos à beira de um abismo! Caminhamos para uma bancarrota!

Muito menos se lhe deve perguntar o que há de verdade no que se diz por aí, sobre o negócio da Copacabana, e o que mais aprecia no *Excelsior*, se a Luz, se a Crotti.

Seria de mau gosto e de limitado interessa para a monarquia conversar com o Sr. D. Pedro II sobre gastronomia e culinária burguesa, com algumas considerações sobre *l'art d'accomoder las restes*.

Mas só agora reparo que a minha pouca prática destas coisas me tem feito falar em perguntas ao imperador!

Isso seria até crime: a gente não faz perguntas ao seu rei, nem mesmo para perguntar-lhe se tem passado bem, porque é dever de todo o súdito fiel e reverente saber se o Imperador está bem ou doente.

Ele sim; ele é que pode perguntar a quem o vai ver:

— Como vai Vosmecê da sua tosse?

### **13/08/1883 – Décio**

Infelizmente para os que têm este ofício de fazer balas, os assuntos não são tantos quantas as *Donas Juanitas* atualmente em gestação em nossos teatros. Que se fossem, não estaríamos neste momento a sofrer um suplício atroz, quase tão cruel como se nos obrigassem a assistir a uma lição de português — operário, professada pelos dois irmãos Siamezes Saboia e Motta Maia.

Teríamos pelo menos três assuntos, e ainda que, como aos proprietários das *Donas Juanitas* arrançadas, traduzidas e taquigrafadas, nos adviesse de tal posse um processo e uma série de artigos contra nós, em todo caso sentir-nos-íamos felizes — tanto como se tivéssemos assistido à partida principesca no palácio Isabel.

É que depois da leitura da notícia relativa a essa partida, não sei bem se vivo do ar que respiro, se apenas me sustenta a febre ardente, o desejo enorme que tenho de ver, ainda que por um óculo, todos os esplendores a que a notícia aludida se refere com todo o entusiasmo da reportagem palaciana.

Que magnificência! que luxo! E que deslumbramento! E quanto pequeno detalhe iluminador do assunto, quanta minudência curiosa a nos fazer vir água à boca e a lágrima aos olhos!

Depois do *Excelsior* — imagino — nada há de mais maravilhoso, soberbo e extraordinário do que uma partida daquelas!

Cuido que o colega noticiarista perdoar-me-á referir-me com tanto calor à sua prosa vivaz e impressionista, porque ele colega tem parte neste crime, se isto é crime. Foi ele colega quem produziu nos meus nervos o efeito de uma máquina elétrica; foi ele que despertou em mim este desejo veemente e fortíssimo, de assistir a uma dessas partidas monumentais, e desejo que, se me não conduzir à sepultura, levar-me-á à Praia Vermelha.

Foi ele, o colega, que disse tudo, sublinhando, repetindo, iluminando, explicando, metendo inveja a nós outros, que não vimos nada — nem um dos homens que carregavam a bandeja dos gelados.

Foi ele, o colega, que disse com quem Sua Alteza dançou a quadrilha número tantos, e com quem dançou a polca número tantos o Sr. ministro dos estrangeiros.

Ah! o Sr. Soares Brandão a fazer uma *chaine anglaise*, ele que faz adidos tão bem, e de parceria com o Sr. Maciel, que não faz congressos, nem bem nem mal. E eu não ter visto com que graça o Sr. ministro dos estrangeiros faz a pirueta exigida pelo *tour*, e não poder avaliar como o Sr. ministro do império se comporta no *grande-chaine*, se tão corretamente como quando responde a uma interpelação na câmara!

E depois a lista civil... não, a lista dos belos trabalhos artísticos da grande exposição pedagógica... adeus! da exposição de quadros arrumados ao longo das paredes e ali postos com a maior liberalidade, para serem vistos pelos visitantes, que evidentemente para tal obtiveram a imperial e necessária permissão antecipada.

E que quadros e que objetos, todos com o seu preço, talvez não marcado na etiqueta junta, mas todos com a explicação na notícia que nos atormenta, do seu custo real, com as reduções exigidas pela diferença de nossa moeda — e tudo ao câmbio do dia!

Um Daubigny — 23.000 francos; ou em linguagem, cálculo feito com precisão e frações desprezadas, 9:000\$ da nossa moeda! Várias aquarelas, porcelanas de Saxe (não o duque) e um cofre de ouro — quem o apanhará! — encrustado de pérolas, e cujo preço infelizmente não pudemos obter, visto o noticiarista fazer neste único ponto o que o bom Homero fazia às vezes: dormitou.

E a distinção com que Suas Altezas permitiram que os seus convidados os cumprimentassem, levando mesmo a sua amabilidade àquela noite até este ponto: — a aceitar tais cumprimentos! Elas mesmas, as Altezas, que ainda há dois dias (declara o mesmo noticiarista) haviam resolvido não falar absolutamente a quem fosse cumprimentar!

É o cúmulo!

Roe-me este desejo ardente, e cogito do meio de encartar-me em uma das partidas, que são o meu atual tormento.

Penso em dirigir uma carta ao Sr. conde, pedindo-lhe um convite, e propondo por minha parte retribuir-lhe assim: fazer a notícia melhor do que a do colega, dando a conta exata do número de cadeiras do salão principal, dos sofás, canapés, espelhos, etc., omitindo muito finamente, qualquer detalhe pouco interessante, como, por exemplo, algum espelho com o aço falhado, alguma cadeira de braço partido, etc.

Relatar o número de bandejas para o serviço; a casa que o fez, e ajuntar a respectiva nota; dizer mais: quanto custou a brincadeira, quantos carros se apresentaram, às vezes que o Sr. conde riu e as pilherias que não ouviu.

Etc., etc.

Se obtiver isso, posso deitar-me tranquilo e calmamente esperar a morte, porque de hoje em diante é esta a minha divisa:

*Vedere partita e poi morire.*

E como não vem o assunto, decididamente, não continuo e assino

**14/08/1883 – José do Egypto**



Atravessamos uma quadra verdadeiramente seca e secante. Ia dizendo — cearense; tanto se nos incrustou no cérebro a convicção de que o Ceará é a pátria das secas, das secas e das secantes secas.

Pois é. Do céu fechado e mudo, implacavelmente *emburrado*, não goteja pinga de assunto com que possamos, sitibundos fazedores de balas e de bolas jornalísticas, com que aduçoamos as gentes, embolando os *bichos*, — com que possamos umedecer e refrescar goelas escancaradas e jamais saciadas da curiosidade pública. Vãmente, como a bela e repudiada Agár, passeamos o nosso pote por montes e vales, praças e becos... Deus e o chafariz do Lagarto — são como a D. Amelia, da *Dalila* — não choram nada, absolutamente nada!

Ai, Avila, Avila! Que falta fazes, Avilasinho dos nossos pecados e dos burros magros!

No tempo em que tu dirigias e redigias as obras pandegas, principalmente quando as redigias, andávamos todos desalterados, frescos, fecundos, viridentes.

As goelas da curiosidade pública andavam fresquinhas e satisfeitas, e *Lulú Senior*, esse preciosíssimo *Lulú*, que, no outro dia, para dar cabo daquele *desbigodeado Zig-zag*, teve a cachimônia de falsificar a minha respeitável assinatura em um *nós abaixo*, esmagador como um dedo do Sr. barão Aragão Bulcão e falso como o Judas, e *Lulú Senior*, dizia eu, deliciava-nos, a todos, com excelentíssimas balas. (*Ó seu Lulú, você me deve este belo elogio; veja lá agora se me paga como ao Zig-zag!*).

Aquilo era passar os olhos no *Diário Oficial* e espirrar logo um largo chorro de risos, de pilherias, de balas de estalo, e de graves artigos de fundo, de muito fundo.

Cada despacho, cada Horeb que se fendia, inundando de gaiatadas as colunas dos jornais e o coração dos jornalistas.

Disse Lopes de Mendonça que Almeida Garret, só por si, valia uma literatura inteira. Parodiando-o, bem podemos asseverar que o ex-ministro avilino (não é o Dr. José) valia, só ele — um circo de cavalinhos, salvo seja!

Não precisamos de mais nada, de mais ninguém para nadar em assuntos, em pilherias, em artigos, com ou sem fundo.

Nem dos discursos do Sr. deputado João Miolo Molle, nem dos da Glória, nem do Sr. d'Eu, nem do Sr. Saxe, nem do Compadre...

Aí, bem Lamartine o dizia, ninguém avalia o seu bem, sendo depois que o perde! Hoje de balde andamos de balde à procura de uma goteira de assunto, de um pingo e novidade!

Tudo seco, tudo velho!

Na câmara velha, digo: na cadeia dos deputados, nem o projeto do Sr. Penna vale a pena, nem o do Sr. Zama vale uma pedra de sal — sim ou não da oportunidade.

Não há mais um joguinho de desaforos nessa câmara, nem de cabeçadas na municipal...

Nem um despacho pandego; nem um *pega nos a pedidos* entre pessoas de gravata lavada; nem uma barrela no senado sobre cisco do Rio Grande...

Nada! Nada!

O que será de nós todos, se continua esta seca?

Deus de misericórdia!

Só quem nos poderá valer será Ele, quer avilizando o Sr. Penna, quer mandando-nos às penas assuntinho pronto lá das alturas, como outrora mandou os maná aos estômagos dos hebreus.

Nós, porém, não temos a fortuna de entreter correspondência direta com o Divino Presidente do Conselho... Como lhe havemos então de dirigir a nossa petição?

Ah! O *Apóstolo!* (*Ora pro nobis!*) Está descoberto o meio!

Uma cartinha ao Apos... (*Ora pro...*)...tolo.

Aí vai ela:

“Reverendíssimo,

Antes de mais nada, permita V. Revmo. que eu o felicito por ser hoje o dia em que a nossa Santa Madre comemora o glorioso mártir S. Tibúrcio, e vos deseje, a ambos, a mais perfeita saúde.

O fim desta epistola, que não é positivamente igual às do Sr. Paulo, nada mais é, Rev.do. amigo, senão implorar o vosso valioso auxílio, a vossa preciosa proteção, para um pedido que tencionamos erguer à celeste secretaria das obras universais.

Como deveis saber, este infeliz povo brasílico, e especialmente o que demora às margens da Guanabara, estorce-se, doloridamente, sob o medonho flagelo da seca... de acontecimentos.

A própria *Musa do Povo*, esse novo e inesgotável tonel das toli... digo — das Danaides, ela mesmo definha, estiola-se, *finha-se* (na opinião de *Décio*), à mingua de assunto.

E, vede-o bem, quando a *Musa* não tem assunto... é que decididamente não há mais dessa fruta neste vale de lágrimas... E o que será de nós todos, de vós mesmo, sem este (...) nosso com que cada dia (...) estômago intelectual da (...) nosso dito não intelectual (...) me, sem dúvida, amigo (...) quero dizer: *Apóstolo* amigo, de especificar, esmiuçando-os, todos os horrores, horrores de uma tal desgraça.

Em vista pois do que não deixo (...) rogo-vos, em nome de todos os (...)tivis cristãos (...) (...)chistas e imperialistas, gordos e magros, que, na qualidade de direto (...)tante e plenipotenciário (...) dos Céus nesta corte, vos (...) o vosso Soberano para que elas dentro de breve tempo a pavorosa calamidade que nos assola e a que se (...) de — Pasmaceira, Monotonia, Câmara podre, etc., e a que nos (...) bebedores de tinta. (...) (...)rias, simplesmente denominamos — (...) de assunto.

Que, assim como por ocasião das grandes secas do Norte, se organizem procissões, se façam preces públicas, afim de que acabe esta nova e mais terrível desgraça nacional, e possamos (...) todos a *una voce*, empinando as pernas.

— Viva amor, e chova assunto!

Desculpaveis, piedoso colega, esta desalinhavada epistola, e — rogai por nós pecadores. Amém.

Vosso confessado amigo e colega

### **15/08/1883 – Lélío**

Nota-se há algum tempo certa tristeza nos generais da armada. Há em todos uma invencível melancolia, um abatimento misterioso. A expressão jovial do Sr. Silveira da Mota acabou. O Sr. De Lamare, conquanto tivesse sempre os mesmos modos pacatos, mostra na fisionomia alguma coisa nova e diferente, uma espécie de aflição concentrada. Não falo do Sr. Barão da Passagem, nem do Sr. Lomba; todos sabem que esses jazem no leito da dor com a mais impenetrável das moléstias humanas.

Não atinando com a causa do fenômeno, os médicos resolveram fazer uma conferência, e todos foram de opinião que a moléstia tinha uma origem puramente moral. Os generais sentem necessidade de alguma coisa. Não pode ser aumento dos vencimentos; eles contentam-se com o soldo. Nem honras, eles as têm bastantes, e não querem mais. Nisto interveio o Sr. Meira de Vasconcelos. S. Ex.<sup>a</sup> conversou com os enfermos, e descobriu que eles padeciam de uma necessidade de denominação nova. Fácil era o remédio; eis a receita que S. Ex.<sup>a</sup> lavrou ontem, no Senado, em forma de aditivo ao orçamento da Marinha:

Os postos de generais do corpo da Armada passarão a ter as seguintes denominações, sem alteração dos vencimentos nem das honras militares: — Almirante (passa a ser) almirante da armada; vice-almirante (*idem*) almirante; chefe da esquadra (*idem*) vice-almirante; chefe de divisão (*idem*) contra-almirante.

Não é de supor que o Senado rejeite uma coisa tão simples; podemos felicitar desde já os ilustres enfermos.

Não terá escapado ao leitor, que, por este artigo passamos a ter quatro categorias de almirantes, em vez de duas; e ninguém imagina como isto faz crescer os pepinos. Outra coisa também não terá escapado ao leitor, é o dom prolífico deste aditivo, porquanto ele ainda pode dar de si, quando a moléstia atacar os outros oficiais, uma boa dúzia de almirantes: — um quase-almirante, um almirante-adjunto, um almirante suplente, etc., até chegar ao atual aspirante de marinha, que será aspirante a almirante.

Não há que dizer nada contra a medicação. A Câmara Municipal aplica-a todos os dias às ruas. Quando alguma destas padece de falta de iluminação ou sobra de atoleiros, a Câmara muda-lhe o nome. Rua de D. Zeferina, Rua de D. Amália, Rua do Comendador Alves, Rua do Brigadeiro José Anastácio da Cunha Souto; *c'est pas plus malin que çà*. Foi assim que duas velhas ruas, a da Carioca e a do Rio Comprido, cansadas de trazer um nome que as prendia demasiadamente à história da cidade, pelo que padeciam de enxaquecas, foram crismadas pela ilustre corporação: — uma passou a chamar-se São Francisco de Assis, outra Malvino Reis.

\* \* \*

Creio que o leitor sabe de um banquete que as sumidades inglesas deram agora ao célebre ator Irving. O presidente da festa foi o *lord chief justice*. Levantando o brinde à rainha, disse, entre outras, estas palavras:

Usarei de uma metáfora apropriada à ocasião; direi que Sua Majestade, durante muitos anos, tem desempenhado um grande papel no tablado dos negócios humanos, representando com graça, com dignidade, com honra e com uma nobre simpleza (*Apoiados*). Os seus súbditos sabem como ela amava o drama na mocidade... Agora, nos últimos tempos, sob a influência de uma grande tristeza, tem se retirado do teatro público.

Ah! Se o Sr. Lafayette caísse em usar cá uma tal metáfora! Se Sganarello lhe deu tantas amarguras, que diríamos desta comparação da rainha com uma atriz, e do governo com um tablado? Não sei se já disse que o discurso foi do *lord chief justice*.

Já o fato de ir este homem jantar com um ator é extraordinário; mas o que dirá o leitor de um bilhete com que Gladstone, que atualmente governa a Inglaterra, pede desculpa a Irving de não poder comparecer, acrescentando que há dois anos para cá, só tem ido aos jantares de *lord mayor*, que são jantares de rigor? E a ênfase com que o bispo de York escreve, dizendo que os que se interessam pela moralidade pública, devem simpatizar com as honras feitas a Irving, que tão nobremente tem levantado a arte dramática na Inglaterra?

Não quero citar mais nada; bastam-se estas palavras do lindo brinde do *lord chief justice* ao artista festejado:

Em conclusão: assim como a América nos mandou Booth, assim mandamos Irving à América, e assim como Irving e a Inglaterra receberam Booth de braços abertos, assim também, estou certo, aquele grande e generoso país receberá o nosso primeiro e admirável ator.

\* \* \*

À vista destes deploráveis exemplos quer-me parecer que Sganarello e Molière não fariam tão má figura na Câmara dos Comuns...

\* \* \*

Não vamos agora dar um banquete ao Sr. Pedrosa só para imitar os ingleses.

\* \* \*

Um articulista anônimo, tratando há dias do uso da folga acadêmica nas quintas-feiras, escreveu que Moisés e Cristo só recomendaram um dia de descanso na semana, e acrescenta que nem Spencer nem Comte indicaram dois.

Nada direi de Spencer; mas pelo que respeita a Comte, nosso imortal mestre, declaro que a afirmação é falsa. Comte permite (excepcionalmente, é verdade) a observância de dois dias de repouso. Eis o que se lê no *Catecismo* do grande filósofo.

O dia de descanso deve ser um e o mesmo para todas as classes de homens. Segundo o judaísmo, esse dia é o sábado; — e segundo o cristianismo, é o domingo. O positivismo pode admitir, em certos casos, a guarda do sábado e do domingo, ao mesmo tempo. Tal é, por exemplo, o daquelas instituições criadas para a contemplação dos filhos da Grã-Bretanha, como sejam, entre outras, os parlamentos de alguns países, etc. E a razão é esta. Sendo os ingleses, em geral, muito ocupados, pouco tempo lhes resta para ver as coisas alheias. Daí a necessidade de limitar os dias de trabalho parlamentar dos ditos países, a fim de que aqueles insulares possam gozar da vista recreativa das mencionadas instituições. (*Cat. Posit.*, p. 302).

Rio de Janeiro, 3 do Brigadeiro José Anastácio da Cunha Souto de 94 (14 de agosto de 1883) .

### **17/08/1883 – João Tesourinha**

Tenho abusado muito nestas colunas do gênero epistolar. É, pois, simplesmente por uma fantasia de forma que combato valentemente nesta ocasião, em que me acho revestido da elevada missão do augusto sacerdotício da imprensa, os ímpetos que em mim sinto de deitar algumas regras ao ilustre príncipe germânico que acaba de honrar as nossas plagas.

Receio que o gênero de cartas esteja um pouco avariado pelo uso que dele tenho feito, e demais, não se me afigura extremamente correto dirigir-me a um cavalheiro com quem ainda não travei nem as simples relações de conhecimento.

Mas, dado o caso — como agora — de um príncipe que chega e de um jornalista que está, o que deve fazer o jornalista?

Esta pergunta, poria talvez em embaraços alguns dos meus colegas, que, pela sua educação burguesa, apenas na sua vida têm tido ocasião de se aproximarem do príncipe Natureza (que Deus haja) e do príncipe Obá (que Deus conserve para a glória da sua estirpe).

Comigo o caso é diverso. As minhas tendências para a alta, impõem-se obrigações a que não posso nem sei subtrair-me. Eu sinto em mim, imperiosa e impertinente, como uma enxaqueca, a necessidade de falar do príncipe, já que o príncipe não me vem falar.

Não quero todavia ir de encontro à etiqueta, escrevendo a uma pessoa com quem ainda não me dou, e que me merece muito mais consideração do que Lulú Senior, que está aprendendo alemão, para me descompor sem eu o entender.

Sem me dirigir diretamente ao principesco hóspede, eu vou entretanto congratular-me pela sua visita.

Ouvi os tiros anunciando a presença de Sua Alteza nas vizinhanças da Jurujuba. Desde então comecei a congratular-me e ainda me estou congratulando. Há fenômenos morais que produzem no organismo sensações semelhantes aos fenômenos físicos.

Logo depois do primeiro tiro, eu senti uma sensação de alegria rara e invejável, principalmente pelas pessoas tristes.

Por mais modesto que seja um homem, há fatos que, com uma indiscrição muito censurável, vão descortinar a ponta de orgulho que todos têm mais ou menos escondido, e tiram cá para fora, com uma sem cerimônia assaz condenável.

Foi o que se deu comigo. A visita de Sua Alteza puxou o meu orgulho.

Além de congratulado, eu neste momento estou orgulhoso. Orgulhoso por mim e por minha pátria!

Sim, pátria minha muito amada, expande-te, e espoja-te luxuriosamente no pó de ouro das tuas formosas tradições monárquicas! Neste momento o sol deste belo país aquece mais um príncipe de primeira qualidade.

Congratulemo-nos!

Quem chega a uma cidade, a um país novo, traz naturalmente uma certa curiosidade de ver o que há e saber o que não há.

Não tenho a pretensão de servir de *cicerone* a Sua Alteza, em primeiro lugar porque tenho mais que fazer, e depois porque desconfio muito que os meus serviços já estejam sendo desempenhados por S. M. o Imperador, a quem não desejo fazer concorrência.

Devo, entretanto, confessar que o príncipe chega em má ocasião para se divertir. Aqui há um mês o príncipe teria encontrado o primo duque de Saxe, e poderiam juntos dar por aí, pelas matas virgens, alguns tiros aproveitáveis.

Ainda há alguns dias o príncipe encontraria para distração os requebres da Sra. Croti, as piruetas da Sra. Bessone e uma aluvião de pernas movimentadas coreograficamente e acolchoadamente estufadas.

Foi-se o primo e foi-se o *Excelsior*, e francamente não sabemos o que aconselhar para distração do príncipe.

Ah! já sei! Vá o príncipe visitar a Exposição Pedagógica. Vá pela manhã e saia à noite, como o outro primo, o Sr. D. Pedro II.

Vá, e quando voltar à pátria não se esqueça de contar como se divertiu no Rio de Janeiro.

#### **18.08.1883 – Lulu Sênior**

Sua Alteza o Sr. Príncipe Henrique chegou anteontem a esta corte, o arrumaram logo uma grã-cruz ao peito.

Afiançam os *reporters* que, desde que a *Olga* lançou ferro até o momento atual, ainda Sua Alteza não fez coisa que destoasse dos seus hábitos, e que continua a ser o bom príncipe que era; Sua Alteza come, bebe, dorme, submete-se a todas as consequências destes atos, não faz oposição ao governo do Sr. Lafayette, nem o apoia, não vai à câmara municipal, nem ao mercado, enfim nada faz que explique este presente de gregos que lhe fez a munificência imperial.

Que há uma tal ou qual má vontade contra o augusto neto do imperador da Alemanha, vê-se logo; além de o fazerem grã-cruz, deram-lhe o Sr. Andrade Pinto para ensinar as ruas.

O príncipe Henrique é moço, mas não tanto que precise de ama seca; o Sr. Andrade Pinto, aliás muito boa pessoa e um cavalheiro muito estimável, não deve ser para Sua Alteza aquilo que se chama um bom companheiro.

Eu, se fosse príncipe alemão, e chegasse no Rio de Janeiro, e me dessem por companheiro o Sr. Andrade Pinto, creio que lhe faria alguma partida. Pedia-lhe, por exemplo, que fosse a Petrópolis ver se eu estava lá, e eu ia para o Jardim Botânico, de carro descoberto.

A grã-cruz, vá feito: o governo quer dar ao príncipe uma prova de consideração; não seria razoável nomeá-lo capitão da guarda nacional, nomeia-o grã-cruz de qualquer coisa, está direito; mas o Sr. Andrade Pinto é solene demais, e no fim de contas o príncipe Henrique é oficial de marinha, anda vendo o mundo, passa dias e dias a bordo em *tête-à-tête* com outros oficiais; quando vem à terra, não pode levar todo o seu tempo a levantar o dedo para pedir ao Sr. Andrade Pinto licença para *ir lá fora*.

O ilustre príncipe tem um único recurso para combinar essas duas graças que lhe fez o governo: é dar a grã-cruz ao Sr. Andrade Pinto, e andar sozinho.

Agora outra questão. Eu já cheguei várias vezes ao Rio de Janeiro, vindo do Rio Grande, e ainda o Sr. D. Pedro II não me deu nem um habitozinho da Rosa, para remédio.

E note-se que quando eu venho da outra banda, não se me preparam aposentos no paço da cidade, nem se me dá de jantar a olho, nem eu exijo que Sua Majestade o Imperador vá ali para o cais do Pharoux com o Sr. conde d'Eu, fardado de marechal de exército, para receber-me e perguntar-me se fiz boa viagem.

Já se vê que, embora eu abuse muito mais que o príncipe Henrique do direito que me assiste de vir ao Rio de Janeiro, tenho ficado muito mais em conta ao governo, e merecia por isso alguma coisa.

Chega até a ser injustiça! Pois agora, só porque o outro é príncipe todo o ano, e anda em carros do paço e eu só o posso ser pelo carnaval nos carros de ideia, ele há de ser grã-cruz, quando é marinheiro de primeira viagem, e eu não hei de ser nem inspetor de quartirão?

Dirijo-me ao Sr. Lafayette, que é muito entendido nestas coisas de justiça e leis, e pergunto-lhe para que diabo serve o artigo da Constituição, que diz que a lei é igual para todos, quer proteja, quer castigue?

Onde é que fica essa apregoada igualdade, se se dá ao príncipe Henrique da Prússia uma grã-cruz, só porque ele chegou, e não se me dá nada a mim, nem ao Zig-Zag, que já foi ao Espírito Santo e à Ilha Grande e também chegou?

Então o príncipe, para não dar com a cabeça pelas paredes, tem o Sr. Andrade Pinto para o aconselhar e servir-lhe de língua, e eu que ando só, e sem comenda?

Não pode ser, e desde já protesto; e previno o Sr. de Lafayette que faço para aí um chinfrim de por tudo raso, se dentro em quinze dias não me derem qualquer coisa da Rosa ou do Cristo e o Sr. Saboia para andar comigo por toda a parte.

Faço mais: dispenso a condecoração; mas deem-me o Sr. Saboia só para mim, para meu uso particular.

Zig-Zag diz que eu aprendo alemão para o descompor, sem que ele me entenda; quando eu andar quinze dias com o Sr. Saboia, e aprender a falar com ele, então é que nem Zig-Zag nem ninguém mete mais o dente no que eu disser.

### **19/08/1883 – Blick**

O Sr. Maciel acaba de conceder as honras de cônego e dois padres, e vai conceder as de padre ao Sr. X as de diácono ao Sr. Z.

O ministério do império é o das honrarias, e neste gênero nada há que lhe pareça bastante. Ainda há poucos anos, lia-se no almanaque de Larmeret, depois de nome que não me acode agora, o título de criado honorário da casa imperial.

Seria bom que o Sr. D. Lacerda seguisse o exemplo do alto, e decretasse também as suas honrarias. Zig-zag daria um bom tenente-coronel de infantaria, e Lélío carregaria com garbo, uma coroa de barão; eu mesmo seria com gosto diretor do Observatório, para dar novo vigor às polêmicas que amorteceram.

Contanto que os títulos fossem gratuitos.

Temos príncipe, e príncipe alemão na terra. O paço foi varrido, depois de não sei quantos anos, e o jantar imperial juntou à canja clássica mais alguns pratos de ocasião. Foi um reboliço geral, mas um reboliço em pura perda.

A querer *menager la chère et la chou*, el-rei está se intrigando com ambos. Nas cortes da Europa vai passando como excêntrico, republicano, ateu, darwinista, e não sei que mais.

Tudo quanto representa a monarquia tradicional tem medo dele, de suas ideias liberais, de suas teorias revolucionárias, de suas relações com gente mais que suspeita. O príncipe deve ter trazido instruções apropriadas para tais condições.

Está o Sr. Andrade Pinto encarregado de servir de *cicerone* ao augusto visitante. Mostrar-lhe-á Petrópolis, levá-lo-á a fazendas de aparato que existem pela província, recitar-lhe-á as tais leis que passam como as melhores do mundo, falar-lhe-á nos granjearam um prêmio em Paris.

O príncipe sairá contentíssimo, admirado; porém convicto de que o Brasil é um grande país, e seu governo um governo de mão cheia.

Mas, por favor, que o Sr. Andrade Pinto não leve a conversa com Sua Alteza Real para a Associação dos Meninos Desvalidos.

O príncipe Henrique não é o primeiro membro da dinastia prussiana que vem ao Brasil. Vai para quarenta anos esteve entre nós o príncipe Adalberto da Prússia. Nesse tempo, lançou-se aqui a primeira pedra de um edifício para 400 meninos pobres, sob o nome de *Anjo Custódio*, e cunhou-se até uma medalha para comemorar o ato (ainda outro dia vi uma na vidraça de um cambista).

Se o Sr. Andrade Pinto falar-lhe na Associação, o príncipe, que conhece as obras de seu parente Adalberto, perguntar-lhe-á pelo Anjo Custódio.

E o que responderá o Sr. Andrade Pinto?

### **20/08/1883 – Zig-zag**

A coisa está complicada...

Os problemas impõem-se com uma força imperiosa, à qual já não é possível deixar de obedecer.

Os políticos passeiam nos seus gabinetes, de um lado para o outro, da secretária para a janela e da janela para a secretária, passando as mãos entre os cabelos, se os têm, ou pelo casco liso e luzidio, se são calvos.

E os problemas a incharem, a incharem com um estouro tremendo, se não lhes acudirem em tempo.

Ele é de um lado — a grande naturalização, do outro — o elemento servil, de outro — a conversão do papel-moeda, de outro — o chim, de outro — a viação férrea, de outro — a igreja livre no Estado livre, e do outro — os impostos provinciais e municipais.

É tudo isto, em síntese, que se decompõe em ramificações luxuriantes e fortes, a preocuparem os Zamas, os Lafayettes, os Priscos e Sodrés de todas as situações.

Sobre cada problema, a imprensa, com a sua natural curiosidade, vem dar a sua sentença, a dizer porque isto é bom e porque aquilo é mau, com muita seriedade, com muito correção, muito convicta de que está exercendo o seu augusto sacerdócio, recebendo os cumprimentos dos afeiçoados, as mofinas de inimigos e as descomposturas dos invejosos.

No primeiro plano deste quadro, seu alto personagem, cheio de atividade, levantando-se com o sol, deitando-se quando a lua se recolhe, sempre a mover-se ao trote largo dos animais da Constituição, a ver tudo, a investigar tudo, a saber de tudo e a aconselhar tudo, tão absorvido, tão entretido, que os problemas lhe passam desapercibidos entre a visita de uma fábrica e uma conferência da Glória.

No último plano, no escuro, o Zé-Pagante, mal vestido, um pouco sujo, a trabalhar como um mouro, a soletrar as folhas, a dar razão a todas as que dizem que sim e às que dizem que não, a receber de tempos a tempos uma chapa das mãos do médico que o trata, ou do inspetor do quarterão, ou do guarda fiscal da sua freguesia, e a ir meter essa chapa numa caixa verde, a que se chama o repositório da soberania nacional frequentes vezes violada pela paixão partidária e pelo crente garantidor da consciência do volante.

Foi no contemplar esse quadro tão triste da nossa atualidade, que há dias um escritor descrente e ao mesmo arrojado lançou no final do seu artigo a tremenda frase:

— *Precisa-se de um homem!*

Este *precisa-se* provocou logo e logo vários reparos, e houve mesmo quem tivesse a temeridade de arriscar um

— *Precisa-se de um povo!*

Ambas essas frases, de um arrojo igual e simétrico, no nosso meio constitucional, no regime do nosso governo — *que é o governo da nação pela nação*, começaram a mexer com o meu espírito, do mesmo modo que uma iguaria indigesta mexeria com o meu estômago.

*Precisa-se de um homem!*

*Precisa-se de um povo!*

Evidentemente esta questão era para mim como o pregão de vendeiro que anunciava — chocos frescos.

Se se precisa de um homem, é porque há um povo a quem esse homem faz falta.

Se se precisa de um povo, é porque há um homem a quem falta esse povo.

E dava tratos à imaginação, sem poder atinar com o verdadeiro sentido dessas duas ousadias atiradas à face de uma população, que tem homens de mais e povo suficiente para a representação do grande drama — *A Soberania Nacional*.

Dias e noites passei agitado, preocupado com estas duas frases do nosso jornalismo.

Povo não precisamos, dizia eu com os meus botões. Já temos um povo; se vem outro, e ficamos com dois, e isto de dois povos, só sendo amigos e vizinhos.

Por consequência não é de um novo que há mister.

Isto foi engano.

E passava logo a pensar no tal homem. Mas um homem para que? Para governar? Para dar sentenças?

Evidentemente não podia ser — há os por aí aos centos, de todos os feitios e de todas as cores políticas e não políticas.

E tornei a ler o artigo, a lê-lo e relê-lo, a analisá-lo, para compreender todo o valor da sua conclusão.

Afinal dei com a verdadeira significação dessa frase um pouco sibilina, e convenci-me de que precisávamos verdadeiramente de um homem que viesse pôr tudo isto a direito.

O homem, porém, de que nós precisávamos, para que com um certo êxito nos endireitasse, — era Offenbach.

Esse ao menos, se não nos endireitasse, havia de nos pôr em música e já não era pouco, uma vez que o *libreto* está pronto.

## **21/08/1883 – Publicola**

Acena o júri!

Datam de muito tempo as queixas dos jurados e os protestos dos juízes contra a casa-pardieiro onde funciona essa sublime instituição — a instituição popular, da chapa.

Era voz corrente que o cupim atacara simultaneamente o madeiramento da casa e os fundamentos do tribunal deliberante; que ao mesmo tempo perigavam os alicerces do edifício e a consciência dos Srs. Jurados.

Falava-se vagamente em juízes de fato (e de direito) que exerciam a tanto o seu voto; e de umas falhas nas paredes internas da sala principal, que ameaçavam a ruína total do júri, com as suas elegantes tribunas e demais acessórios.

Que a casa do antigo Aljude não servia nem para recolhimento de pulgas, era caso já vencido; e que decididamente o *verdictum* expresso em tal tribunal não tinha por si o caráter preciso de imposição, era fato de conhecimentos do público.

Isto há muitos, há muitíssimo anos.

Quando o Sr. Lafayette foi ministro da justiça, lá vão alguns anos, já se gritava por uma casa para o júri; e de Sr. Lafayette para cá todos os Srs. Ministros da justiça, os Srs. Dantas Mafre, o Sr. Moura e o Sr. Prisco, todos têm ouvido as reclamações



nesse sentido em diferentes tons e claves, era emitidas pela voz de um juiz togado, era pelo órgão afinado de um juiz de fato pouco assíduo.

Queríamos todos uma casa decente para o júri. Que não se parecesse aquilo com uma estação de urbanos já abandonada, ou que deixasse de ser um pardieiro velho e imundo; pouco próprio para a morada dos asilados em mendicidade.

Ora, muito bem. Tudo isto era sabido, corrente, certo, conhecido, registrado e documentado. Só faltava para ser caso julgado — uma representação, esse ramo primário do nosso papelório oficial, que nunca deixa de produzir efeito quando inteligentemente aplicado às situações ou aos indivíduos enfermos e arruinados.

Pois apareceu isso agora; eis aí a representação, proposta pelos promotores públicos em reunião de todos os juizes criminaes, e secundada por todos os Srs. Jurados atuais, em dia duplamente importante — de sessão do júri e de anos de um dos seus presidentes.

Creemos que agora já não há meio de fugir à questão, e que o Sr. ministro da justiça vai dar uma casa à instituição popular, que é o nosso regalo e o regalo dos Sizenados, Jansens e mais Busks Varellas desta terra.

Se dentro em pouco, como numa mágica do Santana ou da Phenix, não se transformar aquele casebre imundo num riquíssimo palácio, não é que tenha faltado para o caso o batismo do estilo: a representação.

A imprensa e o público: o governo e as câmaras; os juizes de fato e não de fato; os frequentadores das galerias e os apreciadores das causas célebres; todos nós há dez anos clamamos por uma reforma da casa, enquanto não se pode cuidar do aperfeiçoamento da própria instituição. Mas ninguém nos ouvia, nenhuma atenção nos podia ser concedida, porque faltava-nos aquilo, sem o que nada se obtém neste país: a representação.

Ela veio e, embora tarde, vai produzir os efeitos desejados: o júri vai possuir um edifício. E como é ao Sr. Prisco que cabe a ditosa honra de receber o produto o mais genuíno da consciência dos nossos direitos e dos nossos deveres, — a representação — estamos certos que S. Ex. despachará como Prisco e honrando o seu nome, de maneira a transformar o antigo pardieiro da rua da Prainha num verdadeiro, único e completo paraíso.

Acena o júri!

Domingo foi o S. M. o Imperador assistir a uma conferência da exposição Pedagógica na Tipografia Nacional.

Dizem os noticiários que Sua Majestade apreciou muito a conferência, aplaudiu-a muitíssimo, e fez os maiores elogios ao orador, realmente orgulhoso e lisonjeado por tantas provas de consideração e apreço tão sinceras quanto imperiais.

Também assistimos a essa conferência, e vimos qual o modo por que Sua Majestade afere o mérito dos oradores, e quanto entusiasmo deita por eles quando eles sabem tocar na sua imperial corda sensível.

Sua Majestade ao terminar tal conferência estava alacremenente comovido, risonhamente impressionado: é que não lhe fizera diferença a mutação de cenário nem a variedade de situação.

Sua Majestade dormira convictamente durante uma hora — todo o tempo da conferência.

## **22/08/1883 – Lulú Senior**

A seção dos teatros dos jornais anunciou ontem a primeira representação de uma peça italiana, traduzida pelos Srs. Visconti Coaracy e Ferreira de Araújo, *brilhantes, ornamentos da literatura brasileira*, segundo dizem os anúncios.

Ontem, cá em casa, foi uma galhofa, quando se leu o anúncio em sessão plena. Um opinava que, como ornamento, o Sr. Coaracy é muito aceitável, e que há mesmo nas suas barbas brancas e no seu perene sorriso um quê de cariátide que lhe vai a

matar; mas acrescentava que um edifício ou um monumento ornado com a figura de patrão poderia ser tudo quanto quisessem, menos uma obra de arte.

A antiga plástica reforma (...) as predominâncias abdominais, que dedicam o abuso dos prazeres da (...) a falta de exercício muscular, o (...) nobre passatempo, a mais útil recepção dos jovens sustentáculos da república.

Outro observava, que o referido ornamento vê pouco de um olho, o que há pode prejudicar os efeitos de perspectiva, embora na sua qualidade de ornamento ele precise mais de ser visto que de ver.

Lembrava um terceiro, — não era o (...)lio —, (que frequenta caixas de (...) há trinta e cinco anos bem puxados, que o patrão, logo depois de traduzir a peça de Theobaldo Ciccone, começou a parender o italiano, e que, firme em seus princípios, ainda hoje continua a (...)çar a aprender.

Zig-zag, que anda há tempos a pedir aumento de ordenado, regalava-se a achar o anúncio simplesmente idi(...). — Ornamento da literatura! E eu então! Exclamava ele. O que hão de dizer à mim, que traduzi o *Capitão negro*, que produzi cinquenta enchentes e um (...) que de bilhetes de loteria?

Estava neste ponto a conversa, quando entrou na sala o patrão. (Ele apareceu por cá às vezes, quando não tem que fazer lá por fora. Malandro!)

Todos nós, todos sem exceção, percebemos-lhe na fisionomia aberta e mediante (parecia uma lua cheia, mal comparando!) que o paspalhão tinha tomado o anúncio a sério, e que estava convencido de que ele ia saltar para cima da mesa, fazer um arco com o braço direito, passar a mão no lugar em que devia ser a cintura, e ficar ali exposto à admiração de Montaury.

Felizmente, apareceu na ocasião do sujeito mal encarado, um tipo de *cadáver*, e o patrão lá se foi com ele para a sala onde recebe as visitas que não quer que a gente veja; mas que nós há temos visto, espiando pelo buraco da olhadura.

Eu pretendo não falar misto a ninguém; mas enfim posso escrevê-lo (...) porque sei que o Araújo nunca lê a *Gazeta* com receio de ler a própria prosa.

Referi-me há dias ao cargo especial e provisório que o Sr. conselheiro Andrade Pinto desempenha junto do jovem príncipe Henrique, da Alemanha.

Vejo que o referido cargo, se tem o seu lado bom, também tem os seus inconvenientes. Do lado bom, há, por exemplo, a insigne honra de ser S. Ex. convidado a jantar, em família, no palácio Isabel. Vai só a família imperial, o príncipe Henrique e o Sr. Andrade Pinto. Eu não vou, porque emprestei minha casaca ao Décio, que é mais friorento, e embrulha-se todo nela.

No outro dia, já jantar no paço. Vai a família imperial, o príncipe Henrique, o ministro da Alemanha e o Sr. Andrade Pinto. Eu talvez não vá; mas já pedi ao meu amigo Dr. Motta Maia; (...) tiver de semana, para beber por mim, razão da mesma.

Mas ao lado destas vantagens de que goza o Sr. Andrade Pinto, a sua posição tem os seus inconvenientes. E o (...) que, há dias, a corveta *Olga* teve algumas avarias no fundo, e precisou de (...)se ao dique, que é assim uma espécie de hospital para navios. E o Sr. Andrade Pinto teve de ir levar a *Olga* ao (...).

Ora, quando um homem é conselheiro de Estado, isto de andar a acompanhar embarcações avariadas, é o diabo!

E como, a propósito da nomeação! S. Ex., eu manifestei o desejo de também andar acompanhado, declaro o tempo que, se me fizerem a vontade, não pretendo incumbir o meu homem de tarefas desagradáveis.

Para ensinar-me a falar, indicar-me o caminho, mostrar-me a exposição pedagógica, jantar no paço e em casa do Sr. conde d'Eu, ir ao lírico, sim, (...) mas se por acaso a minha corveta precisar de reparos em qualquer parte (que seja!) declaro solenemente que dispenso o Sr. Saboia do incômodo de levar ao dique.

Aquela faculdade de medicina, aquela mesma onde professa a cadeira de português e dirige a de fogo-viste-linguiça o Sr. conselheiro Saboia, é o que se pode denominar uma fonte inesgotável de balas de estalo.

É ali que se paga a quantia de oitenta mil réis mensais especialmente para um porteiro, afim de impedir que por uma determinada porta entrem os alunos — quando o simples bom senso de Calino (já não dizemos a mais elementar das regras de economia) ensinava que era bastante fechar tal porta, por onde alguém era capaz de entrar ou de sair, para que ninguém por ela jamais saísse ou entrasse.

É ali que os rapazes têm um certo número de aulas... para inglês ver; criadas *ad majorem Saboiaë gloriam* e que até agora só tem a precisar consagração nos livros de pagamentos do Tesouro Nacional.

É ali que o seu sábio diretor, linguista de primeira força e clássico da língua portuguesa, a não poder ser reconhecido nem mesmo contestado por Manuel Bernardes, Antônio Vieira ou outro qualquer pulha, que decide e resolve todas as questões das 11 horas ao meio-dia, pela regra muito justa de que até às 11 horas tem a sua clínica, e do meio-dia por diante tem o seu consultório. (O que não é estranhável, desde que um dentista extraia dentes a cavalo, não sendo, portanto, para admirar que um conselheiro e purista em linguagem dirija *a sua* faculdade a vapor.)

O que, porém, ninguém conhece como tipo, como título de recomendação à estima e admiração dos pósteros, é a tal aula de operações da mesma faculdade.

Por ali passamos anteontem, e forçoso é que o confessemos: jamais imaginamos, que tão feliz fosse o gênero humano, que tivesse que representá-lo nas tais operações experimentais... os indefesos cães!

Um consolo — para os que o não são. Uma verdadeira felicidade para os pobres doentes, que, não tendo para onde recorrer, vendo-se entre a moléstia e o tal operador, só pudessem volver os olhos — para um padre.

Expliquemos:

Na aula de operações da faculdade, na mesma faculdade onde o diretor quando fala português diz — *Como tá siô dotô*, e quando se exprime em francês diz somente: *Asseyes vous de cette côté, monsini*; nessa mesma faculdade a aula de operações ocupa o primeiro lugar. Os alunos, atraídos por uns uivos muito expressivos, por uns gemidos de moribundos, não podem deixar de a ela concorrer em massa. Todos procuram ali penetrar mesmo com risco de vida, isto é, mesmo pelo professor da própria cadeira.

Chegados lá dentro, encontram o professor rodeado de um certo número de vítimas para o sacrifício, o que equivale a dizer de indivíduos votados a uma demonstração científica: são os pobres, os inocentes, os miseráveis cães, cuja sorte não podia ser mais triste, nem mais cruel.

O professor, cheio de ferros e de ciência, avança para um cão, e, terrivelmente inspirado, repete as palavras do livro. Depois, fazendo objeto da lição, a compressão de uma artéria ou a recessão de um membro, transforma o cão vivo em um cão morto. Isto mais rapidamente do que um-dois-três-passe de qualquer prestidigitador de aldeã, e com mais precisão do que um relógio James Poole, ou do que a hora do meio-dia dada pelo Grande Mágico.

O cão não protesta: limita-se a estrebuchar, e, ganindo um pouco, estica a canela, tão ao vivo como se fora um homem.

Alguns cães mais inteligentes — há os, não há dúvida — às vezes demonstram por sinais que preferiam ver-se a braços com um guarda fiscal da Ilustríssima do que às voltas com os ferros de tal operador. Fogem dele, como se tivessem diante de si uma bola de estricnina, e manifestam que, suplício por suplício, preferiam a bola do fiscal ao instrumento do tal operador.

Ora, é exatamente a este ponto que queria chegar esta bala de estalo, decididamente a mais bela e a mais útil criação das sociedades modernas.

Não queremos nem denunciar à sociedade Protetora dos Animais o professor motta... perdão: o professor mata-cães; nem mesmo pretendemos propor aos públicos poderes que intervenham de maneira a obtermos que das operações experimentais da escola de medicina salve-se qualquer coisa — a vida de um operado, por exemplo.

O que desejemos é somente isso: é que, atendendo à época de tantas dificuldades pecuniárias denunciadas pelo governo, e de tamanha necessidade de economias posta em evidência pelo Sr. Andrade Figueira, a Ilma. Câmara municipal também concorra para o restabelecimento das nossas finanças, pondo em prática a seguinte medida:

Ordenando que de hoje em diante não se façam mais contratos para o fornecimento de bolas de estricnina aos Srs. Fiscais do município neutro — e que todos os cães da cidade sejam operados na faculdade de medicina pelo respectivo professor de operações.

Haverá daí por diante um só cão nesta leal cidade?

Se houver, é que numa nova arca de Noé resguardou-se um casal — o único que escapou do dilúvio, representado talvez por um simples esmagador de Chassaignac.

#### **24/08/1883 – Blick**

Há poucos dias o Sr. Lourenço de Albuquerque veio a público justificar-se de algumas acusações feitas por um digno membro da salinha de além-mar, o Sr. Pedro Luiz.

S. Ex. fez bem. É preciso tornar sempre bem claros os atos da vida, para que o futuro nos faça justiça.

Por este motivo é que venho pedir a V. Ex. também uma explicação.

Qual foi a sua atitude no negócio dos Botocudos?

Primeiro, espalhou-se que o nobre ex-ministro dos estrangeiros dera ordem para que os selvagens não desembarcassem, e o cônsul brasileiro em Havre os repatriasse pelo primeiro vapor.

Esta notícia foi dada com o assentimento do Sr. Lourenço de Albuquerque.

Sucede, porém, que os Botocudos desembarcaram, que não foram repatriados, que foram expostos, que têm sido objeto das especulações torpes, denunciadas nos *Lucros e Perdas* pelo brilhante e espirituoso jornalista Joaquim Serra.

Qual o papel de S. Ex. em tudo isto?

Deu mesmo a ordem?

Por que não foi cumprida?

Que parte tem S. Ex. na antropologia industrial?

Quem há de estar igualmente à espera de uma explicação, é o Sr. conselheiro Christiano Ottoni.

O nobre senador do Espírito Santo, por obra e graça do Sr. Sinimbu, mandou para o grande órgão um artigo que revelava um anônimo, e que era anônimo.

Pois o grande órgão acabou com este anônimo; expôs ao sol, ao pleno sol de suas oito colunas a calva do senador Espírito-Santense mineiro.

E dizem que não é esta a primeira que lhe sucede.

Nem será a última.

## 25/08/1883 – Zig-zag

Acabo de ver um telegrama, noticiando a morte definitiva do conde de *Chambord*.

Este conde ilustre, se não veio ao mundo para ser um rei, na efetividade do serviço, e para sentir todo o peso material de uma coroa, veio pelo menos para ser o tormento dos jornalistas e dos correspondentes bem informados.

Há mais de um mês, seguramente, que a *Gazeta de Notícias* noticiou, em belo tipo *normando*, a morte do ilustre príncipe. Quase ao mesmo tempo alguns jornais parisienses informaram aos seus leitores de tão infausto acontecimento.

Conquanto a notícia fosse acompanhada de alguns comentários, o caso passou despercebido.

Mas logo no dia seguinte, a agência Havas começou a desenvolver uma atividade pasmosa e a informar os quatro cantos do Brasil, de que o desditoso príncipe ainda era rei de França, e estava muito bem disposto a vencer o renitente cancro, que com toda a irreverência e algumas dores agudas se lhe estabelecerá no régio estômago.

No dia seguinte, a diligente agência continuou a informar o público das alterações que ia tendo tão elevado personagem, na sua importante doença.

Ao passo que a *Gazeta* via esses telegramas, ressentia-se, comprimia-se, como se lhe tivessem aproximado uma brasa a uma chaga viva e dolorosa.

E a *Gazeta* perguntava a si mesma — O homem morreria ou não morreria?

E no dia seguinte, cruel desengano a prostrava na mesma ansiedade — o homem melhorava.

E depois sorria uma esperança — o homem piorava.

E abdômen do Lulú Senior a mostrar pelas oscilações a impressão de tão desencantadas notícias.

Afinal, o telegrafo, na sua magnanimidade para com os correspondentes zelosos, comunicou ontem:

— Morreu Chambord!

Que descanso!

Era já noite quando os encontrou. Desciam pela rua do Ouvidor.

Ele, era um sujeito mais bravo do que alto, menos gordo do que magro.

Todo vestido de preto, muito (...), com ar um pouco preocupado e passo agitado.

Dava a mão a uma interessante menina, — entre oito e doze anos — com vestido de cetim verde, guarnições amarelas, uma corda na cabeça e uma sacola na mão.

Segui-os cheio de curiosidade. Vi-os entrar numa loja, e ao mesmo tempo que a menina estendia a sacola, o cavalheiro tirava o chapéu, e dizia submissamente:

— Para a Independência do Imperial.

E responderam-lhe:

— Seja pelo amor de Deus!

## 26/08/1883 - Publicola

Uma greve no matadouro!

Tristíssima notícia para nós todos em geral e para o Sr. Martim Francisco em particular!

Então o matadouro segue o exemplo da Ilustríssima câmara quando os seus ilustríssimos veem muito concorridas as suas sessões?

Mas isto é profundamente desolador e terrífico: isto é assunto eminentemente sério, porque não entende mais com as nossas instituições — porém sim com os nossos estômagos!

Que a câmara municipal sinta-se de um certo rigor com que a tratam e também de um certo exagero com que a julgam, é justo e até certo ponto louvável.

Ela está, por isso, no seu direito de impedir-nos do prazer de assistirmos a uma das suas deliciosas sessões ou de apreciarmos as explicações dos Srs. Vereadores quando acusados em pleno parlamento.

Mas daí a privar-nos do bife cotidiano, da bela costeleta, vai muito!

Dê-nos tudo por castigo: faça-nos ler uma exposição do Sr. Costa Ferraz sobre a fabricação da manteiga, dê-nos uma pitada do rapé do Sr. Nunes, obrigue-nos a andar descalços pelas ruas da cidade e a aproximar-nos sem desinfetantes e sem um frasco de Lubin de certos e determinados logradouros públicos... Pode mesmo fazer-nos diretores do matadouro, com a pecha de sermos sócios na matança, dê-nos um lugar de membro de comissão retribuída por interessados, reduza-nos a pensionistas do favor público: mas não nos demita de fregueses de bife.

Câmara! Paga os teus empregados! Dá-nos o boi em costelas, a vaca em filets! Mas, em nosso nome, em nome dos abdomens de Lulú Senior e do Sr. Martim Francisco — restitui-nos o bife!

Uma população ansiosa e esfaimada te contempla!

Um hotel anunciou que recebia fregueses por pouco preço e que — ficha de consolação: — falava-se português em sua casa.

Não dizemos qual o hotel nem qual o local em que se acha, porque não somos como Leilo, cujo bom coração leva-o a anunciar grátis nas *Balas de Estalo* as casas de coidas e mais camisarias especiais.

O que notamos é isto somente: é a declaração de que ali se fala português.

Acaso pensará o dono do hotel eu aqui ninguém sabe falar francês como o *Diário Oficial*, nem inglês como o Sr. Sinimbu, nem sânscrito como o imperador?

Só há uma desculpa para o anunciante: é que o anunciante julgue que todos tenhamos aprendido português com o Sr. Saboia.

Nesse caso...

Temos um soneto de um padre, dizendo a respeito do diabo o que o outro disse a respeito dos calos: a última palavra:

Ei-lo:

#### O RETRATO DO DIABO

Se é a missão do demônio  
tentar o gênero humano,  
bonita figura abone-o,  
para ser perfeito o plano.

E eu creio que ele assim pensa,  
e por isso então nos ilude;  
a humanidade é propensa  
a crer que a forma é virtude.

Admira, pois, que os pintores  
caluniando ao diabo,  
lhe ajudem com feias cores  
dois chifres e um grande rabo.

À respeito do *cão sujo*,  
o senso comum consinta

que eu julgue não ser o cujo  
tão feio como se pinta.

Padre Côrrea d'Almeida

Depois disto, e sendo um padre quem pinta... não o padre mas o diabo, que não é o mesmo, só nos resta dar por prontas estas *balas*, que deviam ser feitas por Lulú Senior, doente só por causa da notícia da greve no matadouro, e assinar

### 27.08.1883 – Lulu Sênior

Os leitores já devem ter reparado que eu vivo a babar-me por estas coisas do paço, e ninguém se admirará se eu aproveitar o primeiro pretexto que se me oferecer, para ir a S. Cristóvão dizer a Sua Majestade o Imperador, que, graças a Deus, vou passando sem novidade em minha importante saúde.

Agora, porém, além do meu sestro de deitar palaciano e fazer parte do baralho de cartas imperiais, de que o meu louro amigo, o Dr. Motta Maia é muito digno valete de copas, uma curiosidade infernal impele-me a fazer toda a casta de baixezas, para obter do Sr. conde d'Eu a graça especial de convidar-me para um de seus bailes, não um qualquer, mas um especial, que eu indicarei a Sua Alteza, se é que as praxes o permitem.

Por uma sábia previsão da etiqueta, as princesas não estão expostas a que os seus convidados lhes perguntem se têm par para esta; são as princesas que designam as pessoas a quem querem fazer a honra de dar o braço, e se o designado já está comprometido, rói a corda à dama, como se aquilo ali fosse o curso do Guedes, e vai dançar com as filhas dos reis.

Por outra previsão da etiqueta, e a bem de consolidar nos corações o amor da monarquia, as princesas não dançam positivamente com quem querem, mas têm de dançar com uns tantos grandes senhores, que às vezes dançam como uns orangotangos, mas que por suas posições e serviços merecem essas distinções.

Uma quadrilha dançada com a herdeira do trono é assim à modo de uma comenda da Rosa temporária, pendurada, durante o curto espaço de um *em avant* ao peito dos que têm lá dentro um coração que bate pelas instituições que felizmente nos regem.

Ora, essa lista, em que pese aos republicanos, é longa; e a augusta princesa, por mais que confie em suas forças, não podendo dançar com todos os monarquistas, tem de escolher representantes de diversos corpos do Estado, e fazê-los dançar todos – os representantes – sucessivamente, de modo que nenhum se queixe.

Tenho reparado que Sua Alteza a Sra. condessa d'Eu tem mudado sempre de par nos seus dois bailes, e é de crer que isso continue assim, para não introduzir discórdias do partido no campo neutro das festas principescas.

Sua Alteza já tem dançado com seu augusto primo, o príncipe Henrique da Alemanha, já dançou com o Sr. Dantas, conselheiro de estado, que se requebra todo à moda da Bahia, gentes!

Já dançou com um deputado e com um senador, se me não falha a memória. Sua Alteza já dançou também com um dos dignos ministros do atual gabinete, o Sr. Soares Brandão. Um malicioso enxergaria na escolha do ministro de estrangeiros uma hábil tática; mas eu não creio em tal, e tanto não creio, que vou aqui formular o motivo que faz com que eu deseje tanto assistir a um baile no palácio Isabel.

A herdeira do trono não pode deixar de conferir ao presidente do conselho de ministros a subida honra de dançar com Sua Alteza alguma coisa, uma quadrilha, uma polca, uma valsa, uns lanceiros, seja lá o que for.

Ora, isso é que eu queria ver. O Sr. conde d'Eu diga o que quer de mim, que estou pronto a fazer todos os sacrifícios.

Dou dinheiro para a Exposição Pedagógica, arranjo cem sócios para a Sociedade Protetora da Infância Desamparada (dispensando o baronato), digo bem do seu quadro que custou vinte e tantos mil francos, encomendo ao Lélío um poema sobre o glorioso combate de Perribebuy, entro para um colégio de padres, bebo água de Lourdes, vou morar numa das casinhas da rua de Guanabara sem regatear o preço e pago adiantado e dou fiador, mando pedir a bênção ao Papa, e sou capaz até de dar um beijo ao Sr. Saboia; mas, por quem é, *seu* príncipe, convide-me para esse baile, *Arteza* (falei no Sr. Saboia, e aí vêm já as reminiscências).

É que deve ser coisa muito para se apreciar. Ver o Sr. Lafayette dançar, já é um bom petisco; vê-lo dançar com a Augusta Princesa Imperial, deve ser um manjar de deuses.

Façam os leitores, ao ler estas mal traçadas linhas, o que eu faço ao escrevê-las: procurem traçar na imaginação o quadro que eu esboço. Lembrem-se da figura do Sr. Lafayette, do seu penteado de ponte, constituído pelas farripas que vão de perto de uma orelha, fazem uma espécie de trançado em cima da careca e vão ao outro lado fazer figura. Imaginem que o Sr. Lafayette valsa e sua, e que com o suor desapega-se aquela quitanda toda, e que as farripas ficam penduradas do lado em que nasceram.

E ainda mais: quer lhe ponham em frente um diplomata estrangeiro, quer lhe faça *vis-à-vis* o mais conservador dos membros da câmara vitalícia, o Sr. Lafayette julgará sempre, todas as vezes que olhar para o seu augusto par, que quem lhe serve de *vis-à-vis* é o manifesto republicano.

E as cortesias que o Sr. presidente do conselho tem de fazer! S. Ex., que traz sempre a cabeça um pouco inclinada à direita, e que usa, como se fossem de trazer em pé, uns colarinhos muito grandes, que foram feitos para ser virados, tem de cumprimentar assim de esquelha...

Deve ser muito bom! Sr. conde d'Eu, tenha pena de mim! Eu sou um pobre diabo, que não faz mal a ninguém. Lembre-se que é a única coisa que a gente leva deste mundo, é o bocadinho que se diverte. E olhe que se eu perco esta, não apanho tão cedo outra ocasião de tomar um fartote da bela risota!

Então, vem o convitezinho, vem?

O meu mestre e amigo, *seu* Saboia, que está agora de semana no paço, é que me podia arranjar isso. Ande, sirva-me de empenho, e eu prometo que, para as outras *Balas de estalo*, hei de dizer que o *sinhô* é o *douto mais maió que tem havisto*.

## **28/08/1883 – Décio**

Temo-las, outra vez, as rachas do Pedregulho em cena, isto é, no grande reservatório D. Pedro II.

Mas, senhores, é forçoso confessar que este D. Pedro II (reservatório) racha com uma frequência extraordinária! E com uma frequência tal, que chega a afetar o caráter de abuso — mesmo para um reservatório pomposamente chamado Pedro II.

Debalde (a questão é de águas, e os baldes em tais situações são auxiliares diretos; debalde nosso vetusto colega e ilustre vizinho teima em denominar às rachas — fendas: em vão insiste ele em dizer que essas fendas, que ora se observam, são as mesmas observadas o mês passado, e as mesmíssimas encontradas há muito tempo: desde o tempo em que o reservatório do Pedregulho é reservatório — e de D. Pedro II.

Todas as vezes que tais fendas, falhas, estalos ou rachas aparecem no fundo de D. Pedro II (reservatório), o nosso colega vem a público noticiar o seu reaparecimento (delas), afirmando ao mesmo tempo muito categoricamente, que tais fendas são as



mesmas já conhecidas, e que tudo depende de um concerto definitivo, pois que até agora os reparos ali executados têm sido simplesmente provisórios.

Vê-se bem quão generosos são os intuitos do colega, quão filantrópico é o impulso do seu coração magnânimo, quando, traçando tal notícia, adiciona-lhe essas considerações, que são as atenuantes do fato, a única desculpa para a coqueluche do malsinado reservatório.

Sempre o mesmo: as tendas, os estalos e as rachas; a origem das rachas, das fendas e dos estalos; e o meio único de acabar por uma vez com os estalos, as rachas e as fendas. Mas sempre o mesmo reservatório também: o chamado D. Pedro II!

É este ponto que pretendemos atacar e discutir; atacar como sérios patriotas que somos; e discutir como monarquistas sinceros que nos prezamos de ser.

Se o ilustre colega tem em seu espírito a resolução firme de pôr em evidência a pouca resistência da caixa d'água e a necessidade que ela tem de ser aplicada a outro mister — a uma caixa de música, por exemplo — mude-lhe o nome, ou trate-a simplesmente pelo nome por que todos a tratamos.

Chame-a a caixa do Pedregulho.

Se, porém, o ilustre colega o que pretende é somente desmoralizar o nome indefeso rachatório, nesse caso diga-o logo de uma vez, ou pelo menos dê-o a entender em linguagem franca e clara, sem os alvíos retóricos do Sr. Ruy Barbosa nem os mais-que-perfeitos do Sr. Prisco Paraíso.

Ou sim, ou sopas.

Isto de andar a dizer sempre que já estão outra vez à mostra as fendas de D. Pedro II — o reservatório —; e que, enquanto houver reparo provisório no país, a coisa há de ser assim mesmo! e isto de dizer que só com uma medida definitiva se conseguirá que não rache mais o D. Pedro II — sempre o reservatório — parece-nos um pouco mais do que pulha: parece-nos um fruto daquela fina malícia e ática ironia, que constituem o traço saliente e o tom dominante do caráter do velho e o respeitável colega.

Que se diga de uma vez a verdade inteira:

Ou que o reservatório racha, apenas por ceder à sua qualidade de D. Pedro II; ou que o nome D. Pedro II não pode servir a um humilde rachatório, e por isso fá-lo propositalmente estalar, sempre que lhe convém.

Sobretudo, é preciso acabar com este modo de dizer: que apareceram de novo as fendas do D. Pedro II (reservatório); ou que os fundos do D. Pedro II (reservatório) tornaram a estalar.

Isto não é simplesmente pouco respeitoso à monarquia e à aristocracia dos nomes: isto é também — pouco decente.

No momento em que perpetramos esta *bala* ainda se discute com ardor e entusiasmo a mais importante das questões do dia: o que quer dizer *ite; missa est*.

Esta questão chegou mesmo a pôr de parte, a inutilizar a questão da carne verde, aquela que deveria ser a primeira da atualidade.

O mesmo respeitável colega acima iludido, perguntando sinceramente pelo porco, disse severamente: “onde o porco? Quem há de crer que há duas semanas que se não mata um porco?” Mas o mesmo respeitável colega foi quem pôs a prêmio a questão do *ite; missa est*, afim de, naturalmente, desviar a atenção dos que amam e apreciam acima de tudo e mais do que a nós mesmos — a carne de porco.

Não sabemos ainda o que decidem os entendidos, se *missa est* quer dizer puxem com a trouxa; se é *missio est* — a função está acabada. Mas sabemos que esta questão se decidirá pelo melhor, e que terá a mesma solução que a do porco, tão veementemente tratada pelo colega já aludido.

O colega vai receber por intermédio do Apóstolo, cujas tradições são imemorais, um mimo muito expressivo: — um bacorinho. É de crer que o público também intervenha na segunda das duas questões e decida:

*Ite, amolatio est*; como a mais verdadeira das traduções da frase em discussão.

E sem mais aquela.

### 29/08/1883 – Publicola

O Sr. Paula Souza é aquele mesmo deputado que entrou na câmara por intermédio do terceiro escrutínio, isto é, do voto dos eleitores da respectiva comissão de poderes.

S. Ex., tendo perdido a eleição em S. Paulo, imediatamente fez aquilo que todos os seus colegas em igual situação tinham feito: foi entregar a posta — leia-se pasta — que num belo dia lhe caíra nas mãos.

Entretanto, correram tempos e os amigos do Sr. Paula Souza na câmara entenderam que deviam dar uma lição aos eleitores de S. Paulo, ensinando-lhes o bom caminho e provando àqueles singelos roceiros que eles estavam a tresler quando em vez de escrever nas cédulas o nome do Sr. Bento escreveram o do Sr. Rodrigo Silva.

E assim, por obra e graça da boa camaradagem; arranjou-se com que o Sr. Paula não perdesse tudo de uma só vez, ficando S. Ex. com a *sua* cadeira na câmara e o título de conselheiro que lhe dá um certo tom ao nome.

Mas de então para cá, o Sr. Bento, que dizem ser caçador emérito, ficou mudo como um peixe. Dizem mesmo que ficou quase tão surdo como o Sr. conde d'Edu. É que S. Ex. vivia só a pensar no milagre que o trouxe de novo à bela cadeira do que o tinham arrancado os ingratos eleitores de sua província, e a parafusar no seguinte caso: como, não tendo atirado sobre coisa alguma, matara tão boa caça?

Em seu espírito esta ideia era fixa, porque S. Ex. apenas poderia compreender que lhe sucedesse atirar ao que viu e matar o que não viu, mas nunca matar o que desejava, sem nem ao menos ter atirado.

E sem se lembrar da espingarda dos Candidos de Oliveira e Priscos da câmara, passava S. Ex. a vida inteira a pensar neste problema, e a não dizer coisa alguma. Vai senão quando...

S. Ex. falou ontem. Também se foi pouco, foi bom. S. Ex. falou em aparte, mas de modo a criar a melhor reputação como orador e como homem de Estado.

Apresentava o Sr. José Mariano um manifesto emancipador à câmara quando o Sr. Bento, arrancado do profundo letargo em que jaz, saltou como homem e como Bento que é, e gritou:

— É pomada!

Na sua opinião, na autorizada opinião do Sr. Paula, os manifestos das associações emancipadoras e abolicionistas do Brasil não são outra coisa senão — pomada.

Estamos aqui, estamos com o amigo Bento abolicionista, e o primeiro abolicionista da terra, desde que S. Ex. faz uma ideia tão justa e tão verdadeira do que é um manifesto dos abolicionistas.

Sendo aquilo pomada, e usando-a na cabeça todos os dias, é impossível que Bento não fique abolicionista, impossível é que a ideia-pomada não penetre a cabeça de Bento!

Falou pouco, mas falou bem o Sr. Paula.

Bravo, *seu* Souza.

Já se sabe que o exercício da escola militar foi transferido, anteontem, à última hora, por assim o ter ordenado Sua Majestade o Imperador.

E também sabe-se que o Sr. Conde d'Edu e sua sereníssima esposa, como sucedeu a centenas de pessoas, já se achavam no local designado, só à espera do exercício, quando chegou o fatal ofício transferindo o divertimento., não por falta de

*quórum* como no senado, e nem por falta de espectadores como nos teatros — mas por falta de vontade de Sua Majestade.

Imagina-se como Sua Alteza deve ter ficado, e quanto lhe deve ter custado esse capricho de seu augusto pai! Dar-se no incômodo de ir esperá-lo lá, contando certo que Ele iria, preparar-se para assistir ao belo exercício, sentir as comoções do simulado combate, relembrar os perigos que correu o herói de Perribebuy, tremer, assustar-se, alegrar-se e por fim... um ofício de *relache par ordre*!

Shoking! Sua Majestade estivera com Sua Alteza horas antes na igreja da Candelária e nada lhe dissera. Logo era uma partida imperial — e completa. daquelas que se sofrem dos pais monarcas, irresponsáveis e defensores perpétuos.

São os ossos do ofício. Cá por baixo a coisa faz-se melhor e mais depressa. Eu, por exemplo, se tivesse combinado de ir com a minha filha a um sítio qualquer, e se tivesse de faltar, escrever-lhe-ia simplesmente:

“Sinhá. — Não me esperes, que eu não vou. — Teu pai.”

Minha filha não me esperaria nem eu lhe causaria um dissabor; embora também continuasse a pensar com grande tristeza de que nem ela é princesa nem eu tão pouco imperador — nem mesmo do Divino Espírito Santo.

Mas em compensação ficaria tranquila em casa, e não à espera em pleno campo de batalha, da peça oficial que por intermédio do Sr. Affonso Penna, viria dizer-lhe com toda a sem-cerimônia e pouca delicadeza:

— Vá para casa e não caia noutra.

### **30/08/1883 – Lélío**

### **31.08.1883 – Lulu Sênior**

A família imperial está de luto pelo falecimento do conde de Chambord, que custou a ir, mas sempre foi.

Ora, aqui está um caso em que eu, se fosse *habitué* dos sábados de S. Cristóvão, teria de ver-me em sérios apuros para dar conta do recado.

Quer me parecer que, dada essa hipótese, eu devia chegar ao paço, assim com cara de quem comeu feijão cavalo, e dizer meio empanturrado, ao imperador: — sinto muito da minha parte.

Isso, porém, seria pantomimice de marca maior. Ainda mesmo que o conde tivesse morrido *da outra vez*, não era caso para afligir-me muito, porque, no fim de contas, não duvido que ele tenha sido muito boa pessoa, mas eu nunca o vi mais gordo.

Os leitores sabem ao que me refiro. Um belo dia, a *Gazeta* saiu-se com o seu telegrama: — morreu o conde de Chambord — e logo depois um artigo todo puxado à sustância, escrito pelo professor de história cá de casa, e porque tal, sim, senhor, que o conde, no seu gênero, era bem bom de aturar, porque sempre era um rei que não reinava, e portanto nunca fez mal a ninguém; e mais uma enfiada de coisas muito eruditas, que o diabo do cearense sabe na pontinha da língua, e que eu não sou capaz de dizer, nem mesmo com o Larousse aberto.

Felizmente, o articulista não deitou lágrimas; se ele tem chorado pelo conde, isso é que era o diabo! Vinha depois o telégrafo, e dizia-lhe: — não chore, menino, a morte do homem não há de ser coisa de cuidado.

E, depois, vinha a llavas, e dizia, como disse, que o homem estava melhor, e que em França os padres não tinham mãos a medir a dizer missas, e a dar murros no peito, a ver se Deus dava um estômago novo ao filho ultra-póstumo do duque de Berry.

E daí a dias começou o homem a agonizar: os médicos, julgando a sua obra completa, retiraram-se da cabeceira, e abriram campo à padaria; esta chegou lá, aplicando ao homem a cataplasma das rezas, e ele começou outra vez a ficar bom.

Compreende-se que isto lá nos afligia um pouco, e principalmente ao professor de história, que tinha um grande pesar de ter escrito um artigo, que, em vez de ser histórico, passava por uma boa história.

Chegou a coisa a ponto que, quando um de nós ia a alguma reunião, o dono da casa recomendava aos convivas que evitassem de falar em coisas da política francesa, e principalmente de pronunciar o nome do conde de Chambord; ou então que, se falassem nele, o fizessem como quem está convencido de que o homem estava morto.

Já se vê que, depois de tudo isto, se eu fosse a S. Cristóvão, como não sou tipo para dizer coisas só da boca para fora, não poderia deixar de chegar-me ao nosso augusto monarca e dizer-lhe:

— Então, o que lhe dizia eu aqui há tempos? O conde de Chambord morreu, ou não morreu? Quais os melhores telegramas: os que dão uma notícia logo que a coisa acontece, ou os que a dão antes? Isto é o que se pode chamar o cúmulo da telegrafia!

E, naturalmente, o monarca, com a amabilidade que o caracteriza, deitava sorriso, e respondia-me:

— Já sei, já sei.

E um rei de luto, a sorrir, é contra a etiqueta!

O que diria o meu companheiro Dr. Saboia, que está de semana, o que entende disto de etiqueta quase tanto como de dirigir escolas de medicina?

Santo Deus! Só para o não ouvir falar, o melhor é não ir lá.

—

Já andam pelas folhas os nomes das pessoas que vão ao palácio Isabel cumprimentar Suas Altezas Imperiais e Reais, fazendo *pendant* às que vão a S. Cristóvão cumprimentar a S. M. o Imperador.

Os leitores devem ter reparado que eu ainda não fui, e para que não pensem que assim procedo por ser republicano, declaro que não tenho ido às Laranjeiras, porque há ali no Catete um sapateiro que me deve umas botas: e eu não quero vexar o homem, passando-lhe pela porta.

Mas o que eu não sei se os leitores também já repararam, é que na lista dos cumprimentantes (querem ver que eu inventei um neologismo?) há já um rival do major Moria e do alferes Galvão que vão todas as semanas a S. Cristóvão: é o meu prezado colega e distinto poeta Octaviano Hudson.

Este Hudson, que já foi frade e arqueiro, e a quem só falta ser moço de cego para ter sido tudo quanto se pode ser neste mundo, inclusive boa pessoa, não vai ao palácio Isabel sem motivo.

Não creio que seja para lisonjear os augustos príncipes e obter deles convites para o baile. Não deve ser por isso. Quem olha para o Hudson, vê logo que ele, se quer ir a alguma parte, certamente não é ao baile.

Não é natural também que ele vá ao palácio Isabel levar bandejas de doces aos augustos príncipezinhos, pedidas por favor ao Paschoal e ao Castellões.

Para ser comendador da Rosa, também não; já uma ocasião quiseram meter-lhe essa espiga, e ele por um esforço sobre si fez-se de tolo e não pegou na isca.

Creio, pois, que não é pelo seu futuro que o Hudson vai às Laranjeiras: o que o leva lá, é o passado, é a gratidão.

E como não é de crer que o Sr. conde d'Eu tenha dado o que quer que seja ao Hudson, nem a ninguém, naturalmente foi a Sereníssima Princesa que deu sapatos ao Hudson para as crianças.

E aí está porque o Hudson vai todas as semanas ao palácio Isabel.

E, a propósito de palácio Isabel, foi transferido o baile que devia realizar-se um destes dias, por causa do falecimento do conde de Chambord.

Bem quis a *Gazeta* dar cabo dele aqui há tempos! A esta hora, estávamos livres de toda a maçada, e eu ia ver o Sr. Lafayette dançar com a monarquia.

E vão ver que perco de todo a ocasião, porque, quando acabar o luto, talvez o Sr. Lafayette já não seja ministro, e nesse caso o verdadeiro baile é cada um em sua casa com a sua mulher e seus filhos.

## **Balas de estalo – Setembro de 1883**

**02/09/1883 – Lélío**

**03/09/1883 – Zig-zag**

Por mais esforços que empreguem os meus amigos mais dedicados, não hão de conseguir abalar a resolução que acabo de tomar, com a maior firmeza d'ânimo.

Não é um caso de modéstia.

Por muito imperioso que em mim seja esse sentimento tão apreciável, ele nunca poderia decidir-me a recusar uma honra que a tantos é concedida.

Uma pequena circunstância, um mínimo acidente, uma causa que se desfaz ao mais leve sopro da razão e do raciocínio, conduzem muitas vezes às mais tremendas e às mais irrevogáveis deliberações.

Em linguagem vulgar, este caso toma frequentemente o nome de — birra.

Não sei se o nome é bem cabido agora. Mas *birra*, ou não *birra* a minha resolução é definitiva. Escusam de pedir-me: não cedo, nem cederei.

Confesso que, quando vi a coisa anunciada, senti o calafrio das grandes comoções. Aplaudi-me com os meus botões, todo a sorrir para dentro, por ver que afinal ia ter vida uma das ideias mais fecundas que o cérebro humano e a filosofia moderna têm engendrado.

A leitura diária dos periódicos, principalmente dos anúncios, deixava-se sempre uma sombra espessa de tristeza, que alguns médicos atribuíam a uma dispepsia.

Eu via quase todos os dias os anúncios, convidando os membros de diversas sociedades a se reunirem, para este ou aquele fim.

Eu lia cheio de inveja e de amargura o anúncio da *Flor dos Alpes*, da *União Musical*, *Prazer e Gratidão*, do *Instituto Histórico*, da *Sociedade dos Barbeiros*, do *Recreio e Honestidade*, da *de Geografia*, de *Lisboa* e de centenas de outras corporações, que tão elevadamente têm compreendido o *altruísmo*, com banda de música a ouro no meio da banda.

Via tudo isto e os caracteres negros das Marinonnis da terra produziram-me o efeito de letras de fogo. E, desanimado, descrente, cheio de tristeza e de verdadeira inveja eu sentia abalar-me o organismo o violento desejo de ir inscrever-me na lista benemérita dos honrados sócios de qualquer dessas corporações.

Desta situação terrível sai ultimamente, com a notícia da fundação de uma *sociedade de homens de letras*.

Arregalei o olho para tal notícia e comecei logo a sentir que a grande necessidade do meu espírito ia ser completamente satisfeita.

A princípio, antes de colher informações, hesitei em inscrever-me.

Como estamos num país tão caracteristicamente mercantil, pensei que o título da sociedade estava incompleto e que o seu verdadeiro nome era — *Sociedade de homens de letras de câmbio*.

Julguei-me novamente excluído; mas, escrevendo a Sua Majestade pedindo-lhe como sócio fundador algumas informações, o mesmo Imperial Senhor dignou-se de responder, por intermédio do major Morin, que eu estava enganado e que os homens que formavam a sociedade eram de letra redonda.

Tranquilei-me e já estava disposto a pôr o meu nome ao lado de tantos ilustres, quando uma nova notícia me fez deter e desta vez para sempre.

Como o título *Sociedade dos homens de letras* era pouco significativa e difícil de decorar, os sócios fundadores resolveram à última hora substituí-lo por este:

— À Nova Lyra de Apollo.

E aí está porque eu não entro para a tal sociedade, e perco talvez a única ocasião de ser consócio de Defensor Perpétuo deste vasto Império e do historiador Pereira da Silva.

#### **04/09/1883 – Zig-zag**

Isto está a acabar. Verdadeiramente já está acabado. A força do trabalho já passou; agora trata-se simplesmente de prolongar um pouco a ficção, para que fique mais acentuado o esforço e mais assinalada a boa vontade.

Coitados, eles fizeram tudo que estava ao seu alcance.

Durante quatro meses, levantaram-se pouco mais ou menos ao meio-dia, tiveram o trabalho de descer a rua de S. José, a rua da Assembleia ou a rua do Ouvidor.

Um ou outro dia deixaram-se ficar na cama, mas certos de que não fariam falta; o seu nome lá ia adiante figurar, como se fosse de homens acordados.

Desceram lentamente, a refletir, a pensar na *coisa pública*, qualquer das ruas que já mencionamos e que deitam para a cadeia velha.

Aí entravam, demoravam-se meia hora, três quartos de hora, uma hora, e então voltavam pela rua do Ouvidor, a ver as vitrines, a apreçar objetos, a comprar a última polha, e ler as lombadas dos livros. Recolhiam-se. À noite, num ou noutro teatro, lá apareciam modestamente, a olharem cheios de timidez para os amplos e vistosos chapéus das cocotes, a perguntarem os nomes delas, a contemplá-las, como um objeto raro e bem vestido, ofuscados, deslumbrados pelo luxo impudico das mundanas.

E assim se passaram os quatro meses, vastos de ideias, mas cheios de discursos de meia dúzia deles, mais ambiciosos ou mais hipócritas que todos os outros.

E agora, que têm de voltar para casa, para o seio dos tenentes coronéis que representam a soberania do ilustrado corpo eleitoral, começam a sentir as cólicas dos examinandos cabulas, com receio das interrogações indiscretas da mesma soberania, em vésperas de nova eleição, cheios de apuros e de hesitações, porque afinal de longe sempre a coisa era outra, mas ao perto têm de confessar o que fizeram, ou, antes, o que deixaram de fazer.

Hão de reclamar: Isto está mal! O estado financeiro! As vias de comunicação! Boa política, boas finanças! Mas que querem?! A iniciativa do deputado não vale nada! Pois não viram o Zama?

O Zama quis reformar o senado! o pedaço d'asno! como se o senado fosse coisa que se reformasse!

Agora, o que não era mal feito, era que o senado reformasse o Zama, e o Dantas e o Saraiva não consentissem na eleição dele!

Eu, é que não caí de cavalo magro.

Vi logo que aquilo de estar a apresentar projetos e a defender ideias, ou o que o diabo é, era coisa que não rendia. Muita maçada, uma pessoa sempre arriscada a dizer a sua tolice, porque enfim, nem todas são como o Taunny, que o Ponido diz que tudo sabe, é afinal o governo sempre a fazer tudo, menos, caso da gente.

Nada, para dois de paus é que eu não servia. Por isso, meus amigos e caro corpo eleitoral, a minha política, a única política que eu segui e ei de continuar a seguir se os vossos sufrágios me derem de novo a honra de uma cadeira de espinhos e de 50

mil réis por dia no parlamento nacional, a única política que eu segui, foi encostar-me ao Souza Carvalho.

Aquilo sim!

Aquilo é que é um político. Quando toda a gente pensa que ele sai eleito por Pernambuco surge pela Paraíba, está sempre presente e nunca vai à câmara, não discute, nem vota, e quando aparece aos ministros estes voltam-se logo e são todos atenções e tagatés.

Por isso, meus amigos, não se admirem se eu não falei na câmara: a minha norma política foi a do Souza Carvalho, e afirmo-lhes que ninguém teve melhor inspiração.

Um ilustrado colega do *Espírito Santo* acaba de nos trazer notícia de um fato que nos deixou mais perplexos do que os telegramas da Havas, dando conta das missas celebradas pela real alma da Sua Alteza o Sr. Conde de Chambord.

A notícia do Espírito Santo é esta:

Um delegado de polícia, homem de costumes puros e de uma austeridade de pasmar, mandou afiar um edital, ou que melhor nome tenha, concebido nos seguintes termos:

“Toda a pessoa que rinchar parecendo cavalo, sem o ser, pagará a multa de vinte mil réis.”

Respeitamos as convicções da ilustre autoridade, que se pode verdadeiramente dizer iluminado pelo Espírito Santo.

Nem de longe nos ocorreu a ideia de duvidar dos fundamentos jurídicos de tão importante peça oficial. A autoridade é livre no exercício de suas funções e só responsável pelos abusos que no exercício delas possa cometer.

Não discutimos, portanto, o ato do Sr. delegado.

Apenas para satisfação de um sentimento de impertinente curiosidade, ousamos perguntar à previdente autoridade:

1.º Se as pessoas que rincharem forem cavalos, também pagam os vinte mil réis?

2.º Sua senhoria já pagou essa multa?

#### **05.09.1883 – Lulu Sênior**

Diz um telegrama, que os príncipes d’Orleans não assistiram às exéquias de seu real primo, o conde de Chambord.

Ora, como isto de famílias reais deve ser como os nossos homens de partido, que antes de votar perguntam ao chefe se devem votar sim ou não, é de crer que o Sr. conde d’Eu dê por terminado o luto pelo seu augusto parente.

Se os outros membros da família, que estão lá pertinho da viúva, entenderam que não deviam ir à choradeira da missa do sétimo dia, assim como quem diz, que para maçar – já basta o terem ido ao enterro, o Sr. conde d’Eu, que está cá de longe, bem pode tirar o fumo do chapéu, e guardá-lo para outra ocasião.

É verdade que o luto pesado com que andava Sua Alteza, não o impedia de calçar meias encarnadas, como fez na sessão de instalação da Lira de Apolo, naquela mesma sessão em que o Sr. Joaquim Norberto, do Instituto Histórico, disse em verso que o Sr. conde d’Eu era o *lindo esposo* da augusta herdeira do trono; mas, apesar das meias encarnadas, Sua Alteza está oficialmente de luto, e agora pode aproveitar a ocasião para o seu transferido baile, não se esquecendo de mandar-me o convite que tanto lhe tenho pedido, e que cada vez mais desejo.

Até aqui eu queria ir ao palácio principesco por duas razões: para admirar o quadro que custou vinte e tantos mil francos, admirando-me principalmente de o ver lá,

e para ver o Sr. Lafayette dançar com a monarquia do futuro, em nome da república do passado.

Agora tenho mais outro motivo que me estimula a querer ir: encontrei o meu colega Hudson, e disse-me em tom sentencioso: — O senhor diz que o conde d'Eu é *forreta*; pois reforme o seu juízo. Conheço muitas crianças que o conde protege; é muito boa pessoa.

Preciso, pois reformar o meu juízo. Ele, em atividade de serviço, já não era grande coisa; reformado, deve ficar asseado. Enfim, o Hudson quer que eu reforme o meu juízo sobre o Sr. conde d'Eu, reformarei o meu juízo.

E já agora conto o que se passou há dias entre mim e o fornecedor de sapatos e bandejas de doces à infância desvalida.

Passava eu pela porta do Farolino, quando o Hudson me perguntou, em tom de quem quer saber a quem há de mandar as suas testemunhas:

— Quem foi que escreveu aquela mofina contra mim nas *Balas de estalo* de ontem?

Eu, como estava ali muita gente, tive vergonha de ter medo, e respondi, disfarçando as tremuras da voz:

— Fui eu, sim, senhor.

Então ele, medindo com a vista os horizontes largos do meu abdome, disse:

— Ah! pensei que tivesse sido outro.

E recitou-me um número da *Musa do Povo*, que está no *Jornal*, há quinze dias, em mão do Henrique, à espera de que haja espaço.

Eu confesso que fiquei desapontado. Pela pergunta via-se que o homem estava zangado comigo: esperava que ele me mandasse testemunhas, ou me ofendesse ali mesmo fisicamente, em plena rua do Ouvidor; que me puxasse as orelhas, que me desse bolos, lembrando-se de que já foi mestre-escola; que me mandasse rezar, lembrando-se de que já foi frade; que me desse um *lançamento*, lembrando-se de que já foi arqueiro: mas, nada disso! O homem é feroz, e escolheu a mais cruel das vinganças, atirando-me ali, à queima-roupa, um número da *Musa do Povo*!

Mas, enfim, eu não me queixo tanto por mim: acho até bem feito; ninguém me mandou bulir naquela casa de marimbondos; mas os outros, Sr. Hudson! O pecador fui eu só, e no entanto toda aquela gente aguentou com a penitência! Não é justo.

Mas, como eu não sou mau, nem vingativo, vou dar-lhe um conselho. Quando lá o seu Henrique quiser fazer-se de tolo e andar com a *Musa do Povo* quinze dias no bolso por falta de espaço, chegue-se a ele, e diga-lhe que já que ele não pode mandar publicar a *Musa*, que você quer lê-la, só para ele.

Verá como o Henrique deita a correr para a tipografia, e manda compor a versalhada toda.

### **07/09/1883 – Publicola**

Se há uma notícia de sensação é esta: que o Sr. diretor da faculdade de medicina do Rio de Janeiro proibiu que ontem se efetuasse ali a 5ª conferência dos estudantes, por entender que o assunto da conferência era extremamente revolucionário.

Já vai o leitor cuidar que o enunciado do assunto da conferência era mais ou menos assim concebido:

— Fora o imperador!

ou:

— Abaixo a monarquia!



ou:

— Reforma ou revolução

ou:

— A bolsa ou a vida!

ou ainda:

— Morte aos ratos!

ou também:

— Sufoquemos a hidra da reação!

Pois não, senhor. Nada disto constava do assunto da conferência, nem coisa que o valia. Nem mesmo pode alguém supor que o ilustre conselheiro diretor, como amante e exímio cultor da língua portuguesa, sentiu-se profundamente ofendido nos seus melindres de filósofo e de operador, ao ler um título que orçasse mais ou menos por isto:

— Guerra à gramática!

Não, senhor. O que alterou gravemente os nervos do sábio diretor e médico do paço, o que contendeu fortemente com os seus sentimentos monárquicos e operatórios foi o seguinte título, manifestamente revolucionário, posto pelos audazes estudantes como assunto de uma audaciosa conferência:

— A conjuração mineira!

A!! conjuração!!! mineira!!!

É inútil acrescentar uma palavra a isto. Tal título, tais rapazes! Tal enunciado, tais intenções!

Eles, os estudantes, queriam revolucionar a escola. Anunciaram subrepticamente uma série de conferências literárias, científicas e históricas.

Ocultavam seus pérfidos intuitos, disfarçavam suas ideias revolucionárias. Procuraram a diretoria e prometeram cavilosamente:

1°, que não deitariam fogo ao edifício construído pelo sábio e irrequieto diretor;

2°, que não quebrariam os bancos do pavilhão onde funciona a aula de operações... em cães;

3°, que não procurariam conhecer os merecimentos do mesmo professor da operatória canina;

4°, que não analisariam as obras impressas do seu diretor;

5°, que não tentariam decifrar o enigma, isto é, a língua em que tais obras estão escritas;

6°, que não levantariam vivas à república — nem o ensino livre.

Fica implicitamente dito que os rapazes só comprometeram a não falhar nos erros de ortografia na conversação, a não cuspir fora das caixas de areia, como pedem os letreiros pregados nos corredores, a não entrar pela porta que está fechada e que só serve ao Sr. diretor para entrar e para sair; e a outras coisas que o bom senso e Calino está a meter-nos pelos olhos.

Mas os endemoninhados rapazes, levados do prurido de fazer revolução, guardaram dentro de si a nitroglicerina das conferências, a bomba Orsini da retórica, a dinamite do discurso: aquele assunto arquirrevolucionário e ultradesrespeitoso:

— A conjuração mineira!

O professor de história cá de casa, aquele mesmo que matou Chambord antes do tempo (como se ele tivesse o direito exclusivamente reservado aos médicos), esse professor caviloso e cearense, afirma que o assunto refere-se a um fato histórico e que os alunos de medicina podiam tratá-lo sem com isso ultrajar o reinado do Sr. D. Pedro II nem abalar os alicerces *motta-marcos* da diretoria do Sr. Saboia...

Mentira, mil vezes mentira.

Fez o Sr. Saboia muito bem em proibir a conferência: e pouco fez desde que não prendeu o orador anunciado no quarto escuro da escola e não o fez depois ler inteirinho o seu compêndio de partes — em francês.

Conjuração mineira!

Isto lá é assunto que possa ser tratado por estudante e diante de gente!  
Se lhes parece, vão os Srs. Estudantes para a escola discutir a *Princesa Magalona* e o *João de Calais*!

Vão; e só o que lhes falta!

Logo a conjuração mineira! Se os rapazes falassem nisso na faculdade, lá se iam ao mesmo tempo as duas coisas mais sagradas deste império: o throne dos Braganças e a gramática do Sr. Saboia!

Toque, Sr. Saboia! Teve juízo muito juízo, e se continuar assim, pode contar com um humilde mas consciente voto para barão do Futuro:

É o voto do

#### **08/09/1883 – Zig-zag**

Imperial Senhor.

Eis-me de novo aos vossos pés imperiais.

Não é um caso pessoal que me arroja ainda neste dia glorioso nos degraus do trono de Vossa Majestade.

A data festiva que todos celebramos, com luminárias e discursos, com artigos de fundo e várias fachadas no ventre popular que concorreu ao foco da festa, ao largo do Rocio, tirou-me toda a autonomia de ser pensante.

Neste momento, não sou eu quem faz funcionar a minha débil e não autorizada pena. Neste momento, não passo de um telefone, de um transmissor mecânico, posto em ação por uma causa poderosa e irresponsável, temível e desprezível, perigosa e indiferente, enfim uma coisa a que nos países livres se chama opinião pública, e naqueles que não o são, a voz da canalha.

Vossa Majestade não teve ainda, nem terá, espero em Deus, motivo para não acreditar na sinceridade das minhas palavras.

O fato de Vossa Majestade não se dignar de responder às minhas cartas, não quer dizer que Vossa Majestade não as leia, e sobretudo não as entenda. É que Vossa Majestade tem mais que fazer do que estar a escrever cartas, como faz o seu colega Victor Hugo, a qualquer escrevinhador que a ele se dirige. Entre Vossa Majestade e Victor Hugo, além de outras, há essa diferença — Vossa Majestade não responde, o que é perfeitamente justificável, em vista dos seus muito afazeres.

Mas eu sou daqueles, de uns certos que têm como dogma, que aos reis deve-se dizer toda a verdade.

Por isso, espero que Vossa Majestade prepare convenientemente, para me ouvir, a vossa imperial trompa d'Eustachio.

Senhor

O dia de ontem foi para Vossa Majestade, além de um dia de jubilo, um dia de maçada.

Teve de levantar-se mais cedo, de preparar-se para o cortejo, de ver desfilar na sua presença uma galeria de figuras obrigadas e contrafeitas, mais ou menos mascaradas, com as fardas em decadência e os joanetes em tormentos pelo verniz incandescente das botinas de grande gala.

Momentos antes do cortejo, se Vossa Majestade tivesse a indiscrição de passar o régio olhar pela sala de espera, veria alguns pés sem botas e algumas botas sem pés. Se apurasse um pouco os ouvidos, facilmente ouviria esta exclamação:

— Que maçada!

Esta frase significativa e espontânea era, imperial Amo, a expressão genuína e autêntica do sentimento que nos cortejantes despertara o motivo do cortejo.

A independência do Império, o fato mais importante da vida de um país, para o mundo oficial, para quem tem de envergar uma farda num dia de calor, e de alugar uma carruagem na companhia, não passa de uma maçada!

Para os jornais, para os órgãos grandes e pequenos, sabe Vossa Majestade o que é a independência?

É o pretexto para um artigo fundo, para um pedaço de retórica, mais ou menos otimista, mais ou menos pessimista, conforme a disposição do redator, conforme o que ele comeu ao jantar, ou conforme a sogra se portou com ele à mesa.

Releia Vossa Majestade os artigos, medite-os, compare-os, e verá se em todos eles não há preocupação manifesta de dizer alguma coisa, sem dizer o que era preciso dizer.

Já Vossa Majestade deve fazer, pelo que deixamos dito, a ideia que da independência têm o *mundo oficial* e a *imprensa*.

Agora, quer Vossa Majestade saber o que é a independência para o povinho?

Para este a verdadeira independência e a indiferença.

Vossa Majestade ainda tem obrigação de festejar este dia. Os que o cercam também. Mas o povinho, esse não *sente* o fato, e por isso não o festeja.

Quer Vossa Majestade uma prova?

O *irmão pedinte* de uma sociedade que faz a festa e deita os foguetes, andou por toda esta cidade de sacola na mão, de porta em porta, a pedir óbolos para a festa.

Sabe Vossa Majestade quanto ele tirou ao cabo de 15 dias de peditório? Não chegou a 50\$000.

Não há aleijado que não tire o dobro só aos sábados.

O povinho, meu rico senhor, a única noção que tem da festa da Independência, é aquela que lhe é revelada pela luminária e pela banda de música.

Estes dois símbolos da alegria nacional vão, porém, ficando um pouco desacreditados, principalmente depois que as atrizes têm luminárias nas suas festas, e as bandas de músicas andam por aí a tocar nas portas de todos os botequins e nos pátios de todos os teatros.

E ainda não é tudo.

A decadência da luminária é tal, que o nossa patriarca, o José Bonifácio, do largo de S. Francisco de Paula, ficou às escuras na noite de quinta-feira!

Nem um bico de gás, nem um pavio, nem um fio de azeite foi queimado em volta daquele grande vulto?

À noite Vossa Majestade deve ter ouvido no Imperial Teatro levantarem-se os *vivas*, do regulamento.

Vossa Majestade ouviu por certo a voz peregrina e patriótica do Sr. chefe de polícia, e ouviu também que a essa voz respondiam outras nem menos peregrinas, nem menos policiais.

Sabe Vossa Majestade como é formado esse coro? É de gente da polícia, que recebe um bilhete para *dar os vivos*.

Algumas vezes, porém, essa gente não dá vivos e vende os bilhetes.

Com pesar não posso continuar na enumeração destes fatos, que Vossa Majestade aquilatará com a sua natural perspicácia. O meu fim está preenchido: deixar bem demonstrado que tudo isto que agora se faz, não é ainda a festa da *Independência*.

Porque o não é, Vossa Majestade o sabe melhor do que eu.

O cortejo, a luminária, os vivos policiais, os hinos, tudo isso não é mais do que a festa da *Independência*!

Acredite Vossa Majestade no que lhe digo, e conte sempre com o seu

## 09/09/1883 – José do Egypto

Palavra: dei o cavaco!

Eu lhes confesso que por essa não esperava!

Tanto assim, que apenas soube da bela ideia de se fundar a sociedade dos Homens de Letras Brasileiros — para os Srs. Quesadas verem, eu me pus logo a preparar, com uma sábia e satisfeita precocidade — o ofício com que devia corresponder à fina amabilidade dos inventores da sociedade, convidando-me para o seu ilustrado seio.

Não é preciso declarar que esse convite seria por mim recebido com muito especial agrado.

Pudera! Se eu nunca ambicionei outra coisa!

Já estive por vezes a me associar ao club dos Chapeleiros, no club dos Varejistas, ao club dos Barbeiros, por não haver até então nenhum club de colegas meus, nenhuma associação de homens de letras.

Quando, aqui há tempos, o Sr. conselheiro Octaviano Rosa, entediado pela política e pela advocacia, e muito lisonjeado pelos tagatés salamaleques que vários literatos de boca fácil lhe faziam por aquele tempo, chamando-o “o Mestre”, “o Grande Mestre”, “o delicioso tradutor de Byron e Goethe” intentou fundar a tão suspirada associação, eu comecei a dar pasto a algumas esperanças, contando, quer me convidasse e, quer não me convidassem, a encaixar-me dentro da coisa. Aconteceu, porém, que os sócios, os numerosos e ilustres membros da associação dos Homens de Letras, a primeira vez que se reuniram, reconheceram, com extraordinário e geral espanto, que eram homens sim — mas que não tinham nenhuma letra a exhibir, a não serem algumas “letras da terra” que traziam nas suas respectivas carteiras. E desapareceram magnanimamente, e com eles a bela tentativa do Sr. conselheiro Rosa.

Desta vez, porém, era sério.

Era mister mostrar aos dois ilustres jornalistas platinos, que, para lhes sermos agradáveis, nós — os homens de letras — estávamos dispostos a realizar a grande aspiração velha — reunirmo-nos em associação, mas associação mesmo “de verdade” com estatutos, sobrado com pau de bandeira na sacada, recibos impressos e — o que parece incrível — e sócios!... Exulte!. Fiz mais: congratulei-me com o boticário e o mestre-escola cá da terra, por não ter à mão no momento as letras pátrias para com elas me congratular. Mas o caso é que me congratulei!

Mas já se sabe: contando sempre receber pelo correio um officosinho de convite para o grêmio.

E não é que acabo de ler a notícia da instalação da “Sociedade dos Homens de Letras” sem que me houvessem associado a ela! E esta!?

Estou furioso!

Soube também que Sua Majestade (que não é homem de pena, mas de corda) e o Sr. conde d’Eu (que até há bocadinho, não costumava dormir nas sessões do Instituto, nem nas conferências, mas na sua real) foram convidados! Naturalmente também o Hudson o foi!

E eu não!

Ó fúrias! Ó raivas! Ó Simões no 20! Só eu não fui convidado!

Mas por que, por que diabo não fui eu convidado?

Que *fiz eu* para não ser convidado? Sim; porque, desde que o título de admissão é *não haver feito nada*, me parece que os fundadores do *clubio* excluíram-me por lhes haver talvez constado que eu *fiz alguma coisa*. Ando desconfiado que isso foi coisa do Sr. Roméro. Sim, devia ser ele quem me denunciou. Ele, que anda constantemente *dando bolos* nos gênios, chamando os gênios a contas, descompondo os gênios em alemão, foi ele provavelmente quem me pregou esta peça!

Ele sabe que eu sou um gênio nacional e como jurou guerra de morte aos gênios, ele não me quis lá dentro.

Naturalmente o sócio D. Pedro d'Alcantara propôs-me: discutindo-se a proposta, tratou o distinto poeta, a quem agradeço a delicada lembrança, de tornar bem patente que eu nunca fiz versos certos, nem artigos suportáveis, nem discursos, nem tratados, nem relatórios, nem nada! e que, portanto, estava nas condições de ser admitido. Quando já se principiava a votar, levantou-se o Sr. Romero e bradou, em alemão, mas um alemão um pouco embargado pela comoção do momento:

— Este rapaz faz *balas de estalo*, esse rapaz fuma charutos de Hamburgo, esse rapaz bebe cerveja Petrópolis, esse rapaz é um gênio. Não pode entrar.  
E fui deixado fora.

Ah! ele é isso?

Pois agora lhes declaro, visto que já não posso fazer parte da panelinha filial do Instituto Histórico e da tribuna da Glória, agora lhes declaro: — Sou mesmo um gênio, sim. Tenho feito uma porção de versos, de artigos, de *balas*... Aí está.

Perguntem só ao *Zig-zag*, se ele já não me editou um poema. Por sinal que não vendeu nem um exemplar, coitado! Mas foi bem feito: quem o manda querer ser também — protetor das letras, como o mimoso poeta da “Bandeira estrelada?” Bem feito!...

Perguntem agora ao *Décio* quem é que às vezes lhe escrevia as Crônicas da Semana, quando o ia encontrar em casa, sentado à mesa diante do papel em branco, sem uma ideia, mais vazio e mais estéril do que o Parlamentar? Ele há de talvez responder que não era ele quem bebia as minhas ideias, mas sim eu quem lhe bebia um tal Madeira seco, capaz de fazer *Lulú Senior* admirar a ortografia e a prosódia do Sr. Saboia. Mas não acreditem. Ele nunca me deu Madeira nenhum; eu que lhe dava as crônicas.

O próprio *Lulú Senior* e o *Mercutio* podiam, metendo a mão no bolso da consciência, dizer se não eram minhas aquelas duas pilherias tão engraçadas, por sinal, com o Souza e o Comtismo, pilherias que eles impingiram como de lavra própria. Verdade é que o *Lulú Senior* sempre declarou quando se apresentou com o furto: — Isto é de Fulano; mas nem por isso deixou de comer os louros, devidos ao meu fino espírito.

Quanto ao *Mercutio*, esse não *declarou* nada, mas depois ficou tão envergonhado — coitadinho! — que tratou logo de mudar de nome, e há três meses que se penitencia, lendo os *Voos icarios* e a *Decorophobia*. Basta, *Mercutio*, estás perdoado!

Eu podia muito bem apresentar muitas outras provas, de que teve razão o Sr. Romero, quando me excluiu da panelinha — por gênio.

Prefiro, porém, não gastar mais cera com tão ruim defunto.

Mas pensam que não ei de vingar-me? Olaré, se ei de! E para que me não chamem de inimigo desleal, aqui lhes deixo desde já o meu plano de vingança. Previnam-se, pois! Eis o meu plano: entro para membro da — Sociedade Literária Sylvio Romero — faço-me eleger orador, e na primeira festa aniversária da sociedade dos Homens de Letras prego me lá dentro e pespego aos senhores ditos homens, inclusive os distintos poetas D. Pedro e Octavianos e mãos ao próprio Sylvio, um discurso escrito pelo príncipe Obá II, com um exórdio do Sr. Saboia, e mais, por contrapeso, alguns alexandres do Sr. Mello filho.

Irra!

### 10.09.1883 – Lulu Sênior

José do Egito está escamado porque o não convidaram para a Lira de Apolo. O degenerado desmente as tradições do seu nome, e, em vez de deixar a capa nas mãos da lúbrica Potifar da Guarda Velha, é ele que se anda oferecendo, exibindo os seus dotes e encantos, a ver se as bichas pegam.

Hão de pegar, meu velho, descansa; tu fazes falta à Lira, como Lélío ao Instituto Histórico. Tu hás de ir e eu também: deixa correr o marfim. A nossa vez há de chegar ou então somos muito caiporas.

A sábia presidência dos organizadores deixou campo aberto a todas as ambições: a gente, de duas uma: ou tem feito alguma coisa, ou não tem feito coisa nenhuma: naquele caso, pode pertencer à sociedade dos homens de letras em virtude dos artigos primeiro e segundo; no caso contrário, pertence à mesma sociedade em virtude do artigo terceiro.

É como se se tivesse fundado uma sociedade, especialmente com o fim de fazer guerra às sogras, e a ela só poderem pertencer:

1º os homens solteiros;

2º os viúvos;

3º os casados,

A nascente sociedade dos homens de letras começa a sua gloriosa existência, procurando resolver o problema que tem quebrado a cabeça a gerações inteiras de filósofos, e que consiste em *contenter tout le monde et son père*.

À maneira da *pallida mors*, que, *aequo pede*, percorre *pauperum tabernas regumque terras*, a Lira de Apolo admitirá no seu seio o Sr. Saboia, que escreveu as *Lições de clínica cirúrgica*, e o Sr. Motta Maia, que tem tenção de escrever um tratado de medicina operatória.

O autor dos *Subsídios literários* entrará de braço dado com o Sr. Teixeira das capatazias da alfândega, que saúda os membros da família imperial nos dias de seus aniversários natalícios.

Eu, vou de súcia com Zig-Zag, ou com o dono da Camisaria Especial da rua dos Ourives (porta enorme).

José do Egito está talhado para entrar de parceria com o inventor do xarope do bosque; e Lélío está estudando um discurso para responder à felicitação que tem de ser dirigida a ele e ao seu colega, o proprietário da grande alfaiataria Estrella do Brazil.

O Sr. Pereira da Silva será substituído na presidência pelo cidadão Torquato, de Jacarepaguá, que revelou tendências para o cultivo das belas letras, publicando um artigo em que confessa que, abaixo de Deus, deve a vida ao Dr. Motta Maia, que lhe cortou só uma perna quando o seu diploma lhe dava o direito de cortar-lhe as duas e os braços.

Servirão de título de admissão tanto os diplomas da sociedade Ensaios Literários ou Instituto dos Bacharéis em Letras como o de irmão secretário da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco ou de escrevente da Sociedade Protetora dos Sapateiros.

Aquilo é só chegar ali e dizer:

— Eu tenho vontade de pertencer à sociedade Lira de Apolo.

— Está dito. É sócio efetivo.

— Mas olhe que não sei ler.

— Tanto melhor, será sócio honorário.

— E na idade em que estou, já não aprendo línguas.

— Ouro sobre azul! Será benemérito.

Por conseguinte, escusa o José de fazer-se de tolo. Chegue-se, que será muito bem recebido.

A dizer a verdade, eu já fui indagar por que motivo não foi convidado o José, e disseram-me que é uma simples questão de expediente. Já expediram alguns milhares de circulares, pelo Indicador Laemmert, mas ainda agora estão na letra – F –, série Fagundes.

Há até muito boas disposições a respeito do nosso colaborador, e tanto que já está nomeada uma comissão especial que o há de receber quando ele chegar de Macacu.

Nela figuram:

- 1º O Hudson;
  - 2º Os Trébizondas e mais estheristas e pepistas, que demonstram na imprensa que a Sra. Esther tem mais fazenda na garganta que a Sra. Pepa nas pernas;
  - 3º O redator do Obituário do *Jornal do Comércio*;
  - 4º O proprietário da Grande Alfaiataria Estrella do Brazil;
  - 5º O Baptista, cabeleireiro do largo do Rocio, que passa tranças por contrabando;
  - 6º O príncipe Obá;
  - 7º O autor do *Que dele as chaves*;
  - 8º Os Srs. Celestino e Souza Bastos;
  - 9º Os *cabos* da rua de S. José;
  - 10º Os poetas lúgubres que celebram nos *a pedidos* em sonetos chorosos os aniversários de seus queridos defuntos;
  - 11º O dono do quiosque Capitão Negro;
  - 12º O falecido Homero;
  - 13º Os netos do Sr. Affonso Celso Junior;
  - 14º Os ouvintes das conferências da Glória.
- E muitos, muitíssimos outros sócios natos da Lira de Apolo.

#### **11/09/1883 – Décio, Blick, João Tesourinha e Publicola**

Nós abaixo designados, Décio, Blick, João Tesourinha e Publicola, tomamos a nossa débil pena, afim de traçar em toscas linhas o mais formal dos protestos, contra o modo pouco digno por que nos acaba de tratar o nosso colega Lulú Senior, que nem por ser o mais velho e o de maior ventre pode dizer que é o mais ajuizado cá de casa.

Deve ter o público notado a maneira pouco delicada por que ele não se referiu a nenhum de nós em sua mofina de ontem, pomposamente denominada BALAS DE ESTALO, e na qual ataca indignamente a mais sábia e a mais útil das nossas criações modernas, depois dos Chalets Garys: a Lyra de Apollo.

Desdenhando da Ilustre corporação de sábios, notou Lulú Senior que nem ele nem Lélio, nem Zig-zag, nem José do Egypto, houvessem sido especialmente convidados para a *estalação* da mesma Lyra; ajuntando a esta amarga queixa alguns remos pouco delicados, como dizer que a alfaiataria Estrela há de ombrear com a Musa do Povo — pobre alfaiataria! e que o secretário da Associação Beneficente dos Sapateiros há de entrar para a Lyra na mesma ocasião em que ali entrar o Sr. Dr. Motta Maia, lente de operatória canifobia — como se o aludido secretário não soubesse muito bem caminhar a pé!

De todas estas injúrias, que, esperamos, serão tiradas a limpo pelo nosso vice-presidente Franklin Doria, no processo administrativo que ele vai intentar, chamando à responsabilidade o covarde anônimo, e pedindo que, enquanto isso, o público suspenda o seu juízo relativamente a ele Doria; de todas essas injúrias, dizemos, há uma, para nós, colegas de tal criatura, que sobre todas transparece: é a exclusão dos nossos humildes nomes da lista daqueles que poderão causar prazer, senão honra, à sociedade literária da Guarda-Velha!

Para Lulú Senior está visto que não somos nós quatro os mais dignos de acompanhá-lo, mesmo porque não somos de sua panelinha.

Não somos José do Egypto, que lhes escreve sempre: *Patrão* — e sempre assina humildemente: “seu empregado”. Não somos Zig-zag, que o conhece de tempos

*imemoriáveis*, e pode descompô-lo à grande: nem somos. Lélío, que vai todos os dias com ele dar longos passeios de bonde, voltando ambos daí a quatro horas a conversar sobre uma lição de alemão que eles querem fazer supor à gente, que ouviram...

Não somos da troça, é fato — mas é porque não queremos ser. Morigerados, honestos, simples em nossos costumes, não fomos nós que escrevemos *O momento psicológico*, nem o *Primo Basílio*, nem *As necessidades da lavoura*... Não traduzimos o *Castello da Rocha Negra*, que o cartaz dizia ter sido arranjado pelo Exm. — *Excelentíssimo!* — Sr. Zig-zag; nem em tempo redigimos a *Semana Ilustrada*, como um Sr. Lélío, de gloriosa memória para todos em geral e de recordação grata para o homem da Camisaria Especial, em particular, a quem ele fez um anúncio grátis nas *Balas de Estalo* — se é que foi grátis.

Não precisamos de entrar com os Srs. Lulú & C. para a sociedade dos Srs. Franklin & C.

Esta nos receberia de braços abertos e dar-nos-ia todas as distinções que merecemos, pelos nossos progressos futuros e pelo nosso ardente desejo presente. Mas só para não acompanharmos tão desleais companheiros, que ainda hão de ser nomeados membros das seguintes comissões, para seu castigo:

“De literatura pátria: Lélío, Silva Figueiró e o Batista das Tranças;

“De história, poesia e viagens: Lulú Senior, Carlos França e uma bengala de Petrópolis;

“De retórica, juízo e geografia política: Zig-zag, o Fagundes e o príncipe Obã”; só para isso havemos de recusar o título que nos foi oferecido muito delicadamente pelos Srs. Doria e Tavora

*Ambo florentes ælatibus Franklins ambo*

e que se empenharam até para que fizéssemos número na primeira sessão vindoura, afim de não ter a nascente e aplaudida sociedade de fazer uma figura triste lá pelo Rio da Prata.

Não iremos para a Lyra de Apollo e dos Srs. Franklins, embora não custe; mas vamos ter uma melhor e mais condigna colocação.

Vamos... para o Instituto Histórico.

Duvidam?

É que não leram a ata da última sessão do Instituto e não viram quão pequeno é o trabalho preciso para obter-se ali uma entrada.

A coisa é simples: fala-se ao Dr. Moreira de Azevedo e ele arranja tudo — ofertando-nos em sessão ordinária. Da última vez ele ofereceu, entre outras coisas (vide *Jornal do Comércio* e *Gazeta de Notícias* de 2 de setembro), em plena sessão, os jornais: *Revista de Ensino*, *Correio da Tarde*, *Brasil*, *Macacada* e *GALEGADA!*

Bem se vê que, sem outro esforço, pode também oferecer-nos e contar conosco como outros tantos quatros sócios prestantes e etnográficos!

E estaremos vingados, sabendo que Lulús e Lélios, Zig-zags e Josés estarão a ralar-se de inveja por não serem do Instituto — e da *Macacada!*

Este nosso protesto servirá de diploma para a admissão no velho, mas muito respeitável Instituto; e sem ter por companheiros os dois Franklins e mais Lulús Seniores e Lélios, mas tendo excelente e proveitosa leitura na *Galegada* e na *Macacada* do Sr. Moreira de Azevedo, chegaremos em pouco tempo a provar que da nossa entrada para o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro resultou-nos mais utilidade — porém muito mais do que se tivéssemos acudido aos anúncios dos Srs. Franklins, Doria e Tavora, secundados pelas mofinas despeitadas de Lulú Senior.

E feito, o protesto, pedimos ao público que até obtermos o diploma que nos há de vir por intermédio do Sr. Moreira de Azevedo, faça o que deve fazer em tal situação:

Suspender o seu juízo, como fez ao do Sr. Moreira o Instituto, quando dele recebeu a *Macacada* e a *Galegada*.



### 13/09/1883 – Zig-zag

Os periódicos, uns maldizentes de profissão, uns ecos dos interesses egoístas de meia dúzia de rabiscadores, que julgam que têm a independência no bolso, justamente porque lá não está o dinheiro do tesouro, insinuam malevolamente que o governo de Sua Majestade Imperial acaba de dar a forma de alfândega à mesa de rendas da heroica cidade de Pelotas, que faz parte da província do Rio Grande do Sul, da qual é representante, supremo arbitro e soberano senhor, o não menos heroico Sr. senador Gaspar da Silveira Martins.

Insinuam esses papéis sem consciência que o ato do governo decretando essa alfândega, tem por fim garantir ao cidadão Francisco Antunes Maciel, de Pelotas, umas dúzias de votos de alguns contrabandistas, célebres nos anais das fronteiras da sempre heroica província, berço da democracia, da carne seca e da banha fresca.

Revolta-me esta insinuação. Revolta-me, porque há nela mais de uma injustiça e talvez mais de uma injúria àquela cidade, que só lamenta que a democracia não seja manteiga, para se comer com pão, ao almoço ou ao chá:

Duvidamos em primeiro lugar que seja certo o fato, isto é: que o Sr. Lafayette tivesse decretado o alfandegamento da mesa de Pelotas.

Não há nada que até hoje autorize a julgar que o Sr. Lafayette cometa um ato contrário às suas doutrinas.

É conveniente que o povo, esta besta de carga que paga e que não recebe, este asno que se deixa levar por quem melhor fala ou quem melhor escreve, este anônimo irresponsável e pedante, que na realidade não passa de um comparsa nesta comédia que as classes chamadas dirigentes têm a fantasia de representar, é conveniente que essa besta, esse asno e esse anônimo não se deixem de todo levar por aquilo que com mais ou menos gramática lhe impingem os publicistas de todos os gêneros e de várias opiniões.

Não acredite, pois, o povo no que se tem dito a respeito do Sr. Lafayette.

É uma calúnia que S. Ex. tenha sido republicano e hoje seja o molde de cera dos imperiais e perpétuos dedos da monarquia.

É ainda uma calúnia que S. Ex. tenha feito peça principal do seu programa de governo, a verdade dos orçamentos, e encerre a sessão deixando no mesmo estado em que se achavam, apenas com uma cauda extensa de créditos de todos os feitios.

Não é menos caluniosa a acusação de que se trata.

Não, S. Exa. não alfandegou a mesa de Pelotas para salvar a eleição do Sr. Maciel Antunes.

Nem S. Ex. era pelos seus precedentes capaz de intervir desse modo na eleição de um colega, e nem o seu colega precisava dessa intervenção para ser eleito.

A força do Sr. Maciel, na sua província, já estava reconhecida na sua primeira eleição.

Numa câmara liberal, S. Ex. foi reconhecido por um voto de maioria, depois de um engano na contagem.

Para que precisaria, agora que S. Ex. é ministro, da intervenção do decreto do Sr. Lafayette?

Quando cessarão estes políticos de ser caluniadores.

Quando cessará esta guerra que deturpa as melhores intenções e avilta os caracteres mais puros deste país?

Um homem, como o Sr. Lafayette, deixa todos os seus cômodos, abandona os livros e a Gávea, sujeita-se a aceitar uma pasta e a alugar um coupé, a vestir uma farda bordada, coisa que S. Ex. nunca viu com bons olhos, e no fim de tanto sacrifício, só porque S. Ex. decreta uma alfandegazinha, uma alfândega pequenina, uma alfândega de segunda qualidade, saltam todos os rabiscadores a dizer cobras e lagartos do homem a quem este país ingrato, este país indiferente deve o enorme, o nunca visto

sacrifício de se fazer presidente do conselho para assegurar o expediente da sua pasta da fazenda e ao mesmo tempo salvar um companheiro do fiasco eleitoral!

Isto é simplesmente injusto.

É preciso que cada um se ponha no lugar do Sr. Lafayette e no lugar do Sr. Maciel.

Este senhor recebeu o seguinte telegrama da heroica cidade de Pelotas:

“Alfândega para um e a eleição no papo. — S. Martins.”

À vista deste telegrama, o que faz Maciel Antunes?

Escreve imediatamente ao Sr. presidente do conselho:

“Alfândega Pelotas, ou crise ministerial.”

O presidente do conselho mete a carta na pasta, a pasta no coupé e manda largar para S. Christóvão.

Lá, tira a pasta do coupé, tira a carta da pasta e mostra-a ao Poder Moderador, que acabava de jantar.

O Poder Moderador sorri para o Executivo. Depois pede papel e tinta e assina o decreto!

Ora, francamente, aqui para nós, quem é que não faria o mesmo?

Seriam porventura os Srs. Jornalistas?

Seja-me permitido duvidar.

#### **14.09.1883 – Lulu Sênior**

Positivamente, eu não tenho jeito nenhum, mas mesmo nenhum, para ser positivista.

Eu já tinha cá uma certa prevenção contra umas formalidades que essa religião exige em matéria de casamento.

Manda o Evangelho de Augusto Comte que o homem se porte, antes de casar, com tal circunspeção e virtude, que possa entrar no quarto nupcial enfeitado, como a noiva – de flores de laranjeira.

Manda mais, que, durante três meses depois do casamento, o noivo e a noiva entreguem-se à ocupação exclusiva de cultivar as sobreditas flores de laranjeira, mudando-lhes a água todos os dias, para as não deixar secar.

Termina exigindo que a viuvez seja eterna.

Explicarei por partes as razões que tenho para não poder sujeitar-me a este modo de vida.

A tal abstenção antes do matrimônio é-me antipática, porque o velho Hipócrates disse que há não sei que líquido no organismo, que, *retentum, venenum est*. Acresce que, quando eu tive conhecimento de tal preceito religioso, era tarde para pô-lo em execução, porque já as más companhias me tinham deitado a perder.

Quanto aos três meses de cultivo de flores de laranjeira, em companhia da esposa amada, eu, que me conheço, afianço que, se chegasse a meter-me nisso, com certeza não dava conta da mão.

Relativamente à viuvez eterna, é questão que depende da mulher e da sogra que a gente teve da primeira vez.

Imagine-se agora um positivista, que tenha cumprido a primeira parte do programa, contentando-se com os sonhos mais ou menos compensadores, e que esteja cumprindo a segunda, quando lhe morre a mulher; com a exigência da viuvez eterna, fica o homem justamente como se os pais o tivessem preparado em pequeno para cantar de soprano.

Por estas e outras, já eu me não dava muito bem com o positivismo; agora, acabo de ter a prova de que, decididamente, é moda que pra cá não pega.

Devo dizer antes de tudo, que respeito muito os moços que estudam, que trabalham e que são honestos; mas acontece com este positivismo religioso o que acontece com todas as coisas sistemáticas – tem seu lado cômico.

Haja vista a declaração que acaba de fazer o diretor do positivismo cá na terra.

Entendeu ele, à vista da doutrina do mestre, que nenhum de seus correligionários devia exercer cargos políticos; consultou o Sr. Lafitte, e este respondeu que essa exigência era menos importante que a tal das flores de laranjeira. O Sr. Miguel Lemos, à vista de tal heresia, declara que o chefe é insuficiente (*sic*), e que ele e outros dignos discípulos (cada vez mais *sic*), iam trabalhar por conta própria. E renunciou logo ao seu posto de aspirante ao sacerdócio, e, por conseguinte, ao subsídio que recebia de seus correligionários.

Eu curvo-me respeitosamente diante desta honestidade e desta coerência de ideias: mas não posso deixar de sentir umas cócegas quando penso nas consequências deste modo de pensar.

O Sr. Miguel Lemos não é como o padre Almeida Martins, que assim que deixou de ser padre, deitou bigode, e só dizia missa na maçonaria; o Sr. Miguel Lemos deixa de aspirar à mais elevada das funções sociais (*sic*), o sacerdócio, mas continua a viver guardando os percalços do emprego.

Assim, renuncia ao subsídio, e vai procurar no trabalho meios de subsistência; mas declara que não aceita remuneração ao máximo que lhe era estabelecido quando exercia o sacerdócio.

Isto quer dizer que o Sr. Lemos condenou-se a viver sempre na mesma casa, comer sempre os mesmos pratos; condenou-se, se tiver filhos, a repartir com eles o que tem atualmente, e, se estes forem muitos, a ir distribuindo porções cada vez menores, só para não ter de cometer a heresia de ganhar mais que a tal quantia julgada indispensável para o sustento de duas pessoas.

Este sistema condena a previsão da moléstia, da invalidez; condena o benefício feito ao desvalido, condena o conforto, condena o prazer, condena a arte, limita o indivíduo à condição de máquina destinada a consumir diariamente umas tantas gramas de carne, o indispensável para não morrer à fome.

A respeito de doces, temos conversado; o tradicional regalo brasileiro, a banana com queijo, tem as proporções de uma orgia; o café deve ser bebido sem açúcar, e as outras comidas sem limão, se é que a religião permite que se coma ostras.

O prazer de pecar, quando o positivismo tomar conta da humanidade, desaparece.

Pecar como? A gula é banida, porque o sujeito só ganha o preciso para comer o indispensável. O próximo escusa de ter cuidado com a mulher, que não lha cobiçarão de certo os que três meses tiveram a coragem de não cobiçar nem a que era legitimamente sua; a avareza não tem em que se exercer, porque não se guarda o que não existe; e assim tudo o mais.

Mas daqui até lá, à parte o respeito que tributo às crenças e convicções de cada um, esta abnegação dos positivistas, no meio de uma sociedade em que todos lutam para apanhar o maior quinhão para si, parece-me uma *telha* de tal força, que é caso para que os que a não tem, acendam uma vela ao Santo da sua devoção, para que os livre dela *per omnia secula seculorum*.

**15/09/1883 – José do Egypto, Décio, Zig-zag, Lélío, Publicola, Blick e João Tesourinha**

Ilm.º e ex-amigo Sr. Lulú Senior,

Como V. não deve ignorar, lá vem um dia em que, por mais um pingo que caia sobre o copo cheio, transborda este, inundando as circunjacências.

Pois, senhor, a paciência dos abaixo assinados era copo cheio dos *escândulas* e desaforos de V., e o pingo fatal que o faz transbordar neste momento solene, é a *bala* que V. ontem fez publicar nesta seção e folha.

Estamos fartos, adiposo senhor; estamos fartos!

Os abaixo assinados, apresentando como ora apresentam a V. a sua demissão total, julgam dever de cortesia para com o Respeitável que isto lê... e nega, expor os motivos desta resolução inabalável e grave.

As causas de resignarmos o honroso e espinhosíssimo lugar que nesta seção ocupávamos, são muitas e tantas, que apenas nos sobra tempo e fica vontade para expor algumas rapidamente, a começar pela principal, aquela a que a nossa irrefreável fantasia apelidou — pingo fatal.

Há muito que V. não perde ocasião de fazer sentir ao público, que, além de Senior e do autor do *Primo Basílio*, pateada comédia em um ato, é também nosso *patrão*.

Quando fosse pura verdade esse fato, até hoje por demonstrar a delicadeza mandava que V. não só o ocultasse, cuidadosamente — como oculta o diploma de sócio benemérito da *Lyra de Apollo*, para fazer crer que não é dela, isto é, que a dita comédia e outras estopadas da sua lavra têm talento e graça — como lhe corria também o dever sagrado de fazer crer que nós, os abaixo assinados, éramos os patrões de V.

Mas estes *mínimis* que qualquer leitor dos compêndios de civilidade não desconhece, V. os fingia ignorar, muito no propósito de passar por nosso *patrão*!...

V. porém nos há de permitir que lhe digamos, bem na face, sem pestanejos de medo, não só que — “patrão é de berço” — como que, se V. está muito cheio de si próprio — não está cheio de grande coisa.

V. abusando dessa pretensa superioridade, não tem poupado esforços para se furtar às balas, quando lhe cabe o dia de fazê-las, e, para nos furtar as pilherias que destinávamos às nossas.

Além disso, V. forjica atestados falsos que assina com os nossos nomes, para o fim de iludir a boa fé do público que nos ouve e que nos há de julgar, a todos.

V. levou mais longe ainda a sua ferocidade: — V. entrou a aprender alemão para nos vexar e descompor, sem que seja por nós entendido, e entrou há dias para o curso de dança do Rocha, para fazer crer que de todos nós é o escritor mais *leve*.

Todas estas pirraças e ofensas não nos fariam contudo desertar destas gloriosas e (...) colunas, se a elas se não tivesse vindo juntar a grande *escândula* da *bala* de ontem, em que V. pretende meter à hulha a coerência, o critério e mais flores de laranjeiras dos respeitáveis devotos do comtismo.

A convite do nosso ilustre amigo e co-demissionário Zig-zag, reunimo-nos ontem em sessão solene, para o fim de deliberar que se não fizesse *bala* de artigo em que o Sr. Miguel Lemos, depondo a tiara pontifícia e atirando às ortigas a sua aspiração ao sacerdócio, decidiu com a autoridade que lhe assistia, que Lafilte é tão papa como qualquer de nós, pois que sofre de insuficiência mitral, e que isto de infalibilidade positivista não passa, afinal de contas, de peta e pulha.

*Zig-zag* fez ver que se não devia fazer *pilharia* e balas com tão respeitáveis e sagradas coisas, e que nos devíamos abster de falar nessa *bala*, que não será a última, do venerandíssimo papa *in partibus*.

— Devemos respeitar as crenças alheias! bradava *Zig-zag*, muito convicto e um pouco endefluxado. Não se bala na *bala*!

E V. não obstante haver sido resolvido que se não bulisse na bala, V., abusando da sua pretensa qualidade de *patrão*. V. bala na bala!

Abstemo-nos de qualificar este procedimento.

O público que julgue.

Não lhe pedimos, ao público, que suspenda o seu juízo, porque a esta hora o seu juízo deve andar lá pelos astros, tanto tem sido ele suspenso a nosso pedido.

Nós é que suspendemos a cesta.

Não podemos continuar a aprovar com a nossa adesão silenciosa as calúnias que V. não tramou de assacar contra os positivistas, tais como o *jejum ante e post* flores de laranjeira, e outras que a docência manda calar.

Nós, Sr. ex-patrão, coramos diante de tanta audácia e falta de reticências. Coramos, sim. E agora demitimo-nos.

Não mais V. faltará aos compromissos solenes que de ora avante contraia, faltando assim com o mútuo respeito tão necessário à estabilidade e solidez das boas instituições.

Despedimo-nos. E, se não deixamos saudades, também, juramos todos, com as mãos estendidas sobre a vossa venerável pausa, de cujas imunidades tanto haveis abusado: — não levamos saudades.

Retirando-nos, pedimos a V. que examine com cuidado as nossas algibeiras e as nossas memórias, afim de bem verificar que nada levamos do vosso espírito, nem uma ideia, nem uma pilheria. E isto pela simples razão de que lá não encontramos nada disso.

E passe por cá muito bem.

### **16/09/1883 – Décio e José do Egypto**

O Sr. Francisco Prisco, aquele mesmo que é ministro da justiça e dos mais-perfeitos, acaba de dar um ar de sua graça e um quinau no Sr. Ex-Moura da mesma pasta, de um modo bastante singular.

Durante a gerência do bule-bule da justiça, o Sr. Moura vasou tal porção de tenentes-coronéis sobre este país, que chegou a causar receio aos que se ocupam da alta política internacional, de ser chegado o momento de pedirmos aos nosso vizinhos alguns cidadãos emprestados, afim de virem prestar ao Brasil o mais relevante dos serviços, aceitando umas dragonas de coronel ou uma farda de capitão.

O país assustava-se diante de tal expectativa...

Como? Dizia ele, o país. — Como? Então não há por aí pelos sertões de Mato Grosso, pelas serranias de Goiás, pela circunscrição territorial do Rio Grande do Norte, província de que é representante por um voto e vitalício o Sr. Diogo Velho; não haverá por aí um só cidadão disponível, capaz de ser nomeado tenente-coronel — ainda que da reserva?

O Sr. Moura terá conseguido a suprema felicidade de coronelizar o país e não deixar nem um, nem umzinho para o Sr. Francisco Prisco, da justiça e do Paraíso?

Estas perguntas do país inteiro ficavam como as lamentações de Jeremias e como as cartas do Zig-zag ao imperador — sem resposta.

É que o Prisco, astuto e Souza, metido em sua secretaria, examinava os relatórios dos seus antecessores, os documentos da estatística, as listas dos inspetores de quartirão, o almanaque de Laemmert e a grande relação dos citados pelo Sr. Bellegarde nos seus trabalhos literários, e preparava material, isto é — pessoal.

E assim, quando cuidávamos todos que o Sr. Moura estava a *corar* cada vez mais, e cada vez ficando mais forte, vem o Sr. Prisco e, qual água fria na fervura no bule do Sr. Moura, mostra pelos seus decretos de 24 do passado e não sabemos quantos do corrente, que ainda havia mais um ombro — muitas ombros! — desendragonados e muitos cintas *debandadas* no país.

E zás: dragonas!

E traz: bandas!

E zás-traz: — coronéis, tenente-coronéis, capitães, sargentos, majores, cabos de esquadra! um dilúvio!

E assim acaba de patentear aos seus convidados, ao país, ao mundo inteiro, e ao Sr. Moura em particular, que com cuspo e jeito ainda se pode arranjar para tenente-coronel um cidadão disponível da Bahia, ou de Minas ou do Paraná... Bravo, o Sr. Prisco!

Lemos em todos os noticiários o seguinte: “que às 11 horas da manhã, na sala das conferências da Glória, o Sr. Dr. Amaro falará domingo sobre o tema — *Danton*.”

Pois bem.

Até agora, suspeitávamos todos que esse tal Danton, aquele que na história da França representava um vulto saliente, era simplesmente um homem, um cidadão que ocupou uma grande página da revolução francesa, um dos poucos cérebros a que o mundo tem a honra de dever e não ser pior do que é; acreditávamos que ele fosse mesmo aquilo que lhe chamou em um soneto o jovem republicano e poeta Assis Brasil, um tigre sanhudo e bom!

Puro engano!

Se Danton até hoje, às 11 horas, tem e tiver sido isso, de hoje às 11 horas em diante, tendo passado pelo cadinho das conferências da Glória, transformar-se-á simplesmente — num tema.

Só o que queremos ver é se Sua Majestade irá ouvir esse *tema* e se, ouvindo-o, poderá conciliar a sua bela soneca domingueiro-literária.

O conferente, que sabemos ser um Lafayette antes do pomo pecaminoso — o que fará o conferente de Danton, esse homem que, além de morrer na guilhotina, *morreu* em vida e igualmente pelas nuas duas angélicas mulheres? Que fará de Danton o Dr. Amaro?

Danton na Glória das conferências!

Danton nas conferências da Glória! Com Sua Majestade pela frente e a monarquia em de redor!... *Nous allons rire!*

A apostar que *promodé* tudo aquilo que nós sabemos, quando Danton sair da Glória há de ser — nem mais, nem menos — o Sr. Dantas! Os abraços — a mais, e a invenção do Dr. Guillotin — a menos; está bem visto! Danton na Glória! com *Sua Majestade!*

Ora repiquem os sinos de Corneville e cantemos todos:

E digue, digue, din

E digue, digue, don!

Lá na Glória, sim,

Vai se ver Danton!

Décio e José do Egypto.

Ao público em particular:

Depois da enérgica declaração de ontem, Lulú Senior deu-nos as explicações que exigiram a nossa dignidade e o nosso caráter, e explicações tão amplamente satisfatórias como o abdômen de onde partiram. Por isso e por outras razões de interesse privado, continuamos todos a felicitar o mundo com as balas do estilo... queremos dizer: — de estalo.

Decididamente, está escrito em letras maiúsculas no grande livro do Destino, que eu hei de morrer de um ataque fulminante de inveja, uma moléstia que tem o caráter endêmico, mas que ainda não avocou a si a grande plêiade de especialistas preparados para todas as especialidades.

Fundou-se a Lyra de Apollo, e, postergando-se todos os princípios de boa camaradagem e de confraternidade literária, fui excluído, posto fora, como cão leproso, de contato pestilento e prejudicial.

Reagi contra a exclusão.

Reagi pela única maneira que tinha ao meu dispor, por aquela que mais podia disfarçar o meu despeito.

Não fizeram caso da minha reação; riram-se dela e continuaram a deixar-me na posição pouco brilhante de *excluído*, proposital e acintosamente.

Ora, num país que é essencialmente outra coisa que não literário, a única ambição de um homem que tem dedicado toda a sua vida às letras, não pode ser exatamente a mesma que germina no cérebro do Centro da Lavoura e do Comércio.

Nós, os que escrevemos em simples tiras de papel almaço, e não em livros registrados pelo Tribunal do Comércio, não podemos ter a ambição de conquistar o primeiro prêmio para o café, que ingerimos, compramos, e não vendemos.

Pela índole da nossa indústria, as nossas aspirações são um pouco mais alevantadas. Há mesmo entre nós alguns que as levam até ao grande Ideal, uma coisa que eu não sei o que seja, e que desconfio muito que eles ignoram igualmente.

É por isso que me tortura dolorosamente a exclusão de que acabo de ser vítima.

Quando um escritor é francês, a sua maior glória está em poder escrever depois da sua assinatura — *Do Instituto*.

Quando é português, tem uma glória correspondente, e acrescenta ao nome — *Da Academia Real das Ciências*.

Quando é brasileiro, até aqui nada tinha a acrescentar; mas, graças à vinda do Sr. Quesada, de ora em diante poderá pôr muito legitimamente adiante da sua assinatura — *Da Lyra de Apollo*.

Pois bem, é este prazer, esta honraria, este título de nobreza literária que acaba de me ser negado, da maneira a mais delicada; o que, todavia, não me impede de olhar com olhos injetados de rancor e de inveja, em proporções iguais, para o publicista Figueiró e para o poeta Mello Moraes.

Uma circunstância, porém, veio atenuar este meu sentimento relativamente à *Lyra de Apollo*. A minha inveja vai sendo dissipada, graças ao calor de uma esperança, que vejo raiar no meu horizonte de glórias literárias.

A *Lyra de Apollo* pode ficar com todos os seus sócios, pode guardá-los, fechá-los em armários envidraçados, com cânfora e palhas, pode conservá-los e expô-los, quando e por quanto lhes aprouver. A *Lyra* perdeu a sua categoria de primeiro foco das letras brasileiras.

Hoje é uma associação, como de fardas de terceira gala.

Antes da *Lyra* e acima da *Lyra* estão atualmente as *Palestras Imperiais*.

*Palestras Imperiais!*

Eu peço-te, caro leitor, que atendas para esse título.

Não o leias por *cima*, soletra-o, decompõe-no, reflete, e tira dele toda a filosofia que ele encerra.

Repara, meu amigo, que as novas *Palestras*, a *reprise* das antigas *Palestras* do colégio D. Pedro II, vêm atualmente com o caráter solene de uma Instituição.

Antigamente, Sua Majestade, para não desmentir seu amor às letras dos outros, convidava para uns pequenos serões literários alguns vultos que lhe agradavam.

No dia marcado pela imperial vontade, ao anoitecer, viam-se por essas ruas vultos embuçados, com dois e três carregadores atrás, levando os manuscritos.

Eram poemas originais, traduções de poemas alheios, memórias, odes e sonetos.

Sua Majestade presidia a sessão no topo de uma mesa modesta. Ao lado, no vão de uma janela, tomavam assento os semanários. Um dos convivas desfechava quase a queima roupa a sua *obra*.

(...) uma tradução, Sua Majestade acompanhava-a com o original e permitia-se uma ou outra observação.

A esse tempo; os semanários dormiam, e, que é mais, dormiam em voz alta, a ponto de Sua Majestade os acordar.

Daí a pouco chegava a vez dos semanários acordarem Sua Majestade, e lá iam todos para sua casa, inclusive os manuscritos e os respectivos carregadores.

Ora, como passatempo, ninguém poderá dizer que este não era — perfeitamente inofensivo.

As novas palestras, porém, perderam esse caráter platônico.

Já não se trata de averiguar se José Feliciano de Castilho traduziu fielmente Ovídio, e se Xavier Pinheiro não caluniou os tercetos de Dante.

O tema das Palestras agora é vário. Por enquanto, trata-se do ensino secundário e há todas as esperanças de que brevemente entre discussão a seguinte tese científica: — *Se a luz elétrica de Campos é melhor que a do largo do Machado*.

Antes, porém, Sua Majestade quer ter uma opinião segura acerca do ensino secundário.

Para isso Sua Majestade convoca os Srs. João Alfredo, Paulino de Souza, Pertence e outros.

É a ideia do Congresso Pedagógico, reduzida aos termos mais simples. Quem não caça com o cão, caça com o gato. É o que Sua Majestade está fazendo.

Mas as ideias que os palestrantes têm o respeito de ensino, estão já conhecidas há muito tempo. Sua Majestade, portanto, errou o alvo. Nem os convocados, nem os que o não foram, podem dizer a Sua Majestade coisa que já não esteja dita e publicada.

Sua Majestade, como qualquer de nós, tem o direito de conversar sobre tudo e acerca de todos. O que não é perfeitamente correto, é que estadistas e chefes do partido entrem em *palestras imperiais* acerca de reformas sociais.

O seu caráter de particulares não lhes tira a responsabilidade de homens políticos. O primeiro projeto que apresentar o Sr. João Alfredo, ou o Sr. Paulino, já se sabe que traz o carimbo das *Palestras*.

Ora, certamente não é essa a intenção de Sua Majestade; mas se não é essa a sua intenção, faça Sua Majestade uma coisa simplíssima:

Em vez de ouvir o Sr. Souza Bandeira, leia Sua Majestade o relatório do Sr. Ruy Barbosa.

Dê alta ao Sr. Paulino e leia Spencer; deixe tranquilo o Sr. João Alfredo, e pegue num livro de Littré. Se nenhum destes autores lhe agrada, indicamos-lhe um, que certamente Sua Majestade nunca mais abandonará: é Júlio Simon.

Com este pequeno repertório, Sua Majestade poderá facilmente fazer algumas variações sobre o ensino secundário, do que adscrito às opiniões dos sábios que convocou.

### **18.09.1883 – Lulu Sênior**

Sua Majestade o Imperador deita hoje Fala do Trono; se Sua Majestade me dá licença, ou mesmo que me não dê, eu vou deitar fala ao Trono.

Senhor! Todos os anos, quer chova, quer faça sol, sai Vossa Majestade num carro todo cheio de feitios – uns feitios muito sem gosto – e vai, de calção e meia de seda, manto e coroa, como Guilherme de Aguiar, chamar de Augustos todos os senhores deputados e senadores que se chamam Martinho e Generoso, e dizer-lhes –



da boca pra fora – que eles são muito boas pessoas e que não façam como o Sr. Pereira de Moraes, que quando vai não volta mais.

E que as nossas finanças vão de mar em fora, apesar de não ter querido aquele judeu do Rotschild dar-nos a migalha da porcentagem, o que deixou o Sr. Rosario muito enfiado; que as nossas relações com as potências estrangeiras são tão catitas, que até para fomentá-las no lugar que mais lhes doía, fundou-se a Lira de Apolo, e vai-se mandar o Sr. Franklin Doria, que é uma das cordas da referida lira, ver se a França ainda se lembra que temos uma questão a liquidar com ela; que a viação férrea desenvolve-se a olhos vistos, tanto que já temos a estrada de ferro Príncipe do Grão Pará para ir a Petrópolis tomar fresco, e vamos ter a do Corcovado; que a respeito da colonização, há uma campanha que nos promete tantos chins e tão baratos, que, afinal, quando comprarmos meia pataca de camarões, poderemos ficar com um chim de quebra; que a higiene pública continua inalterável, e que apenas tivemos alguns milhares de casos de febre amarela, e agora temos para aí uma quantidade de bexigas, mas, se Deus quiser e a vaca o der e o bezerro não o mamar, tudo isso se há de arranjar; que não lhes dê cuidado esta quitanda do governo, enquanto eles vão lá fora aos seus arranjos, porque cá fica o Sr. Lafayette, que não é homem para desmanchar igrejinhas de ninguém, e tal e coisas.

Ora, eu acho que Vossa Majestade faz mal. Lá porque se veste à fantasia, e lê a fala com a voz fanhosa, por causa do *pince-nez* encarrapitado na ponta do nariz, não é razão para dizer coisas que não pensa; pelo contrário, quando um homem se apanha mascarado, assim de princez ou coisa que o valha, e chega-se a outro com a pergunta clássica *Você me conhece?* e ele responde-lhe *Nunca vi mais gordo!* então é que é por para ali tudo o que a gente tem atravessado na garganta.

E nesse caso deveria Vossa Majestade chegar ao senado e dizer aos Srs. Representantes:

“*Seus aqueles!* – Vocês sempre me saíram uns tipos! O que diabo fizeram aqui durante quatro meses, a não ser encher de pernas a rua do Ouvidor e de discursos o *Diário Oficial*? Mandaram embora o outro governo, que era do meu amigo, Paranaguá, e deixam-me agora nas férias com um homem que já disse coisas de mim nas folhas. Vocês bem viram que tudo isto vai torto; que não temos higiene, que não temos finanças, que não temos instrução pública; vocês viram que se o nosso café está fazendo figura na Europa, é porque o governo não se tem metido em coisas de que não entende.

Olhem que em maio eu já estive quase, quase, a mandá-los ver nas suas terras se as batatas grelaram; vão-se embora, vão; mas fiquem sabendo que, se para o ano não me deixarem para aí obra feita que se possa ver, eu embrulho-os todos no mesmo decreto com os seus ministros e o seu partido, entrego a geringonça aos conservadores, e vou para a Europa visitar o meu amigo Victor Hugo.

E deem lembranças à família, e vejam se põe seus filhos em colégios a que não tenham de voltar mais tarde para pedir o dinheiro do mestre”.

Não acha Vossa Majestade que seria mais justo e mais razoável dizer-lhes isto assim – pão, pão, queijo, queijo, - do que chamar os homens de Augustos e dizer-lhes que o país confia no seu patriotismo, quando Vossa Majestade sabe que o país confia tanto no tal patriotismo como Vossa Majestade, que não confia nem pouco, nem muito?

Que lhe parece a ideia?

Dou-lha de graça, e, se quer, eu mesmo redijo a falação. Isso é que havia de ser uma boa troça! Está dito?

Se quiser, mande-me um cartão postal, ou recado pelo telefone.

E sem motivo para mais, sou, como sempre, de Vossa Majestade, atento venerador e criado obrigado.

Anda uma coisa no ar.

Dizem os astrólogos da política que é uma crise ministerial.

Ela que venha, que isto está de uma sensaboria entorpecedora.

Desde maio do corrente ano que não há uma crise, o que é simplesmente indecoroso para um regímen constitucional, que tem um Defensor Perpétuo da estatura daquele que felizmente nos defende.

O Sr. Lafayette já deve estar farto de ser ministro. O Sr. Maciel igualmente, tanto mais que já se garantiu como deputado. O Sr. Almeida Oliveira, já teve tempo de sobra para dissipar aqueles belos sonhos da sua mocidade de 29 anos. O Sr. Pena já fez o que tinha a fazer; já rejeitou a planta Duvivier. O Sr. Soares Brandão está morto pelo ciclar dos canaviais pernambucanos. O Sr. Prisco quisera também, se pudera abandonar a sua reforma judiciária.

Só o Sr. Rodrigues é que tem razão de se querer demorar mais algum tempo. Esse esteve doente, e por consequência está um pouco atrasado no exercício da sua pasta. Tudo porém, se pode conciliar: saiam os outros e fique o Sr. Rodrigues até completar o seu tempo.

Venha pois a crise. Precisamos dessa agitação momentânea, para distração deste bom público.

O decreto do alfandegamento de Pelotas pode ser muito bem aproveitado como um pretexto.

Sua Majestade não o quer assinar. Espalhe o Sr. Lafayette que é o S. Ex. que não concorda com a alfândega do Sr. Maciel, e aí está uma porta aberta para se salvar a responsabilidade da coroa, e ao mesmo tempo para a salada do gabinete.

Vamos, Srs. Ministros, tenham um bom movimento... para fora.

Ao menos, se não saírem, façam uma crise, uma pequenina crise de família, que dê pasto a boatos, que ponha os pretendentes no meio da rua e que faça trabalhar os telégrafos e o Montaury; enfim, deem uma sacudidela a esta monotonia de todos os dias e de todas as horas.

E depois, Srs. Ministros, é preciso que SS. EExs. não se esqueçam, de que na presente situação, encerrado o parlamento, quando já não é permitido ao Sr. Prisco usar dos seus muito querido — *mais que perfeitos* —, a única manifestação de vida que SS. EExs. podem dar — é uma crise.

Se não for a valer, ao menos que seja fingida.

O folhetinista do *Ver, Ouvir e Contar*, acaba de nos enviar a seguinte notícia:

“Uma grande notícia correu ontem como faísca elétrica por entre os raros brasileiros que ainda estão em Paris a suportar 35 graus centigrados de calor, enquanto os outros espraíam-se à beira-mar ou cismam “sub tegmine fagi”. Correu o boato de que Coquelin, Coquelin Senior, Constancio Coquelin, o único Coquelin, Coquelin da Comédia Francesa, Coquelin o amigo fiel de Gambetta, iria ao Rio de Janeiro no inverno, —o nosso inverno — do anjo que vem com uma companhia de artistas dramáticos “de primo cartello”.

Depois o ilustre escritor aconselha aos amadores de autógrafos que escrevam a Coquelin, pedindo-lhe que traga os livros em que cada um dos autores dramáticos modernos depositam um agradecimento ou uma lembrança simpática, ao ator que tem desempenhado papéis tão importantes na primeira cena do mundo.

Nós, que cá estamos e somos amadores de autógrafos, agradecemos o conselho que nos vem de tão boa fonte.

Em troca, porém, pedimos ao ilustre folhetinista que dê ao eminente ator, se porventura ele se resolver a vir até aqui, os seguintes conselhos:

Primeiro:

Trazer um teatro.

Segundo:

Trazer um público.

Terceiro:

Trazer alguns críticos.

### 21/09/1883 – Zig-zag

Pedem-me alguns amigos que dê a minha opinião acerca de grande caso do dia — a opera Lohengrin, do maestro Wagner.

Vou satisfazê-los com o maior desembaraço e com o firme propósito de dizer a verdade, toda a verdade, e só a verdade, como se tivesse colocado a destra em cima do Livro Santo, de qualquer cartório deste foro.

Para não abusar da paciência dos leitores, não usarei da tecnologia própria, e esforçar-me-ei por pôr a minha crítica ao *alcance de todos*.

A primeira obrigação de um escritor é fazer-se entender pelo seu público. É a essa obrigação que obedeço neste momento, a que não chamarei aquilo que costumam ser todos os momentos, para me poupar o desgosto de uma chapa.

Começo por dizer que a música de Wagner não é do futuro, nem do presente, nem do passado. Aquilo não é música.

Diz Victor Hugo que a música, ou lhe causa arrepios, ou o faz dormir. O amigo de S. M. e Imperador certamente não ouviu Wagner. Se o tivesse ouvido, resumiria as suas impressões afirmando que há música que faz sono e arrepios ao mesmo tempo.

O Sr. Wagner (não há razão para o tratar por tu), a meu ver, ignora os mais pequenos elementos de harmonia e contraponto. A sua gramática musical está cheia de erros de prosódia, como diria o Sr. conselheiro Saboia.

Logo no prelúdio da ópera — um trecho mais conhecido entre nós, pelo nome de Ouvertura — começam os erros a meterem-se pelos olhos e pelos ouvidos de toda a gente. Eu vim de lá cheio deles e ainda não consegui livrara-me de todos.

O Sr. Wagner, contra todos os preceitos estabelecidos por Fetis, Cardim, Scudo e o finado Alvarenga, começa o seu prelúdio na *clave de sol*.

Isto é simplesmente imperdoável. Um aluno do 1º ano do nosso Conservatório, um músico da rua não comentaria semelhante desazo.

Além de ser um erro de *metier*, é uma afronta à filosofia da música. A *clave de sol* nunca pode ser adotada quando se trata de um espetáculo à noite. Numa *matinée* ainda o Sr. Wagner poderia ter desculpa; mas numa *soirée*, o que a ciência musical indica, e o Sr. Gusmão Lobo, dado a estudos astronômicos, é que a *clave de Sol* seja substituída pela *clave da Lua*.

Mas não param aqui as irregularidades do *prelúdio*.

Alguns compassos depois do princípio, entram em cena, isto é, começam a figurar na instrumentação, umas notas agudas de uns cornetins estridentes.

Toda essa parte, que é uma das ideias principais da ópera, é indecentemente roubada à nossa *ordenança*. O que os cornetins tocam na orquestra do Sr. Wagner, nota por nota, é o mesmo que os cornetins do nosso exército tocam à frente da artilharia.

Apenas na orquestra do Sr. Wagner há um *sustenido* no 2º compasso e um pausa de *semifusa* no quarto.

Há depois um *crescendo* de confusão, que na partitura tem esta rubrica — *à vontade*.

Cada músico faz o que quer, e por isso alguns aproveitam a rubrica para não fazer nada.

Ainda assim, os que fazem alguma coisa, fazem muito. É dessa desordem de sons, ousados e intrometidos, que saem os grandes efeitos harmônicos.

Expliquemo-nos, para que a definição não fique tão confusa como o definido.

Um pintor quer reproduzir um quadro de Harmonia. Pega em quatro homens, dá um pau a cada um deles, ordena-lhes que se desanquem à vontade.

Quando a pancadaria estiver no maior *crescendo*, o pintor recolhe a impressão e os paus, e dá-nos depois o quadro da Harmonia.

Este é o processo do Sr. Wagner.

Continuemos o nosso juízo crítico.

No Lohengrin não pode haver a menor falta de interpretação do poema, por parte do músico.

Foi este quem fez música e poema.

Todas as frases têm as suas correspondentes em música.

Quando, por exemplo, o rei Henrique, em consequência da umidade que tem apanhado à sombra de um carvalho dos Druidas, dá um espirro, não é o fidalgo Telramud que se apressa a dizer-lhe *Dominus tecum*. São os pratos da orquestra que lhe respondem:

— Atchim!

Quando Elsa é interrogada:

— Sabe de que crime é acusada?

não é a Sra. Ferni, que diz sim ou não, ou pode ser que sim, ou pode ser que não. São os violinos, que dando um salto à sétima posição, e sustentando a *prima* com força, respondem a suspirar:

“Meu pobre irmão!”

Está bem de ver que com este processo os cantores são uma obra de mero luxo na ópera do Sr. Wagner. É verdade que esse processo não é uniforme, e mais tarde, quando os cantores cantam, é que a orquestra não toca.

Por exemplo, a entrada do tenor. O Sr. Cardinale entra a cantar a seco, o que muito bem lhe dá na vontade.

Ora, assim também eu e mais não sou cantor.

Logo, porém, que o Sr. Cardinale acaba de cantar, começa outra vez a orquestra a tocar. Há aí uma *fuga* muito bem feita, seguida de um *allegro* brilhantíssimo.

Quebrando todos os moldes antigos, o Sr. Wagner introduziu no seu *allegro*, não as notas já conhecidas, mas os *escudos* de Lohengrin e de Telramund.

Analisado um ato do Sr. Wagner, estão criticados todos os outros.

Como concepção musical, o *Lohengrin* é um aleijão. Não tem pés, nem cabeça, e tanto que acaba por onde começa — do mesmo modo que poderia começar por onde acaba — no prado das margens do Escalda.

Como manifestação dos progressos da ciência musical, o Sr. Wagner não nos dá a menor novidade. Orquestras desafinadas já temos ouvido muitas.

À minha opinião está, pois, firmada, e posso acrescentar — inabalável.

Se o bilhete para ver o *Lohengrin* me tivesse custado dinheiro, eu diria simplesmente — Fui roubado.

Como, porém, entrei de *graça*, quem foi roubado não fui eu, foi o Sr. Wagner.

## 22/09/1883 – Lulú Senior

Li ontem o que disse a crítica cá da terra sobre o *Lohengrin* de Wagner, e confesso que tive inveja da erudição de *Zig-zag*. O que aquele diabo sabe de música de gabinete, é pasmoso! E olhem que nunca aprendeu; faz tudo aquilo de cabeça.

Eu também já uma vez fiz crítica musical, por sinal que achava tudo muito bom, incluindo o tenor Lelmi! mas, nesse tempo, ainda se não cantava nos nossos teatros música sábia.

Agora, a coisa fia muito mais fino. A gente, para ir ao teatro, precisa ter alguns anos de Conservatório, senão arrisca-se a confundir o maestro Bassi com o Dr. Lopes Trovão.

O *Lohengrin* está dando que fazer a muita gente boa; desta há uma parte, quase do tamanho do todo, que tem vergonha de confessar que não pesca patavina daquilo.

E a tal propósito, eu tenho de confessar aqui a um meu amigo, um médico francês, que entre dois estreitamentos, deleita-se a ouvir Berlioz, Wagner, e não sei quem mais, que há dias eu disse-lhe que me tinha divertido muito nos concertos Padeloup, mas disse-o só para o não contrariar.

Nós tínhamos acabado de jantar, e eu não gosto de discutir durante o digestão, e, demais, o meu amigo tinha direito nesse dia a todas as minhas atenções; mas agora, sempre lhe digo que, a respeito de música sábia, temos conversado!

Eu fui, é certo, ao concerto Padeloup; saí de lá como tinha entrado, tendo apenas a mais uma dor de cabeça.

No domingo seguinte, lá fui ainda, por ter ouvido dizer que isto de música desta ordem, não é coisa em que se meta o dente logo de primeira vez.

Ao fim de cerca de meia hora de audição, comecei a sentir um prazer indizível; parecia-me que estava no céu, cercado de anjos, que tocavam e cantavam coisas divinas, e que eu estava entendendo tudo aquilo como se fosse latim. (Os Srs. críticos musicais não de permitir que eu os engazope dizendo que entende latim, como eles me engazopam com o que sabem de música.) E pus-me a ter pena da gente que não entendia aquilo, que era tão bom, tão bonito.

Estava no melhor desta doce ilusão, quando me caiu ao chão o binóculo, e eu acordei.

Tinha adormecido indecentemente, com grande escândalo de um alemão pianista, que estava perto de mim, e que era dos tais que entendem.

O que eu fiz de esforços para não ferrar no sono outra vez durante o resto do concerto é a coisa que não se pode narrar.

O que sei é que, em caminho para os lares, fui pensando no caso:

— Não tem que ver, eu não dou para isto. Cada um nasce com a sua sina. A minha não é, com certeza, ouvir e entender música deste quilate. Não tenho necessidade de andar por aí a apregoar pelas esquinas que não entende, ou que não gosto; mas, quando me convidarem, eu digo que tenho muito que fazer, e, dormir por dormir, prefiro meter-me na minha cama; sempre é melhor e mais barato.

Mas, eu não previa o caso do tal meu amigo médico, a quem fui obrigado a dizer que achava muito bom este sistema de ir a gente ouvir música com um dicionário embaixo do braço e um guia, como quem viaja em país estrangeiro.

E como não quero que o homem me tenha em conta de sujeito que se gaba de prendas que não possui, dou-lhe esta explicação em público e raso.

Para penitência do pecado que cometi, irei no *Lohengrin*. Meto-me no fundo de um camarote, e, se não puder resistir à natureza, pelo menos hei de fazer o possível por não dar escândalo, mesmo porque não costumo roncar.

Só do que eu tenho medo deveras é de interromper o prelúdio. Se eu perco o bonde, e chego tarde, e o maestro Bassi vê-me entrar, e começa o prelúdio outra vez, para que eu o entenda, dou o cavaco, porque não gosto de dar maçadas inúteis.

Peço, pois, ao Sr. Bassi que, por minha causa não se incomoda. Faça de conta que eu me porto com o *Lohengrin* como com as missas de sétimo dia, e chego só a tempo de dar os pêsames à família do defunto. Assim como assim, eu tanto entendo a ópera com o prelúdio, como sem ela.

E daí talvez até me divirta a apreciar o enredo e a *mise-en-scène*. Disse-me um má língua — não foi o Henrique Carlos — que o Sr. Cardinali vem muito bem vestido, todo embrulhado em papel de prata, como os charutos de Havana de dia de anos, e que a cabeça do tenor parece um *marron glacé*. E há um cisne e uma pomba, e uma porção de coisas como nas mágicas.

E, a propósito, uma ideia! O Sr. Ferrari bem podia contentar todos os paladares, metendo no *Lohengrin* o ator Machado e a polca *Zizinha*!

Isso, sim, é que é música, a *Zizinha*!

#### 24.09.1883 – Lulu Sênior

Os *dilettanti* fluminenses do teatro lírico são poucos e pobres. Na primeira representação de uma ópera, em récita de assinatura, o teatro de Pedro 2 fica cheio, e os cambistas ganham bom dinheiro.

Esta circunstância demonstra que parte da gente vai aos teatros, não para ouvir a ópera, mas para ver quem vai, e para poder dizer que foi, não se lhe dando de pagar mais caro para ter esse gostinho.

Na segunda récita, se a ópera não é destes sucessos que fazem andar toda a gente de boca aberta pela rua do Ouvidor, a exclamar – “Oh! não faz ideia!” – a casa tem dois terços dos lugares ocupados, e alguns assinantes mandam vender os seus bilhetes.

Nas récitas extraordinárias não chega a haver um terço de espectadores. Os apreciadores do que é bom, preferem pagar a um cambista os bilhetes com cinquenta por cento a mais, para assistir a uma primeira representação, necessariamente menos correta que as seguintes, contanto que façam figura e não percam a *primeira*.

Anteontem houve uma récita extraordinária com o *Lonengrin*, em benefício do maestro Bassi.

Alguns assinantes só tiveram os seus camarotes, *quase à última hora*, ao teatro, aonde ninguém procura alugar camarotes, porque a quase totalidade das pessoas que desejam ir ao lírico tratam de comprar bilhetes de dia.

Esse procedimento não é propriamente o que se pode chamar a última palavra da gentileza. Não levemos as coisas ao rigor de exigir que os assinantes devam concorrer ao benefício do regente da orquestra, que há anos nos tem feito ouvir óperas bem interpretadas, graças em grande parte aos seus esforços. Esse dever seria uma pequena compensação do direito que os Srs. Assinantes se arrogam de se meterem no teatro a assistir a todos os ensaios; mas demos de barato que os Srs. Assinantes não pensem assim, e entendam que já fazem muito pagando a sua assinatura. O que, porém, não é razoável, é que uma quantidade deles queiram fazer crer à gente que adoeceram todos à última hora, como se o Dr. Freire tivesse aberto de repente a porta do seu viveiro de micróbios; isto demonstra que os Srs. Assinantes, ou entendem que devem ir ao benefício do maestro Bassi, ou acanham-se de confessar que já não têm mais que por no prego, e então devolvem os bilhetes à última hora, desculpando-se de não poderem ir, porque lhes dói um dente.

Isto tem o pequeno inconveniente de impedir o beneficiário de passar o bilhete a quem está de saúde, e que talvez tenha ficado em casa por pensar que para a noite do benefício do maestro Bassi seria difícil achar um lugar vago.

Aconteceu, pois, com o espetáculo da festa do maestro Bassi o que acontece a quase todas as récitas extraordinárias. Estavam ocupados todos os camarotes da família imperial, do conservatório, da polícia, da imprensa, da empresa, e alguns outros que pagam pela mesma tabela – a olho. Dos camarotes de assinantes da primeira ordem estavam ocupados dois ou três. Nas cadeiras igual reinação.

Aconteceu, porém, o que talvez os Srs. Assinantes não previram: o *Lonengrin* agradou enormemente a esse público, que não estava ali para fazer figura, e que aplaudiu, não só no final dos atos, para animar os artistas, mas durante a representação, vendo-se que se impressionava nos *bons endroits*, e que os aplausos não eram de chapa.

Eu tenho até vergonha de dizer que... não se assustem! eu não vou dizer que entendi! não vou dizer também que prefiro o *Lonengrin* a tudo o mais que tenho ouvido por esse mundo fora! mas não ferrei no sono, e estou aqui, estou lá outra vez.

Eu fui ao teatro com as minhas recordações de uns concertos de música sábia e levei *tout ce qu'il faut* para fazer uma boa soneca. Pois devo confessar que me portei com toda a decência, e que dou parabéns à minha fortuna, por ter chegado a tempo de não interromper o prelúdio.

Não me perguntem os sábios se eu gosto mais do *Lonengrin*, do que de qualquer outra coisa, porque sou capaz de responder metendo os pés pelas mãos: mas também daí a ter medo de ir outra vez ao teatro ouvir à peça de Wagner, vai sua distância. Se me pedirem com bons modos, não me faço de rogado, e vou; só a primeira vez é que custa.

Não vão agora pensar que eu quero fazer crer que entendi; não entendi, e ainda que tivesse entendido, não o diria, porque tenho medo de que me aconteça o que aconteceu há dias na rua do Ouvidor a um que tinha entendido. Os outros, que eram muitos, quase que o mataram. O pobre diabo fazia caretas, tinha tremeliques, esteve quase a pedir perdão... de ter entendido.

Eu não caio nessa: mas sempre digo às pessoas que não tiverem em que empregar o seu tempo melhor e mais barato, que vão julgar por si, porque talvez já tenham sido em outras ocasiões mais escandalosamente roubados. Ao menos, uma vantagem tem esta ópera sobre todas as outras.

Eu, desde que voltei do teatro, ainda não fiz mais nada senão cantar trechos da ópera. É muito fácil; a gente pega no libreto, e, em vez de ler alto, canta. O que sai é *Lonengrin*.

### 25/09/1883 – Décio

O caso *Lohengrin* começa a tomar proporções assustadoras. Como na eleição senatorial e próxima de Minas, os próceres da crítica começam a entrar pelos argumentos máximos — os de identidade e idoneidade de pessoa — e a demonstrar ao público e aos eleitores que os candidatos à eleição e os contrários em opinião crítica, são nada menos que burros, salvo seja.

O processo é bom e é simples. Do momento em que um sujeito dá-se ao luxo de divergir de mim eu aponto-o logo ao público como uma besta, que nada entende de coisa, incapaz de compreendê-la, e indigno de ter uma resposta seria de minha parte.

Se ele é candidato à eleição eu faço como o Sr. Diogo de Vasconcellos: vou para os apedidos dos jornais, e em frase convicta e entrelinhada chimp-lhe uma boa dose de história antiga e sacra, lembrando-lhe que assim como a estátua de Nabucodonosor despedaçou-se de *encontro a uma pedra rolada da montanha*, também há vultos cujas raízes *vacilam em pés frágeis*.

Se é crítico que tome a liberdade de dizer coisa que me não faça bom cabelo, eu arranjo isso mais facilmente e mais depressa: chamo-o de burro para começar, ponho-lhe as orelhas em aferição, e depois descasco-o em uma boa sova de quatro bemóis para que ele não tenha o desaforo, para outra vez, de cometer a maior barbaridade em crítica teatral e musical: a de divergir da minhas pessoa.

Este processo, seguido entre nós em crítica e na política, dá sempre o melhor resultado. Não há dia em que não vejamos na imprensa contestações sobre ciência, sobre artes ou somente sobre fatos, que não começam invariavelmente por onde deviam ter começado: por chamarem-se conscientemente os contendores de burros.

Este processo, sobre ser expedito, tem a vantagem de cortar logo pela raiz a questão. Uma vez lavrado o decreto de incompetente, o meu contendor que estrebuche e vocifere; que diga muito e grite mais, que puxe pela inteligência e pelos alfarrábios; que se faça fino e fale grosso; todo o tempo será perdido, visto que eu, autoridade na matéria, tive a fortuna de pô-lo de calva — isto é, de orelha à mostra, chamando-o simplesmente e muito autoritariamente — burro!

Ontem tivemos dois exemplos, que devem servir para edificar, no conceito e nos futuros planos de ataques dos futuros contendores deste país.

O primeiro nos é fornecido pelo presidente da província do Rio de Janeiro, que não apreciando muito as variações executadas pelo Sr. deputado Castrioto sobre o tema *Gavião Peixoto*, na assembleia provincial do Rio, veio pelos jornais a descompô-lo em tom de música de Wagner, apreciada pelos *enragés*, chamando-o de freguês das manjedouras, mastigador de capim verde e outras coisas mais de igual jaez e cor.

Ora, eu não sei até que ponto o Sr. Castrioto fez por merecer a objurgatória, e apenas sei que nestas questões quem não quer ser asno, não lhe toma as orelhas.

Igualmente não sei que razões tem o Sr. Gavião, Peixoto e presidente, para afirmar em público que o mesmo Sr. Castrioto sacode as moscas com a cauda (peço perdão aos leitores) e que o seu mal é não ver *as áreas do tesouro provincial transformadas em manjedouras de animais cansados* e o fisco em empresa de carroças de capim por conta dos particulares.

Mas, e entretanto, sei e compreendo o seguinte: que este presidente, que sem a menor cerimônia vem para os jornais discutir *em tal tom* os ataques políticos a si dirigidos, começa por perder um pouco da sua autoridade e de seu equilíbrio, mostrando que sobra-lhe em audácia e coragem o que lhe falta em razão e bom juízo.

Que diabo! O Sr. Castrioto, que jamais vimos mais gordo, pode ter sido injusto e mesmo violento; mas o presidente atacado, que começa por defender-se assinando logo a manjedoura para tribuna do seu contendor, dá má cópia de si e má ideia da sua causa, visto que não encontra para combater o outro argumentos que não sejam impróprios de cavalheiros.

Assim também um crítico — é preciso notar que desta raça ainda há alguns! — que para provar que o *Lohengrin* é muito bom e que o maestro Bassi é seu profeta, veio ontem pelos jornais a citar várias autoridades de nota e fama, depois de ter começado por chamar burro a um outro seu colega crítico — ainda os há de tal raça!

Um erro de ofício, parece-nos.

O seu colega *dissera* — como diria o Sr. Prisco Paraíso — que o *Lohengrin* era excelente ópera para os entendidos, isto é, para os mestres, e pouco feliz para o público, que aprecia mais os efeitos do que as regras da arte.

Chamando o grupo dos que poderiam apreciar o *Lohengrin* de entendidos, está claro que este *crítico* não incluía em tal número o outro, porque era só o que faltava: que um sujeito além de saber criticar música, desse-se ao luxo e ao trabalho de também saber — a própria música!

Mas assim não o entendeu o outro, apesar de entendido; e em vez de medir a importância e procedimento da opinião contrária pela estatura do autor — e estaria vingado — lembra-se de chamar em seu auxílio Berlioz, Judith Gauthier, Listz, Hippeau e o Sr. Felipe da Phenix, tudo para o efeito simples e modesto de provar que, em orelhas, ninguém podia vencer o seu contendor!

É o que se pode chamar um erro de ofício, este.

O crítico, ofendido em seus melindres, deveria ter dito mais ou menos isto: que o de opinião contrária só sabia tocar de instrumentos de corda e dos sacristães — o sino; e que de opiniões críticas só tinha as dos seus livros — que são muitos. Mas que de música estava de louça nem um pires, não sabendo o que é bequadro nem um bemol, nem um be... rimbau.

Isto é que é o ideal e o justo. Porque se os Srs. críticos — ainda os há! — começam a pôr-se os pobres na rua denunciando que nenhum deles sabe mais do que dizem os Scudos, Fétis e Cléments, e entram a chamar-se de burros uns aos outros, o que ficará ao público quando os tiver de classificar a todos?

Sim, lá dizer que o *Lohengrin* é bom ou mau, não custa; mas para criticar a crítica da terra, olhem que será preciso um trabalho extraordinário; e nada menos que isto: principiar por deitar abaixo uma livraria inteira!

## 26/09/1883 – Zig-zag

Li ontem:

“O espetáculo anunciado para hoje fica transferido para amanhã, a pedido de muitos assinantes, que desejam assistir ao baile do Cassino Fluminense.”

Este aviso, simples e despretensioso, feito a tinta azul sobre um fundo branco, com uma bela caligrafia cenográfica, estava afixado à porta do imperial teatro D. Pedro II.



Ele é, nem mais, nem menos do que a expressão genuína de uma resolução refletidíssima.

Entre a partitura do maestro alemão, entre a música do futuro e a polca do presente, o nosso aristocrático *High Life*, o *grand monde*, a gente do tom, que dá a lei na sociedade elegante, teve hesitações terríveis, perplexidades atroz, dúvidas mais medonhas do que as do infeliz e filósofo Hamleto.

De um lado, estava o Cassino, com o seu salão como há poucos, até em Paris, cheio de sumptuosidades, inundando de luzes de gás do Aterrado, com o seu toldo de linho desbotado à porta para resguardar do relento traidor de noite a cabeça do dandismo nacional, com meias tinas de vegetação luxuriante, alugada a tanto por noite, com quatro palmos de tapete tecido e outros tantos de folhas de mangueira, com a sua diretoria corretamente lustrada a brilhantina nas suíças aristocráticas, com o seu enorme pessoal de serviço, todo encasacado a descer e a subir as escadarias, enfim com a perspectiva do contato da realeza e das vitórias das toilettes de luxo.

De outro lado, havia apenas a vasta sala do *Pedro II*, sem atrativos, e a longa partitura de Wagner, cheia de confusões e de coisas arrastadas, com guinchos de clarinetas, sem uma frase para *falar ao coração*, sem um ímpeto de entusiasmo, sem uma provocação à sentimentalidade histérica das damas que se entregam aos devaneios poéticos das óperas de realeza.

A atender-se simplesmente à qualidade da exibição, a escolha era facilíssima.

Comparadas as duas, o *High Life* não tinha que hesitar: primeiro o Cassino.

Mas...

Mas o dinheiro do camarote havia de perder-se?

Hoc opus!

E o *High Life* começou então a hesitar e a dizer com os seus botões: se vou ao Cassino, perco o camarote; se não perco o camarote, não vou ao Cassino!

Terrível situação!

O que fazer?

Pois havemos de perder um camarote?

Pois havemos de perder um baile?

Não poder ser. E o *High Life* deitou tratos à imaginação para sair de tão grande e nunca visto embaraço.

Em Madrid, em Paris, em Roma, em Londres, em Buenos Aires, o *High Life* teria resolvido simplesmente ir ao teatro e não faltar ao Cassino.

Mas isso é lá nessas cidades burguesas, onde a sociedade não sabe viver.

Aqui o caso é outro. Os costumes estão muito mais requintados. E daí a dificuldade e o imprevisto do caso de ontem.

Porque, enfim, o difícil da coisa não era deixar de assistir ao *Lohengrin*; o pior era perder o bilhete.

Se se pudesse calcular com uma enchente, tudo estava resolvido, vendia-se o camarote com câmbio. Mas ontem quem compraria os bilhetes?

Foi no meio destas torturas, entre os ímpetos da elegância e o desfalque de alguns mil réis no bolso, que o *High Life* teve a econômica inspiração de resolver o caso, conciliando tudo.

Ele não queria perder nem o baile, nem o teatro.

Pois bem.

Perca a empresa, seja ela a prejudicada com os nossos hábitos do grande tom.

Na segunda-feira, é um funeral rococó que a priva da sua receita.

Na terça, é a *alta sociedade* que, não sabendo que se pode ir a um espetáculo e a um baile na mesma noite, não quer perder uns magros mil réis para ir dar às pernas nas valsas, com as botas por fora das meias e as meias por dentro das calças.

E aí está como ficou resolvido este caso, que deve ir figurar no *Código do Bom Tom* para uso dos *parvenus* de todas as espécies.

E aí está ainda, como mais uma vez o meu pobre amigo Wagner foi vencido pela santitante *Zizinha*.

### **28.09.1883 – Lulu Sênior**

Aqui há tempos contaram os jornais o caso de um senhor subdelegado que, tendo de prender um *frege-moscas*, deu-lhe uma bofetada, por conta da pena que o homem tinha de cumprir.

Parece, porém, que o crime do *frege* não era destes que levam o criminoso a Fernando de Noronha, e, dias depois, quando se pilhou solto, o homem pôs a boca no mundo, e arranjou testemunhas, e foi queixar-se do iracundo subdelegado à polícia.

Escuso de dizer ao público que a polícia abriu inquérito. Esta justiça convém fazer ao estabelecimento da rua do Lavradio; não cochila quando se trata de abrir inquéritos: noventa e nove vezes sobre cem não os fecha, mas lá o abri-los, abre sempre.

Dias depois, o subdelegado, que tinha dado a bofetada, mas, por modéstia, não se gabava disso, chamou à responsabilidade o nosso gordo patrão que tinha posto a história toda na *Gazeta*. O bom do patrão despediu-se da família, fez testamento, rolou pela ladeira de Santa Tereza abaixo, e lá se foi entregar às justiças d'El-Rei Nosso Senhor.

As ditas justiças perguntaram-lhe se tinha sido ele que tinha escarrapachado para ali aquelas coisas feias que a *Gazeta* dizia do Sr. subdelegado; ele respondeu que sim, e que ainda era capaz de as escarrapachar outra vez, ao que as justiças responderam que não era mais preciso, que ele já ali tinha com que ir apodrecer na palha úmida dos cárceres.

O subdelegado estava presente e tinha um aspecto furibundo que dava vontade de se lhe perguntar: Quem matou o seu cachorrinho?

Nesse dia, porém ainda não foi lavrada a sentença, e o patrão, que ia pensando que as justiças do país eram como as que apareciam nos quartos atos dos dramalhões do teatro de S. Pedro, uns sujeitos muito mal encarados, de barba e cabeleira à *Musa do Povo*, veio de lá com as gorduras muito satisfeitas por ter encontrado um cavalheiro muito amável, que nem ao menos o chamou de réu.

E ficou à espera que continuasse o processo para ir gemer para a referida palha úmida dos cárceres.

E até ontem esperou.

Imaginem a sua surpresa quando leu pela manhã nas folhas, que ao terrível subdelegado vão os mercadores da freguesia oferecer um álbum, um apito de ouro e um baile.

O que é um homem ser valente! Este senhor subdelegado, que é boticário nas horas vagas, em vendo sarilho precipita-se, e faz mais chinfrim que os desordeiros a quem procura conter; o que faz a freguesia? dá-lhe um baile!

E aí está para que serviu o inquérito pela polícia: para dar que fazer ao Castellões ou ao Paschoal, que tem de fornecer o serviço.

E ao baile hão de naturalmente assistir o Sr. chefe de polícia, e mais o Sr. delegado que abriu o inquérito, e mais todos os subdelegados, que devem ir inspirar-se naquele exemplo salutar para ganharem também apito de ouro.

Acho, porém, incompleta a obra. Este subdelegado, que dá bofetadas, merece muito mais, e se o governo imperial não aproveita a ocasião solene do baile para dar-lhe pelo menos o hábito da rosa, é caso para que ninguém mais queira servir cargos públicos neste país.

Pois que! o bom do homem deixou as suas pílulas, as suas tisanas, as suas cataplasmas, e foi para o meio da rua de graça, dar bofetadas num *frege-moscas*, e o

governo não lhe há de dar nada, nem mesmo a popular fitinha cor de rosa, que enfeita por aí o peito de tanto pedaço d'asno, que nunca fez tanto?

Se isso acontecer, não é porque o governo não reconheça a importância do serviço, mas porque não há no governo nenhum candidato à deputação pelo município neutro: que se houvesse, o resultado do inquérito policial seria autorizar o fogoso subdelegado a levar à bofetada toda a freguesia, contanto que no dia da eleição apresentasse para ali algumas centenas de cidadãos dispostos a tudo.

Eu, pela minha parte, tomado de admiração e entusiasmo pelo valente representante da autoridade, não posso deixar de contribuir para o brilhantismo da festa oferecendo-lhe estas balas de estalo.

### **29/09/1883 – Zig-zag**

Eu peço licença aos meus leitores e mesmo aos que não são meus, que necessariamente não de ser em número muito maior, para lhes apresentar o Sr. Romão José de Lima.

Este nome, meus senhores e minhas senhoras, não é nome vulgar, ele não indica simplesmente uma pessoa ou uma coisa, como determina a gramática da pedagógica tribo dos Abílios; este nome representa uma instituição, e essa instituição é vulgarmente conhecida pela denominação de — *Testa de ferro*.

Não me acho disposto neste momento a fazer o histórico dessa sublime instituição, genuinamente indígena, que nasceu, cresceu e tem medrado, carinhosamente alimentada pelo bafo nacional, cuidadosamente resguardada e preservada com o amor das coisas queridas, com a dedicação dispensada às plantas delicadas e de vida difícil.

Graças a essa instituição, cujo símbolo é Romão, o jornalismo, a expressão mais pura da nossa sociedade, o espelho mais fiel do seu viver e do seu pensar, tem adquirido entre nós o aspecto singular e original que o distingue do jornalismo de todo o resto do mundo.

Nós, jornalistas no Brasil, somos muito mais felizes do que os nossos colegas dos outros países. Por mais intrincada que seja a questão a debater, por mais complicado que seja o problema a resolver, acima das opiniões dos jornalistas que recebem está a dos jornalistas que pagam.

E estes não só são em muito maior número e muito mais proveitosos às empresas, como, na maioria dos casos, são os que têm melhor instinto para fazer essa coisa, que se chama dirigir a opinião.

Ora, o primeiro desses jornalistas é incontestavelmente o nosso colega Romão José de Lima.

É prodigioso o que esse homem, aliás tão modesto, tem escrito nas folhas diárias.

Se ele, mais ousado como deveria ser, empreendesse a publicação em volume dos artigos destacados, faria uma obra muito superior em tamanho e em qualidade aos *Subsídios Literários* dos Srs. Faro & Lino.

A nenhum assunto é estranha a hábil pena do nosso colega Romão.

E a força das suas opiniões é tal, que mais de uma vez tem sido mártir do rigor das leis, indo expiar na Detenção, o abuso da sua opulenta adjetivação e da sua ironia cruciante e frequentemente esmagadora.

Como todos os grandes apóstolos ele tem sofrido pela sua ideia. Sofre e resigna-se. Condenado um dia, noutra, ei-lo de novo de estandarte em punho, como que mais avigorado pelo doce suplício dos que padecem em nome de uma grande causa.

O leitor, que geralmente não conhece os cantos deste grande edifício chamado *Imprensa*, quando vê numa folha um artigo assinado por um pseudônimo ou mesmo por um nome conhecido, atribui-o à pessoa que um ou outro lhe indica.

É um engano. É uma ilusão.

Se o leitor levar um pouco mais adiante a sua curiosidade, se se der ao trabalho de investigar a procedência do artigo, quem o escreveu e quem o firmou real e legalmente, há de encontrar no fundo o nosso preclaro colega Romão José de Lima.

É à sua fecundidade que se deve em grande parte o desenvolvimento da seção dos ineditoriais.

Agora mesmo acabamos de ter um exemplo.

Todos viram uns artigos sacudidos e um pouco enérgicos de um alto funcionário da confiança política do governo. No fim dos artigos lá vinha o nome desse presidente de província.

Pois bem, averiguado o caso, já é público e notório que não foi ele quem escreveu tais artigos e que se os assinou, foi para não comprometer em uma questão de rele política provincial o nome do publicista Romão.

É bom que isto se diga e que isto se repita.

Um homem como Romão não deve permanecer na penumbra. Venha, pois, para a luz, exiba-se com o *aplomb* a que lhe dá direito a sua longa e gloriosa carreira jornalística.

E, para que o seu nome não fique apenas conhecido dos seus colegas de imprensa e do carcereiro da Detenção, nós propomos que se organize sem mais demora uma *Associação de Jornalistas* e que seja proclamado seu presidente o augusto símbolo — Romão José de Lima.

Um jornal publicou ontem a seguinte notícia local:

“A epidemia da varíola, que se havia manifestado em Serra Negra, *parece ter se limitado aos afetados.*”

Dizem-me que na redação desse importante órgão de publicidade figuram dois médicos.

É naturalmente a isso que Serra Negra deve a fortuna de ver *limitada a epidemia da varíola aos afetados.*

### **30.09.1883 – Lulu Sênior**

Alguns membros conspícuos do partido conservador fundaram anteontem, no hotel do Globo, o Clube Comemorativo 28 de Setembro.

Nos tempos que correm, de propaganda abolicionista, parece que um clube que toma para título essa data, vem engrossar as fileiras dos propagandistas.

Assim, quando a gente vê uma sociedade de música que se chama Flor da Glória, não a confunde com outra que se denomina Recreio do Saco do Alferes, porque o nome é uma voz com que se dão a conhecer as coisas e pessoas.

Mas, logo depois do título, tivemos a explicação de que a Nova 28 de setembro quer *encarar a questão com madureza, sem precipitação, respeitando os direitos de cada um* – sem entrar pelas fazendas do Sr. Moreira de Barros – *não duvidando entregar ao tempo a participação que lhe cabe nos problemas da evolução social*, e mais uma porção de coisas igualmente pacatas, ordeiras e conservadoras.

A mim, parece-me, que para deixar ao tempo o trabalho de fazer este serviço ou outro qualquer, não vale a pena incomodar-se tanta gente, e fundar uma sociedade, porque se ficarmos todos em casa, de papo para o ar, deixando correr o marfim, isso de escravos, mais dia menos dia, vem a acabar: lá para os meados do século que vem, se estes que existem morrerem todos, e a África ou a China não nos mandarem outros, fique certo o Sr. Correia que não se encontra nem mais um para remédio.

Agora, se a Nova 28 de setembro tem por fim fazer medrar uns certos efeitos dessa lei, isso então é outro cantar, e não há de ter mãos a medir.

Por exemplo: a lei de 28 de setembro arranhou a matrícula de escravos, que fez com que muita gente que não sabia bem como diabo lhe tinha caído em casa tanto preto, fosse ao tesouro ou à coletoria e dissesse assim: “Olhem que isto tudo é meu!”. E no tesouro e na coletoria respondiam-lhe: “Está dito.”

A lei de 28 de setembro determinou que ninguém mais nasceria escravo no Brasil; mas deixou os serviços dos ingênuos aos senhores até 21 anos, devendo os senhores ou o governo educá-los; ora, como ninguém os educa, os ingênuos serão perfeitamente escravos até os 21 anos, salvo aqueles que servirem mais alguns anos de quebra, por engano das respectivas certidões de idade.

A lei de 28 de setembro criou o fundo de emancipação; ora, antes dessa lei, quem tinha um escravo velho, doente, imprestável, o mais que podia fazer, era deitar generosidade, e dar-lhe a carta, conferindo-lhe a liberdade de ir apodrecer longe de casa; depois da lei, o senhor do preto *cangueiro* pode fazer coisa muito melhor e muito mais bonita: casa-o com uma preta em idênticas condições, e liberta-os ambos por alguns centos de mil-réis.

Ainda há outros benefícios da lei, do fundo e da matrícula.

Por exemplo: morre um escravo e é enterrado *em particular*; chega o tempo de distribuir o fundo; apresenta-se um outro qualquer que dê pelo mesmo nome, recebe-se o rico dinheirinho, e até – quando se é homem de expediente – pode-se repetir a graça mais de uma vez.

Porque é bom não esquecer, que o fundo de emancipação tem libertado libertos, mortos; ele tem libertado tudo: o que ele menos liberta, são justamente os escravos.

Se é para cultivar esta bela planta que se fundou a *Nova 28 de Setembro*, está direito. Então, fica-lhe bem o título; o que eu não compreendo, nesse caso, é o que foi fazer ao banquete o cartão do Visconde do Rio Branco, no lugar de honra, desocupado. Salvo se lhe reservaram o papel que representava Banquo nos festins de Macbeth.

Se os fundadores do clube tem tenção de realizar o tal programa, em que o tempo representa papel tão conspícuo, se a sua sociedade é de resistência à propaganda, que o digam abertamente, porque cada um como Deus o fez, e o que o berço dá, a cova tira: mas, neste caso, mudem o letreiro à coisa, de modo que a gente os possa conhecer como conhece os bondes das diversas linhas.

Chamem-lhe 27 ou 29 de setembro, ou qualquer outra coisa, que tenha outra significação, ou mesmo que não tenha significação nenhuma, e para o ano deem outro banquete, e contem os benefícios que daqui até lá tiver feito à obra da abolição o grande colaborador – o tempo.

## **Balas de estalo – Outubro de 1883**

### **01/10/1883 – Décio**

Não tenho a fortuna de conhecer pessoalmente o Sr. Pablo Garcia e posso mesmo afirmar que nem dos seus dólares tinha a mais ligeira notícia.

Ao Sr. Pablo sucede, por coincidência, exatamente a mesma coisa: também ele não tem a dita de conhecer-me, e a respeito de fortunas creio mesmo que só pretende cultivar relações com a que possui, representada muito galhardamente por uns dólares cujo conhecimento eu jamais ambiciono fazer muito mais do que o do próprio possuidor deles.

Mas, e, entretanto — como se nos períodos pachados *a substância* sempre me faria bom cabelo encontrar-me um dia com o Sr. Pablo, e ter com esse cavalheiro uma

pequena conversa relativa aos nossos usos e costumes para o fim muito justo de procurar mostrar-lhe que os que habitam o Brasil não são realmente de um procedimento tão feio como é o búfalo do circo de touros; e que por enquanto a nossa divisa não é — a bolsa ou a vida.

---

Tudo isso deu-me na telha ao ler todos os dias, nos apedidos de um nosso colega o artigo do Sr. Pablo Garcia, uma dúzia de vezes repedido, em que ele agradece com todos estos entusiásticos e com todos os fervores do reconhecimento ao proprietário de um hotel, a restituição de um dinheiro que deixara nesse hotel por indesculpável esquecimento.

Desde o dia 24 do mês passado aparece nas colunas do jornal a que aludimos o artigo a que também vimos de aludir. Nesse artigo o Sr. Pablo diz que deixou naquele estabelecimento de S. Paulo — ou de S. Pablo na língua dele mesmo — um embrulho contendo a quantia de cem dólares em ouro, e que tendo telegrafado ao dono do hotel, deste recebeu um outro telegrama em resposta, no qual lhe participava que o dinheiro seguiria amanhã para esta corte.

A princípio parecia, a quem viu tal artigo repetido, que tratava-se de um novo embrulho de outros 400 dólares; ou que o dinheiro que deveria *seguir amanhã* para essa corte, estava a fazer a negaça do taverneiro que escreveu a tabuleta: — hoje não se fia, amanhã sim — não vindo em dia nenhum para esta corte, e deixando ao Sr. Pablo apenas a doce satisfação de contemplar o telegrama portador de tão boa nova.

---

Mas não é isto. O que há é somente o seguinte: o Sr. Garcia está gravemente surpreendido de um fato, único nesta vida: que um dono de hotel, encontrando em sua casa um dinheiro que não é dele dono do hotel, porém, sim dele Sr. Garcia não fizesse aquilo que a ordem natural, o hábito, a moral e os bons costumes indicavam naturalmente: não ficasse muito caladinho com o dinheiro, que era nada mais nem menos do que 400 dólares e com a circunstância agravante de serem dólares — em ouro.

Vê se mais que surpreendido por não terem as coisas tomando tal caminho e continuando o seu dinheiro ser seu, muito embora tivesse ficado por esquecimento em casa de outrem; o Sr. Pablo pretende publicar até o fim dos séculos, ou até acabarem-se os dólares, o agradecimento a pessoa que teve a grande coragem de não roubá-lo e o enorme caráter de não apropriar-se do alheio — tudo isso no século XIX, no Brasil e em S. Paulo!

---

Pois bem. O Sr. Pablo, se existe realmente, se não representa apenas um *reclame* para um excelente hotel da Paulicea; se não é simplesmente um porta-voz do serviço do mesmo hotel, pedimos lhe queira reformar a nosso respeito o seu juízo e acreditar que na Constituição está gravado o princípio de que a propriedade do cidadão é inviolável — mesmo em dólares e mesmo em ouro.

Experimente e verá.

Venha até esta sua casa. Deixe sobre a mesa em que embrulho estas balas, um outro embrulho mais sonoro e mais sonante: o mesmo dos quatrocentos.

Garanto-lhe: se porventura vier uma tentação ao meu espírito e a minha mão direita, o mais que lhe poderá suceder será não encontrar todos os quatrocentos, mas duzentos dólares — palavra de honra — encontrará no embrulho. E é para que saiba que em geral somos assim os dos hotéis e os mais: não ficamos com tudo que pertence aos outros.

E olhe: dispensarei, caso arranjemos a coisa, o agradecimento, vinte vezes repetido, nos apedidos dos jornais.

Será isto mais econômico — e mais sério

## **02/10/1883 – Zig-zag**

Vai partir a companhia lírica do maestro Ferrari. A vida da nossa alta sociedade medíocre, vai entrar de novo nos seus eixos. Aniquila-se por uma vez, este ano, o abalo que entre nós produz sempre a estada dos rouxinões do maestro Bassi. Acabam-se as preocupações das toilettes e como recordação vai ficar simplesmente uma ou outra dívida, contraída no elevado intuito de manter esta ou aquela posição.

A época foi fria. Nem a empresa, nem os cantores sentiram o calor do entusiasmo febricitante das plateias extáticas. Não houve calor nos aplausos, nem dinheiro nos benefícios

Os assinantes assinaram para terem pretexto de não ir ao teatro.

Recita extraordinária — bilhete vendido. Benefício de cantor — camarote devolvido.

Pouco dinheiro, finalmente.

Ao passo que o *Excelsior* deu trinta e duas representações, a companhia lírica não chega a dar igual número de receitas, e muito menos a tirar um resultado semelhante.

Os requebros da Sra. Croti valiam muito mais para o público fluminense do que as harmonias dos grandes maestros. É simplesmente uma questão de temperamento.

Cada ópera, duas três representações, e nada mais.

O *Lohengrin* ficou visto e julgado. Não presta.

A *Mignon* é assim assim. Todos os dias nos nossos teatros aparecem artistas como a Sra. Ferni. Não vale a pena ouvi-la, e muito menos aplaudi-la.

A *Carmen* e a *Aida* também enfastiaram.

É verdade que os bilhetes são caros. Na Europa tudo é mais barato.

Simplesmente, é mais difícil dispor lá de dezessete francos para uma cadeira, do que no Rio de Janeiro de oito mil réis para o mesmo fim.

Um deputado lá, tem 25 francos de subsídio, cá tem 50 mil réis. Um chefe de repartição tem dois mil francos de ordenado, aqui tem quatro, cinco, seis e sete contos.

Lá, no velho mundo, quem gosta de música, e não pode ir para as cadeiras, vai para o *Paraíso*.

Aqui, ou primeira ordem, ou não se vai ao teatro. Tudo sofre de diferenças de cambio.

Gosto e arte, Tudo em moeda franca.

Consequências do regime do papel moeda.

A história do teatro lírico nestes últimos tempos é a história de uma decadência.

Certamente com mira em grandes lucros, o empresário Ferrari tem trazido artistas de primeira ordem e companhias completas, como é raro reunirem-se em outros teatros. A proporção que a empresa foi satisfazendo as exigências do público escolhido, estas foram aumentando.

Hoje, as exigências são sobrenaturais. Nada agrada. O pedantismo domina; mas o pedantismo é ainda um disfarce; a causa real, a causa visível é a falta de dinheiro.

Enquanto que cidades que aparentemente são dez vezes mais pobres do que o Rio de Janeiro, sustentam estações líricas de quatro e cinco meses, o Rio de Janeiro não pode aguentar uma série de 30 representações.

Ao primeiro pretexto, o público, o grande público deserta.

Isto de companhia é um luxo, não é para o Zé Povinho. Esse sim, esse é que tem motivos para não se dar a orgias de óperas.

Mas o público graúdo, o público do *high-life*, o bom tom, esse é que nestes casos faz a mais triste e a mais reles de todas as figuras.

Se o grande tom não sustenta uma companhia lírica, quem diabo a há de sustentar?

O que está, pois, fora de dúvida, é que o Sr. Ferrari precisa mudar de gênero.

Para o ano escusa ao nos trazer a *Mignon*, a *Carmem*, a *Hebréa*, a *Aida*, o *Lohengrin* e o *Fausto*.

Estamos fartos de ouvir tudo isto. E francamente, essas óperas já não devem figuras nos repertórios das companhias líricas que vem ao Rio de Janeiro.

Em Londres, em Bruxelas, em S. Petersburgo, em Viena, Em Roma, ou em qualquer outro centro sem arte e sem gosto, ainda essas óperas podem ser ouvidas; mas aqui!

Chega a ser um desafio do Sr. Ferrari.

E se este senhor tem algum amor a sua reputação de empresário, para o ano, se quiser ter o seu teatro concorrido, em vez dessas porcarias, torne a trazer-nos o *Excelsior*, como dança.

Como música, se quiser trazer alguma coisa com jeito, traga a *Dona Juanita*.

Se não puder ser, ao menos o *Boccacio*.

Isso sim!



### 03.10.1883 – Lulu Sênior

Eu nunca fui muito chorão: mas confesso que me caem as lágrimas dos olhos, aos borbotões, no pensar na triste história que nos contou há dois dias, pelo *Jornal do Comércio*, o Sr. conselheiro Octaviano.

Eu nunca vi um caiporismo assim! O homem tem sido tudo quanto há neste mundo, sempre contra sua vontade. Estava no teatro da guerra, prestando serviços à pátria

Ou deixar a pátria livre,

Ou morrer pelo Brasil

quando o meteram aqui numa lista para senadores.

E ele de lá a não querer, e os eleitores daqui a darem-lhe votos. E tanto fizeram, que lá foi o Sr. Octaviano na lista.

Veio depois a escolha. Ele queria ficar em casa, traduzindo o seu Byron, lendo os seus poetas, e o imperador a querer que ele fosse para o senado fazer política, justamente para esse senado, cujo título de glória é não fazer política.

O homem chegou a mandar dizer a outro candidato, que dissesse, em seu nome, ao imperador, que ele tinha muito que traduzir, e muito que produzir, o queixava de induzir, mais razões, por julgá-las desnecessárias.

E vai o imperador, o – zá! – escolhe-o, e põe-no ao lado de seu sábio mestre, o Sr. visconde do Bom Retiro. É que o Sr. Octaviano, insistindo em não ser escolhido senador, esquecia-se de uma circunstância: o imperador tinha-lhe *tetro* antigo, e jurava aos seus deuses vingar-se.

É o caso que o Sr. Octaviano e o homem quem as moedas de prata proclamam imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, estudaram a mesma época a *Artinha latina* e as quatro operações. O imperador, que desde pequeno teve queda para sábio, lá tinha seus dias de lazeira, e deitava bela preguiça, e então o mestre dizia-lhe que o Octaviano estava muito adiantado, e que era o estudante que mais estudava no município e burguês padres (?\*\*\*\*) adjacentes. E o Imperador lá decorava mais quatro páginas do *Manual Encyclopedico*, para meter o Sr. Octaviano num chinelo.

Quando chegou a escolha senatorial o imperador aproveitou a ocasião para vingar-se e fez o Sr. Octaviano senador justamente para impedir que S. Ex. continuasse a estudar, porque é sabido que um homem chegado ao senado não estuda mais.

E já estava o digno ex-jornalista resignado à sua sorte, e ia carregando ao Calvário a sua cruz de \*\*\*, à razão de 753 por dia, quando lhe aparecem agora novas apoquentações: querem por força as publicações anônimas que o Sr. Octaviano seja advogado administrativo.

Dizem elas que no *Almanak de Laemmert* lê-se que o Sr. Octaviano, advogado, encarrega-se de negócios administrativos e tiram daí pretexto para lhe chamar nomes.

E aí tem S. Ex. de vir à imprensa declarar que não há tal, que só escreve umas coisas que seus clientes assinam (artigo do *Jornal* de 1 de outubro), ou então assina umas coisas que seus clientes dizem (resposta ao recurso que o Jardim Botânico apresentou ao conselho de Estado).

E eu leio isto, e desato a chorar como um bezerro, porque também eu ando no mundo; também o Zig-Zag e o Décio podem meter-me à força numa lista para senadores: e o Lélío e o Blick votam em mim, para ficarem sós a estudar alemão; e depois o imperador escolhe-me, porque embirra comigo, por causa do congresso da instrução, do Sr. Leão Velloso, e lá tenho eu de ir para o senado ganhar 753 por dia.

E depois ainda hão de dizer que eu sou advogado administrativo, porque defendo nestas colunas a gramática ao Sr. Saboia e a *Lira de Apolo*, e a *Nova 28 de*

*Setembro*, e o Sr. Motta Maia, que depois de se faltar de matar cães com clorofórmio, teve a ideia na última vez que esteve de semana no Paço e foi ao lírico com o Imperador, de procurar matá-los agora, tocando-lhes trechos do *Lonengrin!*

### **05/10/1883 – Publicola**

Não se metendo em linha de conta o calor, que tem feito subir extraordinariamente o termômetro e a receita das engomadeiras, não vemos coisa mais *balística* do que a notícia do fechamento das portas das casas de alugar quartos por hora.

Esta notícia não se pode dizer que tenha sido recebida em todos os grupos sociais desta capital, do mesmo modo porque o são nas câmaras legislativas todas as respostas que Sua Majestade o Imperador há por bem dar como chapa as comissões das mesmas câmaras — com especial agrado.

Nem todo o mundo pode aplaudir o ato do Sr. Chefe de polícia, e mesmo, sem contar com a opinião dos proprietários dessas casas, é lícito afirmar que mais de um descontente anda a esta hora — 9 da noite — penando os seus pecados pelas ruas da cidade, sem saber onde ir descansar por um momento seus ossos, se é um homem magro, ou onde tranquilizar os seus nervos, se se trata de um homem simplesmente nervoso.

O erro é grave. Muita gente estava habituada a esse refrigério, a essa espécie de válvula, aos trabalhos cotidianos e pesados de uma capital, como esta, eminentemente laboriosa, e de um país como este, eminentemente tropical.

Negociantes pacatos, empregados públicos morigerados, estudantes conscienciosos, industriais pacíficos, todos tinham por costume ir receber um banho de tranquilidade e de repouso, quando a qualquer hora do dia ou da tarde, ou mesmo a noitinha, contavam certo com o recurso de um gabinete particular mobiliado, não com luxo, mas com o preciso conforto; um pequeno cubículo onde iam apascentar o seu espírito um pouco fadigado, e dar um pequeno regalo ao corpo, que reclamava muito.

O hábito faz o monge, e a necessidade tem cara de réu — dizem dois anexins tão eminentemente filosóficos como profundamente práticos. A população masculina, e porque divorciar a outra parte do gênero humano? — eram obrigadas pelo hábito e pela necessidade demandar um conforto a qualquer hora, quando dele tinham precisão imediata, ou comprometimento prévio.

Indivíduos que habitam fora da cidade, e não podem ir descansar um momento na própria casa; outros que em casa dos patrões ou dos correspondentes não devem a qualquer hora procurar o leito, sob pena de passarem por preguiçosos ou viciados, só tinham o recurso nos estabelecimentos sobre os quais acaba de cair o gladio da justiça, por intermédio do nosso chefe da mesma; e neste momento — solene da chapa, e cruel na sua verdadeira acepção — arrancam desesperados os cabelos da cabeça, sem saberem como providenciar sobre o estranho caso. Hábitos inveterados, compromissos sérios, facilidades únicas, projetos bem regulados, tudo foi-se pela água baixo, desde que daqui por diante o Sr. chefe de polícia não admite que mais ninguém descanse, uma hora no dia, dos seus trabalhos e afazeres, em um pequeno cubículo a isso unicamente destinado, e onde procuravam encontrar o alívio aos seus afadigamentos e pesares.

É grave e é sério.

—

Diz-se que o Sr. chefe de polícia foi bárbaro ao decretar isto, e que ele, excetuando os nacionais da medida repressiva contra os que alugam quartos por hora, criou um privilégio odioso, e uma indústria privilegiada, arredando o estrangeiro de um comércio que, lícito ou ilícito, vai ter continuação aberta e franca em todas as ruas dessa capital — desde que seja exercido por um cidadão brasileiro.

Não sei até onde vai a justiça desta acusação, nem se realmente o Sr. chefe de polícia é tão *protecionista* que tenha em mente entregar o comércio exclusivo dos quartos por hora aos que nasceram na terra de Cabral, ou a ela aderiram por carta de naturalização *ad hoc* solicitada.

Vemos, porém, no seu ato uma grande desorganização da vida social desta cidade. E se não tomamos nesta seção todo o interesse pelo caso, é porque contávamos que S. Ex., deixando uma pequena aberta aos cidadãos brasileiros, também excetuou da medida repressiva os grandes hotéis — aqueles onde a gente pacata vai descansar dos labores cotidianos, não uma hora somente, mas todo o dia, ou todas as vinte e quatro horas do dia — sem dar cavaco a ninguém.

Se não fora isso, aqui lançaria eu o meu protesto, veemente e enérgico. Na estação cálida que atravessamos a medida seria perigosa, se, a par da mesma medida, não viesse o derivativo necessário: a faculdade concedida aos nacionais e aos grandes hotéis, de continuarem a exercer o mesmo comércio para satisfação das nossas necessidades e dos nossos hábitos.

—

E aqui ponto final à variação sobre o ato do Sr. chefe. É que sei com toda a certeza que a medida de S. Ex. não é somente sobre os quartos alugados por hora — mas também é uma medida por ora.

#### **06/10/1883 – João Tesourinha**

Um... dois... três — passe.

E com estas quatro palavras está caracterizada a atual situação da sociedade fluminense.

Isto pela antiga ia mal, ia mesmo pessimamente.

Cada dia se tornava mais necessário dar um aspecto novo a esta machina e, como era preciso multiplicar as forças do país, o governo na sua alta sabedoria começou a importar prestidigitadores.

Ninguém ainda havia calculado com tão bons fundamentos os resultados da prestidigitação aplicada à política.

Essa descoberta estava guardada para o atual governo.

A primeira sorte desta série de experiências coube ao Sr. Maciel Antunes.

S. Ex. pegou delicadamente no decreto (...) a briosa e invencível cidade de Pelotas. Chamou os eleitores, deu duas voltas com o decreto, mostrando-lhe o pelo direito e pelo avesso.

— Meus senhores, disse, aqui está o decreto, é um verdadeiro decreto, podem ver, apalpem; eu gosto das dificuldades. Venham os votos e o decreto passará. Um... dois... três... passe.

Os votos vieram e o decreto passou.

—

O excelente resultado desta delicada sorte de *escamoteação* animou o governo de S. M. o Imperador a contratar por algum tempo os celebres prestigiadores Hermann, Patrizio e Bosco, com o fim de propagarem pelo público fluminense a maravilha em que são tão distintos.

Hermann tem tomado ao sério a sua missão.

Ainda não estreou ostensivamente, e já fez escola.

As escamoteações sucedem-se com uma limpeza extraordinária.

Há dias foram os fundos de uma companhia de seguros; ultimamente os de uma agência do correio.

Um... dois... três... passe — é o *mot d'ordre* da atualidade.

No Cassino, Hermann foi apresentado ao S. M. o Imperador.

Trocados os cumprimentos do estilo Hermann empalmou o relógio imperial. Sua Majestade riu muito com a pilheria. Depois chamou-o a parte, ao lado, e perguntou-lhe baixinho:

— Pode empalmar a escravidão ao Brasil?

Hermann, com a maior gentileza, respondeu:

— Não sou Imperador, meu senhor.

Sua Majestade ainda riu muito com a resposta; mas com um riso um pouco amarelado.

—

Amanhã ou depois, o Sr. Lafayette deve ter uma conferência com os trsr prestigiadores.

S. Ex. mandou preparar no tesouro todos os papéis relativos ao orçamento do Estado.

O plano de S. Ex. é verdadeiramente grandioso, e deve ser coroado dos resultados mais inesperados.

S. Ex. concebeu a ideia de equilibrar o orçamento por meio de uma sorte de *escamoteação*.

Hermann pegará no *deficit* como uma moeda de prata e... uma... duas... e três... passe!

Era uma vez o *déficit*, e o Sr. Lafayette ficará sendo o verdadeiro, o único Hermann possível.

### 07.10.1883 – Lulu Sênior

Estou um pouco intrigado com uma aventura em que me distribuíram papel, e vou dar conta ao público, parte por modéstia, parte porque desejo ver se acho quem me ponha a coisa em pratos limpos.

A dois ou três dias recebi pelo correio, em um envelope cortado no canto um cartão de visita com este nome: *Philomena Borges*.

Como na véspera tinha eu deitado *Balas de estalo*, acreditei modestamente que Philomena Borges era uma admiradora do meu talento, e confesso que não me causou grande abalo essa manifestação, porque tenho recebido outras mais ruidosas.

No dia seguinte, outro cartão da mesma senhora. Ora, depois das *Balas*, que me lembre, não tinha eu dado outra prova aos leitores da minha elevada inteligência e vasta erudição, e passei, portanto, a crer, ainda mais modestamente, que Philomena não era uma admiradora dos meus talentos, mas sim dos meus encantos físicos.

Devo confessar ainda, a bem da verdade, e como prova de que tenho consciência do que valho, que também esta hipótese não me tornou vaidoso. De há muito que, todas as vezes que um amigo me encontra, diz-me:

– Então! como vai isso? Cada vez mais gordo e mais bonito...

Eu respondo invariavelmente:

– Qual o que! é bondade sua.

Não é, pois, a violenta paixão de Philomena Borges por mim que me intriga; eu compreendo a pobre mulher, que talvez me tenha visto no teatro Lírico, de casaca, e de casaca confesso que sou irresistível! Fico com uma cinturinha!...

Mas o que me intriga é a timidez de Philomena, que não só não vem atirar-se-me nos braços, exclamando: Amo-te! sou tua! mas nem ao menos me faz versos, contenta-se em mandar-me o seu cartão.

É certo que ultimamente tenho trazido o coração muito ocupado; mas com um pouco de boa vontade, sempre posso acomodar mais uma, apertando um pouco as ouras que chegaram antes; e tanto mais que nisto de amores, os últimos são os primeiros, e a antiguidade só dá a uma mulher amada o direito de ir embora o mais depressa que puder.

Parece, porém, que Philomena receia que eu a despreze, e por isso oculta-se como a modesta violeta sob a folhagem discreta do cartão de visita.

Tu estás em erro Philomena, se assim pensas. O meu coração é uma casa de diversos andares, e em um deles estabeleci uma série de quartos, dos que se alugam por hora: não tenho receio de o dizer, porque sou nacional, nasci ali nas beirinhas do chafariz da Carioca, e essa indústria só é proibida aos estrangeiros. Patriótica aplicação das doutrinas protecionistas à pouca vergonha.

Faça, pois, Philomena, uma experiência. Alugue um dos meus quartos por hora, de dia ou de noite: se se der bem, tome uma assinatura e está tudo arranjado.

Devo preveni-la de que fumo, bebo e jogo; tudo com moderação, mas enfim confesso que jogo, bebo e fumo. Fora isso, muito bom rapaz, amigo do seu amigo, capaz de dar-lhe, como diz o Sr. Thomaz Ribeiro.

..... a própria camisa

Ficando risonho e nu.

(Não cores, Philomena, que em verso não há coisas indecorosas.)

Agora, se estou enganado, se Philomena não me ama, mas é simplesmente uma admiradora do meu talento; se um terceiro cartão de visita vai cair-me em casa, felicitando-me pela publicação do *Por conta*, que talvez lhe fizesse vibrar no coração uma lembrança de seus tempos de inocência; pode Philomena aparecer, que passaremos a ler juntos belos serões. A minha casa é perto de um convento, *et plus on est de fous, plus on s'amuse*.

Venha e escusa de trazer o seu *crochet*, que não lhe há de faltar em que passar o tempo. Mas, acabe com isto. Não me sofre a paciência de ver uma pobre criatura a penar, e a arruinar-se em selos do correio, para fazer-me charadas, quando pode logo de uma vez dar-me o conceito.

Eu estou resignado com a minha sorte, e há muito me convenci de que nesta terra um homem não pode ser bonito, bem feito, elegante, espirituoso, inteligente e ilustrado como eu, sem fazer estalar de raiva os outros homens e arder em brasas as mulheres.

Enfim, seja feita a vontade do Senhor!

### 08/10/1883 – Décio

A esta hora deve Lulú Senior ter sofrido um pouco na sua reconhecida imodéstia, ao saber que a sua gabolice de homem bonito e querido das damas acaba de perder cinquenta por cento, depois das *balas* de ontem.

Trazendo a público o fato de ser distinguido com um cartão de visita da Exma. Sra. D. Phillomena Borges, quis dar a entender, com tanta vaidade quanta presunção, que era ele o único objeto dos sonhos e dos pensamentos daquela dama, bonita talvez, espirituosa com certeza.

Ora, com que não contava Lulú Senior, naturalmente, era com a profusão de cartões que acaba a ilustre dama de distribuir pela cidade, cumprimentando a torto e a direito os literatos e os artistas, os médicos e os advogados, os comerciantes e os diplomatas, os conferenciadores da Glória e os primeiros caixeiros, os membros do parlamento e os apreciadores do *Lohengrin*.

E eis (...) a que ficou reduzida a gabolice do meu colega: ele, o preferido, o talvez o número 10, 191 dos homens aquém se fez apresentar a desconhecida Imaginem, até que tenha chegado o seu cartão a Santa Tereza, depois do zig-zag, e com escala pelo convento.

—

Também, como milhares de pessoas, recebi o cartão de Phillomena, e também, como aqueles milhares, intriga-me sobremaneira tal cartão.

Um distinto médico, professor, e ex-membro da ex-junta de higiene, veio a este escritório, de cartão em punho, perguntar se sabíamos quem era Phillomena Borges; outro, que clinica nas Laranjeiras e recebe o pagamento das suas visitas em (...), orgulhoso e cheio de si informava-se simplesmente da rua e número da casa onde habita a diva.

Pessoas há que julgam ser uma prima dona, que a última hora chega como reforço à companhia Ferrari; o Sr. Dr. Furquim Wernack, também de cartão no bolso, afirma que lembra-se vagamente de uma parteira com esse nome, ao passo que seu

colega Pedro Paulo insiste em dizer que conheceu em Viena uma senhora portuguesa de tal nome, que acompanhava as funções de lavadeira, criada e moça de recados — naturalmente porque em Viena o ministro da repartição competente não era, como os Srs. Maciel e Penna, tão inimigo das acumulações.

O Sr. Lones Cardoso recebendo o aludido cartão, exclamou com um sorriso que fotografava o (...) explosivo:

— É uma (...) de mais, a Philo... mena!

O Sr. Belarmino, ao lançar os olhos sobre aqueles nomes, tão sibilinos quão provocantes, terá exclamado:

— Quem sabe... Uma futura proprietária de casa de alugar quartos!

Os Srs. Faro & Lino terão pensado na possibilidade de uma literata que os tomará por editores; o Sr. Cotegipe terá entrevisto em tal nome a chave do mistério em que se envolveu durante todo o ano uma desconhecida que assistiu imperturbável a todas sessões do senado — ou do Sr. Corrêa — com um pesado véu sobre o rosto; o Sr. Miguel Lemos cuida ter descoberto a única competência para o papado — ou a papança — do positivismo; o Sr. Freire lobriga ao longe uma estrangeira recém chegada, que se prestará facilmente a deixa-lo inocular nela o seu micróbio; e o Club Beethoven pensa em requerer uma verificação de sexo, afim de certificar-se de que esta mulher não é realmente algum homem, e de que não seja capaz de tocar alguma coisa no seu primeiro concerto clássico.

Só eu tenho ideia formada, e creio que justa acerca da pessoa que se apresenta tão escandalosamente nesta capital, fazendo coincidir a sua aparição, ou a aparição do seu nome, com a ordem do Sr. chefe de polícia, de mandar fechar todos os quartos que se aligam por hora.

Eis a minha opinião.

—

Essa Philomena Borges, se não é uma rival do Hermann só não é uma artista, é um *D. Juan* de saias, uma mulher perigosa, por causada qual os chefes de família não devem deixar os seus filhos, maiores de 16 anos e menores de 21, saírem a rua de hoje por diante, sem que sejam acompanhados por uma ama seca — ou mesmo por duas amas, ambas secas.

As senhoras casadas, essas não devem por modo algum descansar na fidelidade dos seus maridos por mais conselheiro-henriques que eles sejam: diante da nevrose amorosa de Philomena, deste seu histerismo sem limites, não há feio possível, e todos os que calçam calças, parece que estão fadados a passar pelas forças caudinas ou philomenicas.

Aquela mulher deve ser insaciável. Caprichosa e volúvel, afigura-se nos que ela subirá todos os degraus na carreira da dissolução, e com o fim único de ganhar a maior experiência conhecendo tudo. Ela tenciona correr toda a escala: abraçar um homem tão extraordinariamente magro como eu Décio, e no mesmo tempo ser abraçada por um homem tão enormemente gordo como Lulú Senior.

Parece-me que nada a deterá, e que sob as rodas do seu carro ovante ficarão prostrados milhares de corpos, desfalecidos ao calor petulante do seu organismo de fogo.

Ela há de possuir o Sr. Taundy, que dizem ser o moço mais bonito da nossa literatura; e no dia seguinte terá o prazer extravagante de ser possuída pelo Sr. Hudson, que não passa por ser o Apollo de Belvedere da nossa poesia.

Palpita-me que aquela mulher será capaz de vender-se ao Castro, ao outro, ao das loterias, mediante o preço de um bilhete inteiro da grande; do fundo de emancipação; para no dia seguinte empenhar todas as suas joias, afim de comprar um sorriso do mais gamenho dos nossos conquistadores de teatros.

Esta mulher está fadada a promover o escândalo nesta capital. Ela vem com as intenções as mais sinistras, e, como a nuvem de gafanhotos, pressagia as maiores desgraças no seio das famílias honestas e tranquilas.

—

Pois bem: aqui em casa, Philomena Borges deve contar certo com uma desilusão e com um dissabor. Ela pretende seduzir todo o mundo com um suspiro, com um abraço, com um simples olhar; e acredita que com os seus cartões de visita atrairá a atenção de toda a parte do gênero humano que não veste saias.

Pois pode arrepiar carreira.

Ela conseguirá abraçar-me, embora eu não o queira absolutamente; poderá abraçar José do Egypto, poderá abraçar o Lélío, certo mesmo que poderá abraçar a ambos da mesma vez.

Também poderá abraçar ao Zig-Zag, que, depois da medida última do Sr. chefe de polícia, anda mesmo de cabeça transtornada, sem saber onde ir descansar o corpo, quando a fadiga, o trabalho e o calor o abatem em certas horas do dia.

Mas eu desafio-a a que consiga abraçar Lulú Senior; só isso.

Aproxima-te, mostra, o experimenta. Se fores capaz de, em menos de três dias, chegar a abraça-lo todo, dar-te-emos o José do Egypto de quebra, e noticiaremos o fato em normando, como se fosse telegrama da Europa, e entrelinhado a duas, como se se tratasse da queda do ministério.

Anda. Estuda a Volta do mundo em oitenta dias, e vem depois tentar fazer a volta daquilo tudo em três dias apenas. Se o conseguires, terás os protestos da nossa admiração — e a posterioridade será tua.

### **09/10/1883 – Zig-zag**

As primeiras palavras que me saltaram dos bicos da pena ao encetar estas balas, cheias de açúcar e de humorismo foram — Philomena Borges.

Risquei-as imediatamente num ímpeto de indignação e num rasgo de tinta.

Estou resolvido a não escrever o nome dessa mulher misteriosa, que sob a proteção de um selo barato, se introduz traiçoeiramente no lar doméstico de cada um, para, como um réptil venenoso, despertar com as suas picadas agudas e dolorosas e ciúme entorpecido das *menages* de oitenta anos.



Não há memória de dois nomes tão vulgares, diremos mesmo, tão burgueses, tão insignificantes, provocarem em volta de si um tão grande coro de imprecações e de maldições.

Fui daqueles quem também receberam o bilhete anônimo e perverso dando conta da existência dessa mulher, que, para a sua apresentação confia mais no serviço do Sr. Betim Paes Leme do que na sua beleza.

Também recebi o maldito cartão com o nome dessa mulher, que, como a *Morgadinha de Val Flor*, pode ser um diabo, segundo a opinião de Leonardo, ou um anjo, segundo o Sr. Furtado Coelho, na edição Luiz Fernandes.

Para mim ela pode ser tudo quanto quiser.

Não me detenho nem por um segundo a procurar decifrar esta nova Esfinge chamada Philomena Borges.

Se ela, a Sra. D. Philomena, por um desses acasos, aliás tão vulgares na vida dos indivíduos como das nações me tivesse visto no teatro ou na rua do Ouvidor, e tivesse parado o seu olhar no meu todo, e depois me enviasse o seu cartão, *sem mais nada*, eu compreenderia esse ato como o resultado de uma dessas impressões dominadoras que encontram a sua explicação na moderna fisiologia.

Se eu fosse o único a receber o cartãozinho, pouco me importaria que nele estivessem escritos estes detestáveis nomes de Philomena e de Borges. Creio mesmo que ficaria lisonjeado. Mas a tal mulherzinha não é de miudezas. Quando trata de expedir cartões, o faz aos milhares.

(...) toda a gente a perguntar o que é que ela quer dizer. E o cartão torna-se tanto mais inteligível, quanto está positivamente incompleto.

Há nele uma grande lacuna. E essa é imperdoável da parte de quem se apresenta tão ostensivamente.

Fica se sabendo o nome, a Sra. D. Philomena Borges fica tão conhecida como o Sr. Hudson.

Como escritor essa extensão de notoriedade era certamente bastante lisonjeira; mas como dama não nos parece que D. Philomena se deva satisfazer com tão pouco.

Seja o que for a Sra. D. Philomena, o que ela não é com certeza é *Musa do Povo*. Ora, se não é a *Musa* e se deseja tornar-se tão conhecida como ela, acrescenta D. Philomena alguma coisa ao nome que tem no cartão: ponha por exemplo, já não diremos a sua filiação e estado, mas ao menos, como uma ponta do véu a envolve, ponha a sua residência.

Se D. Philomena é uma parteira, como aliança Mme. Durocher, o seu nome só não basta, é necessária a declaração do domicílio e o número do telefone.

Porque enfim, se nós chegarmos ao telefone, aflitos e ansiosos, e dissermos para a estação central: — Ponha-nos em comunicação com D. Philomena Borges — a estação fará ouvidos de mercador, enquanto não lhe dissermos o número corresponde ao nome que indicamos.

E isto é terrível!

Imaginem...

Eu, portanto que havia jurado e protestado que não escreveria o nome dessa mulher, quebro o meu protesto e o meu juramento, simplesmente para lhe dirigir um pedido, em nome da tranquilidade das famílias honestas.

O pedido é este:

D. Philomena — acrescenta no cartão: — Rua tal, número tantos.

### **10/10/1883 – Lélío**

### **12/10/1883 - José do Egito**

No pleito eleitoral que acaba de se ferir em Minas para a eleição de um senador, Lucio de Mendonça, o simpático poeta das *Alvoradas*, o valente jornalista republicano do *Colombo*, obteve UM VOTO.

Ao saber d'isto, recolhi o meu espírito em profundas cogitações, e d'elas, que foram muitas, e sérias, não posso esquivar-me de externar uma ou outra.

Lucio de Mendonça obteve um voto para senador. Analisemos filosoficamente esta oração.

Decomponhamo-la primeiramente. Encontram-se nela três termos:

Primeiro, Lucio de Mendonça.

Segundo, um voto.

Terceiro, para senador.

Cada uma destas partes separadamente estudada, coisa alguma produz que nos embasbaque ou assuste.

O Lucio não assusta nem apatureba ninguém; embora seja um escritor radical, que diz desaforos em prova e verso – aos reis e aos traidores. Aos déspotas e aos hipócritas; embora possua um talento de primeira água, equilibrado e límpido, seguro e sem jaça.

Quanto a obter um só voto em eleição, não é ele o primeiro a quem tal acontece; pois quem a muitos ainda pior tem sucedido: - não obter nenhum.

Por um voto entrou o senador o Sr. Diogo Velho, e na câmara o Sr. Paula e (?); por pouco mais se esgueirou para o seio da representação nacional o Sr. Maciel, quando ainda não dispunha de alfandegas para armazenar votos e despachar-se deputado.

O que, todavia, quase sempre acontece quando um indivíduo obtém um voto único para qualquer cargo – senador do império ou secretário de clube – flor de qualquer coisa – é que ele obtém esse voto – espontâneo e convicto – de si próprio; isto é: - elege-se, sem mais cerimônia – para o cargo em litígio.

Sim; tudo isso é o que acontece geralmente.

Entende-se, porém, e que fique bem claro, que eu nem avanço que o Lucio houvesse devido a si próprio tão honrosa quão insuficiente prova de elevado conceito e confiança *públicas*, nem tão pouco – ora, escutem isso, que é de importância – nem tão pouco intento afirmar que seja isso de votar a gente em si próprio coisa digna de emenda ou reproche.

Ao contrário, muito pelo contrário; não há norma de conduta política que, mais do que essa, mereça as minhas simpatias e mais vivos aplausos.

Isto de um homem votar no próprio *dégaz* tem inúmeras vantagens, excelências pindáricas, e não as assaz celebradas.

Em primeiro lugar, o homem que vota em si, não vota em outro.

Isto parece máxima do Sr. De La Pallisse, ou do meu amigo Wenceslau Policarpo Banana.

Mas não é. E senão veja-se. Quando se fere um pleito eleitoral, o digno eleitor tem necessariamente, por estas ou por aquelas – de votar em um dos candidatos dos partidos litigantes – dois, três ou mais; mas em um deles e qualquer que seja .

Se ele vota em A, os amigos de B e de C enfurecem-se contra ele e premeditam vinganças horri-patéticas; se vota em B, os correligionários de A e de C bradam aos céus e apercebem-se as represálias; se, porém, ele não vota em A, nem em B, mas em C, os companheiros de A e de B, etc, etc... ora, se o tal sujeito, em vez de votar em A, B ou C, votar simplesmente e abnegadamente em si próprio, o que acontece?

Uma: - o sujeitinho abiscoita um voto, uma parcela da consciência nacional, coisa que sempre desvanece e agrada; duas: - os amigos e correligionários de A, B e C, além de passarem pelo gostinho (para o *outro*) de se verem logrados, continuam a tratá-lo com dobradas e finas amabilidades, para o fim de convencê-lo de, para o futuro, se deixar da tolice de votar na sua pessoa dele, para o fazer na de um deles.

Isto pelo lado da utilidade prática e imediata.

Quanto no valor intrínseco, como ato moral, como manifestação particular de uma opinião – que tem voto – isso então nem falemos!

Para que a gente invista com o mandato eletivo a qualquer candidato, é indispensável que tenha confiança nele, que tenha previa, embora relativa, certeza de que ele no nomeado cargo faça as coisas como se não ele, mas o próprio mandante, lá os tivesse fazendo. Ora, isto e nestes tempos essencialmente bichudos tempos de fraudulências e frauduagens, de falcatruas e fracassos, de tretas e petas, isto é mais do que difícil – é quase impossível; incerto é que sempre.

Por consequência, o melhor é a gente eleger-se a si mesmo, porque é *este* candidato o único em quem a gente confia; ou melhor: - aquele em quem a gente confia mais.

E olhem que assim mesmo corre-se cada perigo de *espica el*. Um homem vota às vezes vota em sua própria senhoria, cuidando que ela é branca ou vertical, e no fim das contas – o *sujeitinho* sai-lhe horizontal ou cor de prego.

Perigosa, sempre perigosa, esta coisa de votar nos *outros* embora mesmo vote em si!

Todavia, ninguém contestará se este o mais cômodo, mais eficaz e mais seguro dos sistemas eleitorais.

Que o diga o senhor senador Carrinho, que ao que se diz, não se deu mal com ele em certa eleição não sei para o que, em que contendeu em São Paulo com o Sr. João Mendes.

Com certeza, porém, quem votou em Minas no poeta das *Nevoas Matutinas*, para senador do império, não foi o autor do *Marido da Adultera*.

Quem seria então?

Um amigo desinteressado e galante, um republicano ferrenho *quando mêmee*, que a fina força, buscou guinda as honrarias da Sibéria o seu candidato único - o correligionário prestante e infatigável.

Esse amigo ou esse correligionário não leu, porém, a Constituição do Império, ou quis pregar uma peça ao Lucio – fazendo crer aos povos, que o distinto moço é um velho: - É que para senador do império são precisos quarenta anos, e Lucio nem os trinta ainda tem.

Eis aqui um voto que não merece sepultura em sagrado: - é um verdadeiro suicida!

### **13/10/1883 – José do Egypto**

O Rio de Janeiro é a cidade dos jardins escreveu algures um festejado folhetinista e pediu emboras e agradecimentos por haver sido o Colombo dessa verdade nova.

Para o prova-lo, lembrou que não há rua fluminense em que não povoem jardins e jardinetes, nem casa que não se abra por alamedas florentes e perfumosas, nem mesmo água furtada, onde não viceje um pé de cravo ou moita de violetas... Que somos doidos por flores não serei eu quem o conteste.

Nem regateio aplausos ao descobridor da característica do Rio de Janeiro e a cidade dos jardins.

De acordo. A prova (...) a temos na admiração, no assombro dos estrangeiros que passeiam a sua curiosidade pelos nossos jardins, e ainda há pouco, um deles, o Sr. Ernesto Quesada expandiu em frases ardentes de entusiasmo as deliciosas impressões

que lhe deixaram o Jardim Botânico, Passeio Público, parque da Aclamação — jardins esplêndidos, exclamou ele.

Notemos, de passagem, que, apesar de belíssimos, os nossos jardins não são nossos, são dos estrangeiros — pois que nós não vamos aos jardins públicos fazer o quilo do jantar ou o apetito para o almoço — fazemos uma e outra coisa nos jardinetes ou quintais das nossas casas, de chinelos e barrete ou simplesmente a contemplar em êxtase e ceroulas vários vasos de barro cozido em que floream manjeriões e beijos de frade.

Nós temos os nossos; os das nossas casas; que fiquem os outros jardins, os públicos para — inglês ver.

O Rio de Janeiro é a Harlem da América: — a cidade das flores.

Flores por toda a parte de toda a casta. Naturais, de pano, de vidro, de cera, de retórica e de... Enfim, flores.

A rosa, a camélia e a violeta são as flores prediletas dos fluminenses. Principalmente camélia e a rosa (...).

Não há botoeira de (...) em que se não (...) comenda de uma rosa ou a rosa de uma comenda. Nem (...) de uma dama em que não se visse um jardim babilônico, de flores... de veludilho e goma arábica.

A nossa *menagers* furta com gosta a panela o que dispensa as jarras do salão, isto é: — prefere que o marido e os filhos encham a pituitária de grato aroma dos resedás e jasmims a que regalem o ventre com couve-nabo e repolhos.

Uma camélia custa um tostão, e um pé de alface — um vintém.

As flores que são a coisa mais adorável do mundo depois da mulher (que o seja), as flores são adoradas aqui.

O Rio de Janeiro é na verdade a cidade das flores e dos jardins.

—

Será ela, porém, só isso.

Londres é a cidade das fábricas e de mais nada; Paris — é a cidade dos nervos. Queiram perdoar a hipérbole! — Baviera, da cerveja; Lisboa, dos namoros; Recife do *chá de beijo*; S. Paulo, do *picadinho*; Veneza, dos canais; Nápoles, das rabecas... o Rio de Janeiro é a cidade dos jardins e...

E dos doutores.

É indispensável este complemento para em uma frase definir perfeitamente esta cidade, a beira do mar sentada.

Flores e doutores.

É tão fácil encontrar uma rosa como um bacharel em Direito; em cada janela um craveiro, em cada porta um dístico: Doutor Fulano — médico.

Engenheiros e maivas-maça, aqui, ali, acolá.

— Lindo cravo!

—Olá, doutor!

— Excelente cróton!

—Doutor famoso!

Há mesmo disto: — flores que são doutores: doutores que são flores.

Exemplo: A rosa doutor Henault; o doutor Rosa (Gama).

Proponho, pois, um aditivo a definição de Luiz de Andrade: — o Rio é a cidade das flores... e dos doutores.

Fica assim explicada a razão de ser ela tão pouco cheirosa e de ser tão rico o cotidiano obituário.

—

João Brandão anda na berra. Vai subindo a esta hora a escadaria que leva aos pórticos da fama e está ali, está na imortalidade.

Mas entenda-se: — este João Brandão não é aquele João Brandão, infanticida e poeta, que estripava famílias e quebrava-os às redondilhas., despedindo-se com muitas lágrimas e rimas — todas falsas da sua amada consorte, D. Carolina Augusta.

Este João Brandão é outro, é brasileiro.

É aquele que, no dia do seu noivado e antes mesmo — (oh, raivas!) de chegado o delicioso momento em que o velador se apaga e ouve-se o *Enfim!* dos vencedores felizes, foi transportado de S. Paulo para a Bahia. O pobre noivo de tão mau nome, era acusado de cúmplice nos assassinatos de Macaúbas, naquela província e fora pedido pelo respectivo chefe de polícia pelo telegrafo, como quem pede pelo telefone do teatro *Sant'Anna a Maison Dorée*: — *um (..) aux pommes sautées!*

Chegado a Bahia — o chefe mirou-o, remirou-o e disse-lhe:

— Não é você. Volte para o lugar de onde veio. *A' ta place*, João Brandão!

E João Brandão, coitado, com a consciência a tratos e o pensamento naquele almoço nupcial... por acabar voltou, precipite a S. Paulo, a meter de novo a ponta do guardanapo na gola da camisa e a atacar a *maionese* apenas encetada.

Depois apatacou-se e começou a vender bilhetes da loteria, muito tranquilo, sem mais pensar no sarrabulho de Macaúbas e na fatalidade desgraçada de se chamar João Brandão. Eis senão quando: zés; é detido à requisição do mesmo chefe de polícia da terra de *caruru* como autor dos tais crimes, a que havia sido não há muito declarado inteiramente estranho.

E lá vai ele de novo para a Bahia.

Há de ser bonito se o chefe outra vez reconhece que se enganou e outra vez o recambia para S. Paulo — por inocente!

Pobre João Brandão.

Também quem te mandou a ti, o caipora, ter o mesmo nome do consorte famoso da lacrimosa D. Carolina Augusta!

— Pancrácio! Exclamava o memorável visconde de Jequitinhonha, quando presidindo aos exames na (...) pública, encontrava algum estudante com aquele nome — Pancrácio! Reprovado! Pois um Pancrácio pode lá saber alguma coisa!

— João Brandão! Pois pode lá haver alguém que, com tal nome, seja feliz?

O nome é mais do que uma voz com que se dão a conhecer as coisas e as pessoas: — é muitas vezes o avejão, a fatídica semente, a causa ignota de todas as desgraças de um homem!

Crisma-te e muda o nome, o João Brandão!

#### 14.10.1883 – Lulu Sênior

A *Lira de Apolo* já elegeu a sua diretoria. É presidente o Sr. barão de Piranapiacaba, que anda agora todo metido com La Fontaine, e por conseguinte poderá tirar a moralidade do conto.

A dita Lira tem um secretário geral e 1º e 2º secretários; é uma verdadeira secretaria. Há um tesoureiro, o Sr. Midosi, que provavelmente terá pouco que fazer, e diversos conselheiros.

Os jornais deram na lista destes o nome do Sr. Dr. Luiz de Castro; o *Jornal do Comércio* suprimiu-o; isto quer dizer que o diretor do *Jornal* está disposto a dar conselhos à Lira, mas não se gaba disso.

—

O Sr. Prisco Paraízo acaba de praticar um ato de energia, que há de certamente contribuir para que se ponha um paradeiro ao descalabro em que vai o princípio da autoridade.

É o caso, que o Sr. Agostinho Rodrigues Junior, capitão quartel-mestre do comando superior da guarda nacional da comarca do Rio Grande, na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ausentou-se por mais de seis meses — *sem licença!* — do distrito do mesmo comando.

Compreende-se o transtorno que isto devia causar ao distrito! Ficou o quartel sem mestre, o comando superior sem capitão, uma desordem!

O Sr. Prisco, porém, não é para graças, e, mal soube do desmantelamento da guarda nacional do Rio-Grande, Privou o Sr. Agostinho do posto de capitão. E bem feito.

Eu, se *fora* o Sr. Prisco, *houvera* talvez feito muito mais. *Mandara* provavelmente prender o Sr. Agostinho, *trancafiara-o* na cadeia, *processara-o*, e *condenara-o* a galés perpétuas por toda a vida, porque enfim um capitão da guarda nacional não deve ausentar-se sem licença, nem para ir lá fora, quanto mais para ficar mais de seis meses onde muito bem lhe parece!

—

O Hermann apresentou anteontem ao público o que ele chama a galinha do Senegal. É um latagão de um preto de cerca de 18 anos, que faria regalar o olho ao Sr. Moreira de Barros, para quem uma peça daquelas valia um conto e quinhentos antes da propaganda abolicionista.

O Hermann dá uma pancadinha na cabeça do preto, e este deita um ovo branco pela boca.

Compreende-se a vantagem que haverá para a nossa lavoura, tão falta de braços, em possuir um produtor dessa ordem, que põe para ali uma dúzia de ingênuos, enquanto o diabo esfrega um olho. Não faltariam mesmo casuístas que declarassem escravos os produtos assim obtidos, porque à lei de 28 de setembro só libertou o ventre.

Dado, porém, o caso que os ovos não produzam trabalhadores, mas sejam simples aspirantes à omelete, há no pretinho do Hermann uma verdadeira mina a explorar pelas pessoas nimiamente escrupulosas e delicadas. É inegável que o processo do preto é muito mais isento de acidentes desagradáveis do que aquele de que até aqui se tem servido as galinhas.

É certo que todos os caminhos levam a Roma, mas não é menos certo que, embora não seja perfeito o serviço da empresa, Gary, o morro do Nheco, que o digno empresário não é obrigado a varrer, ainda menos limpo que a rua do Ouvidor.

— É um diabo este Herman! Em um abrir e fechar de olhos, ele escamoteia relógios, moedas, chapéus, coelhos, gatos.

A gente pensa que ele tem as mãos cheias — um, dois, três, passe — e nada mais. Hei de ir lá um destes dias e levar-lhe minha sogra.

Um, dois, três, passe!

Ó Herman, dê minha alma!

### 15/10/1883 – Zig-Zag

Por mais tratos que dê a imaginação, não sei nem posso resistir ao desejo impaciente de tratar de negócios da China.

Tenho um companheiro que andou por lá, que tirou o retrato vestido a caráter, e que de tudo que observava, ia mandando coloridas descrições aos leitores da *Gazeta*.

Além disso, já tenho visto a (...) através da ópera cômica e da ópera burlesca. Conheço perfeitamente a obra de *Le Cooq — A flor de (...)*, e a ópera de Bazin — *A viagem à China*. Lembro-me mesmo que há nesta peça uns *couplets* interessantíssimos, em que se diz que

*La Chine est un pays charmant*

*Qui dou pous plaire assurancement*

A vista desta erudição adquirida com tanto esforço e à custa de tantos (...) de tempo perdido nos teatros, julgo poder considerar-me — modéstia à parte — muito entendido em negócios da China, mesmo muito mais entendido que o meu companheiro (...) que tem a presunção de julgar de *visu*.

(Peço desculpa deste latim que, francamente, não foi proposital.)

Fui dos primeiros que tiveram a honra de ver de perto S. Ex. o mandarim Tong-King-Sing.

Encontrei-o no largo da Carioca, quando o bonde em que S. Ex. caminhava, estava parado.

Eu ia passando e parei. Parei extasiado pelas vestes talares e coloridas de S. Ex. Julguei a princípio que que Mme. Durocher havia abandonado o seu vestuário negro, e deitara fantasia de cores. Mas ao aproximar-me não tive a menor dúvida do meu engano. Mme. Durocher não tem bigodes, e aquele que estava na minha presença, tinha-os e compridos.



Indaguei quem era.

Um amigo disse-me — é o Mandarin.

Exultei quando ouvi essa palavra. Porque afinal, não há nada mais agradável, nem mais inesperado, nem mais imprevisto do que acabar agente de almoço, acender um charuto e encaminhar-se cheio da preocupação de santo sacerdócio da imprensa para a retorta augusta do trabalho honrado, e encontrar no largo da Carioca um *Mandarin* autêntico, de carne e osso, com todos os requisitos da sua autoridade e todos os deslumbramentos da sua *toilette* de verdadeira seda chinesa.

Até então eu havia encontrado no largo da Carioca diversas coisas e várias pessoas. Um mandarim é que nunca se me havia deparado.

A princípio julguei-me presa de uma alucinação, de umas destas reminiscências que nos abstraem completamente da realidade. Julguei que estava a ver o *Excelsior*. E que o *Mandarin* aos pulos medidos pela música se ia abaixando ao compasso da orquestra, e que depois se erguia num ímpeto para completar o seu passo, com as notas finais de uma valsa precipitada.

Mas o mandarim estava sentado no bonde e cercado de amigos meus à paisana. Era portanto, uma realidade, e como tal me interessou a ponto de lhe tirar respeitosamente o meu chapéu e lhe dirigir algumas frases, a que ele correspondeu da maneira a mais afável e benévola. Chegou mesmo a dizer coisas que me lisonjeiam e que hão de um dia ainda fazer parte do patrimônio do meu filho.

O Sr. Tong-King-Sing não é um ignorante a respeito das coisas do Brasil.

Pela sua conversação se conhece logo que há muito que ele estima nosso país.

Conhece todo o movimento literário e jornalístico.

Quanto ao primeiro, disse-me logo:

“Há um grande movimento literário no Brasil. Conheço muito bem a *Lyra de Apollo*”.

Quanto ao segundo, deu-me informações exatas, muito corretas e mesmo aprofundadas acerca dos nossos jornalistas.

S. Ex. *Tong-King-Sing* gosta muito das *Balas de estado*. Na China, quando a tarefa de dirigir os três milhões de súditos do seu distrito lhe dava alguma folga, não saboreava, devorava as *Balas de estado*.

Perguntou-me logo quem era Zig-Zag.

Um pouco constrangido, divulguei o pseudônimo.

Deu-me um abraço, e exclamou:

Na China, na China é que nós deveríamos ter um escritor da sua ordem.

Por modéstia não lhe respondi na ocasião; mas confesso agora em público e raso o meu reconhecimento.

E quem quiser que se morda de inveja.

## 16/10/1883 – Lélío

No momento em que me sentava a escrever, recebi uma carta de um nosso hóspede ilustre. *As-tu vu le mandarin ?* \* Pois foi ele mesmo, o mandarin, que me escreveu, pedindo a fineza de inserir nas "Balas de Estalo" uma exposição modesta das impressões que até agora tem recebido do nosso país.

Não traduzi a carta, para lhe não tirar o valor. Além disso, há dela alguns juízos demasiado crus, que melhor é fiquem conhecidos tão-somente dos que sabem a língua chinesa. Em alguns lugares, o meu ilustre correspondente inseriu expressões nossas; ou por não achar equivalente na língua dele ou (como me parece) para mostrar que já está um pouco familiar com o idioma do país. Eis a carta:

Vu pan Lélío,

Lamakatu apá ling-ling "Balas de Estalo", mapapi tung? Keré siri mamma,ulama'i tik'á. Esta pergunta, reminescente de um verso de Musset, se refere à passagem, pelo Rio, do famoso mandarin, que aqui veio tratar da vinda de colonos chineses.

Foi isto motivo para artigos e discursos de protesto, como para a revista *O Mandarin*, de Artur Azevedo e Moreira Sampaio, estreada em janeiro de 1884.

Ton-ton pacamaré Rua do Ouvidor nappi Botafogo, nappi Laranjeiras mappi Petrópolis gogô. China cava miraka Rua do Ouvidor! Naka ling! tica milung! Ita marica armarinho, gavamacu moça bonita, vala ravala balvão; caixeiro sika maripu derretido. Moçanigu vaia peça fita, agulha, veludo, colchete, iva curva trapalhada. Moço lingu istu passa na rua, che-beru pitigaia entra, namora, rini mamma.

Viliki xaxi xali xaliman. Acalag ting-ting valixu. Upa Costa Braga relá minag katu Integridade abaxung kapi a ver navios. Lamarika ana bapa bung? Gogô xupitô? Nepa in pavé. Brasil desfalques latecatu. Inglese poeta, Shakespeare, kará: make money, upa lamaré in língua Brasil: — *mete dinheiro no bolso*. Vaia, Vaia, gapaling capita passa a unha simá teka laparika. Eting põe-se a panos, etang merú xilindró.

Itá poxta, China kiva Li-vai-pé, abá naná Otaviano Hudson, naka panaka, neka paneca, mingü. Musa vira kassete.

— Mira lung Minas Gerais longu senado. Vetá miná Lima Duarte passi Cesário Alvim; mará kari Evaristo da Veiga seba Inácio Martins. Rebagú sara Coromandel? Teca laia Coromandel?

Aba lili tramway Copacabana. Vasi lang? Tacatu, pacatu, pacatu. Hu-huchi edital Wagner, limaraia Duvivier. Toca xuxu Figueiredo de Magalhães, upa, upa upa. Baba China páriú. Héh...

Siba-ú lami assembléia provincial nanakaté. Mirô bobó xalu Galvão Peixoto: ridin teca maneca cabelinho na venta. Pantutu? Hermann limpatuba Arang chikang Companhia Telefônica ruru mamma, ipi, xuchi paripangatu, Caminha Magalhães Castro, xela kopa, xela kipa, xela kopa. Neka siri lipa Câmara dos Deputados abaling. China seca pareka amolador empala. Laka pitak? Nana pariú.

Faro e Lino papyros, biblos, makó gogó. Lino abatukamu, Faro abatiki. Eba ú laté! Castelões zuru! Club Beethoven paka xali! Tarinanga axá acaritunga. Harritoff dansa mari xali!

Xulica Brasil pará; aba lingu retórica, palração, tempo perdido, pari mamma; xulica Kurimantu. Iva nenê, iva tatá. Brasil gamela tika moka, inglês ver. Veriman? Calunga, mussanga, monau denguê. Valavala. Dara dara bastonara. Malan drice paku. Ocuoco; momeréo-diarê. Ite, issa est.

Mandarin de 1ª classe

TONG KONG S ING

Como se terá visto, no meio de alguns reparos crus, há muita simpatia e viva observação. Quanto ao estilo, é do mais puro, é da escola de Macau, às doutrinas do

século XII antes da Criação. A nossa crítica terá notado a linda imagem com que o ilustre escritor define o progresso, chegando à praia da Copacabana: pacatu, pacatu, pacatu. Em suma, é um documento honroso para o autor e para nós.

### **17/10/1883 – Confucio**

A rivalidade entre os prestidigitadores vai se tornado interessante. Tendo chegado os três grandes mágicos, carregados de sortes e de pistolas carregadas, começaram por anunciar as mais famosas exibições de magia branca e pura, em linguagem ultra (...) e (...) animada.

O público não faltou ao atraente convite. O que primeiro exibiu-se, ganhou aplausos e boas receitas; o segundo ganhou a muitos aplausos. O último andou pelo mesmo caminho, e como em geral todos são muito hábeis e destros, este ganhou as boas graças do público, manifestada sob dupla forma de palmas e notas do banco.

Há, porém, o seguinte: as sortes dos ilusionistas são aproximadamente as mesmas. O que um faz, faz o outro, e apenas o espetáculo de um difere do outro por uma simples cena neles intercalada: aqui uma mulher decapitada, ali os espectros, acolá um gabinete encantado.

E como as sortes são como discursos do parlamento, sempre as mesmas, sempre vasadas sobre o mesmo molde, chegaram os três a compreender que o seu trabalho não poderia oferecer o mesmo interesse, e que era preciso recorrer a processos novos, para que o ingênuo público continuasse a concorrer seus espetáculos.

Imagina-se que eles teriam tido a ideia de adquirir novos aparelhos, engendrar novas escamoteações, preparar sortes inteiramente desconhecidas.

Não; isso fora muito chinfrim, muito simples, e do talento inventivo de um mágico não poderia jamais surgir uma ideia tão mesquinha.

O que lhes ocorreu, foi patentearem ao seu público, cada um deles, o que o outro faz nos seus espetáculos, e como efetua as suas sortes. E isso dá um resultado que, todas as noites, quando o Zé Povo vai para o teatro, exatamente na intenção de ser enganado, sucede-lhe receber uma desilusão.

Ele ia ver o Sr. Bosco fazer mágicas, e acontece-lhe ver o Sr. Bosco desfazê-las.

Queria assistir a uma sorte do Conde Patrizio ou do cavalheiro Hermann, e dá-se o caso de fornecer-lhe este a daquele — pelo avesso — e reciprocamente aquele mostrar pelo avesso a sorte deste!

É curioso o espetáculo, e se desta feita o povinho do Rio de Janeiro não fica todo prestidigitador, então é que seguramente não temos queda para as ligeirezas de mãos.

Lições baratas, ao alcance de todos, com amplas explicações. Aparelhos com os seus fundos falsos e os seus tampos duplos; nós que se desatam; ovos furados e pregados aos lenços; tudo é exposto aos olhos do público, que tem o prazer de se ver roubado, recebendo uma desilusão, quando ia buscar uma ilusão apenas.

Se continua o jogo, com o qual aliás muito nos divertimos, devem os Srs. mágicos anunciar de agora por diante: *Teatro tal. Grandes cenas desilusionistas da*

*magia impura. Desfazem-se sortes e reputações à vista do espectador: quem quiser não ser enganado, apareça. Nem milagres, nem assombros: aparelhos e sinceridade.*

### **18/10/1883 – José do Egypto**

Irra! Basta de chim!

Há seis dias que tudo nesta cidade, imperial e pandega, apanhou feição mongólica.

O arroz anda pela hora da morte. Que querem? Tomou o sal da oportunidade e subiu nas cotações do mercado. Anda *salgado* o arroz!

O hotel Chinez, em que até aqui apenas um ou outro positivista, central e excêntrico, ia almoçar segundo manda o Mestre: — sem vinho, poucas carnes e algumas moscas de fricassé — o hotel Chinez faz atualmente um negócio... da China!

A casa especial de objetos do país de Confucio e todas as lojas de cera, chá e sementes denominadas “da China” subiram na voga pública e estão enriquecendo os seus respectivos proprietários.

O teatro Sant’Anna pensa em fazer reprise da *Viagem a Pekin*, e, como um requinte de bom gosto atual, a alta *gomme* enfeita a lapela dos casacos de lindas rosas-chá.

O café, batido por aquele, competidor fortuito, não tarda a ser tomado a dois vinténs a xícara, o que não é mau, e sem milho e feijão torrado — o que será excelente.

A casa Faro & Lino deitou para a vitrine quanto livro tinha sobre a pátria de Tong-King-Sing: — *O mandarim*, *Memórias de um mandarim*, *Aventuras de um chinês na China*, etc., etc.

Um editor ousado e usado pensa em fazer edição luxuosa, com iluminuras adequadas da “Lyra Chinez”, do autor das “Phalenas”.

Lécio acaba de publicar uma interessante carta do ilustre mandarim, escrita em puro idioma chinês, tão (...) como apócrifa.

As folhas aparecem diariamente cheias de artigos consagrados ao Império do Meio e aos seus celestes e enrabichados filhos.

E o Sr. de Chinimba lava-se em águas de rosas.

Por ser o amarelo a cor clássica e característica da China, as icterícias andam em moda.

Esta cidade não mais parece banhada pelo Guandu, mas pelo rio (...), e a (...) dos Órgãos vai assumindo ao longe a feição poética e abstrusa da Kuen-Lun.

É um pesadelo chinês!

*Chinoiserie* geral!

Se o próprio hino nacional está atacado dela.

Querem ver?

Pois ouçam: Tá-rá-tá-chim, tá-rá-tá-chim, tá-rá-tá-chim!

—

Estará satisfeito, entretanto, o ilustre Toug-King-Sing?

Duvido muito.

Verdade, verdade, Sua Excelência não tem razões para isso.

Em primeiro lugar deve-se ter atacado a já nostalgia do seu burgo ou distrito mandarinal.

Deve ter sentido saudades do (...) chá fumegante em chaleira de porcelana pintada do seu branco arroz solto, saltitando lhe a boca nas pontas de dois passinhos, que não são positivamente iguais aquele cujo uso é recomentado por Moyses ao Deuteronomio.

E as suas lindas esposas, de olhos de amêndoa e cabelo negro em rodilha, atravessado por um punhal de nácar ou madrepérola: uma a fazer-lhe sombra com a umbrela de papel-seda, outra a limpar-lhe os bigodes dos grãos avulsos de arroz, outra a fazer-lhe fresco com a asa palpitante do grande leque de seda, em que voam cegonhas brancas de patas de ouro por sobre (...) verdes...

Nada disso tem ido aqui, (...) (...).

Apenas, como um pequeno consolo, o seu falso patricio Jap-of-Japs, a fazer equilíbrios impossíveis e saltos de gafanhoto.

Mas isto seria o menos a incomodar o nosso ilustre hóspede.

Sua Excelência não há, porém, sido feliz, em relação aos fins que o trouxeram cá.

Veio ver quais as nossas disposições para com a imigração dos seus patricios, estudar as condições da sua introdução, promovê-la por todos os meios e S. Ex. não esperava por certo vir encontrar o que encontrou aqui, por piores que fossem as prevenções que trouxe.

Palavra: — eu se estivesse no caso e na pele de Tong-King-Sing, já tinha dado volta aos calcanhares e a esta hora ia já em demanda do mar Amarelo.

Manifestação nenhuma de hostilidade contra a imigração chinesa tem sido poupada.

Associações têm-se formado para fomentar a colonização europeia e para mandar a chinesa a fomentar-se.

Declarações oposicionistas ao *coolie* tem sido formadas pelos nomes mais ilustres e mais respeitáveis.

Na imprensa o fogo é geral. Fogo em toda a linha! Tão enérgica, tão geral, tão sincera tem sido a guerra a introdução de *coolies*, que é bem para reçar que a primeira leva deles que cá vier, não chegue a ter tempo de provar do arroz de Igu(...) e, volte aos pátrios piolhos sem mais demora e vendendo azeite às canadadas... por cima d'água, ou *por dentro*. O que será um pouco pior.

Que o celeste mandarim me perdoe o que vou dizer.

A imprensa, o povo, o país tem razão: — o chim não nos serve; é o pior dos colonos. Deixa falar o Sr. Salvador de Mendonça. Há certos motivos para não adorarmos esse senhor — *pas plus les chinois*.

O chim é bom para furtar galinhas. E para cozinha-las também. Como (...) de quintais e preparador de petiscos — é inimitável.

É verdade que possui esta preciosa qualidade: participa da natureza do sapo — é duro para morrer.

Atura todos os climas, sofre todas as privações, suporta todos os tratos. A chuva, o frio, o sol, a fome, a sede, a nudez e a pancada não lhe causam moossa, não o molestam.

Não emagrece, porque é puro ossos; não empalidece, porque é lívido; não enfraquece, porque é a fraqueza em pessoa, e só morre — quando não há outro remédio. Vaso ruim...

Sinistro e duro como o corvo. Ignóbil e eterno como o sapo.

Isto não é agradável de ouvir, mas é indispensável de dizer-se.

Ameaçam-nos com esta desgraça terrível: — a escravidão amarela — a nós que andamos podres com a escravidão negra.

É forçoso, é urgente repelir a escravidão amarela.

Repelamos o chim... enquanto ele não está de dentro, porque depois que ele estiver cá dentro, há de ser um pouco mais difícil.

Lembre-mo-nos que a ocasião usa o cabelo como o chim: — agarremo-la pelo rabicho.

E a ocasião é agora.

Eu admiro e respeito muito o Sr. Tong-King-Sing, que ainda não vi mais gordo, mas S. Ex. me (...) permitir que, com a cabeça no solo, em profundo (...) lhe diga: — O Brasil não quer o chim; e só pode vê-lo... pintado.

Pintado, sim, é bonito e bom.

Que nos venham, pois, alguns milhares de chins... em ventarolas.

### **19.10.1883 – Lulu Sênior**

José do Egito diz que basta de chim. Eu acho magnífico este José. Não quer mais, porém vai impingindo as suas balas sobre chins. Quem vier atrás, que se arranje. E se eu não tiver assunto, como já me aconteceu mais de uma vez?

Que quer o José que eu faça?

Já uma vez, num desses apuros, descompus o Zig-Zag. Isto é, descompor é um modo de dizer: eu apenas escrevi o que pensava desse, meu amigo, e até hoje não tenho razões para retirar o que disse: mas esse recurso é mau, porque se eu o descomponho, ele descompõe-me a mim, e a coisa não tem graça nenhuma.

Eu acho muito mais natural juntar-me com o Zig-Zag para dizer mal do Hudson, por exemplo, do que andarmos a dizer, um do outro, coisas de que sabemos por vivermos na intimidade da retorta do trabalho honrado.

Apesar disso, não torno a falar do Hudson. Creio que ele não gosta, e creio-o porque ultimamente quando passa por mim, franze o sobr'olho, e finge que não é da minha freguesia. Ainda não me deu a apertar o dedo mindinho da mão esquerda, mas desconfio que está mal comigo.

Falta-me, pois, o assunto Zig-Zag e o assunto congênere Hudson. O assunto Philomena Borges também já não dá pano para mangas, porque o Aluísio tomou conta dele, e vai dizer a respeito coisas do arco da velha. Até agora anda calado como um peixe, e não quer dizer o que sabe da heroína.

O Montauray, que como *reporter* é o que se chama de um alho, disse-me que a referida Philomena é uma sogra, que tendo perdido o último genro que lhe restava, diverte-se a atormentar os genros das outras, unicamente por amor a arte.

Eu não sei que fundamento tem esta informação, e sou até levado a crer que não tem fundamento nenhum. É que eu não gosto desta brincadeira de andar a dizer mal das sogras, porque é muito melhor deixá-las quietas. O que faz mal é a gente bulir com elas.

A única coisa que me assusta neste gênero é o pensar nas sogras do futuro. Eu tenho um *bandão* de filhos, e quando penso que aquela gente toda há de vir a ter sogra, tenho uma pena dos inocentes, que vivem a brincar, e não sabem o que os espera! É que eu conheço senhoras, muito amáveis, muito boas pessoas, de muito bom gênio, incapazes de fazer mal a uma mosca, mas que têm um não sei que no modo de olhar e de dizer certas coisas, que promete uma destas sogras de se lhe tirar o chapéu!

E aí está por que não falo na Philomena Borges, que é sogra, nem nas outras sogras do presente e do futuro.

A *Lira de Apolo* também está esgotada. Não sei se se lhe partiu alguma das cordas, mas por ora tem dado pouco que falar de si. Organizada por um historiador, que na eleição presidencial foi derrotado por um tradutor de Lafontaine – *traduttore traditore!* – a coitadinha está lá metida no seu canto e é inteiramente inofensiva.

A Nova 28 de Setembro, que também me inspira umas certas simpatias, quando estou de bom humor, parece ter um destino único, à moda de Inglaterra: dar ocasião a jantares, durante as férias do parlamento para que possa falar o Sr. Correia.

A questão da Copacabana está em convalescença de escândalo, e muito contente por ter escapado de ir ter à Câmara Municipal.

Os mágicos, depois que deram no *truc* de gritar ao freguês que não entre na loja do vizinho, que é um trampolineiro perderam o prestígio, e agora já não há quem se não julgue habilitado a empalmar alguma coisa.

O remédio único que tenho, portanto, é falar dos chins.

Se isto contraria José do Egito, José Egito que tenha paciência. Eu não estou aqui expressamente para lhe fazer a vontade.

Se a questão dos chins o contraria, a ele, que também é um pouco amarelo, ele que não leia o que se escrever sobre os chins.

A mim pouco se me dá que José leia ou que José deixe de ler; eu hei de escrever sobre os chins... daqui a alguns dias, porque hoje já não é preciso.

No momento em que entornava prodigamente a minha verve, nesta seção — terror do Hudson — recebi a seguinte carte de Lulú Senior:

Meu caro Zig-Zag.

Fazem hoje anos os nossos amigos ((...) S007) João Pizarro e Marianno. Eu quero aproveitara ocasião para pedir ao segundo que siga o exemplo do primeiro, e deite abaixo a floresta que sob a designação de (...) lhe ensombra a juvenil fisionomia.

Dirá o Marianno que o João privou-se da mata porque teve mazela grossa no frontispício: ele não tem por ora as mesmas razões: mas pode solenizar o dia de hoje, praticando um ação generosa, sem desfazer-se da prenda; basta-lhe tirar dali algumas mudas, para povoar o que o João tem despovoado acima das orelhas, e mais a careca de um seu compadre, que bem precisa de plantação nova.

E de caminho, dize-lhes que o que lhes desejo, é que seja por muitos anos e bons, e eu que o veja.

L. S.

Respondi imediatamente:

“Meu caro Lulú Senior — Bem sabes que o patrão ainda não quis que se abrisse cá em casa a sessão dos anos: por isso, não posso encaixar a tua nas minhas balas. Senão, com muito gosto. Agora, se eles te pagaram o sermão, e tu repartes comigo, é outro cantar.

Zig-Zag. ”

Eis a réplica de Lulú:

“Meu caro Zig-Zag. — Ambos me pediram que deitasse piadinha hoje; o João chegou a meter empenhos: mas quando lhe falei em dinheiro, disse-me que só para a princípio do mês: o Marianno desculpou-se que está fazendo casa nova. Eu acho que se lhes pode fazer o favor, e depois mandasse-lhe um meirinho. Que diabo! no fim de contas, eles são nossos amigos, devemos-lhes estas finezas.

L. S.”

A vista disto, e para não desgostar um companheiro tão amável como Lulú Senior, que só descompõe a gente quando não tem assunto, não tive remédio senão aceitar a carta que dele recebi, para celebrar o aniversário do Dr. Marianno, das barbas pretas, e do Dr. Gabizo, das ex-barbas castanhas.

—

Eu gosto da iniciativa individual.

É dela que, segundo os melhores economistas e estadistas de todos os países se deve esperar todo o desenvolvimento da sociedade.

É por isso que gosto da *Lyra de Apollo*, do *Museu Padagogico*, da *Associação da Infância Desamparada*, e de tantos outros clubes que por ali se tem formado.

A iniciativa individual é a molécula originária de toda riqueza pública e particular.



Vejam os Estados Unidos. Olhem bem para eles, fixem bem as suas vistas naquele turbilhão entortecedor e confuso, e reparem se no centro de tudo aquilo não se lhe depara a bela e ativa figura da Iniciativa Individual!

Ora, as *greves* não são mais do que manifestações da iniciativa particular.

Eu aplaudo sempre uma *greve*. É um ato de energia, de consciência e de autonomia.

A *greve* é um princípio econômico, do qual hão de tirar grande partido todas as indústrias.

A união faz a força, a *greve* é a síntese desta coisa que todos repetem há duzentos anos, e de que ainda hoje se espantam e admiram.

É por isso que eu daqui aplaudo a Guarda Urbana.

Brava guarda! A guarda morre, mas não se entrega.

Diziam para ali que os urbanos não tinham préstimo para coisa alguma. De vez em quando uma ou outra pranchada no lombo de um ébrio era o sinal da existência da brava guarda. A guarda foi ouvindo e calando. Foi acumulando argumentos a seu favor, foi enchendo-se de razões. As queixas a aumentarem, e os guardas a dormirem.

Durante quatro horas do dia, os urbanos faziam o seguinte discurso aos Srs. gatunos e assassinos:

“Meus amigos:

Nós não somos de ferro. O corpo tem necessidades inadiáveis.

Nós vamos deixá-los por algumas horas à vontade; mas vejam lá como se portam.

Vocês, Srs. gatunos, não façam escândalo: roubem apenas uma ou outra carteira, deem a *trancinha* a qualquer papalvo — mas tudo com moderação.

E vocês, amigos assassinos, deem a sua facada; mas com termos, não matem, nem esfolem! Nós daqui a pouco estamos de volta!”

E os urbanos lá iam descansar. Às vezes, os ingênuos apitavam. Perdiam o sopro e o tempo: os urbanos não ouviam.

Nestas circunstâncias, ao Sr. Peregrino pareceu que a cidade devia ser policiada sem interrupção. Foi uma ideia singular; mas, enfim, foi uma ideia.

E S. Ex. deu as suas ordens no sentido dos urbanos policiarem a cidade mesmo de dia.

As ordens de S. Ex. caíram no selo da guarda urbana como um raio. Todos ficaram atônitos. E passada a primeira impressão começaram a desabafar.

Desaforo! Destempero! Disparate! Arbítrio!

E como um só homem, os urbanos fizeram *greve* contra a ordem peregrina. E ao nosso ver com toda a razão e mais alguma justiça.

Pois haverá nada mais absurdo do que obrigar a polícia da cidade a policiar a cidade?

O Sr. chefe de polícia deve revogar a sua ordem e manifestar o seu reconhecimento aos senhores urbanos.

Outros fossem eles que o metessem no xadrez.

A união faz a força.

## 21/10/1883 – José do Egypto

O *Jornal do Commercio*, que se publica em S. Paulo, endereçou-me há dias, uns ligeiros, mas indignados *piparotes*, que cá recebi. Não havia pressa.

Deu-me causa a ser assim piparoteado por aquela simpática e bem redigida “folha noticiosa, literária e comercial” (só falta agora dar as condições de assinatura... mas isso é que não me pilham!), e haver eu dito em umas *balas* minhas, e de má morte, que S. Paulo é a cidade do *picadinho*.

Ah! Decididamente — *habem balas sua fata...*!

Aquelas não podiam ser mais caiporas.

Irra!

— Ganharam para mim nada menos de três desgostos.

Um folhetinista a quem eu fiz o favor de chamar festejado — festejado! calculem! — e de aproveitar um conceito para (...) de umas frases — esse folhetinista agradeceu-me com um prolóquio popular e sujo — ainda mais sujo do que popular — e pôs-lhe de contrapeso alguns descomprimentos.

Depois, um anônimo repreendeu-me com muita cólera e pouca sintaxe, porque eu havia tido a desmarcada insolência de denominar o Recife — cidade do *chá de beijo*.

Agora, vem o *Jornal* de Pompeia, digo — de S. Paulo, e repele com energia, a piparotes, o designativo — cidade do *picadinho*!

Oh! é demais!

Nefasto instante o da concepção de tais balas!

Ah! resolidamente, acabo por acabar com as *balas*; as minhas, pelo menos.

As diabas ainda me não trouxeram o título de conselho ou a dignitária da Rosa, nem me levaram à *Lyra de Apollo* ou as *Palestras scientificas* — com Sua Majestade e seu *buffet*.

O que elas têm me trazido, são desenganos e iniquidades, injustiças, agravos e desaforos.

Ainda anteontem, *Lulú Senior* teve a petulância de me chamar... amarelo! E já não é esta a primeira. O que ele quer, é que eu o descomponha: que o chame de *Lulu-pansa*, de autor do *Por conta*, e de alemão de meia tigela, para ter assim assunto para as suas enxabidas *Balas*...

Pois está-se ninando.

Mas vamos ao outro.

—

“ José do Egypto, diz a citada folha, erra parvamente, vergonhosamente, avançando que ela (S. Paulo) é a cidade do *picadinho*. ”

E logo depois:

“Meu caro José do Egypto, faça-me o obséquio de dizer:

Em que é que se funda para afirmar, com ares de convicto, que S. Paulo é a cidade do *picadinho*?...”

Este repto é por demais categórico para que me possas furtar a ele.

Aceite-o.

Mas a questão ao ficara nitidamente (...) depois de trasladados mais estes conceitos do *Jornal*.

Se na culinária está o distintivo desta heroica cidade, não é certamente o *picadinho* que lhe poderá dar (...).

É o *virado*, o saboroso, o delicioso *virado*.

O senhor sabe o que é o *virado*?

Não?

Eu lhe digo:

Habitando no Rio de Janeiro, certamente não ignora o que é o *tutu* de feijão. Pois o *virado*, é artigo confeito e o *tutu* aperfeiçoado.

O *tutu* é o diamante bruto.

O *virado* é o diamante lapidado.

O *tutu* é a inteligência (...).

O *virado* é a inteligência cultivada.

O *virado*, caríssimo e dulcíssimo José é tão popular em S. Paulo como o Castro Urso ou o Hudson no Rio de Janeiro; o *virado* é o Hudson de S. Paulo com mais limpeza e mesmo com mais gordura.

Não; positivamente não tem razão o piparotista do *Jornal*.

Eu continuo a asseverar que S. Paulo é a cidade do *picadinho*.

E fundo-me para dizê-lo nos seguintes fatos:

Logo que cheguei a S. Paulo, há sete anos, para como (...) o mundo, fazer a conquista de um *canudo*, instalei-me na velha e conhecida *casa de pensão* da rua de S. Bento.

A hora do almoço instalei-me a mesa, entre uns veteranos impiedosos, que não me perdoavam o horrível defeito de ser calouro, e lancei aos pratos um olhar cheio de muita curiosidade e algum apetite.

O que vi, foi isto: um prato fundo (...) de arroz, uma frigideira com dúzia e meia de ovos e uma travessa cheia de um guisado desconhecido e ultra pardo. Servi-me de ovos e arroz e lancei no incógnito... ensopado, um longo olhar de desconfiança. Mas um dos companheiros despejou quatro ou cinco colheres dele no meu prato, bradando-me:

— Come *picadinho*, calouro. O Ideal é o *picadinho*, e o *picadinho* é velho como o mundo. Lê a Bíblia e lerás: Ao sétimo dia o Senhor descasou e como estivesse com fome, pediu *picadinho* e comeu. Faze, pois, como Jeovah, calouro: come *picadinho*.

Desde esse dia eu o juro, todos os dias ao almoço e muitos também ao jantar, eu comi *picadinho*!

E isso pelo simples motivo de que nunca encontrei outra coisa nas *repúblicas* e *pensões*.

Não há mesas de *repúblicas*, nem de casa de pensão, em que o *picadinho* não reine.

Um dia, ao passar na rua um sujeito magro, alto, nariz e (...) notáveis — ao jeito das de um conhecido barde — um dos rapazes disse:

— É simples. Aquele sujeito aparece em toda parte. Não se dá baile nem baquete ou festança, em que o P. não esteja presente. Faz parte de todas as mesas: — é como o *picadinho*. Daí a alcunha.

Eu não nego, entretanto, ao *virado* os seus direitos potenciais. Será o príncipe herdeiro, o *príncipe conserte*.

Mas o legítimo imperante, o D. Pedro II da culinária de S. Paulo, é o *picadinho*.

Cada terra, além do seu uso tem a sua petisqueira ou (...) característica. Em Minas — a *canjica*; na província do Rio — o *tutu*; na Bahia — o *vatapá*; no Rio Grande — o *churrasco*; na corte — o *mocotó*; em Pernambuco — o *cuscuz*; em S. Paulo — o *picadinho*.

Que importa que na terra em que os Andradas reinam, imperam o *cuscuz*, a *paçoca*, o *virado*, a *cambuquira*, a *canjica*, a *pamonha*... se o verdadeiro, o legítimo, o único rei, por graça de Deus e (...) aclamação dos cozinheiros, é — El rei *Picadinho*.

Que o pretendente D. *Virado*, como o seu colega D. Carlos, se exile, se ponha no fresco e no ostracismo, espere a abdicação ou a morte do seu primo — para então subir à caçarola do poder.

Pouco me importam as maquinações (...) dos *viradistas* do *Jornal do Commercio*, de S. Paulo. Eu, como súdito (...) e verdadeiro só reconheço a (...) como Rei único e legítimo da culinária paulista — S. Majestade Saborosíssima D. *Picadinho*.

Para os revolucionários — como aqueles de que me ocupo — há felizmente corretivos na lei.

Acautele-se, pois, o *Jornal*. Não faça revoluções contra o seu rei legítimo, porque um dia também o seu príncipe pretendente lhe pode fazer uma revolução.

São terríveis as vinganças de um príncipe, principalmente quando — *virado*.

## 22/10/1883 – Confucio

Algures já se disse que é triste ideia a dedar certos nomes aos navios. Como exemplo apresentava o articulista o fato estranho de se ler uma notícia em que se dizia que *O Conselheiro Dantas está com a quilha estragada; e outra em que se afirmava que Adelina Patti não podia fazer viagem, por ter sujados os fundos e ser preciso limpá-los.*

Simplesmente o conselheiro a quem sucedia a enorme contrariedade de ver estragada uma parte tão importante do seu todo — a quilha, não era o nosso afetuoso senador baiano, e sim um vaporzinho da carreira de um rio da sua província, e que jamais fora surpreendido a abraçar os outros vapores seus conhecidos.

Do mesmo modo Adelina Patti era uma embarcação que fazia o serviço de Montevidéu para um porto próximo e que tão mal sabia honrar o nome da grande diva, que até se deixava ficar suja em lugares que a decência manda calar e não escrever.

Agora temos o *Lima Duarte*.

O que sucedeu ao *Lima Duarte* não foi perder a eleição, foi coisa muito pior: ele acaba de partir o leme e ser obrigado a arribar logo na primeira viagem em que o desejavam experimentar.

Compreende-se que deve ser de grande sensaboria para o distinto mineiro, mesmo no momento em que ganha terceira vitória, achando se colocado em primeiro lugar numa lista tríplice, ver seu homônimo fazer tão fraca figura, e logo na primeira viagem.

Isto, se não fora conhecermos os elevados méritos do ilustre conselheiro, poderia mesmo ser tomado como mau agouro para a sua provável escolha. Leme partido, se não se tratasse do Sr. Lima Duarte era sinal evidente de que tanto (...) S. Ex. em entrar em primeiro lugar na lista como o Sr. Calmom, por exemplo, que só conseguiu uma vantagem em ter sido votado para senador em sua província: é ficar a gente sabendo que S. Ex. já é um quarentão.

Em todo caso, sem mau agouro, ainda assim é pouco agradável aos que estimam tal nome, vê-lo aplicado a um rebocador que, logo da primeira vez que se move do lugar, é exatamente para ser rebocado.

—

Convém observar.

Esta arte de pôr os nomes às coisas é difícil. Todos os dias temos a prova disso, lendo os diversos títulos das quadrilhas, valsas e polcas que se publicam nesta corte.

Vê-se em tais títulos a suprema ginástica de espírito que foi obrigado a fazer o autor, afim de tornar conhecida a sua obra pelo nome.

Um há dias publicou a polca — *Deixa ele!* E agora vemos uma quadrilha pomposamente denominada — *O município de S. Fidelis*.

Aquele título é expressivo: ele está denunciando no autor um inesperado inimigo da boa construção: e este diz claramente que seu autor se faz quadrilhas, não é por ofício — é por necessidade de momento. A pessoa que deu à luz tão pasmosa obra —

O município de *S. Fidelis*, não pode ser um artista — é um candidato: ele não pretende fazer com que os *S. Fidelenses* dançam — mas que votem no seu nome.

Isto é claro.

—

Podemos dizer ao certo o que vai fazer o ilustrado Sr. Barboza Rodrigues no Amazonas.

O negócio do museu é apenas o pretexto: a verdadeira causa que determinou o presidente daquela província a convidar o sábio botânico a ir habitá-la, a verdadeira causa descobri-la na leitura da lista dos passageiros do vapor *Pernambuco*.

Lá diz claramente a (...) que o Sr. Barboza Rodrigues vai simplesmente — colonizar a remota província. O ilustre botânico, daqui a pouco tempo, será a primeira potência eleitoral do Amazonas e dele e de sua prole exclusivamente dependerão os administradores do governo e das eleições provinciais daquela terra.

A lista diz claramente que o Sr. Rodrigues, só ele, vai prestar tantos serviços à província como pai, como os prestará distinto homem de ciência: é que além dos seus superiores tesouros científicos, ele conduziu para o Amazonas uma riqueza igual: nada menos que treze filhos.

Treze filhos! E dizer-se que ainda assim pode ele estudar tanta botânica...

Já é.

### **23/10/1883 – Lélío**

A Gazeta de Londres publicou, em seu número de 8 do mês passado, um ofício do vice-rei da Índia ao Conde Granville, contendo informações interessantíssimas para a questão dos trabalhadores asiáticos. Visto que há tanto horror aos chins, pareceu-me interessante transcrever esse documento:

À S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Conde Granville, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

*Calcutá, 13 de agosto de 1883.*

Senhor Conde

Noutro ofício que ora dirijo ao Honrado Secretário de Estado das Colônias dou conta de alguns fatos relativos ao trabalho agrícola na Índia. Peço licença a V. Ex.<sup>a</sup> para resumi-los aqui, no caso de que o governo de Sua Majestade tenha de intervir naqueles países da América, onde o trabalho chim é usado, ou vai sê-lo.

Em primeiro lugar, devo lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que é preciso distinguir o chim do chim. O chim comum está de muito abandonado em toda a Ásia, onde foi suplantado por uma variedade de chim muito superior à outra. Essa variedade, como já tive ocasião de dizer ao governo de Sua Majestade, é o chimpanzé.

O deplorável equívoco que, durante dilatados anos, classificou o chimpanzé entre os macacos, estava há muito abandonado. Mas persistia a convicção de que, embora pertencente à família humana, o chimpanzé fosse refratário ao trabalho. Esta mesma convicção vai desaparecer, depois das brilhantes experiências feitas nos domínios de Sua Majestade, e até na China e no Japão.

O primeiro súbdito de Sua Majestade que empregou o chimpanzé, foi *Sir John Sterling*, que reside na Índia há trinta anos. Desde 1864 o seu trabalhador era o chim

comum. Ultimamente, porém, deu-se uma desordem, verdadeira rebelião, e a maior parte dos trabalhadores retiraram-se. *Sir John Sterling* resolveu liquidar e voltar para a Europa; mas tendo notícia de que o chimpanzé era moralmente superior ao chimpanzé comum, mandou contratar uns trinta para ensaio, e deu-se muito bem com eles. Daí a seis meses a plantação tinha cerca de cem indivíduos: hoje conta setecentos e trinta. Dois parentes seus lançaram mão do mesmo instrumento de trabalho; hoje há muitíssimas plantações que não têm outro.

Foram os parentes de *Sir John Sterling*, que me deram as notícias que nesta data transmito a V. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Secretário das Colônias, e que vou resumir para uso de V. Ex.<sup>a</sup>

A primeira vantagem do chimpanzé é que é muito mais sóbrio que o chimpanzé comum. As aves domésticas, geralmente apreciadas por este (galinhas, patos, gansos, etc.), não o são pelo outro, que se sustenta de cocos e nozes. O chimpanzé não usa roupa, calçado ou chapéu. Não vive com os olhos na pátria; ao contrário, *Sir John Sterling* e seus parentes afirmaram que têm conseguido fazer com que os chimpanzés mortos sejam comidos pelos sobreviventes, e a economia resultante deste meio de sepultura pode subir, numa plantação de dois mil trabalhadores, a duzentas libras por ano.

Não tendo os chimpanzés nenhuma espécie de sociedade, nem instituições, não há em parte alguma embaixadas nem consulados; o que quer dizer que não há nenhuma espécie de reclamação diplomática, e pode V. Ex.<sup>a</sup> calcular o sossego que este fato traz ao trabalho e aos trabalhadores. Está provado que toda a rebelião do chimpanzé comum provém da imagem, que eles têm presente, de um governo nacional, um imperador e inúmeros mandarins. Por outro lado, a imprensa não poderá tomar as dores por ele, para não confessar uma solidariedade da espécie, que ainda repugna a alguns.

Quanto aos lucros, dizem-me que são de vinte e cinco a vinte e oito por cento, *Sir John Sterling* fez no ano de 1881, com o chimpanzé comum, vinte mil libras; em 1882, tendo introduzido em março os primeiros chimpanzés, apurou quinze mil libras; e nos primeiros seis meses deste ano vai em onze mil e quinhentas. A perfeição do trabalho é, ou a mesma, ou maior. A celeridade é dobrada, e a limpeza é tão superior, que *Sir John* não viu nada melhor na Inglaterra.

No ofício ao Secretário das Colônias, mando alguns dados estatísticos, desenvolvidos, que não reproduzo para não alongar este.

A princípio houve relutância em admitir o chimpanzé pelo fato de andar muitas vezes a quatro pés; mas *Sir John Sterling*, que é naturalista e antropologista emérito, fez observar aos parentes e amigos, que a atitude do chimpanzé é uma questão de costumes. Na Europa e outras partes, há muitos bípedes por simples hábito, educação, uso de família, imitação e outras causas, que não implicam com as faculdades intelectuais. Mas tal é a força do preconceito que, assim como no caso daqueles bípedes se conclui da posição das pernas para a qualidade da pessoa, assim também se faz com o chimpanzé; sendo ambos o mesmíssimo caso: — uma questão de aparência e preconceito. Felizmente, a propaganda vai fazendo desaparecer esse erro funesto, e o chimpanzé começa a ser julgado de um modo equitativo, científico e prático.

Rogo a V. Ex. se digne submeter estes fatos ao conhecimento do Sr. Gladstone. Sou, etc.

WEBSTER.

Esta carta é realmente importante, e espero sejam devidamente apreciadas e não fiquem perdidas as lições que contém. O nosso defeito é não dar atenção a coisas sérias! Esta é das mais sérias.

As pessoas que preferem os chins, não podem deixar de aceitar este substituto. Segundo a carta transcrita, o chimpanzé tendo as mesmas aptidões do outro chim, é muito mais econômico. Por outro lado, os adversários, os que receiam o abastardamento da raça, não terão esse argumento, porque o chimpanzé não se cruzará com as raças do país.

#### **24/10/1883 – João Tesourinha**

Se eu não fosse brasileiro, quisera ser brasileiro.

Esta frase, imitação de uma outra, proferida por um homem celebre, não é a arrogante e vaidosa manifestação de um *chauvinismo* intolerável: é simplesmente a concretização de todos os meus sentimentos mais puros e mais sinceros.

Admitindo a pátria como uma nesga da humanidade, eu não vejo, nos grandes mapas, nesga alguma de mundo em que os homens sejam mais felizes, apesar da elevação da temperatura nos meses de verão.

Geograficamente, isto sempre é uma nesga que vai do Amazonas ao Prata. Politicamente, basta lembrar que a nossa constituição é uma das mais sábias e mais democráticas que se tem conhecido.

Na cúpula do nosso edifício social, como um Argos de cem olhos de lince está um monarca, que não descansa dia e noite na pesquisa de todos os meios que podem facilitar a vida dos seus súditos.

Como clima, salvo uma ou outra epidemia, exagerada pela má fé de correspondentes maldispostos, esta nesga é superior a muitas outras, em que se morre com mais facilidade do que se vive.

Não há miséria.

Não há pauperismo.

A caridade é exercida, não porque seja necessária, mas como uma virtude ornamental. É uma ostentação de luxo, como um quadro de Carot, ou um mármore de autor célebre.

Os pobres percorrem as ruas simplesmente por uma exigência de *mise-en-scène*. Não há cidade civilizada que não tenha pobres. Lembrem-se dos *Pobres de Paris* e dos *Pobres de Londres*.

Enfim, sob qualquer aspecto, a vida neste torrão abençoado vai *sur des roulettes*.

Só os pessimistas, os incontentáveis e os maldizentes se comprazem em ver tudo azul ferrete, quando nosso viver é de uma cor de rosa pura e diáfana.

Mas maldizentes e pessimistas houve-os sempre, em todas as épocas e em todas as sociedades. E, demais, eles são ainda uma exigência da civilização. Não há ação, sem reação.

Os maldizentes são a reação. A maledicência mesmo exercida com certa elevação de caráter chega a ser em sistema filosófico, como o espiritualismo ou o materialismo.



Apesar, porém, de tudo quando possam dizer os pessimistas, o organismo da sociedade é tão bem equilibrado, que se vai desenvolvendo natural e suavemente através dos tempos.

E que nós nos temos desenvolvido de modo fabuloso, ali estão os fatos as mãos cheias para o provar.

Temos cinquenta e poucos anos de independência, ao passo que a maioria das nações estão formadas há séculos.

Comparem-se as regalias dos cidadãos brasileiros, com que as gozam os filhos de outras nacionalidades.

A comparação feita com lealdade é o argumento mais convincente e mais irrespondível.

Vejam-se nas respectivas constituições os direitos dos cidadãos franceses, ingleses, americanos, suíços, belgas, italianos e ponha-se no outro prato da balança aquela de que goza o cidadão brasileiro, e imediatamente o fiel indicará a diferença que existe a nosso favor.

Podem os políticos dizer e fazer o que quiserem, podem os senhores jornalistas escrever, mas horas de mau humor tudo que lhes parecer, para provarem que estamos atrasados a muito respeito, em relação a países muito mais velhos.

O que, porém, nem uns, nem outros poderão conseguir é demonstrar a inferioridade dos nossos direitos, confrontados com os cidadãos de outros países.

Parece mesmo que os governos e os parlamentos, com um carinho verdadeiramente paternal, se têm ocupado insistentemente em acumular nos nossos concidadãos uma soma enorme de direitos de nova espécie, não concedidos nunca em nenhuma outra sociedade.

Alguns desses direitos constituem mesmo privilégios, que outros povos poderão considerar odiosos.

Não o são, todavia, apesar de serem privilégios. São apenas rasgos de soberania, irradiações do grande astro da Pátria, destinadas a iluminar e a proteger todos os seus filhos.

É assim que a nossa sábia legislação reservou para os cidadãos deste país o privativo e augusto exercício dos seguintes modos de vida:

Testa de ferro.

*Caflen.*

Alugar quartos por hora.

Quem não for cidadão brasileiro, não pode exercer nenhum desses misteres.

Agora, quem o for, pode ser tudo isso e mais guarda nacional.

Será bom que a sociedade Central de Imigração não despreze estes privilégios, que certamente serão um belo *reclame* aos seus elevados intuitos.

## 25.10.1883 – Lulu Sênior

Gastou para cima de cinco patacas o Sr. Martim Francisco Filho para dizer ao público que não foi derrotado na eleição provincial do 7º distrito, em S. Paulo.

Compreende-se que tal sacrifício seja dos de doer, durante as férias parlamentares, quando estão suspensas as garantias do subsídio. Por isso o homem perde a cabeça, e não sabe ao certo a quem atribuir a malévola invenção da notícia publicada nesta folha, se ao redator dela, se ao correspondente em S. Paulo.

Quando a alterosa e esguia palmeira, conhecida no mundo político pelo nome de Martim Filho, pende para o redator desta folha, chama-o de *notável jornalista – salva a seriedade da profissão* – e atribui-lhe *uma originalidade infeliz*. E lembra que a *Gazeta* matou o conselheiro Martim Francisco e o conde de Chambord.

Ora, quem dispõe de uma seriedade qualquer – profissional ou não – pode avaliar a decência da imputação relativa à notícia da morte do conselheiro Martim Francisco, sabendo que essa notícia nos foi transmitida telegraficamente de S. Paulo, por um garoto que falsificou a firma de um nosso colega, que se achava nessa província; sabendo mais que nos dirigimos ao Sr. conselheiro Martim Francisco, e lhe explicamos o caso, e que S. Ex. ficou convencido de que não houvera da nossa parte nem ao menos leviandade.

A notícia não era verdadeira, mas era verossímil. O Sr. conselheiro Martim Francisco, apesar de pertencer à gloriosa família dos Andradas, ainda não é imortal; se-lo-há, talvez, se fizer por isso, mas somente como o são os seus ascendentes: *post mortem*. Matando-o, pois, o que a *Gazeta* pretendia era simplesmente abrir-lhe as portas da imortalidade.

O Sr. Martim Filho parece também querer já preparar o voo para essas regiões serenas, e se não vejam que o diabo do homem inventou o que não lembraria ao cônego Felippe.

Diz ele que é candidato à eleição provincial pelo 7º distrito de S. Paulo, mas só em 2º escrutínio. E quando os outros candidatos, no 7º como em todos os distritos, em S. Paulo como em toda a parte do mundo, andam a pedir votos e mais votos, o Sr. Martim Filho, o modesto candidato só ao 2º escrutínio, que o habilitem a entrar em 2º; a outros pede-lhes pelo amor de Deus, pelo amor que tem a seus filhos, pelo grito do Ipiranga, e pelas chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo, que não votem nele no primeiro, porque, se votam, ele corre o risco de ser eleito, e se ele, Martim Filho, é eleito em primeiro escrutínio, lá se vai a sua glória, a sua ambição, o seu sonho dourado – ser eleito deputado em segundo escrutínio.

Essa lida dava lugar a cenas como esta.

Martim Filho chegava à casa de um eleitor, dobrava as pernas para poder entrar – muito fino, mas muito comprido. Martim Filho – e depois dos cumprimentos de estilo, dizia:

– Deve saber o que me traz aqui.

– V. Ex. vem pedir-me o meu voto...

– Não, senhor, é justamente o contrário, venho pedir-lhe que não vote em mim.

– Mas V. Ex. pediu aqui ao meu vizinho o seu voto...

– Sim, senhor, mas o seu vizinho é da série A, e o senhor da série B. À série A eu peço que vote em mim, à série B, que não vote, porque eu não quero, entende! não quero ser eleito em primeiro escrutínio...

– Perdoe V. Ex. a pergunta: isso tem-lhe dado muitas vezes?

–

Ora, nós não sabíamos de todos estes incidentes e publicamos ingenuamente o telegrama que dava como derrotado o candidato que tinha menor número de votos que um seu competidor. E o Filho Francisco exclama: “A *Gazeta* já não é um jornal: é um cemitério, uma epidemia, uma cólica...”

Francisco Martim é um retórico e vive de retóricas; não é tipo que se engane em tropos, e ele que faz a gradação descendente destes três termos – cemitério, onde tudo é morto; epidemia, que mata muito, mas sempre poupa alguém; a cólica, que raras vezes mata – é porque imagina que as coisas cá por casa não se tem agravado.

No caso vertente, o cemitério foi o conselheiro Martim Francisco, que demos por morto estando S. Ex. de perfeita saúde; a epidemia foi o conde de Chambord, que demos por morto, porque o nosso correspondente em França nos mandou um telegrama baseado em notícias publicadas em diversos jornais de Paris; a cólica, finalmente, corresponde à derrota do Filho Francisco, acidente de pouco cuidado, curável às vezes com uma simples fomentação, que aquece o ventre do doente, e lambuza as mãos do enfermeiro.

Mas logo depois o Francisco Filho fecha a conta do redator desta folha e abre uma assinatura contra o correspondente em S. Paulo. E deita conselho – ele que por ora de conselheiro sé tem o ser Filho – e diz-nos que *semelhante estado de coisas não pode continuar, e que a Gazeta precisa repulsar de sua intimidade o correspondente que tem em S. Paulo.*

Tarde piaste, meu velho! Se Martim Filho nos tem dito isto antes do fatal primeiro escrutínio, que vai figurar no livro negro desta folha ao lado da morte de um príncipe e de um conselheiro, teria sido Martim Filho o nosso correspondente, e em vez do telegrama fatal que publicamos e que dizia assim: “O Dr. Martim Francisco Filho foi derrotado no 7º distrito, sendo eleito um republicano.” – teríamos publicado este outro: Dr. Martim Francisco Filho conseguiu não ser eleito primeiro escrutínio. Esplêndida vitória. Bandas música percorrem sétimo distrito ilhas adjacentes. Comunique Espírito Santo. *Gazeta*, não mais cemitério, não mais epidemia, *Gazeta* arco triunfo.

## **27/10/1883 – Confucio**

Tomando está débil pena para traçar estas mal traçadas regras, não posso deixar de aproveitar o momento solene para daqui dirigir um cumprimento respeitoso ao mais respeitável dos homens em cumprimento — o Sr. deputado Filho.

Não me atrai o desejo de abraça-lo porque sei que por mais esforços que empregasse, jamais conseguiria outro resultado a não ser este: abraçar-me a mim mesmo. É tão fenomenalmente fino e esguio, o Sr. Filho!

Igualmente não é vontade de beijá-lo na frente, o que neste momento, sempre solene, me estimula a falar, por isso que muito bem sei que levaria três dias a subir escadas do cumprimento da de Jacob, para ao cabo de tanto trabalho atingir-lhe quando muito — ao meio do pescoço. Pois se é extraordinariamente alto, o Sr. Filho!

Não sendo uma, nem sendo outra coisa, está-se a ver que há de ser qualquer outra a razão que me leva a fazer desse filho, tão fino como alto, o assunto das balas de estado, sem que, entretanto, seja a falta de assunto a tal razão.

Eu não pretendo dar pêsames ao Sr. Filho, nem ele os acetaria. Não é igualmente a minha intenção fazer de Filho aquilo a que parece convidar a sua tão expressiva figura de canudo sem fim: — uma flauta. Do mesmo modo não me preocupa a ideia de aproveitar essa figura para apitos de urbanos, nem para canos de espingardas.

Nada disso. O único interesse meu neste momento é fazer balas de estado, e à custa do Sr. Filho.

—

O meu colega Lulú Senior fez troça a Filho, um dia destes, a propósito de suas afirmações relativas ao único escrutínio em que Filho é candidato —ao segundo.

Não compreendi bem o motivo desta troça tão injusta quão mal dirigida, a não ser que um sentimento menos confessável — a negra inveja — o tenha feito ver com maus olhos a bela redação de Filho e o fino espírito do finíssimo Filho.

Todos vimos a graça especial com que ele se referiu ao leitor persistente da *Gazeta*, chamando-o homem de *gordas* letras, naturalmente para mostrar que tais letras não eram filhas como ele é.

Depois, o esforço para que apela, do redator desta folha, afim de que este possa compreender que o segundo escrutínio deve vir depois do primeiro, e em seguida a pilhéria feliz de afetar o receio de que os herdeiros de cônego Felipe venham intentar processo contra o mesmo redator, porque este *malvado* e *carrasco* desenha os incidentes da derrota de quem não foi candidato.

Tudo isso tem muita graça, assim como a necessidade que aponta, desta folha *repulsar* de sua intimidade o seu correspondente na terra em que ele Filho é Filho; e por isso o despeito pode ter levado Lulú Senior a não fazer o que lhe cumpria, a não seguir o que lhe preceituava o dever, dando as mãos à palmatória e umas gorduras que lhe sobram ao magríssimo Filho.

—

Eu, porém, que compreendi tudo que cheguei a perceber as intenções de Filho, venho dar lhe os parabéns e pedir as desculpas que o caso e a sua não derrota exigem.

E porque não quero guardar segredo da minha descoberta vou dizer que sei, afim de salvar a situação, e ao mesmo tempo a eleição de Filho no seu escrutínio, no único escrutínio que ele aceita, no único em que crê e de que espera alguma coisa.

Filho queria ser eleito em segundo escrutínio, sem ser derrotado no primeiro.

Como? Não entrando no primeiro. Mas como aparecer no segundo sem o seu nome filial ter aparecido naquela?

É simples: Martim, além de Filho, é fino é finíssimo mesmo. Não votando ninguém nele na primeira eleição, ele escorregava com tanta finura quanta habilidade para a segunda eleição, passando como o outro — pelo fundo de uma agulha!

Ora, eis ali está.

Para alguma coisa deve servir um homem sair fora do feitio dos outros, a ponto de ser imensamente fino; ao menos para isto e para introduzir-se num segundo escrutínio sem ter sido visto passar pelo primeiro!

Assim, pois, em nome da justiça e do progresso, cumprimento ao comprido Filho e ofereço-lhe os parabéns pela sua vitória. Ele tem seguríssima a sua eleição em segundo escrutínio, e sendo a sua eleição um produto da finura, é o que se pode chamar uma eleição fina.

Pois, dando nela — isto é, vencendo-a — o Sr. Filho dura no vinte e fará jus a uma estátua, representada por uma agulha monstro — ou por um pau de virar tripas.

### **28.10.1883 – Lulu Sênior**

Nos *a pedidos* de uma folha de ontem, diz um digno membro da salinha da Praia-Grande a um seu colega, que pela mesma via dias antes lhe arremessara a primeira pedra:

— Não dou a S. S. a confiança de responder-lhe.

Esta frase vale um poema. Não é original, mas é característica, e dá nem (?\*\*) ideia do porque se chama às assembleias legislativas gerais e provinciais – a representação nacional.

Compreende-se que este termo genérico não exprime uma ideia só: abrange um conjunto de ideias.

Cada deputado geral ou provincial não representa, a rigor, a sua província, nem o seu distrito, nem mesmo a sua freguesia: o deputado representa uns tantos indivíduos espalhados aqui e ali e ligados pela simpatia que inspira um mesmo modo de ver as coisas.

Assim, por exemplo, o Sr. deputado provincial que diz ao seu colega: Não lhe dou confiança – representa um grupo de pândegos, que tem no seu vocabulário especial essa frase e outras do mesmo jaez.

Quem há aí que não tenha assistido nestas boas terras da América, a uma questão qualquer entre dois indivíduos em que um deles, seja quem for, capoeira ou guarda urbano, meirinho ou mendigo, empertiga-se de repente e diz para o outro:

— Você sabe com quem está falando?

A maior parte das vezes acontece que ao sujeito que faz a pergunta, o interlocutor, embora nunca o tenha visto mais gordo, pode com segurança responder que nada tem a lucrar em sabê-lo, e que, por mais desaforos que lhe tenha dito, \*\*\* crer que tenha ficado aquém da verdade; mas não é este o caso que se dá: o que geralmente acontece é que o interlocutor, roubado em uma das frases de mais efeito em todas as discussões dessa ordem, apesar de precedido pelo outro, ainda recorre a ela e pergunta também:

— E você? Sabe com quem se mete?

É muito baixo.

Ora aqui está o grupo que representa na assembleia provincial o Sr. deputado que não dá confiança ao sua alteza (?\*\*), ou autos, para empregar outra frase do mesmo vocabulário, não tem que isso dar *satisfas*.

Compreende-se que não pretendo dizer com isto que S. Ex., no seu trato particular, use dessa linguagem quando discute com um amigo ou um conhecido; naturalmente, nessas circunstâncias, S. Ex. não se serve de \*\*\*, ou pelo menos serve-se de outras menos estafadas e mais elegantes, pois na sua qualidade de representante, esse \*\*\* da soberania nacional. S. Ex. entende, e entende bem, que deve falar com os colegas como se pela sua boca falassem os seus eleitores.

É por isso que S. Ex. diz que não dá confiança, e naturalmente o seu colega pergunta-lhe se sabe com quem está falando, e a questão termina quando um deles,

dando um \*\*\* e requebrando-se todo, retirar-se da \*\*\* deixando cair dos lábios de\*\*\* esta ironia pungente:

— Acho bom, mas moro longe.

## 29/10/1883 – Zig-Zag

Homero, o grego, também dormitava. É costume escrever isto em latim, para mostrar uma certa erudição. Desta vez, porém, vai em português, para melhor clareza do texto.

O Homero a que hoje nos referimos, é o conspícuo *Jornal do Commercio*.

Fazemo-lo, certos de sua benevolência. Ele, o magnânimo, nos perdoa por certo a confiança de o trazermos para estas colunas, tão diversas das suas.

Como o grande épico da antiguidade, o grande épico moderno também dormita.

As provas de um seu cochilo vemos na folha de anteontem, logo na primeira notícia da *Gazetilha*.

Depois de, sob o título *Família Imperial*, informar os povos do mau estado de saúde do Sr. conde d'Eu, o ilustre jornalista que redigiu a notícia, acrescenta:

“Embora ontem o acesso reparasse mais brando, Sua Alteza continua de cama, acompanhado de seu médico assistente, o Sr. Dr. João Marinho.”

Ao ler esta última parte da informação do grande órgão, ficamos verdadeiramente surpreendidos. Depois julgamos que não havíamos lido bem a prosa do provector colega. Repetimos a leitura. Invertemos a construção da frase, demos-lhe todas as voltas que a síntese aconselha a um exame de análise, e afinal o resultado era sempre o mesmo.

Segundo a informação — que não ousamos pôr em dúvida — do nosso perspicaz colega, há dias que o Sr. conde d'Eu *está de cama, acompanhado do Sr. Dr. João Marinho!*

O caso é verdadeiramente extraordinário, e só se pode explicar pela falta de leitos na residência principesca.

Naturalmente, o estado de gravidade da moléstia do ilustre consorte reclamou a presença de um médico efetivo à sua cabeceira.

Nestas circunstâncias, o Sr. Dr. Marinho teve de ficar em palácio, e por isso, e porque não havia mais camas, o nosso impecável colega entendeu que, tratando-se de um doente excepcional os cuidados do médico deviam ir ao ponto de se meter na mesma cama com o doente. A honra, na realidade, é grande. Nem toda a gente dorme nos mesmos lençóis, nem come nos mesmos pratos, com um príncipe.

Entretanto, desejaríamos que o nosso colega, com a autoridade, que tão justamente tem conquistado pela sisudez e critério com que faz o seu jornal, levasse a sua benevolência até à condescendência de nos informar, se Sua Alteza experimentou alguns alívios, depois que continuou deitado com o seu médico assistente.

Creemos que o Sr. Souza Carvalho não se zangará com o colega, por mais este pormenor.

—

Perdoar é das almas grandes. Perdoe-nos, pois, o grande órgão, se ainda ousamos tocar em outro trecho mimoso da sua *Gazetilha*, e desta vez para o felicitar, e para nos felicitar a nós mesmos, por vermos o nobre colega tomar tão elevada atitude acerca dos destinos da nossa arte dramática.

Em uma notícia de cerca de trinta linhas, o ilustrado crítico do *Jornal do Commercio*, aprecia com grande elevação de conceitos os espetáculos do teatro *João Minhoca* e sua influência nos costumes da nossa sociedade.

*Aquele teatro acodem muitas famílias e pessoas graves e sisudas.*

Esta declaração era quase desnecessária; bastava a notícia da *Gazetilha*, para se ficar sabendo que o *teatro Minhoca* está fazendo uma grande concorrência ao *Simão de Naniva*. Há de ser mesmo pela influência do *João Minhoca*, que se há de conseguir banir do repertório dos nossos teatros essas peças desmoralizadoras, firmadas por Dumas Filho, Angier, Sardou, Halevy e Meillac, e tantos outros autores que só vêm o lado mau da sociedade, para assunto das suas composições.

O *João Minhoca*, auxiliado pela crítica sensata e judiciosa do nosso colega, há de ser a Salsaparrilha depurativa, dos nossos costumes.

Basta dizer que já lá vão muitas pessoas graves e sisudas, entre as quais está seguramente o eminente Sarcey do *João Minhoca*.

### **30/10/1883 – Confucio**

*Benedicite.*

Esta palavra é nada mais nada menos que o *introibo ad altare* obrigado às circunstâncias. Trata-se aqui hoje de nosso amado pastor, o Sr. bispo, o qual ainda não honrara até agora estas colunas como assunto de *balas de estado*.

Compreende-se que sem o latim isto não podia ir: nem o senhor bispo receberá bem esta conversa, me ficaria bem entrar no assunto sem uma palavra que servisse para demonstrar que a respeito estou tão bem informado com S. Agostinho.

Prometo, na oração que elevo até ao (...) episcopal, ser tão verdadeiro como aquele outro, de quem dizia-se que *Adeo veritatis diligens erat ut ne joco quidem mentiretur*. Direi de consciência o que sei guardando o respeito que toda ovelha, tosquada ou não, deve ao seu bom pastor.

*Introibo.*

—

No momento em que enrie esta bala, vários cidadãos e respectivas cidadãs esperam por um movimento de bom humor do Sr. Lacerda, para realizarem um desejo, simples, razoável, natural.

Esses casais de ovelhas à espreita da boa vontade de nosso prelado, o que desejam — é casar. Dizem-me que esses casais, em número superior a cem, nada encontraram que lhes embragasse a realização do seu desejo, e que outro impedimento não tem senão este: — a falta de boa vontade do Sr. bispo.

Palavra de enrolador de bala: não podemos atinar com o motivo que levou o nosso adorado pastor a proceder por tal forma contra o preceito *crescite et multiplicamini*, em voga desde tempos que o Sr. bispo conhece.

S. Ex. Revma. Sabe que os oradores (é assim que se chama aos que tem o bom gosto de andar à procura de contrair o mal crônico conhecido vulgarmente pelo nome de sogra) dependentes do seu despacho, sujeitaram-se a todas as exigências da sua secretaria, organizando a papelada do estilo, fazendo-se apregoar três vezes de costume, confessando-se, ou comprando o bilhete de confissão, e — principalmente — pagando tudo quanto em nome da religião lhes foi exigido na câmara eclesiástica.

Depois, e em última instância, foram buscar o despacho do prelado, a sua assinatura, sem a qual ninguém pode ouvir o *conjungo vobis*; mas infelizmente chegaram a más horas, exatamente no momento em que S. Ex. estava *com elas*.

Ora, francamente, isto do Sr. bispo opor-se assim sistematicamente dias e dias a que os outros saibam afinal o que é uma sogra, se não fora conhecermos os seus elevados sentimentos, parecia ser obra de despeito — de inveja, talvez.

S. Ex. não sabe o que é esperar nestes casos, e que quinze dias nesta situação equivalem a quinze anos. S. Ex. deve ter esquecido neste momento o que no seu tratado *De poenitentia et matrimonio* diz o grande Rennes, e o que acerca do mesmo objeto diziam os romances que provavelmente leu, quando estudante no Caraça.

—

Afirmam que o nosso amado prelado, opondo-se a despachar os que andam de um lado para outro, aflitos por ver a estola do vigário em cima de suas mãos, dá como razão estar à espera do vigário capitular que deve ser nomeado. Que nos perdoe D. Pedro — mas S. Ex. não tem mais na memória a frase de S. Agostinho: *Qui sophisticè loquitur odibilis est*; de outro modo não responderia tão capciosamente aos que vivem à espera de S. Ex. melhorar *delas* e prestar-se a despachar.

Sabe o nosso virtuoso prelado que muitos sacerdotes têm sido convidados para servir o cargo aludido, e todos recusam por modéstia a mais requintada — por não quererem servir com S. Ex. Revd., cujo gênio cordato e manso caráter são assas conhecidas nessa cidade e morros, circunvizinhos.

De sorte que se S. Ex. espera pelo vigário capitular por vir, nem tão cedo teremos despachos, e daqui a algum tempo as estatísticas oficiais acusarão o Sr. bispo de ter concorrido com as epidemias para o decréscimo da população.

Não creia S. Ex. que sou interessado: não me olhe sinistramente dizendo *Restua agitur*; recorde-se do que diz Troube, na sua *commentario epistolaria*, e depois... despacho.

Meta a S. Ex. a não na consciência, e depois tome com uma resolução a pena e a tinta: permitia que duzentos corações estreitem-se pelo matrimônio: de que os afasta a simples assinatura de S. Ex.



E, para terminar, não se moleste S. Ex. conosco — *Pueri* (...); e, como S. Ex. sabe, as balas são brinquedos de meninos entre os quais está.

### 31/10/1883 – Lulú Senior

Prepara-se o leitor amado, que este seu criado vai deitar hoje homem sério, à altura da gravidade das circunstâncias.

O barômetro da rua do Ouvidor, cansado de marcar sempre bom tempo, tempo variável, e chuva, deu há dias em marcar chinfrim. Para o bom tempo, já foram inventadas as calças brancas, para o tempo variável, o guarda-chuva, para a chuva grossa os sapatos de borracha.

Para o chinfrim, vou eu dar a mais eficaz receita, acompanhada da maneira de a usar, obra meritória que, se ainda há justiça na terra, deve render-me pelo menos, pelo menos, o hábito da Rosa, o que fará estalar de raiva o meu amigo Zig-Zag, que só tem o hábito de acompanhar Nosso Pai fora de horas.

Aqui vai a receita. Há muita gente pacata, nesta boa e leal cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, que, quando ouve dizer que há chinfrim no largo de S. Francisco, a primeira coisa que faz é ir para o largo S. Francisco. Asneira no caso! como dizia o meu mestre de latim quando eu queria medir versos de Virgílio aos côvados, porque então ainda não era usado o metro (perdoa-me oh! querosene inexplosivo!).

Que faz asneira quem assim procede, prova-se facilmente. Os ditos cidadãos pacatos chegam ao largo de S. Francisco, e formam *grupos de mais de um*, na pitoresca frase de guarda urbano, o que é altamente inconveniente em tais ocasiões.

Chega a polícia, e diz aos homens do grupo que façam o favor de se *retirem-se*. Se o grupo é pacato a valer, *retira-se* da esquina da loja do Caetano. Aqui junta-se a outro grupo, e quando vem outra vez a polícia pedir que se *retirem*, um pacato menos pacato que os outros, diz que não *está fazendo nada*, que não é nenhum vagabundo nem desordeiro, que a polícia não sabe com quem está falando, e que o cidadão tem o direito de meter o seu nariz onde bem lhe aprouver.

Daqui a um nadinha, de um outro grupo, que ali está só para fazer chinfrim, parte o grito de todas as nossas sedições da rua, a Marselheza da rapaziada, que não acha tantas vezes quantas precisa quem lhe aplique uma boa dose de camarão:

— Não pode!

Quando de um desses grupos parte o grito fatídico — Não pode! — é contar que vai ferver pancadaria.

A nossa polícia tem todos os defeitos, tudo quanto se diz de mal dela, ainda é pouco: mas, quando lhe dão, ela faz o que pode para dar também.

E agora, aqui entre nós que ninguém nos ouve: armado um sarilho, é razoável que o urbano que está apanhando, chegue-se, antes de dar, a cada um dos circunstantes, e lhe pergunte quem é, de onde vem, e para onde vai? Não pode ser. Só quem nunca apanhou pancada, nem mesmo em pequeno, é que não sabe que a gente não pode ao mesmo tempo apanhar e ser muito bem-criado, todo cheio de atenções com as pessoas presentes, e *faça o favor de passar, por quem e, desculpe*.

Nada! isto não pode ser assim. O urbano apanha, fica quente, e dá; tanto pior para quem está no caminho.

E é justamente porque o urbano não sabe com quem está falando, que vai dando pancadaria a torto e a direito.

O que fazem os curiosos, os que estão ali só para ver, é isto: apanham sem necessidade, e fazem com que apanhem também as pessoas que vão passando tranquilamente, porque tem necessidade de passar por ali, ou porque chegaram sem saber que se estava armando sarilho:

Se não fossem os curiosos, nada seria mais fácil do que a polícia dispersar os desordeiros: como estes são poucos, não cairia nem uma no chão, seriam todas aproveitadas: e no fim de alguns minutos quem quisesse ver desordeiros, não encontraria por ali nem mais um remédio.

Ora, a minha receita é muito simples. Vai um homem pela rua do Ouvidor, com tenção de ir tomar o bonde de Pedregulho ali no largo de S. Francisco. Vai olhando para as vidraças a ver se acha alguma coisa que valha a pena comprar para levar à esposa amada ou aos filhos queridos. De repente, vê que o largo de S. Francisco está preto de gente.

— O que é aquilo? Pergunta o homem a qualquer cidadão que lhe fique a jeito.

— Aquilo é chinfrim.

— Ah! é chinfrim? Pois então, espera aqui.

E dobra pela rua Uruguaiana, e segue até à rua do Hospício, ali chegando, espia para cima, se não vê a juntamente a esquina da rua dos Andradas, vai até lá esperar o bonde.

Corre o risco de não apanhar lugar de ponta em dias de bom tempo, ou lugar de canto em dias de chuva: mas, em compensação, tem a impreciable vantagem de chegar à casa inteiro.

Parece nada, mas, bem pensado, é uma coisa bem importante chegar um homem à casa com os ossos todos no seu lugar. Como isto é uma coisa que nos acontece todos os dias, a gente habitua-se, e por fim já não faz caso; só quem pode dizer se é bom ou mau, é quem já alguma vez foi para a casa de padiola.

Eu, por mim, confesso que prefiro ir de bonde.

E aqui está minha receita.

Para expô-la a venda, não peço licença a Junta de Higiene, nem privilégio ao governo. Agora, se me quiserem dar algum prêmio, eu não sou soberbo, e aceito.

Ande, Sr. D. Pedro II, *explique-se*. Olha esse hábito da Rosa que saia!

**Balas de estalo – Novembro de 1883**

**02/11/1883 – Flamirion Junior**

O observatório astronômico do *Jornal do Commercio* fez publicar ontem várias e preciosas informações acerca do aspecto do *céu astral em novembro*:

“Às 10 horas da noite de hoje, às 9 da noite de 15 e às 8 da noite de 30, serão estas as principais constelações visíveis no céu astral:

SU-SUESTE. — A 50 graus de altura brilha a esplêndida estrela *Achernar*, de primeira grandeza, limite meridional da constelação do Eridano ou rio Orion. Esta caprichosa constelação tira o nome do alinhamento de suas estrelas, que serpenteiam em curva sinuosíssima, desde a estrela Rigel, no quadrilátero de Orio, até aquele limite. Além de estrelas de brilho variável, conta esta constelação duas estrelas particularmente notáveis. Uma é dupla, sendo formado o magnífico par por uma estrela de cor amarela-topasina e outra de cor azul-marinho; acha-se este sistema binário entre as estrelas Aldebaran, da constelação do Touro, e Rigel, uma das que formam o quadrilátero de Orion. Outro notável sistema de Eridano é formado por uma estrela de 4ª grandeza, que arrasta consigo, em voo vertiginoso, dos mais rápidos de todo o céu, outra estrela de 9ª grandeza. A constelação de Eridano conta ainda um sistema binário, de admirável coloração, um interessante sistema ternário e uma nebulosa de forma redonda e de luminosidade relativamente intensa, pairando num campo escuro como a gênese de um universo.

SU-ESTE. — Por 25 graus acima do horizonte cintila *Canopus*, o sol colossal da constelação majestosa de Navio, segunda estrela de todo o céu na ordem decrescente do brilho e uma das mais notáveis na história da humanidade. Este admirável astro foi adorado pelos Egípcios; guiou os peregrinos árabes nas viagens de Gaza para o Sinai; serviu como farol aos navegadores da antiguidade. Do mesmo modo que outras grandes estrelas, como Rigel, como Procyon, como Archenar, como Aldebaran, como Alpha do Cruzeiro, como Antares, paira Canopus a distância incomensurável.

Nesta vasta província da constelação de Navio faz-se particularmente notável uma região maravilhosa que demora na Via-Láctea, não longe do Cruzeiro do Sul. Aqui destaca-se do fundo de fantástica nebulosidade uma aglomeração prodigiosa de sóis. Não é fácil achar na linguagem, dizia João Herschell, o meio de reproduzir a exata impressão da beleza e do esplendor do espetáculo que nos oferece no campo do telescópio esta inimaginável aglomeração de estrelas tão singularmente distribuídas: citasse eu as expressões, aliás mui legítimas, com que em meu diário descrevi esta maravilha, achá-las-iam de certo extravagantes.

É no meio desta nebulosa e desta prodigiosa condensação de estrelas que o observador depara hoje, reduzida a menos da 7ª grandeza, e invisível, portanto a olhos desarmados, a famosa estrela variável que em nossos dias, nos anos de 1843 a 1845, chegou a atingir luminosidade quase igual a incomparável de *Sirius*. Quantos dos nossos leitores terão visto brilhar este caprichoso sol com brilho superior a *Canopus*? — Pelo menos dúzia e meia. — Ainda em 1866 era possível vê-lo quase a mergulhar na invisibilidade. Agora é preciso busca-lo com telescópio.

LESTE. — Nesta direção vem surgindo *Sirius*, a rainha da luz, a mais luminosa das estrelas de ambos os sexos, e poucos graus acima do horizonte o gigante Orion avança majestoso, oferecendo, no seu enorme quadrilátero, um tesouro de riquezas celestes. Abaixo das três estrelas ali dispostas obliquamente e conhecidas pelo nome de *Três Magos*, palpita uma nebulosidade de pequeno formato aparente, visível a olhos desarmados. Esta maravilha ocupa apenas no céu o espaço equivalente ao disco aparente da Lua, mas ela pode ser apreciada em suas ramificações pelo sábio Secchi

até cinco graus de norte a sul, e, dado que apenas se ache à distância em que paira a estrela que, em segundo lugar, fica mais vizinha da Terra, o cálculo mostra que um trem expresso, caminhado à razão de 60 quilômetros por hora, não gastaria menos de *dez milhões de anos* para atravessar o trilhão de léguas que esse nevoeiro ocupa no espaço. Estes algarismos parecerão extravagantes; entretanto, somente o são por tentarem dar uma ideia de incomensurável.

Se essa estupenda formação cósmica em vez de pairar a pequena distância que figuramos, se agita realmente à distância de Sirius, de Vega, de Arcturus ou de Capella, aquele trilhão de léguas e aqueles dez milhões de anos teriam de ser muitas vezes multiplicados por si mesmos para dar ideia remota das proporções daquela pequena nebulosidade aparente.

NORDESTE. — A 30 graus de altura brilha na constelação de Touro a estrela *Aldebarão*, bem distinta pela sua coloração vermelha, e 5 graus acima mostram-se as *Pleiades*, com o magnífico aspecto de uma ilha de luz onde olhar dotado de rara acuidade pode distinguir até dez estrelas. Também ali na vizinhança de *Aldebarão* estão os Hyadas. Um simples binóculo de marinha aplicado a esta região, que Virgílio cantou, descobre ali numerosas estrelas, onde o olhar desarmado apenas depara pequeno número.

NOR-NORDESTE. — A 30 de graus de altura brilha a estrela *Agel*, da rica constelação de Perseo. Esta famosa estrela é muito digna de ser observada, mesmo por olhos desarmados, em razão de regularidade e presteza da variação de seu brilho. Não há mesmo outra que se preste a observação tão fácil e cômoda. No rápido período de 69 horas ela decai do brilho de segunda grandeza até o de quarta, não durando esta espécie de eclipse parcial senão seis minutos. É tamanha a diferença de brilho entre a segunda e a quarta grandeza, que qualquer pessoa poderá facilmente verificar a intensa variação sem auxílio de instrumento. Bastará ver *Algol* durante poucas noites consecutivas, para observar este curioso fenômeno, que alguns astrônomos têm explicado pelo giro de um enorme planeta à roda deste sol longínquo.

NORTE. — A constelação da Andromeda, muito notável, ainda mais que por suas estrelas variáveis e sistemas múltiplos, pela imensa nebulosa que primeira foi descoberta em todo o céu, e uma das poucas que podem ser achadas a olhos desarmados. Dado que esta nebulosa se acha apenas à distância das estrelas mais vizinhas da Terra, deve ocupar espaço duzentas a trezentas vezes mais vasto do que o espaço ocupado por todo o nosso sistema planetário.

NOR-NOROESTE. — O quadrilátero do Pegaso, onde várias estrelas variáveis, outras duplas e uma grande aglomeração de muitas centenas de sóis que mereceu D'Arrest a qualificação de *acervos magnificentissimus*.

OES-SUDOESTE. — A 70 graus de altura a estrela *Fomalhaut*, de primeira grandeza, da constelação do Peixe Austral. Nesta pequena província celeste o Sr. Benjamim Gould, do observatório de Córdoba, na República Argentina, descobriu há dois anos, um a estrela de sétima grandeza, cuja deslocação na abobada patenteia um dos movimentos mais rápidos que em todo o céu não são notados.

SUDOESTE. — A pequena constelação da Coroa Austral, formada por estrelas de quarta e quinta grandezas dispostas em forma de coroa. Acha-se nesta constelação um interessante sistema duplo, de movimento extremamente rápido.

No mesmo quadrante, poucos graus acima do horizonte, o Triângulo Amarel.

#### POSIÇÃO E VISIBILIDADE DOS PLANETAS. —

MERCÚRIO. — Nasce antes do sol, do qual se vai aproximando aparentemente.

VÊNUS. — Afasta-se do sol, tornando-se mais visível cada dia no ocidente logo após o ocaso.

MARTE. — Visível depois de meia-noite, a noroeste.

JÚPITER. — Visível desde 11 horas da noite, a noroeste, um grau ao norte de Marte.

SATURNO. — Visível durante toda a noite, três graus ao norte da estrela Aldebarão, da constelação de Touro. A 15 a Lua passará um grau ao sul de Saturno.

URANO. — Levanta-se pela volta das 2 horas da manhã e deita-se ao meio-dia.

NETUNO. — Pode ser observado por telescópio durante toda a noite. — De dia no escritório. ”

Está conforme.

#### 04/11/1883 – João Tesourinha

Queira perdoar o Sr. Prisco Paraizo, se desta vez o chamamos nominalmente ao terreno da discussão e das *Balas*.

Eu quisera bem esquivar-me a esta tarefa de dirigir-me ao mui nobre e baiano ministro da justiça; mas S. Ex. concordará comigo que (...) (...), e que se algum rabiscador (...) lembrar do nome de S. Ex., está nobre população pode muito bem pensar que o deus ministro da justiça já não existe há muito tempo.

Se eu fora V. Ex., eu dera mais sinais de vida, outros que não aqueles que só se revelam na coronelisação do país.

Subira V. Ex. ao poder, sem que ninguém soubera como.

Deputado fora V. Ex. sempre um daqueles que nunca abordara a tribuna, em nenhuma questão de princípios.

Na vasta falange dos augustos baianos, fora sempre V. Ex. um verdadeiro menino do coro para dizer *amém* ao Sr. Dantas, ao Sr. Saraiva, ao Sr. Moura, ao Sr. Carneiro da Rocha, ao Sr. Rodolpho, etc.

Não deixará nunca V. Ex. de ser um bom rapaz com ares sisudos, a ponto de sorver a sua pitada ostensivamente no intuito de provar o *adagio in rapé veritas*.

Um belo dia, apareceu na câmara um projeto regulando o processo a seguir nas penhoras a lavoura.

Levantara-se V. Ex. dentro da sua ampla sobrecasaca preta de mangas compridas, e gesticular um discurso, demonstrando que a lavoura do norte podia dever o que quisesse e a quem lhe parecesse, sem por isso estar sujeita à adjudicação dos bens hipotecados.

Causara este discurso uma grande agitação nas bancadas e nos banqueiros do norte.

Dera S. Ex. sem o pensar, o primeiro passo para o Poder.

Caíra o ministério Paranaguá, e subira o ministro Lafayette. Fora S. Ex. chamado ao seio desse gabinete, e de então para cá começara a sua carreira de ministro.

Houvera para se discutir a reforma judiciaria, e S. Ex., sempre sisudo e cauteloso, esperara sempre que o Sr. Candido de Oliveira defendesse o seu projeto, para depois repetir um extrato dos discursos do relator da comissão.

Encerrara-se o parlamento e começará para S. Ex. a vida de gabinete.

Com a amplidão das suas vistas de estadista, S. Ex. compreenderá logo que a primeira necessidade deste país e sobretudo no tocante à sua pasta, era a organização da guarda nacional.

Nas suas conferências com os colegas, não ocultara S. Ex. essa convicção.

Dizia o Sr. Lafayette:

— Precisamos equilibrar a receita com a despesa. O *déficit*...

Atalhava S. Ex. da Justiça:

— Para o *déficit*, meu colega, nada houvera como a guarda nacional...

Dizia o Sr. Penna:

— A colonização, as estradas de ferro precisam de desenvolvimento.

Interrompia-o maliciosamente o Sr. Prisco:

— A verdadeira colonização é o guarda nacional com sua mulher e seus filhos.

E para tudo era a guarda nacional o grande remédio.

Os colegas de S. Ex. começaram a ver que se tratava de mais alguma coisa do que da realização de um fecundo plano político. Convenceram-se em breve de que a guarda nacional para o Sr. Prisco era uma mania, e que o melhor que tinham a fazer era não o contrariar.

A vontade, S. Ex. começou a expelir majores, coronéis e tenentes-coronéis, a ponto de produzir uma verdadeira inundação.

Neste agosto (...), S. Ex. esquecera-se dos outros negócios da sua pasta, inclusivamente da polícia da corte do império, e a prova é que S. Ex., para ter mais tempo para fazer coronéis e majores, acaba de conseguir que o atual chefe de polícia da corte se corresponda diretamente com o Sr. presidente do conselho, de quem receberá as necessárias instruções.

Isto para o Sr. Prisco é um descaço, e para a guarda nacional um regalo.

Como, porém, já não há muita gente para nomear, o Sr. Prisco vai fechar a sua administração com chave de ouro: vai nomear-se a si mesmo para tenente quartel-mestre da guarda nacional do município de Rio das Éguas.

Tudo para fazer inveja ao Sr. Zama.

## 05/11/1883 – Decio

É o cúmulo da reportagem a seguinte notícia importante, ontem publicada pelo nosso vetusto e vizinho colega:

“PALÁCIO ISABEL. — Ficam interrompidas as recepções neste palácio, enquanto durar a ausência de Suas Altezas que partiram ontem para sua residência de verão em Petrópolis.”

Esta notícia-cumulo veio transtornar cálculos de há muitos feitos, e deitar por terra uns castelos escrupulosamente levantados por mim. Exatamente eu tinha intensão de frequentar o palácio Isabel durante os dois meses de novembro e dezembro, os meses de férias, aqueles em que me é permitido dar as gambias em casa dos amigos e mostrar a mesa do gamão toda a minha ciência infusa.

Pouco me preocupava a presença ou a ausência dos donos da casa. Francamente, o meu natural acanhamento e reconhecida modéstia sentiam-se docemente embalados com a perspectiva da ausência dos augustos príncipes, durante a qual aqueles meus atributos pessoais poder-se-iam exhibir nas suas reuniões sem inconveniente.

Eu estava a idear uma noite de prazer enorme, passada na brilhante habitação de Suas Altezas. Entre os seus comensais ouviria a última estrofe da finada *Musa do Povo* irromper dos lábios do autor, ainda envolvida nas fochas infantis. O Sr. Franklin Doria recitar-me-ia um trecho da *Evangelina*, sua e de Lougfellow, ou me abarrotaria com uma lição da retórica a mais profunda e a mais genuína — daquela S. Ex. emite sobre as cabeças dos alunos do imperial colégio, ávidos de carta de bacharel e de retórica oficial.

Os amadores e artistas que frequentam o belo paço da rua Guanabara, embalar-me-iam os ouvidos — retribuindo-me assim do trabalho de os *embalar* a eles nesta folha.

Divertir-nos-íamos à tripa forra, jogaríamos prendas, decifraríamos charadas, faríamos adivinhações, e, conforme o programa e a etiqueta na mais adiantada manifestação da arte de Therpsichore — dançaríamos o *cotillon* das circunstâncias, com todas as regras da pragmática.

Que belo! E que bom! E que prazer! E tudo isto em casa dos augustos príncipes — enquanto o Sr. conde d’Eu andava por fora a convalescer da sua enfermidade!

Entretanto — ó Deus do céu! — vem o nosso colega noticiarista e órgão do paço da Guanabara, e, com mão impiedosa, deita-nos a água fria da realidade na fervura do nosso delirante entusiasmo. E isso sem dó nem compaixão: dizendo simplesmente — *tout court, carrement* — que enquanto Suas Altezas estiverem em Petrópolis, ficarão interrompidas as suas recepções no palácio Izabel!

Fruto amargo da reportagem elevada a altura de um princípio; esponja de fei, oferecida pelo apuro da notícia aos lábios de um vassalo sequioso de festas principescas sem príncipes — eu vos abomino!

Há quatro dias, um viúvo agradecido verteu, nos apedidos dos nossos jornais, e sobre um médico de um dos arrabaldes, milhares de bênçãos e agradecimentos, pelo modo por que ele se portou na moléstia de sua esposa, moléstia de que esta veio a falecer.

Realmente, a coisa algumas vezes é assim mesmo. E se se trata de uma sogra, então não há duvidar: é assim mesmo sempre.

Mas vir um mortal agradecer cordialmente e com a maior efusão ao médico que procedeu de modo a deixar-lhe o direito de cobrir todo o chapéu com fumo de um palmo de altura, é o que se pode denominar o cúmulo da fraqueza e da sinceridade — mesmo em um viúvo!

Se se tratasse de sua sogra, é lícito esperar que este cavalheiro chegasse a mandar a música dos alemães tocar a porta do facultativo, acompanhando a entrega do retrato a óleo, próprio das manifestações de reconhecimento.

Salvo se, enganando-nos no modo de apreciar o caso, não temos diante de nós senão uma simples *reclame*. Em qual caso, não está longe o dia em que vejamos nos anúncios da nossa 4ª página:

O DR. X...

faz viúvos e outras operações

com rapidez e sem dor.

#### **06.11.1883 – Lulu Sênior**

O leitor prudente, que, logo depois de ler o pomposo título desta seção, corre a ver a assinatura, para ir tratar de outro ofício, caso o artigo seja do Décio (apanha, petiz!), quando ler hoje o meu nome lá no fim, dirá com os seus botões.

— Não foi o Lulu Sênior que abiscoitou a sorte grande.

Não me causa estranheza essa prova de atilamento do leitor: ele faz-me justiça de crer que, se eu tivesse hoje trezentos contos de réis, não faria balas de estalo nem mesmo para mim. Não quero com isto dizer que as compraria já feitas no tabuleiro de Zig-Zag, não: era caso para não fazer mais dito das ditas.

E no entanto, ó injustiça da sorte! eu tinha tomado as minhas precauções.

Por exemplo: um amigo meu, que me fez o favor de convidar alguns amigos dele para almoçar comigo, em minha casa, à minha custa, convidou-me depois do almoço para jogar uma partida de bilhar a bilhete inteiro.

Dei-lhe vinte e cinco em cinquenta, porque o sujeito é canhoto e torce quando joga. Pouco me importei de pagar o bilhete, porque imaginei que devia sair por força a sorte grande a um tipo como aquele, a ser verdade um ditado, de que me não lembro bem, mas que fala em peixe.

Pois o bilhete saiu branco e eu fiquei sem os meus ricos dez mil réis.

Agora, porém, descobri coisa melhor. Isto é eu, a rigor, não descobri, quem descobriu foi o referido meu amigo. Encontrei-o ontem, radiante, e disse-me:

— Sabes? Isto de querer a gente tirar a sorte grande, é excesso de ambição; e Deus, segundo me ensinou o meu mestre e amigo frei Caetano, castiga os ambiciosos.

(Coçou-se e continuou:)

Daqui em diante vou fazer coisa melhor: em vez de empregar dez mil réis com a esperança dos trezentos, emprego cem mil réis, mas com a certeza de ganhar duzentos.

— Ah! como assim?



— Tu sabes que todas as dezenas que acabam no mesmo algarismo que o final da sorte grande, ganham vinte mil réis de prêmio....

— Sei, e depois?

— Depois? aí está. Compro cem mil réis de bilhetes que acabem no mesmo algarismo que o do número da sorte grande, e ganho cem mil réis pela certa. Queres ser meu sócio?

— Não, mas dou homem por mim. Associa-te com o Affonso, que deve compreender melhor do que eu a tua ideia.

E lá se foi o homem a por em prática o seu sistema.

E não lhe faltam ocasiões: hoje anda uma roda em S. Paulo, no dia 24 outra; na Praia Grande uma todas as semanas.

O Sr. Lafayette vai contando pelos dedos e já calculou que com este joguinho paga todas as nossas dívidas e ainda fica dinheiro para emprestar à Inglaterra.

—

E sem mais, pulo para outro assunto, porque isto de assuntos cá em casa andam aos pontapés, e só o que nos falta é tempo para os enrolar todos em balas de estalo.

Este agora é uma série de informações que tenho obtido pelo telefone, do inquérito a que se está fazendo na polícia, em segredo da justiça, acerca do acontecimento do dia 25 do passado;

Têm sido inquiridos vários urbanos, e verificou-se que na ocasião todos tinham ido lá fora. Aquilo foi *andaço* que deu na polícia.

Inquiridas as autoridades que ficam acima dos urbanos, veio-se a saber que na ocasião do conflito, por uma destas fatalidades inexplicáveis, tinham todas ido lá dentro.

Inquiridos os moradores dos sobrados vizinhos, que estavam à janela na ocasião, verificou-se que no momento tinham todos ido lá embaixo.

Confrontados os artigos dos Srs. Belarmino e Avila, verificou-se que nem no céu as coisas andam tão direitinho.

Por fim de contas, chegou-se a uma conclusão, que pode parecer esquisita, mas que é a fiel expressão da verdade: os autores do assassinato da rua do Lavradio foram as duas bestas magras do carro que levava a vítima e seu defensor.

E aí está em que deu o inquérito.

### **07/11/1883 – Lélío**

Nascer rico é uma grande vantagem que nem todos sabem apreciar. Qual não será a de nascer rei? Essa é ainda mais preciosa, não só por ser mais rara, como porque não se pode lá chegar por esforço próprio, salvo alguns desses lances tão extraordinários, que a história toda se desloca. Sobe-se de carteiro a milionário; não se sobe de milionário a príncipe.

Entretanto, dado o caso de vocação (porque a natureza diverte-se às vezes em andar ao invés da sociedade), como há de um homem que sente ímpetos régios, combinar o sentimento pessoal com a paz pública? Aí está o caso em que nem o mais fino Escobar era capaz de resolver; aí está o que resolveram alguns cidadãos de Guaratinguetá.

Reuniram-se e organizaram uma irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que é irmandade só no nome; na realidade, é um reino; e tudo indica que é o reino dos céus. Os referidos cidadãos acharam o meio de cingir a coroa sem vir buscá-la a S. Cristóvão: elegem anualmente um rei, e a coroa passa de uma testa a outra, pacificamente, alegremente, como no jogo do papelão. Aqui vai o papelão. O que traz o papelão?

No presente ano (1883 — 1884), o Rei da irmandade é o Sr. Martins de Abreu, nome pouco sonoro, mas não é de sonoridade que vivem as boas instituições. A Rainha é a Sra. D. Clara Maria de Jesus. Há um Juiz do Ramalhete, que é o Sr. Francisco Ferreira, e uma juíza do mesmo Ramalhete que é a Sra. D. Zelina Rosa do Amor Divino. Não há a menor explicação do que seja este ramalhete.

É realmente um ramalhete ou é nome simbólico do principado ministerial?

Segue-se o Capitão do Mastro. Este cargo coube ao Sr. Antônio Gonçalves Bruno, e não tem funções definidas. Capitão do Mastro faz cismar. Que mastro, e por que capitão? Compreendo o Juiz da Vara, compreendo mesmo o Alferes da Bandeira. Este é provavelmente o que leva a bandeira, e, para supor que o capitão tem a seu cargo carregar um mastro, é preciso demonstrar primeiramente a necessidade do mastro. Já não digo a mesma coisa do Tenente da Coroa, cargo desempenhado pelo Sr. João Marcelino Gonçalves. Pode-se notar somente a singularidade de ser a coroa levada por um tenente; mas, dadas as proporções limitadas do novo reino, não há que recusar. Há também um sacristão, que é alferes, o Sr. alferes Bueno, e... Não, isto pede um parágrafo especial.

Há também um (digo?) há também um Meirinho. O Sr. Neves da Cruz é o encarregado dessas funções citatórias e compulsivas, e provavelmente não é cargo honorífico, se o fosse, teria outro nome. Não; ele cita, ele penhora, ele captura os irmãos do Rosário. Assim, pois, esta irmandade tem um tesoureiro para recolher o dinheiro, um procurador para ir cobrá-lo e um meirinho para compelir os remissos. *Un capo d'opera.*

Agora, como é que se tratam uns aos outros esses dignitários? Não sei; mas presumo, pelo pouco que conheço da natureza humana, que eles não ficam a meio caminho da ficção. O Rei pode ter Majestade, e assim também a Rainha. E quando receberem os cumprimentos, adivinho que os receberão com certa complacência fina, certo ar digno e grande. Hão de chover os títulos — Vossa Majestade, Vossa Perfumaria Vossa Mastreação... Em roda o povo de Guaratinguetá, e por cima a lua cochilando de fastio e sono

### **08/11/1883 – Zig-Zag**

Nunca senti tanto não ser sócio do Gabinete Português de Leitura, como na presente ocasião.

Tenho por essa instituição um punhado de simpatias valentes e enérgicas, a par de uma grande inveja pela sua opulenta e riquíssima biblioteca.

Dentre em pouco o seu edifício manuelino, e primeiro desta cidade, fará crescer despropositadamente o desejo de me abrigar aos rendilhados arquitetônicos daquela fachada de luz e de civilização, para folhear, na tranquilidade recolhida de um leitor consciencioso, os tesouros de sabedoria que eles conseguiram encerrar à custa de um trabalho incessante e de uma dedicação cheia de tenacidade.

Avivou-me este desejo a notícia dada pelos periódicos, de que a assembleia geral dos acionistas do Gabinete Português de Leitura resolvera ultimamente enviar ao seu presidente, o Exm. Sr. Eduardo de Lemos, uma mensagem significativa da grande saudade de que se acha possuída a associação, pela ausência prolongada do incansável presidente.

Confesso sem o menor reouço, que a leitura deste fato enterneceu-me até as lágrimas.

Compreendo perfeitamente o elevado sentimento da ilustre assembleia geral.

Compreendo ainda como numa reunião tão numerosa e tão disposta a todas as expansões dos corações bons e dos caracteres honestos seria desolador o aspecto triste da cadeira vazia do ilustre presidente.

— Era ali que ele se sentava.

E esta frase, repetida ternamente de boca e em voz sumida, foi percorrendo a assembleia e apertando-lhe vagarosamente na garganta o nó formado pelas grandes emoções, e que se desenvolve geralmente no soluçar nervoso dos grandes desabafos, ou nas mensagens escritas com a mais aprimorada caligrafia, na página lustrosa de uma folha de papel de Hollanda.

Nem por sonhos eu me atrevo a duvidar da sinceridade de tão unânime manifestação de saudade.

O que eu quero simplesmente, é não só associar-me a ela, como também registra-la como um grande melhoramento no gênero manifestações.

Nós tínhamos até aqui o retrato a óleo.

Tínhamos também o espetáculo em honra.

Tínhamos o banquete num hotel de nomeada e o *copo d'água*.

Agora, temos a manifestação da *saudade*.

Como delicadeza de sentimentos, não conheço nada mais requintado, nem que mais penetre no coração humano.

Para os que estão ausentes, não há júbilo maior do que saber que a sua ausência é sentida e lamentada.

Mas tudo tem uma compensação, e toda a carta merece uma resposta.

Ora, quem conhece o Sr. presidente, sabe perfeitamente que ele é um verdadeiro cavalheiro e de uma educação aprimorada.

Ele não pode deixar sem resposta a mensagem com que o honrou a sua assembleia geral. E como é mais do que natural que iguais sentimentos lhe fervam a alma, ali temes que, por qualquer desses paquetes próximos, o ilustre presidente vai agradecer a mensagem — significando a grande saudade de que se acha possuído pela ausência prolongada da assembleia geral.

E com esta resposta ficará satisfeita a mais exigente etiqueta, bem como a ternura excessivamente comovente dos meus amigos Ramalho Ortigão e cavalheiro Paz.

Dado, porém, que a mesma assembleia geral, com a sua sentimentalidade aguçada, ainda queira replicar a mensagem de agradecimento que o ilustre presidente, *cuja grande ausência, etc., etc.*, lhe vai forçosamente enviar, nós ousamos lembrar-lhe uma nova forma de manifestação, não menos elevada, nem menos significativa, e perfeitamente de acordo com a índole da instituição que representa.

Recorra a *Assembleia geral ao Camões*, de meu finado colega Almeida Garret, copie aquele canto que começa:

Saudade! gosto amargo de infelizes,

Delicioso pungir de acerbo espinho.

Que me está repassando o íntimo peito,

Com dor que os seios d'alma dilacera,

E fique certa que a sua mensagem ficará tendo, além de tudo, o doce perfume da verdadeira poesia.

#### **09.11.1883 – Lulu Sênior**

A *Justiça da história* é o ramo que põe a uma porta o Sr. C., que vende vinho noutra. O Sr. C. disse ontem, em entrelinhado, que a cena do dia 25 do passado, na rua do

Lavrado, não tem o mérito da originalidade<sup>6</sup>: que o último vice-rei da Irlanda foi assassinado, que o czar da Rússia foi assassinado, que Napoleão III foi apupado em Baden, que o rei Guilherme e seu ministro Bismarck foram apupados em Bruxelas, que Alexandre II foi apupado em Paris, e que ainda ultimamente o rei de Espanha passou por idêntico dissabor.

Este Sr. C. é tão cego que nem vê aquilo que ele mesmo sabe, nem lê aquilo que ele mesmo escreve, no que dá talvez provas de um certo bom gosto; porque se lesse, C. veria que o governo inglês fez quanto era humanamente possível para impedir o assassinato do último vice-rei da Irlanda: que o governo da Rússia fez verdadeiros milagres, e não recuou mesmo diante de um número respeitável de violências e injustiças para resguardar a pele do falecido czar, que ainda assim, apesar de se tratar da sua preciosa pessoa, foi fazer companhia, no outro mundo, aos seus respeitáveis antepassados.

Mas, C de minh'alma! do que a gente se queixa não é do assassinato, é justamente de que nada se tenha feito para o impedir, e a prova é que a coisa aconteceu ali, às barbas da polícia, que se tinham prudentemente posto de molho, por ver as do vizinho a arder.

Aí é que pega o carro, meu velho. Se o homem fosse assassinado ali na rua do Ouvidor, mesmo em pleno dia, ninguém acusaria a polícia nem o governo por não trazerem o homem metido em uma casamata inatacável; mas, o homem foi à polícia e disse que o queriam matar, a polícia viu que isso era verdade e deixou-o ir para onde estavam os que tinham essas intenções pouco amáveis, sem dar-lhe os meios de pôr-se a coberto de qualquer acidente.

Do que toda a gente se queixa, meu velho C. é das bestas magras, dessas bestas magras, que são um símbolo de uma polícia, que não só não tem forças para lutar, que não só não tem braços, mas até nem tem pernas!

E C. bem sabe que é isto que causa a estranheza. E vem para cá contar-nos que Napoleão III foi apupado em Baden! Mas toda a gente sabe que Baden deu essa prova pública do seu alto bom senso, e que apupando Napoleão III, não fez mais do que aquilo que hoje faz a história.

Onde há paridade entre esses casos? Os homens que assassinaram o vice-rei da Irlanda chamam-se Legião. Não era um braço armado, nem um cento ou um milhar deles, era uma raça inteira de espoliados que luta para ter o direito de respirar.

O assassinato da rua do Lavradio fazia o que as justiças desta terra nunca entenderam que merecia punição. Dir-se-ia que tudo aquilo que ele imprimia, e distribuía, e fazia apregoar eram gêneros de primeira necessidade, e que a sua indústria era protegida pela lei. Quando se sentiu ameaçado, recorreu à polícia, e esta só lhe pôde responder: Ó meu amigo, morrer a morrer, morra meu pai que é mais velho.

E o governo, o bom pedaço de governo que nós temos, estava ali a poucos passos, como se tudo se tivesse conspirado para dar solenidade ao caso, e nada fez, nada, meu velho C., o que se chama nada, coisa nenhuma!

Este C. bem sabe que é disto que toda a gente se queixa. Dias antes tinha sido atacada a tipografia, e ninguém se queixou, porque enfim ninguém podia razoavelmente exigir que a polícia e o governo levassem o seu amor pela pornografia ao ponto de pôr-

---

<sup>6</sup> Assassinato de Apulcro de Castro, redator-chefe do jornal carioca *O Corsário* (o acontecimento é mencionado por Euclides da Cunha em *Os sertões*).

lhe sentinela à porta: mas quando o homem foi se agarrar à polícia, já não era o criminoso, era o arrependido, e a polícia devia dar-lhe guarida.

Olha meu velho C. tu estás a gastar mal o teu dinheiro. É verdade que ele não é teu, não te custou a ganhá-lo, por isso o deitas assim fora. Estas coisas o melhor é não lhes mexer muito. E se tens de voltar à cuja, muda de rótulo. A *Justiça da história* não é o que tu dizes. Lendo-te, e lendo a tua epígrafe, tem toda a gente o direito de dizer: — Ora aí está como se escreve a história!

### 10/11/1883 – Zig-Zag

Com quem está o penacho de presidente da câmara municipal da mui nobre e leal cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro?

Está com o Sr. Dr. Silva Pinto, ou com o Sr. Dr. Henrique de Carvalho?

Esta dúvida é terrível.

O barracão do largo de S. Francisco não sabe se há de crescer ou se se há de arrasar de uma vez.

O Sr. Silva Pinto chegou lá e disse: — *Surge et ambula*.

O Sr. Henrique de Carvalho veio depois, e exclama todo inflamado e cheio de autoridade:

— *Não surge, nem ambula*.

Volta o Sr. Silva Pinto e repete:

— Torna a *surgere et ambulare*.

O barracão estreme e hesita, ou antes, hesita primeiro, e estreme depois.

Nessa conjuntura, o barracão pede para que por uma vez a nobre câmara tome uma resolução definitiva: — ou dê o penacho ao Dr. Alves, ou dê-o ao Dr. Pinto.

Um penacho e dois presidentes, é de mais e é de menos. O mesmo não se daria, se fossem dois penachos para um presidente. Dois ou mais.

—

Quase que me esporto de alegria, por não fazer parte dessa instituição sublime, guarda avançada de todos os progressos, baluarte de todos os direitos e de várias (...), denominada *Imprensa*.

Regozije-me moral e fisicamente, porque afinal é um pouco mais agradável embrulhar uma *bala de estado*, do que ser fulminado por um raio. E a imprensa da corte acaba de ser fulminada por um raio, despedido de Campinas, com um grande sangue frio, com todos os seus efeitos calculados, com a conta antecipada e exata de todos os destroços que devia fazer.

O *Diário de Campinas*, em um artigo de fundo, censura à imprensa da corte pela atitude que tomou relativamente ao caso do dia 25 do passado.

São algumas colunas de boa de denodada retórica, muito bem adjetivada, muito concludente.

Na opinião daquele ilustrado Órgão de Campinas, a imprensa da corte acovardou-se, teve medo; não falou, não disse nada sobre o caso.

Todas as folhas se esqueceram do seu passado glorioso; só se lembrou dele o referido *Diário de Campinas*.

A imprensa está encolhida e aterrada.

O *Diário* está estendido e *desaterrado*.

Uma grande energia em todo o artigo, no qual o escritor declara ter, a respeito da imprensa da corte, a mesma opinião de *Corsario*. Isto é lisonjeiro e agrada principalmente a quem, como eu, não é da imprensa senão acidentalmente.

E tão elevada, tão justa, tão enérgica é a linguagem do *Diário de Campinas*, que eu estou perfeitamente convencido de que o *medo e o terror* não são os principais defeitos desta imprensa da corte, que acaba de meter os pés no seu passado de glórias.

O principal, o maior de todos os defeitos desta imprensa é não contar em seu seio valente e denodado escritor do *Diário de Campinas*.

Se esta imprensa, mais previdente e menos interesseira, tivesse chamado para o seu seio aquele que com tanta razão hoje a fulmina com os espirros da sua pena, adestrada nas grandes lutas do jornalismo de Campinas, seguramente não teríamos a lamentar a fato do dia 25 de outubro. Oh! por certo que não!

Um artigo, uma simples notícia de punho firme do ilustre combatente teria posto um ponto final na questão.

A vítima, em vez de ir à polícia, teria procurado o escritor, e este, envolvendo-a em meia dúzia de *chapas*, tê-la-ia tornado invulnerável aos punhais dos assassinos.

Ao sopro do seu verbo, escrito com a tinta incandescente da sua eloquência, as bestas magras do carro de praça teriam engordado, como por encanto, e facilitando a fuga ao perseguido.

O próprio Sr. Belarmino, lendo um artigo preventivo, teria sentido penetrar na algebeira da sua toga de magistrado uma centelha de coragem de Campinas.

Finalmente, se, operados todos estes milagres, não se tivesse podido evitar o crime, o ilustre jornalista, em nome da justiça e da humanidade, viria ao dia seguinte dar o rei dos criminosos. Apontá-los-ia a dedo, declararia os seus nomes, apelidos, estado e profissão.

Veja a justiça, veja a Humanidade, quando perdeu, só pelo fato do *Diário de Campinas* não se publicar na corte.

Aquilo que a imprensa não sabe, aquilo que ela não viu, aquilo que ela não pode provar a primeira contestação, tudo, muito mais seria visto, ouvido, dito e provado pelo órgão de Campinas.

O motivo da ojeriza desse órgão contra os outros não pode ser mais justo, nem mais razoável.

Ele quer simplesmente, que a imprensa da corte declare o nome do sujeito que capitaneia matas de (...) s. sem temer a lei, e (...) da civilização.

Ele quer só isto. E esta imprensa acovardada, cheia de terror, tem debaixo da língua o nome daquele *sujeito* e não o diz ao país e não o comunica ao *Diário de Campinas!*

Isto é inacreditável, e só se explica pelo medo de que se (...) possuía toda a imprensa. Nem o *Diário* imagina mesmo até que ponto vai esse medo. Está tudo de cócoras a tremer, e até me consta que para sair de uma posição tão incomoda e de um estado tão aflitivo, a imprensa da corte tenciona propor o seguinte negócio a Campinas:

Mandar-lhe para lá o *Diário do Brasil*, em troca do seu *Diário*.

Com este cá, as coisas irão de outra maneira.

### **11.11.1883 – Lulu Sênior**

Há um bom par de anos, era eu estudante e fui fazer quarto a uma senhora que tinha sido operada de catarata. O operador – bom tipo, mas um tanto *poseur* – recomendou-me, a mim, e às outras pessoas que faziam quarto, que quando se tivesse de dar alguma coisa à doente, que estava no quarto escuro, deitada de costas, e com proibição de mexer-se, se lhe dissesse antes: – *Não se assuste, Sra. D. Fulana, aí vai remédio*. Mesmo quando ela pedir água, digam-lhe “Não se assuste, Sra. D. Fulana, aí vai água”. Eu objetava que uma vez que a doente pedisse água, não tinha razão nenhuma para assustar-se porque a gente lhe dava; mas o homem era intransigente, e todos nós habituamo-nos por tal modo àquela frase, que quando entrava em casa o João (este João era então estudante, e hoje é professor de moléstias inconfessáveis), gritava-se na escada: “Não se assuste, Sra. D. Fulana, aí vai o João”.

Ora, eu lembrei-me deste caso, porque tenho de dedicar estas *Balas* de hoje ao governo, e compreendo, depois da declaração do Sr. Belarmino, a necessidade de prevenir o Sr. Lafayette e seus companheiros de ministério, que se não assustem com o título deste artigo.

As *Balas de estalo* são uma coisa tão inocente, que senhoras e crianças brincam com elas. Não é, pois, necessário, que para ler isto o ministério se mude para o alto do Corcovado, nem que requisite um esquadrão de cavalaria para guardar-lhe as costas.

Não senhores; isto é pacato e inofensivo; e se as respectivas lavadeiras dos homens que nos governam, pensam que vão apanhar hoje outro fartão de roupa suja como a do dia 26, estão enganadas.

A minha intenção é justamente dissuadir as pessoas que andavam ontem pela rua do Ouvidor dizendo que o ministério, no dia 25 de outubro, tinha passado da secretaria do império para a de estrangeiros, porque estava com medo.

Ora, pelo amor de Deus! medo de que? Aquilo foi uma medida de prudência, e já que chegamos ao período das revelações, eu também vou dizer o que sei, porque não sou baú de ninguém.

A ideia de ir para a secretaria de estrangeiros não acudiu logo; veio associada a outras ideias. Quando o Sr. Lafayette soube que as coisas estavam feitas, quis naturalizar-se inglês, e recolher-se à legação do seu novo país. Os seus colegas, em nome da solidariedade ministerial, e a bem do prestígio do partido, estavam resolvidos a acompanhá-lo: mas verificou-se que às 5 horas da tarde já deveria estar fechada a

chancelaria, e só então se pensou em ir para a secretaria de estrangeiros, que era assim uma maneira de ficar protegido por todas as nações amigas.

A ideia do governo, tomando esta resolução, era simplesmente evitar um conflito, fosse com quem fosse. A polícia ordenou o governo que evitasse conflito com o exército, porque só esse conflito podia a polícia recear: mas com o governo o caso era mais sério; ele tinha de evitar conflito com a polícia, com o exército, com o Zé Povinho, porque o governo não deve entrar jamais em conflito.

— O que me importaria a mim, dizia o Sr. Prisco, que me atacara o exército, que me ferira um urbano e que me estaqueara um capoeira? A morte fora sempre a consequência, e a morte quisera eu evitar.

E resolveram então ir para a Glória, aquela Glória que fica ali antes de chegar ao Catete, única com que modestamente se contentam os timoneiros da nau do estado.

Esses senhores que andam pela rua do Ouvidor, são muito bons, muito valentes; mas, de fora, até eu!

Lá dentro é que eu os queria ver. O Sr. presidente do conselho estava muito quieto em sua casa, quando o foram chamar para andar de cupê com duas ordenanças atrás; não lhe meteram no contrato que ele tinha de entrar em conflito no dia 25 de outubro, e ele então não está para essas maçadas: quem as armou, que as desarme.

Muito fez S. Ex. pedindo só 20 praças para o guardarem e aos seus colegas; ainda deixou no quartel mais de meia dúzia delas para guardarem o *resto* da cidade, e as outras instituições que felizmente nos regem. E foi graças à sua generosidade e abnegação que meia hora depois do assassinato chegaram quatro praças à rua do Lavradio, e depois da remoção do cadáver outras duas!

Eu, porém, não sou injusto, e em paga de tanto favor que o ministério me tem feito, vou dar-lhe um conselho: façam com que S. M. o Imperador despache sempre de dia. Os despachos que terminam alta noite, tem seus inconvenientes; e eu sei de uma senhora, que conheceu o Sr. D. Pedro II de fraldinhas, que me afiançou que todo aquele bairro de S. Cristóvão, onde há tanto cemitério, anda à noite infestado de almas do outro mundo.

Portanto, pelo seguro, para evitar conflitos, é melhor não passar por lá à noite, ou então levar consigo um frade barbadinho.

## **12/11/1883 – Zig-zag**

Leio no jornal de terça-feira, 6 do corrente:

“VISITA IMPERIAL. — Sua Majestade o Imperador, acompanhado de seu camarista Miranda Rego e capitão do mar e guerra Barbedo, visitou ontem, na sua galeota de vapor, os navios da 1ª divisão de evoluções sob o comando do chefe de divisão João Mendes Salgado.

Sua Majestade visitou a corveta *Guanabara*, sendo recebido com as salvas do estilo por este navio chefe, depois dirigiu-se para bordo do cruzador *Primeiro de Março* e passou à corveta *Trajano*, regressando ao arsenal depois do meio-dia.



Ao desembarcar, sendo recebido pelo inspetor do arsenal Sua Majestade disse-lhe: — Gostei muito da *Guanabara*. ”

—

Intriga-me um pouco o final desta notícia. Conheço bem o meu *Jornal*, a minha leitura recreativa de há uns bons pares de anos; dos tempos em que ele era incapaz de criar a instituição das *Bisbilhotices* e ainda não tinha sonhado com o sucesso da *Musa do Povo*.

Sei quanto se esmera, qual o cuidado que põe no dizer; o cálculo que preside a emissão dos seus pensamentos; as quantidades iguais — anã, como nas farmácias — de reticências e critério, que faz entrar na confecção das suas trabalhadas gazetilhas.

É tal a finura de conceitos do provector órgão, que já chega a ser proverbial. Se ele escreve uma frase, de duas linhas, quantas intenções se lhe adivinha no reduzido verbo! Se sobre assunto palpitante de interesse, reporta-se a simples notícia, quanta malignidade encoberta! Se chega mesmo a não tratar de uma questão, ali não há de duvidar: quanta sutileza oculta! quanta sagacidade escondida! que tesouro de ironias disfarçadas!

— Fino, fino como lã de cágado!

—

Ora, é este mesmo meu *Jornal* que qual Tarquinio, tem o maior cuidado de aparar as papoulas do seu estilo desde que este entra a querer esgalhar; é este mesmo *Jornal* que, referindo a seus leitores a visita de Sua Majestade aos navios da divisão de evoluções, não se esquece de pôr a claro e com todas as letras a frase textual que dos lábios Imperines caiu, quando os imperiais pés calçavam a pedra do cais da Marinha: “Gostei muito da *Guanabara*!”

“Aqui há coisa”, afirme-o eu; e certo que a minha amada leitura responderia, se se desse a esse luxo: “ e efetivamente coisa há”, como de outra feita já respondeu a um colega.

E havendo coisa, qual será essa coisa que eu afirmo haver?

Perco-me em conjecturas.

Os lábios constitucionais dizendo: “Gostei muito da *Guanabara*” terão querido dizer que se gostaram da *Guanabara*, e que da prova da corveta *Trajano* e do cruzador *Primeiro de Março* saíram em estado de se socorrerem do imperial lenço? Ou os dois lábios imperiais tiveram em intenção, proferindo aquela sibilina frase, apagar com um osculo munificente e generoso a lembrança daquele dia em que, chamada a *Guanabara* para ir à procura do *Solimões*, recalcitrou e recusou a comissão, pelo simples motivo de não ter pano nem mastreação?

Se “gostei da *Guanabara*” quer dizer “não gostei do *Trajano*” parece-me haver na opinião do imperante uma parcialidade ofensiva, de que se deve queixar amargamente esta última correta. Se “gostei da *Guanabara*”, quer dizer “já se pode gostar da *Guanabara*”, parece-me que é opinião tardiamente emitida, porque antes de partir para o exercício de evoluções já este navio apresentava-se em estado de qualquer, mesmo o augusto chefe e almirante, afirmar que ela causava-lhe gosto.

Então o que há? O que determinou a formação desse juízo partido *ao alto*, e juízo que vem talvez plantar a cizânia e o despeito entre os nossos navios de guerra? Porque é que Sua Majestade, referindo-se a *Guanabara*, não trepidou em dizer no seu imperial falsete:

*Quem gosta dela sou eu,*

sem que pelo menos houvesse antes afirmado no seu mesmo falsete imperial:

*Quem gosta de mim é ela?*

—

Não quero fazer praça dos meus conhecimentos (...), mesmo porque, se o fizesse, deslumbraria os meus leitores — ou aos leitores que eu cuido ter. Apenas direi que num pequeno dicionário que aqui tenho a mão, vejo na letra G o seguinte:

*“Gostar. — Provar, sentir; achar bom sabor; receber gosto e prazer; engrajar com...”*

Ora, eu tenho por assentado que Sua Majestade sabe tanto da significação dos verbos como das organizações ministeriais; e, portanto, que, saltando em terra, em vez de dizer:

— Chegamos;

Ou então:

— Vamo-nos;

Ou ainda:

— Estou fatigado;

Ou simplesmente:

— Passem muito bem;

Foi muito de indústria que se lembrou de dizer:

*Gostei da Guanabara!*

E se assim é, Sua Majestade deve saber que na sua exclamação deixou expressas as seguintes afirmações: que tendo provado a *Guanabara*, encontrou-a deliciosa e achou-lhe bom sabor; que abraçando-a sentiu-a excelente, e tendo engrajado com ela recebeu gosto e prazer dulcíssimo!

Talvez seja isso: Sua Majestade, de há muito apaixonado pela *Guanabara* — engrajando com ela, como diz o dicionário — só agora pode manifesta-lo e em tão propício momento, que foi encontra-lo de bom sabor e capaz de proporcionar o gosto e o prazer que dela esperava o imperial afeto.

Pois se efetivamente assim é, reconheço que ao cruzador *Primeiro de Março* não cabe o despeito que a frase imperial possa ter causado aos navios da divisão devoluções naquele dia visitados: o cruzador é *ele* e a *Guanabara* é *ela*, e por enquanto não nos consta que o lenço do sultão do nosso país deixe de cair no colo das odaliscas para ir ter as costas dos eunucos.

—

De um, de outro, ou de diferente modo, eu não entrego a minha alma ao Criador, sem primeiro saber a verdade do caso. O meu velho amigo *Jornal*, tão cheio de intenções sutis e ocultas, ainda há de um dia amercear-se do meu estado de aflição, e contribuir ao mesmo tempo para que na história do segundo reinado fiquem bem patentes as razões que levaram o imperador do Brasil a dizer um dia, no memorável dia 5 de novembro de 1883, no cais da Marinha, ao Sr. inspetor do arsenal, e com voz de falsete:

— Gostei muito da *Guanabara*!

### **13/11/1883 – Zig-Zag**

Que desastrado!

Aquilo é que se pode dizer não entender do seu officio.

Pois o homem não vem cá para fora, não gasta a sua tinta, o seu papel, o seu dinheiro e o seu tempo a explicar tudo que lá se passou dentro?

Em que país está este homem? Onde é que se viu um funcionário acusado pela opinião pública, ver defender-se perante essa opinião?

Nós estamos na China ou na Patagônia?

Há nessa defesa, não só erro de officio, como manifestação cabal do mais completo desconhecimento do meio em que se vive.

Não se rompe assim com a tradição, e a tradição é tudo num país constitucional e monárquico.

Para que se veio defender o ex-chefe de polícia da corte das acusações que lhe faziam acerca do *incidente* do dia 25 de outubro?

Pois a idade e a experiência, têm sido tão descuidadas, que ainda não ensinaram a esse velho funcionário que a palavra é de prata, mas que o silêncio é de ouro?

Para que falou?

Para que veio provar que toda a responsabilidade daquele *incidentesinho* da rua do Lavradio, cabe ao governo, que em tudo se mete e tudo resolve?

Ali tem o Sr. Belarmino os resultados.

Um deles é estar servindo de assunto aos *apedidos*, que custam algumas dezenas de mil réis aos contribuintes.

O Sr. C. já não quer outra vida, senão escrever a favor do governo e contra o ex-chefe de polícia.

Não sabe o público talvez quem seja o Sr. C.?

É um dos mais profundos publicistas. A sua pena está sempre aparada para a defesa de todos os atos justos e honestos. Simplesmente este Sr. C., dos *apedidos*, tem uma mania, devida talvez a sua excessiva modéstia. Sempre que escreve e sempre que assina o que escreve, suprime uma vogal do seu nome, aliás tão popular e tão conhecido.

Nem a importância dos assuntos de que trata, nem as exigências de amigos dedicados, têm conseguido que ele publique o seu nome por extenso.

E, entretanto, a assinatura integral do seu nome monossilábico daria aos seus escritos o valor e o prestígio que sempre derivam dos grandes nomes.

E depois esse Sr. C. tem uma maneira originalíssima de encontrar as questões.

Ele fala, *por exemplo, nos tristes acontecimentos que se deram no dia 25 do passado.*

Isto é que é fazer retórica.

O ministério e principalmente o Sr. Lafayette, vê as coisas por um prisma muito mais verdadeiro. Talvez não acreditem, mas a verdade é essa.

Mataram, em frente a repartição da polícia, um homem que fora pedir garantias para a sua vida.

Este fato, para o ministério, não tem a menor gravidade — é um simples *incidente!*

Nós não sabemos se a frase é do Sr. Prisco ou do Sr. Lafayette.

Se é do Sr. Prisco, S. Ex. pode ter a certeza que ainda não inventou coronel algum da guarda nacional, que tenha mais valor do que a tal frase.

Pelo dedo se conhece o gigante.

Na vida deste ministério, tão repleta de fatos importantes, o crime do dia 25 é apenas *incidente!*

Tem graça e não ofende.

Mas o Sr. C. dos *entrelinhados* dá-me deveras que pensar.

Aquele sujeito ainda não veio a imprensa senão para *restabelecer os fatos.*

É incalculável o número de *restabelecimentos* que tem feito o Sr. C.

Só o *incidente* da rua do Lavradio tem-lhe dado para amis de trinta.

O ex-chefe de polícia diz umas coisas ao público, coisas que aliás já todos sabiam.

No dia seguinte o ministério, por portas travessas, pede ao público *que suspenda o seu juízo acerca das declarações do seu ex-delegado de confiança*, e depois confirma-as quase todas.

No dia imediato vem o Sr. C. que sabe toda a verdade a respeito de todos os fatos?

Onde está este Argos?

Onde estava ele quando se deu o *incidente*?

Estava na polícia?

Estava na secretaria do império?

Estava na rua do Lavradio, entre os facínoras?

Responde, C., onde estavas tu?

Um homenzinho com esse feito, um homenzinho que se denuncia por um simples C., e que tudo sabe e que tudo vê e que está sempre disposto a gastar o seu dinheiro e a sua prosa em *restabelecer a verdade dos fatos*, um homenzinho assim não é um homem, não é tesouro, uma preciosidade, é um patrimônio.

O governo imperial, pois, esse governo de vistas tão largas, se quer assinalar a sua administração por um ato que o recomende a posteridade, só tem uma coisa a fazer:

Comprar o C., convertei-o em próprio nacional.

#### **14.11.1883 – Lulu Sênior**

Ai, os invejosos! os invejosos são os meus pecados!

Sabem os meus numerosos leitores (a tiragem da *Gazeta* é de vinte e quatro mil exemplares *para riba*) que há mais de três quinze dias faço os meus rapapés ao Sr. D. Pedro de Alcântara, a ver se lhe apanho pelo menos o hábito da Rosa, dessa popular Carnaúba que é o meu sonho dourado, e cortejo igualmente o Sr. Conde d'Eu, a ver se sou convidado para um dos bailes do palacete Guanabara.

Até hoje tenho, perdido o tempo e o feitio, e já deitei água a ferver mais de uma dúzia de vezes no chá que tinha preparado para receber os numerosos amigos que me deveriam levar de bonde a venera da Rosa, cravejada de brilhantes, de modo que estou vendo que talvez tenha de comprar outro.

Igual sorte me espera quanto às luvas *gris-perle*, com que pretendia embonecar-me todo, para ir ver dançar o Sr. Lafayette, e que estão a ganhar umas nódoas, que não há remédio senão mandá-las para o homem do Faro, ou para o seu rival cá da terra, cujo nome não escrevo aqui para lhe não fazer reclames grátis.

Mas, ainda assim, alentava-me a esperança de que, mais dia menos dia, essas duas felicidades viriam cair-me em casa, redobrando eu de esforços para agradar aos meus homens, deitando elogio às astronomias do Sr. D. Pedro, e dizendo que a água de Lourdes é muito mais virtuosa que a cevada do prolóquio popular.

Agora, porém, acabo de ter a prova de que não era aí que pegava o carro. O telescópio do Sr. D. Pedro não lobrigava manchas em mim que me tornassem, indigno da ordem da Rosa, e o Sr. conde d'Eu já uma vez me perguntou muito amavelmente se eu estava melhor da minha tosse; o que tem feito a dificuldade é o terrível competidor que me fazia guerra na sombra, e ultimamente tem deitado as manguinhas de fora.

Eu já andava meio desconfiado, desde que vi publicada a lista das pessoas que vão cumprimentar o Sr. conde d'Ele e nela, todas as semanas que Deus dá, o nome do Sr. Octaviano Hudson, que anda agora de chapéu branco: mas ontem tive a confirmação das minhas suspeitas, lendo um artigo todo puxado à sustância, logo no primeiro lugar da *Gazetilha*: artigo em que se acende uma vela a Deus – para fazer a corte ao Sr.

conde d'Eu, que há de vir a ser imperador –, e outra ao diabo, – para não esquecer o Sr. D. Pedro, que por ora ainda está com o penacho.

É o caso que o meu invejoso colega, vendo que a carnaúba já estava a derreter-se toda para me pingar na casa do paletó, adianta-se, e quer que nas escolas haja um Deus e um rei. O colega não compreende escola sem a ideia de Deus. Quer para ali um Deus de qualquer feito, ou em cruz ou em olho; quer um Deus para uso especial dos devotos do *Apóstolo*, ou pelo menos um Deus condescendente, que sirva tanto para a gente que engole hóstias, como para os que não comem toucinho.

Com esta profissão de fé compreende-se que estou roubado, e que o Sr. conde d'Eu há de preferir convidar para os seus bailes um homem que usa bentinho ao pescoço, e que dá graças a Deus todos os dias quando acaba de comer os seus feijões.

Por outro lado, o Sr. D. Pedro não pode deixar de sentir as suas cócegas de satisfação, vendo que o grande órgão acha imprescindível na escola o retrato de Sua Majestade. Eu não desdenho do retrato do homem alto e barbado que está no cocuruto das instituições que felizmente nos regem, e sempre que posso, trago alguns exemplares dele no bolso das calças, à minha mão direita. Tenho, é certo, praticado a irreverência de o trocar por melões e por charutos da Havana, mas, em compensação, dou para os obter, todas as prendas com que a natureza pródiga me dotou.

Mas como não quero que o órgão de que o Sr. Hudson é um dos canudos, abafe o clamor das minhas pretensões, apresento uma ideia, que concilia os escrúpulos do *Jornal* com as minhas irreverências, e simbolizo-a em um só objeto, que contenta a todos os paladares.

Se se trata de ter sempre presente aos olhos dos meninos das escolas alguma coisa que lhes lembre Deus e Cesar Gonzaga, creio que se pode chegar a esse resultado pregando na parede principal de cada escola uma nota de cinco tostões.

Sem contar que para muita gente o dinheiro é um Deus, há nas notas uma cruz que encima a coroa imperial: quanto ao retrato do augusto chefe do estado, sem desfazer no mérito dos grandes artistas que por diversos meios o tem reproduzido, os da *American Bank Note Company* são ainda os que mais júbilo despertam no coração patriótico do Zé Povinho.

### **15/11/1883 – Confucio**

Lulú Senior deu-me ontem um conselho, que dizia ser de amigo. Conselho, e de amigo, tratando-se de Lulú Senior, bem se vê que é coisa que eu devo agradecer com toda a efusão — não aceitando.

Perfídia e deslealdade eram os sentimentos que lhe ditavam o oferecimento de tal conselho: ele quer a fina força indispor-me com os meus muitos leitores, e todos os meios são bons desde que a isso conduzam

O que Lulú Senior queria, era que eu dissesse àqueles meus muitos apreciadores, que não lhes faltava mais nada senão quererem balas, eles que estariam hoje a lê-las muito a sua vontade, feitas por mim ontem debaixo de um calor de 90 graus Fahrenheit.

Não vê! *Iche!* Como se dizem S. Paulo.

Nessa não caio eu, em dar como novidade aos leitores da *Gazeta* a vindo do calor, quando esses mesmos leitores já viram tal anúncio feito pelo termômetro da rua do Ouvidor, o Sr. Octaviano Hudson do Povo.

Há mais de três dias este senhor Termômetro passeia ostentadamente o seu costume de brim, costume com que ele copia o seu ilustre chefe, de quem o herdou, e com que pretende atravessar — como de costume — para a sua lavadeira da ilha da Sapucaia.

Ora, uma vez que a fatiota de brilho do Sr. Mudsá, já fez a sua entrada triunfal pela rua do Ouvidor, e desta acompanhada de um chapéu azul todo cheio de circunstâncias: e uma vez que coincide com isto o aparecimento de umas febres de mal caráter, originadas da decomposição de matérias orgânicas; só mesmo por uma aberração do espírito poderia eu aceitar pérfido conselho de Lulú Senior e vir falar em calor aos meus milhares de leitores.

Se é assunto — que o guarde para si.

—

Vi ontem a excelente direção dada pelo governo a momentosa questão da municipalidade.

Jamais o Sr. Francisco Antunes de Pelotas elevou-se tanto no conceito dos seus concidadãos, como nesta ocasião tão crítica e tão difícil. A ideia que S. Ex. teve é das que podem chamar — tirados do cérebro com dois palitos: o da prudência e o da circunspeção.

Como se sabe, a câmara municipal, pelos seus atos e desacatos oferecia o aspecto de uma corporação onde não há lei, nem rei, nem Roque; parecia uma casa de orates, (...) e endiabrada. De um dia para outro surgem presidentes, isto é, cabeças diretrizes, como os cogumelos dos lugares úmidos: nada menos de quatro de uma assentada.

Apareceu o Sr. Miranda, que andava a ares há meses, depois veio o Sr. Carvalho: mais tarde o Sr. Pinto, e ao cabo de todo o barulho o Sr. Santa Cruz, que também fez lavrar portarias — leia-se portarias — ordenado que não se dessem cumprimento na câmara as determinações do Sr. presidente nº. 1.

À vista disso, o Sr. presidente nº. 2 apelou para o governo, embora contra o voto do Sr. presidente nº. 4 desse sua valiosa opinião.

O governo, representado pelo Sr. Maciel de Pelotas, diante de uma situação tão difícil e tão cheia de presidentes, não fez desta vez o que ocorreu-lhe fazer em outra situação não menos difícil, quanto meteu-se a galope, caminho da Lapa dos Mercadores e dos ministros, mudando-se num abrir e fechar de olhos, do largo do Rocio para o largo da Glória. O que ele fez, foi um rasgo de gênio e de tino administrativo: foi e parte do mais admirável talento, o fruto do mais extraordinário critério.

Os negócios da câmara municipal andam tortos há muito tempo. Aquilo chegou a tal ponto, que já muita gente de bom senso acredita ser mau olhado que lhe deitaram.

Os protestos da imprensa nada têm conseguido, as consultas ao conselho de Estado nem produziram efeitos semelhantes aos da homeopatia, pois que, se os produzissem, teriam ao menos lavado tanta roupa suja; os inquéritos abertos sobre os

desatinos e barulhos durante as sessões da mesma ilustríssima ficaram abertos para toda a vida.

Restava um recurso, mandar os (...) vereadores aos barbadinhos do Castello, que afirma-se possuírem remédios de uma eficácia poderosíssima. Entretanto alguns dos Srs. edis, como os Srs. Silva Pinto e Miranda, recusaram-se a ir ao Castello, por não crerem mais nas virtudes do pio medicamento; outros como os Srs. Rabello e Emilio da Fonseca, também se negaram à romaria, por um receio justificado, à vista do seu natural acanhamento devido à pouca idade.

Assim, pois, o Sr. Maciel decidiu-se a conflar a decisão deste momentoso assunto: — a quem pertence o penacho da municipalidade? — ao único poder constituído deste império, aquele que em mais de uma emergência crítica tem salvo o país de tremendas crises: a Divina Providência.

Foi a esta, vulgarmente conhecida entre nós pelo nome de Zé Bento, que o Sr. Maciel houve por bem enviar os papéis relativos a questão, confiando da sua sapiência a solução do difícil problema.

Neste momento o Sr. José Bento, iluminado pela Divina Providência, estuda a questão e decide-a. Que ela o não desampare! Que os intuitos do Sr. Maciel sejam satisfeitos, e que de Olho a que anteontem se referia o nosso piedoso colega do *Jornal*, desse Olho simbólico e de conhecimento de nós todos, venha o raio de luz que deve esclarecer a questão.

Tudo devemos esperar de Olho da Providência e do Divino Sr. José Bento.

### **16/11/1883 – Zig-Zag**

Estava preparado para tudo, menos para fabricar, à última hora, esta bala, para a qual me faltam todos os ingredientes.

É o caso que meu estimável companheiro e ilustre Lelio me havia prometido substituir hoje, com grande vantagem para o leitor e com extraordinário (...) para mim.

Mas Lelio não apareceu, nem fez aparecer a sua bala.

O caso para mim é duplamente contristador, em primeiro lugar porque me vejo forçado a estender a minha prosa crivada de dores reumáticas, e em segundo lugar porque tenho a lamentar a quebra da palavra de um companheiro que eu até este momento considerava como incapaz de me entalar de um modo tão desastrado.

Dado este pequeno (...) ao *ilustre auditório*, continuemos.

—

Vi ontem que o Sr. conselheiro Tito de Mattos foi nomeado desembargador da Relação da corte.

Não me surpreendeu a notícia e não me surpreendeu, porque já a esperava.

O que me surpreendeu, porém, foi a manifestação que os empregados da polícia fizeram a S. Ex. por causa da sua nomeação.



Também não é isto.

O que me surpreendeu não foi verdadeiramente a manifestação. Desde que um chefe é nomeado qualquer coisa, o dever dos subordinados que se prezam é *manifestarem-se*.

Não há nada amis natural.

Mas o que me causou reparo foi uma simples frase do Sr. secretario da polícia, no congratular-se por atacado com o seu illustre chefe pela nomeação de que acaba de ser vítima.

Não me parece que seja caso para parabéns o que acaba de acontecer com o Sr. Tito.

S. Ex. era juiz de órfãos da corte. Como categoria é melhor ser desembargador, mas como proveito, cremos que S. Ex. preferiria continuar a tutelar os órfãos e os menores, que há anos entregou a vários fazendeiros.

É verdade que honra e proveito não cabem num sacco.

Mas a frase a que me refiro, e que tanto me tem dado que pensar, é a seguinte:

O Sr. secretário da polícia aplaudiu o ato do governo imperial, nomeando o Sr. Tito.

O direito de aplaudir ou de patear é um direito que se compra com o bilhete que dá ingresso no espetáculo. Ora, o referido secretário tem inquestionavelmente o direito de aplaudir ou de patear o governo.

Mas um simples reparo: se o governo imperial, em vez de nomear o Sr. Tito, tivesse nomeado o Sr. Belarmino, o mesmo secretário não aplaudiria o ato com o mesmo fervor?

É de crer que sim. Por isso muito lisonjeado deve estar o Sr. Prisco com os aplausos do Sr. Lima.

Pelo menos ainda os não teve, nem tão espontâneos, nem tão significativos.

—

Estou com todas as condecorações dadas por serviços à (...) atravessadas na garganta.

Por mais que faça não as posso engolir.

Não é que eu esteja despeitado. Juro que não esperava a menor graça por serviços prestados a Exposição Pedagógica. Não esperava por uma simples razão: porque nunca contei que o governo agraciasse com algum penduricalho aqueles que não viram a Exposição. Porque, a respeito delas, o único serviço que prestei foi não a visitar. Mas vejo nas condecorações últimas injustiças tremendas.

Vejo agraciados o Sr. Julio Ferry e o burgomestre de Berlim, com graus elevados de ordens consideradas, ao passo que vejo apenas com o grau de cavalheiro o Sr. Lima Franco.

Ora, o que se sabe das relações dos dois primeiros figurões é que eles ignoravam que no Rio de Janeiro houvesse uma exposição pedagógica. Quanto ao terceiro agraciado, o caso é outro.

Foi o Sr. Lima Franco quem fez tudo na Exposição. S. S com o zelo tradicional dos bons democratas, multiplicou-se e dividiu-se no seu cargo. Ouviu os discursos do Sr. visconde Correia e falou repedidas vezes ao ouvido do Sr. conde d'Eu. Delineou tudo, presidiu a espanação de todos os aparelhos, fez o catálogo, e ainda por cima de tudo visitou a Exposição todos os dias.

Ora, na realidade isto merecia mais alguma coisa do que o burgomestre.

Por que, afinal o que fez o burgomestre?

A mesma coisa que eu, que não sou nem mestre, nem burgo — não foi à Exposição.

E é por isso que o condecoram?

Tem graça.

#### **17.11.1883 – Lulu Sênior**

Eu bem sei que o Sr. Lafayette não me vê com bons olhos, e que faz tanto caso dos meus conselhos como da primeira camisa que vestiu no dia 25 de outubro.

Mas ainda assim, como o ofício dele impõe-lhe, entre outros deveres, este de não gostar de mim, e o meu obriga-me a querer-lhe bem, apesar de todos os pesares, aí vai mais um conselhozinho pelo preço dos outros.

— Sr. Lafayette, mande o seu C. ver se eu estou na Praia Grande, e que não volte enquanto me não encontrar. Este Sr. C. compromete-o, Sr. Lafayette.

Veja só: o homem a princípio dizia que o ministério tinha a confiança da coroa; agora, como se desconfiasse que a referida confiança se esteja derretendo com o calor, limita-se a dizer que, na ausência do parlamento, o gabinete tem a confiança do outro grande elemento constitucional, elemento a que C. já se não animou a por o verdadeiro rótulo.

Em seguida, querendo dizer bem do ministério, vê-se que C. mete a mão na consciência e procura o que tem feito este governo, que o recomende à gratidão do país. E não acha coisa alguma! nem as suas conferências do dia 25, nem as nomeações para a guarda nacional, nem a energia com que têm sido reprimidos os escândalos da câmara municipal: nada disto.

C. apenas encontra para recomendar o ministério o seguinte: que este tem convicção de haver *ideias a realizar, reformas a empreender, medidas a tomar e direitos a defender*.

Vem cá, C. de minha alma. Tu não és ministro, nem eu, nem o Sr. Hudson; mas a nós todos três sabemos que há ideias a realizar, reformas a empreender, medidas a tomar e direitos a defender. E tano que já para isso o Hudson inventou a *Musa do Povo*, e eu ando aqui a fazer *Balas de estalo*. Somente, nós fazemos isto pela glória, e pelo que nos pagam os respectivos patrões, com o dinheiro dos seus bolsos deles: mas tu, C., tu escreves por conta daquele estafermo de pedra que há ali na rua do Sacramento, e não tens o direito de nos vires dizer bem, à nossa custa, de uns sujeitos que estão há

seis meses no poder, e que até agora apenas sabem o que nós já sabíamos no colégio, isto é, que está tudo por fazer.

Olha que nem o órgão mais genuíno do partido conservador, nem o órgão mais genuíno do partido liberal, que defende o governo, mas diz dele o que Mafoma nunca disse do toucinho, são capazes de dizer tanto mal do teu ministério, como tu dizes, nessa triste confissão da sua esterilidade.

E não contente com isso, ainda atiras uma pedrada ao Sr. Lafayette, que é tão bom... para ti.

Tu escreveste no teu artigo de ontem que em política deve-se conquistar uma por uma as posições.

Pois isto é coisa que escreva um homem encarregado de dizer bem, em público do Sr. Lafayette?

Oh! amigo urso! tu não vês que dás cabo do pobre do homem, que nunca conquistou coisa alguma! O Sr. Lafayette era liberal; quis conquistar uma cadeira na câmara dos deputados, e não o conseguiu. Caindo o partido, S. Ex. assinou o manifesto republicano, mas não tratou de propaganda, nem deste, nem daquele modo; foi sempre um republicano inofensivo, teórico, um republicano da força do Sr. D. Pedro de Alcântara.

Um belo dia, estava S. Ex. em casa e foi chamado para ser ministro; depois de ministro, nomeou-se deputado e nomeou-se senador: mais tarde, entra-lhe pela porta a dentro o conselho de estado, e depois a presidência do conselho de ministros. O que fez S. Ex. para tudo isto? Tu o disseste ontem: S. Ex. esteve em casa vendo que há ideias a realizar, reformas a empreender, medidas a tomar e direitos a defender.

Pois de um homem assim, pode-se dizer que conquistou todas as posições, ou são as posições que o tem conquistado a ele?

Não, C., no que tu fazes, há um dinheiro mal empregado; e de duas uma: ou tu não sabe o que fazes, e nesse caso vai pedir o dinheiro ao mestre, ou estás fazendo oposição ao governo, à custa dele, e então vai entregar o dinheiro ao tesouro.

## **18/11/1883 – Publicola**

Quando se falou no Congresso da Palração e na corretiva Exposição Petalógica muita gente de má língua saiu a campo só para desfazer nas duas instituições filhas do Sr. conde d'Eu e do pai da ideia mãe, o Sr. Leoncio de Carvalho.

Disse-me por essa época que o governo ia gastar dinheiro em pura perda: que a retórica nacional já tinha um bom ninho na Cadea Velha, e por isso era lhe dispensável novo aconchego na Guarda, também Velha.

Disse-me mais, que aquilo tudo era para inglês ver, e que dali o mais que podia resultar, era um volume de discursos, e mais vinte de pareceres impressos.

Lembrou-se que o Sr. conde d'Eu para presidente das gêmeas instituições era um achado, visto Sua Alteza poder *ouvir* tudo quanto se dissesse sem demonstrar parcialidade, como convém a um presidente destas coisas; e até chegou-se a caluniar

intensões alheias, dizendo-se que o filhote dessas duas instituições, uma tal Associação Protetora da Infância, não era mais do que um meio de meter os santos padres no ensino da mocidade. E outras coisas deste jaez.

O Congresso de Palração, como se sabe, morreu no nascedouro.

Sobreviveu, entretanto, a Exposição Petalógica; e mesmo contra esta a má língua desencadeou as suas iras, dizendo dela o que Mafoma se esqueceu de dizer de toucinho, e o que o governo se esqueceu de mandar dizer pelo seu C. (C só) ao peregrino ex-chefe de polícia da corte.

Também da Exposição Petalógica fez-se troça, muito embora víssemos todos os dias a tipografia nacional encher-se de meninos de colégio, ávidos de exposição, e muito embora ouvíssemos os belíssimos hinos entoados com afinação possível para o caso, no dia do encerramento da supradita exposição. Contestou-se, principalmente, qualquer efeito prático dessa grandiosa ideia filha, e teve-se por decidido que aquilo daria tanto resultado como dará um celebre inquérito que está sendo feito em segredo, para que, com o calor que faz atualmente, não transpire demais. Ora, estes dizeres malévolos acabam de ter o justo desmentido: os efeitos da Exposição Petalógica já começaram a aparecer, e dentro de pouco estarão salvas a instrução pública e a pátria.

Esses primeiros efeitos são as condecorações: as dignitárias, as comendas, os officialatos e os hábitos da Rosa, dessa Rosa tão cobiçada, cujo hábito não há quem desdenhe contrair — nem eu.

Com esta nova fornada de comendadores, todos cheios de rosas sem espinhos, o ensino vai modificar-se para melhor; vai completar-se ficando assim patente a boa intensão dos que tiveram a ideia.

—

Se falo hoje neste assunto, não é tanto por apresentar meus parabéns aos promotores da exposição. Isto seria tardio, e os cumprimentos retardados nem sempre são bem aceitos.

Apenas venho lembrar a quem distribui as comendas, que uma tal ou qual precipitação andou na designação dos vários graus da Rosa, e que nem sempre a justiça foi ouvida, como também nem sempre foram guardadas as conveniências.

Refiro-me ao que da Rosa concedido ao nosso cônsul em Nova York, o Sr. Salvador de Mendonça. A pétala da inefável Rosa destinada ao nosso cônsul foi — a comenda.

Porque? Outros foram viscondes; outros barões; outros grã-cruzes; outros dignitários. E porque comendador o Sr. Salvador?

Comendador Salvador, ache pouco eufônico e pouco honroso para um cônsul, que, sobre ser distintíssimo, oferece uma certa cor local no seu consulado, desde que é cônsul republicano de um império numa república.

Demais, o Sr. Salvador já uma vez foi o salvador da situação e da monarquia, passando a ser o imperador do Brasil no dia em que Sua Majestade chegou a Nova York e recusou o carro que o esperava e no qual seguiu o cônsul, aclamado pela multidão que aguardava e r. D. Pedro de Alcantara.

Ora, um homem que já foi imperador uma hora, que é republicano, e dum país em que o republicano Lafayette é presidente do conselho, não merece pelo menos a dignitária, já não direi a grã-cruz, da inesgotável Rosa!

Estão todos a dizer-me que sim; e eu, salvando este ponto relativo ao Sr. Salvador, que espero ver melhor aquinhoado, dirijo as minhas saudações aos diretores e organizadores da bem-fadada e bem-sucedida exposição, pelos efeitos que começa a produzir: os róseos comendadores.

### **19/11/1883 – Confucio**

A união e a concórdia, entre os membros da respeitável Junta de Higiene, deixa a perder de vista a paz e a cordialidade que reinam entre os encarregados desta espirituosa seção de Balas de estado.

Como se sabe, quando estes são excelentes, são pelo menos como Lulú Senior que descompõe a valer os seus companheiros; e quando dão para ser apenas bons, são com Zig-Zag, que acaba de cair doente expressamente para despejar a carga sobre mim, — sobre mim que não tenho a menor culpa de não se dirigir ele ao único médico possível para as suas mazelas — o especialista Dr. Gabizo.

Pois bem; ali pela Junta a amizade prende-se em laços de idêntica natureza entre os membros da distinta corporação e o respectivo presidente tem-se estreitado de tal modo as relações de cordialidade e simpatia, que nos (...) admiração, não tanto pelo elevado grau que afetam, senão por se manifestarem tão precocemente e já tão ardentemente.

Se entre o presidente aludido e um dos seus companheiros de trabalho prosseguem com tanta veemência as manifestações de sentimentalidade, não será para admirar que dentro em breve aquilo degenere em paixão, e que os dois apaixonados façam o que ninguém poderia esperar, mesmo de dois membros da Junta: — que se casem.

—

Convém lembrar que o acordo perfeito, a unidade de vistas entre os dois membros, o Sr. Dr. Freire e o Dr. João Paulo, veio a lume por efeito do micróbio, desse micróbio singular, que tantas discussões tem gerado, quantas vítimas tem feito entre nós.

O Sr. Freire disse nos seus anúncios que a Junta tendo verificado a inocuidade da vacinação microbiana, (...) em grande escala: O Sr. Dr. João Paulo, que é colega e íntimo do Dr. Freire, veio mostrar-se de acordo com este, afirmando somente que nem ele João Paulo estava habilitado para julgar da inocência de tal vacinação nem — e aqui é que pega o carro — acreditava muito em tais experiências, *sendo mesmo ele o médico brasileiro que menos acreditava nelas!*

Viram? Eis ali o tipo mais perfeito da unidade de vistas! A representação a mais completa daquela figura de retórica denominada — o acordo de ideias!

Não param, porém, aqui as manifestações de cordialidade entre ambos. Após a declaração do Sr. Dr. João Paulo membro da Junta, e numa publicada carta de amor mimoseia o seu colega com algumas frases de uma doçura sem igual, de uma amabilidade sem par.

Ele chama a opinião do outro, que pouco crê nas suas experiências, de tiradas sem significação que não esperava da sua aparência de sisudez — da *sua aparência*, endenta-se bem.

Ora, eis aqui a união a mais admirável que ainda tem visto até hoje a capital do império e do micróbio.

São os companheiros de trabalhos, os membros de uma junta recentemente reorganizada, que assim caminham *bras dessus bras dessous*, diante de uma população embasbacada e surpreendida por tão divertido espetáculo!

Um não crê absolutamente no outro e a respeito de sua afirmação declara ser pouco verdadeira — o que equivale dizer que o outro anda longe de Epaminondas algumas léguas. O outro, por contraposição, diz que só tem dois baluartes — o estrangeiro e os seus discípulos — para protegerem-no contra os ataques injustos... de seu colega em medicina e companheiro de higiene.

—

Ora muito bem. Depois desta *moxinifada* toda, não é natural perguntar ao micróbio, que entre ambos se acha, neutro e imparcial, o que é que sucedeu:

— Se o Dr. Freire foi quem deixou a presidência da desconjuntada instituição, ou se foi o Dr. João Paulo quem resignou o cargo de membro da mesma Junta desconjuntada?

Se não é justo pergunta-lo ao micróbio, em tal caso só me resta um alvitre nesta crítica situação:

Assinar-me.

### **20.11.1883 – Lulu Senior**

Ruim bisca, o tal Sr. Confúncio. Pilha as orelhas fora do alcance da mão de Zig-Zag, e diz mal do pobre enfermo. E calunia-o, insinuando que para o curar só o Dr. Gabizo.

Ora, toda a gente de boa fé, e que tem a fortuna de conhecer Zig-Zag, sabe que este meu preclaro amigo está doente por ter andado por aí a exercer a caridade. Não precisam de amparo só os velhos cegos que têm um cachorro sujo, e os aleijados que não acham emprego de bandeira em companhia de bondes. O espírito eminentemente filantrópico do meu ilustre amigo – que ainda o há de elevar às alturas da comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa – descobriu uma classe digna de inspirar os mais compassivos sentimentos aos corações bem formados.

Refiro-me a umas pobres moças, que não têm pai nem mãe, mas que não foram educadas na retorta do trabalho, e que precisam de alguma alma caridosa lhes dê de vez em quando um pedacinho de pão com muita manteiga.

Se toda a gente não sabe disto, é que o meu amigo não é destes charlatães impávidos, que se gabam de ter metido em África lanças de que não dispõe. Não, ele não se gaba dos atos de caridade que pratica, e faz o bem pelo bem que lhe sabe.

Por isso anda assim meio malacafento, e está só à espera que terminem os exames na Escola Politécnica, para ficar doente de todo e ir para Friburgo com a turma de alunos do último ano de engenharia civil.

De lá, manda de vez em quando a sua sentença, e quem quiser que se agunte por cá com o calor. Esta é já a segunda pilhéria que nos faz neste gênero; porém, previno-o de que para o ano, quem fica doente no verão sou eu, se Deus quiser e me der saúde.

Não vê que não é mais nada senão um sujeito comer tudo quanto há neste mundo, fora de horas, passar uma vida de Polichinello, não chegar para as encomendas, e depois aparecer assim com cara de quem viu frade de manhã em jejum, e dizer que lhe dói isto, e que lhe dói aquilo, e que não pode fazer balas, e se se decide a sentar-se é só para lamentar o estado de abatimento a que chegou o teatro nacional, ou outras jeremiadas de igual jaez!

E depois, quando o levar o diabo, há de querer que a gente diga bem dele num artigo todo puxado à sustância com o nome no alto, entre duas tarjas pretas, e bom cidadão, e bom guarda nacional; e há de querer missa com *Libera-me*, e que se pronuncie à beira da sepultura algumas palavras repassadas de sentimento, e que se tome luto por oito dias em sinal de profundo pesar, e o diabo que o carregue!

Mas eu é que não estou para isso! salvo se fizermos contrato bilateral perante o tabelião.

Ele que imagine que eu dei a alma ao Criador, que se recolha à sua mágoa, e redija o artigo necrológico com que há de honrar a minha memória, lembrar os serviços que prestei à pátria, e especialmente à Loja Ordem e Progresso do Vale do Lavradio, recomendar-me à admiração e reconhecimento da posteridade, pedir que o dia em que Deus for servido levar-me desta para melhor vida seja declarado de luto nacional, e que os navios deitem bandeira a meio pau.

Eu, pela minha parte, direi dele o que, segundo o estilo, se diz de todo o sujeito de quem a gente fica livre de uma vez; faço para aí um artigo todo cheio de nove horas, metemos os dois manuscritos em envelopes selados e lacrados, e assim que um espiche a canela, o outro atira o respectivo elogio aos quatro ventos da publicidade.

Com um contrato assim, feito lealmente, como convém a dois indivíduos que se conhecem e que não têm confiança nenhuma um no outro, ainda eu me resigno a ser o primeiro a deitar a lágrima da saudade sobre a terra em que descansarem os seus ossos cheios de azogue.

Somente lembraria a Zig-Zag a conveniência de liquidar este estado de coisas. A *Gazeta* não é Asilo de Inválidos; quem quer comer o rico dinheirinho de Araujo & Mendes há de suá-lo para ali; portanto, o fique bom de uma vez, e venha trabalhar como eu e o Confúcio, que não somos seus pretos, ou então acabe com isso. Também, que diabo! tanto médico que tem consultado, e ainda não houve um que lhe acertasse com a droga que o há de mandar aumentar a gloriosa galeria de seus antepassados! Já é caiporismo! Só se ele não toma os remédios, e por isso dura tanto. Olhe, nós temos cá em casa gente capaz de fazer obra asseada nesse gênero: o Araújo, por ser modesto, não se gaba disso, mas eu sei que ele deixou a clínica, podendo dizer como o Cid:

*Et le combat finit, faute de combattants.*

Consulte-o, pois, o eterno doente, e deixe o lugar vazio, que não falta quem o queira. Olhe, para não ir mais longe, aí está o nosso colega Affonso, que ainda ontem me disse que estava com muita fé na moléstia do Zig-Zag.

E, no fim de contas, eu já vou achando razão ao Confúcio, que sempre foi muito bom rapaz; uma moléstia assim, só de propósito.

Hoje ainda não era o meu dia de fazer balas, e, no entanto, tive de explicar-me, porque se me não explicar, o Julio Braga, que é ministro da fazenda cá de casa, também

se não explica, e a minha dedicação aos colegas vai de ordinário até a caixa... exclusivamente.

Sem motivo para mais, sou, etc., como se isto fosse carta,  
Lulu Sênior

## 21/11/1883 – Confucio

Eu não sei que hei de pensar do telegrama de Nova York que o nosso colega do *Jornal* viu anteontem em mão de pessoa residente nesta corte e que ontem inseriu no primeiro lugar da sua gazetilha.

O telegrama aludido diz, nem mais nem menos, que “o presidente da república de S. Salvador foi gravemente ferido por diversos membros do ministério, que investiram contra ele e lhe desfecharam vários tiros de revólver. ”

Este caso é extremamente curioso! Um ministério em peso a investir contra o seu organizador, e a tiro! Um presidente ferido pelos seus ministros! Oh! isto é inconcebível, e se não fora a palavra honrada do nosso colega, que jura ter bispado o supradito telegrama em mão de pessoa residente nesta corte, eu teria começado por deitar de molho a notícia, e terminaria por não acreditar em coisa nenhuma — nem mesmo na existência da república de S. Salvador.

Efetivamente é estranho e singular este modo de proceder de um ministério — mesmo de uma república — que confunde tão deploravelmente as suas funções, a ponto de deixar de despachar os requerimentos dos seus governados, para despachar desta para melhor o seu governador.

O fato, sobretudo enche-me de sérias apreensões, por vir tão desacompanhado de pormenores e num simples telegrama, visto em mão de uma pessoa, que por sinal é residente nesta corte.

O que teria feito o presidente atacado para merecer tão expressiva manifestação de desagrado dos seus colaboradores na governação? Em geral não é aos ministros, mas ao povo, que os governadores tornam-se antipáticos, e quando nas altas regiões o descontentamento chega a fazer praça, não se patenteia tão claramente, apenas assume o carácter de uma conspiração surda ou realmente chega a irromper, e em forma de uma bola inocente, encarnada numa frase, como, por exemplo: *Nasce de cima a corrupção dos povos!* ou *O poder é o poder!*

Quem sabe? Talvez o malsinado e bem ferido presidente de S. Salvador pretendesse simplesmente chamar ao poder o partido contrário ao dos seus ministros; talvez tenha apenas negado sua assinatura ao despacho de algum major da guarda nacional de um Cabrobó qualquer da república, e só por isso o indisciplinado ministério tenha entendido que ele presidente fazia melhor negócio deixando por uma vez S. Salvador — e o mundo.

Se assim é, forçoso é convir que não foi muito correto o procedimento dos ministros *salvadores*, e que os CO. e mais Swifts da república devem neste momento preparar o melhor da sua retórica, para demonstrarem ao povo do seu país, que o seu governador era um homem execrando, e que os seus ministros é que eram uns homens capazes, muito dignos e muito respeitáveis.



—

Falei acima em apreensões, e não querendo que ninguém interprete mal o meu pensamento, desde já declaro em público e raso que não é de minha intensão afirmar que os maus exemplos acham sempre imitadores, e que há quem neste momento deva pôr as suas barbas de molho.

Não. Eu não tenho por ofício infundir temores a ninguém; e Alguém, no meu entender, pode neste momento descansar tranquilamente, coçar como de costume o queixo, e deixar as suas barbas enxutas, como sempre, ou apenas levemente umedecidas por perfumada brilhantina, como às vezes.

Ao deitar-se todas as noites, pode, depois do seu exame de consciência e de relembrar quando leu de astronomia, persignar-se e dizer como Tito: — Não perdi o meu dia.

Os seus ministros são uns bons homens, pacatos e morigerados, incapazes de se demorarem meia hora próximos de um lugar onde se tenham dado tiros de revólveres, tratando-se de barulhos, sabe-se que eles não trepidam um momento em disparar... os animais dos carros.

Se um *empregara* o seu tempo todo em fazer coronéis, outro apenas se entretém em sonhar acordado, rememorando as tiradas republicanas da mocidade: este despacha um adido de legação por ano, aquele alfandega votos para reeleições; um não diz porque o acharam com tendências para guerreiro, outro ri dos colegas, e o último estuda e combina planos de loterias.

Nenhuma conspiração soturna, nenhum plano de revolta, nem sombra de traição oculta, paz e dedicação é só o que há... Se receio pudesse existir de má vontade, de propósito criado de eliminação de alguém, certamente que não será Alguém quem o deve sentir neste momento...

Não; decididamente ministério como aquele, de revólveres e tiros, só em S. Salvador; cá, nas abençoadas terras, os ministros são de outra massa e têm outros costumes.

O fato do telegrama visto em mão de pessoa residente nesta corte não tem, pois, a menor importância, e como presságio não vale um caracol: ficam por (...), em S. Sebastião, e que não há em S. Salvador: a candura do ministro Junior e a Inocência do ministro Prisco.

## **22/11/1883 – Decio**

Vai se tornando chapa a oferta de uma chapa àqueles cidadãos que por seus serviços e por seus merecimentos lograram cair em graça a determinados grupos da nossa sociedade. Ainda há pouco era um condutor de bonde que recebia a sua manifestação sob a forma de uma bonita chapa de prata, acompanhada de um passeio de S. A. Imperial no seu bonde, muito expressamente para a sereníssima princesa assistir à estreia da chapa no alto do casaco do manifestado condutor.

Depois, foi uma bela chapa de ouro oferecida ao amabilíssimo conselheiro Correa, aquele mesmo impertérito conferenciador sobre cuja cabeça há muitos dias

está iminente em uma espada de Damocles, tendo na ponta uma coroa de visconde, que já foi anunciada, mas não vinda à luz agora.

Há três dias, coube a vez a um distinto carteiro do nosso correio, a quem os moradores do seu distrito, o 57º, acabam de mimosear com uma chapa, também de prata como a do condutor, em atenção ao modo digno por que esse carteiro tem sabido entregar as cartas às pessoas a quem são destinadas.

Não nutro nenhum sentimento contra essas manifestações, nem mesmo as invejo, tanto mais quanto estou informado de que brevemente os meus muitíssimos leitores vão — ou vem — causar-me uma agradável surpresa, entregando-me a chapa a que tenho direito, pelo muito amor que a elas consagro.

Menos ainda é o meu interesse de desvirtuar as intenções dos manifestantes, e muito menos depreciar o merecimento dos manifestados. O que eu quero somente, é observar que há um propósito firme de inutilizar por uma vez os antigos veículos de manifestações, e que realmente pelo novo processo já temos muita chapa, e, se isto assim continua, dentro em breve torna-se muito *chapa*.

O retrato a óleo está a perder terreno de um modo assustador, e a tal ponto que Lulú Senior já chega a deitar tristeza quando em sua sala depara com o retrato a óleo de um ator, não me ocorre qual, e retrato que os italianos lhe impingiram num dia de manifestação, fazendo-o crer que aquilo era sua efígie em funções — a oferecer a *Gazeta de Notícias* a 40 réis.

O Álbum, com as assinaturas dos ofertantes, todas lançadas em caligrafia puxada à (...), isso já passa por ser do tempo dos Afonsinhos; e do mesmo modo o simples artigo pelos jornais, com o receio de ofender a reconhecida modéstia, diz-se coevo do antigo Aljube, ou do aparecimento de Lelio nos bastidores dos teatros, que é coisa muito mais — mas muito mais remota.

Vê-se, pois, que a intenção dos Srs. manifestantes é livrarem-se desses antiquados e já muito cedidos meios de se manifestarem, mas também vê-se que eles pouco adiantaram, porque até agora só encontraram um recurso singularíssimo, para se livrarem da *chapa* —: é caírem nelas.

—

Na última das chapas oferecidas a cidadãos manifestados — a do carteiro — houve um apêndice de manifestação que toda a imprensa registrou com interesse, e que eu reproduzo com o maior prazer: Foi a circunstância importantíssima de ter o Sr. diretor dos correios permitido ao carteiro fazer uso da chapa oferecida, e — ainda mais, muito mais! — prender ele próprio o delicado símbolo ao peito do manifestado.

Eu não assisti ao edificante espetáculo, e, como o Sr. Thomaz Ribeiro quando disse que nunca viu Lisboa, — tenho pena.

Far-me-ia um bem indizível à alma ser testemunha de uma cena tão tocante como essa, ver o Sr. Betim, muito comovido, sair de dentro dos seus colarinhos, e, grave, correto, compenetrado da situação, dar em primeiro lugar a licença ao carteiro, e depois tomar com as mãos trêmulas a chapa, e em seguida com as mãos ainda mais trêmulas pendura-la ao peito.

Seria para mim um acontecimento de duradoura memória, um fato que para todo o sempre ficaria gravado no meu espírito em traços indeléveis, e que eu referiria por

minuto aos meus muitos filhos para ensinamento deles e maior glória de todos os carteiros havidos e por haver.

É que eu compreendo o elevado alcance daquela manifestação e sua chapa adjacente. Eu sei bem avaliar qual a extensão deste ato do 57º distrito dos correios e correlativo procedimento do Sr. diretor, também dos correios, e bem compreender a alta significação do acontecimento e a influência que deverá exercer sobre o futuro das relações postais sul americanas.

É isto:

O carteiro do 57º distrito não é um simples carteiro: é um herói. Ele há muito tempo que executa uma proeza admirável: encarregado da entrega da correspondência do 37º distrito, não a vai entregar no 38º nem mesmo ao 36º — entrega-a efetivamente ao primeiro daqueles três distritos.

Às vezes o seu desprendimento de (...) chega a este ponto: devendo levar jornais aos moradores das ruas que lhe são designadas não os empresta, — os jornais — nem mesmo serve-se deles para embrulhar as pequenas compras para a família; — não os vende a peso, sequer! Não senhor: o que ele faz é assombroso: toma os jornais e entrega-os aos seus possuidores!

É fato notório no distrito, que o amor à glória e o desejo de sacrificar-se pelo correio tem levado este carteiro ao seguinte ato de abnegação: sendo encarregado de cartas com valor declarado, jamais se lembrou de aplicar este valor na aquisição de um inteiro da loteria do Ypiranga, ou de servir-se dele para tomar uma assinatura da *Gazeta de Notícias*. Igualmente não raro tem entre mãos epistolas de transcendente importância — políticas, amorosas, conciliatórias, provocantes, misteriosas, comprometedoras, de todo o gênero enfim — e jamais nunca cuidou de abri-las e violar um segredo que fora talvez para ele uma mina de inesgotáveis tesouros!

Nada disso. O ínclito carteiro desde que tem consigo uma carta qualquer, acode-lhe uma lembrança originalíssima: ir entrega-la ao seu próprio destinatário!

Não a rasga, não a põe fora, não a entrega ao vizinho da direita nem ao da esquerda, se na sua direção lê-se o nº 101, ele não é capaz de ir entrega-la ao nº 503: a sua primeira ideia é extraordinária, inconcebível, admirável, nunca vista — vai leva-la efetivamente ao nº 101.

Conta mesmo que o aludido e manifestado carteiro vai até o último sacrifício para bem servir ao 57º distrito: quando ele não tem cartas para os moradores seus fregueses, ávidos de correspondência, presta-se a escrevê-las ele próprio, e muitas vezes em verso, como pelo Natal e Ano Bom, dando-lhes as boas festas em adiantamento de outras que deles receberá!

—

Vê-se que este funcionário tipo, bem mereceu a manifestação da chapa — refiro-me à chapa de prata — e o apêndice da manifestação Betim, constante de uma ação muito nobre, desdobrada em duas outras ações tão nobres como aquela de que provieram, e a saber:

1º permitir o uso da chapa;

2º levar sua correspondência até prende-la ele mesmo ao peito do chapeado, e não cometer este serviço ao chefe de qualquer das seções ou ao nosso amigo Affonso, cuja habilidade desta ordem de trabalhos é asas conhecida.

Do meu recanto obscuro, comovido e entusiasmado, dirijo saudações ao 57º distrito, ao carteiro e ao Dr. Betim, e lhes ofereço o seguinte pensamento tão verdadeiro quanto conhecido:

— Distinções como esta, honram tanto aos que as conferem como aos que delas se mostraram dignos.

É a *chapa* humilde e insignificante com que posso concorrer para a mais justa das manifestações de chapas.

### 23.11.1883 – Lulu Sênior

Aqui há tempos, o verbo *haver*, que desde longos anos ocupava um posto fixo no pavimento térreo da casa do nosso honrado colega do *Jornal do Comércio*, começou a fazer excursões pelo sobrado, e a abalançar-se à altura dos artigos de fundo, ele que até então só se ocupava dos fundos que deixavam os artigos.

Como nos grandes editoriais, a palavra inspirada só se faz ouvir em ocasiões solenes, o verbo *haver* tinha uma certa cor local, que lhe ia a matar. Parece porém, que o referido verbo tomou gosto à coisa, e ultimamente já se tem dignado baixar ao terra a terra das notícias de *Gazetilha*.

Ainda ontem, a propósito de uma estrada de ferro que se inaugura, disse a *Gazetilha*: “O engenheiro chefe da construção há sido o Sr. Fulano de tal.”

Eu não sei o efeito que aos mais leitores causa este altissonante *há sido*; quer-me parecer que a Lira de Apolo o receberá estremunhando de puro entusiasmo, e que o Instituto Histórico é capaz de o mandar pendurar em lugar de honra na sala de suas sessões; eu, por mim, confesso que, ao vê-lo passar, o solene *há sido*, sem clarins à frente e sem dizer — *água vai*, levanto-me, e tiro respeitosamente o meu chapéu.

Eu compreendo o *Jornal do Comércio*. Quem quer retrato do Imperador e cruz nas escolas, quem não compreende o ensino sem a ideia de Deus, e estremece ao pensar na possibilidade de haver um estado ateu, e está aí, está a atirar à rua a célebre máxima de que se não compreende a moral sem a religião, não pode deixar de fazer uso do verbo que tem a honra insigne de encabeçar os decretos imperiais.

Cá a arraia miúda anima-se às vezes a lançar mão do verbo *haver* quando fala no futuro: amanhã haverá fogo de artifício no largo da Lapa; usa dele também auxiliado pelo verbo *ter*, para choramingar que: tem havido pouca água estes dias nos nossos ricos vinte e cinco mil contos de abastecimento; mas usá-lo no presente, como o rei: hei por bem; dar ao verbo *ser* a honra de o ter por auxiliar — o engenheiro chefe há sido —; é luxo a que só se entrega quem anda lá muito por cima.

Somente, como eu tenho de ler todos os dias — todos os dias, Santo Deus! — o *Jornal do Comércio*, e não quero arranjar uma dilatação da aorta com os repetidos choques que me causa a solenidade deste verbo, nem sempre encaixado entre *solemnia verba*, vou habituar-me a fazer uso dele.

Não vá agora acontecer-me como àquele rei Mithridates, que, depois de levar a vida a engolir drogas venenosas, para estar prevenido contra envenenamentos, acabou por suicidar-se sem drogas.

—

Parece-me que o correspondente que a *Gazeta* tem em S. Paulo, tornou a embarrilá-la, dizendo que foi derrotado o Sr. Martim Francisco Filho no segundo escrutínio da eleição provincial do sétimo distrito.

O Sr. Martim Filho não há sido derrotado, porque não há sido candidato. Se S. Ex. houvera sido – perdão, isto agora não é estilo de *Gazetilha*, isto é do Sr. Prisco – candidato, poder-se-ia dizer: há sido derrotado; mas S. Ex. não há sido candidato ao segundo escrutínio, e reserva-se para o terceiro.

É no terceiro escrutínio que S. Ex. há por bem pretender apresentar-se. E S. Ex. há de apresentar-se, e há de vencer, porque S. Ex. há todos os elementos para ser eleito.

O público há de ver.

—

Reina a discórdia nos campos da *Lira de Apolo*, se é que dos referidos campos já se não pode dizer que são os campos *ubi Troja fuit...*

Não há notícia de que se tenham reunido em sessão, nem os homens de letras atuais que a compõem, nem os homens que foram de letras, e que também fazem parte dela, nem os homens que têm tenção de ser de letras, e que também hão sido admitidos no douto grêmio.

A notícia mais recente que há, da desafinada Lira, remonta a domingo último e à tribuna das conferências da Glória, que também é uma espécie de Lira de Apolo a um.

Foi o caso, que o Sr. conselheiro Pereira da Silva, o primeiro pai da Lira, tinha de falar a um auditório escolhido e numeroso a respeito de Philinito Elysio, e aproveitou a ocasião para dizer que isto de tradutores não valem o pão que comem.

E o malvado do auditório, numeroso e escolhido, a ouvir o Sr. Pereira da Silva falar de Philinto Elysio e a aplicar a moralidade do conto ao Sr. barão de Paranáquenãoacaba.

E com isto prova-se que a eleição do regente da orquestra da Lira foi o pomo da discórdia atirado entre os que por ela mais se esbofavam, e que a Lira precisa já de uma reforma eleitoral.

Se querem um conselho os Srs. da Lira, dou-lhes um de graça: mandem chamar para fazer a reforma o Sr. Saraiva, que é homem muito sério, experimentado nestas coisas de eleições, e que tem para a Lira uma qualidade que vale todas as outras: já declarou que há muitos anos não abre um livro.

## **24/11/1883 – Lélío**

A Folha Nova afirma em seu número de ontem, na parte editorial, que os membros da polícia secreta; agora dissolvida, tinham o costume de gritar para se darem importância: *Sou polícia secreta!*

*Pour un comble, violá un comble.* Há de haver alguma razão, igualmente secreta, para um caso tão fora das previsões normais. Por mais que a parafuse, não acho nada, mas vou trabalhar e um dia destes, se Deus quizer, atinando com a coisa, dou com ela no prelo.

Porquanto (e esta é a parte sublime do meu raciocínio), porquanto eu não creio que fosse a idéia de darem-se importância que levasse os secretas a descobrirem-se.

Conheci esses modestos funcionários. Não eram só modestos, eram também lógicos.

Nenhum deles bradaria que era secreta, com a intenção vaidosa de aparecer; mas, dado mesmo que quisessem fazê-lo, era inútil porque *os petrópolis* que traziam na mão definiam melhor do que os mais grossos livros do universo. Eu pergunto aos homens de boa vontade razão clara e coração sincero: — Quando a gente via, na esquina, três ou quatro sujeitos encostadinhos da Silva, com fuzis nos olhos, e *petrópolis* na mão, não sabia logo, não jurava que eram três ou quatro *secretas*?

Afinal achei a razão do fato que assombrou ao nosso colega e a nós. Peço ao leitor que espere primeiro as orelhas e faça convergir toda a atenção para o que vou dizer, que não é de compreensão fácil.

*Os secretas* compreenderam que a primeira condição de uma polícia secreta era ser secreta. Para isso era indispensável, não só que ninguém soubesse que eles eram *secretas*, como até que nem mesmo chegasse remotamente a suspeitá-lo. Como impedir a descoberta ou a desconfiança? De um modo simples: — gritando: Sou *secreta!* *os secretas* deixavam de ser *secretas*, e, sabendo o público que eles já não eram *secretas*, agora é que eles ficavam verdadeiramente *secretas*. Não sei se me entendem. Eu não entendi nada.

Mas, neste assunto, tudo o que se possa dizer não vale a pena, que se deu há cinco ou seis anos, na Rua da Uruguaiana. Está nos jornais do tempo. Um grupo de homens do povo perseguia a um indivíduo, que acusavam de ter praticado um furto. Os perseguidores corriam gritando: *É secreta! é secreta!* Perto da Rua do Ouvidor, conseguem apanhar o fugitivo, e aparece um urbano. Este chega, olha para o perseguido, e, com um tom de repreensão amiga: — Deixa disso, Gaudêncio!

Polícia secreta, que se divulga, ministros de uma república, que matam o presidente, eis aí dois fenômenos que comprovam aquele dito do Cardeal Antonelli: *il mondo casca*. Que diria o bom cardeal, se visse, como vi há dias, um frade dentro de um tálburi? É verdade que chovia, e que a chuva, quando cai, não poupa ninguém; pode ser mesmo que a coisa não encontre oposição nos cânones. Mas para mim a questão é de estética. Há em mim um resto de costela romântica, que não permite frade fora do mosteiro. Concedo-lhe que ande a pé, concedo-lhe um cavalo, uma cama, um refeitório; mas homem, tálburi!

## 25/11/1883 – Publicola

É difícil prever qual o futuro do anúncio teatral entre nós a seguir a carreira vertiginosa em que se lançou.

O *Yankee* aquele que até agora passava por ser o primeiro fator de *reclames* do mundo sublunar, está vencido de um modo vergonhoso pelo anunciante do teatro fluminense.

Já não são os grandes caracteres tipográficos a chamar de longe a atenção do público para tal peça extraída de tal romance; nem a circunstância habilmente sublinhada de que a atriz Fulana vai pela primeira vez executar o papel tal, do repertório da atriz Cicrana.

Não se trata mais de pôr em evidência a situação precária do beneficiário X<sup>\*\*\*</sup> que tem muitos filhos a educar e maior número de dívidas a satisfazer. Não se anunciam mais as primeiras, segundas, terceiras, quartas e mil estreias do ator Y<sup>\*\*\*</sup> ou a venturosa reaparição da atriz Z<sup>\*\*\*</sup>, pela quinquagésima vez, no palco deste ou daquele teatro.

Tudo isso é antigo, usado, batido: tudo isso tem sobre si a poeira das antigualhas, o desconsolo e o afeamento do rococó.

Há coisa melhor e mais nova; mais elegante, e de muito mais efeito prático,

São as razões particulares e pessoais; os casos de moléstia, as opiniões de abalizados médicos que recomendam simultaneamente a retirada temporária da cena — e uma boa enchente ao espetáculo de despedida.

A este *reclame* de nova espécie vem ajuntar-se agora outro, que ninguém pode deixar de aplaudir, pela originalidade.

São as cartas íntimas.

—

Vimos um espécime de novo *reclame* anteontem, no anúncio do teatro Príncipe Imperial.

É a carta da distinta atriz cantora Esther, dirigida a outra atriz não menos cantora e distinta, a Sra. Herminia.

A carta, com ser de uma redação irrepreensível, não é, em verdade nenhuma novidade, nem representa um estranho primor de estilo epistolar. Também é conveniente lembrarmo-nos que não é a isso que ela se propõe, senão a que o anúncio se faça.

E o anúncio, como a luz mandada pelo Criador — foi feito.

Prefacia a carta um prólogo explicativo, onde se diz que a distintíssima atriz-cantora retirou-se para Friburgo, e ali demorar-se-á dois meses para restabelecer-se de sua doença. Depois vem o contexto da própria epistola, e destes examos os seguintes postulados:

1º — que abalizados médicos tem por opinião definitiva, que a Sra. Esther deve retirar-se para Friburgo e continuar a ser convalescente ali, antes de volver e ser *Uriella* no Príncipe Imperial;

2º — que, enquanto não reaparece no palco, A Sra. Esther solicita de sua boa amiga e colega Herminia que a substitua durante o seu impedimento em todos os seus papéis — e mesmo naqueles que se torne preciso fazê-lo;

3º — que está certa de que sua boa colega e amiga Herminia acederá ao seu pedido;

4º — que igualmente está certa de que esta sua boa, etc., etc., corresponderá dignamente a missão de que fica encarregada.

5º e último — que a atriz-cantora, signatária da carta, beija as mãos da outra atriz-cantora, a quem a carta é dirigida.

—

Ora, eis aqui o melhor *reclame* que jamais tinha visto na última página dos jornais, nesse lugar onde todas as manhãs passeio os olhos, ávidos de divertimentos, e onde me desaforo da falta de distração nos teatros cujos anúncios ocupam esse mesmo lugar.

Uma carta tão importante e tão cheia de pormenores tão curiosos deve influir poderosamente no ânimo do público e leva-lo em massa ao teatro. Falta-lhe um quê, é certo, um pequeno apêndice, que mais interesse daria ao caso e mais decisiva influência exerceria sobre o resultado a que visa: era a resposta da Sra. Herminia, aceitando o delicado encargo e beijando as mãos daquela que não trepidara um momento em contar-lhe, mesmo sem a opinião dos abais dos médicos.

Mas isto virá mais tarde naturalmente. Nem Roma se fez num dia, nem é para desesperar o caso de não se encontrar ainda, no anúncio teatral o contrato entre os artistas com o ordenado fixado e as multas bem notadas.

Por enquanto, só isso. E como no gênero *reclame* tudo é novidade no teatro, aqui deixo esta *bala*, que, como a carta a que se refere — é mais um *reclame*.

E de graça.

### **26.11.1883 – Lulu Sênior**

Alguns cavalheiros que a imprensa qualifica de beneméritos, acabam de fundar uma sociedade, a que deram o título de *Protetora da Mendicidade*.

Eu não sei bem porque motivo se entusiasma a imprensa, pois não me parece que proteger a mendicidade seja obra mais meritória do que proteger qualquer vício.

Que uns tantos indivíduos se reúnam para proteger uns outros que, por velhice, moléstia ou acidente, se acham impossibilitados de adquirir o pão cotidiano, que não cai do céu, ainda que eles passem todo o seu tempo a rezar o Padre-Nosso, eu compreendo.

Compreendo que se lhes dê asilo e trabalho na proporção de suas forças, justamente para que eles não sejam obrigados a mendigar; mas, proteger a mendicidade, parece-me ato de uma malvadez refinada, senão contra a sociedade, pelo menos contra a língua em que Camões escreveu os *Lusíadas*, e em que o Sr. Rozendo Moniz deu a apreciar aos seus admiradores o travo de seus *Favos*.

Protetor da mendicidade é o Sr. ministro da fazenda, reformando os planos de loterias, que põem a pedir esmolas os que caem na asneira de comer a isca, sem faltar ao respeito ao anzol; sem contar que o governo, que quer tapar buracos do *déficit* por tal meio é um grande mendigo, que apanha dez mil réis prometendo 500 contos, justamente como outros mendigos, que pedem um níquel, prometendo que Deus é quem há de pagar. E o cidadão vai dando o dinheiro, e fica à espera da paga toda a vida, porque Deus, justamente por estar em toda a parte, nunca é encontrado em parte nenhuma.

Protetoras da mendicidade são umas tantas instituições religiosas que há nesta grande capital, e que dão pensões a viúvas de irmãos, só pelo fato de serem viúvas, e que lhes dá o gostinho de irem todos os meses estender a mão a umas tantas sacristias, o que lhes parece muito mais cômodo do que trabalhar.

Pois os negociantes falidos, que faliram porque gastaram pra ser ministros das ordens terceiras mais dinheiro do que ganhavam eles e seus credores, e depois vivem das mesadas que recebem dessas ordens, não são uns grandes mendigos, que, se não tivessem esse recurso, iriam trabalhar, para ganhar honradamente o que comem? Pois não é ser mendigo comer alguns centos de mil réis por mês, sem trabalho, desviando esse dinheiro dos hospitais e das casas dos que são pobres deveras, porque a moléstia os impossibilita de trabalhar?



O Sr. D. Pedro II não é também um grande protetor da mendicidade? Quem passa em certos dias do mês ali pelos arredores do Paço da cidade, vê uma quantidade enorme de senhoras, que passam às vezes um dia inteiro à espera da vez para receber a mesada, que corresponde pouco mais ou menos ao que elas poderiam ganhar, se estivessem em casa a puxar por uma agulha.

E é de crer que esses escolhidos não representem nem a décima parte dos pedintes, que, desde que têm um desarranjo qualquer na vida, o seu primeiro cuidado não é procurar trabalho, mas sim ir ao Paço pedir uma esmola ao Imperador.

O antigo caldo da portaria dos conventos bem se pode gabar de que, na maioria dos casos, só aqueceu o estômago a malandros.

Não me parece, pois, que, de entre os pobres, sejam mais dignos de compaixão os que chegam a mendigar; e que a bem intencionada, porém mal batizada associação, está com a malvada intenção de fazer guerra ao Sr. Tito de Mattos, que quer proibir a mendicidade.

O Sr. chefe de polícia a querer levá-los para o Asilo, onde se exerce a progressiva e útil indústria de desfiar estopa, e a sociedade a protegê-los.

Mas protegê-los com que?

Naturalmente dando-lhes dinheiro ou coisa que o valha, isto é, casa, comida, roupa lavada e charutos. E de onde sairá isso tudo? Das mensalidades dos sócios, dos espetáculos em benefício e outros que tais recursos.

De modo que o público fica justamente na mesma, e, se deixa de dar dinheiro diretamente aos mendigos, dá-o à sociedade, e no fim dá certo.

A mim pouco me importa isso tudo, porque já agora tenho cá o meu quinhão, e a nova sociedade pode gabar-se de que já tirou de apuros um mendigo.

É o caso, que eu hoje não tinha assunto para as *balas*. Pedi-o ao Décio, que me respondeu pelo telefone: Deus o favoreça. Fui ao Publicola, que me disse: Hoje não pode ser, irmão. Cheguei-me no Confúcio, que resmungou: Para outra vez será.

Apelei para a sociedade protetora da mendicidade, e aí estão as *balas* feitas, e já tenho com que comer amanhã.

Seja pelo amor de Deus.

## **27/11/1883 – Confucio**

Neste momento solene, em que muita gente fina se lava em suor copioso, há quem se lave em águas de rosas, da mais pura e legítima.

Basta que eu reproduza aqui a lista dos eleitos a assembleia provincial das Alagoas, para que desde logo o leitor atilado e pio conclua naturalmente por um nome, que é o do venturoso cavalheiro que acaba de obter naquela província a maior vitória, vendo eleitos os seus, sem discrepância nem dúvidas.

Eis o resultado daquela eleição, tal qual o publicou ontem o *Jornal do Commercio*, e que o leitor apreciará devidamente.

1º distrito: major José Virginio, major Miranda, tenente-coronel Dionisio, tenente-coronel Vicente Aguiar, major Calheiros e capitão João Alberto.

2º distrito: quatro doutores, tenente-coronel Baptista e coronel Pimentel.

3º distrito: tenente-coronel Santa Cruz, capitão Victor, coronel Apolinário, tenente-coronel José Thomaz, capitão Maia e capitão Lucio.

4º distrito: um vigário, tenente-coronel Macario, um padre, capitão Numa Passos, capitão José Correia e Ramalho.

5º distrito: major Canuto, tenente-coronel Agapito, capitão José Braga, capitão Manuel Gomes, um padre, e o Dr. Monte.

Ao todo 17 liberais e 13 conservadores, ou ao todo: 21 oficiais da guarda nacional, 4 capelães da mesma guarda, 4 cirurgiões da mesma guarda e 1 soldado raso também da mesma guarda.

—

Se ao Sr. Prisco, venturoso e feliz, contemplara neste momento a lista dos coronéis deputados que a sua influência decisiva apontara à consideração dos alagoanos, e, orgulhoso e ufano, perguntara aos seus colegas onde o elemento de força do atual ministério.

Alagoas, a primeira aquinhoadada pelo Sr. Prisco, correspondera delicadamente à sua generosidade e enviara para assembleia a fina flor da guarda nacional, a elite do batalhão sagrado do Sr. ministro da justiça.

Não nos custara, pois, levantar um *hurrah* ao vitorioso ministro.

—

Daria o preço desta bala para assistir a uma sessão da nova assembleia, digo, do novo batalhão alagoano.

O paço será transformado em quartel onde os majores e coronéis esgrimirão com as armas da retórica e com as do uniforme.

— Tem a palavra o Sr. capitão.

— Cedo a palavra ao meu major.

— À ordem, Srs. oficiais!

— Sr. comandante, pela honra da minha espada juro que no combate em que nos empenhamos ontem não foram tomados os votos e os notes do Sr. capitão.

— Peço a V. Ex. que ponha em ordem do dia o projeto sobre o rancho e a etapa dos nossos colegas.

Convido o batalhão a assistir à missa amanhã na capela do Espírito Santo, devendo depois reunir-se neste quartel, afim de realizar a primeira formatura.

— Requeiro ao conselho se não aceite a patente do Sr. capitão por ser nula, visto haver duplicata...

— Srs. oficiais, vai penetrar no aquartelamento o Sr. presidente da província: nomeio para recebe-lo uma comissão composta do tenente coronel 1º secretário, major 2º secretário e capitão 3º secretário e do seu soldado Ramalho.

(Entra o presidente.)

— Às armas!

—

Eis aqui uma bela sessão, divertida, original, interessantíssima.

Os penachos rubros a fazerem *pendant*, com as belas dragonas de ouro; a faiscante farda abotoada, com as dividas douradas, darão um tom novo, singular, a uma assembleia que não cortará as questões como até agora — a votos, mas como antigamente o fazia Alexandre — a espada.

Guarda nacional, sublime instituição do Sr. Prisco, que já deste uma câmara à Alagoas e um assunto a quem estava exausto dele: eu te saúdo!

### **28.11.1883 – Lulu Sênior**

A *Lira de Apolo* deu um sinal de vida, nomeando uma quantidade de membros correspondentes.

Não acho bonito este procedimento da sociedade dos homens que foram, são e pretendem ser de letras. Apanham desprevenidos uns indivíduos que vivem muito tranquilamente nas suas províncias, e arrumam-lhes cá de longe um diploma, que da noite para o dia os torna cúmplices do atentado perpetrado aqui na capital, com diversas circunstâncias mais ou menos agravantes.

Ora, esses pobres homens não têm culpa de que um belo dia o autor da *História da fundação do império*, esquecido de que o bocado não é para quem o faz, mas para quem o come (salvo seja!), fundasse também a história da Lira, que para o fundador deu em droga, porque quem lá está repimpado na cadeira da presidência, é o chefe do contencioso do tesouro nacional.

Os serviços que por ora a associação tem prestado, consistem em ter prometido o sarau Quesada, e ter convidado S. M. o Imperador para presidente honorário e defensor perpétuo da Lira. É isto o que tem de propagar a trombeta da fama, empunhada pelos correspondentes nomeados para as diversas províncias do império.

Do monarca terão de dizer especialmente os correspondentes, que Ele recebeu o título de presidente honorário por ser cá na terra o representante mais genuíno da terceira classe de homens de letras criada pela *Lira de Apolo*: — a que é composta dos homens de letras virtuais, dos que nunca manifestaram a não ser boas intenções de escrever alguma coisa, mas que são os sustentáculos do futuro da Lira, porque dos que já escrevem, há mais de dúzia e meia a quem não entusiasmou o modo por que foi fundada a associação.

Além das suas boas intenções literárias, o Imperador, que me conste, só me fez concorrência séria ao lugar a que eu aspiro no Pantheon nacional, com a quadrinha do leal povo ituano e a tradução da bandeira estrelada.

As memórias de viagem varreram-se-lhe da memória; no Instituto Histórico Sua Majestade entrou como quem entra pelo que é seu, sem apresentar trabalho escrito, e tendo apenas o de dormir durante as sessões; os seus telegramas à Academia de Ciências têm a forma dominada pela parcimônia do palavreado exigida por esse meio dispendioso de transmissão do pensamento; nas palestras científicas e literárias o *Já sei, já sei*, está longe de ser um primor literário: e não me parece que o célebre *gostei muito da Guanabara* lhe dê entrada na Academia Francesa!

Mas este mundo é mesmo assim; eu, por exemplo, que me esbofo para aqui, a fazer *balas de estalo*, e em certos dias sabe Deus com que vontade, não sou presidente honorário da Lira; Sua Majestade, que aprende sânscrito, que ninguém sabe, e diz que

fala hebraico, que ninguém entende, acha logo quem lhe rasgue sedas aos altos méritos, e o proclame o monarca mais sábio do mundo.

Assim também eu; mas venha para cá: passe a noite como eu passei a ver arder uma uretrotomia do Dr. Brissay, e a assistir à prudente cautela com que o professor João acautela o futuro dos filhos que há de vir a ter, e depois faça *balas de estalo*, e deite cá para fora um primor como esse que aí fica.

E não querem que a gente lamente a sua sorte! Só porque o Sr. D. Pedro de Alcântara nasceu nos degraus de um trono – são extravagantes os parteiros dos paços – e eu não nasci em degrau nenhum, ele tem tudo quanto quer, e eu que trabalhe como um mouro!

A esta mesma hora, em que eu sou aqui o melhor do meu sono (?\*\*\*), está talvez Sua Majestade a aplaudir no Príncipe Imperial a atriz de canto Hermínia, encarregada de manter ilesa a glória da outra atriz não menos de canto, Esther de Carvalho. Pois não é uma injustiça? O que me vinga é que Sua Majestade tem de divertir-se até a meia noite, quer queira quer não, e eu vou dormir já.

### 29/11/1883 – Publicola

O *Apostolo* de ontem consagra o seu artigo principal à pessoa do Sr. Poeta Rezende Muniz.

Ah! Não pense o leitor das *Balas*, e ao não leitor do *Apostolo*, que o distinto órgão de *clama, clama, embora chova lama*, dedicou-se a fazer um estudo literário e deu-se ao luxo de emitir sua opinião sobre as odes e alexandrinos do Sr. Resende. Menos ainda que ele Rezende tenha sido mimoseado com um estudo crítico dele *Apostolo*, a propósito dos seus indigentes discursos.

Não. O *Apostolo* não se atirou às rimas nem às retóricas do ilustre poeta e orador: apenas o nosso colega da rua Nova (o mais antigo) deu-se ao trabalho de contestar as opiniões do Sr. Rezende sobre o procedimento dos dois bispos do Pará e Olinda, na questão religiosa.

Ao que parece, o Sr. poeta, numa prosa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em vez de demonstrar qual a conveniência em plantar o arroz em setembro, em deitar as galinhas ao choco em junho, ou em chegar a terra ao milho em dezembro, desviou-se um pouco do assunto, e, alado as sublimes regiões das fantasias, onde espairose frequentemente o seu espírito de poeta, atirou-se às altas questões políticas e foi de opinião que os dois prelados acima referidos procederam mal, provocando a questão religiosa.

E, a propósito disso, o mansueto órgão da religião desanda uma sova no discurso e o orador, afirmando que o Sr. Rezende não leu *Timom*, que ilustrou o *Globo*, e por isso vem dizer “com o maior desprazo, diante de um povo inteiro que foi testemunha, que os bispos foram provocadores!”

E levado por um arrobo de indignação e de zelo católico, exclama enraivecido:

— É preciso coragem!

—

O *Apostolo* decididamente não sabe em que se meteu, e à esta hora dorme sobre um vulcão, cuidando que descansa no seu macio leito da rua Nova.

É do seu procedimento, afirmando que o poeta Rezende *impingiu a geração futura um erro como verdade*, que se deve dizer: — é preciso ter coragem!

Está aqui, está o *Apostolo* com cinquenta estrofes sobre o lombo, ou com um discurso de vinte léguas sobre a cabeça! É este o mais suave, o mais doce dos castigos que o podem ameaçar neste momento!

Ele não sabe ao que se arriscou: o poeta Rezende há de vingar-se, e terrivelmente. Para isso tem o valor e sobram-lhe as armas:

— A ode!

— O discurso!

—

Encheram-se ontem os jornais, de ofícios da inspetoria das obras públicas ao Sr. ministro da agricultura, explicativos da falta d'água, e *contestativos* dos ofícios do diretor geral do abastecimento.

Foi uma inundação de ofícios, a que correspondeu felizmente uma outra inundação à noite — mas está mais proveitosa e mais legítima — a inundação d'água.

Vê-se da discussão oficial, que nem são inteiramente destituídas de fundamento as queixas dos que supõe que não há água em suas casas só porque encontram secas as suas torneiras, nem dos vinte e cinco mil contos gastos em águas temos perdido tudo, nem mesmo a esperança de as ter com regularidade e abundância.

Somente há um posto da contestação do Sr. inspetor das obras públicas, que deixou-me um pouco mais do que intrigado — deixou-me confuso e aterrado.

É aquele em que S. S., referindo-se às manobras violentas nos registros d'água, denuncia a temerosa fórmula empregada para a sua medição no Tinguá. O Sr. inspetor não contesta que a fórmula seja excelente, mas diz que o meio prático de usar dela no poço de chegada, onde a água entra em turbilhão, é que é deficiente e sujeito a erros.

A fórmula usada em momento tão crítico como este, é a seguinte:

$$D = C \times L \times HV^{-2}gH$$

e é de todo este conjunto de letras do alfabeto, presas por umas cruces tão misteriosas, que resulta toda a nossa desgraça, desde que ela é deficiente, quando posta em prática!

O Sr. inspetor das obras públicas diz com toda a serenidade, que deixa de fazer comentários sobre este fato, e acrescenta com toda a filosofia, que nada dirá sobre as consequências de manobras tão violentas...

Não! Isso é que não!

É preciso fazer mais do que comentários, é preciso aumentar a fórmula deficiente, desde que é dela que provém a falta d'água.

Se  $D = C \times L \times HV^{-2}gH$  é insuficiente, que se façam entrar na fórmula mais letras do alfabeto, já que se não pode fazer entrar mais água nos encanamentos!

Compenetre-se o Sr. inspetor da nossa situação, e lembre se que temos 25 letras à nossa disposição — sem contar com as minúsculas.

Duplicamos os CC, façamos entrar o Z, ponhamos em contribuição o A, não nos esqueçamos do simpático O, mas que tenhamos uma fórmula completa e capaz, embora nos custa um sacrifício — e todo alfabeto.

É da fórmula  $D = C \times L \times HV - 2gH$  que nos vem mal; pois bem: corriamos o mal — a falta d'água — dando combate à sua origem: a fórmula.

$$D = C \times L \times HV - 2gH$$

### 30.11.1883 – Lulu Sênior

Monsenhor Pinto de Campos quando a carne vil lho pede, porque lhe dói, vai ao médico, toma a sua purga, como qualquer de nós, engole a sua aguazinha de Vichy, mais ou menos conscienciosamente falsificada, e assim vai vivendo, e consolando-se de não ser senador pela província de Pernambuco.

Quando, porém, e que lhe dói é — não a consciência, que a consciência dos padres não tem de se que doer — mas o espírito, a benta alminha, monsenhor, vai a Lourdes, à gruta milagrosa, onde já esteve sentado o augusto príncipe que deveria ser daqui a algum tempo o chefe das instituições que felizmente nos regem, se Deus não escrevesse direito por linhas tortas.

Lá para as moléstias, monsenhor prefere águas profanas; para tribulações de espírito, que não consegue aplacar rezando missas por quanto homem ilustre tem morrido no Brasil, em Portugal e Algarves, atira-se o digno monsenhor às águas sagradas.

E daquilo que não quer para si, faz S. Ex., reclame para os outros. Isto é, ele bem vê que aquilo é droga, e não a engole nem à mão de Deus padre; mas, aconselhá-la aos fiéis católicos, aconselha.

Ultimamente foi monsenhor a Lourdes, e de lá deitou epístola ao padre Brito, de Lisboa. Conhece o leitor o padre Brito? Pois nem eu; mas estou a simpatizar com o homem por causa do princípio da carta do monsenhor:

“Caro padre Brito. — Bem feito lhe seja! V. não quis esperar por mim para fazermos juntos a nossa romaria a Lourdes, e por causa de suas pressas, perdeu ocasião de testemunhar coisas assombrosas.”

Eu vejo daqui o caso. Monsenhor Pinto de Campos não estava doente, queria deitar romaria a Lourdes, e convidou padre Brito; mas, padre Brito estava doente, não quis esperar por monsenhor e foi sozinho para Faro.

Monsenhor soube em Lourdes que aquilo em Faro são pelo menos, pelo menos, trinta dias de uma tisana, que é de um pobre padre andar da sala para a cozinha numa dobadoura; e vendo em Lourdes curas assombrosas, feitas ali assim enquanto o diabo esfrega um olho, enche-se de piedade cristã, e manda a dizer ao outro que leva um mês a esfregar os seus: Bem feito lhe seja!

E passa a contar-lhe os milagres. Doentes que eram lançados à piscina, *já agonizantes*, e que surgiam instantaneamente curados!

Uma irmã de caridade, jovem e formosa como um anjo, — são as textuais palavras do monsenhor, que parece ter pecado junto da gruta, por pensamento, e na carta por palavras —, estava desenganada por todos os médicos de França, que para esse efeito se tinham disposto em juntas. Pois monsenhor foi quase testemunha ocular do seguinte estupendo caso: a irmã chegou-se a ele, atirou-se-lhe aos pés, chorando, e disse que tinha sido curada naquele instantinho. Monsenhor não a viu doente, viu-a curada, mas

isso basta-lhe para acreditar no milagre, porque, realmente, se a mulher não tivesse estado doente, não poderia ser curada.

E em seguida, para encurtar razões, diz que mais de 150 curas foram operadas nas condições em que descreve os doentes: somente esquece-se de descrever os tais doentes. E logo uma pilhéria aos *filosofantes incrédulos* a quem queira perguntar se aquilo é bico ou cabeça.

Realmente, é pena que, por um capricho de S. Cristóvão, monsenhor Pinto de Campos tenha sido arredado da política da nossa terra, para a qual revela ainda tão manifestas aptidões. Um homem assim, que nos diz a verdade sobre Lourdes, sem interesse nenhum, porque nem ao menos tem água de Lourdes a vender, como em tempo se vendia ali na rua Nova do Ouvidor, devia a esta hora ser senador do Império, ministro da justiça, conselheiro de Estado e tudo o mais que coubesse nos decretos de acumulações do atual governo.

Vejam só que companheirão perdeu ali o Sr. Divina Providência!

## **Balas de estalo – dezembro de 1883**

### **01/12/1883 – Confucio**

Antes de tudo um agradecimento sincero ao meu colega Publicola, um outro não menos sincero ao *Apostolo*, e ainda um outro, tão sincero quanto aqueles dois, ao poeta Resende Nariz.

Muito obrigado, muito obrigado e muito obrigado!

Era o meu dia de *Balas*; eu não tinha assunto; Lulú Senior não queria fazer a graça de substituir-me; Lelio é o maior preguiça que o céu cobre; José do Egypto morreu; Zig-Zag está como os doces de conversa — em Caldas.

Era diante deste espetáculo, isolado e só, que eu me achava, quando surgiu no horizonte o poeta Resende, que retrucava ao *Apostolo*, e a propósito de umas balas de Publicola. *Eureka!* tenho assunto, e por mais desenxabidas — na frase do poeta — que sabiam elas — tenho balas!

Ontem, o que se me deparou logo pela manhã, foi o vulto grandioso do poeta Nariz espriado pelas colunas do Jornal. Ah! desta feita ele não surgiu, o bárbaro, como de costume, do modo porque o descreveu o finado José do Egypto:

“Mal a aurora vai rosando  
Já vai cantando o Resende...  
Já vem seus carmes cheirando  
Mal a aurora vai rosando.  
Os passarinhos em bando  
Vai no seu canto embebendo...  
Mal a aurora vai rosando  
Já vai cantando o Resende!”

Não; desta vez não era cantando que nos aparecia o nitíssimo vate: era descompondo-nos; e como vete-médico começava logo por matar três coelhos de uma só estopada: ao meu colega *Publicola*, no *Apostolo* e a *Timon*.

Furioso e desvairado, o ilustre poeta começa por dizer que não sabe como agradecer a inesperada brandura com que o órgão da imprensa clerical ocupou-se dele e das suas opiniões sobre a questão religiosa. Isto faz pensar com dó e piedade, a quem vai tal agradecimento, que o poeta Nariz não está habituado ao bom tratamento, senão aos maus modo e as mais horríveis torturas, que ele é uma tábua de bater roupa — o que é mesmo para fazer vir nos olhos a lágrima da compaixão.

Em seguida o poeta-médico-filósofo atira-se de metro, argumento e bisturi em punho, sobe a individualidade de Timon, que entrou no negócio pelo mesmo processo porque no Credo entrou Pilatos. E a propósito de Timon afirma o poeta Nariz, quem o diria? Que já o conhece, e muito — até em carne e osso!

Eu não sei quem é esse cavalheiro *bem-falante, de voz dulçorosa e arrastada*, mas vejo-o gravemente comprometido desde que o conhece o vate Resende, não só em carne, mas também em osso. Não posso avaliar quanta retórica tenha entrado nesta afirmação, mas juro que, se carne aqui não é uma figura e igualmente não é uma figura o osso, em tal caso deve neste momento estar em extremo arrependido o poeta, coisa mais atraente, com que seduz aos poetas e a muita gente que o não é.



Enfim, se Nariz ainda assim não se peja de confessar até onde chegou o conhecer Timon — até o osso, até a carne — que seja perdoado o (...) do poeta, pelo muito que deve ter sofrido.

A última parte da objurgatória do poeta filósofo é dedicada especialmente à *Gazeta de Notícias*, às balas de estado e ao Publicola, por conseguinte.

Ele poeta, ele Nariz, espirra sobre nós um conceito terrível e de envolta com esse conceito vem no mesmo espirro uma ameaça aterradora: Resende chama de (...), para não dizer brutalidade, às frases inocentes de Publicola; e por fim, lembrando a conveniência de um consórcio entre a *Gazeta* e o *Apostolo*, oferece-se para fazer... adivinhem o quê?

— O epitalâmio!

—

Não, poeta! Suspende a fatal sentença! Aplaca as tuas iras!

De joelhos, ansiosa e comovida, está ateus pés uma geração inteira!

Tem compaixão daqueles que já te ouviram resignados um milheiro de odes e muitos milhões de quilômetros de discursos!

O epitalâmio — não! Nós já temos a febre amarela, o micróbio que gera, as loterias, o mau sistema de esgotos, o tenor Felipe, as ruas esburacadas da Saúde e Gamboa, as (...) dos (...), a falta d'água, as sogras, o verão e as epidemias correlativas: que não se venha aliar a tantas desgraças a mais terrível e a mais ameaçadora das calamidades: um epitalâmio!

Se queres matar-nos, procura nos recursos da tua profunda ciência médica um meio mais suave: um veneno ou uma simples receita.

Lembra-te do pedido que já uma vez dirigiu-te pela imprensa um distinto poeta:

“Larga esta Lyra caquética

Ouve e desculpa esta epistola!

O' professor de dialética

Larga esta Lyra caquética!

Por que antes não curas (...)

Postula, (...) e fistula?

Larga esta Lyra caquética

Ouve e desculpa esta epistola! ”

Lembra-te, Resende do Nariz (...): lembra-te e perdoa-nos, castiga-nos com tudo — menos com o epitalâmio!

### 02.12.1883 – Lulu Sênior

Eu imagino que tenho leitores: possuo mesmo alguns documentos, que provam cabalmente que a minha prosa é lida. De vez em quando, recebo uma carta em que se ofende a minha reconhecida modéstia, dizendo-me coisas que eu não transcrevo aqui, mas que pretendo mandar por em um quadro; outras vezes – manda a verdade que o diga – o correio traz-me cada descompostura, que é de fazer vontade à gente, para descansar, de ir conversar em uma roda de sogras.

Ainda há poucos dias, um senhor deitou a despesa de uma carta bilhete, para dizer-me que me acha muito maçador, e que o faço dormir. Disse o tal meu leitor, na referida carta bilhete, que há tempo sofre de insônias; que tem lido isto e aquilo – e desanda uma descompostura em alguns dos colegas de imprensa cá da terra – mas, apesar de os achar muito maus, não conseguiu dormir com eles; ultimamente, porém, leu as minhas *balas*, e ferrou no sono que foi mesmo uma consolação.

Ora, eu não faço *balas* todos os dias, e para que o homem não passe acordado todo o tempo que eu não escrevo, recomendo-lhe a leitura de um discurso que o *Jornal do Comércio* há pouco conseguiu publicar em uma semana, dando folha dupla todos os dias. Só ali tem a soneca garantida para mais de um ano.

Mas eu deixo de parte os que dormem, e refiro-me aos que não dormem. Imagino que se trata de um homem amigo dos seus hábitos, que acorda todos os dias às mesmas horas, toma o seu banho, – a gente que gosta das *balas* toma banho –, toma o seu café, e lê os jornais. Nestes últimos tempos, quem se habituou a *balas de estalo*, não quer mais passar sem esse delicado manjar.

Imagino um senhor nessas condições, e digo-lhe: – V. Ex., ao receber hoje a *Gazeta*, vai à segunda página, e se não encontra *balas de estalo*, declara-se roubado nos seus dois vinténs.

Pouco se lhe dá que haja assunto, ou que deixe de haver assunto; que o confeitiro esteja são ou doente; que tenha muito que fazer ou tempo de sobra; que lhe doam os calos, ou que tenha tirado a sorte grande; que tenha visto na rua do Ouvidor uma senhora que pelo luto que traja, parece que veio da morte, mas que pelo brilho dos olhos bem se vê que tem vida para si e para dar; ou que tenha encontrado de manhã em jejum um frade barbadinho; o leitor não quer saber disso, quer para ali *balas de estalo*.

Pois venha para cá, a ver. Escreva ocorrências das ruas; faça ver, em estirado artigo de fundo, às populações, que o governo leva-nos para as bordas de um abismo: convide, em artigo todo puxado à sustância, os amadores da arte dramática a irem aplaudir a Sra. Herminia; reclame água em favor dos moradores de Paula Mattos; diga mal da câmara municipal, e bem do Sr. Tito de Mattos, até ver em que param as modas; receba as visitas dos senhores que trazem no bolso a salvação da pátria, e dos que querem que se lhes faça reclame às drogas; indague se o Montauray foi à casa dos Srs. ministros, se o Gonçalves foi ao circo Excelsior, se o João Chaves portou-se com uma

certa gravidade no banquete do Theophilo; se o Serzedello ainda faz a mala de S. Paulo; e eu dou-lhe um doce, se, depois disso, fizer *balas de estalo*, que não disputem primazias aos entrelinhados do Sr. Rozendo Barrete.

Isto é muito cômodo para quem está em casa, na sua rede, com o seu cigarro ao canto da boca, e querendo divertir-se barato; é muito cômodo para as senhoras de olhar malicioso, esgazeado, que querem encontrar na *Gazeta* a pontazinha levantada do véu de um escândalo; mas é o martírio de quem tem de fazer *balas*, quer tenha quer não tenha açúcar, quer haja quer não haja amêndoas.

E demais ainda se corre o perigo de desagradar a Rosado Mariz que nos acha desenxabidos; ainda se arrisca a gente a ser cantada em verso por Mariz Barato, que anda há tempos sem saber de quem há de dizer coisas rimadas, por conseguinte, eu acho que o melhor, em falta de assunto, é não fazer *balas* hoje. Cresce com isso de puro contentamento o nariz de Moniz, fica de puro prazer, rosada a face de Resende, e o leitor que tem o hábito de ler *balas*, que as faça, se as quer ler hoje. Eu é que não.

### 03/12/1883 – Decio

As populações dessa capital, habitada simultaneamente pelo micróbio e pelo poeta Reendo Barriz, devem ter sentido ontem um quer que é, ao lerem os despachos do Sr. ministro da agricultura dirigido aos Srs. inspetor das obras públicas e diretor do não abastecimento d'água à cidade.

Que pulso! que energia! e que pancada!

S. Ex. o Sr. Affonso Penna sem a mesma, sem dó, nem piedade, pegou de si e lavrou um só cabeçalho para dois avisos-tigres, que devem ter deixado um tanto de cara à banda aquelas duas autoridades em águas e em discussões.

O que o Sr. Ex. disse foi que *devendo cessar a controvérsia levantada ultimamente entre os dois funcionários, a respeito do serviço de abastecimento dava S. Ex. por terminadas quaisquer ponderações sobre informações (...)*, e que ambos os senhores discutidores respondessem ali ao pé da letra a umas perguntas que lhes fazia o Sr. ministro.

Em bom português, ou, por outra — (...) nossa, isto quer dizer pouco mais ou menos:

— Calem-se!

— Leva rumor!

— Mais respeito e menos confiança! ou outra qualquer coisa de idêntica natureza.

Vê-se que ao Sr. Affonso Penna agradavam tanto aqueles ofícios repetidos, todos cheios de insinuações e pilherias, como a nós foi agradável aquela memorável sova que o vale Momendo Rossiz... enfim não fazemos mais coisas tristes.

E por isso S. Ex., sem deter-se um momento, tomou a resolução de chamar a bolos os homens dos ofícios, e, em frase curta e enérgica como a sua pessoa, dizer-lhes sem reбуço:

— Outro ofício!

Realmente é um homem de força, peso, conta e medida, o Sr. Affonso Penna é — lá isso é ele — que não se pareça um pouco com o vate Barriz Maneta... na altura! Então é seria um ministro muito para se ver — como o aludido vate. Enfim nem todos podem ter tal atributo — o único do vate aludido.

—

Nos apedidos dos jornais da semana tenho encontrado estes dias uns artigos louvaminheiros dirigidos pelos habitantes do 8º distrito da guarda urbana ao Sr. tenente Heller e outros artigos, não menos encomiásticos, dirigidos pelos habitantes do 1º distrito, também da guarda urbana, ao Sr. capitão Piauhy.

É o caso: o Sr. Piauhy e o Sr. Heller fizeram uma marca de contradança, trocando entre si os lugares de comandantes daqueles dois distritos; mas, ao que parece, os habitantes dos dois distritos não foram consultados nem ouvidos antes da realização da permuta.

Por seu lado o 8º distrito, representado pelo comércio, diz que lamenta a transferência do Sr. Heller e saudoso faz votos para que em breve o Sr. Heller volte a comandar a ele 8º distrito.

O 1º distrito por sua vez não (...) os gestos de simpatia e agradecimento e corre à imprensa para declarar, também pelo órgão do comércio, que lamenta a transferência do Sr. Piauhy volte em breve a comandar a ele 1º distrito.

Eu não conheço pessoalmente esses desconsolados distritos, e dos dois comandantes pouco sei, a não ser que um deles o Sr. Piauhy, é dado a discursos pela madrugada, quando o procuram os cidadãos queixosos. Mas por isso mesmo que os não conheço — nem aos distritos nem aos comandantes — entro em conjecturas procurando avaliar o que no íntimo de todos — comandantes e distritos — irá neste momento de saudades e suspiros!

Ainda mais: o que é que sinceramente deplora o 8º distrito: perder o Sr. Heller ou receber em troca o Sr. Piauhy!

E vice-versa, o que lamenta o 1º distrito: ficar livre do Sr. Piauhy ou caber-lhe o Sr. Heller?

Mistérios, sombra e trevas em tudo!

Unicamente o que dos agradecimentos, suspiros e dos lamentos tristes se pode deprender neste momento, é que não vale a pena a troca dos distritos, e que ambos os comandantes são excelentes e muito dignos.

Ou então — a conclusão é permitida: — muito ao contrário, ambos os comandantes são bons... para o fogo.

Tem a palavra para uma explicação o 1º e o 8º distritos da guarda urbana.

#### **04/12/1883 – Publicola**

O grande caso é que pouco a pouco vai-se arranjando a Lyra de Apollo! Pesca daqui, pesca acolá, e já a inefável sociedade literária conta para cima de uma dúzia de associados —quase tantos como o Grêmio Juvenil do Colégio Progresso da Juventude!

Nem os remoques pouco series de uns, nem os despeitos mal contidos de outros, nem a indiferença do público pelas instituições graves e respeitadas (...) do país conseguiram abalar em seus fundamentos a dulçorosa Lyra de cujas cordas o (...) Resende Nariz arranca os mais suaves acordes, na sua dupla qualidade de sócio e tangedor da mesma Lyra.

Tudo tem sido em vão! Para contrabalancear as tentativas dos inimigos empenhados em fazer-lhe uma guerra surda — surda como o presidente nato de todas as coisas que se inauguram na (...) nacional — para inutilizar os esforços desses bárbaros, a ilustre diretoria da Lyra de Apollo tem sabido manter a calma e a serenidade precisas, não deixando de consultar um só dia aquela fonte inesgotável de onde tem sabido (...) os seus sócios contribuintes, honorários e correspondentes:

— O Almanak Lammert!

—

Da última fornada foram nada menos de doze os novos sócios arranjados pela Lyra! E que sócios! *Lyrícos* por excelência, isto é, exatamente nas condições exigidas pelos estatutos da brilhante sociedade literária, por isso que uns já escreveram em verso ou prosa, outros ainda se dedicam com fervor à leitura... por cima, e outros tem veementes desejos de para o futuro publicarem qualquer coisa de lavra própria!

Lá está o *chache-nez* do Sr. Victorino de Barros, que até agora só se prestava a aquecer o Conservatório Dramático; lá está o Sr. barão de S. Félix, cujo título de ingresso não sabemos se foi o poema *Decoraphobia*, se o conceituoso parecer crítico sobre o livro de *Impressões de Viagem*, que sua Majestade houve por bem não escrever.

Também lá está o Sr. Bernardino José Borges, aquele mesmo que em verso altissonante cantou:

... o saboroso café  
essa bebida que tão útil é.

E outros, e outros, e muitos, que irão dar novo lustre à poética sociedade, e com o novo lustre vão imprimir-lhe um movimento progressivo, digno de ser registrado em letras de ouro nas páginas das associações literárias do país — se não nas do século XIX.

Estamos aqui, estamos vendo a Lyra de Apollo tomar assas e elevar-se às mais altas regiões em demanda da glória. Com os novos elementos ela vai crescer, progredir, aumentar, e um belo dia a ninguém causará espanto os prósperos arrancos da associação, quando ela atirar-se a alguma África — a fazer-se, por exemplo, além de literária, musical: a (...) além de literária e musical, dramática.

E, assim, não será para causar admiração o dia em que a Lyra de Apollo atirar-se do (...) (...), completadas pelas exhibições magistradas dos *Dois Proscriptos* ou do *Morgado de (...)*.

Olhem: pessoal habilitado não lhe alta.

—

Eu tenho sido advertido repetidas vezes por amigos e afeiçoadas que um celebre Nariz que nós conhecemos, tem levado por ódio, crescido desmesuradamente estes últimos dias.

Os referidos amigos meus o que receiam na advertência que me fazem, não é que aquele Nariz cresça tanto que suba, enroscando-se como uma trepadeira, pelas grades das casas, e vá lá por cima espriar-se e florescer, arrebrandando em outros tantos Narizes.

Igualmente não (...) e apreensivo a possibilidade de avolumar-se o dito fenômeno, a ponto de um dia (...) optar a luz do sol e criar as trevas eternas para esta (...) cidade.

Não. O que os afeiçoados destas balas receiam, não é isso, nem mesmo que sobre nós mortais venha a cair alguns fragmentos de terrível órgão nasal em questão: eles receiam somente que a sentença do epitalâmio seja comutada por outra idêntica: e que um poema ou uma epopeia esteja pairando no ar como um (...), como uma praga mais terrível do que as do Egypto.

Eu por minha parte declaro aos meus amigos, que estou disposto a tudo: assim o quis meu colega Confucio, assim o tenhamos todos. Se é preciso que esgotemos o cálix de fel que venha ele. Estamos resignados a sofrer tudo de Baniz Marreto, desde que Euniz Barrote nos ameça com alguma (...) redor do que com o seu ódio — com as suas odes.

#### **05.12.1883 – Lulu Sênior**

Estou com muita pena de me não ter apresentado candidato à vereação municipal no quadriênio que tão mal tem corrido.

Se eu tivesse sido candidato, teria tido pelo menos um voto, o meu, sem contar com os da súcia cá de casa, a quem acenaria com algumas promessas vantajosas, fazendo a restrição mental de faltar a elas, assim que me apanhasse servido.

Com essa meia dúzia de votos teria eu hoje o direito de queixar-me do Sr. ministro do império, que consultou o conselho de Estado e não consultou os suplentes; de queixar-me do conselho de Estado, que não mandou consultar os referidos suplentes; e de queixar-me do Imperador, que se conformou com a consulta do conselho de Estado, e houve por bem ordenar que o Sr. ministro do império mandasse passear a bela rapaziada que fazia as delícias do campo de Santa Ana e lavanderias adjacentes.

Ora, eu dou o cavaquinho por ter uma razão de queixa, seja pelo que for, e seja contra quem for. O meu fraco é ficar furioso; sentir-me oprimido, reconhecer que estão conculcados os meus mais sagrados direitos, os que a Constituição me confere; ver que a violência e a arbitrariedade tomam o lugar da lei e da justiça, e pisam-me no melhor dos calos, em um que eu tenho no dedo mindinho do pé esquerdo.

E esta ocasião era magnífica; os suplentes viram como andava aquela quitanda da câmara; de vez em quando, quando conseguiam reunir-se alguns vereadores durante meia hora, sem se esmurrarem e sem se descomporem, faziam ao município o serviço de mudarem os fiscais, os empreiteiros, o pessoal da secretaria, do matadouro; se o acordo se prolongava por mais de meia hora, eles resolviam com uma tocante

unanimidade não pagar as dívidas da câmara, e em seguida separavam-se um pouco apressadamente, por entre alas de capangas e polícias secretas.

E naturalmente os suplentes, que viam isso, também queriam fazer a sua perninha à pândega; também queriam demitir o Sr. Lessa, que tinha sido renomeado diretor das obras municipais, fazer toda a contradança dos funcionários, e ter também a glória de não pagar as dívidas da câmara.

Ora, o Sr. ministro do Império destruiu todas essas esperanças, e foi à ilha de Paquetá buscar o Sr. Nobre, que se estava preparando para a festa de S. Roque; e foi à ilha de não sei que, buscar o meu amigo Chaves Faria, que estava muito quieto a preparar o seu sulfureto de carbono; e foi a Mata-porcos buscar o Sr. Malvino Reis, que ainda há dias tinha traçado o fitão da subdelegacia e pretendia dar cabo de todos os capoeiras do Rio Comprido e do Bispo.

E assim como os vereadores suplentes estão escamados, porque o governo não recorreu às suas luzes para salvar o município, eu estou escamado, por não ter sido suplente e não ter o direito agora de passear pela rua do Ouvidor com cara de vítima da prepotência deste governo que nada respeita.

O que me consola nesta desgraça, é o choque que acaba de levar o Sr. Lafayette – e com ele todos os ministros da fazenda que temos tido – com o plano que acaba de apresentar o Sr. Dr. Castro Lopes, para pagar toda a dívida do país sem gastar um real.

Anda o Sr. Lafayette, como andaram os seus antecessores, com fumaças de entender disto de finanças; e o que fazem é pedir dinheiro emprestado, gastá-lo e pedir mais; vem o Sr. Castro Lopes, acha o tesouro sem vintém, e a braços com uma dívida enorme; pois S. S. desse nada tira tudo, paga as apólices por mais do que elas custaram, e ainda lhe sobra dinheiro.

Posto em prática o plano, é caso para chegar-se o distinto financeiro ao Sr. ministro da fazenda e todos os nossos homens de estado, e dizer-lhes simplesmente: — *Ite: missa est.*

E a propósito: porque não manda o Sr. ministro do império o Dr. Castro Lopes para a câmara municipal? No estado atual dos cofres da municipalidade, do que ali se precisa, é de um homem assim, que saiba pagar dívidas sem ter dinheiro. E depois, se S. S. quiser encarregar-se dos meus negócios particulares, talvez possamos chegar a um acordo, e ainda em cima prometo arranjar-lhe boa freguesia.

### **07/12/1883 – Confucio**

Algumas pessoas — muitíssimas pessoas, mesmo — notaram ontem uma grande lacuna na *Gazeta de Notícias*: a falta das *balas de estado*.

A tristeza, ao que parece, foi profunda em toda a cidade, e tenho razões para acreditar que no morro do Nheco não se falou em outra coisa.

É que o público está habituado a isto, e quer haja quer não haja *balas*, ele quer *balas*.

O que ontem inibiu-nos de deliciar o público com esta brilhante seção, foi, entretanto, um fato importantíssimo e que nos justifica perante os nossos muitos leitores, da falta cometida.



Avaliem

—

Logo pela manhã, reuniu-se no salão principal do nosso palácio da rua do Ouvidor 70, a comissão diretora das *balas de estado*.

Estavam todos cabisbaixos, repassados de amargor; as nossas frentes pendiam sob o peso de uma grande vergonha, e as nossas faces enrubesciam prodigiosamente.

Um de nós, Lecio, creio, tinha o *Jornal do Commercio* na mão esquerda, e gesticulava com força e com a direita. Depois leu em voz alta a seguinte Gazetilha:

“SUSPEITO. — Foi preso às 11 horas da noite, na rua do Nuncio, *por ser suspeito*, José Ferreira de Araújo. Em seu poder foi encontrada uma trouxa de roupa. ”

Horror!

Fez-se uma interpretação em regra. Alguns votaram a destituição imediata de Lulú Senior, do grupo esforçado dos confeitores, outros foram de opinião que ele se justificasse pela imprensa, dizendo porque era suspeito e porque andava de trouxa à meia-noite. Aventou-se a ideia de dá-lo presente ao *Apostolo*, e houve espírito energicamente ríspido que propôs para o delinquente um castigo formidável: faze-lo entrar como sócio remido pela a Lyra de Apollo.

Discutiu-se muito; fez-se barulho, como na antiga câmara; e não se decidiu nada, também como na câmara antiga.

Afinal, tarde, já muito tarde, compareceu o réu: vinha lampeiro e alegre como nunca. Parecia que até lhe sucedera uma coisa que a todos se afigurava impossível — que lhe crescera mais o abdômen!

Leu-se lhe a Gazetilha.

Ele, sem pestanejar, sem empalidecer, seguro de sua inocência, escreveu duas linhas e (...) nas mãos de Lelio — o impávido, Lelio — o terrível, que naquele momento assumia proporções adamastóricas.

O papel dizia assim:

“Por não haver outro de igual nome, continuo a assinar-me de hoje em diante como até agora: Lulú Senior”

Pasmoso! Todos nós cuidávamos que ele, o suspeito, ele, o da meia-noite, ele, o da trouxa, era *e/le* o das balas! Mas, não senhor! Salvava-o um apelido que de que não se faz uso senão nas ocasiões críticas e nas escrituras de compra e venda: o Souza.

O nosso colega declarou que não tinha nome igual ao do tal da *Gazetilha*. Ele era, além do que lá constava — Souza; e no Souza, como diz o Lulú Junior (o verdadeiro e legítimo Lulú) é que está a coisa.

Assim terminou o incidente, mas tão tarde, que não nos deu tempo de fazer a *bala* cotidiana.

O público, que naturalmente tinha suspenso o seu juízo ao ler a *Gazetilha* aludida, e ao não encontrar ontem as *balas* de costume, queira depor o mesmo juízo no lugar próprio e continuar a depositar em nós a mesma confiança de outrora.

Repare que entre o nosso colega e o indivíduo preso pela *Gazetilha*, por ser suspeito medeia um grande espaço ocupado por um Souza, e por uma proeminência abdominal — ambos respeitáveis.

—

Os periódicos desta corte publicaram uma carta assinada por dois distintos cavalheiros italianos, na qual estes cavalheiros declaram que feridos na sua fibra patriótica foram pedir explicações ao nosso vizinho do *Jornal*, por umas frases que leram no folhetim do Dr. Zero; e que do nosso vizinho receberam as mais amplas satisfações a tal respeito.

As satisfações a que se referem estes cavalheiros foram que o Dr. Zero não ofendera à Itália, “*mas que antes pelo contrário* criticara o Dr. Freire por inocular o micróbio nos pequenos italianos”.

Eis aqui o que eu não posso compreender bem, que o contrário de ofender os italianos seja criticar o Dr. Freire, e que este senhor mereça crítica por fazer a inoculação do micróbio nos pequenos italianos!

Nem o Dr. Freire inocula-o só em pequenos, mas em adultos e *adultas*, como o dizem as participações oficiais da junta; nem são só italianos, mas de todos os países, e até brasileiros, os até agora inoculados do micróbio.

Quer me parecer que a explicação dada pelo colega andou por longe da sinceridade e que apenas o Dr. Freire serviu de cabeça de turco no negócio, como disso tem servido nos folhetins do Dr. Zero. E se efetivamente há no folhetim em questão alguma coisa injuriosa, e dirigida aos italianos, mas *pelo contrário* ao Dr. Freire,

certamente que vamos ver em breve o pedido de explicações por parte deste e as satisfações a ele dadas pelo nosso colega.

Naturalmente será a explicação, que aquilo não se entende com ele Dr. Freire, mas sim com o micróbio. Com o micróbio ou com o papa — qualquer coisa serve.

Contanto que não haja duelo, coisa que não é nada agradável em tempo de calor.

Nem mesmo de frio.

### **08.12.1883 – Lulu Sênior**

Diversas pessoas me têm interpelado a respeito de Philomena Borges, e preciso uma vez por todas dar uma explicação ao público, e especialmente aos meus amigos, dispensando a habitual formalidade prévia de lhes pedir que suspendam o juízo, mesmo porque entre eles há alguns que não tem juízo para suspender.

Entre as pessoas que me têm honrado com suspeitas injuriosas à minha gravidade, destaca-se uma senhora, que já embirrou comigo, por atribuir-me umas coisas muito desenxabidas que têm saído no *Omnibus*, a respeito das sogras.

Ora, eu nunca concordei com estas brincadeiras; se há uma classe que eu respeite, é a das sogras: tanto que faço sempre todo o possível para me não chegar para elas. Respeito-as de longe, e, para as não contrariar, faço com elas o mesmo que costume fazer com as casas de marimbondos: – não lhes bulo.

A referida senhora juntou à antiga embirração, que, como acabo de demonstrar, era infundada, uma embirração nova. Seu marido recebeu um cartão de Philomena Borges, e apesar de protestar o homem, que não acompanha nosso pai fora de horas, a esposa não engoliu a pílula, e queria que lhe dissessem quem era a Philomena.

Quando neste mesmo lugar eu disse que também os meus encantos tinham dado no goto da heroína, alguns milhares de senhores, que andavam com o seu cartão no bolso muito satisfeitos pela conquista que supunham ter feito, pensando cada um ser o único amado, deram com a língua nos dentes, e a tempestade das dores de canelas serenou, como se o Demerval tivesse fomentado o Rio de Janeiro em peso com a sua Petrolectrina, privilegiada pelo governo.

Mas, logo em seguida, tendo esta folha noticiado que ia publicar em folhetim a verídica história de Philomena Borges, começaram alguns espíritos mal intencionados a insinuar que os referidos cartões tinham partido cá de casa, e que nós não hesitávamos em perturbar a paz das famílias e sogras adjacentes, só pelo interesse mesquinho de fazer um reclame à americana.

Ora, isto! Se nós fôssemos o *Apóstolo*, diríamos que é um destes pecados que bradam aos céus, e que as fogueiras de Pedro Botelho foram inventadas justamente para reduzir a torresmo os que levantam estes falsos testemunhos.

A verdade, a verdade inteira é esta: os cartões de Philomena Borges foram distribuídos por alguém que queria fazer-lhe mal, comprometendo-a com diversas pessoas conspícuas e circunspectas, e entregando-a inerte à vingança das senhoras e dos Cérberos que abusam dos direitos de maternidade para arregar os dentes àqueles a quem impingem as filhas.

Como a distribuição dos cartões fez um certo barulho na cidade, sem excluir mesmo o Saco do Alferes e Mata-porcos, a *Gazeta de Notícias*, a quem não podia ser indiferente um acontecimento de tanta importância pôs logo em campo toda a sua reportagem, para indagar quem era Philomena Borges, e descobrir o que os cartões não diziam: a rua e o número da casa.

Os *reporters* aproveitaram logo o ensejo para gastar um dinheirão em tálburis: serviam-se do pretexto e do tálburi para visitar todas as famílias de suas relações; pagaram cerveja a todos os seus amigos e aos amigos de seus amigos, assim como quem deita isca a ver se apanha peixe; fizeram incluir em despesas gerais de reportagem algumas contas antigas de alfaiate, que sobreviviam às roupas gastas no serviço; e ainda a esta hora andariam a procurar Philomena e a endireitar os seus negócios, se Aluizio Azevedo não tivesse descoberto a heroína.

Feita a descoberta, restava aproveitá-la. Aluizio propôs-nos a publicação da verídica história de Philomena, e nós aceitamos. E aí está a coisa como a coisa foi.

Bem sei que, para satisfazer a curiosidade dos leitores da *Gazeta*, vai a empresa ver-se em papos de aranha agora no fim do ano, a reformar todas as assinaturas existentes e a receber assinaturas novas (doze mil réis por ano, com direito ao *Almanaque* e mais um romance); mas a *Gazeta de Notícias* não hesita em fazer sacrifícios de toda a ordem para bem servir o público.

E se, depois de todas as explicações que aí ficam, a Exma. Sra. sogra a que acima me referi (se quiser uma assinatura só por seis meses custa-lhe apenas seis mil réis, e ainda leva de quebra o *Almanaque*) ainda ficar zangada comigo, é porque realmente é muito mais sogra do que eu pensava.

Creio, porém, que não, e que mo demonstrará, uma vez que já é assinante da *Gazeta*, reformando a sua assinatura, e influenciando para que assinem as suas amigas da província (oito mil réis por semestre, com direito ao *Almanaque*, dezesseis mil réis por ano com o *Almanaque* e um romance).

Não vão agora as más línguas levar a mal esta defesa que fui obrigado a fazer dos meus créditos comprometidos, e envenenar a pureza de minhas intenções, dizendo que o propósito destas *Balas* é fazer reclame à *Philomena Borges*, do Aluizio, e à *Gazeta de Notícias*, de Araújo & Mendes.

Da Philomena, do Aluizio, digo eu que não precisa de reclame, porque se recomenda por si. Da *Gazeta* impede-me de falar a minha reconhecida modéstia, mas apelo para a opinião do Aluizio, que não é meu compadre.

E agora:

Zoilos, estremecei, rugi, mordei-vos!

Posteridade, és minha!

**09/12/1883 – Lélío**

**10/12/1883 – Aluizio Azevedo**

É tempo de (...) com essas brincadeiras a respeito da pobre Philomena Borges. Não queira V. S. ser assassino da mulher. A infeliz vive já tão sobressaltada com a sua folha, que é bastante ouvir gritar na rua — *Gazeta de Notícias* — 40 rs! para principiar logo a tremer toda, a virar e revirar os olhos, e daqui a pouco — zás! — faniquito ao caso.

Julgue agora V. S. o efeito que produzirão as suas repetidas chavascadas.

E o pior é que ela, sempre que se sente muito perseguida pela *Gazeta*, em vez de procurar um médico, que lhe acalme os nervos com alguma — Petroctrina — ou correr a um advogado, que se encarregue de defende-la das maledicências jornalísticas; ela o que faz, é se agarrar comigo, e põe-se (...) a chorar, a maldizer-se, a queixar-se da sorte, e eu, meu caro senhor, o remédio que tenho, é escrevinhar cartas e mais cartas, pedindo, ameaçando, desafiando, e no fim de contas — amolando-me.

Apre! maldita a hora em que comprometi a escrever semelhante romance. Não tenho um momento de descanso! Todo o tempo é pouco para tratar de Philomena! São cartas, bilhetes postais, cartões de visita — o inferno, que me persegue, que me acompanha desde pela manhã até a noite, tomando satisfações, pedindo explicações, oferecendo apontamentos, correspondências roubadas, conversas ouvidas atrás da porta, o diabo!

Apre! que já nem posso tomar sossegado o meu cafezinho do meio dia no Faro & Lino e dar dois dedos de cavaco aos amigos; ainda ontem, saboreava aqui pacientemente a bela prosa do Joaquim Serra, quando o tal demônio da mulher surge como um raio, atira-se ofegando sobre uma cadeira, e entre soluços (...), agitando no ar, freneticamente, a último número da *Gazeta de Notícias*.

— Leia! leia, seu Aluizio! O senhor é o culpado de tudo isso.

— Eu?!

— Sim! o senhor: quem lhe mandou prometer romances de minha vida?

— Perdão! bradei, perdão! O que me levou a fazer um romance da vida de V. Ex., não foi mais do que o bom desejo de defende-la do que se dizia por aqui a seu respeito. Tenha a bondade de perguntar ao Dr. Antônio Cardoso de Menezes, que me faltou da vida privada de V. Ex.; tenha a bondade de perguntar ao Filinto d'Almeida, que a conhece muito bem; ao Dr. Macedo de Azevedo, que a tratou de uma pneumonia; ao poeta Alberto de Oliveira, que já lhe ofereceu versos; tenha a bondade de perguntar a

todos esses cavalheiros e que foi que eles ouviram de minha boca, quando lhes falei em Philomena Borges! Além disso, eu nunca me lembraria de escrever semelhante romance, se o nome de V. Ex. não estivesse espalhado por todo o Rio de Janeiro!... V. Ex. para que o espalhou?!

— Eu não espalhei coisa nenhuma! respondeu Philomena, erguendo para o ar os punhos fechados — apenas fui vítima de um espírito malévolos e ruim!

E ela, depois de dizer isto, imobilizou-se, cravou-me os olhos e soltou um grito agudo.

Era a crise.

Principiou o sarilho.

O Lino, que lhe estava mais à mão, foi a primeira vítima. Philomena, segurou-o pela gola do paletó e obrigou-o a dançar uma ligeira valsa a três tempos, enquanto o Faro ia de catrapus por cima do pobre Verissimo do Bom-sucesso, que estava embebido a ler um almanaque do *Antônio Maria*.

O Verissimo assusta-se, salta para trás, vai de encontro ao Alencar Araripe, pisa um calo do Silvio Duarte, e afinal precipita-se nos braços de Lopes Cardoso, que entrava na ocasião.

Em menos de cinco minutos a casa do Faro & Lino ficou cheia de curiosos de todos os gêneros, entre os quais alguns vultos muito estimados e muito conhecidos, como, por exemplo, o Luiz de Andrade, o Ciapp, o Victor Meirelles, o Vasques, o Pacheco fotógrafo, o Valentim Magalhães, o Emílio Rosas, o padre Antônio Manuel, o Salustiano Sebrão, a bela romancista D. Adélia, o Urbano Duarte, o Duque-Estrada, o Arthur Azevedo, o Silvestre de Lima, o Heller do Sant'Anna, o Manuel Carneiro, o Navarro da Rosa, o França Junior, o Casella, aquele sujeito de suíças ruivas da Camisaria Especial, Mme. Durecher, uma infinidade de repórteres, enfim quase todo o Rio de Janeiro.

Felizmente, o Dr. Pedro Paulo ministrou a Philomena alguns saís que trazia consigo, o obsequioso Montaury correu a chamar um carro, e a infeliz pode enfim retirar-se à casa, acompanhada por esse presável cavalheiro, e mais pelo jovem Dr. Josizo de Brito, que gentilmente se prestou também a fazer-lhe companhia.

Aqui tem, Sr. Lulú Senior, as consequências de suas pilherias, aqui tem V. S. o estado a que se acha reduzida aquela infeliz! Conto-lhe tudo isso em particular, sem preocupações e sem estilo, com o fim único de obter de V. S. um pouco de sua, já não

digo consideração, mas compaixão ao menos, por aquela pobre mulher, que perderá de todo o juízo, se V.S. não se resolver a deixá-la em paz.

Agora, se lhe parece, faça também disto uma *bala de estado!*... É só o que falta para cumulo de maldade!

Seu amigo e criado

### **11/12/1883 – Publicola**

Conheço um livro de Alphone Karr que ofereço de boa vontade à meditação do colega do *Brasil*.

Tem esse livro por título *Une hesure trop tarel*, e em resumo o que ele pretende provar é que neste mundo as muitas teorias prejudicam um tanto a vida mundana, na prática.

Mais ou menos é isto: de dois amigos íntimos há um que a propósito de todas as contas, dos mais insignificantes fatos ou dos mais importantes acontecimentos, (...) ao outro umas longas teorias, indexadas de argumentos conceituosos e (...) ao longo a púlpito ou a conferência da Glória.

Enquanto este desenvolve as suas teorias e conserva o seu belo tempo em prepara-las, estudai-as e combinai-as, o outro, quieto e silencioso, vai pondo-as em prática e aferindo daqui o melhor proveito; de onde resulta que é este quem vive sempre bem e à vontade, ao passo que o outro, preocupado pelo trabalho de pensar, reclamar e teorizar, torna-se um eterno *pas de chance*.

Afinal o desgraçado teorista chega um dia a provar ao outro em demoradas conversas que um homem deve saber jogar as armas para que possa delas servir-se nos momentos críticos, e enquanto ele se esbofa em comprovar esta sua teoria, o outro vai tranquilamente ao mestre de esgrima e aprende o suficiente para no capítulo seguinte, após uma rixa entre ambos, transpassa-lo de um lado a outro com a espada.

O teorista, ficou, pois, com a sua boa estocada e as suas excelentes teorias.

—

Mal comparado, é isto o que o *Brasil* deve ler, para não suceder-lhe de outra feita o que lhe vem suceder agora.

Aqui há dias uma engraçada local do amável colega punha em talas a reportagem desta bela cidade, porque, tendo um jornal de S. Paulo anunciando a ida do Sr. Ferreira Vianna àquela capital, outro periódico desta cidade acrescentou que S. Ex. partia em tal dia, e ainda outro não se conteve que não dissesse que já lá estava S. Ex.

E entretanto, e por mal da ativa e discreta reportagem, o Sr. Ferreira Vianna não saíra daqui e apenas tivera da viagem — as notícias dos periódicos.

O *Brasil* referindo-se ao fato fez boa pilheria, e verdade seja dita, eu cheguei a ter inveja do colega e a pensar que tal escrito teria ficado muito bem, por seu humorismo e inimitável graça, nesta jovialíssima e espirituosíssima seção de *Balas de Estado!*

Ora — e aqui é que está a razão porque o *Brasil* deve ler A. Kerr — succede que há três dias o nosso colega do *Jornal* disse com a sua autoridade gazetilheira, que o Sr. Affonso Penna, ministro da agricultura, partia para Barbacena no dia seguinte.

O *Brasil*, que ainda estava a estudar a teoria dos cuidados e escrúpulos que as reportagens devem empregar nos seus labores cotidianos, pegou na isca com maior cerimônia e chimpou no seu noticiário do dia seguinte uma local dizendo: “o Sr. Affonso Penna segue hoje para Barbacena”.

Infelizmente não ficou aqui a atividade da reportagem tão bem aconselhada pelo *Brasil*: ainda ontem veio a *Folha Nova* e por sua vez, confiada na seriedade de proceder e na rigidez das teorias do *Brasil*, caiu na esparrela e declarou peremptoriamente: seguiu ontem para Barbacena o Sr. conselheiro Affonso Penna!

Pois bem: tal qual como o Sr. Ferreira Vianna, o Sr. Affonso Penna não sabia desta corte e por enquanto a única viagem que S. Ex. fez foi à roda dos noticiários fluminenses em 72 horas!

—

Eu não sei bem como entender o caso: se realmente o *Brasil* está a fazer teorias e enquanto isso esquece a prática; ou se apenas o Brasil teve desejo de fazer verso e aproveitar a rima de Barbacena para nela encaixar o Sr. ministro da agricultura.

Se foi a sua dedicação às teorias relativas ao código de que se devem servir os repórteres, o que o fez obrigar o Sr. Penna a partir tão depressa — ficando em casa: se foi isso, não lhe louve o proceder porque vejo-o arrastar consigo outro colega que nele confiando não se viu embaraçado de pôr em meio caminho de Minas quem a esta hora está tranquilamente de viagem para o largo do Paço.



Se, porém, foi um simples desejo de fazer verso, que (...) perde o colega: ele devia encarregar desse trabalho um vate... sim... um conhecido vate, que lhe faria bem — e comprido.

Ou senão, viesse cá à casa, e não um brilhante poema, mas pelo menos uma modesta sextilha diria consoante com o seu desejo:

“Adivinhem, adivinhem,  
Quem se acha em Barbacena!  
Dou-lhes uma... dou-lhes duas...  
Ora vamos... vale a pena!  
Se não sabem, saibam todos:  
— É o conselheiro Penna”.

Se, como verdade, não era coisa boa, em compensação, como verso, não podia ser pior! O que é uma vantagem.

### **12/12/1883 – Decio**

Este senhor Francisco de Pelotas é um homem evidentemente ateu e republicano. Se a história me fizer a honra de consultar um dia, eu não hesitarei um momento em informar à história que este ministério não foi só presidido por um republicano de manifesto, mas que até o seu ministro do Império era um manifesto republicano.

Se eu for a pôr em evidência todos os horrores e desatinos deste homem, receio bem que a população monarquista e crente o apedreje; e porque não sou criatura para assistir a certos espetáculos repugnantes, calar-me-ei neste ponto, sem desfiar uma série de considerações sobre o Congresso de Palração que S. Ex. matou irreverentemente, sabendo que exprimia um simples desejo de Alguém, nem sobre a exclusão do retrato do Imperador e do crucifixo, de entre os enfeites e mobílias das escolas públicas; nem sobre o ar todo pés de lã com que S. Ex. pretende impedir os frades de venderem uns tantos anos de (...) de unas miseráveis centenários de prédios, para o fim muito justo de irem para a Europa ou para Índia, com o bolso aquecido como

se aqui encontrasse o que em S. Paulo se entrega a quem possui o bilhete do maior prêmio da loteria do Ypiranga.

O que eu quero neste momento é dar somente a última prova de pouco amor que o Sr. Maciel vota aos padres, frades e em geral a todo povo semissagrado que habita as sacristias: e provar ao mesmo tempo que S. Ex., ao que parece, está disposto a pô-los todos a pão e água, como se fossem criminosos.

Basta para provar o que deixo dito, transcrever a seguinte notícia das nossas colunas de anteontem:

“Foi indeferido o requerimento do cabido da Capela Imperial, em que pediu que fosse criado o lugar de folheiro”.

“Por não haver verbas, o Sr. ministro do Império mandou que o lugar fosse exercido alternadamente pelos cônegos da capela”.

O homem de coração mais empedernido deste mundo — e de Pelotas — não pode deixar de sentir-se pesaroso e transido de piedade, ao ler esta notícia!

O Sr. Maciel não só não quer criar um lugar de folheiro na capela imperial, como empurra para o oneroso ofício os Srs. cônegos!

O que pretenderá S. Ex.: fazer com que o fole da Imperial capela deixe de funcionar e veja extinguir-se o seu último sopro, à falta de folheiro; ou extinguir a raça dos cônegos aplicando-os ao pesado trabalho de tocar fole alternadamente? Com o que é que ele pretende acabar: com o fole ou com os cônegos?

Não sei. Apenas sei que daqui por diante quando eu encontrar um homem de batina, meias roxas com as olheiras, pálido, magro, enfraquecido, curvar-me-ei diante dele como diante de um verdadeiro mártir, de uma triste vítima do Sr. Maciel.

É que esse homem, que era um rotulado cônego, gasto pelo ofício de tocar fole, transformou se em um miserável cabo de vassoura, porque assim o quis e decretou o primeiro ateu e máximo republicano do Império.

Infelizes cônegos oprimidos! Pobres foles desprezados! Compartilho dos vossos pesares!

### **13.12.1883 – Lulu Sênior**

O *Apóstolo* enfiou com a notícia que deu esta folha – de que o Sr. ministro do império resolvera encarregar os reverendos cônegos da imperial capela, do salutar

exercício de dar ao fole, a bem do funcionamento do órgão que acompanha, com as melodias de seus canudos, as ladainhas dos homens que cantam fino, por motivo de força maior.

Em primeiro lugar, dá-nos o *Apóstolo* um quinau, dizendo que o Cabido não pediu coisa alguma ao governo, e que, se pedido houve, foi do inspetor.

Eu confesso que cá em casa, a não ser o Serzedello, ninguém distingue um inspetor, de um Cabido: nem uma sobrepeliz, de um par de galhetas; nesse particular, somos de uma ignorância que deve encher de consolação a alma do *Apóstolo*, com a esperança de irmos todos de súcia para o céu.

Depois do quinau, diz o colega que a *Gazeta* lança grosseira injúria a uma corporação digna de todo o respeito e consideração, e que está bem certo que o Sr. ministro do império era incapaz de dizer semelhante grosseria.

Eu peço perdão ao *Apóstolo*, mas faço-lhe ver que nós não comemos todos na mesma tina. Neste nós eu incluo o *Apóstolo*, o Sr. ministro do império, e cá as pessoinhas. Quem disse ao *Apóstolo* que o Sr. ministro do império é menos capaz do que nós, de entender que os Srs. cônegos podem dar ao fole?

No fim de contas, isto é uma opinião, não é \*\*\* grosseria; mas, dado mesmo que seja uma grosseria, em que se funda o *Apóstolo* para achar menos grosseiro o Sr. ministro do império ou este seu criado? O *Apóstolo* é comensal do Sr. ministro? Sabe se o Sr. Maciel se confessa ao menos uma vez a cada ano e se come carne à sexta-feira? O *Apóstolo* sabe se eu me benzo com a mão direita antes de me deitar e com a mão esquerda quando o encontro de manhã cedo em jejum?

Se a notícia não tivesse fundamento, não nos dirá o *Apóstolo* onde diabo (perdão! escapou!) iríamos nós buscar esta ideia de pôr os Srs. cônegos a tocarem fole? Não está entrando pelos olhos que isto é recurso de ministro que não tem verba para certas despesas, que quer fazer economias e cumprir o seu programa quanto à verdade dos orçamentos?

Quem é que aproveita o órgão? Os Srs. cônegos da Capela; pois atirem-se ao fole. Se lhes parece, vamos nós tocar para os Srs. cônegos dançarem!

Nada! isso é que não. Deslindem lá a coisa com o Sr. Maciel: quer tenha partido o requerimento do inspetor ou do Cabido; quer haja quer não haja verba; quer o despacho seja uma opinião como outra qualquer ou uma grosseria; se alguém tem de ser excomungado é o Sr. ministro do império e não nós, que apenas demos a saber aos povos que os homens de meias encarnadas, se quiserem cantigas, têm de suá-las para ali.

Agora, se os Srs. cônegos não querem cumprir o despacho, não cumpram; não lhes dá foleiro, não toquem órgão; não têm órgão, não cantem; e quando receberem o papel oficial, com a ordem ofensiva de seus br\*\*\* respondam em coro:

— ..... para o fole!

## **15/12/1883 – Confucio**

Começo por não aplaudir o ato do Sr. chefe de polícia mandando punir uns sujeitos que andam por aqui a apresentar-se como polícias secretas. Bem sei que o Sr. chefe de polícia está a ninar-se para a minha recusa de aplausos, e que deles faz tanto caso como da primeira camisa que lhe vestiram.

Mas, por dever de ofício, eu sempre vou dizendo que não o aplaudo, e desfiando as razões porque assim procedo.

Os tais... sim, aqueles indivíduos que durante longos tempos andaram por aqui, atravessando esta sociedade sob o pomposo título de *secretos*, eram tudo menos isso: mais claro e evidente do que as pessoas deles só o seu próprio reinado — o reinado do cacete e da rasteira.

Ora os homens foram postos fora um belo dia, sem que os tivessem prevenido com alguns anos de antecedência pelo menos. O que lhes restava fazer? Justificar aquilo que eles foram durante muito tempo — não o sendo.

Eles, os pseudossecretos, ainda não tinham podido viver secretamente, e esta contradição flagrante entre a sua denominação e o seu viver, pois os na contingência de virem provar hoje, à luz da verdade e do século XIX (como se diz no júri e nos dias de anos) que se eles não foram secretos — é porque o não quiseram.

E entraram a ser isso agora, que tem mais tempo e andam mais folgados.

Confiscam, prendem, multam, perseguem, ameaçam — tudo secretamente.

O Sr. chefe de polícia, informado do caso, resolve proceder contra esses homens, debaixo do fútil pretexto de que não lhe consta que eles sejam agentes policiais.

Mas, nos perdoe o Sr. chefe: esta faz falta à coleção dos ditos do inesgotável Calino!

Pois se só agora é que eles começam a ser verdadeiramente secretos, como é que S. Ex. quer conhece-los?

Tenha paciência: o regime antigo, dos secretos-conhecidos, já passou. Agora é que entramos no caminho, senão da legalidade, pelo menos da lógica e do razoável: dos secretos-secretos.

Outrora eles eram conhecidos a uma légua de distância, justo é que (...) agentes de polícia não sejam eles (...) — nem do próprio chefe.

É a lei das compensações.

Já agora não deixo o Sr. chefe de polícia, e vou a dizer que também não aplaudo um outro seu ato. Parece achaque ou embirração com o chefe, mas não é: eu não aplaudo este outro ato, porque tenho sérias razões para isso.

O Sr. Tito acaba de declarar ao Sr. 2º promotor que está encerrada a discussão entre ambos, sobre os deveres recíprocos em relação à imprensa pornográfica.

Isto é simplesmente escandaloso! Terminar a contenda justamente quando ela (...) no melhor?!

Uma discussão para saber, não quem tem tais ou tais obrigações, porém para se dizer quem é que as não tem! Só isto valia um poema!

Entretanto o Sr. chefe, quando estávamos todos a saborear o espetáculo grátis, fecha a porta com um mau humor incrível, dizendo ao seu contendor: “Tenho por inútil responder-lhe e vou levar tudo isto ao conhecimento do Sr. ministro da justiça”!

No melhor da festa S. Ex. levanta acampamento, e demais a mais para ir-se queixar no Sr. ministro!

Se o Montaury fosse frequentador da sua secretaria, ou ia jurar que foi este amigo quem metem em cabeça ao Sr. Tito tão feio procedimento, ensinando-o a dizer ao Sr. Leão Velloso:

“Deixe estar! Amanhã o Sr. ministro da justiça há de ser sabedor”!

Mas, como não me consta que o meu amigo ande por tais alturas, absolvo-o desde já, para dizer o Sr. Tito, como aquele personagem da comédia:

— Francamente, seu Felipe: eu esperava outra coisa!

### **16/12/1883 – Lélío**

Valentim Magalhães perdeu uma bela ocasião de não ficar zangado. As suas "Notas à Margem", de ontem, são uma das mais odiosas injustiças deste tempo, aliás tão farto delas.

Não tenho nada com os quatro bacharéis em direito que foram ao enterro de Teixeira de Freitas, nem com os que lá não foram. Entretanto, podia lembrar ao meu amigo Valentim Magalhães, que algum motivo poderoso, embora insignificante, pode ter causado a escassez de colegas no enterro; por exemplo, a falta de calças pretas.

Por mais poeta que seja, Valentim Magalhães tem obrigação (visto que está na imprensa) de compulsar os documentos oficiais e comerciais, os livros dos economistas, as tabelas de importação e exportação. Se o fizesse, saberia que todos os anos, desde fins de novembro até princípios de março, os países quentes exportam para a Groenlândia grande número de calças pretas. Nos países frios, a exportação verifica-se entre abril e agosto. Este fenômeno tem sido objeto de profundas cogitações.

Laveleye (*Da Vêtement Humain*, p. 79) afirma que o consumo imoderado de calças pretas entre os groenlandeses há de produzir imensa alteração nos hábitos europeus. Eis as próprias palavras do economista belga:

*Je crois même, avec de bons auteurs, que dans un siècle l'Europe ne portera plus que de pantalons gris, jaunes ou même bleus, car il est averé qu'avec nos moyens chimiques c'est impossible de teindre une telle quantité de pantalons noirs. Il faudra bien, ou changer nos habitudes, ou supprimer les groelandais.*

Leia Valentim Magalhães o *ornal dos Alfaiates* (tomo XVII, p. 14) e achará que, nos últimos dez anos, a exportação de calças pretas da Europa e dos Estados Unidos para a Groenlândia atingiu a dez milhões de exemplares.

Essa pode ser a causa da escassez dos amigos e colegas. Essa foi também a causa da pouca gente que acompanhou Alencar ao último jazigo. Alencar morreu em dezembro. Também ele era jurisconsulto, e era romancista, orador e político. Não era só isto: era o chefe da nossa literatura. Poderemos crer que a pouca gente no enterro dele era uma expressão de indiferença? De nenhum modo.

Mas, em suma, nada tenho com os mortos. Vivam os vivos!

Os vivos são os que meu amigo Valentim designa pelo nome de medalhões. Em primeiro lugar, há ainda um certo número de espíritos bons, fortes e esclarecidos que não merecem tal designação. Em segundo lugar, se os medalhões são numerosos, pergunto eu ao meu amigo: — Também eles não são filhos de Deus? Então, porque um homem é medíocre, não pode ter ambições e deve ser condenado a passar os seus dias na obscuridade?

Quer me parecer que a idéia do meu amigo é da mesma família da de Platão, Renan e Shopenhauer, uma forma aristocrática de governo, composto de homens superiores, espíritos cultos e elevados, e nós que fôssemos cavar a terra. Não! mil vezes não! A democracia não gastou o seu sangue na destruição de outras aristocracias, para acabar nas mãos de uma oligarquia ferrenha, mais insuportável que todas, porque os fidalgos de nascimento não sabiam fazer epigramas, e nós os medíocres e medalhões padeceríamos nas mãos dos Freitas e Alencares, pare não falar dos vivos

E, depois, onde é que o meu Valentim compra as suas balanças? Ignora ele que a felicidade humana e social depende da repartição eqüitativa dos ônus e das vantagens? Perante qual princípio e aceitável essa teoria, de dar tudo a uns e nada aos outros? Lástima que Teixeira de Freitas não tivesse uma cadeira de legislador. Mas, com todos os diabos! não se pode ao mesmo tempo votar as leis e consolidá-las. Que um as consolide, e tanto melhor, se a obra sair perfeita mas que outros as façam; que o Sr. José Zózimo, que não consolidou nada, levante a voz no areópago da nação. Ele não paga imposto? Não está no gozo dos direitos civis e políticos? Que lhe falta, pois? Não inventa, é verdade; mas o meu amigo esquece que tudo ou quase tudo está inventado:—a pólvora, a imprensa, o telescópio.

Portanto, emende a sua filosofia social, e venha tomar chá comigo.

## **20/12/1883 – João Tesourinha**

O Dr. Thomaz Alves, segundo diz ontem o *Jornal do Commercio*, acaba de resolver por meio de umas *Anotações teóricas e práticas ao código criminal* a grande questão da liberdade de imprensa.

Não há nada para resolver certas questões, como sejam os conhecimentos do Direito.

Conforme o Dr. Thomaz Alves, com aplauso do *Jornal*, o primeiro responsável pelos crimes de *uso indevido da imprensa*, o primeiro responsável é o vendedor de jornais.

Quando numa folha aparece um artigo insultando um homem, na sua honra ou na sua família, chamando-o ladrão ou assassino, ainda que esse artigo traga a assinatura do Sr. Francisco Antônio, o responsável por essas injúrias não é nem o Sr. Francisco Antônio, nem o editor da folha, que as publica: mas o pequeno *carcamano* que vende os jornais e que tem a ousadia de não riscar a carvão essas linhas que se puseram fora do código.

O Direito, a ciência do Direito é isto e só isto.

Ora, como os vendedores de jornais são em geral menores de 14 anos e pelo nosso código os menores de 14 anos não são criminosos, segue-se que os delitos de imprensa hão de ficar sempre impunes entre nós.

Isto é claro e o Sr. Thomaz Alves e o *Jornal do Commercio* o metem pelos olhos de toda a gente.

Temos, pois, que, para haver punição dos delitos de imprensa no Brasil, é preciso antes de tudo que o legislador faça uma lei regulando as condições dos vendedores de folhas.

É preciso em primeiro lugar marcar lhes a idade, como se faz para com os senadores.

Depois será também conveniente exigir-lhes, embora não haja instrução obrigatória, que tenham frequentado a escola e não transitem pela praça pública.

E se os legisladores forem de uma providência medíocre, talvez não sejam muito exigentes, se impuserem ao vendedor de folhas a obrigação de exhibirem o título de bacharéis.

Uma lei neste sentido, poria forçosamente cobro aos desmandos da imprensa.

Desde que os menores tiverem 15 anos não haverá mais insultos, nem mofinas, nem artigos difamatórios nos *apedidos* das folhas, a troco de 10000 de responsabilidade. O responsável, nesse caso, será o vendedor.

E estará cortado o nó górdio.

Com estas bases o Dr. Thomaz e o *Jornal* poderão formular o projeto da decantada lei de imprensa.

E será um projeto teórico e prático. A teoria está com um e a prática com outro.

### **23/12/1883 – Zig-Zag**

Um boato insistente que se tem propalado com uma pertinência incomodativa, zumbindo em torno dos nossos ouvidos, numa toada impertinente, nos obriga a dirigir estas balas ao ilustre ministro da justiça e perpetuo criador da guarda nacional.

Não pense S. Ex. que nos vamos ocupar com a tentativa da fuga dos prisioneiros da Casa de Detenção.

Sobre esse assunto nada há a dizer depois da última palavra do publicista C., que acaba de demonstrar que o governo portou-se em tal emergência com toda a energia, tendo prévia e providentemente mandado para a Casa de Detenção alguns escravos, para impedirem a fuga dos seus companheiros.

O publicista C. explicou isto de um modo tão claro, que o próprio governo ficou mais surpreendido do que o médico de Molfere, quando reconheceu que fora ele o delator da rebelião.

O assunto destas linhas é igualmente o assunto predileto de muito ilustrado Sr. Prisco.

Consta que S. Ex. está fabricando com o maior esmero e o mais desvelado cuidado, a guarda nacional para o município neutro.

Nunca o Sr. ministro da justiça praticou uma maior.

Efetivamente o município neutro já tinha razão de sobra para ir ficando amado com a injustiça que lhe estava fazendo o Sr. ministro da justiça.

Todos os dias o *Diario Official* fazia reluzir as dragonas e galões de uma guarda nacional destinada a (...) os mais recônditos lugares do império. Não via com bons olhos, o município neutro, essas distribuições tão significativas e tão brilhantes.

A capital do império ia-se mirrando de inveja e de desgosto. E o caso não era para menos. Começou a queixar-se, a dizer em voz baixa que também queria coronéis e alguns majores para os seus dias de festas.



Esses queixumes chegaram ao ouvido do Sr. ministro, e o Sr. ministro, com a sua grande iniciativa, com a sua perspicácia política, tratou logo de engendrar um corpo da guarda nacional que satisfaça o justo orgulho da primeira cidade do primeiro país sul-americano.

Desconfiando de que não me caberá a honra de fazer parte desse corpo da guarda, eu limito-me a regozijar-me com a população fluminense.

O meu regozijo é tanto maior, quanto considero a criação dessa guarda uma necessidade geralmente reclamada, e evidentemente inadiável, sobretudo depois do desenvolvimento que entre nós tem tido a instituição do *João Minhoca*.

Deixar esta instituição isolada seria imprevidência e grave erro administrativo. Dar-lhe a guarda nacional como *pendant* é não só prova de gasto artístico, como demonstração do mais acrisolado zelo pelas artes decorativas.

Na execução do seu plano, o Sr. ministro há de encontrar algumas dificuldades, principalmente no que (...) ao pessoal.

S. Ex. já escolheu a cabeça dessa corporação. Essa cabeça é o Sr. comendador Malvino Reis. Aplaudimos a escolha. O Sr. comendador Malvino há de ser um excelente comandante superior. A cavalo, à frente das suas tropas, S. Ex. deve ficar lindo e marcial. Mas a guarda exige mais oficiais, e é para esses lugares que nós vamos timidamente indicar a S. Ex. alguns nomes.

O Sr. comandante superior precisa ter um ajudante de ordens. Não conhecemos neste município quem possa ocupar esse posto com mais brilhantismo do que o alferes Tinoco, atualmente ao serviço do comando superior do *Jornal do Commercio*.

Para o posto de major temos cá em casa quem o possa preencher com grande vantagem e economia do corpo: é o nosso colega Decio, que, além de pertencer a uma família de militares, toca piano e (...), requisitos indispensáveis a um major que se preze.

Para cirurgião-mor temos também aqui à mão o que há de melhor no gênero.

Como figura e como médico, não conhecemos quem melhor possa preencher esse posto do que nosso colega Lulú Senior. Além da capacidade para o cargo, ele (...) servi-lo com (...) e escrúpulo, porque um dos seus maiores desejos é aparecer-nos um dia fardado seja do que for.

Como figura de cirurgião ou de qualquer outra coisa — mor, não há nem mais imponente nem mais marcial.

Como médico, posso atestar que já uma vez me curou de um ataque de febre amarela, que finalmente não se chegou a declarar.

Podemos ainda prestar ao Sr. ministro uma última informação, indicando-lhe pessoa condigna para o importante posto de tenente-quartel-mestre.

Essa pessoa é o nosso colega João Chaves, atualmente o descaso da nossa imprensa, cavalheiro muito respeitado pela sua idade, muito experiente e de uma bravura invejável para qualquer militar que não seja poltrão.

Aqui ficam estas indicações. Se o Sr. ministro as aproveitar, teremos uma guarda nacional que, por certo, fará glória do município neutro e do (...).

#### **24/12/1883 – Confucio**

Há momentos na vida do homem que... que o homem não sabe o que diz.

Realmente a comoção embarga-me a voz neste momento solene em que eu devo alçar a mesma voz, aliás débil, para agradecer do fundo d'alma à inequívoca prova de consideração que ontem recebi do *Sr. Puritano*, pelas colunas do *Jornal do Commercio*.

Este *Sr. Puritano* veio satisfazer a uma das minhas maiores ambições, transcrevendo-me no grande órgão.

Ah! Ninguém pode avaliar o sentimento grato despertado por uma coisa dessas; como percorre pelo corpo um calorzinho agradável e como pelas veias o sangue transita mais rápido quando a gente vê-se transcrito e demais a mais no *Jornal!*

Depois de um lugar de membro honorário do Instituto Histórico: de uma entrada permanente no circo *Excelsior*, e de uma citação nos *Subsidios*, não me afigura que haja distinção mais honrosa nem mais própria para conduzir um homem à imortalidade!

Eu sei que ontem muita gente boa mordeu-se de inveja aqui por casa; fora Lelio, que de uma feita foi parar nos apedidos de todos os jornais, por intermédio da Camisaria Especial, onde ele é muito relacionado, não me consta que nenhum outro haja gozado o inefável prazer de ver as suas *balas* fazerem figura na matéria paga dos periódicos.

Imaginem, pois, os meus muitos leitores, como estará diminuída da pança de Lulú Senior, quanto terá rareado de fios o bigode de Zig-Zag, o quão minguado se

mostrará hoje Decio — todos (...) e transidos de inveja por verem que só eu pude encontrar um homem que me compreendesse e que levasse à apreciação dos (...), nas colunas do mais respeitável dos jornais, o produto brilhante do meu admirável talento.

Pois que se mordam! Se quiserem façam como eu: saibam arranjar-se com os *Puritanos*... ou com os balcões dos outros (...).

Infelizmente não tenho a honra de conhecer pessoalmente o *Puritano*.

Ele deve ser pessoa altamente delicada. Além de apropriar-se de minha excelente prosa para fazer-la de gato morto e atira-la contra o *Brasil*, ele trata-me por tu e antes de me transcrever dá-me o que eu jamais poderia esperar: um abraço.

Ora, francamente, se *Puritano* é admirador e continuador do Sr. conselheiro Dantas, digo-lhe eu aqui, muito em particular, que ao abraço que ela tão francamente me oferece — eu prefiro o abraço da vizinha da direita, que não me quer oferecer.

Não é que eu desconfie das intenções do *Puritano*, as quase, a julgar de sua procedência, não podem ser senão puras. Um cavalheiro que me faz a fineza de servir-se de minhas inocentes *balas*, para com elas fazer política e atacar um digno colega que (...) preso, e a quem apenas dirigi insignificantes gracejos: um cavalheiro de tal ordem é, sem dúvida, um cavalheiro de... (...).

Mas o que não me convém é receber o abraço de pessoa que não conheço, e isso por modo algum. Que ele me transcreva, passe: está no seu direito, e se entende que a mais delicada intensão pode servir de arma ao ataque dos seus inimigos, continua a gastar o seu dinheiro e se quiser podemos entrar em ajuste.

Abraços, isso é que não pega, são proibidos cá em casa — entre pessoas do mesmo sexo.

Quanto ao mais, cá estou às ordens e francamente, pode repedir a graça: transcreva as *Balas* de hoje.

Se lhe apraz...

Venha para a *Gazeta* que ainda será melhor.

Estamos em tempo de dar e receber festas. Quem andar com muito juizinho e tiver jeito para escolher os presentes, pode, depois do dia de Reis, dar balanço e ter saldo a favor.

A habilidade consiste em conhecer o fraco da pessoa a quem se quer ser agradável, e fazer figura com pouca despesa. Não posso expor aqui o meu sistema, porque os meus amigos e admiradores, que são muitos — manda a modéstia que confesse — podem aproveitar a receita, e eu fico roubado; mas, enfim, posso dizer aos interessados o que devem dar a algumas pessoas notáveis deste país, para captar-lhes as boas graças.

Aqui vai a obra:

Ao Zig-Zag uma pinça depilatória, para o ajudar a dar cabo do bigode. Não lhe deem doces, porque açúcar tem ele demais, tanto que até o deita fora.

Ao Decio, sapatos de tacão alto, e instruções sobre a inconveniência que há em pedir a cinco. Não lhe deem (...), porque ele não sabe onde há de meter os que tem.

Deem ao Lelio vinho da Constança, que é a mama dele. Não lhe deem sua certidão de batismo, porque o homem não é amador de antiguidades.

Deem ao Brick um manuscrito do século XVI e cerveja alemã. Não lhe deem trabalho para apresentar em dia marcado, porque com certeza rói a corda.

Deem ao Pedro Paulo o *Apostolo* com os proclamas de casamento, que é em que ele funda as suas mais caras esperanças.

A mim, podem dar o que quiserem. Eu não sou exigente, qualquer coisa me satisfaz. Por exemplo: um casal de perus gordos, uma caixa de Champagne Veure Cilequot, um cento de charutos de Havana, um bilhete de loteria que tenha saído a sorte grande, um serviço de prata completo para toilette, uma abotoadora de brilhantes, algumas apólices da dívida pública, ou qualquer outra lembrança assim modesta.

Podem dar ao Henrique um pente de tartaruga, (...) *la maniere de s'en servir*, e ao Mariano uma tesoura de aparar grama. Ao Gabiso, deem-lhe lembranças minhas, porque sei que é uma das coisas que ele mais aprecia.

Às respectivas sogras, cada um deve dar presentes correlativos no grau de perfeição a que chegaram as relações recíprocas. A variedade é imensa, e o difícil é unicamente escolher. Os parisienses com o seu reconhecido bom gosto, tem inventado verdadeiras maravilhas, que reúnem o mais apurado *chic* a uma utilidade incontestável.

Há, por exemplo, umas camisolas de força muito elegantes, muito airozas, feitas expressamente para sogras amáveis, dignas de todas as atenções dos genros.

Há muitas caixinhas de surpresas para sogras, contém uma espécie de porco espinho, todo eriçado de alfinetes ervados, que fazem umas cócegas muito agradáveis em quem lhes toca.

Há uns chapéus — é a última moda em Paris — cujas fitas, em vez de caírem sobre o colo, fazem um laço defronte dos lábios, e para que não desatem, são arranjados de modo, que a senhora que usa esse toucado, não pode dar palavra enquanto o tem na cabeça; mas em compensação, fica de uma distinção a toda prova.

Há uns pequenos ornatos de toilette, todos de cristal, tendo nos frascos, em vez das antigas perfumarias, que caíram de moda, um pouco de excelente clorofórmio inglês.

Há, finalmente, amêndoas, (...), *fondanis*, *bombons*, das mais variadas cores, graças à composição das tintas, em que mais ou menos há sempre um pouco de arsênio.

Um genro mais atencioso, destes que não recuam ante sacrifício algum, pode deitar em uma das amêndoas uma gotinha de ácido prússico, que é um excelente calmante para as sogras nervosas.

E agora, tanto para os meus amigos, como para os genros reconhecidos, estou em casa hoje todo o dia, e recebo o que me quiserem mandar.

E não se esqueçam de pagar os carretos.

## **28/12/1883 – Publicola**

Unidade de vistas, coesão de ideias na crítica lírica fluminense!

Aquilo é mesmo um louvor a Deus de gatinhas; e realmente nunca se viu uma desafinação tão grande entre conspícuos membros da crítica da afinação!

Querem uma prova? Vejam o que os noticiários têm dito estes dias acerca do merecimento (?) e da excelência (??) da companhia que atualmente desperta os ecos de Polyheama e dos jardins e críticas adjacentes.

As opiniões nos periódicos variam apenas por isso:

Superior.

Boa.

Sofrível para boa.

Sofrível para má.

Péssima.

Ora isto, sobre ser o que há de mais estapafurdidamente inconcebível, é o que pode haver de mais enormemente gaiato.

O *Jornal*, apesar dos seus assomes de seriedade, faz trocadilho, e diz que o conjunto da companhia mostra-se desconjuntado, acrescentando que, em todo caso, embora os artistas vão mal, eles parecem ir bem, notando a respeito que talvez não se perceba o que ele quer dizer, mas que em compensação também ele por vezes não percebeu o que se cantava.

Cá por casa, tem-se dito que a companhia é melhor do que a do *João Minhoca*, — e eis aqui um elogio digno de ser registrado.

A *Folha Nova* limita-se a contar anedotas quando dá o (...) das representações.

O *Diário do Brasil* afirma que por 3\$ não se pode exigir melhor (ele queria talvez dizer — pior), e é de opinião que mais de um artista da companhia é merecedor de aplausos.

O *Brasil*, esse vai além: diz que é excelente a companhia, noticia sucessos e enchentes, quanto outros seus colegas referem-se à concorrência medíocre e aplausos que orçam pelo grau da concorrência.

Eis aqui a unidade de vistas e coesão de ideias da Sra. crítica fluminense!

Se um amador de curiosidades quisesse guardar todas essas opiniões, ajuntando em uma gaveta os 3\$000 do *Diário do Brasil* ao não presta da *Gazeta*: confrontando o *desconjunte* do *Jornal* com o acho bom do *Brasil*; esse amador bem poderia concluir uma coisa das companhias líricas que nos visitam:

É que estão abaixo da crítica... as críticas.

—

Da Escola de Minas de Ouro Preto chegam diariamente um sem número de telegramas aos periódicos desta capital, relativamente a uns fatos cheios de *gravidade* e sucessos *da maior importância*, que se deram naquela Escola.

Averigui o caso, li os telegramas e exposições de motivos, e cheguei a concluir que a gravidade e a importância dos fatos eram de tal gravidade e importância, que realmente... não se lhes podia medir a extensão.

Nada menos que isto:

Um professor que passava no pátio da Escola recebeu sobre a cabeça um copo d'água; furioso, subiu, penetrou na sala de onde involuntariamente lhe atiraram a água, e... o que pensam que ele fez?

Que descompôs os que ali se achavam?

Que atirou-se contra eles e foi-lhes ao bento corpinho?

Que vasou sobre a cabeça deles um barril d'água?

Não, senhor; fez muito pior do que isso; ele não quebrou os ossos de ninguém: o que ele quebrou — foi o copo e a moringa d'água.

Um insulto dessa ordem era para ser lavado com sangue ou com o Rio de Ouro; e dali a atitude enérgica dos alunos da Escola, feridos em seus brios pela desfeita atirada à moringa e ao copo (...)!

Essa atitude enérgica manifesta-se de modo singular, não indo mais os rapazes às aulas, enquanto não lhes forem dadas explicações — e uma moringa e um copo, inteiramente novos.

Apelado.

Sem água e sem explicações não se lavam insultos destes: que os rapazes continuem a não ir às aulas, tanto mais quanto estamos no mês das férias.

O professor há de cansar de não fazer nada, e (...) dar-lhes as explicações e o copo que eles exigem com toda a justiça e muita sede.

Ele dava-lhes muitas lições; —pois que receba agora esta, que é bem merecida.

Para um copo quebrado, uma parede inteiriça.

## 29/12/1883 – Confucio

Eu não posso avaliar até onde chegará este nosso 3º delegado de polícia, Dr. Bernardino Silva.

Depois de ter desembrulhado, de um modo contristador para muita gente, todo aquele *incidente* da Penha, que em seu antecessor embrulhara cautelosamente e deixara bem abafado numa gaveta, naturalmente para não constipar, vem S. S. dar mais uma prova do se desamor à pele e às instituições do país, exautorando de um medo cruel o subdelegado Seixas — o único subdelegado possível da atualidade.

Sabem todos que este Sr. subdelegado prendera um cidadão em plena rua do Ouvidor, por um crime não previsto no código, mas nem por isso menos merecedor de punição — o crime de falar mal do partido liberal.

O Sr. Bernardino, delegado e Silva, chama o homem preso, pergunta-lhe pelo seu crime, inquire-o seriamente e acaba por manda-lo em paz...

*Proh pudor!* Sr. Bernardino.

—

Francamente, eu não sei até onde iremos com tais liberdades, e deploro sinceramente o caso Seixas.

Um cidadão qualquer, a quem coube o mau gosto de filiar se ao partido conservador e do Sr. Duque Estrada, segundo o precedente estabelecido, pode de hoje por diante ir ali para as portas das confeitarias da rua do Ouvidor, à praça do Mercado, ao correio, à praça de Santa Luzia, ao morro do Nheco, falar da primeira instituição do país, depois do Instituto Histórico — do partido liberal.

Desse partido glorioso que nos tem dotado de tantas felicidades, desse partido a que devemos o nosso progresso e o nosso bem-estar, desse partido que é a menina dos olhos do país, e do Sr. Souza Carvalho!

Oh! decididamente caminhamos para o abismo, e o império envereda para a dissolução.

Já se pode, Santo Deus, falar mal do partido liberal nesta terra...

Ora, louvado seja.

—



Entretanto, como foi bom, como foi cordato este excelente Seixas, tão injustamente exautorado pelo Sr. delegado de polícia.

Ele, Seixas, ouvira o homem perpetrar o crime; ele assistira à cena bárbara; colhera-o em flagrante delito; era juiz e testemunha; parte e autoridade. Tinha, pois, à sua disposição todos os elementos para lavrar imediatamente a sentença condenatória exigida pelo gravíssimo caso.

E o que fez? Limitou-se simplesmente a prender o homem, a caso réu perigoso, que ousa falar mal do partido que é do Sr. Prisco e de que o Sr. Lafayette é.

Uma prisão simples, correcional, temporária, como se o homem tivesse apenas varado o coração de um transeunte com uma bala, ou se houvesse deitado a unha aos brilhantes da casa Farani!

No seu coração bondoso e no seu espírito dado à magnanimidade, Seixas não encontrou naquele momento um conselho que a qualquer outro teria ocorrido em tão crítico momento. Ele não mandou fuzilar o homem; não armou imediatamente a força para nela pendurar o réu; não arrancou a língua de quem tanto a exercita e em tão reprovado mister; não fez enterrar vivo o perigoso inimigo do partido liberal, nem o enviou dali direitinho para Fernando Noronha.

Uma prisão; só isso, para exemplo da magnificência e bondade do Seixas: uma prisão!

—

E é neste momento que vem o Dr. Bernardino Silva e faz soltar o réu de crime de falatório contra o partido liberal...

Não há negar; o juízo que o Sr. delegado perdeu em S. Paulo, quando veio ser autoridade na corte, não foi o da vara de substituto — foi o seu próprio!

Um homem que acha natural e justo falar mal do grande partido; do partido do me *Diário do Brasil*, esse homem merece a minha censura — e o desprezo de Seixas.

Que o despreze o Seixas: e se ele se fizer fino — prenda-o.

Não, que o partido liberal não é o... da Joanna!

Senti uns arrepios de frio ao ler ontem a notícia de que o príncipe Fritz, da Alemanha, ao despedir-se do rei Affonso, da Espanha, tinha trocado com este abraços e beijos.

Eu dou o cavaquinho pela Alemanha e pelos alemães. É uma terra em que há boa música, boa literatura, boa ciência. É uma terra em que se trabalha muito, e seria um grande rosário desafiar todos os produtos do abençoado torrão que nos põe água na boca, mas o meu entusiasmo esfria do diante do militarismo representado pela tripeça sinistra do imperador Guilherme, chanceler Bismark e do general Moltke. E embirro com eles porque tenho medo justamente que eles deem cabo da Alemanha. Aquela gente que só cuida em Krupp, em espingarda de precisão e em modificar o mapa da Europa, é capaz de dar cabo ao vinho do Reno, e da cerveja em (...), o da *choucroute*, e das mulheres loiras e de Virehow, e dos livros de Goethe, e do Schwartzbroel, e da Universidade Heidelberg, e das velhas baladas nacionais, e da galeria de Dresden, para fazer do velho país dos castelos poéticos um grande quartel, povoado de soldados, alimentando-a unicamente de sangue e pólvora.

E por isso tenho arrepios de frio, vendo o príncipe Frederico dar beijos aos outros reis, como que a convida-los a entrar para a sucia. Eu bem sei que D. Affonso XII tem razões para entender que lá pela Espanha as coisas boas não estão.

Ele tem um pedaço de um primo, o Sr. D. Carlos, que se não fosse príncipe, sempre seria um gatuno destes de retrato na polícia.

Quando este senhor se lembrar de fazer política, os amadores que passam o melhor da existência a correr mundo para admirar as obras primas dos grandes homens Velasquez, Goia e Murillo, porque entendeu que para ir vê-los à casa não vale apenas correr o risco de deixar nos Pyreneus a bolsa e a vida.

D. Affonso tem mais alguns partidos habituados a fazer uns tantos pronunciamentos, e lembra-se que por ocasião de um destes Sua Augusta Mamai foi convidada a ir encher os corredores dos teatros de Paris com a longa cauda de seus vestidos.

E, pois, D. Affonso chega-se para o lado onde vê que há boa árvore, a ver-se pilha boa sombra.

Mas lá me parece que o rei da Espanha está construindo castelos em seu país. Os espanhóis não parecem dispostos a deixar-se massacrar só pelo gosto de firmarem no trono o devoto da Senhora da Tocina; e por mais que o rei combine coisas com a trindade prussiana, ao os espanhóis não estivessem pelos autos, não há (...) que o

agente no trono, e os beijos do príncipe Fritz não alcançarão as faces dos patriotas que andam pela Puerta del Sol, envoltos na capa que os resguarda de pneumonias.

Acresce que...

Nada, eu ia dizendo mais umas coisas, mas lembro-me agora que não estou bem certo se o Sr. Seixas ainda é subdelegado, e preciso primeiro ir perguntar-lhe o que pensa ele da política europeia.

O caso não é para brincadeiras. Se o homem é, pois, monarquia contra a república, pela Alemanha guerreira contra a França livre e laboriosa, estou aqui, estou em uma estação da guarda urbana a curtir os meus pecados.

E agora reparo! Eu (...) mal de D. Carlos, sem saber se Seixas simpatiza com esse augusto saltador! Oh, *seu* Seixas não tome isto em grosso. Eu não tenho motivos pessoais de queixa contra D. Carlos, que ainda não me roubou nem um uikel, porque nunca me apanhou a jeito; e de uma única vez que o vi, em um passeio público, à distância de cinquenta metros, instintivamente abotoei a sobrecasaca, porque entendo que a gente não deve tentar o seu próximo, nem mesmo quando a proximidade é de cinquenta metros. Ainda assim, se o Sr. Seixas entende que D. Carlos é boa pessoa, eu não faço dúvida em equiparar o augusto bandido ao cara Santa Cruz, que além de tudo é padre, o tinhoso.

Contanto que Seixas não me meta na cadeia, agora nas vizinhanças do ano bom. Vejam só que graça! Eu a conversar com o Sr. tenente Heitor, na ocasião em que passasse o anjo, à meia-noite, a dizer sempre assim seja.

Longe vá o agouro. Assim como assim, ou prefiro passar o dia do ano bom, em companhia da sogra de algum amigo meu.

### **31/12/1883 – Zig-Zag**

Cabe-me o dever de encerrar esta seção no corrente ano.

Isto parece o princípio de um discurso no Instituto Histórico: mas não é. É apenas o princípio de umas Balas, feitas por quem não sabe por onde há de entrar nem sair.

Os meus companheiros, pérfidos e velhacos atiraram-me para o último dia do ano, dando a entender que almejavam que esta seção fosse encerrada com chave de ouro.

A minha modéstia, — uma das poucas virtudes que ainda conservo em bom estado — obrigou-me a recusar a honra que me era conferida.

Meio lisonjeado, aceitei o encargo de pôr o ponto final nestas balas, durante o corrente ano; mas, depois que vi diante de mim o grande encargo que tão maliciosamente me foi confiado, é que compreendi que os meus companheiros abusaram mais uma vez da minha boa-fé, colocando-me na dura situação de fazer por eles e por mim as nossas despedidas ao ano que vai desaparecer e as nossas saudações ao ano que vai surgir.

Vejo-me seriamente embaraçado para me desembaraçar desta tarefa, e por isso tratarei de outra coisa.

Um ano que sai e outro que entra, é a coisa mais vulgar deste mundo. Todos os anos se repete esse fato, causando uma certa estranheza ao Sr. Montaury .

Para uns, o ano foi bom, por isso mesmo que para outros foi mau. Poderá parecer isto um pensamento do retrospecto do Jornal do Commercio, mas afianço que não o copiei e que o tenho por originalíssimo desde o ano passado.

Não quero, porém, desviar-me do meu assunto. O fim do ano é a época do ajuste de contas. Tudo se liquida e é por isso que sinto que não esteja adotado o sistema financeiro do Sr. Castro Lopes , para eu saldar todas as minhas contas e ainda ficar com mais dinheiro do que tinha antes de as pagar.

Não se trata, porém, de saldarem-se as minhas contas, mas as que Lulú Senior contraiu nos últimos quartos deste ano, para com todas as sogras deste mundo.

Minhas senhoras, respeitáveis sogras:

Lulú Senior está disposto a inaugurar no novo ano, um método diverso de crítica acerca das damas que na sociedade representam o papel augusto ou antes o augusto papel de sogras.

Era essa uma confissão que ele devia fazer pelo seu próprio punho, manifestando assim todo o seu arrependimento pelo modo por que até agora tem encarado a venerável instituição de que trato.

O meu amigo não era um obstinado, era apenas um alucinado.

Façamos-lhe todos essa justiça. Ele falava convencido e desvairado por umas teorias revolucionárias e contrárias à boa organização da família.

Confessa-se arrependido; mas tem pejo de o confessar por escrito. (...)

Lulú Senior, ao entrar o ano 1884, não é mais o perseguidor daqueles entes de certa idade ou antes de idade incerta, vulgarmente conhecidos pelo nome genérico de — sogras.

O ano que está com o pé no estribo para nos desaparecer de uma vez para sempre, leva nos seus alforjes tradicionais, de embrulho com vários coronéis da guarda nacional, a ojeriza que o meu convertido amigo exprimia frequentemente, em forma de balas, contra as sogras do universo. (...)

Não quer ele dizer-o; mas basta que nós saibamos: a sua conversão é completa. (...)

Ele agora é outro, o Lulú. Vi-o a comprar marrons glaces para a sogra, com a alegria que dá a satisfação de um dever. Tanto bastou para compreender a profunda transformação que (...) no seu espírito, e para que eu, anunciando a conversão, peça para ele o perdão de todas as sogras e as benções de S. Silvestre.

Zig-Zag